



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1717

Segunda-feira - 06 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	6
Anchieta.....	7
Arroio Trinta.....	12
Atalanta.....	14
Balneário Rincão.....	14
Benedito Novo.....	15
Biguaçu.....	17
Blumenau.....	18
Braço do Trombudo.....	43
Brusque.....	97
Caçador.....	99
Camboriú.....	107
Campo Alegre.....	109
Campos Novos.....	114
Capinzal.....	118
Caxambu do Sul.....	125
Chapadão do Lageado.....	125
Concórdia.....	127
Cordilheira Alta.....	127
Coronel Freitas.....	131
Corupá.....	132
Curitibanos.....	142
Dionísio Cerqueira.....	162
Doutor Pedrinho.....	163
Ermo.....	164
Erval Velho.....	176
Forquilha.....	177
Fraiburgo.....	178
Governador Celso Ramos.....	182
Grão Pará.....	182
Guaraciaba.....	184
Guaramirim.....	185
Ibiam.....	200
Ilhota.....	202
Imarui.....	208
Imbituba.....	209
Indaial.....	233
Iomerê.....	243
Ipumirim.....	244
Irineópolis.....	247
Itá.....	248
Itaiópolis.....	255
Itapiranga.....	255
Itapoá.....	256
Ituporanga.....	272
Joaçaba.....	282
Lauro Muller.....	286

Lebon Regis.....	295
Leoberto Leal.....	296
Lindóia do Sul.....	299
Luzerna.....	300
Macieira.....	304
Maracajá.....	312
Maravilha.....	313
Massaranduba.....	316
Meleiro.....	317
Morro da Fumaça.....	318
Navegantes.....	320
Nova Trento.....	322
Ouro.....	323
Paial.....	339
Palmitos.....	353
Passos Maia.....	354
Paulo Lopes.....	362
Penha.....	362
Pomerode.....	375
Porto Belo.....	375
Porto União.....	387
Rio dos Cedros.....	389
Rio do Sul.....	388
Santiago do Sul.....	390
São Bento do Sul.....	393
São Carlos.....	409
São Domingos.....	410
São João do Oeste.....	415
São Lourenço do Oeste.....	415
São Miguel do Oeste.....	429
Schroeder.....	430
Sombrio.....	447
Tigrinhos.....	448
Timbé do Sul.....	448
Timbó.....	449
Três Barras.....	451
Tunápolis.....	455
Urussanga.....	461
Vargem Bonita.....	466
Videira.....	469
Vitor Meireles.....	473
Xavantina.....	478
Xaxim.....	479

### Consórcios

ARIS.....	480
CIGA.....	481
CIMCATARINA.....	482
Consórcio Intermunicipal Quiriri.....	482
CVC.....	486
CIGAMERIOS.....	490

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Água Doce - SC.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALI, PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 24 de março de 2015, no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, sito à Rua Frei Silva no nº 16, em sua e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. XX, e nos arts. 8º ao 14 da Lei Municipal 094/2014, de 09 de dezembro de 2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Água Doce, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 094/2014, de 09 de dezembro de 2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.364,54 (Um mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do

exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 7h30 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na Prefeitura Municipal de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, nº 322.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 13/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na Prefeitura Municipal de Água Doce.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 28/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na Prefeitura Municipal de Água Doce.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 17/07/2015, no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios.

3.2.4 Aplicação da prova será em 26/07/2015, outras informações da prova será divulgado no Edital nº 002/2015 a ser publicado.

3.2.5 Interposição e decisão de recursos referente a prova aplicada será em 28/07/2015.

3.2.6 A publicação dos candidatos aprovados será em 14/08/2015, no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios.

3.2.7 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 17h00.

Locais de votação a serem divulgados no Edital nº 002/2015

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos,

dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da

Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em de edital afixado no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 094/2014, de 09 de dezembro de 2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 02 de abril de 2015.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALI  
PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA DOCE

#### ANEXO I

#### CRONOGRAMA

Providência	Prazo	Informações Complementares
Publicação do Edital	04/04/2015	Requisitos mínimos: art. 7º da Resolução Conanda nº 170/2014 Ampla divulgação art. 9º, caput e §1º, da Resolução Conanda nº 170/2014
Inscrições	06/04/2015 a 06/03/2015	Requisitos: Art. 133 do ECA, além dos requisitos da legislação municipal (Art. 7º, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014) Impedimentos: Art. 140 do ECA c/c art. 15 da Resolução Conanda nº 170/2014 Não é admitida a composição de chapas segundo orienta o art. 5º, inciso 2 da Resolução Conanda nº 170/2014
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015	Art. 11, §2º da Resolução Conanda nº 170/2014
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015	Art. 11, §2º da Resolução Conanda nº 170/2014 Relação dos candidatos deve ser encaminhada ao Ministério Público
Impugnação de candidatura	17/06/2015	Proposta por qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova (Art. 11, §2º Art. 11, §2º da Resolução Conanda nº 170/2014
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015	Art. 11, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015	Art. 11, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Análise e decisão das impugnações	Até 10/07/2015	Art. 11, §3º, inciso I c/c §6º, inciso III da Resolução Conanda nº 170/2014
Interposição de recursos	13/07/2015 a 17/07/2015	Cabe a plenária do CMDCA julgar os recursos da comissão especial eleitoral (Art. 11, §4º da Resolução Conanda nº 170/2014
Aplicação de prova	26/07/2015	Art.12, §3º da Resolução Conanda nº 170/2014
Interposição e decisão de recursos referente a prova aplicada	28/07/2015	Art.12, §3º da Resolução Conanda nº 170/2014
Publicação dos candidatos aprovados	14/08/2015	Relação dos candidatos deve ser encaminhada ao Ministério Público

Operacionalização da eleição (Seleção das pessoas que trabalharão no pleito, solicitação da lista de eleitores junto ao TER, confecção das cédulas, urnas e reunião com a equipe	Até 18/09/2015	Art. 9º e 11º, §6º, inciso IV e VI da Resolução Conanda nº 170/2014
Solicitação de apoio a Polícia Militar ou a Guarda	22/06/2015 a 26/06/2015	Art. 11, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Divulgação dos locais de votação	Até 18/09//2015	Art. 10, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Eleição	Prazo legal 04/10/2015	Art. 139, §1º do ECA e Art. 5º, inciso I e Art. 14 caput da Resolução Conanda nº 170/2014
Divulgação do resultado	05/10/2015	Publicação no site oficial do município <a href="http://www.aguadoce.sc.gov.br">http://www.aguadoce.sc.gov.br</a> , mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios (Arts. 11, §6º, inciso VIII e 14, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014
Posse dos eleitos	Prazo legal 10/01/2016	Art. 139, §2º do ECA e Arts. 5º, inciso IV e 14 §2º da Resolução Conanda nº 170/2014

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

A Prefeita Municipal de ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, torna público que o prazo para protocolação de recursos contra as questões das provas escritas será reaberto entre os dias 06 a 09 de abril de 2015, bem como, na sequência, o prazo para protocolação de recursos quanto à classificação também será reaberto para os dias 15 a 17 de abril de 2015, independentemente do pagamento de qualquer espécie de taxa, conforme o cronograma que segue:

DATA PREVISTA	ATO
28/01/2015	Publicação do Edital
29/01/2015	Prazo para contestação do Edital
30/01/2015	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
02/02/2015 a 04/03/2015	Período das inscrições.
06/03/2015	Homologação provisória das inscrições.
06/03/2015 a 09/03/2015	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
12/03/2015	Homologação final das inscrições.
22/03/2015	Data das provas escritas (período matutino).
22/03/2015	Data das provas práticas (período vespertino).
23/03/2015	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
06/04/2015 a 09/04/2015	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
15/04/2015	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
15/04/2015 a 17/04/2015	Prazo final para recurso contra a classificação provisória.
20/04/2015	Homologação do resultado final do Concurso Público N.º 01/2015.

Aos candidatos que executaram o pagamento para o ingresso de recursos, será garantido o reembolso das quantias pagas frente ao correto preenchimento do formulário disponibilizado no endereço <http://www.nubesconcursos.com.br>.

Para ingressar com o recurso, o candidato deve utilizar o formulário disponibilizado no endereço <http://www.nubesconcursos.com.br> efetuando o preenchimento de todos os campos, de forma correta, inclusive com a indicação da referência bibliográfica de seus argumentos. Recursos interpostos sem o preenchimento completo ou sem indicação da referência bibliográfica, serão indeferidos sem a análise do mérito.

Os pedidos de recurso deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico [recurso@nubesconcursos.com.br](mailto:recurso@nubesconcursos.com.br) ou protocolados junto à comissão de coordenação do concurso na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, sito a Rua do Comércio, 1015, centro, Alto Bela Vista.

Os recursos serão analisados e o extrato de análise será publicado no endereço <http://www.nubesconcursos.com.br>, com a resposta a todos os recursos interpostos que atendam aos requisitos solicitados, sem remessa individual a cada impetrante.

Alto Bela Vista/SC, 02 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 2012, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de Dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período de 30 dias, conforme segue.

§ 1º - Servidores na função de motorista;

- a) Do dia 04/04 a 10/04 - Servidor Marcos Finger;
- b) Do dia 11/04 a 17/04 - Servidor Adilson Schwingel;
- c) Do dia 18/04 a 24/04 - Servidor Marinho Sergio Castro;
- d) Do dia 25/04 a 01/05 - Servidor Marcos Finger.

§ 2º - Servidores na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Do dia 04/04 a 10/04 - Servidora Marcia Schneider Nordt;
- b) Do dia 18/04 a 24/04 - Servidora Marcia Schneider Nordt.

Art. 2º. - Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de Dezembro de 2014.

Parágrafo Único - Os servidores relacionados na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista,  
01 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 006-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 006/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento aos idosos carentes do município de Anchieta, de Maio a Dezembro de 2015, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 17/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira. Anchieta, 02 de abril de 2015.

Rozane Maria Provin - Gestora FMAS

### EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 006\_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 006/2015

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço para contratação de empresa para o fornecimento de marmita e lanches para a alimentação de funcionários do Hospital Municipal Anchietaense que atendem em regime de plantão a noite e aos finais de semana, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 17/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira. Anchieta, 02 de abril de 2015.

Rita Bressan de Lima  
Diretora Administrativa

### HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA MARÇO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015  
PROCESSO Nº 14/2015 HOMOLOGAÇÃO: 03/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Aquisição de peças e prestação de serviço para reparos mecânicos e conservação das maquinas da Secretaria de Agricultura.

CONTRATADO: EDSON LUIZ SCHWAAB & CIA LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.856,58 (sessenta mil oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

PROCESSO Nº 19/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Registro de Preço visando "contratação de empresa prestadora de serviços para executar a mão de obra na manutenção da iluminação pública do município de Anchieta, sendo esta necessária devidos ao danos que acontecem devido ao tempo e condições de uso", pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: TRACHEEL EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil e reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

PROCESSO Nº 17/2015 HOMOLOGAÇÃO: 10/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Contratação de empresa de prestação de serviços radiofônico para a divulgação de campanhas da administração municipal de caráter educativo e de orientação social das secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Local e Secretaria da Fazenda.

CONTRATADO: RADIO RAO DE LUZ LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

CONTRATADO: RADIO CIDADE LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO Nº 18/2015 HOMOLOGAÇÃO: 10/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de marmita para alimentação dos funcionários do Setor de Obras e Serviços Rodoviários, que realizam trabalhos no interior do município, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: MOACIR PEDRO PIOVEZANI - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

PROCESSO Nº 99/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSERV. O MOTOR MWM-4CC SPRINT DO VEICULO MICRO ÔNIBUS MÊS-2372 LOTADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: GL - LISMOTOR RETIFICA DE MOTORES - EIRELI - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.469,30 (onze mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

PROCESSO Nº 20/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Aquisição de uma Bomba Hidráulica, peças novas e originais e prestação de serviço para troca da peça danificada na maquina Retro Escavadeira JCB 3C da secretaria de agricultura, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.419,60 (sete mil quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO Nº 21/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Registro de Preço visando à aquisição de Material de Expediente para ser utilizado na manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: PAPELARIA E BAZAR BOM JESUS LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.227,80 (onze mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: ELAINE MARIA PARISOTTO KRAEMER & FILHO LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 673,20 (seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP  
VALOR DA DESPESA: R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

PROCESSO Nº 23/2015 HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Registro de Preço visando à aquisição de Mobiliário, Eletrodomésticos e Equipamentos de Informática, para instalação e utilização da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Anchieta por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: JOAO LUIZ SCHENA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.209,00 (sete mil duzentos e nove reais)

CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.946,00 (sete mil novecentos e quarenta e seis reais)

CONTRATADO: HD COM. E SERV. DE EQUIP. E SUP. DE INFOR. LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.022,00 (vinte mil e vinte e dois reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015  
PROCESSO Nº 29/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Serviços de consultoria especializada na instauração e acompanhamento dos procedimentos licitatórios indispensáveis a administração municipal, apoio na regulamentação e rotinas de controle interno, treinamento de servidores na área administrativa, recursos humanos e atos administrativos, por um período de 02 (dois) meses (01/04/2015 a 01/06/2015).

CONTRATADO: INSTITUTO PREMIUM SOLUCOES LIMITADA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

Anchieta, 02/04/2015  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 011/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Contratada...: TRSIS LTDA - ME  
Valor ..... : 2.507,52 (dois mil quinhentos e sete reais e

cinquenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Locação e cessão de uso do Sistema TRRURAL - Versão AMEOSC.  
Contratada...: TRSIS LTDA - ME  
Vigência ..... : Início: 04/03/2015 Término: 31/12/2015  
Recursos ..... : Dotação:

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 010/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Contratada...: EDSON LUIZ SCHWAAB & CIA LTDA - ME  
Valor ..... : 60.856,58 (sessenta mil oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Aquisição de peças e prestação de serviço para reparos mecânicos e conservação das máquinas da Secretaria de Agricultura.

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 011/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Contratada...: DAIANE BRUNA FORGIARINI - ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municipal, no âmbito do Município de Anchieta, referente ao ano letivo de 2014.

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 014/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Contratada...: FRANCISCO SOMERA - ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municipal, no âmbito do Município de Anchieta, referente ao ano letivo de 2014.

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 10/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Contratada...: V. BERGGOLZA - ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e



Municipal, no âmbito do Município de Anchieta, referente ao ano letivo de 2014.

Anchieta, 4 de Abril de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 012/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: ZUPPA - TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e

Municipal, no âmbito do Município de Anchieta, referente ao ano letivo de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: MOACIR PEDRO PIOVEZANI - ME

Valor ..... : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para fornecimento de marmitta para alimentação dos funcionários do Setor de Obras e Serviços Rodoviários, que realizam trabalhos no interior do município, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 013/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: RADIO CIDADE LTDA

Valor ..... : 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa de prestação de serviços radiofônico para a divulgação de campanhas da administração municipal de caráter educativo e de orientação social das secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Local e Secretaria da Fazenda.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 014/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: RADIO RAIOS DE LUZ LTDA - EPP

Valor ..... : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa de prestação de serviços radiofônico para a divulgação de campanhas da administração municipal de caráter educativo e de orientação social das secretarias de Infraestrutura, Agricultura, Saúde, Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Local e Secretaria da Fazenda.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 105/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: PRE LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 12/09/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, para construção de dois barracões de pré-moldado com cobertura em Aluzinc de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria de conforme com o convenio Nº. 2014TR0002216 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 118/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: PRE LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 27/09/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de material e mão-de-obra necessária para troca da cobertura e melhorias do Ginásio Municipal Hilário Pompermayer de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria e conforme o convenio Nº. 2014TR0002306 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 040/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE S

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS PARA SELEÇÃO, SUPERVISÃO E GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC NO ANO DE 2014, CONFORME PREVISÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.049 DE FEVEREIRO DE 2014 - PROGRAMA DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR,

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 100/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 30/03/2015 Término: 30/12/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e equipamentos necessária para "Reperfilagem Asfáltica, com área total de 4.363,08m<sup>2</sup>" na Rua Olinda, no Município de Anchieta/SC, conforme convenio Nº.2014TR0002613 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 054/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 30/03/2015 Término: 30/12/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 4.525,29m<sup>2</sup>" da Av. Brasil, no Município de Anchieta/SC, conforme Contrato de Repasse Nº 1.004.201-69/2013/Ministério das Cidades/Caixa.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 107/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: TRACHEEL EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A.

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 30/03/2015 Término: 27/09/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia para execução de revitalização da iluminação publica da Avenida Anchieta, em regime de empreitada global com o fornecimento de materiais e mão de obra necessários para a revitalização da iluminação, em conformidade com o projeto básico, memorial descritivo e o convenio Nº.2014TR0002303 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina, por meio da SDR de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 124/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada...: CONSTRUTORA DA CRUZ LTDA - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 30/03/2015 Término: 30/06/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra necessária para a execução da 1ª etapa da reforma da Praça Municipal Orestes Gheller, sendo a construção

de uma área coberta para realização de eventos culturais e turísticos com 375m<sup>2</sup>, conforme contrato de repasse nº 1.002.522-5/2012/MTUR/CAIXA e o município de Anchieta, pago com recursos de convenio com o Governo Federal.

Anchieta, 02 de Abril de 2015

## **HOMOLOGAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT. SOCIAL MARÇO 2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015

PROCESSO Nº 11/2015 HOMOLOGAÇÃO: 30/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA  
OBJETO: Contratação de profissional para ministrar aulas de Capoeira para o atendimento de crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Perfazendo um total de 09 horas semanais durante três meses a partir de sua contratação.

CONTRATADO: ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO 04390012932

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Anchieta, 02/04/2015

ROSANE MARIA PROVIN - Gestora Do Fundo

## **HOMOLOGAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARÇO 2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015

PROCESSO Nº 7/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA  
OBJETO: Registro de Preço pra a aquisição de Materiais Odontológicos para uso nos atendimento gratuitos do SUS nos gabinetes Odontológicos das UBS do Município, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.000,08 (dois mil reais e oito centavos)

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.580,85 (quatro mil quinhentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos)

CONTRATADO: ODONTOESTE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.062,44 (dois mil e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)

CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.933,75 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: PLASMEDIC COM. DE MAT. P/USO MÉD. E LAB. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 59,95 (cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE

MEDICAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.124,95 (três mil cento e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.432,78 (cinco mil quatrocentos e trinta

e dois reais e setenta e oito centavos)

CONTRATADO: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS

ODONTOLOGICOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.716,02 (um mil setecentos e dezesseis reais e dois centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015

PROCESSO Nº 8/2015 HOMOLOGAÇÃO: 05/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Registro de Preço visando à aquisição de Materiais Médico-Cirúrgico para uso na manutenção das atividades dos profissionais das equipes de estratégia de saúde da Família que atuam no ambulatório da UBS-Centro, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.407,20 (seis mil quatrocentos e sete reais e vinte centavos)

CONTRATADO: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.649,68 (cinco mil seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos)

CONTRATADO: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 350,50 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.906,34 (três mil novecentos e seis reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATADO: VANUSA DIAS EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.445,00 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)

CONTRATADO: ODONTOESTE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.996,46 (doze mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos)

CONTRATADO: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.121,50 (onze mil cento e vinte e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: PLASMEDIC COM. DE MAT. P/USO MÉD. E LAB LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.965,00 (doze mil novecentos e sessenta e cinco reais)

CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE

MEDICAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.741,40 (doze mil setecentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.049,15 (oito mil e quarenta e nove reais e quinze centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015

PROCESSO Nº 10/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Registro de Preço visando a prestação de serviço na confecção de próteses dentaria conforme a portaria nº 2.486 de 31 de outubro de 2012, Portaria nº. 1.825 de 24 de agosto de 2012, onde estipula o valor da tabela SUS, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: PROTESES DENTARIAS KLEIN LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 71.425,00 (setenta e um mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015

PROCESSO Nº 11/2015 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Registro de Preço visando à prestação de serviço na moldagem, ajustes e adaptação de próteses total e parcial removível com o fornecimento de material, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: PRO SORRISO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)

=====

Anchieta, 02/04/2015

ROSELI CANCI SAGAZ - Gestora Do Fms

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ:82.826.462/0001-27  
Rua XV de Novembro, 26 - Centro  
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. 24, Inciso X, tendo como Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEIS QUE SERÃO USADOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELA CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, NESTE MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME AVALIAÇÃO FEITA PELO CORRETOR DE IMÓVEIS NELOI ÂNGELO ZAPELINI - CRECI: 14.933, DA IMOBILIÁRIA INCORPORADORA E CONSTRUTORA SALTO VELOSO, DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0015/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0003/2015.

Fornecedor: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR  
CNPJ 83.059.758/0018-70  
RUA PIO XII, S/N, CASA - CENTRO  
89.590-000 - Arroio Trinta - SC  
Telefone: 49 - 35351134

Valor Total: R\$ 16.515,00

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 02/04/2015.  
Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 06/04/2015  
Data da Retirada do Mural: 02/05/2015.  
Data de Publicação no Site do Município: 02/04/2015

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 2 de abril de 2015.  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1730

LEI Nº 1730, DE 01/04/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a título de subvenção, ao Centro de Tradições Italianas de Arroio Trinta de Arroio Trinta e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o CENTRO DE TRADIÇÕES ITALIANAS, com sede na Rua Orlando Zardo, 13, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.709.992/0001-93, com

a importância financeira de R\$ 37.800,00 (TRINTA E SETE MIL E OITOCENTOS REAIS).

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados no pagamento de professores e maestros dos grupos culturais do Município de Arroio Trinta (grupos de dança, corais e teatro).

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados em 10(dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 3.780,00 (TRÊS MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS) após publicação desta Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§4º. O Centro de Tradições Italianas - CTI fica obrigado a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.005.13.392.13.2.33.1 - Manutenção das Atividades Culturais  
33500000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 37.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de abril de 2015.  
Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 01 de abril de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### LEI Nº 1731

LEI Nº 1731, DE 01/04/2015.

Institui o Programa de Doação de Fraldas Geriátricas Descartáveis pelo Município de Arroio Trinta.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal de ARROIO TRINTA autorizado a adquirir fraldas descartáveis geriátricas e doá-las única e exclusivamente às pessoas enfermas, deficientes cadastradas e residentes no município de ARROIO TRINTA.

Art. 2º O Município repassará o limite de até 30(trinta) unidades/mês, garantindo a saúde ideal à sua sobrevivência.

§1º. As doações serão realizadas mediante a apresentação de solicitação médica, que comprove a necessidade do uso das fraldas descartáveis e o cadastramento junto à Secretaria Municipal da Saúde.

§2º. A solicitação deverá ser apresentada junto à Secretaria Municipal da Saúde, que autorizará, ou não, a liberação das fraldas de que trata esta lei.

§3º. Para ter direito à doação, o beneficiário deverá residir a pelo menos doze meses no município de ARROIO TRINTA, podendo a Secretaria Municipal da Saúde, a seu critério solicitar o comprovante de residência.

Art. 3º A Prefeitura Municipal fará realizar também processo licitatório para a execução dos serviços apresentados nesta lei.

Art. 4º Para atender ao disposto nesta lei serão usados recursos



provenientes d e dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º O poder executivo é autorizado a abrir crédito especial, se necessário for, para o atendimento desta lei dentro de um período máximo de trinta dias a contar da publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1134 de 06 de outubro de 2005.

Arroio Trinta - SC, 01 de abril de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 01 de abril de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### **LEI Nº 1732**

LEI Nº 1732, DE 01/04/2015.

Autoriza Celebrar Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel com a COOPERTRINTA - Cooperativa de Artesãos de Arroio Trinta para Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL com a COOPERTRINTA - Cooperativa de Artesãos de Arroio Trinta, com personalidade jurídica de direito privado, com Sede na Rua Francisco Nava 194, Centro - Arroio Trinta - Estado de Santa Catarina, inscrita n CNPJ sob nº 07.591.970/0001-58 e Inscrição Estadual sob nº 255.092.075, através da qual a PERMITENTE, a título gratuito, autoriza a PERMISSIONÁRIA, fazer uso de UM CAMINHÃO COM BAÚ EQUIPADO COM DOIS APARELHOS CLIMATIZADORES, A DIESEL, MARCA IVECO/DAILY55C16 CS, ANO DE FABRICAÇÃO 2008, ANO MODELO 2009, CAP/POT/CIL 5.30T/ 155CV, CATEGORIA OFICIAL, COR BRANCA, CHASSI 93ZC53BO198407632, que deverá ser utilizado exclusivamente para atender às suas necessidades, para transporte dos produtos primários e industrializados da propriedade dos sócios até a sede da PERMISSIONÁRIA, para a entrega de produtos às Entidades Beneficentes e ao comércio em geral.

Art. 2º Com a celebração do TERMO DE PERMISSÃO DE USO de que trata o artigo 1º, implicará por parte da COOPERTRINTA e por parte do município, as responsabilidades descritas no TERMO DE PERMISSÃO DE USO, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de abril de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 01 de abril de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Administração

### **PORTARIA Nº 153**

PORTARIA Nº 153, de 31/03/2015.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar o servidor municipal TACIO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 060.819.039-07 e Identidade nº 3.672.455, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de MÉDICO, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 004 de 13/01/2015, a partir de 31 de março de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 31 de março de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 154**

PORTARIA Nº 154, de 01/04/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 1713 de 03/11/2014, Decreto Municipal nº 1685 de 13/03/2015 e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal MAGDA CRISTINA DONADELI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felix Antonio Spricigo - centro, no Município de Arroio Trinta - SC, portadora da Cédula de Identidade nº 3.246.500 e CPF sob nº 026.270.749-70, classificada em 1º lugar no concurso público, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de FISIOTERAPEUTA, EX-II, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 30:00 (trinta) horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de abril de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

## Atalanta

### PREFEITURA

#### RESOLUÇÃO 01/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ATALANTA - CMDCA

#### RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe sobre a convocação das eleições para Conselheiro Tutelar e nomeação de Comissão Especial Eleitoral.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Federal nº 8069/90 e Lei Municipal nº 1223/11, resolve:

Art. 1º Convocar através do Edital nº 01/2015 as eleições para Conselheiro Tutelar do município de Atalanta;

Art. 2º Nomear os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (titulares e suplentes) como membros da Comissão Especial Eleitoral;

Art. 3º Publicar este e seu respectivo edital no site oficial do município e no mural do átrio da Prefeitura Municipal para divulgação aos interessados;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 25 de março de 2015.

Nádia E. Antunes Chiquett  
Presidente do CMDCA

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE ADITIVO - BENJAMIN

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 057/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 057/PMBR/2014, que prevê o termino em 01/04/2015, por 12 (doze) meses, ou seja, até 01/04/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 30/03/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Benjamin da Rosa Lemos.

#### EXTRATO DE CONTRATO - FMS

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 017/FMS/2015; INNO INFORMÁTICA LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de cartuchos e toners compatíveis e originais para uso do Fundo Municipal de Saúde e das diversas Secretarias da Prefeitura do Município de Balneário Rincão/SC.; Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 006/FMS/2015. ASSINATURA: 30/03/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vilson José Innocenti.

CONTRATO Nº. 018/FMS/2015; STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Secretaria de Educação e Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.; Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/FMS/2015. ASSINATURA: 31/03/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

#### EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 055/PMBR/2015; INNO INFORMÁTICA LTDA; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de cartuchos e toners compatíveis e originais para uso do Fundo Municipal de Saúde e das diversas Secretarias da Prefeitura do Município de Balneário Rincão/SC.. Processo de Licitação-Modalidade: CONVITE Nº. 018/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 30/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vilson José Innocenti.

CONTRATO Nº. 056/PMBR/2015; STATION TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Secretaria de Educação e Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 022/PMBR/2015. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 31/03/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Fernando Germano Selinger.

**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****AVISO DE PREGÃO 011/SAMAE/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/SAMAE/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 16/04/2015 às 15:00hrs

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná,  
389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, aquisição  
de materiais hidráulicos para saneamento básico para uso Samae  
do Município de Balneário Rincão - SC durante o ano de 2015.  
Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão, 01 de abril de 2015.

Pregoeira

Renata Daros Torres

**Benedito Novo****PREFEITURA****ATA CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS CONVITE Nº 24/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA  
DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 24/2015.

DATA: 02/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 08:30 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS  
PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 101/2015, sob a presidência de JOÃO ULLER, estando presentes os membros MAURICIO STEFFEN e MARILIA PANOCH, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório tipo Convite para Compras e Serviços nº 24/2015, que tem por objeto a AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. Tendo em vista que, o prazo recursal estabelecido na Ata de Julgamento da Habilitação de 26/03/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 - Propostas de Preços, se realizará no dia 07 de abril de 2015, às 11:00 horas na Sala de Reuniões, na sede da Prefeitura de Benedito Novo/SC, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo. Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos Membros da Comissão de Licitações.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

JOAO ULLER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

MARILIA PANOCH

Membro

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO GRATUITA, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 22 de abril de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 22 de abril de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 02 de abril de 2015.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

### **AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 36/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATUAR EM DIVERSOS EVENTOS

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 22 de abril de 2015.

ABERTURA: às 14:05h do dia 22 de abril de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 02 de abril de 2015.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

### **DECRETO Nº 020/2015 ANULA PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

DECRETO Nº 020/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015, POR TER DEIXADO VÍCIOS NA DESCRIÇÃO E EXIGÊNCIAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

Considerando-se que a Procuradoria Geral do Município, tendo analisado o processo, manifesta-se, em Parecer Jurídico fundamentado, pela anulação do processo licitatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório Pregão Presencial nº 028/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 02 de abril de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 020/2015 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 02 de abril de 2015.

Marilia Panoch

Agente Administrativo



# Biguaçu

## PREFEITURA

### PP 95-2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 95/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COFFE BREACK, PARA EVENTOS NO CENTRO DE CONVIVENCIA DOS IDOSOS - CCI, RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RECRIA, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, CASA LAR MUNICIPAL E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E FAMABI  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 6 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 96/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO .

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 16 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 16 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 6 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 109/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL COM GÁS E SEM GÁS PARA A CASA LAR, CCI, CRAS, CREAS, RECRIA E SECRETARIA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 17 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 17 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 6 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.084/2015

LEI Nº 8.084, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, A CONCEDER ONEROSAMENTE, EM FAVOR DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BENS IMÓVEIS SITUADOS NA RUA SAMUEL MORSE, BAIRRO FORTALEZA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB autorizada a conceder em favor da CELESC Distribuição S.A., pelo valor de R\$ 150.756,90 (cento e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), servidão administrativa de passagem de linha de transmissão de energia elétrica, com área de faixa de 5.025,23 m<sup>2</sup> (cinco mil e vinte cinco metros e vinte e três decímetros quadrados), em bens imóveis situados na Rua Samuel Morse, Bairro Fortaleza, no Município de Blumenau, matriculados no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob o nº 27.810 e nº 28.340 e no 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob o nº 9.105 e nº 9.106.

Art. 2º Poderá a CELESC Distribuição S.A. praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica, linhas telegráficas ou telefônicas auxiliares, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área de servidão a ser instituída, desde que não haja outra via praticável.

Parágrafo único. Fica a CELESC Distribuição S.A. obrigada a atender às determinações emanadas das leis e dos regulamentos administrativos estabelecidos pelos órgãos ambientais, bem como aos procedimentos previstos nas normas e regulamentos que disciplinam a construção, operação e manutenção da linha de transmissão.

Art. 3º A Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB limitará o uso e gozo dos imóveis ao que for compatível com a existência da servidão a ser instituída, abstendo-se, em consequência, de praticar quaisquer atos que a embarace ou lhe cause danos, inclusive os de fazer construções ou plantações de grande porte.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.085/2015

LEI Nº 8.085, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DA EPILEPSIA" E O "MARÇO ROXO", DE CONSCIENTIZAÇÃO DA EPILEPSIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal da Epilepsia, a ser realizado, anualmente, no dia 26 de março e o Março Roxo, de conscientização da Epilepsia, a ser realizado, anualmente, durante o mês de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.086/2015

LEI Nº 8.086, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO DAS LEIS Nº. 5.658, 10 DE JULHO DE 2001, E 5.868, DE 24 DE ABRIL DE 2002, QUE AUTORIZAM A VENDA E POSTERIOR OUTORGA DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS ATRAVÉS DO PROGRAMA HABITACIONAL PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso LXXVII do art. 1º da Lei nº 5.658, 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

[...]

LXXVII - a NOELI B. PADILHA DE ANDRADE, CPF nº 640.235.599-20 e Carteira de Identidade nº 4.890.813-SSP/SC, expedida em 31/07/2012, o terreno situado no Bairro Itoupavazinha, no Loteamento Libertadores, representado pelo Lote nº 100, contendo a área de 282,44 m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e dois metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), edificado com uma casa de alvenaria contendo a área de 42,51m<sup>2</sup> (quarenta e dois metros e cinquenta e um decímetros quadrados) Registrado sob o nº R-6-20.648 no Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau;"

Art. 2º O inciso II do art. 1º da Lei nº 5.868, de 24 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

[...]

II - a VANDA MERCEDES PEREZ, CPF nº 549.370.869-87, e Carteira de Identidade nº 796.035, o terreno situado no Bairro Itoupavazinha, no Loteamento Libertadores, representado pelo Lote nº 110, contendo a área de 250,31 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros e trinta e um decímetros quadrados), Registrado sob o

nº R-6-20.648 no Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau;”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 970/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 970, DE 30 DE MARÇO DE 2015.  
INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES DE INTERESSE SOCIAL PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído no Município de Blumenau o Programa de Incentivo à Construção de Habitações Populares de Interesse Social, nos termos da Lei Municipal nº 7.208, de 14 de dezembro de 2007, com a finalidade de conceder incentivos à produção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, residentes no Município.

Art. 2º Para a consecução dos objetivos do Programa ficam criados os seguintes incentivos:

I - isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (IS-SQN) incidente sobre os serviços constantes dos itens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços a que se refere o art. 276 do Código Tributário do Município;

II - isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, incidente sobre o imóvel objeto do empreendimento, a partir do exercício subsequente ao da aprovação do projeto, até a data de entrega da unidade habitacional ao adquirente beneficiário do Programa;

III - isenção da taxa de consulta de viabilidade, taxas de expediente, alvará de construção, licença, alinhamento, numeração, vistoria, alvará de habite-se e de certidão ao pé, incidentes sobre a obra.

Art. 3º Para ingressar no Programa, o interessado deverá apresentar requerimento à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, instruído com o respectivo projeto preliminar para verificação do cumprimento das disposições contidas na legislação urbanística do Município.

Parágrafo Único - O requerimento de que trata este artigo conterá:

I - o projeto de implantação urbanística;

II - a tipologia básica das edificações;

III - cópia da escritura pública e do carnê de IPTU do imóvel.

Ar. 4º O valor e os requisitos técnicos e físicos das unidades habitacionais observarão a regulamentação do Ministério das Cidades, do Governo Federal, para enquadramento no Programa Minha Casa, Minha Vida - Faixa I.

Art. 5º Para a obtenção dos incentivos a empresa responsável pela obra deverá estar em dia perante a Fazenda Pública Municipal, ao

INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Art. 6º Caberá ao Município a indicação das famílias a serem beneficiadas com as unidades habitacionais construídas com os incentivos desta Lei, para atendimento da demanda habitacional existente.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as unidades habitacionais construídas com recursos exclusivamente privados, hipótese em que o responsável pelo empreendimento poderá indicar as famílias a serem beneficiadas dentre aquelas de baixa renda constantes do cadastro habitacional do Município.

Art. 7º A primeira aquisição das unidades habitacionais construídas com os incentivos do Programa instituído por esta Lei Complementar fica isenta do pagamento do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

Art. 8º O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei Complementar implicará na extinção dos benefícios concedidos, além da obrigação do recolhimento aos cofres da municipalidade do valor total do incentivo obtido, devidamente atualizado e acrescido de juros, nos termos do Código Tributário do Município.

Art. 9º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei Complementar.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 971/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 971, DE 30 DE MARÇO DE 2015.  
INCLUI DISPOSITIVOS NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 661 E Nº 662, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluído na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, o art. 27-A com a seguinte redação:

“Art. 27-A. Para fins da primeira promoção vertical, o servidor integrante do Grupo Ocupacional Especialista que ingressar no serviço público municipal e iniciar curso de pós-graduação a partir da data de vigência desta Lei poderá apresentar o título após a aquisição da estabilidade e obter o benefício a contar da data do requerimento, observado o disposto nos incisos II e III do art. 27 e no art. 28.

Parágrafo único. As avaliações especiais de desempenho realizadas durante o período de estágio probatório serão consideradas para a apuração da média de que trata o inciso II do art. 27.”

Art. 2º Fica incluído na Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, o art. 74-A com a seguinte redação:

“Art. 74-A. Para fins da primeira promoção vertical, o servidor integrante do Grupo Ocupacional Especialista que ingressar no serviço

público municipal e iniciar curso de pós-graduação a partir da data de vigência desta Lei poderá apresentar o título após a aquisição da estabilidade e obter o benefício a contar da data do requerimento, observado o disposto nos incisos II e III do art. 74 e no art. 75.

Parágrafo único. As avaliações especiais de desempenho realizadas durante o período de estágio probatório serão consideradas para a apuração da média de que trata o inciso II do art. 74."

Art. 3º Ficam convalidadas as promoções verticais concedidas anteriormente à edição desta Lei que encontrem fundamento nos critérios fixados nos arts. 27-A e 74-A, incluídos por esta Lei Complementar, respectivamente, nas Leis Complementares nº 661 e nº 662, de 28 de novembro de 2007.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 972/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 972, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

CRIA E EXTINGUE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NOS QUADROS PERMANENTES DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BLUMENAU - SAMAE, QUE CONSTITUEM, RESPECTIVAMENTE, OS ANEXOS I E VII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 661, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, BEM COMO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO, QUE CONSTITUI O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR

Nº 662, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e sancionou e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados os cargos de provimento efetivo nas categorias, nomenclaturas, grupos ocupacionais, quantidades e cargas horárias semanais abaixo indicados:

I - no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007:

CATEGORIA	NOMENCLATURA	GOC	QTDE	C/H
9	ADMINISTRADOR	GE	10	30
8	ANALISTA DE INFORMÁTICA	GE	2	30
8	ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	GE	15	30
9	AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO	GE	5	40
5	EDUCADOR SOCIAL	GF	28	40
9	ENFERMEIRO	GE	43	30
10	ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	GE	2	30
10	ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	GE	2	30
5	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	GF	8	40
8	JORNALISTA	GE	1	30
11	MÉDICO	GE	38	20

10	MÉDICO VETERINÁRIO	GE	12	30
9	NUTRICIONISTA	GE	11	30
9	PSICÓLOGO	GE	25	20
8	RELAÇÕES PÚBLICAS	GE	3	30
6	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GT	263	30
6	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	GT	7	40

II - no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE, que constitui o Anexo VII da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007:

CATEGORIA	NOMENCLATURA	GOC	QTDE	C/H
12	ADVOGADO	GE	1	30
10	CONTADOR	GE	1	30
9	ECONOMISTA	GE	1	30
6	TÉCNICO EM LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA E ESGOTO	GT	6	40

Art. 2º Ficam extintos no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, os cargos de provimento efetivo nas categorias, nomenclaturas, grupos ocupacionais, quantidades e cargas horárias abaixo indicados:

CATEGORIA	NOMENCLATURA	GOC	QTDE	C/H
3	AGENTE DE MANUTENÇÃO	GO	12	40
3	AGENTE DE OBRAS	GO	4	40
7	ANALISTA DE SUPRIMENTOS	GE	16	30
9	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	GE	12	30
9	FISIOTERAPEUTA	GE	8	30
9	FONOAUDIÓLOGO	GE	4	30
10	GEÓGRAFO	GE	2	30
10	GEÓLOGO	GE	5	30
5	INSTRUTOR	GF	23	20
5	INSTRUTOR	GF	3	30
5	INSTRUTOR	GF	14	40
4	MECÂNICO	GF	15	40
4	OPERADOR DE MÁQUINAS	GO	11	40
7	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GE	2	40
3	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	GO	65	40
6	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	GT	2	40
3	TELEFONISTA	GF	3	30
7	TURISMÓLOGO	GE	2	30

Art. 3º Ficam extintos no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau (SAMAE), que constitui a Anexo VII da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, 4 (quatro) cargos de provimento efetivo de Laboratorista de Análise de Água e Esgoto, categoria 4, Grupo Ocupacional Funcional, carga horária 40 horas semanais.

Art. 4º Ficam incluídos no Manual de Ocupações dos cargos



efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-B da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, as responsabilidades,

atribuições e os requisitos para provimento do cargo efetivo de Engenheiro de Telecomunicações, na forma do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 5º No Quadro Permanente de Pessoal do Magistério, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007:

I - ficam criados 830 (oitocentos e trinta) cargos de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Especialista (GE), carga horária 40 horas semanais;

II - ficam extintos:

a) 363 (trezentos e sessenta e três) cargos de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Especialista (GE), carga horária 20 horas semanais;

b) 60 (sessenta) cargos de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Especialista, carga horária 10 horas semanais;

c) 36 (trinta e seis) cargos de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, Grupo Ocupacional Especialista, carga horária 40 horas semanais;

d) 100 (cem) cargos de provimento efetivo de Educador, Grupo Ocupacional Funcional, carga horária 20 horas semanais;

e) 694 (seiscentos e noventa e quatro) cargos de provimento efetivo de Educador, Grupo Ocupacional Funcional, carga horária 40 horas semanais.

Art. 6º Ficam transferidos:

I - do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, para o Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-A do mesmo diploma legal:

a) três cargos de Agente de Manutenção, categoria 3, Grupo Ocupacional Operacional, carga horária 40 horas semanais;

b) dois cargos de Instrutor, categoria 5, Grupo Ocupacional Funcional, carga horária 20 horas semanais;

c) um cargo de Instrutor, categoria 5, Grupo Ocupacional Funcional, carga horária 40 horas semanais;

II - do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério, que constitui o Anexo I da Lei Complementar n. 662, de 28 de novembro de 2007, para o Quadro Especial de Pessoal do Magistério, que constitui o Anexo II do mesmo diploma legal, cento e quarenta e um cargos de Educador, Grupo Ocupacional Funcional, carga horária 40 horas semanais, mantidos os mesmos valores dos padrões de vencimento, interstícios e percentuais da faixa de vencimento desses cargos do quadro permanente;

III - do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-B da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, para o Manual de Ocupações do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I-C do mesmo diploma legal, as responsabilidades, atribuições e requisitos para provimento dos cargos de que trata o inciso I deste artigo;

IV - do Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério, que constitui o Anexo III da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, para o Manual de Ocupações do Quadro Especial de Pessoal do Magistério, que constitui o Anexo IV do mesmo diploma legal, as responsabilidades, atribuições e requisitos para provimento dos cargos de que trata o inciso II deste artigo.

Art. 7º Fica autorizada a cessão de servidores públicos efetivos entre a Administração Direta e Indireta do Município e a Câmara Municipal de Blumenau, com anuência do servidor, e, a critério do Administrador Público, pode ser concedida gratificação de função, legalmente prevista, ao servidor cedido.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO  
(art. 4º da LC 972, de 30 de março de 2015)

ANEXO I-B  
PLANO DE CARGOS E CARREIRAS 2008  
MANUAL DE OCUPAÇÕES  
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

Atuar em sistemas de telecomunicações contemplando transmissão de sinais de voz, imagens e dados.

Trabalhar com comunicações ópticas e comunicações sem fio, sistemas de telefonia fixa e móvel, bem como no desenvolvimento de projetos e montagem de sistemas de gerência e segurança de redes de telecomunicações e comunicações de dados.

Desenvolver sistemas informatizados que possibilitam gerenciamento de redes e dispositivos em aplicações específicas.

Absorver e aplicar novas tecnologias ligadas aos sistemas de telecomunicações.

Exercer atividades de especificação técnica, projeto, execução, supervisão, manutenção e gerenciamento de infra-estruturas voltadas à área de telecomunicações.

Acompanhar: a) a contratação de serviços e equipamentos junto a entidades públicas e privadas do sistema de telecomunicações; b) a manutenção de equipamentos de telecomunicações da Prefeitura;

Preparar e reciclar equipes de manutenção.

Analisar projetos desenvolvidos por fabricantes e consultores.

Analisar, pesquisar e estudar novas técnicas de manutenção dos sistemas de telecomunicações.  
Efetuar o dimensionamento e aquisição de sobressalentes e equipamentos de reserva;

Solicitar a aquisição de componentes, peças e módulos, objetivando a manutenção dos equipamentos;

Elaborar: a) manuais, normas e formulários de controle e instruções técnicas de manutenção dos sistemas de comunicação; b) projetos dos sistemas de comunicações, sejam eles via rádio, fibra óptica, cabos metálicos, etc.; c) relatórios de licenciamento de instalação do sistema de comunicação.

Estudar: a) e analisar demanda de comunicação; b) e avaliar desempenho de equipamentos, serviços próprios ou locados e seus métodos de manutenção;

Executar ensaios em equipamentos e instalações, com base em análises de ocorrências nos sistemas elétricos.

Implantar projetos das instalações em operação.

Inspecionar: a) e efetuar ensaios de simulação em fábrica e testes de recebimento de equipamentos; b) periodicamente instalações e/ou equipamentos em cumprimento às normas e procedimentos estabelecidos.

Levantar custos e elaborar orçamentos específicos dos sistemas de telecomunicações.

Ministrar treinamentos ou palestras sobre assuntos relacionados à área, visando o aperfeiçoamento e desenvolvimento.

Participar das atividades de elaboração de documentos técnicos de licitação para aquisição de materiais, serviços, implantação dos projetos e/ou melhorias e adequação de sistemas de telecomunicações.

Prestar suporte técnico especializado nas manutenções das unidades descentralizadas.

Realizar: a) estudos de diagnósticos de situação dos sistemas de telecomunicações, comando e controle; b) levantamento para elaboração dos desenhos "as built", decorrentes de modificações e/ou melhorias equipamentos dos sistemas de telecomunicações em operação; c) trabalhos de comissionamento de novos equipamentos e instalação dos sistemas de comunicação.

Solucionar problemas técnicos junto a fabricantes, fornecedores, entidades técnicas, empresas congêneres e órgãos.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

#### REQUISITOS PARA CARGO:

Formação: Obrigatória Formação Superior Completa em Engenharia de Telecomunicações, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizar do Exercício da Profissão.

Outros estabelecidos nas leis municipais do regime jurídico único do servidor e do plano de carreira.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 973/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 973, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR

Nº 636, DE 27 DE ABRIL DE 2007, QUE CRIA O COMITÊ DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 636, de 27 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]

[...]

§1º O mandato dos membros indicados pelo Poder Executivo e pelas entidades sindicais será de quatro anos, permitida a recondução para um único período."

Art. 2º O mandato dos membros do Comitê de Investimentos no exercício da função em janeiro de 2015 será automaticamente estendido para o período de quatro anos.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos dos membros do Comitê de Investimento, com mandato prorrogado por força do caput deste artigo, praticados no exercício da função anteriormente à promulgação desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 976/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 976, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 889, DE 21 DE MAIO DE 2013 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 393, DE 25 DE MARÇO DE 2003.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A tabela de referências de vencimento por letras dos cargos de provimento em comissão, disposta no artigo 2º, da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013, fica acrescida dos seguintes cargos, criados por Resolução do Plenário da Câmara Municipal:

#### CARGO REFERÊNCIA VALOR

Assessor Executivo da Presidência H R\$ 5.867,26  
Controlador Interno I R\$ 7.550,83  
Coordenador de Serviços F R\$ 4.365,81  
Diretor de Comunicação J R\$ 9.140,91

Parágrafo único. Ficam extintos na tabela de referências de que trata este artigo, os seguintes cargos de provimento em comissão: Assessor de Imprensa, Coordenador da Escola do Legislativo e Coordenador de Serviços da Presidência e reduzida, de 3 (três) para 2 (duas), uma vaga do cargo de Assessor Executivo.

Art. 2º É acrescentado o artigo 3º-A, à Lei Complementar nº 889/2013, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A. As gratificações das funções de confiança, descritas nos incisos deste artigo, constantes da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e criadas por Resolução do Plenário do Poder Legislativo, são fixadas nos seguintes percentuais do valor da referência 60 (sessenta), conforme o Anexo II, da Lei nº 5.655, de

29 de junho de 2001, atualizada:

I - Motorista Oficial da Presidência - 35% (trinta e cinco por cento);

II - Coordenação de Licitações - 100% (cem por cento);

III - Coordenação de Empenho e Controle de Custos - 50% (cinquenta por cento);

IV - Coordenação de Avaliação de Desempenho - 35% (trinta e cinco por cento);

V - Coordenação de Gestão de Pessoas - 100% (cem por cento);

VI - Coordenação de Compras - 100 % (cem por cento);

VII - Coordenação de Contabilidade - 100% (cem por cento);

VIII - Coordenação da Escola do Legislativo - 70% (setenta por cento);

IX - Coordenação Pedagógica da Escola do Legislativo - 50% (cinquenta por cento);

X - Coordenação de Gestão Fiscal - 70% (setenta por cento);

XI - Coordenação de Gestão Administrativa - 70% (setenta por cento);

XII - Coordenação de Site Oficial - 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 3º O caput e o § 1º do artigo 1º, da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003, que "Institui gratificação de função na Estrutura Administrativa da Câmara Municipal", passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Sem prejuízo das gratificações previstas na Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ficam instituídas gratificações de função, de até 100% (cem por cento) do valor do vencimento da referência 48 (quarenta e oito) e de até 100% (cem por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta), do Quadro de Referências de Vencimento previsto na Lei nº 5.655, de 29 de junho de 2001, destinada a remunerar servidor de carreira da Câmara Municipal e do Município quando cedido, designado para desempenhar função ou outros encargos de especial responsabilidade e maior complexidade técnica ou administrativa que não justifiquem a criação de cargos, a ser concedida e livremente destituível por ato do Presidente.

§1º Fica limitada em 25 (vinte e cinco), a quantidade de gratificações instituídas nesta Lei Complementar."

Art. 4º Ficam revogados os incisos I, II, III e VI do artigo 3º, da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 977/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 977, DE 30 DE MARÇO DE 2015.  
SUBSTITUI O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR  
Nº 751, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Anexo I da Lei Complementar nº 751, de 23 de março de 2010 (Mapa de Zoneamento), fica substituído pelo anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Ficam excluídos das alterações previstas nesta lei complementar, os imóveis com testada para a Rua Benjamin Constant, que possuem acive suave, cujos trechos frontais continuam localizados em Zona Residencial 1 (ZR1), no Bairro Escola Agrícola.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 30 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 978/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 978, DE 01 DE ABRIL DE 2015.  
ALTERA AS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO E DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU, ESTABELECIDAS RESPECTIVAMENTE NAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2013 E Nº 10, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As alíneas "a" e "b" do inciso IV do art. 1º da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, passam a vigorar acrescidas dos seguintes números:

"Art. 1º [...]

[...]

IV - [...]

a - [...]

[...]

22 - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED;

[...]

b - [...]

5 - Conselho Municipal do Bem-Estar Animal - COMBEA;

6 - Conselho Municipal de Transparência e Controle Social."

Art. 2º O art. 10 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. Unidades Administrativas diretamente subordinadas à Secretaria Municipal de Gestão Governamental:

I - Diretoria Geral;

II - Diretoria de Orçamento, que compreende em sua estrutura interna a Gerência de Orçamento;

III - Diretoria de Captação de Recursos;

IV - Diretoria de Planejamento de Governo, que compreende em sua estrutura interna a Gerência de Monitoramento e Avaliação e Processos;

V - Diretoria de Escritório de Projetos, que compreende em sua estrutura interna a Gerência de Programas e Projetos de Governo;

VI - Diretoria de Custos, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Gerência de Padronização de Serviços e Produtos;

b) Gerência de Composição de Custos;

VII - Diretoria de Infraestrutura Tecnológica, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Gerência de Infraestrutura;

b) Gerência de Apoio e Suporte;

VIII - Diretoria de Sistemas, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Gerência de Sistemas de Informação;

b) Gerência de Novos Desenvolvimentos;

IX - Gerência de Transparência.

Art. 3º O inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]

[...]

II - Diretoria de Controle interno, que compreende em sua estrutura interna a Gerência de Auditorias;"

Art. 4º O art. 12 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

"Art. 12. [...]

[...]

III - Diretoria de Atendimento ao Empreendedor, que compreende em sua estrutura interna a Gerência de Atendimento."

Art. 5º A alínea "b" do inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo, no inciso I, as alíneas "c" e "d", e o inciso IV:

"Art. 14. [...]

I - [...]

[...]

b) Gerência de Novas Mídias, com as seguintes unidades subordinadas:

c) Gerência de Redação;

d) Gerência de Jornalismo, com as seguintes unidades subordinadas:

1) Assessoria de Imprensa;

2) Assessoria de Imprensa;

[...]

IV - Diretoria de Relacionamento Institucional."

Art. 6º No Anexo XIX da Lei Complementar nº 870, de 01 de janeiro de 2013:

I - fica alterada a denominação do cargo de provimento em comissão, símbolo CC-3, de "Gerente de Jornalismo e Novas Mídias (SECOM)", para "Gerente de Novas Mídias (SECOM);

II - ficam criados os seguintes cargos:

a) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Diretor de Relacionamento Institucional (SECOM), símbolo CC-2, valor de vencimento de R\$ 4.808,84 (quatro mil, oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos);

b) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Diretor de Atendimento ao Empreendedor (SEFAZ), símbolo CC-2, valor de vencimento de R\$ 4.808,84 (quatro mil, oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos);

c) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Gerente de Transparência (SEGG), símbolo CC-3, valor de vencimento de R\$ 2.662,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos);

d) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Gerente de Redação (SECOM)", símbolo CC-3, valor de vencimento de R\$ 2.662,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos);

e) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Gerente de Jornalismo (SECOM), símbolo CC-3, valor de vencimento de R\$ 2.662,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos);

f) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Gerente de Atendimento (SEFAZ)", símbolo CC-3, valor de vencimento de R\$ 2.662,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos);

g) 01 (um) cargo de provimento em comissão de "Gerente de Auditorias (GAPREF)", símbolo CC-3, valor de vencimento de R\$ 2.662,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

Art. 7º Os Anexos I, II, V, VI e VII da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013, ficam substituídos pelos anexos de igual número e denominação que acompanham esta Lei Complementar.

Art. 8º O inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo o inciso V:



"Art. 3º [...]

[...]

II - Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa;

[...]

V - Gerência Administrativa."

Art. 9º O Anexo I da Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, fica substituído pelo anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei Complementar.

Art. 10. No Anexo II da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, fica alterada a denominação do cargo de provimento em comissão, símbolo CC-3, de "Gerente Administrativo e Legislativo" para "Gerente Administrativo".

Art. 11. O §1º do art. 7º da Lei Complementar nº 10, de 21 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

"Art. 7º [...]

§1º [...]

[...]

III - Gerência de Comunicação;"

Art. 12. No Anexo I da Lei Complementar nº 876, de 1º de janeiro de 2013, fica criado o cargo de "Gerente de Comunicação", símbolo CC-3, valor de vencimento de R\$ 2.662,53 (dois mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

Art. 13. O Anexo II da Lei Complementar nº 876, de 1º de janeiro de 2013, fica substituído pelo anexo de igual número e denominação que acompanha esta Lei Complementar.

Art. 14. Ficam revogados:

I - os números 3 e 4 da alínea "b" do inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013;

II - a alínea "a" do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.432/2014

DECRETO Nº 10.432, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, um IMÓVEL PERTENCENTE A ELVIRA HEIN BECKER, LUIS HERMANN BECKER, MARA SUELY SOARES E MARLY ROMI DA SILVEIRA, DESTINADO à ampliação do COMPLEXO DA E.T.A. II.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, um terreno de propriedade de Elvira Hein Becker, Luis Hermann Becker, Mara Suely Soares e Marly Romi da Silveira, situado nesta Cidade, no Bairro Itoupava Seca, na Rua Bahia, contendo a área de 533,26m², fazendo frente em 15,00m com o lado par da Rua Bahia, fundos em 13,36m com terras DO Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE; estremando pelo direito em 37,64m com terras de Moacir Artur da Silva e Ellen Kathe Da Silva, e, pelo lado esquerdo em 37,60m com o Edifício Bahia, sem benfeitorias, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis dessa Comarca sob nº 49.439.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo será destinado a ampliação do Complexo da E.T.A. II.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 11 de setembro de 2014.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.574/2015

DECRETO Nº 10.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES  
NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

33 - SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3301 - Gabinete do Diretor Presidente  
Atividade 33.01.04.122.0002.2212 - Man. Ativ. Gab. Dir. Pres. do SETERB  
Modalidade 3.3.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3302 - Diretoria Administrativo - Financeira  
Atividade 33.02.04.122.0002.2213 - Man. Ativ. Adm. e Financ. do SETERB  
Modalidade 3.3.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3303 - Diretoria de Transito  
Atividade 33.0306.125.0005.2217 - Manut. Ativ. Trânsito  
Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 67.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

3304 - Diretoria de Transportes  
Atividade 33.04.26.453.0005.2216 - Manut. Ativ. Transportes  
Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares aberto no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

33 - SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3301 - Gabinete do Diretor Presidente

Atividade 33.01.04.122.0002.2212 - Man. Ativ. Gab. Dir. Presid. SETERB

Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3302 - Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 - Man. Ativ. Adm. e Fin. do SETERB

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3303 - Diretoria de Transito

Atividade 33.0306.125.0005.2217 - Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.1.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3304 - Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 - Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 24 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.575/2015

DECRETO Nº 10.575, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 1.340,18 (um mil, trezentos e quarenta reais e dezoito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Superv. Proj. Mel. Amp. Corredor Est. Norte - Prog. Mob. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (644) Aplicações Diretas R\$ 1.340,18

Fonte de Recursos 0386.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 24 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.588/2015

PORTARIA Nº 18.588, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere com o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 357/15, da Diretoria de Compras e Licitações, datado de 25/03/2015, resolve:

Art. 1º Designar, sem ônus para o Município e sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Encarregada de Analisar e Julgar Licitações no Município, com as atribuições constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de abril de 2015:

FÁBIO WEIDGENANT, matrícula nº 16.725-8, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Compras, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

LUCIMARA HELENA ROSENBRÖCK ANACLETO, matrícula nº 17.980-4, ocupante do cargo em comissão de Gerente das Comissões de Licitação, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

KÁTIA GIOVANA LEITE, matrícula nº 18.558-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

TAIANA LIZ DE MELLO, matrícula nº 22.251-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD;

RAFAELA ODEBRECHT DOS SANTOS, matrícula nº 21.784-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 2º Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º Na ausência do Presidente, a Comissão será presidida pela servidora LUCIMARA HELENA ROSENBRÖCK ANACLETO.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 27 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.591/2015

PORTARIA Nº 18.591, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA FRED HORST MANKE JUNIOR DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto

nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

#### EXONERAR

FRED HORST MANKE JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 18.397, de 29 de janeiro de 2015, no dia 31 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 31 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 18.593/2015

PORTARIA Nº 18.593, DE 31 DE MARÇO DE 2015.  
NOMEIA FRED HORST MANKE JUNIOR  
PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

#### NOMEAR

FRED HORST MANKE JUNIOR, para o exercício do cargo em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, no dia 02 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 31 de março de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 18.600/2015

PORTARIA Nº 18.600, DE 01 DE ABRIL DE 2015.  
AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAISON JONI PEREGUDA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE CONTADOR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

#### AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal JAISON JONI PEREGUDA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, a contar de 31 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/2466.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 18.601/2015

PORTARIA Nº 18.601, DE 01 DE ABRIL DE 2015.  
DISPENSA O PROFESSOR MARCOS DIAS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DA EBM "WILHELM THEODOR SCHURMANN".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei nº 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 142/2015 Gabinete SEMED, de 27/03/2015, resolve:

DISPENSAR, a contar de 04 de agosto de 2014, o Professor MARCOS DIAS, do exercício da função de Diretor Escolar da EBM "Wilhelm Theodor Schurmann, nomeado pela Portaria nº 16.460, de 14/12/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 01 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 384/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 384/2015  
DESIGNAR OS REPRESENTANTES QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE TODO PROCESSO SELETIVO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

#### DESIGNAR

Os representantes que irão compor a Comissão responsável pela organização e avaliação de todos Processos Seletivos Internos da Secretaria Municipal de Saúde, sem ônus para o Município.

Vanessa Jacques Delfes Varela	Gerência de Ambulatório e Saúde da Família
Eliane Kosinski Von Dentz	Gerência de Ambulatório e Saúde da Família
Danielle Merhy Leal Monllor	Gerência de Saúde Mental
Dulcinea Baher Andre	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Natasha Cristina Vieira	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Sheila Sabrina Decker Hammes	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Roseli Ludwinsky De Souza	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Janete Cristina Stulp	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Juliana Ludwig Quintani	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Fabiana Gonçalves Félix Maciel	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Augusta Rodrigues da Silva	Conselho Municipal de Saúde
Irineu Otte	Conselho Municipal de Saúde
Ieda Bernardina Vargas	Sindicato dos Trab. no Serviço Público Municipal
Marco Antonio De Aviz	Sindicato dos Trab. No Serviço Público Municipal
Jerusa Wilbert	Serviço de Atenção Domiciliar
Terezinha Rosa Dalpizzol	Serviço de Atenção Domiciliar
Nauria Da Silva Guimarães	Escola Técnica de Saúde
Gisele De Cassia Galvão Ruaro	Escola Técnica de Saúde
Wagner Iansen Pansard	Gerência de Saúde Bucal

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em 27 de março de 2015.  
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR  
Secretária Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 003/2015 - SEMUDES**

PORTARIA Nº 003/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL CONJUNTA DE DIREITOS HUMANOS E CONFERÊNCIA LIVRE.

Valdecir Mengarda, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 17.767, de 05 de maio de 2014, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990; em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos, tendo a seguinte composição:

Nilvana Campos Gonçalves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Básica, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Ludmila Ribeiro Kander, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, representante da Diretoria de Proteção Social Básica, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Maria Mercedes Farias Luttke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Karine Freygang, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Atenção ao Idoso, representante da Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Vanessa Raquel Cardoso, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Carolinne Kistenmacher Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Vânia Reiter Pellense, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, representante da Diretoria Administrativo Financeira, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Márcia Roseli Guetter Geisler, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Gestão Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Angelita Ana Largura Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Gestão Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Denívia Kruger Fanka, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Assistente Social, representante da Gerência de Gestão Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Daiane Mantoanelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Apoio aos Conselhos, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Daniele Bené Lahorgue Lopes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Apoio aos Conselhos, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Anelize Termann Schlosser, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Eva Salet Mendes Johann, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Ivone Serpa, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Maria de Lourdes Sabel, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Eliane Luchini, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal do Idoso;

Perla Torrens FelSky Silveira, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal do Idoso;

André René Nader Rodrigues, Conselheiro Municipal, representante do Conselho Municipal do Idoso;

Talita Cristiane Sutter Freitas, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal do Idoso;

Marco Antônio Bottós, Conselheiro Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Márcia Anita Coelho, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

André Barbosa, Conselheiro Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Ester de Lima Carvalheiro Moreira, Conselheira Municipal, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 2º Instituir a Comissão Organizadora da Conferência Livre, composta por representantes governamentais, sendo:

Honorina da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Gerência de Apoio aos Conselhos, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Erica Lídia Schmitt, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Bárbara Fraga Carneiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, representante da Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Aline Maria Cestari Krueger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, representante da Diretoria de Proteção Social Básica, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento



Social.

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos:

I - discutir o orçamento;

II - discutir e aprovar o Projeto e Regimento Interno da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos;

III - discutir, aprovar e acompanhar a metodologia de assessoria e execução da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos;

IV - propor estratégias de mobilização e divulgação;

V - discutir e acompanhar a operacionalização da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos;

VI - propor e aprovar materiais relativos à organização da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos;

VII - prever a acessibilidade das pessoas com deficiência;

VIII - acompanhar as ações desenvolvidas na I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos, com fundamento nas disposições do Regimento Interno;

IX - aprovar o Relatório Final da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos.

§ 1º A Gerência de Gestão Social da Semudes prestará assessoria técnica à Comissão Organizadora no planejamento e elaboração da I Conferência Municipal Conjunta de Direitos Humanos.

Art. 4º Compete à Comissão Organizadora da Conferência Livre:

I - discutir o orçamento;

II - discutir e aprovar o Projeto e Regimento Interno da Conferência Livre;

III - discutir, aprovar e acompanhar a metodologia de assessoria e execução da Conferência Livre;

IV - propor estratégias de mobilização e divulgação;

V - discutir e acompanhar a operacionalização da Conferência Livre;

VI - propor e aprovar materiais relativos à organização da Conferência Livre;

VII - prever a acessibilidade das pessoas com deficiência;

VIII - acompanhar as ações desenvolvidas na da Conferência Livre, com fundamento nas disposições do Regimento Interno;

IX - aprovar o Relatório Final da Conferência Livre.

§ 1º A Gerência de Gestão Social da Semudes prestará assessoria técnica à Comissão Organizadora no planejamento e elaboração da Conferência Livre.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

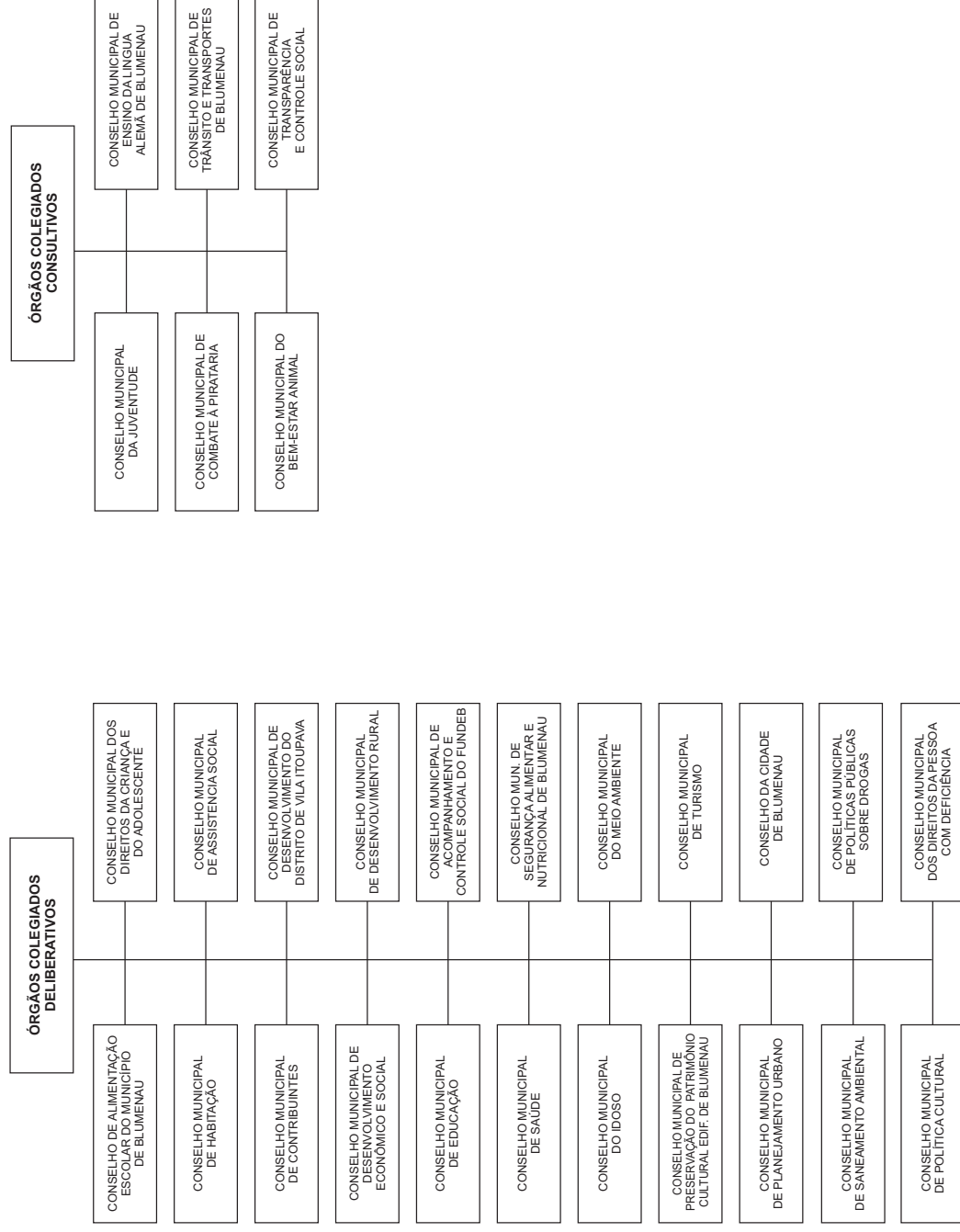
Blumenau/SC, em 01 de abril de 2015.

VALDECIR MENGARDA	IVONE SERPA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

IRENE JOANA NERLICH SOTTO	PAULA FERNANDA CORRÊA
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso	Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

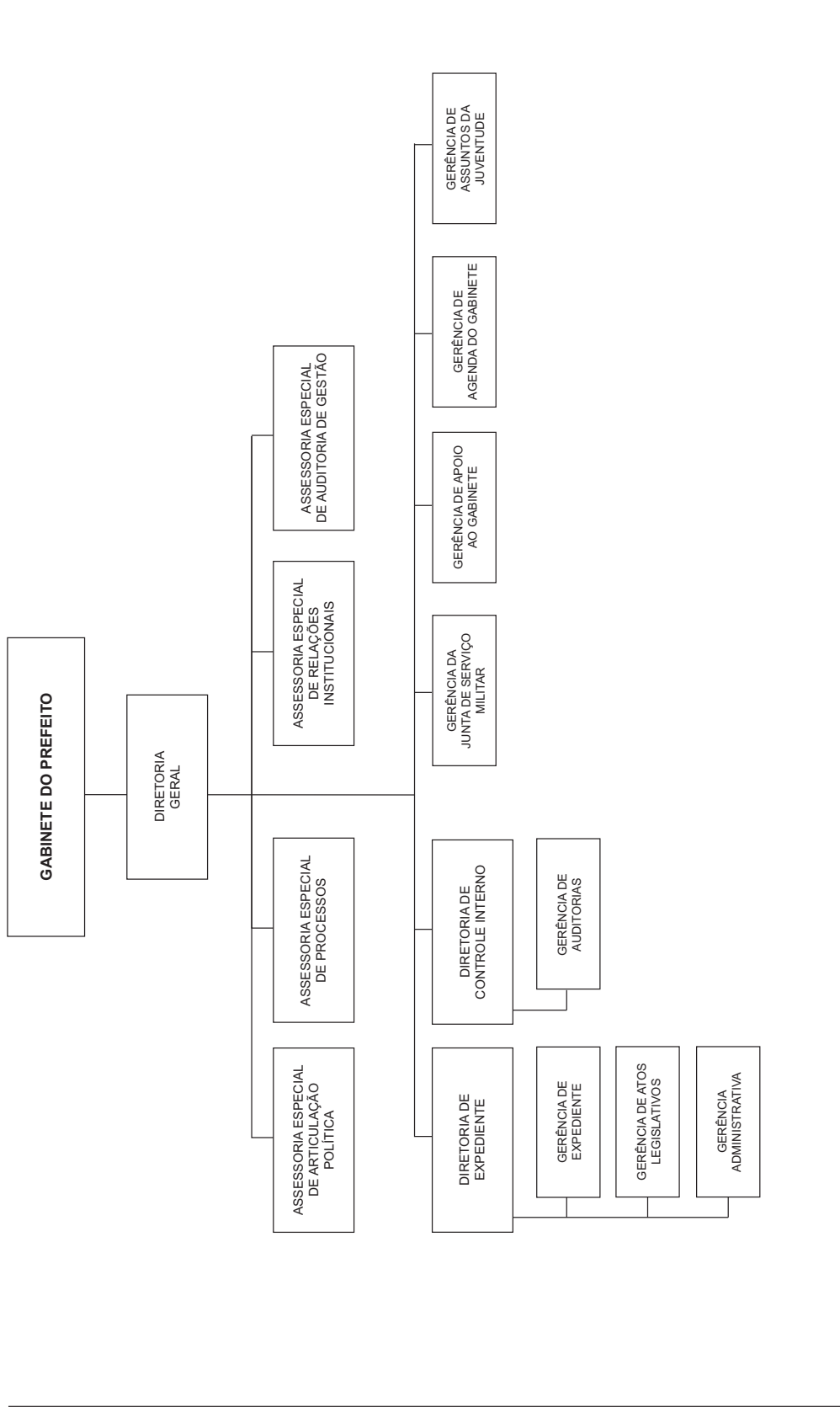
**LEI COMPLEMENTAR Nº 978/2015 - ANEXOS**

Anexo I

**Conselhos Municipais**



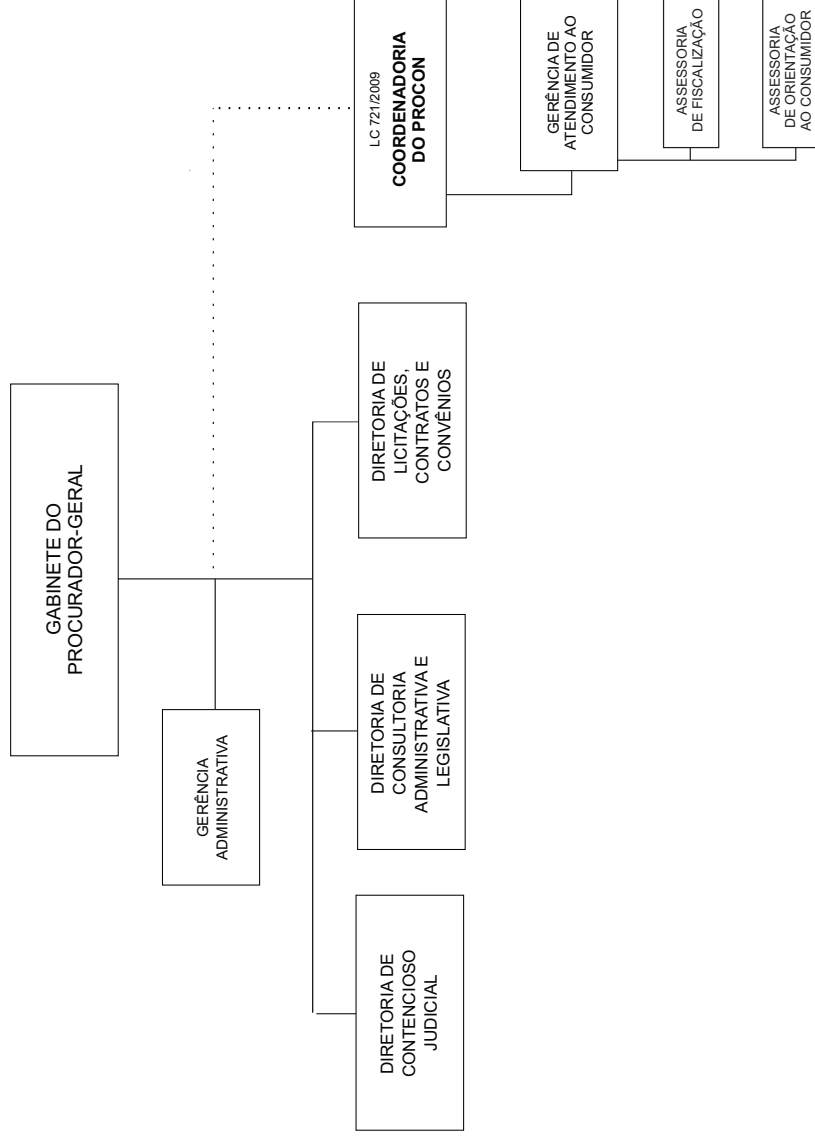
Anexo II  
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO  
**Gabinete do Prefeito**





Anexo I

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO

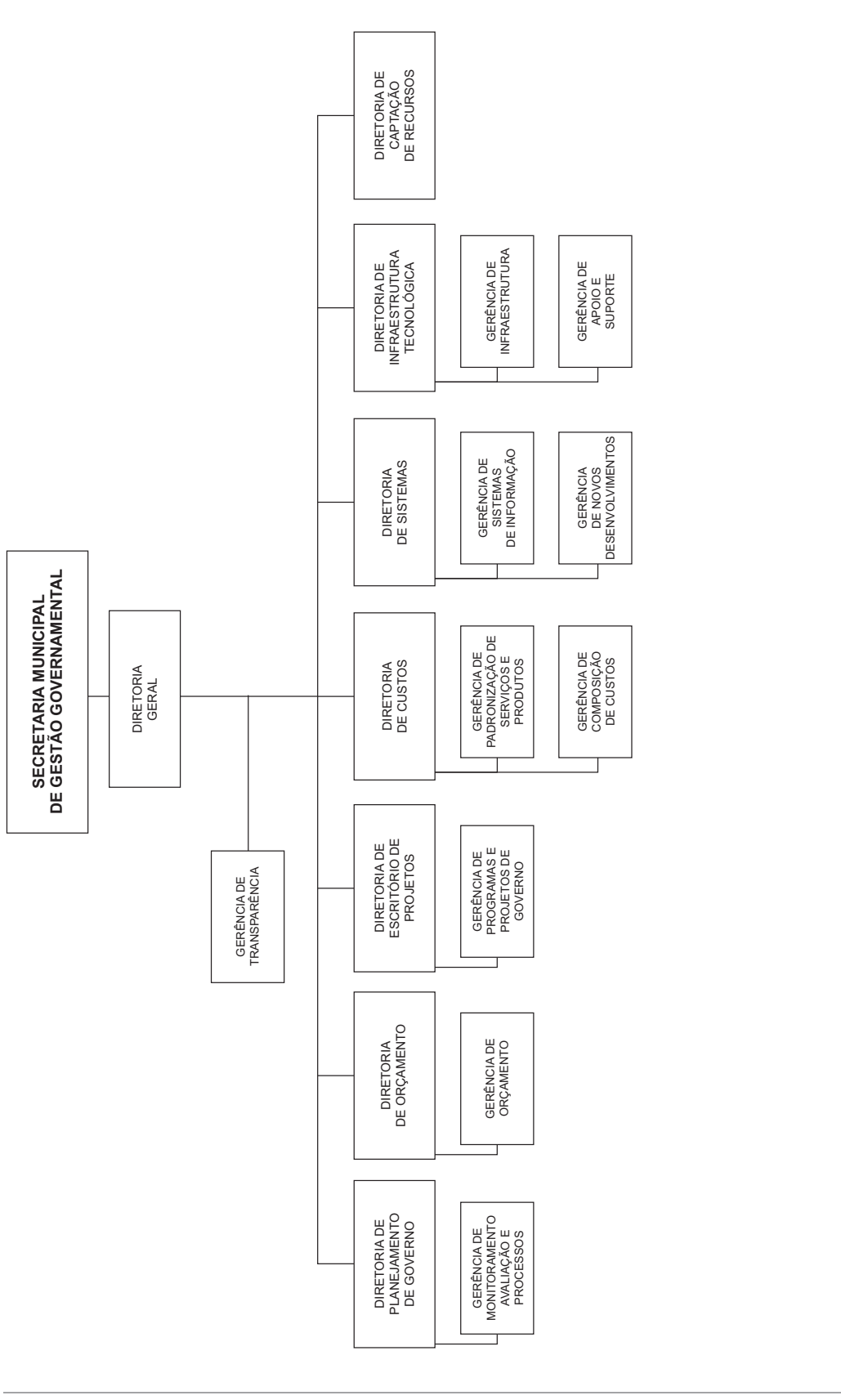
**Procuradoria Geral do Município**





Anexo V

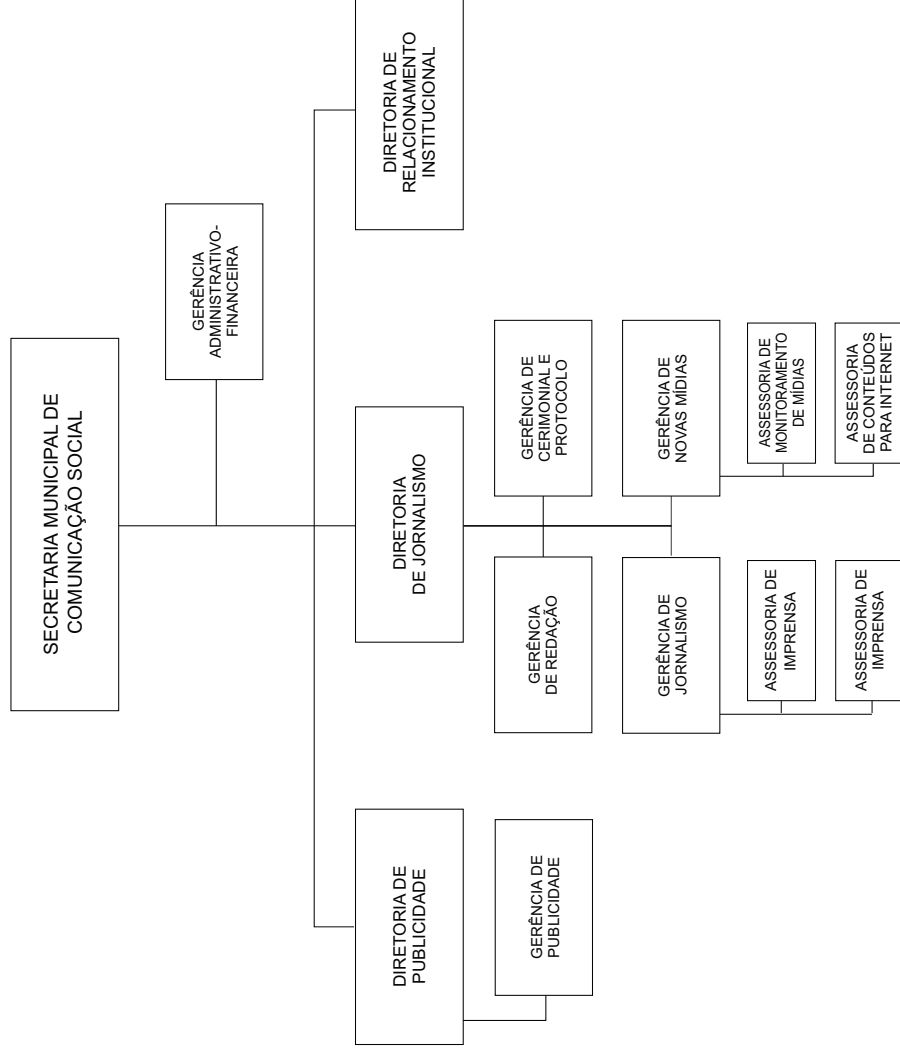
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO

**Secretaria Municipal de Gestão Governamental**



Anexo VII

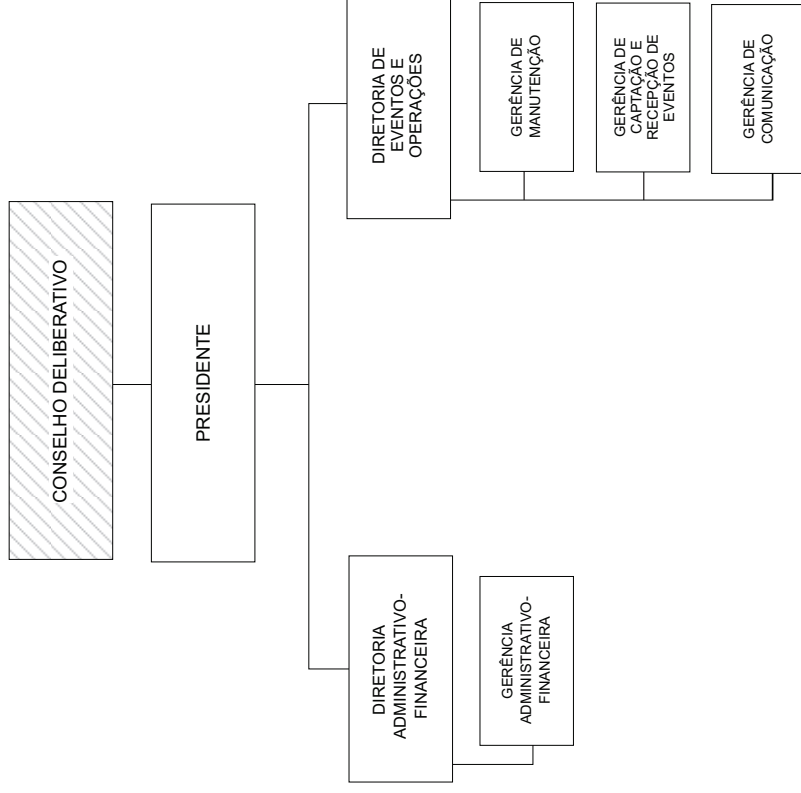
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO

**Secretaria Municipal de Comunicação Social**



Anexo II

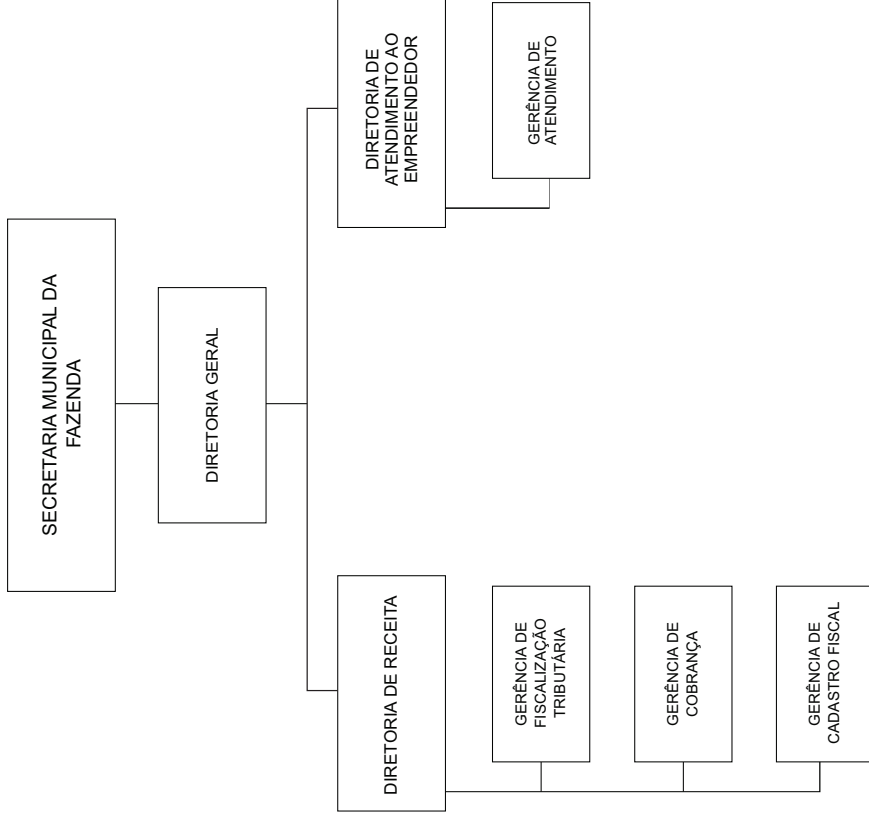
ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO

**Fundação Promotora de Exposições de Blumenau**



Anexo VI

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO

**Secretaria Municipal da Fazenda**



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 443**

RESOLUÇÃO Nº 443

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE COMISSÕES LEGISLATIVAS, COORDENAÇÃO DE TRÂMITE DE PROPOSIÇÕES, COORDENAÇÃO DE SESSÃO LEGISLATIVA E COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO CONTÁBIL À COMISSÃO PERMANENTE NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Comissões Legislativas no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, com objetivo de prestar assessoria às Comissões Legislativas, coordenando o andamento dos projetos.

Art. 2º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Trâmite de Proposições no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, que tem por objetivo coordenar o processamento e tramitação das proposições da Câmara Municipal.

Art. 3º. Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Sessão Legislativa, com o objetivo de coordenar o andamento das Sessões Legislativas da Câmara Municipal.

Art. 4º. Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Apoio Técnico Contábil à Comissão Permanente, com o objetivo de exercer a consultoria financeira à Comissão Legislativa Permanente de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, nas matérias contábeis.

Art. 5º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", ficam acrescentados os números 2, 3, 4 e 5, à alínea "b" do inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

.....  
.....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

b) vinculadas à Diretoria Legislativa:

.....  
.....

2 - Coordenação de Comissões Legislativas;  
3 - Coordenação de Trâmite de Proposições;  
4 - Coordenação de Sessão Legislativa;  
5 - Coordenação de Apoio Técnico Contábil à Comissão Permanente."

Art. 6º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de

2013, fica acrescentado após o artigo 26, a Subseção III, VI, V e VI, e os artigos 26-A, 26-B, 26-C, 26-D, 26-E, 26-F, 26-G e 26-H, com as seguintes redações:

"Subseção III

Da Coordenação de Comissões Legislativas

Art. 26-A. A Coordenação de Comissões Legislativas é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, que tem por objetivo prestar assessoria às Comissões Legislativas, coordenando o andamento dos projetos.

Art. 26-B. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Comissões Legislativas, sob orientação e acompanhamento do Diretor Legislativo, compete:

I - assessorar as Comissões Legislativas nas reuniões ordinárias e extraordinárias, controlando a frequência, assinaturas e realizando apontamentos para a ata;

II - coordenar o andamento dos projetos em trâmite nas Comissões, gerenciando seus prazos;

III - coordenar a emissão de ofícios e controlar o prazo para resposta das solicitações efetuadas pelas Comissões.

Subseção IV

Da Coordenação de Trâmite de Proposições

Art. 26-C. A Coordenação de Trâmite de Proposições é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, que tem por objetivo coordenar o processamento e tramitação das proposições da Câmara Municipal.

Art. 26-D. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Trâmite de Proposições, sob orientação e acompanhamento do Diretor Legislativo, compete:

I - coordenar o processamento e tramitação das proposições, física e eletronicamente, desde a autuação até o arquivamento;

II - controlar os prazos regimentais;

III - coordenar a atualização no sistema eletrônico de acompanhamento de processos legislativos;

IV - coordenar o encaminhamento e retorno dos projetos às Comissões.

Subseção V

Da Coordenação de Sessão Legislativa

Art. 26-E. A Coordenação de Sessão Legislativa é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, que tem por objetivo coordenar o andamento das Sessões Legislativas.

Art. 26-F. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Sessão Legislativa, sob orientação e acompanhamento do Diretor Legislativo, compete:

I - coordenar e controlar a implantação, atualização e aprimoramento do sistema operacional de votação do Plenário;

II - coordenar a preparação das reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes, secretas, itinerantes, de instalação da Legislatura e de eleição, bem como as audiências públicas;

III - coordenar o processo de votação em Plenário.

#### Subseção VI

Da Coordenação de Apoio Técnico Contábil à Comissão Permanente

Art. 26-G. A Coordenação de Apoio Técnico Contábil à Comissão Permanente é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, que tem por objetivo exercer a consultoria financeira à Comissão Legislativa Permanente de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, nas matérias contábeis.

Art. 26-H. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Apoio Técnico Contábil à Comissão Permanente, servidor efetivo com formação em Contabilidade, sob orientação e acompanhamento do Diretor Legislativo, compete exercer a consultoria financeira à Comissão Legislativa Permanente de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização, nas matérias contábeis, exarando pareceres sobre balancetes patrimoniais, orçamentários, econômicos e financeiros da Administração Direta e Indireta."

Art. 7º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 02 DE ABRIL DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 444

RESOLUÇÃO Nº 444

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA VEREADOR MIRIM E A COORDENAÇÃO DE APOIO AO PROGRAMA VEREADOR MIRIM NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação Pedagógica do Programa Vereador Mirim no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, com objetivo de prestar assessoria pedagógica junto aos Vereadores Mirins da Câmara Municipal.

Art. 2º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Apoio ao Programa Vereador Mirim no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Legislativa, que tem por objetivo coordenar o cumprimento regimental e protocolar do Programa Vereador Mirim.

Art. 3º. No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", ficam acrescentados os números 6 e 7, à alínea "b" do inciso V, passando

a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

.....  
.....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

b) vinculadas à Diretoria Legislativa:

.....  
.....

6 - Coordenação Pedagógica do Programa Vereador Mirim (diretamente ligada à Assessoria do Programa Vereador Mirim);

7 - Coordenação de Apoio ao Programa Vereador Mirim (diretamente ligada à Assessoria do Programa Vereador Mirim)."

Art. 4º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 26, a Subseção VII e VIII, e os artigos 26-I, 26-J, 26-K e 26-L, com as seguintes redações:

"Subseção VII

Da Coordenação Pedagógica do Programa Vereador Mirim

Art. 26-I. A Coordenação Pedagógica do Programa Vereador Mirim é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Assessoria do Programa Vereador Mirim, sob supervisão da Diretoria Legislativa, que tem por objetivo prestar assessoria pedagógica junto aos Vereadores Mirins da Câmara Municipal.

Art. 26-J. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador Pedagógico do Programa Vereador Mirim, servidor efetivo e estável com formação em Pedagogia, compete promover ações pedagógicas junto aos Vereadores Mirins, Escolas e Câmara Municipal, visando melhorar a qualidade do programa, desenvolvendo, planejando e elaborando Projetos Político Pedagógicos.

Subseção VIII

Da Coordenação de Apoio ao Programa Vereador Mirim

Art. 26-K. A Coordenação de Apoio ao Programa Vereador Mirim é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Assessoria do Programa Vereador Mirim, sob supervisão da Diretoria Legislativa, que tem por objetivo coordenar o cumprimento regimental e protocolar do Programa Vereador Mirim.

Art. 26-L. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Apoio do Programa Vereador Mirim compete:

I - coordenar a preparação e distribuição do expediente mirim;  
II - zelar pela estrita observância das regras regimentais competentes;  
III - coordenar a elaboração, atualização e cumprimento dos procedimentos protocolares do Programa Vereador Mirim."

Art. 5º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 02 DE ABRIL DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 445****RESOLUÇÃO Nº 445**

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE IMPRENSA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Imprensa no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria de Comunicação, com objetivo de coordenar o trabalho jornalístico da Câmara Municipal.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", ficam acrescentados o número 4, à alínea "f" do inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

f) Diretoria de Comunicação.

.....  
.....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

.....  
.....

f) vinculadas à Diretoria de Comunicação:

.....  
.....

4 - Coordenação de Imprensa (diretamente ligada à Coordenadoria Executiva de Comunicação)."

Art. 3º No Capítulo IV, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 49, a Subseção III e os artigos 49-A e 49-B, com as seguintes redações:

"Subseção III

Da Coordenação de Imprensa

Art. 49-A. A Coordenação de Imprensa é unidade de serviço vinculada a Coordenação de Executiva de Comunicação, sob supervisão da Diretoria de Comunicação, que tem por objetivo coordenar o trabalho jornalístico da Câmara Municipal.

Art. 49-B. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Imprensa, servidor público efetivo, ocupante do cargo de Jornalista, compete, sob supervisão do Coordenador Executivo de Comunicação:

I - coordenar a equipe nos acompanhamentos à Presidência, Membros da Mesa e Vereadores em eventos, quando necessário, para elaboração das notícias a serem veiculadas;

II - acompanhar as sessões, reuniões e eventos realizados pela Câmara e executar e supervisionar a produção de releases de notícias e resumo dos pronunciamentos dos Vereadores;

III - coordenar a elaboração, redação e revisão de materiais informativos para noticiar as atividades desenvolvidas pela Câmara, Mesa Diretora, Comissões e Vereadores."

Art. 4º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 02 DE ABRIL DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 446****RESOLUÇÃO Nº 446**

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A COORDENAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, a Coordenação de Eventos Culturais no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, como Unidade de Coordenação de Serviços, vinculada à Diretoria Geral, responsável pelo uso das dependências do Salão Manoel da Luz Rampeloti, bem como do Plenário Presidente José Henrique Flores Filhos, quando em uso por terceiro, após deliberação regimental.

Art. 2º No artigo 2º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", fica acrescentado o número 8, à alínea "a" do inciso V, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .....

V - Unidades de Coordenação de Serviços:

a) vinculadas à Diretoria Geral:

.....  
.....

8 - Coordenação de Eventos Culturais."

Art. 3º No Capítulo III, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, fica acrescentado após o artigo 20, a Subseção V e os artigos 20-E e 20-F, com as seguintes redações:

"Subseção V

Da Coordenação de Eventos Culturais

Art. 20-E. A Coordenação de Eventos Culturais é unidade de coordenação de serviços, vinculada à Diretoria Geral, responsável pelo uso das dependências do Salão Manoel da Luz Rampeloti, bem como do Plenário Presidente José Henrique Flores Filho, quando em uso de terceiros.

Art. 20-F. Ao ocupante da Função Gratificada de Coordenador de Eventos Culturais, cumpre coordenar o uso das dependências do Salão Manoel da Luz Rampeloti, destinadas à visitação pública, comemoração de datas temáticas e eventos culturais, desenvolvendo as ações determinadas pela Diretoria Geral, bem como coordenar o uso, por terceiros, do Plenário Presidente José Henrique Flores Filho, quanto utilizado para fins estranhos à sua finalidade regimental, após deliberação regimental. ”

Art. 4º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 02 DE ABRIL DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 447

RESOLUÇÃO Nº 447

ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A FUNÇÃO GRATIFICADA DE MOTORISTA OFICIAL DA MESA DIRETORA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída, nos termos dessa Resolução, observadas as legislações de regência, as Funções Gratificadas de Motorista Oficial da Mesa Diretora, vinculadas à Mesa Diretora, com finalidade de realizar o transporte oficial dos Membros da Mesa aos compromissos inerentes aos cargos.

Art. 2º O art. 7º, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A Mesa Diretora possuirá em seu quadro 3 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor da Mesa Diretora, um para cada membro da Mesa, exceto para a Presidência, de livre nomeação por ato da Mesa Diretora, com as funções de promover a execução das atividades regimentais e político-parlamentar, o apoio às atividades plenárias e o cumprimento das determinações dos integrantes da Mesa Diretora, e duas Funções Gratificadas de Motorista Oficial da Mesa Diretora.

Parágrafo único. Ao ocupante da Função Gratificada de Motorista Oficial da Mesa Diretora compete realizar o transporte oficial dos Membros da Mesa aos compromissos inerentes aos cargos.”

Art. 3º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 02 DE ABRIL DE 2015.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 448

RESOLUÇÃO Nº 448

ALTERA REDAÇÃO DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MARIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O Anexo I da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que “Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau e determina providências conexas”, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº

Fixa os requisitos para provimento, carga horária, referência inicial de vencimento e quantidade dos cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal.

Nome do cargo	Requisitos para provimento	Carga horária	Referência inicial de vencimento	Quantidade
Agente Legislativo – Especialidade: Área Legislativa.	Aprovação em concurso público; Curso de nível médio completo.	30 horas semanais	53	12
Agente Legislativo – Especialidade: Área Administrativa.	Aprovação em concurso público; Curso de nível médio completo.	30 horas semanais	53	10
Agente Legislativo – Especialidade: Área Informática	Aprovação em concurso público; Curso técnico em Informática ou equivalente completo.	30 horas semanais	53	2
Agente Legislativo – Especialidade: Recursos Humanos	Aprovação em concurso público; Curso técnico em Recursos Humanos / Contabilidade completo.	30 horas semanais	53	2
Agente Legislativo – Especialidade: Protocolo e Cerimonial	Aprovação em concurso público; Curso de nível médio completo.	30 horas semanais	53	1
Auxiliar Legislativo	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo.	30 horas semanais	36	33
Auxiliar Legislativo – Especialidade: Cinegrafista	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo.	30 horas semanais	36	02
Auxiliar Legislativo – Especialidade: Fotógrafo	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo.	30 horas semanais	36	01
Auxiliar Legislativo – Especialidade: Operador de Áudio	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo.	30 horas semanais	36	01



Assistente Legislativo Especialidades: Recepcionista/ Telefonista	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo.	30 horas semanais	28	15
Jornalista	Aprovação em concurso público; Curso superior de bacharel em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo; registro de Jornalista ou Habilitação profissional correspondente de jornalismo;	30 horas semanais	57	02
Motorista Parlamentar	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo; Carteira Nacional de Habilitação na categoria D;	40 horas semanais	36	06
Procurador	Aprovação em concurso público de provas e títulos; Curso superior de bacharel em Direito; Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;	30 horas semanais	71	03

Art. 2º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE MARÇO DE 2015.

Mário Hildebrandt                      Marcos da Rosa  
Presidente                                  Vice-Presidente

Célio Dias                                  Marco Antonio Wanrowsky  
1º Secretário                              2º Secretário

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 19 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 19 de março de 2015.  
Quinta-Feira - 18:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 1.421. Destino: à sanção do Executivo.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 31 de março de 2015.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.435; do Projeto de Lei nº 6.790; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 894. Destino dos projetos de lei: à sanção do Executivo. Destino do Projeto de Decreto Legislativo: à promulgação da Mesa Diretora.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 31 de março de 2015.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.435; do Projeto de Lei nº 6.790; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 894. Destino dos projetos de lei: à sanção do Executivo. Destino do Projeto de Decreto Legislativo: à promulgação da Mesa Diretora.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 02 de abril de 2015.

Quinta-Feira - 09:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a cessão do Plenário à ASCAMBLU. Destino: comuniquê-se.

Rejeitada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.554. Destino: ao arquivo.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.554. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, exceto o Requerimento nº 358/2015, que foi despachado à próxima Sessão. Destino: à Secretaria para providências.

Retiradas pelo autor as Emendas nºs 08 e 12 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.430. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 a 07; e 09 a 11 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.430. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Resolução nºs 497, 498, 499, 500, 501 e 502; os Projeto de Lei Complementar nºs 1.430 e 1.440; e os Projetos de Lei nºs 6.809, 6.810 e 6.814.

Mensagem nº 30/2015 - encaminhando Projeto de Lei que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2266 a 2273. Destino: comuniquê-se e publique-se.

Retirado o Projeto de Resolução nº 475. Destino: ao arquivo.

Caracterizado o regime de urgência urgentíssima aos Projetos de Resolução nºs 497, 498, 499, 500, 501 e 502; os Projetos de Lei Complementar nº 1.430 e 1.440; e os Projetos de Lei nºs 6.809, 6.810 e 6.814.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 02 de abril de 2015.

Quinta-Feira - 17:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Oldemar Becker	Roberto Tribess
Robinson Soares	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Resolução nºs 497, 498, 499, 500, 501 e 502 (ficando promulgadas as Resoluções nºs 443, 444, 445, 446, 447 e 448, respectivamente. Destino: comuniquê-se e publique-se); dos Projeto de Lei Complementar nºs 1.430 e 1.440; e dos Projetos de Lei nºs 6.809, 6.810 e 6.814. Destino: à sanção do Executivo.

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO 17 2015

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO 17/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Josiane Champowski - ME

CNPJ 13.192.425/0001-91

sito a Rua Estanislau Schumann, s/n.º

Cidade de Bela Vista do Toldo -SC

Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo

Data da assinatura: 02.04.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### PORTARIA 060/2015

PORTARIA 060/2015

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 059/2007 de 26.04.2007 e Lei Complementar nº 083/2010 de 14.05.2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Ana Claudia Sevegnani, para exercer o cargo de Enfermeiro (Emprego Público - ESF) por ter sido aprovada em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.04.2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.04.2015.

Braço do Trombudo, em 02 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### PORTARIA 061/2015

PORTARIA Nº 061/2015

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Tatiane Aparecida Peters Felipe Dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 01.04.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.04.2015.

Braço do Trombudo, em 02 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum (1912)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	3.1000	1
2	Etanol (1913)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2.5800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra:		Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	oleo diesel comum (4528)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,6200	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015

PROCESSO Nº 11/2014

(6158) - RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 2015PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5% p/p, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 1000 ml, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, caixa com 12 unidades cada. (9672)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	3,7830	1
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	3,7976	2
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	flop's	0	4,8681	1
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sedução	0	17,8204	1
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FOFINHO	0	18,1894	2
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	3,4800	1
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	3,4980	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)		0	9,7460	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREIA	0	9,8942	2
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanais, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 m, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	5,0343	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	5,1470	2
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,9395	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	3,9977	2
9	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,1183	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALEGRINHO	0	3,1482	2
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mega mil	0	7,1555	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	7,2957	2
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	5,7088	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 3/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	5,7966
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	peroba	0	8,5436
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PEROBA	0	8,6949
13	Pano Multuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	3,9590
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FACILLE	0	3,9977
14	Esponha de limpeza, multuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	scotch brite	0	2,3754
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	2,3986
15	Esponha de limpeza, material de aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	2,7273
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	KI BRILHO	0	2,6984
16	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	8,5143
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	8,6949
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	10,8311

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 4/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	10,9936	2
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1ª qualidade. (12559)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	11,0754	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	11,2934	2
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1ª qualidade. (12560)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	10,4205	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	10,5938	2
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brilhante	0	9,5212	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	9,6943	2
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany brill	0	1,6423	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	1,5991	2
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ypê	0	2,1506	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHO SUL	0	2,1987	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

Página: 5/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12564)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	13,3531	1
24	Rodo de borracha, borracha comEVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12565)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	15,8947	1
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	8,1428	1
26	Fósforo maço com 10 unidades. (12567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	parana	0	2,9424	1
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. De 1º qualidade. (15063)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	22,3659	1
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cif	0	10,3032	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	21,9871	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	QLUZ	0	2,9982	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 6/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VEJA	0	10,4939
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	4,5944
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	4,6973
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros de 1º qualidade. (15064)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zavaski	0	5,8945
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	5,9965
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	9,6971
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAVASKI	0	9,8942
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº 103, em caixas com 30 unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 ( sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tres corações	0	3,2259
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,2981
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	12,2583
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GUIPEL	0	10,9936

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015**

Página: 7/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	top plus	0	68,4273	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	69,9591	2
35	Desodorizador ambiental em aerossol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 ( sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dom line	0	10,7333	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SECAR	0	10,8936	2
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (15065)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	copo sul	0	3,5973	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,5979	2
37	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany brill	0	2,7469	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUZ	0	2,7984	2
38	Lenço unedecido, refl. testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	anjinho	0	10,7724	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BABY	0	10,9936	2
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	4,1447	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 8/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,1975	2
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1,2,3 baby	0	3,0206	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SENSUS	0	2,9982	2
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm corr plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	16,9602	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	17,2899	2
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	3,6951	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUZ	0	3,6978	2
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatômicamente, com forração antialérgica. De 1ª qualidade. (12583)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	talge	0	4,5358	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	4,5973	2
44	Pá de lixo uso doméstica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,0285	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTICA	0	7,0959	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 9/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
45	Limpa forno, frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	easy off	0	9,4430
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	2,3559
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	4,4966
48	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arquiplast	0	11,7890
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades. Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros, ambidestros, boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	talge	0	21,4862
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC	0	16,9901



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 10/14

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
50	Bola de borracha branca nos n.º 35, n.º 36, n.º 37, n.º 38, n.º 39, n.º 40, n.º 41, cano longo, especificações técnicas, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alina de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (15066)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zukbras	0	43,9694
51	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marcotex	0	10,9777
52	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	31,8969
53	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	11,0461
54	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14768)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,6443
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	44,8738
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	11,1935
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	32,5809
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	7,7954

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 11/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	45,2304	1
56	Escova de chão, 26 x 5 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T. 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14756)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	46,2230	2
57	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	11,8086	1
58	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14765)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	8,2951	2
59	Escova de nylon multiuso. Formato ergonômico e texturizado para não escorregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas. Suporte plástico e cerdas sintéticas. (15067)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bompack	0	6,1682	1
60	alvejante sem cloro, princípio ativo, tensoativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15068)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TUTTI	0	6,2963	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,5328	1
		UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	5,6467	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	8,5045	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 12/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	Desentupidor em borracha para vaso sanitário, resistente, durável e prático. (15069)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,4977	1
62	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em forros. (15070)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	super clean	0	12,9621	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	9,9942	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 14/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015  
PROCESSO Nº 57/2014

(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME  
(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 2015PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 1/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PÉROLA	0	2,6025	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7184	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7652	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	2,3080	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4096	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5143	3
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (14983)	PCT	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	ARGENTINO	0	1,2423	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	KALUKE	0	1,1430	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8916	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CATURRA	0	0,9774	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	0,9886	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,4882	3
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PRATA	0	1,5426	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 2/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5446	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,3488	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MONALIZA	0	1,0068	1	
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,0504	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5330	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,4837	1	
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4334	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2592	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,3424	1	
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características. (14984)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2975	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0440	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CHINES	0	1,5249	1	
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5446	2	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,3219	3		
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	NACIONAL	0	1,1952	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,1739	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8199	3		
11	Cenoura, Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,2306	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	INNATURA	0	1,2357	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8737	3		
12	Couve flor, Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica (8721)	PC	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,6427	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,7238	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,5012	3		
13	Chuchu, unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,3012	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2975	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9813	3		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
14	Feijão preto, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14985)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PRETO	0	2,5671	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	2,4714	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,9087	3
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	VERMELHO	0	4,4218	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	4,3250	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7327	3
16	Laranja péra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PÉRA	0	1,1952	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2048	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8199	3
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	LIMA	0	1,9665	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,0636	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,9943	3
18	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	GALLA OU FU	0	2,2433	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif	
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2552	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,4157	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	FORMOSA	0	2,1373	1	
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2243	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,2543	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAPAYA	0	2,8909	1	
21	CAQUI CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas íntegras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,0275	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,4018	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CAFÉ OU FUC	0	2,4847	1	
22	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14987)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4714	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7653	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MEXERICA	0	2,0136	1	
23	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14987)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1007	2	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7653	3	
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MEXERICA	0	2,0136	1	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Tangerina pontã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14988)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0481	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	POKAN	0	2,0372	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1007	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0929	3
24	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	IMPORTADA	0	4,5748	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,7884	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,9030	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TOMY OU PAL	0	2,6966	1
25	Manga, unidades íntegras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (14989)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,5950	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,0342	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,0480	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	0,9268	2
26	Melância, unidades íntegras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5689	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,0480	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
27	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	AZEDO	0	7,0242	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,7964	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	10,6683	3		
28	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CAPIRA	0	1,4955	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4767	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1516	3		
29	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	VERDE	0	3,8977	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,4600	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	5,8272	3		
30	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULLISTA	0	4,5572	1		
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,3250	2		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7237	3		
31	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	LONGA VIDA	0	2,7202	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 8/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7803	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,1239	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TEMPEIRO VE	0	1,4249	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4829	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1516	3
33	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TEMPEIRO VE	0	1,3483	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,3593	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,7930	3
34	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	REPOLHO VE	0	1,1540	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,1739	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,7482	3
35	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CANCAO	0	4,8277	1
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	4,8756	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Carne bovina de 1ª frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	14,6637	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verde	0	14,8088	2
37	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	15,4820	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verde	0	15,6352	2
38	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 Kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CANCAO	0	6,3335	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,3962	2
39	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	16,9467	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mamo	0	17,1144	2
40	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SEARA	0	5,8589	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peccin	0	5,9169	2
41	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,4286	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Centenario	0	3,4625	2
42	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	1,9721	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	1,9916	2
43	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 Litro com identificação do Produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega. (15009)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,5023	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Piracanjuba	0	3,5369	2
44	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	L	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	2,2339	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,2560	2
45	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1 Kg, validade 12 meses contendo na embalagem informações nutricionais (15010)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	2,9458	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	2,9750	2
46	Moriadela sem gordura, Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,7689	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Minuano	0	5,8260	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 11/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr., fresco. (8660)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,0604	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Terra Viva	0	3,0907	2
48	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9652)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PRIME	0	2,6103	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,6362	2
49	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de enase não superior a 30 dias. (9627)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	6,1371	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H Leve	0	6,1979	2
50	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração embranqueida, odor suave e sabor característico. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (12326)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,9523	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vigor	0	3,9914	2
51	Aroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca dc fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	2,0262	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANELACO	0	2,0246	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	2,1372	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 2/2015								Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.						
52	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CELLI	0	4,8267	1						
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NESTLE	0	4,8750	2						
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Muky	0	5,1526	3						
53	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	4,4106	1						
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,4916	2						
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maisceita	0	4,7474	3						
54	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	6,6325	1						
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALTO ALEGRE	0	6,6416	2						
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	7,0198	3						
55	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,3814	1						
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,3833	2						
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,4621	3						

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016				
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
56	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	7,8142	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MINUTINHO	0	7,8250	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do vale	0	8,2705	3	
57	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,7421	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,7666	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,0950	3	
58	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,4924	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,5416	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,8572	3	
59	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,5756	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,6500	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,9717	3	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagem, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISABELA	0	4,3274	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ORQUIDEA	0	4,3500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	4,5977	3
61	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MUCILON	0	4,5354	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VITALON	0	4,5416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Snow Flakes	0	4,8002	3
62	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUAÇU	0	8,4051	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELE	0	8,4166	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ouro	0	8,8959	3
63	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9636)	CX	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUACU	0	6,3246	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OURO	0	6,3833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caboclo	0	6,7468	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9637)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	0,9986	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maggi	0	1,1362	3
65	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9638)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	0,9986	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Arisco	0	1,1362	3
66	Colorífico, pdt com 100 gr. (9639)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,2067	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,2083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,2771	3
67	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,6228	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,6250	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Canela	0	1,7175	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALCA FOODS	0	4,1276	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOM FIORELL	0	4,1333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Snow Flakes	0	4,3687	3
69	Ervilha lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,3731	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELA DORO	0	1,3750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Golas Verde	0	1,4533	3
70	Extrato de tomate, concentrado, Lata de 840 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUUDA	0	5,5756	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	QUERO	0	5,6083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Quero	0	5,9329	3
71	Farinha de trigo especial, Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MARX	0	7,8225	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	7,8500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Orquidea	0	8,2969	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9644)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ACIGAL	0	3,6616	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPER 10	0	3,7000	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,9107	3
73	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo saft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarlamento não superior a 15 dias. (9645)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	9,8198	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRUGMANN	0	10,0333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nordeste	0	10,6046	3
74	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VOJOAO	0	2,1637	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	3,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	3,2501	3
75	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VO OAO	0	5,9834	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,7416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3328	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016				
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
76	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embarlamento não superior a 30 dias. (9646)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MONOPOL	0	4,5770	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	4,6000	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,8619	3	
77	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SINHA	0	2,1637	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	2,2333	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zaeli	0	2,3605	3	
78	Folha de louro, pct de 05 gr. (9648)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,0818	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,1083	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Louro	0	1,1714	3	
79	Lenilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarlamento não superior a 30 dias. (9649)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CORSETTI	0	3,5784	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ARBAZA	0	3,6583	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	3,8666	3	
80	Leite de cabra em Pó Integral. . Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CAPRILAT	0	14,0639	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
81	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CAPRILAT	0	14,0833	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Capilat	0	14,8852	3	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,2899	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELA DORO	0	1,2917	2	
82	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr. lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Golas Verde	0	1,3652	3	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SUAVIT	0	3,9113	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ARISCO	0	3,9167	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Suavit	0	4,1397	3	
83	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,0791	1	
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	3,1083	2	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	3,2853	3	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,3287	1	
84	Macarrão com ovos tipo letrinhas, pacote de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (15057)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,3287	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
85	Massa espaguete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de enbalamento no máximo 30 dias, (9655)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ISABELA	0	3,3667	2				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Rosane	0	3,5583	3				
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,8294	1				
86	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de enbalamento no máximo 30 dias, (9656)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,8833	2				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Rosane	0	3,0475	3				
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,9126	1				
87	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de enbalamento no máximo 30 dias, (9657)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,9750	2				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Gaio	0	3,1444	3				
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NIFA	0	3,9945	1				
88	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega, (9658)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	4,0750	2				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	4,3070	3				
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA BOA	0	4,1609	1				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015**

Página: 21/25

**Número do Registro de Preços: 2/2015      Data do Registro: 05/01/2015      Válido até: 05/01/2016**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,1833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,4215	3
89	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	AFOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COAMO	0	2,5714	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,5750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7216	3
90	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	AFOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,0818	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,1500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,2155	3
91	Pólvulo azedo, Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9661)	PCT	AFOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATA	0	5,4924	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	5,5583	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhant	0	5,8748	3
92	Pipoca em grão, Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9662)	PCT	AFOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	2,4882	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPER 10	0	2,4917	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Yoki	0	2,6335	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,0805	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	2,0917	2
94	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pimenta	0	2,2108	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	88	0	2,7046	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NAUTIQUE	0	2,7083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	2,8625	3
95	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMAZONAS	0	0,8322	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MARFIM	0	1,1667	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo	0	1,2331	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	1,1484	1
96	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9668)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	1,1484	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 23/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Heinig	0	1,2155	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 55/2014

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(7280) - COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL

(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

(9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 2015PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível ( Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,5800	1
2	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,1000	1
3	Óleo diesel comum (15354)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível ( Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10. (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível ( Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015  
PROCESSO Nº 63/2014

(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4 2015PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2015

Data do Registro: 05/01/2015

Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra:

Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo diesel S10. Exigências: Instalação de uma bomba no tanque que deve ser digital, o tanque deve no mínimo 6000 litros de capacidade, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima 50 litros por minuto. (15338)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	Wdcom	0	26200	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	oleo diesel comum. Exigências: Instalação de uma bomba no tanque que deve ser digital, o tanque deve no mínimo 6.000 litros de capacidade, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima 50 litros por minuto. (15359)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	Wdcom	0	2,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015  
PROCESSO Nº 64/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5 2015PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGÁS	0	44,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 5/2015							Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		Super Gasbras	0	44.5000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016	
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015  
PROCESSO Nº 52/2014

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.  
(7649) - I. TRAPP & CIALTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6 2015PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015**

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15 (9240)		Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	7.633.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015  
PROCESSO Nº 58/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.



# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 070/2015

PORTARIA Nº 070/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c artigo 280 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009,

#### RESOLVE

Art. 1.º Declarar a vacância do cargo de Agente de Serviços Especiais, ocupado pelo servidor MARCIO VARRIENTO DOS SANTOS, matrícula 1816.3-01, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 41, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria será pelo prazo de 03 (três) anos a partir da data em que o servidor assumiu o outro cargo ou antes, a pedido do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de abril de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente do SAMAE

### PORTARIA Nº 22, DE 31 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 22, de 31 de março de 2015.

Exonera Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

- Exonerar no Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, a Senhora Ana Roberta Eccel Venturelli Costa, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.447.625 e CPF nº 036.829.049-21, encerrando suas atividades funcionais em 31 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 31 de março de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

### PORTARIA Nº 9.728, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 9.728, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Exonera agentes políticos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal nº 3.248/09 e alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os Agentes Políticos, Símbolo AP, abaixo relacionados:

NOME	SECRETARIA
CEDENIR ALBERTO SIMON	Chefe de Gabinete
ELTON RODRIGO RIFFEL	Procurador-Geral do Município
GLEUSA LUCI FISCHER	Secretária da Educação
JORGE LUIZ RAMOS	Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG	Secretária da Saúde
NORBERTO JOÃO MAESTRI	Secretário de Turismo
DIEGO FAGUNDES	Secretário de Orçamento e Gestão
MARIA STELLA MARTINS EFFTING GEISEL SANTOS	Secretária da Fazenda
PATRÍCIA PYCKOZ FREITAS	Secretária de Governo e Gestão Estratégica
PAULO RODRIGO SESTREM	Secretário de Trânsito e Mobilidade
GILMAR VILAMOSKI	Secretário de Obras
MIRELLA ZUCCO MULLER	Secretária de Assistência Social e Habitação
ALLAN RODRIGO ALCANTARA	Secretário de Comunicação Social
ANTÔNIO CARLOS TILLMANN	Controlador Geral do Município

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 9.729, DE 31 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA nº 9.729, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Exonera servidores ocupantes de cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os servidores, abaixo relacionados, ocupantes de cargo em comissão:

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE
DEIVIS DA SILVA	Superintendente Fundação Municipal de Esportes

EUDEZ PAVESI	Superintendente Fundação Cultural de Brusque
PAULO ROBERTO MELLÃO FILHO	Superintendente da Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
DIEGO FURTADO	Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
LAURECI SERPA JUNIOR	Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN
ROGÉRIO RISTOW	Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as portarias de concessão de gratificação de representação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 9.730, DE 31 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA nº 9.730, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Procurador-Geral do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Danilo Visconti para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Procurador-Geral do Município, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

#### **PORTARIA Nº 9.731, DE 31 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA nº 9.731, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Chefe de Gabinete.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Evandro Flora para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Chefe de Gabinete do Prefeito, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

# Caçador

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14 - 2014 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14 - 2014 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2013, ACRÉSCIMO DE ATÉ 25%, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UP, COM ÁREA DE 1.011,72M<sup>2</sup> SITO A RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO, 120 NO BAIRRO BERGER, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 14/2014 datado de 01 de Abril de 2014, O presente Contrato tem por objeto o acréscimo de 0,39%, em razão de alterações ao projeto original, conforme solicitação e justificativa emitida pelo Engenheiro Civil responsável pela obra e mediante parecer jurídico favorável nº 58/2015, O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 8.502,39 (oito mil, quinhentos e dois reais e trinta e nove centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2014-FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2014-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2013, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UP, COM ÁREA DE 1.011,72M<sup>2</sup> SITO A RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO, 120 NO BAIRRO BERGER, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 14/2014 datado de 01 de Abril de 2014, O prazo de vigência do presente termo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 01 de Abril de 2015 e findando no dia 31 de Agosto de 2015, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

### 7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29-2010-FMS

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29-2010-FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2010 TOMADA DE PREÇO Nº 01/2010, PRORROGAÇÃO DE PAZO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADOS: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09 com sede na cidade de Maravilha, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 29/2010, O prazo de vigência do presente Aditivo iniciará na data de seu vencimento, ou seja, dia 01 de Março de 2015 e findando dia 31 de agosto de 2015. O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 52.167,18 (cinquenta e dois mil, cento e sessenta e sete reais e dezoito centavos), As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2015 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CRIAÇÃO E CONFECÇÃO) DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM CAMPANHAS PREVENTIVAS, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, empresa COMERCIAL SOETHE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.264.454/0001-40, com sede na cidade de Iporã do Oeste, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	UNIT. R\$	TOTAL R\$
3	3.000	Unidades	Sacolas ecológicas retornáveis em lona cru de 235 g/m <sup>2</sup> , com alça de fita de algodão de 30 mm, personalizada em silk-screen 04 cores. Medida aproximada 40 x 30 x 10 cm (A x L x C), com criação de arte.	R\$ 9,25	R\$ 27.750,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002-2015 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002-2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CRIAÇÃO E CONFECÇÃO) DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM CAMPANHAS PREVENTIVAS, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, empresa DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.744/0001-84, com sede na cidade de Herval D'Oeste, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	UNIT. R\$	TOTAL R\$
2	6.000	Unidades	Touca tipo gorro infantil, em tecido soft, nos tamanhos P, M e G, em diversas cores e/ou estampas.	R\$ 7,05	R\$ 42.300,00
4	1.000	Unidades	Camiseta na cor branca, manga curta, personalização com aplicação em silk 4 cores, decote redondo tradicional, na grade de tamanhos: P, M, G, GG, tecido em meia malha, 100% algodão, com criação da arte.	R\$ 17,45	R\$ 17.450,00
5	500	Unidades	Necessaire confeccionada em PVC transparente na cor rosa, com fecho em zíper, com medidas aproximadas de 4,5 cm x 20 cm x 13,5 cm. Com Personalização na cor rosa pink.	R\$ 7,20	R\$ 3.600,00

13	300	Unidades	Camiseta regata masculina, na cor azul, personalização frontal em até 4 cores bordado, no tamanho M, G e GG. Tecido 100% algodão.	R\$ 21,85	R\$ 6.555,00
TOTAL GERAL R\$					69.905,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2015 – FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CRIAÇÃO E CONFEÇÃO) DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM CAMPANHAS PREVENTIVAS, DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, empresa GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.291.271/0001-05, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID.	Descrição	UNIT. R\$	TOTAL R\$
1	10.000	Unidade	Bisnaga de plástico transparente, tamanho 30 gramas, contendo 30 ml de álcool gel, com rótulo personalizado, com criação da arte.	R\$ 4,95	R\$ 49.500,00
6	500	Unidade	Shampoo em frasco de aproximadamente 35 ml, com adesivo personalizado em até 4 cores.	R\$ 2,10	R\$ 1.050,00
7	500	Unidade	Sabonete embalado com aproximadamente 20 gramas.	R\$ 1,14	R\$ 570,00
8	500	Unidade	Toalha de lavabo/higiênica, medindo aproximadamente 24 x 38 cm, na cor rosa claro, personalizada na cor rosa pink.	R\$ 4,28	R\$ 2.140,00
9	500	Unidade	Lixas de unha, diversas cores, personalizadas em uma cor.	R\$ 1,65	R\$ 825,00
10	250	Unidade	Squeeze transparente, com tampa colorida de 550 ml e personalização.	R\$ 4,75	R\$ 1.187,50
11	500	Unidade	Squeeze de neon, com capacidade de 750 ml, com personalização.	R\$ 7,20	R\$ 3.600,00
12	250	Unidade	Squeeze, com capacidade de 750 ml, transparente, com tampa neon, com personalização.	R\$ 7,20	R\$ 1.800,00
14	500	Unidade	Escova com espelho, personalizada.	R\$ 5,65	R\$ 2.825,00
TOTAL GERAL R\$					63.497,50

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2015—PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	4,000	Unid.	Água Sanitária, embalagem de 1 litro. Comum, acondicionadas em caixas com 12 unidades.	1,12	4.480,00
5	50	Unid.	Álcool Gel, incolor (álcool etílico hidratado 70º INPM), galão de 5 litros	23,50	1.175,00
46	5.000	Pacote	Embalagens Plásticas para lixo, na cor preta, 10 micra, capacidade 100 litros (reforçada) pacotes com 5 unidades	1,95	9.750,00
74	1.200	Unid.	Lustra Móveis tubo com 200 ml	2,90	3.480,00
93	1.500	Pacote	Papel toalha com 1,000 folhas cada pacote – 21 x 22,5 cm (Folha Branca)	5,79	8.685,00
TOTAL GERAL R\$					27.570,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015-2015– PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015-2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.534.916/0001-36, com sede na cidade de Blumenau, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
31	50	Unid.	Coador para café de plástico	4,90	245,00
39	100	Caixa	Copos plásticos descartável – 180 ml – caixa com 2,500 unidades.	58,38	5.838,00
49	200	Unid.	Escova de mão de plástico, com cerdas resistentes, média	1,65	330,00
50	300	Unid.	Escova para vaso sanitário oval, com suporte - cabo com 30 cm	2,85	855,00
52	5.000	Unid.	Esponja para lavar louça – dupla face (medidas 110 mm x 70 mm x 20 mm)	0,58	2.900,00
56	300	Caixa	Filtro para café Nº 103	1,96	588,00
63	72	Unid.	Garrafa térmica de apertar, capacidade de 1,8 Litros	44,60	3.211,20
67	200	Unid.	Jarra de plástico com tampa, capacidade 3 Litros com graduação	7,60	1.520,00
70	50	Unid.	Lixeira plástica em polipropileno branco, reforçado, com tampa e pedal para abri- lá, capacidade 100 litros	122,00	6.100,00
106	700	Unid.	Rodo com espuma - aproximadamente 35 a 40 cm (Limpeza de vidros)	5,40	3.780,00
107	700	Unid.	Rodo de Borracha com aproximadamente 30 cm de largura, borracha dupla	3,44	2.408,00
108	700	Unid.	Rodo de Borracha com aproximadamente 60 cm de largura, borracha dupla	6,20	4.340,00
114	2.450	Unid.	Sapólio líquido. Tensoativos aniônicos e não iônicos, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, pigmentos, fragrância e veículo. Componente ativo linear alquilbenzeno sulfonato de sódio.	2,85	6.982,50
118	1.600	Unid.	Vassoura de nylon com cabo	4,12	6.592,00
121	200	Unid.	Suporte para papel toalha, na cor branca	17,90	3.580,00
TOTAL GERAL R\$					49.269,70

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016-2015– PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016-2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

empresa HIGIENIZA COMÉCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.880.542/0001-57, com sede na cidade de Xanxerê, SC,

O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
40	50	Balde	Desinfetante em pó clorado para desinfecção de fruta, legumes e verduras	10,90	545,00
66	600	Pacote	Guardanapos de papel – tamanho médio 22,5 x 19,5 cm, pacotes com 50 unidades	0,50	300,00



91	1.200	Unid.	Papel higiênico – Rolão com 300 metros	2,90	3.480,00
120	500	Unid.	Máscara para manipulação de alimentos	0,12	60,00
TOTAL GERAL R\$					4.385,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017-2015– PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017-2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

empresa INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	1,200	KG	Açúcar refinado branco, pacote de 5 kg	8,20	9.840,00
18	200	Unid.	Bobina plástica fosca, capacidade 15 litros	15,90	3.180,00
44	3.000	Unid.	Embalagem transparente para armazenamento de verduras. Tamanho 55X70, 10 micra, com sanfona	0,90	2.700,00
103	150	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade de 8 Litros	9,70	1.455,00
113	07	Caixa	Sacolas plásticas cor branca, medida de 48x58 cm, caixas com 1,000 unidades	62,00	434,00
TOTAL GERAL R\$					17.609,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018-2015– PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018-2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

empresa IZILDA APARECIDA ROSSETTO BOUFLEUR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.134.426/0001-45, com sede na cidade de Fraiburgo, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
28	1.000	Galão	Cera Liquida Galão com 05 Litros, incolor Composição: Carnaúba, para piso lustrável.	23,50	23.500,00
68	1.500	Pacote	Lã de aço (tipo Bombril) pacotes com 08 unidades.	0,75	1.125,00
83	1.000	Unid.	Palha de aço 20 Gr nº 0	0,50	500,00
TOTAL GERAL R\$					25.125,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015– PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

empresa MARCOS BULLE DA COSTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	5,800	Litros	Álcool 46,2 Litros – Caixa com 12 unidades	3,31	19.198,00
7	250	Unid.	Lenços umedecidos, balde com 450 unidades, com textura espessa, sem álcool e com pH neutro, testado dermatologicamente	8,70	2.175,00
12	100	Unid.	Bacia Plástica reforçada – 20 Litros	7,80	780,00
16	200	Unid.	Balde plástico capacidade 20 L – Reforçado	8,70	1.740,00
19	400	Unid.	Bobina plástica fosca, capacidade 2 litros com 100 unidades	2,80	1.120,00

22	98	Par	Bota de borracha, na cor branca, cano médio, com forro, nos seguintes tamanhos: Nº 36: 20 pares; Nº 37:20 pares; Nº 38:20 pares; Nº 39:20 pares; Nº 40:10 pares; Nº41: 08 Pares;	21,80	2.136,40
33	5.000	Unid.	Colher de sopa inox com cabo de polietileno	2,15	10.750,00
38	60	Unid.	Conjunto de peneira coador	7,85	471,00
45	100	Unid.	Escumadeira de alumínio média	5,90	590,00
47	5.000	Pacote	Embalagens Plásticas para lixo, na cor preta, 10 micra, capacidade 30 litros (reforçada) pacotes com 10 unidades	1,90	9.500,00
51	1.500	Unid.	Esponja de Aço Inox	1,80	2.700,00
53	4.000	Unid.	Faca de serrinha inox com cabo de polietileno, sem ponta	2,05	8.200,00
59	400	Maço	Fósforo, maço com 10 caixinhas cada	1,55	620,00
60	1.050	Pacote	Fralda descartável com gel, tripla proteção, com elástico nas pernas, tamanho P: 50 pacotes, M: 500 pacotes, G: 500 pacotes, pacote econômico com aproximadamente 40 fraldas cada	16,96	17.808,00
62	5.000	Unid.	Garfo de inox com cabo de polietileno	2,45	12.250,00
72	200	Unid.	Lixeira plástica reforçada – 20 Litros, sem tampa	12,60	2.520,00
73	300	Unid.	Lixeira plástica reforçada – 30 Litros, com tampa	14,00	4.200,00
85	30	Unid.	Panela de alumínio com tampa, 50 litros, tipo caçarola	98,00	2.940,00
97	120	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade de 1 Litros	3,30	396,00
99	120	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade de 2 Litros	4,80	576,00
101	120	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade de 4 Litros	6,00	720,00
127	400	Unid.	Toalha de banho felpuda, 100% algodão cor clara, medindo 70x1,40 cm	10,97	4.388,00
132	400	Unid.	Copo para criança , composto de copo tampa e canudinho 29x14x8cm, 100g	3,00	1.200,00
133	500	Unid.	Fronha 100% algodão, 50x70cm, 150 fios, cor lisa	4,20	2.100,00
135	50	Unid.	Lençol de solteiro, 100% algodão, cor lisa	12,00	600,00
137	3.000	Unid.	Luva de borracha, P: 500 unidades, M: 1.500 unidades e G:1.000 unidades	1,97	5.910,00
TOTAL GERAL R\$					115.588,40

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015– PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
24	500	Kg	Café torrado e moído tradicional, empacotado a vácuo, com 500 gramas cada pacote, fabricação de máximo 30 dias	9,90	4.950,00
29	500	Caixa	Chá Matte leão, diversos sabores, 40 gramas	3,20	1.600,00
TOTAL GERAL R\$					6.550,00



### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015–PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL empresa OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.367.203/0001-12, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	50	Unid.	Abridor misto profissional	2,75	137,50
9	50	Unid.	Assadeira para pão, antiaderente	13,00	650,00
10	250	Unid.	Avental em tecido 100% PVC, forro poliéster impermeável, com alças do mesmo tecido, medindo 1,20 x 0,60 metro.	5,15	1.287,50
23	30	Unid.	Bule de alumínio com cabo de baquelite, capacidade de 3 Litros	27,00	810,00
26	80	Unid.	Concha de alumínio, média nº 9, capacidade de 200 ml	5,99	479,20
27	5,000	Unid.	Caneca de vidro temperado, com capacidade de 328 ml	4,20	21.000,00
32	500	Unid.	Colher de sobremesa de inox com cabo de polietileno	1,75	875,00
36	300	Unid.	Colherinha de chá de inox com cabo de polietileno	1,88	564,00
37	100	Unid.	Copos de vidro transparente, 200 ml	2,89	289,00
48	20	Unid.	Escorredor de macarrão industrial N.º 35 - Diâmetro 35 cm – Altura 13,5 cm – Volume 9,25Litros	39,90	798,00
55	100	Unid.	Faca para corte de pão, com cabo polietileno	7,50	750,00
57	150	Unid.	Forma de alumínio para bolo, retangular de 0,25 cm x 0,40 cm	10,00	1.500,00
61	50	Unid.	Frigideira de Teflon, tamanho médio	19,70	985,00
69	30	Unid.	Leiteira de 4 Litros	18,50	555,00
84	50	Unid.	Panela de alumínio com tampa, 24 Litros	56,00	2.800,00
86	50	Unid.	Panela de alumínio com tampa, capacidade de 4,2 Litros	23,00	1.150,00
87	100	Unid.	Panela de alumínio com tampa, capacidade de 8 Litros	39,00	3.900,00
89	80	Unid.	Panela de pressão de teflon, capacidade 4,5 Litros	49,29	3.943,20
95	50	Unid.	Pegador para massa	9,90	495,00
115	100	Unid.	Tábua de Vidro Temperada, para cortes	13,60	1.360,00
123	600	Unid.	Xícara de vidro transparente 200 ml	3,40	2.040,00

124	10	Unid.	Termômetro digital	18,50	185,00
TOTAL GERAL R\$					46.553,40

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015–PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL Empresa, PAPELNORTE DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.188.128/0001-81, com sede na cidade de Canoinhas, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
92	2.000	Fardo	Papel higiênico, branco, picotado, macio, folha dupla – 30 metros – fardos com 64 rolos, embalados em pacotes com 4 unidades	43,50	87.000,00
TOTAL GERAL R\$					87.000,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015–PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL Empresa, PRO LIMPE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.467.809/0001-70, com sede na cidade de Capinzal, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
6	400	Unid.	Álcool Gel, incolor (Álcool Etílico Hidratado 70º INPM) Peso líquido 480 g	3,00	1.200,00
21	2.500	Unid.	Bolsa de algodão alvejada (branca), tamanho 80x60cm	3,50	8.750,00
41	600	Galão	Desinfetante líquido, uso geral, concentrado forte - para diluição - fragrância floral galão com 5L	6,00	3.600,00
42	9.000	Unid.	Detergente líquido com 500 ml (Composição: componente ativo, glicerina, coadjuvantes, conservantes, sequestrante, espessante, corantes, fragrância e veículo. Componente ativo, linearalquilbenzeno sulfonato de sódio.	0,95	8.550,00
80	3.000	Unid.	Multiuso 500 ml, limpeza para pisos	2,20	6.600,00

81	160	Unid.	Odorizador de ambiente, erva doce, capim limão, citrus.	6,00	960,00
90	1.700	Unid.	Pano de prato pronto cor branca (tamanho aprox. 0,90x0,70) avulso – não pode ser semaninha – com barrinha	1,99	3.383,00
110	5.000	Kg	Sabão em pó, caixa com 1 kg. Composição: linear, alquil benzeno, sulfato de sódio, aquil dimetil, hidroxietil, cloreto de amônia, coadjuvantes, sinergias, agentes antidepositantes, branqueadores. Óticos Químicos.	4,30	21.500,00
112	450	Galão	Sabonete líquido, composição: PH Neutro, fragrância erva doce, capacidade 5 Litros	10,50	4.725,00
TOTAL GERAL R\$					59.268,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015–PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Empresa, ROBERTO MISTURA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.292.359/0001-33, com sede na cidade de Guatambu, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
17	800	Unid.	Sabonete líquido infantil, formulação suave, sem corante, testado oftalmológico e dermatologicamente, frasco de 200 ml	6,70	5.360,00
25	1.000	Unid.	Shampoo infantil, com formulação suave, sem corante, testado oftalmológico e dermatologicamente, frasco de 200 ml	5,90	5.900,00
65	800	Pacote	Toalhinhas de boca, feita em malha 100% algodão, tecido duplo. Medidas: 33x38 cm. Pacote com 03 unidades	7,50	6.000,00
76	100	Unid.	Creme preventivo de assaduras, 80 gramas	13,10	1.310,00
125	100	Unid.	Colchão infantil, densidade 23, 12x60x130 cm	100,00	10.000,00

128	200	Unid.	Babadores 100% algodão, com forro de plástico, medindo 17cmx20cm	2,70	540,00
129	400	Unid.	Manta de solteiro micro-fibra, 2 mx1,50m, 100% poliéster, cor lisa	32,00	12.800,00
130	300	Unid.	Lençol par berço com elástico, 100% algodão, cor lisa	8,00	2.400,00
131	400	Unid.	Travesseiro 50x70 cm, enchimento 100%, fibra de poliéster	15,50	6.200,00
134	50	Unid.	Capa para colchão, 100% algodão, cor lisa	15,00	750,00
TOTAL GERAL R\$					51.260,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015–PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Empresa, SIMPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.608/0001-89, com sede na cidade de Mariópolis, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
8	300	Unid.	Amaciante de roupa capacidade de 2 Litros	2,70	810,00
11	100	Unid.	Bacia Plástica reforçada – 15 Litros	4,20	420,00
13	120	Unid.	Bacia Plástica reforçada – 30 Litros	11,00	1.320,00
34	60	Unid.	Colher grande de inox com cabo de polietileno	6,80	408,00
54	100	Unid.	Faca grande inoxidável com cabo de polietileno (para corte de carne)	8,20	820,00
64	240	Unid.	Grampos de roupas de plástico resistente	1,00	240,00
77	3.000	Par	Luvas de plásticos transparente (descartável) tamanho único	0,08	240,00
79	80	Unid.	Escumadeira de alumínio grande	6,00	480,00
82	150	Unid.	Pá para lixo de metal, com cabo longo	4,50	675,00
94	240	Unid.	Pedras sanitárias várias fragrâncias.	0,90	216,00
96	300	Unid.	Cotonetes com hastes flexíveis e inquebráveis	1,90	570,00
104	5.000	Unid.	Pratos de vidro fundo	3,10	15.500,00
109	4.000	Unid.	Sabão em barra – neutro – 200 Gr, glicerinado	0,90	3.600,00

117	6.000	Unid.	Toucas descartáveis (uso merendeiras das escolas)	0,07	420,00
TOTAL GERAL R\$					25.719,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015–PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015- Prefeitura PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL Empresa, VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.573.408/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC,, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QTD	UND.	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
14	100	Unid.	Bacia retangular branca, multiuso, mínimo de 5 litros	5,60	560,00
15	200	Unid.	Balde plástico capacidade 10 L - Reforçado	5,40	1.080,00
20	300	Unid.	Bobina plástica fosca, capacidade 7 litros	5,00	1.500,00
30	50	Unid.	Chaleira de alumínio com cabo de baquelite, capacidade de 5 Litros	39,70	1.985,00
35	60	Unid.	Colher grande de polietileno	3,90	234,00
43	400	Unid.	Disco de enceradeira – 200 verdes, 100 amarelos e 100 preto	13,50	5.400,00
58	150	Unid.	Forma de alumínio para bolo, retangular de 0,32 cm x 0,45 cm	12,90	1.935,00
71	100	Unid.	Lixeira plástica em polipropileno branco, reforçado, com tampa e pedal para abri-lá, capacidade 30 litros	44,90	4.490,00
75	60	Caixa	Luva cirúrgica de látex, com 100 unidades	13,00	780,00
78	60	Unid.	Mangueira para jardim com 30 metros	44,40	2.664,00
88	30	Unid.	Panela de pressão de teflon, capacidade 10 Litros	68,22	2.664,00
98	100	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade 15 Litros	14,69	1.469,00
100	100	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade 20 Litros	17,90	1.790,00
102	200	Unid.	Pote de plástico retangular com tampa, capacidade 6 Litros	8,74	1.748,00
105	50	Unid.	Ralador médio de Inox	9,50	475,00

111	50	Unid.	Sabonete líquido antisepsia das mãos. Isento de perfume, não possui emoliente; eficiente na remoção de sujidades pesadas por conter alta concentração de tenso ativo; ideal para estabelecimentos preparadores de alimentos; Ph 5,0 a 6,0, galão com 5 litros	15,90	795,00
116	100	Unid.	Tigela de vidro, capacidade 4 litros, dimensões de 29,4x10,5 cm de diâmetro, com tampa	20,00	2.000,00
119	1.300	Unid.	Vassoura de palha com cabo (com bastante palha)	8,50	11.050,00
122	200	Unid.	Suporte para sabonete líquido na cor branca	17,50	3.500,00
126	50	Unid.	Carrinho berço passeio 2 em 1, para bebês até 17 quilos	280,00	14.000,00
136	100	Unid.	Esponja de banho, formato anatômico	3,87	387,00
TOTAL GERAL R\$					59.888,60

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. - 33/2015 PR 17-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33-2015 - PR - 17-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015  
OBJETO; REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA OS AGENTES DA DIRETORIA DE TRANSPORTO, TRANSPORTE E SEGURANÇA ( DITTESC) DA PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/04/2015 as 16h00min  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/04/2015 as 16h10min  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@caçador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 01 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001-2015 – FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001-2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA, CONTRATADA: CLÍNICA AMER & AMER SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.055.871/0001-26, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem por objeto a contratação de Clínica de Fisioterapia para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, O presente Contrato será válido

para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002-2015 – FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002-2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA, CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CAÇADOR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.635.922/0001-45, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem por objeto a contratação de Clínica de Fisioterapia para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003 - 2015 - FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003 - 2015 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIODONTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.514.300/0001-02, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem por objeto a contratação de Clínica de Fisioterapia para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004-2015 - FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004-2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA, CONTRATADA: EQUILIBRIUM CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.428.994/0001-90, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem por objeto a contratação de Clínica de Fisioterapia para prestação de serviços e sessões de fisioterapia, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005 - 2015 – FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005 - 2015 - FMS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM NEUROCIRURGIA, CONTRATADA: STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.467.850/0001-79, com sede na cidade de Caçador/SC, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 16 de março de 2016

# Camboriú

## PREFEITURA

**DECRETO N.º 2.025/2015**

DECRETO N.º 2.025/2015

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizada conforme a Lei Municipal n.º 2.794, de 02 de abril de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Camboriú, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.950.417,62 (um milhão novecentos e cinquenta mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos) para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infraestrutura Urbana

Programa: 0006 - Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.5083 - Operação de Crédito Interna

Código Reduzido: 89

Art. 2º De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, artigo 43, § 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente decreto as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal n.º 2.794, de 02 de abril de 2015.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**LEI COMPLEMENTAR N.º 078/2015**

LEI COMPLEMENTAR N.º 078/2015

Altera as Leis Complementares Municipais n.º 026/2009 e n.º 066/2013, relativas aos cargos do Magistério Público Municipal de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ampliado de 14 (catorze) para 17 (dezessete) o



número de cargos de Coordenador de Educação Básica (CC-5) e de 08 (oito) para 17 (dezessete) o número de cargos de Secretária de Centro de Educação Infantil (CC-6), ambos previstos no Anexo XVI da Lei Complementar Municipal n.º 026/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

N.º	CARGO	SÍMBOLO
17	COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	CC-5
(...)	(...)	(...)
17	SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CC-6

Art. 2º Ficam criados 15 (quinze) cargos de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (40h), bem como ampliado de 03 (três) para 20 (vinte) o número de cargos de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (20h), de 05 (cinco) para 80 (oitenta) o número de cargos de Monitor de Educação Inclusiva (20h) e de 10 (dez) para 100 (cem) o número de cargos de Monitor de Educação Inclusiva (40h), constantes na Tabela do artigo 1º da Lei Complementar Municipal n.º 066/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	20	20h	R\$ 958,73	(...)
	15	40h	R\$ 1.917,46	
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
Monitor de Educação Inclusiva	80	20h	R\$ 958,73	(...)
	100	40h	R\$ 1.917,50	

Art. 3º Os cargos previstos na presente Lei Complementar terão suas funções e atribuições regulamentadas por intermédio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei Complementar Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 02 de abril de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

## LEI N.º 2794/2015

LEI N.º 2.794/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Camboriú, no valor de R\$ 1.950.417,62 (um milhão novecentos e cinquenta mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos), para suplementação do seguinte programa:

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana

Projeto: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.5083 - Operações de Crédito Interna

Código Reduzido: 89

Art. 2º De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/1964, artigo 43, § 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da operação de crédito autorizada pela Lei Municipal n.º 2.526, de 02 de abril de 2013.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o presente exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ / SC,  
Em, 02 de abril de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO 56/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 56/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 013PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 73/2014, originado do Processo Licitatório nº 56/2014. Modalidade Tomada de Preços;

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 73/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 73/2014.

#### Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 56/2015 fica prorrogado por 90 (noventa) dias, até o dia 26 de maio de 2015, contando a partir de 28 de março de 2015.

#### Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 73/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 26 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MÁRCIO PARISOTTO PFG Poços Artesianos Ltda ME CONTRATADA
---	--

### ADITIVO CONTRATUAL 17/2015 FMS

ADITIVO CONTRATUAL Nº 17/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando a solicitação do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 13/2014 (originado do Processo Licitatório nº. 30/2013, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 13/2014 com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE E DE

OUTRO LADO A EMPRESA ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 13/2014.

#### Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 13/2014 fica prorrogado 90 (noventa) dias, até o dia 28 de junho de 2015, contando a partir de 30 de março de 2014.

#### Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 29/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 26 de março de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATANTE

ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA

Aline Daiane Ruthes Iarenhuk da Silva EPP

CONTRATADA

### ADITIVO CONTRATUAL 51/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 51/2015

Tendo em vista que o cargo de "Especialista" não havia sido previsto no Edital do Processo Licitatório 129/2014, mas que se faz necessário a sua inclusão. E ainda, há necessidade de Suprimir o cargo "Médico Veterinário" do Processo Seletivo e incluir o cargo "Agente Administrativo I" no Concurso.

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI. (CNPJ: 20.267.664/0001-29), as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE VALOR

Acresce ao contrato nº 22/2015, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) referente ao acréscimo do cargo de Especialista, conforme Justificativa nos autos do processo licitatório nº 129/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO DE CARGOS

Suprimi-se o cargo Médico Veterinário do Processo Seletivo conforme descreve o item "4. Dos cargos " item 12 - Anexo II - Processo Seletivo e inclui-se

o Cargo Agente Administrativo II no Concurso (para este item não haverá valor adicional).

Esta alteração se faz nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 22/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 12 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração Contratante	MARCIO JOSÉ PREZOTO MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI Contratada
---	---

### ADITIVO CONTRATUAL 54/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 54/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 009/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 45/2014 (originado do Processo Licitatório nº 33/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 45/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 45/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 45/2014 fica prorrogado até o dia 22 de junho de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA  
Contratada

### ADITIVO CONTRATUAL 57/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 57/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 015PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 56/2014 (originado do Processo Licitatório nº 57/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 56/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A PERFUGEL PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 56/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 56/2014 fica prorrogado por 90 (noventa) dias até o dia 26 de junho de 2015, contando a partir de 27 de março de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 56/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 26 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDINALDO A. MARTINS DE LIMA Perfugel – Perfurações Geológicas Ltda CONTRATADA
---	---

### ADITIVO CONTRATUAL 59/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 59/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 012PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2014 (originado do Processo Licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 43/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 43/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 43/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 05 de junho de 2015, contando a partir de 04 de abril de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.



Campo Alegre - SC, 26 de março de 2015.  
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
CONTRATANTE

PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR  
A.R.G. IDUSTRIAL LTDA  
CONTRATADA

### ADITIVO CONTRATUAL 60/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 60/2015  
TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 0101PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2014 (originado do Processo Licitatório nº 107/2014, modalidade Tomada de Preços);  
Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;  
PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 100/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 100/2014.

#### Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 100/2014 fica prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias até o dia 18 de maio de 2015, contando a partir de 07 de abril de 2015.

#### Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 26 de março de 2015.

<hr/> LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	<hr/> MARCION LUIZ VEIGA Brevetec Engenharia e Construções Ltda CONTRATADA
---	--

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 10/2015 FMS

RESUMO DA ATA  
(Pregão Eletrônico nº 10/2015 FMS)

Às 10:00 do dia 02/04/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### DECRETO Nº 8.938 DE 01 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.938 DE 02 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Especial suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento

vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
02 de Abril de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 06/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### EXTRATO CONTRATO 55/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2015

Objeto: Fornecimento e 1 aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural DA REGIÃO, para atender os alunos matriculados na rede municipal de ensino deste Município (Infantil e Fundamental), no ano letivo de 2015.  
Dotação orçamentária: 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAEF -  
Vigência: 23/03/2015 a 31/12/2015.  
Do valor total: R\$ 37.360,00 (trinta e sete mil e trezentos e sessenta).  
Contratada: Cooperativa Agropecuária Regional e Pequenos Produtores - COOARPA  
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2015

Objeto: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.  
Dotação orçamentária: : (418) 13.01.2.018.3.3.90.39.79.00.00.00 - Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional  
Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.  
Do valor total: R\$ 22.032,00 (vinte e dois mil e trinta e dois reais).

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri  
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

### **PREGÃO 38/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de publicidade legal (obrigatória) e institucional (divulgação de atos e ações) da Administração Pública Municipal de Campo Alegre-SC, em jornal com circulação local (no Município de Campo Alegre), com frequência mínima de 6 (seis) edições semanais, de acordo com as solicitações do Município, conforme relação abaixo:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário máximo fixado (R\$)	Valor Total (R\$)
01	20.000	cm²	Publicidade legal (obrigatória) e institucional (divulgação de atos e ações) da Administração Pública Municipal de Campo Alegre-SC, em jornal com circulação local (no Município de Campo Alegre), com frequência mínima de 6 (seis) edições semanais, de acordo com as solicitações do Município.	1,30	20.000,00

Critério para julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO (VALOR POR CENTÍMETRO QUADRADO), COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 16/04/2015, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 16/04/2015

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias de órgãos e unidades da Prefeitura Municipal de Campo Alegre que vierem a solicitar o serviço, classificadas como "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (3.90.39.00.00.00)". Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 38/2015".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 02 de abril de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### **PUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO PI 40/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2015

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Municipal nº 7786 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 40/2015, tendo a escolha recaído sobre a empresa Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI (CNPJ 83.052.191/0039-35), com o valor global de R\$ 22.032,00 (vinte e dois mil e trinta e dois reais).

Campo Alegre, 01 de abril de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 16\_15

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
PREGÃO Nº 16/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16 de abril de 2015 às 09h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS E PROTETORES PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30 às 17h, diariamente.

Campos Novos, 06 de abril de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### AVISO PP 18/2015 MANUTENÇÃO EQUIP ODONTOLÓGICOS - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 17/04/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A REPOSIÇÃO NOS REFERIDOS SERVIÇOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 06 de abril de 2015.  
Nelson Luiz de Paula  
Secretário Municipal de Saúde

### RESOLUÇÃO 02\_2015 EDITAL 02/2015 DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPOS NOVOS-SC - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

EDITAL CMDCA Nº 002/2015  
Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Campos Novos-SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPOS NOVOS-SC, Fernanda Lima Deporte, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 31 de Março de 2015,

e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Legislação Municipal, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Campos Novos-SC, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.610,72 (Um mil, seiscentos e dez reais e setenta e dois centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina (13º salário).

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13:00 às 17:00), na sede da Associação dos Municípios do Planalto Sul e Santa Catarina - AMPLASC, localizada na Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos-SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais; II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento oficial; III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital; IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de certificado de Conclusão do Ensino Médio. V - outros requisitos previstos em Lei Municipal. V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

- a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;
- b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente
- c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;
- VI - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, a ser aplicada aos inscritos no dia 26 de julho de 2015.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público (13:30 às 17:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13:30 às 17:30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 13/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito

unificado (04/10/2015).

### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 17:00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes

indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 06 de outubro de 2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Campos Novos, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

## 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Legislação Municipal, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos-SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, SC, 02 de abril de 2015.

Fernanda Lima Deporte  
PRESIDENTE DO CMDCA  
CAMPOS NOVOS

## Anexo I Cronograma

Publicação do edital	02 de abril de 2015
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação de candidatura	até 17/06/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	até 22/06/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e decisão das impugnações	até 10/07/2015
Interposição de recurso	13/07/2015 a 17/07/2015
Aplicação de prova	26/07/2015
Interposição de recursos referentes à prova aplicada	27/07/2015 a 05/08/2015
Decisão de recursos referentes à prova aplicada	07/08/2015
Publicação dos candidatos aprovados, aptos à concorrer a eleição	14/08/2015
Operacionalização da eleição (Seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; e reunião com a equipe)	até 18/09/2015
Solicitação de apoio à Polícia Militar ou à Guarda	até 18/09/2015
Divulgação dos locais de votação	até 18/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	Imediatamente após a apuração da eleição
Posse dos eleitos	10/01/2016



# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO 032/2015

DECRETO No 032, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 739.600,00 (setecentos e trinta e nove mil e seiscentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 739.600,00 (setecentos e trinta e nove mil e seiscentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0503.27.812.0100.2055	REFORMA NO GINÁS ESPORTE DILETO BERTA IOLI	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-211	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	493.750,00
0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-210	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	245.850,00
	Total	1024	54	R\$	739.600,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 739.600,00 (setecentos e trinta e nove mil e seiscentos reais), na fonte de recursos 1.24 "Transferências de Convênios Outros", na destinação de recursos 54 "Transferências de convênios da União", da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

#### Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios Outros	1024	54	R\$	739.600,00
Total	024	54	R\$	739.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 034/2015

DECRETO No 034, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.094,61 (quarenta e três mil, noventa e quatro reais e sessenta e um centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 43.094,61 (quarenta e três mil, noventa e quatro reais e sessenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0701.10.301.0150.1067	CONSTRUÇÃO, AMPL.REAP UNIDADE DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-212	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	43.094,61
	Total	0300	00	R\$	43.094,61

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 43.094,61 (quarenta e três mil, noventa e quatro reais e sessenta e um centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

#### Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	43.094,61
Total	0300	00	R\$	43.094,61

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

#### Decreto 040/2015

DECRETO No 040, DE 2 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 127.466,49 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 127.466,49 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0503.27.812.0100.1036	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-216	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	127.466,49
	Total	1022	54	R\$	127.466,49

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 127.466,49 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), na fonte de recursos 1.22 "Transferências de Convênios - Educação", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

#### Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Educação	1022	54	R\$	127.466,49
Total	1022	54	R\$	127.466,49

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 041/2015**

DECRETO Nº 041, DE 2 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0302.06.181.0190.2119	MANUT CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-215	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	35.000,00
	Total	0300	00	R\$	35.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

## Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	35.000,00
Total	0300	00	R\$	35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 043/2015**

DECRETO Nº 043, DE 2 DE ABRIL DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 076/2015, na modalidade de Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 141/2015, anexo;

## DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 076/2015, na modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2015, com objeto de contratação de empresa especializada para execução de serviços de desinsetização e desratização nas dependências das edificações do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Capinzal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### FMS TERMO ADITIVO 001/2015 C69

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº.....: TA 001/2015 C69 - Contrato Nº: 0069/2011	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	
Valor.....: 124,15 (cento e vinte e quatro reais e quinze centavos)	
Vigência.....: Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2011 Processo_Licitatório.....: 00027 / 2011	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aditamento do valor de R\$ 124,15 (cento e vinte e quatro reais e quinze centavos), pela inclusão na obra, em conformidade com a solicitação, justificativas e parecer jurídico em anexo, e, ainda, a autorização legal prevista no Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93.	
Capinzal, 2 de Abril de 2015	

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0083/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0051/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0083/2015

Pregão Presencial Nº 0051/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para sinalização de faixas em vias públicas, a serem utilizados em diversos locais do município de Capinzal/SC.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 17/04/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 6 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

### PORTARIA 047/2015

PORTARIA Nº 047, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 16 de janeiro a 15 de maio de 2015, conforme atestado médico, à servidora Elisângela de Fatima Rodrigues, matrícula nº 328154/04, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de janeiro de 2015.

Capinzal, SC, em 16 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### PORTARIA 048/2015

PORTARIA Nº 048, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 185/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação ao servidor Sidnei Pereira, matrícula nº 333344/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 16 de janeiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### PORTARIA 049/2015

PORTARIA Nº 046, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de maio de 2015, conforme atestado médico, à servidora Jaqueline Isganzela Gaideczka, matrícula nº 171115/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência

A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal, SC, em 16 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 050/2015**

PORTARIA Nº 050, DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 20 de janeiro de 2015 a 20 de março de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 3429/2014, da servidora Ivani Wirth Zastrow, matrícula nº 329479/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 051/2015**

PORTARIA Nº 051, DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 185/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional ao servidor Fabio Antonio da Silva, matrícula nº 328545/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 052/2015**

PORTARIA Nº 052, DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 175/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Sidnei Pereira, matrícula nº 333344/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência , conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência D, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 053/2015**

PORTARIA Nº 053, DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 187/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação ao servidor Jair Jose Rossa, matrícula nº 311600/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 054/2015**

PORTARIA Nº 054, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 181/2015, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de formação educacional ao servidor Odair Jose Pezzole, matrícula nº 182940/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 055/2015**

PORTARIA Nº 055, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Convalida os atos da portaria 782/2013, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam convalidados os atos de nomeação pelo concurso público originado pelo Edital nº 041/2011, e da portaria nº 782/2013, do servidor Paulo Joaquim Gralha Bragatto, matrícula nº 406660/01, a contar de 20 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 20 de janeiro de 2015.

Capinzal, SC, em 20 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 056/2015**

PORTARIA Nº 056, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

Convalida os atos da portaria 796/2013, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam convalidados os atos de nomeação pelo concurso público originado pelo Edital nº 022/2011, e da portaria nº 796/2013, da servidora Leticia Sernajotto Urbano de Moraes, matrícula nº 330663/02, a contar de 20 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 20 de janeiro de 2015.

Capinzal, SC, em 20 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 057/2015**

PORTARIA Nº 057, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a contar de 20 de janeiro de 2015, Francisco Dirceu de Araújo, matrícula nº 310050/08, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento e Projetos, nível CC - 4, conforme o anexo IV - B da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de janeiro de 2015.

Capinzal - SC, em 20 de janeiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 507/2015**

PORTARIA Nº 507, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Juarez Lourenço Goronzi, matrícula nº 410097/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social, nível CC - 5, conforme o Anexo IV - E, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder como Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças



**PORTARIA 515/2015**

PORTARIA Nº 515, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Juarez Lourenço Goronzi, matrícula nº 410097/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social, nível CC - 5, conforme o Anexo IV - E, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder como Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 001/2015 - COMED**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER COMED Nº 001/2015

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isganzella, faz saber que, de conformidade com o regimento e o Parecer - Processo nº 001/2015, aprovado em 19 de março de 2015, apresentado pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, homologa a Resolução nº 001, que dispõe sobre a "Aprovação do Calendário Escolar Unificado 2015, Educação Infantil - creche, pré-escola e Ensino Fundamental - Séries Iniciais e Séries Finais", publicado na íntegra na edição nº 1715, páginas 158, 159 e 160, em 1º de abril de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 1º de abril de 2015.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

ORLANDO THOLL  
Secretário de Administração e Finanças

**SIMAE****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/15/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/15/2015 CONTRATANTE: SERVIÇO INTER-MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.782.079/0001-14

CONTRATADO: SUL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES SA.

CNPJ DO CONTRATADO: 04.376.768/0001-15

OBJETO: ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE VALES-ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE CARTÃO ELETRÔNICO.

VALOR: R\$ 137.700,00 (Cento e trinta e sete mil, e setecentos reais).

OBS. Pelo fornecimento e administração dos vales alimentação, a Contratada concederá o Desconto de 1,24 %, calculado sobre o valor total de vales repassados mensalmente.

DATA DA ASSINATURA: 20.03.2015

VIGÊNCIA: 01.04.2015 A 31.12.2015



## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO 03/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 03/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 02/2015
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A FARMÁCIA DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 16 de Abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 16 de Abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 02 DE ABRIL DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO CONTRATO 11/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	EDITORA POLO FOZ LTDA ME.
Objeto.....:	UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, PARA VEICULAÇÃO DE MATÉRIAS DE INTERESSE DO MUNICIPIO, AVISOS, E COMUNICADOS DE FORMA SEMANAL, SEMPRE QUE SOLICITADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E A DISPONIBILIZAÇÃO DE 50 EXEMPLARES (SEMANAIS) PARA DISTRIBUIÇÃO NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO.
Valor.....:	R\$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais).
Vigência.....:	Início : 11/03/2015      Término : 31/12/2015.
CAXAMBU DO SUL, 11 de Março de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### 184.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 184/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 22, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99, bem como, considerando o disposto no Processo Administrativo SAP/DRH/RF Nº 001/2013;

#### RESOLVE:

Art. 1º Readaptar a Servidora Pública SIRLEY CHIUQUIO MEDEIROS, matriculada sob o n. 2266/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 hrs, Nível VII, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, da Lei Complementar nº 007, de 23/12/1999, sem prejuízo dos vencimentos e direitos de seu cargo de investidura.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC,  
02 de abril de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### EDITAL CMDCA Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EDITAL CMDCA Nº 01/2015  
PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 25 de março de 2015, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas Resoluções do Conanda nº 152/ 2012 e 170/2014 e na Lei Municipal nº 0568 de 01/03/2013, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado, no período de 10/01/2016 a 09/01/2020.

#### - DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO:

As inscrições serão realizadas no período de 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, das 07h30min às 13h30min, no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, situado na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, s/n, Centro, Município de Chapadão do Lageado - SC.

O candidato deverá apresentar no ato da inscrição os documentos abaixo relacionados:

- Cópia da Cédula de Identidade e do CPF;
- Cópia dos últimos 3 (três) comprovantes de Residência e/ ou Declaração de Residência, com firma reconhecida em Cartório, que ateste que o (a) Candidato (a) reside no Município a pelo menos 3 (três) meses antes da publicação do presente Edital;
- Cópia do Certificado de Quitação/Dispensa do Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino;

- Cópia do Certificado de Conclusão do Curso de Ensino Médio;
- Cópia do Título Eleitoral, com comprovante da última eleição ou justificativa do último pleito eleitoral, comprovando estar em gozo dos direitos políticos;
- Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal, para comprovar a reconhecida idoneidade moral;
- Declaração de que não ocupa Cargo Comissionado na Administração Pública Municipal;
- Declaração de que não ocupa cargo eletivo, de natureza político-partidária;
- Certidão expedida pelo Conselho Tutelar de que o Candidato não foi atendido e/ou acompanhado pelo órgão nos 5 (cinco) anos anteriores da data da inscrição, exceto na condição de vítima; e
- Atestado Médico, que comprove pleno gozo de aptidão física e mental para o exercício da função.

O Edital completo está fixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal.

Maiores informações poderão ser obtidas através do Fone (47) 3537-0072.

Chapadão do Lageado-SC, 02 de abril de 2015.

Eloina Portes dos Santos

Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### **EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2015.

O município de CHAPADÃO DO LAGEADO, SC, com sede na Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, Chapadão do Lageado, SC, CEP 88.407 000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.613.120/0001-27, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10:00 horas do dia 23 de ABRIL de 2015, tendo como local CÂMARA DE VEREADORES, Rua Geremias Pedro de Medeiros, nº 135, Chapadão do Lageado, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira Pública Oficial SRA. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 MICROÔNIBUS MERCEDEZ BENZ/LO 708 E, ano/modelo 1988, Placas LYC 6593, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 02: 01 Automóvel FIAT/PALIO WEEKEND ADVENTURE FLEX, ano 2010, modelo 2011, Placas MHP 9557, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 03: 01 MICROÔNIBUS PEUGEOT/BOXER M350L HDI, ano 2008, modelo 2009, Placas MEF 2585, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 29.800,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.MASTERLEILOES.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3537 0072 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

CHAPADÃO DO LAGEADO, (SC), 06 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

### **Portaria 182/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 182/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 09.01.2014 à 08.01.2015, a JOSMAR MONTEIRO DOS SANTOS, matriculado sob o nº 2608/02, ocupante do cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Urbanismo.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 06.04.2015 à 25.04.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
02 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **Portaria 183/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 183/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 29/03/2014 à 28/03/2015, a MAICON SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 06.04.2015 à 05.05.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
02 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **COMUNICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE NOVA SESSÃO DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015 - FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa para ministrar oficinas nas unidades dos CRAS, CREAS e Centros de Convivência, durante o exercício de 2015 a partir de 1º de abril, visando o desenvolvimento das atividades nos grupos de convivência, em conformidade com a legislação vigente, com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo do FNAS do PAIF, SCFV, PAEFI, e suas reprogramações; do FEAS Básica Custeio e reprogramação e próprios conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

#### **COMUNICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE NOVA SESSÃO DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Diante da interposição de recurso administrativo, na data de 27 de MARÇO de 2015, pela empresa DANIEL FERRAZ DIAS - ME, pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame, fica suspenso o prazo de 8 dias para a abertura da sessão para análise da nova documentação de habilitação, sendo que a será marcada nova data para o mesmo.

Concórdia, SC, 02 de abril de 2015.

ANGELO BENINI FANTIN

Pregoeiro

#### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 4/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do diretor administrativo, senhor Vilson Anivo Haeffiger, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 02 de abril de 2015, contratação de serviços de clínica para internação da paciente Bruna Eduarda Do Prado Zampieron, portadora da patologia de Autismo Infantil, visando atender liminar de autos 0900055-35.2014.8.24.0019, a favor da empresa GAP – Grupo de Apoio Psiquiátrico S/S - Me, no valor estimado de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Alessandro Vernize

Gestor do FMS

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA** EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, CONVOCA os interessados e o público em geral, para a audiência pública a ser realizada no dia 16 de abril de 2015, quinta-feira, com início às 19h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, situada na Rua Celso Tozzo, n. 27, Centro, neste município, a pedido da Secretaria de Infraestrutura, para exposição e discussão de conversão de área rural para área urbana, visando viabilizar a regularização de parcelamento clandestino do solo, denominado: Loteamento do Bruno, registrado no CRI de Chapecó sob o n. 60.880).

A Audiência Pública terá por objetivo recolher subsídios para o processo de tomada de decisões do Poder Executivo, proporcionando aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões, e identificar, de forma mais ampla, os aspectos relevantes à matéria e dar publicidade a um assunto de interesse público.

Cordilheira Alta, SC, em 02 de abril de 2015.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

#### **EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Cordilheira Alta.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 24 de março de 2015, em sua sede localizada Avenida Fermino Tozzo, n. 532, município de Cordilheira Alta, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 895/2010, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Cordilheira Alta, e dá outras providências.

##### **1 Do Cargo e das Vagas**

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

##### **2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato**

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá

serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 895/2010, alterada pela Lei 1.002/2012, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.023,71 (um mil vinte e três reais e setenta e um centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2.Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

### 3. Do Processo de Escolha

#### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Avenida Fermino Tozzo, n. 532, Cordilheira Alta/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município nos últimos 12 meses, demonstrada por comprovante de residência;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - estar em gozo dos direitos políticos;

VI - ter conhecimentos em informática;

VI - possuir Carteira Nacional de Habilitação;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 15/06/2015 à 19/06/2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado até o dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.



3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário entre às 08h e 17h, nos seguintes locais: Pavilhão Comunitário da Comunidade do Centro de Cordilheira Alta, situado na Rua Francisco Dalmas.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em seu candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

#### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e

direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

#### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:  
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;  
II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

- I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

#### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como

os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

#### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015 em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

#### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 895/2010, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto

ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 02 de abril de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORDILHEIRA ALTA.

#### Anexo I

##### Cronograma

Providência	Prazo
Publicação do Edital	06/04/2015
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
Análise das Inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da Relação de Candidatos	12/06/2015
Impugnação de Candidatura	15/06/2015 a 19/06/2015
Notificação dos Candidatos Impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
Apresentação de defesa pelos Candidatos Impugnados	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e Decisão das Impugnações	Até 10/07/2015
Publicação dos Candidatos com Inscrições Aprovadas	Até 14/08/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do Resultado	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2015

**EXTRATO EDITAL AVISO LICITAÇÃO -  
CONCORRÊNCIA 02/2015 - ASFALTO**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93, e normas estabelecidas no Edital. Processo Administrativo n. 48/2015.

Edital: Concorrência n. 002/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica da Rua Ludovico J. Tozzo num total de 5.038m<sup>2</sup> sendo a pavimentação sobre calçamento existente, conforme edital e anexos.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 07/05/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 07/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta SC, 02 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**Coronel Freitas****CÂMARA MUNICIPAL****1/2015 PREGÃO PRESENCIAL**

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Coronel Freitas

Aviso de Licitação

A Câmara Municipal de Coronel Freitas SC, através do sua Presidente, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 01/2015.

Pregão Presencial n. 01/2015.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários.

Entrega dos Envelopes: até às 14h00min horas do dia 17/04/2015.

Abertura dos Envelopes: 14h15min horas do dia 17/04/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Rio Grande do Norte 740, Centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente (manhã das 8:00h às 12:00h e à tarde das 13:00h às 17:00h).

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 33470424.

Coronel Freitas, SC, 02 de abril de 2015.

ISAURA CANDIDA PROVIN

Presidente



# Corupá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 3229/15

PORTARIA Nº 3229/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, AO SR. JAIME ODORIZZI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. JAIME ODORIZZI, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude da inexistência de candidato classificado em concurso público para o referido cargo, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 3216/15

PORTARIA Nº 3216/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA FERREIRA, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e

Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 3217/15

PORTARIA Nº 3217/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. ANA CRISTINA DA SILVA ROCHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ANA CRISTINA DA SILVA ROCHA, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3218/15**

PORTARIA Nº 3218/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, AO SR. ANIBAL RUVIARO DANTAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. ANIBAL RUVIARO DANTAS, a partir de 02 de março de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner, em virtude da implantação temporária do programa PAE do Sesi SC, através do Programa Atleta do Futuro (PAF), ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3219/15**

PORTARIA Nº 3219/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. CRISTINA GIOVANA MAICA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. CRISTINA GIOVANA MAICA, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de substituição da professora Jiane Elisa Winter, que está em cargo comissionado de direção nesta Unidade Escolar, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3220/15**

PORTARIA Nº 3220/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, AO SR. DARCIO ANTONIO WEINFURTER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizado a contratação do SR. DARCIO ANTONIO WEINFURTER, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de substituição da professora efetiva Jully Prawutzky, que está de licença maternidade, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3221/15**

PORTARIA Nº 3221/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. DILEUSA ROSANJALA PEZZATTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizado a contratação da SRA. DILEUSA ROSAN-JALA PEZZATTO, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees e Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora efetiva Marli Simone Besseke Burger, que está em cargo comissionado de direção no C.E.I. Franz Dorn, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3222/15**

PORTARIA Nº 3222/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. DIRLENE LILIAN LADA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. DIRLENE LILIAN LADA, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees e José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3223/15**

PORTARIA Nº 3223/15

EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROFESSORA ACT, A SRA. DIRLENE LILIAN LADA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica exonerada a pedido a SRA. DIRLENE LILIAN LADA, do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Portaria nº 3222/15, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3224/15**

PORTARIA Nº 3224/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. EDELTRAUD ROEPKE GRETTTER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. EDELTRAUD ROEPKE GRETTTER, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude da substituição da professora Cristiane D. D. Krazewsky, que trabalha na coordenação pedagógica desta Unidade Escolar, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3225/15**

PORTARIA Nº 3225/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. FÁBÍOLA APARECIDA JANSEN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. FÁBÍOLA APARECIDA JANSEN, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3226/15**

PORTARIA Nº 3226/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, AO SR. HERNANDES MICHEL KLABUNDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. HERNANDES MICHEL KLABUNDE, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira e José Pasqualini, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal

de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3231/15**

PORTARIA Nº 3231/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. KAMILA LANGHAMMER ARZA BEZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. KAMILA LANGHAMMER ARZA BEZ, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 3232/15**

PORTARIA Nº 3232/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. KAROLINA ZANGHELINI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. KAROLINA ZANGHELINI, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude da substituição da professora Cristiane D. D. Krazewsky, que trabalha na coordenação pedagógica desta Unidade, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3234/15**

PORTARIA Nº 3234/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. LUCIENE VIVIANE BONKOWSKI .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. LUCIENE VIVIANE BONKOWSKI, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees e Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Luciana Hauck, que trabalha no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3235/15**

PORTARIA Nº 3235/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, A SRA. MARA REGIANE BARBOSA DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARA REGIANE BARBOSA DOS SANTOS, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3236/15**

PORTARIA Nº 3236/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. MARIA CRISTINA FLORIANI DA ROSA .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA CRISTINA FLORIANI DA ROSA, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Carolina Neves de Souza, que trabalha no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3237/15**

PORTARIA Nº 3237/15  
EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROFESSORA ACT, A SRA. MARIA CRISTINA FLORIANI DA ROSA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.  
RESOLVE:

Art. 1º- Fica exonerada a pedido a SRA. MARIA CRISTINA FLORIANI DA ROSA, do cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria nº 3236/15, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3238/15**

PORTARIA Nº 3238/15  
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. MARIA MIZIA DA SILVA .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA MIZIA DA SILVA, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3239/15**

PORTARIA Nº 3239/15  
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. MARIA ROSELENE BITENCOURT MACHADO .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA ROSELENE BITENCOURT MACHADO, a partir de 04 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na APAE de Jaraguá do Sul, em virtude do convênio firmado entre a Prefeitura de Corupá e a APAE de Jaraguá do Sul, para atendimento da demanda na educação especial e por não haver profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3240/15**

PORTARIA Nº 3240/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. ROSANE ARMINDO VIEIRA BORGES .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.  
RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ROSANE ARMINDO VIEIRA BORGES, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de substituição da professora Luciana Hauck, que trabalha no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3242/15**

PORTARIA Nº 3242/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. SANDRA HÜTTL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.  
RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SANDRA HÜTTL, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Jaqueline Pscheidt, que está em licença maternidade, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3242/15**

PORTARIA Nº 3242/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. SANDRA HÜTTL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.  
RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SANDRA HÜTTL, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Jaqueline Pscheidt, que está em licença maternidade, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 3243/15**

PORTARIA Nº 3243/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. SUSAN NARA VIEIRA .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SUSAN NARA VIEIRA, a partir de 12 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude da substituição da professora Katia Raquel Twardowski, que trabalha na coordenação pedagógica desta Unidade Escolar, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3244/15**

PORTARIA Nº 3244/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. VERA APARECIDA DA SIQUEIRA TEIXEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VERA APARECIDA DA SIQUEIRA TEIXEIRA, a partir de 20 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini e Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Carin Kruger Gessner, que está na direção no C.E.I. Bompland, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3245/15**

PORTARIA Nº 3245/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, SRA. VERA LUCIA PIVA DE CARLI .

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VERA LUCIA PIVA DE CARLI, a partir de 06 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de substituição da professora Clarice Judacefsky, que trabalha na coordenação pedagógica na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3246/15**

PORTARIA Nº 3246/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTORA DE MÚSICA ACT, A SRA. ELENICE PIAOTQUEWICZ TOMIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELENICE PIAOT-QUEWICZ TOMIO, a partir de 11 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutora de Música ACT, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3247/15**

PORTARIA Nº 3247/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA ACT, AO SR. JAKSON WAJAND.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. JAKSON WAJAND, a partir de 17 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música ACT, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3248/15**

PORTARIA Nº 3248/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA ACT, AO SR. PAULO HENRIQUE DE SOUSA COSTA WOLODOZELIK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. PAULO HENRIQUE DE SOUSA COSTA WOLODOZELIK, a partir de 12 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música ACT, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3249/15**

PORTARIA Nº 3249/15

EXONERA O SR. JOSE DJONATA NEUMANN DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE INFRA ESTRUTURA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado o SR. JOSE DJONATA NEUMANN, do cargo de Coordenador de Infra Estrutura, conforme Portaria nº 2798/14.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2798/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3250/15**

PORTARIA Nº 3250/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA ACT, AO SR. GILMAR JUNGTON.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. GILMAR JUNGTON, a partir de 09 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3251/15**

PORTARIA Nº 3251/15

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA ACT, AO SR. MARCIO FIDELIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. MARCIO FIDELIS, a partir de 09 de fevereiro de 2015, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de dezembro de 2015, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda e ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PAINEL LCD E SOFTWARE DE SENHAS PARA CONTROLE DE FILAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 16/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 02 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015

O Município de Curitibanos de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE CPU E COMPUTADOR PARA USO DA POLÍCIA MILITAR NO SETOR DE TRÂNSITO E DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 16/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 16/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 02 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 1/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 1/2015

Contrato Nº.: 1/2015

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 343,33 (trezentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 241.362,00

Objeto ..... : FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NAO EXCLUSIVA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE DIREITO DE USO DO APLICATIVO BETHA SAPO, BETHA COMPRAS E BETHA TESOUREARIA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS, RELACIONAL CONFORME FUNCIONALIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 1/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 1/2015

Contrato Nº.: 1/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 343,33 (trezentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos ..... : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 137.800,00

Objeto ..... : FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NAO EXCLUSIVA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE DIREITO DE USO DO APLICATIVO BETHA SAPO, BETHA COMPRAS E BETHA TESOUREARIA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS, RELACIONAL CONFORME FUNCIONALIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 2/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 2/2015

Contrato Nº.: 2/2015  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: STANG & STANG LTDA  
Valor ..... : 3.367,00 (três mil trezentos e sessenta e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 28/01/2015 Término: 28/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 241.362,00

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 2/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 2/2015

Contrato Nº.: 2/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada.: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME  
Valor ..... : 6.980,00 (seis mil novecentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 08/01/2015 Término: 08/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 246/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 3/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 3/2015

Contrato Nº.: 3/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 02/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 137.800,00

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 3/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 3/2015

Contrato Nº.: 3/2015  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 29/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 241.362,00

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 4/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 4/2015

Contrato Nº.: 4/2015  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA  
Valor ..... : 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 133.018,67

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 4/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 4/2015

Contrato Nº.: 4/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada...: GUILHERME KAOE DE DOMENICO PASSOS  
Valor ..... : 1.990,00 (um mil novecentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 27/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 84.800,00

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NO DESFILE DE RUA DO CARNAVAL 2015, QUE SERÁ REALIZADO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 5/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 5/2015

Contrato Nº.: 5/2015  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 10,99 (dez reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/02/2015 Término: 03/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 133.018,67

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL,

POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 5/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 5/2015

Contrato Nº.: 5/2015  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS  
Contratada...: TEJO TEATRO DE JOAÇABA  
Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 23/02/2015  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 82.810,00

Objeto ..... : INEXIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA BATERIA DE ESCOLA DE SAMBA TEJO TEATRO DE JOAÇABA QUE IRÁ SE APRESENTAR NO DESFILE DE CARNAVAL NO DIA 17 DE FEVEREIRO NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA A PARTIR DAS 18 HORAS, CONFORME ART. 25, INCISO II, LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 6/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 6/2015

Contrato Nº.: 6/2015  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 64,18 (sessenta e quatro reais e dezoito centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/02/2015 Término: 05/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 133.018,67

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS,



SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 7/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 7/2015

Contrato Nº.: 07/2015  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada....: JK PNEUS LTDA.  
Valor ..... : 440,70 (quatrocentos e quarenta reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/02/2015 Término: 23/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 132.939,16

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 8/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 8/2015

Contrato Nº.: 08/2015  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada....: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.  
Valor ..... : 835,50 (oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 132.939,16

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO

SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 9/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 9/2015

. Contrato Nº.: 09/2015  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada....: FERREIRA E SERAFINI AUTO ELÉTRICA LTDA  
Valor ..... : 597,00 (quinhentos e noventa e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 270/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 132.939,16

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 1/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 1/2015

Contrato Nº.: 1/2015  
Contratante.: IPESMUC  
Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 5.432,65 (cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DO(S) APLICATIVO(S) DE BETHA SAPO, BETHA FOLHA E BETHA COMPRA COM ACESSO SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL, E FLY TRANSPARÊNCIA COM ACESSOS ILIMITADOS, EM AMBIENTE WEB

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2015

Contrato Nº.: 2/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: STANG & STANG LTDA  
Valor ..... : 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 05/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 32.913,00

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPESMUC  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2015

Contrato Nº.: 2/2015  
Contratante.: IPESMUC  
Contratada...: DATA A TECNOLOGIA LTDA.  
Valor ..... : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 21/01/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Objeto ..... : O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE COMPUTADOR DE PROPRIEDADE DA CONTRATADA, DORAVANTE, PARA EFEITO DESTE CONTRATO, SIMPLEMENTE DENOMINADO SISTEMA, O QUAL SERÁ ARMAZENADO NA SEDE DA CONTRATADA OU EM UM DATACENTER DEFINIDO PELA CONTRATADA

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 3/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 3/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP  
CNPJ: 08.273.827/0001-80  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 1/2014 Numero do Processo: 1/2014  
Numero do Contrato ou aditivo: 3/2014  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE LONA PRETA PARA EVENTUAL SITUAÇÃO DE DESASTRE PROVOCADO POR PRECIPITAÇÃO DE GRANIZO OU VENDEVAL, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 14/10/2014  
Vigência: 14/10/2014 A 31/12/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 5.148,00  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 3/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPESMUC  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 3/2015

Contrato Nº.: 3/2015  
Contratante.: IPESMUC  
Contratada...: GABOARDI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.  
Valor ..... : 6.594,48 (seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/01/2015 Término: 26/01/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL Nº 8, LOCALIZADA NA SOBRELOJA DO ED. GABOARDI MASTER CENTER, SITUADA NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA Nº 388, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, PARA O ANO DE 2015, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 3/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 3/2015

Contrato Nº.: 3/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
Valor ..... : 25.009,93 (vinte e cinco mil e nove reais e noventa

e três centavos)

Vigência ..... : Início: 06/01/2015 Término: 06/03/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 48/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 113.000,00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NO PRÉDIO DO CRAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC OUTUBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 08.273.827/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 1/2014 Numero do Processo: 1/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 4/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA REFORMA CIDADÃ, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Data da Assinatura: 17/10/2014

Vigência: 17/10/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 3.160,90

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL NF

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2015

Aditivo Nº ..... : 4/2015 - Contrato Nº: 128/2013

Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

Valor ..... : 76,00 (setenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 12/01/2015 Término: 01/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.087.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo: 41.000,00

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 76,00 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TOTALMENTE ON-LINE, INCLUINDO: MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO E TREINAMENTOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA E HOSPEDAGEM, FORNECER SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME REAJUSTE PELO INPC 6,34%.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 4/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 4/2015

Contrato Nº.: 4/2015

Contratante...: IPESMUC

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 23.748,12 (vinte e três mil setecentos e quarenta e oito reais e doze centavos)

Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 02/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTES EDITAIS.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2014

Contratado: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA -ME

CNPJ: 03.275.744/0001-84

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 231/14 Numero do Processo: 231/14

Numero do Contrato ou aditivo: 5/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERSONALIZADOS PARA USO EM DIVERSAS CAMPANHAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CONFORME ANEXO 1 DESTES EDITAIS.

Data da Assinatura: 26/09/2014

Vigência: 26/09/2014 A 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:  
 Numero do Empenho:  
 Valor: 6.705,00  
 Forma de Pagamento: À VISTA

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 IPESMUC  
 CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2015

Aditivo Nº ..... : 5/2015 - Contrato Nº: 4/2015  
 Contratante...: IPESMUC  
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
 Valor ..... : 4.030,00 (quatro mil e trinta reais)  
 Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 02/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (2)

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 5/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 5/2015

Aditivo Nº ..... : 5/2015 - Contrato Nº: 128/2013  
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME  
 Valor ..... : 6.380,00 (seis mil trezentos e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/01/2015 Término: 01/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2013  
 Recursos ..... : Dotação: 2.087.3.3.90.00.00.00.00 (26) Saldo: 30.553,26

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TOTALMENTE ON-LINE, INCLUINDO: MIGRAÇÃO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO E TREINAMENTOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA E HOSPEDAGEM, FORNECER SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME REAJUSTE INPC DE 6,34%.

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 6/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 6/2014

Contratado: SAMARA FATIMA P GIACOMINI ME  
 CNPJ: 03.362.334/001-01  
 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 Numero da Licitação: 240/14 Numero do Processo: 240/14  
 Numero do Contrato ou aditivo: 6/2014  
 Fundamento Legal:  
 Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DIVERSO, PARA USO NAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO FIA E PELO CREAS, NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 2014-DIA DA CRIANÇA, DECORRENTES DA CAMPANHA"SUBSTITUA A VIOLENCIA PELO AMOR, A PAZ COMEÇA EM CASA", CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 03/10/2014  
 Vigência: 26/09/2014 A 31/12/2014  
 Programa de Trabalho:  
 Unidade Gestora/Numero:  
 Gestão/Numero:  
 Numero do Empenho:  
 Valor: 67.300,00  
 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 6/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 6/2015

Contrato Nº..: 6/2015  
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: STANG & STANG LTDA  
 Valor ..... : 2.072,00 (dois mil e setenta e dois reais)  
 Vigência ..... : Início: 28/01/2015 Término: 28/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 7/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 7/2014

Contratado: SC CÓPIAS LTDA  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 152/14 Número do Processo: 152/14  
Número do Contrato ou aditivo: 76/2014  
Fundamento Legal:  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014  
Vigência: 26/09/2014 A 23/02/2015  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 37,40  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 7/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 7/2015

Contrato Nº.: 7/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.  
Valor ..... : 2.479,00 (dois mil quatrocentos e setenta e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 28/01/2015 Término: 28/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 8/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 8/2014

Contratado: SC CÓPIAS LTDA  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 152/14 Número do Processo: 152/14  
Número do Contrato ou aditivo: 8/2014  
Fundamento Legal:  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 23/10/2014  
Vigência: 26/09/2014 A 23/02/2015  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 101,20  
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 8/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 8/2015

Contrato Nº.: 8/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA-ME  
Valor ..... : 433,50 (quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/01/2015 Término: 28/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS DE HIGIENE PARA O ANO DE 2015 PARA A DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013 E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 9/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC novembro/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 9/2014

Contratado: SC COPIAS LTDA  
CNPJ: 03.367.127/0002-12  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 152/14 Número do Processo: 152/14  
Número do Contrato ou aditivo: 9/2014  
Fundamento Legal:  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2014  
Vigência: 26/11/2014 A 16/03/2015  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 171,60  
Forma de Pagamento: À VISTA

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 9/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 9/2015

Contrato Nº.: 9/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 28/01/2015 Término: 28/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS DE HIGIENE PARA O ANO DE 2015 PARA A DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL 5.147/2013 E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 1/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 1/2015

Contrato Nº.: 1/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESC. CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor ..... : 253,95 (duzentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 52.660,80

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MÓDULO COMPRAS E LICITAÇÕES, CONTABILIDADE PÚBLICA, DE USO DO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CURITIBANOS, DURANTE O ANO DE 2014.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 1/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 1/2015

Contrato Nº.: 1/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 343,33 (trezentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação: 2.080.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 21.000,00

Objeto ..... : FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NAO EXCLUSIVA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE DIREITO DE USO DO APLICATIVO BETHA SAPO, BETHA COMPRAS E BETHA TESOUREARIA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS, RELACIONAL CONFORME FUNCIONALIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO1/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato1/2015

Contrato Nº.: 1/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 337,39 (trezentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 329.130,00

Objeto ..... : FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NAO EXCLUSIVA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DE DIREITO DE USO DO APLICATIVO BETHA SAPO, BETHA COMPRAS E BETHA TESOUREARIA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS, RELACIONAL CONFORME FUNCIONALIDADES DESCRITAS NO ANEXO I.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO10/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato10/2015

Contrato Nº.: 10/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 4.020,00 (quatro mil e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 02/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 329.130,00

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO12/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato12/2015

Aditivo Nº ..... : 12/2015 - Contrato Nº: 7/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.  
Valor ..... : 222,00 (duzentos e vinte e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 03/02/2015 Término: 28/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8)

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 222,00, PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, TENDO EM VISTA REAJUSTE DO GOVERNO FEDERAL DE 8,99%, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO13/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato13/2015

Contrato Nº.: 13/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 1.960,43 (um mil novecentos e sessenta reais e quarenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO14/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato14/2015

Contrato Nº.: 14/2015  
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: CAFE TROPEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE LTDA -  
 Valor ..... : 276,00 (duzentos e setenta e seis reais)  
 Vigência ..... : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO15/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato15/2015

Contrato Nº.: 15/2015  
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador  
 Valor ..... : 1.155,94 (um mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)  
 Vigência ..... : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO16/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato16/2015

Contrato Nº.: 16/2015  
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 662,70 (seiscentos e sessenta e dois reais e setenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO17/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato17/2015

Contrato Nº.: 17/2015  
 Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.  
 Valor ..... : 7.407,00 (sete mil quatrocentos e sete reais)  
 Vigência ..... : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO18/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato18/2015

Contrato Nº.: 18/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador  
Valor ..... : 239,40 (duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/02/2015 Término: 04/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato19/2015

Contrato Nº.: 19/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900  
Valor ..... : 392,00 (trezentos e noventa e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 277/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULO LEVES, MÉDIOS E PESADOS DAS SEC. DA ADMINISTRAÇÃO, SEC. DE ESPORTES, SEC. DE AGRICULTURA, FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, FUNDO MUN. DE SAÚDE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SEC. TRANSPORTES E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DE TRABALHO, POLÍCIA AMBIENTAL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, 2º BATALHÃO DO BOMBEIRO MILITAR PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO2/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JANEIRO/2015

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato2/2015

Contrato Nº.: 2/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 02/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.080.3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Saldo: 21.000,00

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO2/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2015

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato2/2015

Contrato Nº.: 2/2015  
Contratante.: FUNDO MUNIC.DA CRIANÇA E DO ADOLESC. CURITIBANOS  
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA  
Valor ..... : 3.000,00 (três mil reais)  
Vigência ..... : Início: 29/01/2015 Término: 02/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 52.660,80

Objeto ..... : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO20/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato20/2015

Contrato Nº.: 20/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SC CÓPIAS LTDA  
Valor ..... : 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 06/02/2015 Término: 06/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 219.104,92

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO21/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato21/2015

Contrato Nº.: 21/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 1.082,69 (um mil e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO22/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato22/2015

Contrato Nº.: 22/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CAFE TROPEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFE LTDA -  
Valor ..... : 230,00 (duzentos e trinta reais)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO23/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato23/2015

Contrato Nº.: 23/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador  
Valor ..... : 711,04 (setecentos e onze reais e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL



**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO24/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato24/2015

Contrato Nº.: 24/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 1.058,85 (um mil e cinquenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO25/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato25/2015

Contrato Nº.: 25/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME.  
Valor ..... : 843,98 (oitocentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 266/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO, DEP. DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTE E OBRAS, SETOR DE CARTEIRA DO TRABALHO E PROTOCOLO RECEITA FEDERAL, PROCON, CORPO BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO26/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato26/2015

Contrato Nº.: 26/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador  
Valor ..... : 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO27/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato27/2015

Contrato Nº.: 27/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 105,00 (cento e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ITENS DE VESTUÁRIO QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DOS EQUIPAMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE DO MUNICÍPIO. CASA LAR INFANTO JUVENIL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO28/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

## Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato28/2015

Contrato Nº.: 28/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor ..... : 400,00 (quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 09/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (21), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO29/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

## Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato29/2015

Contrato Nº.: 29/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: REUNIDAS TURISMO S/A

Valor ..... : 1.835,00 (um mil oitocentos e trinta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 10/02/2015 Término: 10/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 284/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo:  
181.825,49

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/SÃO JOSÉ DO SERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIARIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANE

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO30/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

## Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato30/2015

Contrato Nº.: 30/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA

Valor ..... : 1.349,90 (um mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 10/02/2015 Término: 10/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 280/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
2.014.4.4.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45, CASCO DE P45, PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, AEROPORTO, SECRETARIA DE TRANSPORTE EM OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO31/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

## Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato31/2015

Contrato Nº.: 31/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor ..... : 19,00 (dezenove reais)

Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 300/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo:  
181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO32/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

## Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato32/2015

Contrato Nº.: 32/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 300/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS



Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO33/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato33/2015

Contrato Nº.: 33/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 45,44 (quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO34/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato34/2015

Contrato Nº.: 34/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda  
Valor ..... : 105,78 (cento e cinco reais e setenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO35/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato35/2015

Contrato Nº.: 35/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DINÂMICA COM.DE SUP.P/INFORMÁTICA ESCR. LTDA ME.  
Valor ..... : 83,48 (oitenta e três reais e quarenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO36/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato36/2015

Contrato Nº.: 36/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME  
Valor ..... : 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)

Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO37/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato37/2015

Contrato Nº.: 37/2015  
 Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA-caçador  
 Valor ..... : 26,20 (vinte e seis reais e vinte centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO38/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato38/2015

Contrato Nº.: 38/2015  
 Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 101,85 (cento e um reais e oitenta e cinco centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO39/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato39/2015

Contrato Nº.: 39/2015  
 Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME  
 Valor ..... : 122,90 (cento e vinte e dois reais e noventa centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 272/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, PRAÇA CENTENARIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, CORPO DE BOMEIROS, POLICIA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABAST., MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE OBRAS, FUNDO MUN. DE SAUDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL, FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO E INT. SOCIAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO40/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato40/2015

Aditivo Nº ..... : 40/2015 - Contrato Nº: 209/2014  
 Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB

Valor ..... : 1.589,10 (um mil quinhentos e oitenta e nove reais e dez centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 03/04/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2014  
 Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 171.526,48

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A COLOCAÇÃO DE CERCA NA HORTA UTILIZADA PELO CREAS NAS OFICINAS DE JARDINAGEM, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO41/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato41/2015

Aditivo Nº ..... : 41/2015 - Contrato Nº: 209/2014  
 Contratante..: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
 Valor ..... : 85,20 (oitenta e cinco reais e vinte centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 03/04/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2014  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A COLOCAÇÃO DE CERCA NA HORTA UTILIZADA PELO CREAS NAS OFICINAS DE JARDINAGEM, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO42/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato42/2015

Contrato Nº.: 42/2015  
 Contratante..: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: Bozzano e Bozzano LTDA - ME  
 Valor ..... : 291,18 (duzentos e noventa e um reais e dezoito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E

OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO43/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato43/2015

Contrato Nº.: 43/2015  
 Contratante..: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 536,48 (quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO44/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato44/2015

Contrato Nº.: 44/2015  
 Contratante..: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
 Contratada...: DIPAR DISTRIB. DE PAPEIS E REV. LTDA  
 Valor ..... : 447,00 (quatrocentos e quarenta e sete reais)  
 Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
 Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E

OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO45/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato45/2015

Contrato Nº.: 45/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: ELMO PAPELARIA LTDA - ME

Valor ..... : 969,53 (novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO46/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato46/2015

Contrato Nº.: 46/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME

Valor ..... : 365,58 (trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS,

AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO47/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato47/2015

Contrato Nº.: 47/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: KLEBER MACHADO & CIA LTDA

Valor ..... : 626,10 (seiscentos e vinte e seis reais e dez centavos)

Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS, AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO48/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato48/2015

Contrato Nº.: 48/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA - ME

Valor ..... : 103,05 (cento e três reais e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 262/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 87.990,07

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA AMBIENTAL, CORPO DE BOMBEIROS,



AEROPORTO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO49/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato49/2015

Contrato Nº.: 49/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME  
Valor ..... : 9.499,80 (nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 181.825,49

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO50/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato50/2015

Aditivo Nº ..... : 50/2015 - Contrato Nº: 3/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
Valor ..... : 2.356,36 (dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 06/03/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 48/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.089.3.3.90.00.00.00.00 (29) Saldo: 113.000,00

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR, DE MAIS R\$ 2.356,36, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NO PRÉDIO DO CRAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

## **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO51/2015**

9ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato51/2015

Aditivo Nº ..... : 51/2015 - Contrato Nº: 3/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB  
Valor ..... : 560,00 (quinhentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 06/03/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 48/2014  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NO PRÉDIO DO CRAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 082/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Construtora Oliveira Ltda.

Objeto Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a construção da terceira etapa do projeto turístico ambiental da integração - PTAI- sendo; aterro para regularização de área, construção de muros de pedras, pavimentação em piso cimentado estampado, construção de deck, mirante e mirante atracadouro... Valor R\$ 16.425,92 Origem: Processo 116/2011 Modalidade: Concorrência nº 116/2011.

Dionísio Cerqueira 02/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 009/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: : Luciana Pagliochi Schrmann.

Objeto Prestação de serviços para lavagem dos veículos do Fundo Municipal de Saúde Valor R\$ 22.054,00 Origem: Processo 019/2015 Modalidade: Pregão nº 019/2015. Vigência: 02/04/2015 à 31/12/2015

Dionísio Cerqueira 01/04/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 010/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: : JK Pneus Ltda.

Objeto Aquisição de pneus para os veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município. Valor R\$ 30.664,00 Origem: Processo 021/2015 Modalidade: Pregão nº 021/2015. Vigência: 02/04/2015 à 31/12/2015 - Dionísio Cerqueira 02/04/2015

João Stahl - Gestor do FMS

### CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74

Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708

Site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br) | e-mail: [rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br](mailto:rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br)

### CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso Público Edital de 01/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

MOTORISTA

Nelson Barrichello

Dionísio Cerqueira -SC, 02 de abril de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

### RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 016/2015, Objeto: Aquisição de materiais gráficos personalizados para o hospital municipal de Dionísio Cerqueira.. Vencedores: Dangraf. Artes Gráficas - ME. Valor R\$ 12.005,00 Gráfica e Editora Ryus Ltda Valor R\$ 954,00 - Gráfica e Editora Willy Ltda - Valor R\$ 2.485,00.

Dionísio Cerqueira 31/03/2015

Deliziane L. dos Santos - Gestora do HMDC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 049/2015. Modalidade IL nº 049/2015, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de mecânica e aquisição de peças genuínas para recuperação da transmissão e do diferencial da moto niveladora 120 H caterpillar de propriedade do Município de Dionísio Cerqueira .Vencedor: Paraná Equipamentos S/A - Valor R\$ 125,180,84 Dionísio Cerqueira 31/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 008/2015. Modalidade Pregão nº 008/2015, Objeto: Contratação de casa abrigo para abrigamento de idosos do Município sem vínculo familiar Vencedores: NUPAI - Assoc. Núcleo de Prof. Amigo dos Idosos - Valor R\$ 15.760,00 - Maria Iracema Rosa da Maia - Valor R\$ 33.080,00 . - Dionísio Cerqueira 01/04/2015

Marilene Limberger -Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do PREGÃO nº 018/2015, Objeto Aquisição de materiais didáticos para as oficinas realizadas junto ao centro de atendimento psicossocial.. Vencedor Aviamento Pigelli Ltda R\$ 4.074,30 - Dionísio Cerqueira 01/04/2015

João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do PREGÃO nº 020/2015, Objeto Aquisição de lanches para destinados aos servidores e usuários participantes das campanhas de prevenção e vigilância em saúde desenvolvidas e coordenadas pela vigilância sanitária.... Vencedor Vani Zamboni Cia Ltda -ME R\$ 6.825,00

Dionísio Cerqueira 01/04/2015

João Sthal - Gestor do FMS



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do PREGÃO nº 019/2015, Objeto Prestação de serviços para lavagem dos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Vencedor Luciana Paguiochi Schirmann -Valor R\$ 22.054,00 - Dionísio Cerqueira 02/04/2015

João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do PREGÃO nº 021/2015, Objeto Aquisição de pneus para os veículos do Fundo Municipal de Saúde. Vencedor JK Pneus Ltda -Valor R\$ 30.664,00.

-Dionísio Cerqueira 02/04/2015

João Sthal - Gestor do FMS

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 16/2015.

3

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 16/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 14/04/2015, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 14/04/2015, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 01 de Abril de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

#### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 17/2015.

3

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 17/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço", objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 16/04/2015, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 16/04/2015, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 02 de Abril de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

**PORTARIA 051/2015**

PORTARIA no 051, de 01 de abril de 2015.

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidora efetiva lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 89 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o requerimento formulado pela interessada e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, pelo período de 06 meses; a contar desta data:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Base de Cálculo Salarial
Aline Langa	Contadora	Sem remuneração

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de abril de 2015; 27o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

**Ermo****PREFEITURA****DECRETO Nº. 015 DE 30 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO N.º 015, de 30 de março de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371/14, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 16.062,80 (Dezesseis mil, sessenta e dois reais e oitenta centavos), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0119 (73) - Aplicações Diretas R\$ 16.062,80

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior referente ao recurso 0119 - Fundeb 40 no valor de R\$ 16.062,80 .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de março de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 016 DE 01 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº. 016 de 01 de abril de 2015.

Nomeia Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para Elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente, combinado com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e demais normatizações correlatas.

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica, do Plano Municipal de Educação, constante na nominata, abaixo discriminada:

a) Comissão Coordenadora:

Ivan de Lavechia de Vargas - Secretaria Municipal de Educação

Jennifer Grace Block - Conselho Municipal de Educação

Giane Pires Leonardo - Diretora de Escola Municipal

b) Equipe Técnica:

Márcia Maria da Silva - Técnica da Secretaria de Educação

Aline Mezzari Serafim - Conselho Municipal de Educação

Ana Lúcia Mezzari Serafim Marques - Representante dos Professores Municipais

Edinéia Machado Simão - Representante dos Diretores Municipais

Clenir da Glória Becker Crepaldi e Susana Trevisol Amorim - Representante Associação de Pais e Amigos Excepcionais  
Rosilene de Oliveira Teixeira - Representante dos Professores Estaduais  
Andréia Kuhn da Silva - Secretária Municipal de Saúde  
Renato Serafim - Câmara Municipal de Vereadores  
Marta Pezente - Secretária Municipal de Assistência Social  
Leile Denise Leonardo - Secretária Municipal de Administração e Finanças

Art. 2º Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2015.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL  
Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERMO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015  
Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

#### EDITAL 001/2015

Abre inscrições para candidatos a Conselheiros Tutelares, estabelece o calendário do processo eleitoral e dá outras providências.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ermo, por meio da Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar, no uso de suas competências legais, atribuídas pela Lei nº 380/2015, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA) torna de conhecimento público a abertura das inscrições e estabelece as normas do processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, e CONVOCA todos os interessados a se inscreverem na forma das nominadas Leis e do presente Edital, ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Ermo, com mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, nos termos que constam neste edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Seleção Externa será regida por este Edital através da Eleição de caráter classificatório e eliminatório.

Art. 2º. Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia e eleição, a Comissão eleitoral, constituída por meio da Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no dia 31 de Março de 2015 composta por seis (06) Conselheiros de Direito, sendo três (03) representantes governamentais e três (03) não governamentais.

Parágrafo Único. Compete à comissão especial Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares:

- organizar e coordenar o Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- receber os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;
- decidir sobre os recursos e das impugnações;
- realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao

pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

e) selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

f) providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

g) providenciar as credenciais para os fiscais deste Processo Seletivo e Eleitoral;

h) receber e processar toda a documentação referente ao Processo Eleitoral;

i) solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

j) divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

k) decidir os casos omissos nesse Edital.

Art. 3º. O desenvolvimento da etapa relativa ao processo eleitoral é de responsabilidade técnica e operacional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

#### 2. DAS ETAPAS

Art. 4º. O Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares se realizará em quatro (04) etapas, sendo cada etapa classificatória e eliminatória:

I. 1ª etapa: Inscrição (22/04/2015 a 10/06/2015);

II. 2ª etapa: Eleição (04/10/2015);

#### 3. DOS REQUISITOS

Art. 5º. São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 anos;

III. residir no município há no mínimo 2(dois) anos;

IV. possuir Ensino Médio Completo;

Art. 7º. Os requisitos de I a IV citados no item anterior deverão ser comprovados no ato da inscrição, através de cópias dos documentos que deverão ir acompanhados de requerimento de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Considera-se portador de idoneidade moral o candidato que não apresentar envolvimento em atos que desabonem a sua conduta perante a sociedade, tais como: uso ou envolvimento com drogas, exploração de trabalho infante-juvenil, prostituição, maus tratos e outras situações de risco envolvendo crianças e adolescentes.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º. A inscrição deverá ser realizada junto ao Órgão Gestor da Assistência Social, localizado na Rodovia SC 448, KM 06, 120, Centro, Ermo 22 de Abril de 2015 a 10 de Junho de 2015, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 07: 30h às 11:30h e das 13h00min às 16h30min.

Art. 9º. A candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar será individual e no ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos:

I. Formulário de Requerimento de Inscrição preenchido em formulário próprio do CMDCA (Anexo 1);

II. Cópia da Identidade e CPF;

III. Cópia dos comprovantes de residência no Município de Ermo/SC (atual e de no mínimo 02 (dois) anos anteriores);

IV. Cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio emitido por Instituição reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação);

V. Cópias do Título de Eleitor e do comprovante de votação da última eleição ou de justificativa da ausência ou Certidão de Quitação junto à Justiça Eleitoral;

VI. Cópia do certificado de reservista ou de dispensa de

incorporação; se do sexo masculino;

VII. 2 Certidões de Antecedentes (Cível e Criminal) (junto ao Fórum da Comarca de Ermo ou [www.tj.jus.br](http://www.tj.jus.br));

VIII. Declaração informando ter disponibilidade exclusiva para atuar como Conselheiro Tutelar em formulário próprio do CMDCA (Anexo 2).

Art. 10. Encerrado o prazo de inscrições, o Presidente do CMDCA fará publicar o Edital com a relação dos inscritos no dia 11/06/2015.

§ 1º. Não será admitido à entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 2º. No ato da inscrição, o candidato receberá um número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição.

Art. 11. Abrir-se-á prazo de cinco dias úteis para impugnações, a partir da publicação dos nomes dos inscritos, vencendo-se em 18/06/2015. A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança ou adolescente. Simultaneamente à publicação dos nomes e pelo prazo de doze dias, abrir-se-á vista, ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para a fiscalização de que trata o Art. 139 da Lei nº 8069/90, podendo este apresentar impugnações.

Art. 12. Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma e poderá apresentar defesa em até dez dias, a contar da data da notificação protocolada, mediante publicação em órgão da imprensa local. Encerrados os prazos de que tratam os Art. 11 e 12 deste edital, a comissão do CMDCA, responsável pelo processo de escolha para preenchimento das vagas do Conselho Tutelar, no prazo máximo de dez dias, analisará as defesas, se houver, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

Art. 13. Ao apreciar os pedidos, a Comissão Especial para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares dará atenção a todos os requisitos do Art. 10 deste edital. Em caso de indeferimento de inscrição, esta Comissão mencionará as razões e publicará Edital com as candidaturas deferidas e indeferidas aos seus autores, cabendo, em relação aos indeferimentos, recurso administrativo ao próprio CMDCA, no prazo de cinco dias contados da notificação protocolada, devendo apreciá-lo no prazo de até quinze dias a contar do seu recebimento.

Art. 14. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo direto e secreto de cidadãos Ermenses, mediante apresentação de Título de Eleitor deste município e documento de identificação com foto.

## 5. DOS IMPEDIMENTOS

Art. 16. São impedidos de exercer a função de Conselheiro Tutelar: I. Marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado, conforme o Artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II. O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função, seja ela pública ou privada.

III. Ficarão impedidas de participar deste Processo aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar e/ou ter tido inscrição impugnada/indeferidas para candidatura ao Conselho Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição.

IV. O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

## 6. DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17. Nos termos do artigo 46 da Lei Municipal 3.280/14: São atribuições dos membros do Conselho Tutelar:

I. zelar pelos direitos da criança e do adolescente;

II. manter conduta pública e particular ilibada;

III. zelar pelo prestígio da instituição;

IV. indicar os fundamentos de seus pronunciamentos

administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

V. obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

VI. comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII. desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VIII. adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidades no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

IX. tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X. identificar-se em suas manifestações funcionais;

XI. atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XII. assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;

XIII. exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente da legislação municipal;

XIV. inserir dados on line das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar no Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT/WEB;

XV. acompanhar os casos atendidos no Conselho Tutelar inserindo as informações referentes ao acompanhamento no SIPIA/CT/WEB.

XVI. apresentar trimestralmente relatório do SIPIA/CT/WEB dos atendimentos prestados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XVII. prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

XVIII. dar devolutiva ao denunciante, quando este for parte da rede socioassistencial, das requisições feitas pelo Conselho Tutelar.

Art. 18. O Conselho Tutelar requisitará os serviços nas áreas de educação, saúde, assistência social, entre outras, com a devida urgência, de forma a atender ao disposto no artigo 4º, parágrafo único, e no artigo 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069, de 1990.

## 7. DA CARGA HORÁRIA

Art. 20. O expediente de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Ermo, será das 07h30min horas às 11h30min horas às 13horas, e das 17:00horas, de segunda à sexta-feira, exceto em feriados e pontos facultativos.

Art. 21. O horário de funcionamento do Conselho Tutelar deverá atender a população 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 22. É vedado ao Conselho Tutelar o funcionamento em horários especiais ou por turnos, com revezamento entre seus conselheiros, sendo que o horário de funcionamento do Conselho Tutelar deve ser cumprido por todos os seus conselheiros, sem prejuízo dos plantões.

Art. 23. O cumprimento da jornada normal de trabalho do conselheiro plantonista pode ser flexibilizado ou até mesmo dispensado no dia posterior ao plantão quando demandar efetivo trabalho e esforço no período noturno, comprovados através de instrumental específico definido pelo CMDCA.

Parágrafo Único. Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação integral e exclusiva ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver necessidade de atuação do conselheiros, dentro de suas atribuições legais.

Art. 24. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.



§1º. O disposto no caput não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

§2º. O regimento interno do Conselho Tutelar, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no primeiro semestre de 2016, determinará as diretrizes e os critérios de procedimentos de plantão e das atividades funcionais da jornada semanal de trabalho.

§3º. A divulgação de escala de serviço em plantões deverá ser fixada no Quadro de Publicações Oficiais do Município de Ermo ou outro espaço destinado para tal fim e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes, devendo ser oficiado o Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude.

§4º. O desenvolvimento de carga horária, plantão noturno e finais de semana constituem atividades inerentes à função, não se admitindo o pagamento de horas extraordinárias ou qualquer outra vantagem, a qualquer título. §5º. O controle diário do horário ordinário de trabalho dos conselheiros (8 horas diárias e 40 horas semanais), será realizado preferencialmente através de ponto eletrônico. O registro de trabalho durante os expedientes de plantão serão registrados em instrumental descritivo dos atendimentos realizados, identificando a quantidade de horas despendidas em cada um deles.

#### 8. DA REMUNERAÇÃO

Art. 25. Os Conselheiros Tutelares receberão o subsídio mensal fixado em um salário mínimo nacional vigente, vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie de remuneração, salvo as vantagens previstas no Art. 48 da Lei 3.280/2014.

#### 10. DO PROCESSO ELETIVO

Art. 31. O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado, mediante convocação por Edital da Comissão Eleitoral, designando dia, hora e local para realização do pleito.

Parágrafo Único. Será instalada Seção de votação situada no Centro Administrativo Educacional Municipal, sito Rua Maria Aguiar Schimidt, SN, Centro, Município de Ermo, onde os eleitores manifestarão seu voto.

Art. 32. A votação será realizada em 04 de outubro de 2015 no horário das 08h00min às 16:30 horas, em um único dia.

Art. 33. A votação será através de urna eletrônica ou cédulas de votação que serão confeccionadas pela Comissão Eleitoral do CMDCA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e serão rubricadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 34. A escolha dos membros do Conselho Tutelar dar-se-á através do voto direto, e secreto dos eleitores do município de Ermo.

§ 1º. A cédula de votação conterá os nomes de todos os candidatos com sua candidatura homologada.

§ 2º. O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato por meio da marcação de um "X" no campo reservado para a prática do ato.

§ 3º. Qualquer marcação fora do espaço reservado para a votação, assim como, qualquer outro tipo de sinal, além do citado no parágrafo anterior, acarretará nulidade do voto.

§ 4º. O candidato que pelo número de votos obtidos estiverem colocados a partir do sexto lugar, serão declarados suplentes do Conselho Tutelar.

§ 5º. Para votação os eleitores, deverão comparecer ao local de votação, munidos de documento com foto e respectivo título eleitoral.

§ 6º. O eleitor que apresentar apenas documento de identidade estará impedido de exercer o seu direito a voto.

Art. 35. O local de recebimento dos votos contará com uma mesa de recepção e apuração, composta por três (03) membros, a

saber: um (01) presidente (Conselheiro do CMDCA ou cidadão designado e nomeado pelo CMDCA) e dois (02) auxiliares de mesa. Parágrafo único. Não podem compor a Mesa Receptora de votos os cônjuges e parentes consanguíneos e afins até 4º grau dos candidatos.

#### 11. DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

Art. 36. São proibidas durante o processo Eleitoral:

I. Propaganda da candidatura antes do período permitido pelo CMDCA que tem início com a homologação final das candidaturas e publicação de Resolução;

II. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular;

III. Propaganda utilizando-se de alto-falantes ou assemelhados, fixos ou em veículos;

IV. Propagandas por meio de camisetas, bonés, chaveiros e demais brindes;

V. Promoção de transporte de eleitores, utilizando de veículos públicos ou particulares;

VI. Promoção de "boca de urna".

VII. Fica proibido o uso de imagens de Pessoas Públicas como: Prefeito, Vereador, Secretários.

VIII. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 37. Serão permitidos:

I. O convencimento ao eleitor que este compareça aos locais de votação e vote;

II. A presença do candidato em qualquer entidade da sociedade civil organizada, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura, desde que para tal seja convidado ou autorizado pela Entidade;

Art. 38. No dia da Eleição, não será permitido ao candidato ou a qualquer pessoa fazer qualquer tipo de propaganda eleitoral; conduzir eleitores se utilizando de veículos públicos ou particulares; realizar propaganda em carros de som ou outros instrumentos ruidosos nem promover "Boca de Urna".

Parágrafo único. Em caso de descumprimento das normas indicadas no 'caput', o candidato terá sua candidatura cassada e seus votos não serão computados por ocasião da apuração.

Art. 39. A decisão de cassação da candidatura será tomada pelo CMDCA, ouvida a Comissão Eleitoral. Neste caso, será instaurado um processo administrativo em que o candidato terá direito a defesa em peça escrita no prazo de 02 (dois) dias, tendo o CMDCA igual prazo para proferir a decisão.

Art. 40. A fiscalização de todo o Processo Seletivo e Eleitoral (inscrição, prova, votação e apuração) estará a cargo do Ministério Público.

Art. 41. Não será permitida a presença dos candidatos junto à Mesa de Apuração.

Art. 42. A apuração dos votos dar-se-á imediatamente após o horário de encerramento das eleições.

Art. 43. Quanto aos votos em branco e nulo, não serão computados para fins de votos válidos.

#### 12. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 44. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 45. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com números de sufrágios recebidos, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

Art. 46. Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos; Todos os demais candidatos, a partir do 6º mais votado serão considerados conselheiros suplentes.

Art. 47. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que tiver maior idade

Art. 48. Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I. férias anuais dos conselheiros titulares;

II. licenças a que fazem jus os titulares, desde que excedam há 30 dias;

III. vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 49. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I. receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

II. deixar de residir no município;

III. for condenado por decisão irrecurável pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Art. 50. Aplicar-se-á, no que couber ao Processo Seletivo dos Conselheiros Tutelares, o disposto na Legislação Eleitoral em vigor.

Art. 51. A posse dos eleitos para o Conselho Tutelar dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, em sessão solene.

Art. 52. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral com fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Ministério Público.

Ermo, 04 de Abril de 2015.

MARTA PEZENTE

Presidente CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERMO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015

Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

### 1. DADOS GERAIS

Nome do(a) candidato(a):	
Data de Nascimento: / /	RG:
Sexo: ( ) M ( ) F	
CPF:	Título Eleitoral Nº:
Zona:	Seção:
Estado Civil:	E-mail:
Telefone:	
Endereço:	Nº:
Bairro:	Município:
UF:	
Filiação: Pai:	
Mãe:	

### 2. DOCUMENTOS APRESENTADOS

- Cópia da Identidade e CPF;
- Cópia dos comprovantes de residência no Município de ERMO/SC (atual e de no mínimo 02 (dois) anos anteriores);
- Cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio;
- Cópias do Título de Eleitor e do comprovante de votação da última eleição ou de justificativa da ausência ou Certidão de Quitação junto à Justiça Eleitoral;
- Cópia do certificado de reservista ou de dispensa; se do sexo masculino;
- Certidão de Antecedentes Ações Cíveis em Geral
- Certidão de Antecedentes Ações Criminais
- Declaração de disponibilidade exclusiva.

Data: / /	ASSINATURA DO CANDIDATO
-----------	-------------------------

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015  
Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

REQ. DE INSCRIÇÃO Nº

Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

Assinatura:

Por:

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERMO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015  
Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

## DECLARAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu, \_\_\_\_\_

declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que se eleito para a função de Conselheiro Tutelar terei disponibilidade exclusiva para exercer a função. Não podendo no exercício de minha função exercer outra função, seja ela pública ou privada.

Ermo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Nome/Assinatura do Candidato

## LEI Nº 380, DE 03 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 380, de 03 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente, Revoga na íntegra a Lei nº 020/1997 e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no município de Ermo e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Lei Nº 12.696/2012; Resoluções do CONANDA Nº 139 e 152 e Lei Orgânica Municipal de Ermo.

## TÍTULO II

### PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º É assegurada, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente, a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da sociedade e do Poder Público Municipal, articulado ao Poder Público Estadual e Federal.

## TÍTULO III

### DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Art. 3º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente compreende todo um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais do Município, integradas às ações governamentais e não governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, quando for o caso.



Art. 4º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I. políticas sociais básicas de educação, saúde, habitação, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, bem como à convivência familiar e comunitária;

II. políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitarem;

III. serviços especiais, nos termos desta Lei.

§ 1º. O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

§ 2º. O Município poderá firmar consórcio e convênios com entidades públicas de outras esferas governamentais, para atendimento regionalizado, desde que haja prévia aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e autorização legislativa, quando necessária.

Art. 5º São órgãos e instrumentos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

III. Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Art. 7º. Os programas a que se refere o artigo anterior serão classificados como de proteção ou sócio-educativo e destinar-se-ão a:

- a) apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

Art. 8º - Os serviços especiais referidos no inciso III do artigo segundo visam a:

- a) proteção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) identificação e localização de pais, crianças e de adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

## TÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, vinculado à Secretaria Municipal de

Saúde e Promoção Social, como órgão normativo, consultivo, deliberativo, conscientizador e fiscalizador da política de atendimento a criança e ao adolescente das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.

Parágrafo único. Os atos normativos ou decisórios emanados do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão formalizados sob a denominação de Resolução.

Art. 10 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de seis membros, sendo:

I. três conselheiros titulares, com respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais do Município:

- a) Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

II. Três conselheiros titulares com respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais, sediadas no Município.

§ 1º. Os representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. Os representantes das entidades da sociedade civil serão definidos no Fórum Municipal das entidades não Governamentais da Criança e do Adolescente.

§ 3º. O Fórum é o órgão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e tem por função sugerir as políticas a serem adotadas pelo Conselho, auxiliar na implementação das mesmas e eleger as entidades da sociedade civil que participarão do Conselho.

§ 4º. Cada órgão público e entidade civil deverá indicar seu representante e seu respectivo suplente.

§ 5º. A ausência injustificada de três reuniões consecutivas ou seis alternadas, salvo justificativa por escrito aprovada por a maioria simples do Conselho, acarretará perda de mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

§ 6º. Sendo o faltante representante de órgão público, o Executivo Municipal indicará o substituto.

Art. 11 São requisitos para exercer a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I. reconhecida idoneidade moral;
- II. idade superior a 18 (dezoito) anos;
- III. residir no município de Ermo.

Art. 12 Os membros titulares e suplentes dos órgãos governamentais e não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo seu exercício considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

§ 1º. Na primeira sessão plenária ordinária de cada biênio, o Conselho elegerá a sua diretoria, composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

§ 2º. A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes ao exercício de seu cargo.

§ 3º. Caberá ao Município oferecer suporte técnico e administrativo, bem como pessoas, para o funcionamento do Conselho, devendo constar na Lei Orçamentária previsão de recursos para este fim.

§ 4º. O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho, disporá de local para o funcionamento do mesmo.

Art. 13 Os membros do Conselho serão homologados pelo Executivo Municipal e empossados pelo Presidente do exercício anterior até cinco dias úteis após a homologação.

Art. 14. O Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído, a qualquer tempo, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou por vontade do Conselheiro, devendo o seu afastamento ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A autoridade competente deverá designar o novo Conselheiro governamental no prazo máximo da realização da Assembleia Ordinária subsequente ao afastamento.

Art. 15 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I. formular e coordenar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com garantia de sua promoção, da sua defesa, da sua orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II. fixar os critérios para gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e utilização dos recursos nos termos do Art. 260 da Lei Federal nº8069 de 13 de julho de 1990 e alterada pela Lei nº 8242, de 12 de outubro de 1991;

III. cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente Lei e toda a legislação atinente a direitos da criança e do adolescente;

IV. dar apoio aos órgãos não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos na Lei Federal nº8069, de 13 de julho de 1990;

V. zelar pela execução da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente atendidas as suas peculiaridades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, dos bairros e da zona rural ou urbana em que se localizam;

VI. requisitar da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, apoio técnico especializado no assessoramento, procurado efetivar os princípios ou diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII. participar do planejamento integrado do orçamento do município, formulando as prioridades a serem incluídas no mesmo, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

VIII. receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

IX. promover o registro e a avaliação das entidades ligadas ao atendimento e a defesa dos direitos da criança e do adolescente; inscrição pelo prazo de 6 (seis) meses.

X. elaborar e alterar o seu regimento interno, com a aprovação de dois terços do total de seus membros;

XI. reunir-se ordinária e extraordinariamente conforme dispuser o Regimento Interno;

XII. conduzir o processo de escolha dos Conselhos Tutelares;

XIII. homologar o regimento interno do Conselho Tutelar;

XIV. encaminhar o seu regimento interno e do Conselho Tutelar para homologação do Poder Executivo.

Art. 16 A estrutura do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composta de:

I. plenário;

II. diretoria;

III. comissões.

Art. 17 As sessões plenárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão da seguinte forma:

I. ordinárias mensais, em dia, local e horário fixados conforme o calendário definido na primeira reunião ordinária de cada ano;

II. extraordinárias, sempre que necessário, convocadas pelo Presidente, pelo Chefe do Poder Executivo ou por iniciativa de um terço de seus membros, mediante ofício protocolado junto à secretaria executiva com antecedência mínima de setenta e duas horas.

Parágrafo único. As sessões plenárias ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente obedecerão à seguinte ordem do dia:

I. instalação dos trabalhos pelo Presidente;

II. leitura da ata dos assuntos tratados na reunião anterior;

III. apreciação e assinatura da ata;

IV. leitura, discussão e apresentação da agenda da reunião ou edital;

V. ordem do dia;

VI. avisos, comunicações, registro de fatos, apresentação de propostas e proposições, correspondências e documentos de interesse do Conselho;

VII. encerramento dos trabalhos pelo presidente.

#### Seção V

#### DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS

Art.18 Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados no Quadro Mural de Publicações e/ou Jornal de Maior Circulação do Município, podendo utilizar-se, ainda, dos meios de comunicação necessários a divulgação dos atos legais e institucionais.

#### Seção VI

#### DO REGIMENTO INTERNO

Art. 19 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborar o Regimento Interno, submetendo-o à homologação por Decreto ou por resolução do CMDCA.

Art. 20 O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá conter, dentre outros, os seguintes itens:

I. a estrutura funcional mínima composta por Plenário, Diretoria e Comissões, definindo suas atribuições;

II. a forma de escolha dos membros da Diretoria do Conselho;

III. a forma de substituição dos membros da Diretoria na falta ou impedimento dos mesmos;

IV. a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que seja garantida a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V. a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a prévia comunicação aos Conselheiros;

VI. a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII. o quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. as Comissões que deverão ser compostas de forma paritária;

IX. a forma como ocorrerá a discussão das matérias da pauta;

X. a forma como se dará a participação dos presentes na Plenária Ordinária;

XI. a garantia da publicidade das Plenárias Ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XII. os procedimentos básicos que normatizam a inscrição e recadastramento das entidades não governamentais e governamentais ao CMDCA;

#### **TÍTULO V** **DO REGISTRO E INSCRIÇÕES DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO**

Art. 21 Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas no Município de Ermo, que prestem atendimento à criança, adolescente e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, caput, e, no que couberem, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei Federal Nº 8.069/90.

Art. 22 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá realizar:

I. periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o recadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente traçada;

II. expedir Resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no artigo 91, da Lei Federal Nº 8.069/90.

Parágrafo único. Os documentos a serem exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **TÍTULO III** **DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA**

Art. 23 Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24 Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I. doações de contribuintes do imposto de renda e outros incentivos governamentais;

II. dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III. doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV. remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V. produto de aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI. receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII. receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenham destinação específica e transferidas do Estado e da União;

VIII. outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 25 Cabe ao gestor do FIA:

I. registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou União;

II. registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

III. manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV. recomendar a liberação dos recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. praticar os demais atos necessários à eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 26 Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA na esfera da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único. São gestores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, o Chefe do Poder Executivo Municipal e o Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social.

#### **TÍTULO IV**

#### **DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**CAPITULO I****DA MANUTENÇÃO E COMPOSIÇÃO**

Art. 27 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 28 O Conselho Tutelar será vinculado orçamentária e administrativamente ao Gabinete do Prefeito, e receberá suporte técnico, humano e administrativo da Secretaria de Saúde e Promoção Social do Município.

Parágrafo único. Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

Art. 29 O Conselho Tutelar será composto de cinco (05) membros Titulares e (05) membros Suplentes .

**CAPÍTULO III****DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 30 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será definido por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e realizado sob sua supervisão e fiscalização do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 31 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo direto e secreto de cidadãos Ermeneses, mediante apresentação de Título de Eleitor deste município e documento de identificação com foto.

Art. 32 Seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar na imprensa local, por três vezes sucessivas, Edital de Convocação da Eleição, fixando sua data e abrindo prazo para inscrição de candidatos.

Art. 33 O processo de eleição ocorrerá no primeiro (1º) domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 34 A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos ocorrerá no dia dez (10) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 35 No processo de escolha do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

**SEÇÃO I  
DOS REQUISITOS, DOS REGISTROS E DAS IMPUGNAÇÕES**

Art. 36 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 anos;

III. residir no município há no mínimo 2 (dois) anos;

IV. possuir Ensino Médio Completo.

Art. 37 Os candidatos a membros do Conselho Tutelar deverão efetuar o registro de suas candidaturas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do Edital de convocação.

Art. 38 Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar o Edital com a relação dos inscritos, abrindo prazo de dez dias para impugnações a partir da publicação.

§ 1º. A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção dos direitos da criança ou adolescente.

§ 2º. Simultaneamente à publicação e pelo prazo de dez dias abrir-se-á vista ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, podendo apresentar impugnações.

Art. 39 Havendo impugnação o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em cinco dias úteis.

Art. 40 Encerrados os prazos de inscrição e impugnação, uma comissão especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente analisará, no prazo máximo de dez dias os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas, se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

Art. 41 A comissão especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mencionará as razões no caso de indeferimento de inscrição, mandando publicar Edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

Parágrafo único. Das decisões de candidaturas indeferidas, caberá recurso administrativo ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de cinco dias úteis, contados da notificação, devendo o Conselho apreciá-lo no prazo de cinco dias a contar do seu recebimento.

Art. 42 Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá examinar a idoneidade moral do candidato em declarações, atestados ou certidões formais, mas também em quaisquer outros meios de prova em direito admitidos como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspectos relevantes.

**SEÇÃO II  
ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS**

Art. 43 A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos será presidida pelo chefe do Poder Executivo municipal e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

Art. 44 O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar Edital com os nomes dos Conselheiros e suplentes eleitos, com respectiva quantidade de votos.

Art. 45 Os eleitos serão diplomados e tomarão posse perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia dez (10) de janeiro do ano subsequente a eleição.

**CAPÍTULO IV  
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS**

Art. 46 Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo das atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. zelar pelos direitos da criança e do adolescente;

II. manter conduta pública e particular ilibada;



III. zelar pelo prestígio da instituição;

IV. indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

V. obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

VI. comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII. desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VIII. adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidades no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

IX. tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X. identificar-se em suas manifestações funcionais;

XI. atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XII. assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;

XIII. exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente da legislação municipal;

XIV. inserir dados on line das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar no Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT/WEB;

XV. acompanhar os casos atendidos no Conselho Tutelar inserindo as informações referentes ao acompanhamento no SIPIA/CT/WEB.

XVI. apresentar trimestralmente relatório do SIPIA/CT/WEB dos atendimentos prestados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XVII. prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

XVIII. ter conhecimentos básicos em informática nos programas: excel, powerpoint, word e internet.

XIX. dar devolutiva ao denunciante, quando este for parte da rede socioassistencial, das requisições feitas pelo Conselho Tutelar.

#### SEÇÃO I DAS GARANTIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 47 O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração.

Parágrafo único. O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

Art. 48 Ao Conselheiro Tutelar será assegurada a percepção das seguintes vantagens:

I. gratificação natalina;

III. férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;

IV contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;

V. licença-maternidade;

VI. licença-paternidade;

VII. licença para tratamento de saúde.

Art. 49 A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º. Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação integral e exclusiva ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse tutelado por esta lei.

§ 2º. O regimento interno do Conselho Tutelar, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, determinará as diretrizes e os critérios de procedimentos de plantão e das atividades funcionais da jornada semanal de trabalho.

Art. 50 O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige carga horária semanal de trabalho com o expediente diário e plantão na sede do Conselho Tutelar, além de sua participação em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho e eventual presença em atos públicos, sempre que for solicitado.

§1º. A divulgação de escala de serviço será fixada no Quadro de Publicações Oficiais do Município de Ermo ou outro espaço destinado para tal fim.

§2º. O desenvolvimento de carga horária, plantão noturno e finais de semana constituem atividades inerentes à função, não se admitindo o pagamento de horas extraordinárias ou qualquer outra vantagem, a qualquer título.

Art. 51 Os Conselheiros Tutelares receberão o subsídio mensal fixado em um salário mínimo vigente, vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie de remuneração, salvo as vantagens previstas no Art. 48 desta Lei.

Parágrafo único. O valor do subsídio mensal passa a valer a partir da próxima gestão dos conselheiros tutelares a tomar posse no dia 10/01/2016.

Art. 52 Os Conselheiros Tutelares receberão diárias ou ajuda de custo quando da participação em eventos de capacitação e nas situações de representação do Conselhos realizadas fora do município, mediante aprovação prévia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 53 O mandato do Conselheiro Tutelar será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 54 As férias anuais dos Conselheiros somente poderão ser gozadas por um de cada vez, mediante autorização do contratante.

#### SEÇÃO II DOS SUPLENTES

Art. 55 Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado serão considerados suplentes.

Art. 56 Na hipótese de vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença do titular, será convocado a assumir o suplente, segundo a ordem de classificação.

Art. 57 Sempre que necessária à convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo seletivo para preenchimento do cargo vago e definição de novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 58 Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I. férias anuais dos conselheiros titulares;

II. licenças a que fazem jus os titulares, desde que excedam há 30 dias;

III. vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 59 Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído e aplicam-se as normas da Administração Pública Municipal.

### SEÇÃO III DOS SEUS IMPEDIMENTOS E DA SUA COMPETÊNCIA

Art. 60 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto e madrastra e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

### SEÇÃO IV DAS FALTAS FUNCIONAIS

Art. 61 Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I. exercer outra atividade profissional no exercício do mandato;

II. acumular outra atividade, mesmo que de forma voluntária, simultaneamente às atividades exercidas como conselheiro tutelar;

III. exercer a função abusivamente em benefício próprio;

IV. receber, em função do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligências;

V. ter faltas injustificadas;

VI. proceder de forma desidiosa;

VII. não cumprir a carga horária e plantões;

VIII. ter inidoneidade moral;

IX. romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;

X. fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI. abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições

no Conselho;

XII. recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão;

XIII. aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável;

### CAPÍTULO V DO PROCESSO DISCIPLINAR E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 62 O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão de avaliação de processo disciplinar especialmente designada, formada por 01 (um) representante do Executivo Municipal, 01 (um) representante de entidade não-governamental, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 01 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 63 Os representantes supracitados serão indicados, respectivamente:

I. o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;

II. o representante governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não-governamental pela maioria dos conselheiros não-governamentais do referido Conselho;

III. o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

Art. 64 Conforme a gravidade do fato e das suas consequências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. suspensão não remunerada de 01 (um) a 90 (noventa) dias;

III. perda do mandato.

§ 1º. No caso de ausência nas convocações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselheiros poderão ser penalizados conforme Capítulo V do processo disciplinar e das sanções disciplinares.

§ 2º. A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção da remuneração do Conselheiro penalizado e dos dias afastados. Sendo esta revertida ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Art. 65 O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

§ 1º. Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

§ 2º. Se o indiciado não constituir advogado, ser-lhe-á designado defensor gratuito.



Art. 66 Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado pela Comissão de Avaliação de Processo Disciplinar.

§ 1º. Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se o citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá. Em ambos os casos ser-lhe-á nomeado defensor gratuito.

§ 2º. Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 67 Após o interrogatório, o indiciado será intimado do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 68 Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão de avaliação de processo disciplinar, sendo por último as arroladas pela defesa.

Parágrafo único. O indiciado e seu defensor serão intimados das datas e horários das audiências, podendo se fazer presentes e participar.

Art. 69 Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado e seu defensor serão intimados do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.

Parágrafo único. Encerrado o prazo, a Comissão de avaliação do processo disciplinar emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a penalidade a ser aplicada.

Art. 70 A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com quórum mínimo de 2/3 de membros, decidirá o caso, aplicando quaisquer das penalidades previstas nesta Lei em seu art. 64.

§ 1º. Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 2º. Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

Art. 71 Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

- I. receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;
- II. deixar de residir no município;
- III. for condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 72 Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá declarar vago o

cargo e convocar o respectivo suplente.

## TÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 74 Fica Revogada na íntegra a Lei nº 020/1997 e suas alterações.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**RESOLUÇÃO Nº 02/2015 E 03/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)  
MUNICÍPIO DE ERMO  
RESOLUÇÃO Nº 02/2015

Dispõe sobre a aprovação da Comissão eleitoral, constituída por seis (06) Conselheiros de Direito, sendo três (03) representantes governamentais e três (03) não governamentais.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ermo (CMDCA), em Plenária Ordinária, realizada dia 31 de Março de 2015, no uso de suas competências e das atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.069/90 pela Lei Municipal nº. 380/2015 que institui o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Ermo resolve:

Aprovar a Comissão eleitoral responsável pela operacionalização do processo de escolha dos conselheiros tutelares para o município de Ermo, constituída por seis (06) Conselheiros de Direito da Criança e do Adolescente, sendo três (03) representantes governamentais e três (03) não governamentais.

Ermo, 03 de Abril de 2015.

MARTA PEZENTE

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)  
MUNICÍPIO DE ERMO

**RESOLUÇÃO Nº 03/2015**

Dispõe sobre aprovação da Edital 001/2015, o qual abre inscrições para candidatos a Conselheiros Tutelares .

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ermo (CMDCA), em Plenária Ordinária, realizada dia 31 de Março de 2015, no uso de suas competências e das atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.069/90 pela Lei Municipal nº. 005/2015 que institui o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Ermo resolve:

Aprovar Edital nº 001/2015, o qual Abre inscrições para candidatos a Conselheiros Tutelares, estabelece o calendário do processo eleitoral e dá outras providências.

Ermo, 03 de Abril de 2015.

MARTA PEZENTE

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## Erval Velho

### PREFEITURA

**EXTRATO DE EDITAL DE ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE ERVAL VELHO - SC

Lei Complementar Municipal nº046 de 08 de novembro de 2013.

GERSON Luiz Cardoso da Rocha, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Erval Velho - SC, no uso de suas atribuições torna público que estão abertas as inscrições para a eleição dos membros do Conselho Tutelar conforme descrição abaixo:

**INSCRIÇÕES:**

Período: 06 a 30 de abril de 2015.

Horário: das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00

Local : Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Fone: (49) 3542-1455

Falar com: Adriana Canci e/ou Rejane Rodrigues

**ELEIÇÕES:**

Data: 04/10/2015.

Local: Escola Municipal Cesar Avelino Bragagnolo

Horário: das 09:00 às 16:00 horas

Eleitores: Poderão participar da votação todos os eleitores do município de Erval Velho. Para isso é necessária a apresentação do Título de Eleitor e documento com foto.

**CALENDÁRIO OFICIAL**

02/04/2015	Criação e Composição de Comissão Especial Encarregada de realizar o processo de escolha
02/04/2015 a 06/04/2015	Elaboração e publicação do Edital divulgando o processo de eleição
06/04/2015 a 30/04/2015	Inscrições dos Candidatos
04/05/2015	Apreciação dos documentos apresentados pelos candidatos
05/05/2015	Publicação das inscrições impugnadas.
06/05/2015	Prazo dos recursos das inscrições impugnadas.
07/05/2015	Julgamento dos recursos dos processos de impugnação.
08/05/2015	Publicação definitiva dos candidatos aptos a participarem da prova de conhecimento específico.
22/05/2015	Capacitação para inscritos
29/05/2015	Aplicação da prova de conhecimento específico às 14 horas no CREAS.
08/06/2015	Publicação dos aprovados na prova de conhecimentos específicos no mural da prefeitura municipal.
09/06/2015	Prazo de recurso do resultado da prova de conhecimento específico.
10/06/2015	Publicação dos resultados no mural da prefeitura
16/06/2015	Homologação e publicação dos candidatos aptos a serem votados.
04/10/2015	ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS.
05/10/2015	Publicação dos eleitos no mural da prefeitura municipal.

OS INTERESSADOS EM SE INSCREVER PODEM RETIRAR GRATUITAMENTE O EDITAL COMPLETO NO LOCAL DE INSCRIÇÃO E OU NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO.

[www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

HORÁRIO : 7:30H ÀS 11:30H E DAS 13:00H ÀS 17:00

Erval Velho, 02 de abril de 2015.

Gerson Luiz Cardoso da Rocha.

Presidente do CMDCA

## Forquilha

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 44/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RICARDO NELSON DALSASSO - ME

OBJETO - Contratação de empresa especializada para aquisição de fogos de artifício e show pirotécnico para atendimento a eventos de administração municipal de Forquilha/SC

VALOR - R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 36/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 19 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04/FMS/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 04/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 109/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓ-LEO LTDA.

DO OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O valor unitário do objeto do Contrato nº. 109/FMS/2014 sofrerá reajuste nas condições abaixo:

a) Óleo diesel: reajuste de 9,03% passando de R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) para o valor de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) por litro;

b) Óleo diesel S10: reajuste de 8,40% passando R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para o valor de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos) por litro;

Desta forma, perfaz-se o aumento do saldo contratual em R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 14/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 14/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 240/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROMANO COMÉRCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O valor unitário do objeto do Contrato nº. 240/PMF/2014 sofrerá reajuste nas condições abaixo:

a) Óleo diesel: reajuste de 9,03% passando de R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) para o valor de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) por litro;

b) Óleo diesel S10: reajuste de 8,40% passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para o valor de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos) por litro;

Desta forma, perfaz-se o aumento do saldo contratual em R\$ 47.670,00 (quarenta e sete mil seiscentos e setenta reais) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.078, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.078, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA A LEI Nº 1.864, DE 16 DE MAIO DE 2013, QUE AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.864, de 16 de maio de 2013, que autoriza a cessão de uso de bem imóvel do Município de Forquilha ao Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, para construção de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**Fraiburgo****PREFEITURA****AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0006-2015 DOM**

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0006/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0006/2015 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de pavimentação com blocos vibropressados de concreto (paver) e prolongamento do muro de contenção, no estacionamento do Centro Educacional do Bairro das Nações, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 23.04.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. Recursos: Próprios O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo(SC), 02 de abril de 2015.

Ivo Biazolo - Prefeito Municipal.

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2015-FMS**

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0001/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0008/2015 - FMS O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo - SC, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2015, nos termos seguintes: Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de diluentes com 20 L para analisador hematológico ABX Pentra 60, para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde. Contratada: CELL DIAGNÓSTICA COM. DE PROD. PARA LABORATÓRIO - EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 10.427.858/0001-90 Fundamento Legal: Art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Valor total: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais). Justificativa: Caso de urgência na aquisição deste material para que seja possível a continuidade na realização de exames de hemograma, não sendo possível esperar por uma nova licitação, uma vez que a aquisição de item ficou prejudicada por não ter sido cotado pelas empresas participantes do Pregão Presencial nº 0005/2015, Registro de preços nº 0002/2015 decorrente do Processo Administrativo Licitatório nº 0006/2015 - FMS. Fraiburgo(SC), 02 de abril de 2015.

Nilce Pinz - Secretária Municipal

**DECRETO Nº 062/2015**

DECRETO Nº 062, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais ), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (268)	R\$	10.000,00
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (269)	R\$	50.000,00
Total		
	R\$	60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 02 DE ABRIL DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0956/2015**

PORTARIA Nº 0956, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 075/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, o servidor ORLÍ NOTTAR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 300.259.749-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0957/2015**

PORTARIA Nº 0957, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.632.179-25 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0958/2015**

PORTARIA Nº 0958, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELE FELIZ VARELA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.199.269-00 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0959/2015**

PORTARIA Nº 0959, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDETE FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 906.942.959-49 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0960/2015**

PORTARIA Nº 0960, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANE DANIELE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.272.799-28 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 05 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0961/2015**

PORTARIA Nº 0961, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 025/2015, do Departamento de Cultura;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 033.367.929-67, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 06 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0962/2015**

PORTARIA Nº 0962, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 053/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ENO GERLACH, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 384.819.609-34, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0963/2015**

PORTARIA Nº 0963, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de DARCEU CANDIDO VELOSO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 501.583.769-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0964/2015**

PORTARIA Nº 0964, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0639/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE APARECIDA



DE PAULA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.636.169-34, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 06 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0965/2015**

PORTARIA Nº 0965, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0640/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CARMEN TEREZINHA MARI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 386.538.269-04, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 06 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0966/2015**

PORTARIA Nº 0966, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0641/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEILA DE BASTIANI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 808.069.619-53, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **RECURSOS FEDERAIS 06.04.2015**

##### **NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02.04.2015	FNS	ASS.FARMACEUTICA	15.499,33
02.04.2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	55.770,00
02.04.2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	20.000,00
02.04.2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	6.690,00
02.04.2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	46.345,00
02.04.2015	FNS	MAC	9.419,00
02.04.2015	FNS	MAC	12.500,00

Secretaria de Finanças

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 03/2015****AVISO DE RETIFICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE RETIFICOU A LICITAÇÃO:

Tomada de Preços 003/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ABEL CAPELA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/04/2015 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/04/2015 às 14h30min.

OBSERVAÇÕES: O EDITAL FOI RETIFICADO.

Os interessados deverão retirar o novo edital, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 02 de Abril de 2015.  
Mariana de Souza Fernandes  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**LICITAÇÃO DESERTA - CARTA CONVITE Nº44/2014 PROCESSO Nº108/2014****RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Autos do Processo n.º 108/2014

CONVITE N.º 44/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA A DESOBSTRUÇÃO DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC PARA MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS.

O município de Governador Celso Ramos, por meio da Comissão de Licitações designada pelo Decreto 156/2014, para atuarem na área de licitação na modalidade de CONVITE, e em conformidade com o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, analisaram todas as peças que integram o presente processo licitatório e concluíram pela sua regularidade, observados os enunciados das referidas leis.

Assim sendo, após publicações, sem interessados e consequentemente sem êxito, a comissão permanente de licitações julgou a presente licitação como:

DESERTA

Observação: O Processo será remetido a autoridade superior para ratificação dos atos e arquivamento do processo.

Governador Celso Ramos, 26 de Dezembro de 2014.  
MARIANA DE SOUZA FERNANDES  
Presidente da Comissão

**Grão Pará****PREFEITURA****DECRETO N. 08/2015 IPTU**

DECRETO Nº 08/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

"FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições,

**DECRETA**

Artigo 1º. Fica fixado o prazo para recolhimento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano do exercício de 2015, assim compreendido:

I. Parcela única sem desconto: 20/04/2015;

II. 1ª parcela: 20/04/2015;

III. 2ª parcela: 20/05/2015.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
1º de abril de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 1º de abril de 2015.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**PORTARIAS 103-106 E 108-114**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

**RESUMO**

PORTARIA Nº. 0103 / 2015 DE 05 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 016/1990, de 11/05/1990, que concede, ao servidor SEBASTIÃO SQUIZZATTO, aposentadoria

com vencimentos e vantagens integrais, do cargo de Exator, Código 3.09, do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Grão Pará, conforme Certidão de Óbito apresentada.

PORTARIA Nº. 0104 / 2015 DE 05 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº

990/2000 de 04/04/2000

Contratar IRENE SCHULZ WESSLER, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-Escola, em substituição a Angela Maria Meurer Muler. em licença para tratameto

de saúde, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0105 / 2015 DE 08 de MARÇO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de

suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18º, da Lei Municipal 991/2000, de 04/04/2000 e Lei Municipal nº 1236/2003, de 18/06/2003 Prorrogar os efeitos da portaria nº 263/2014, de 09/09/2014, que contrata, LAIS MORGAN DACOREGGIO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, para atuar no ESF - Estratégia de Saúde Familiar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de Processo Seletivo para ocupação do cargo específico, por ter sido aprovada em 2º (segundo) lugar no processo seletivo 001/2013, de 03/07/2013, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS. PORTARIA Nº. 0106 / 2015 DE 10 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000, Designar o funcionário ADEMIR BONETTI, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, Código 4.03, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal do Esporte e Turismo, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, com vantagens inerentes ao cargo, a partir desta data. PORTARIA Nº.0108 / 2015 DE 10 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009 Cessar, a partir de 11/03/2015, os efeitos da portaria 132/2014, de 01/04/2014, que prorroga os efeitos do contrato de MANUELA MEURER, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a disposição da Delegacia de Polícia, vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social. PORTARIA Nº. 0109 / 2015 DE 12 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, Conceder férias regulamentares a EDILENE GUIZONI ENGELS ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 30/03/2015 a 28/04/2015, referente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, conforme solicitação. PORTARIA Nº. 0110 / 2015 DE 13 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Contratar ROSINETE MEURER BONINI KEMPER, para a partir desta data, no período de 180 (cento e oitenta) dias, ou até a Concurso Público, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, para ter exercício no Posto de Saúde de Aiurê, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, por não existir candidato inscrito em concurso público, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS. PORTARIA Nº. 0111 / 2015 DE 19 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009 Contratar MAYARA TORRES PORFIRIO ARNAUTS, para, a partir desta data, até 31/12/2016, exercer a função de Estagiário, com

carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme solicitação administrativa. PORTARIA Nº. 0112 / 2015 DE 23 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000, Prorrogar a contratação de MARIA APARECIDA NUNCIO BECKER, para a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Sirleia Maximiano da Silva Martins, em licença para tratamento de saúde, sob o Regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa. PORTARIA Nº. 0113 / 2015 DE 23 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009 Cessar a pedido, a partir de 24/03/2015, os efeitos da portaria 181/2014, de 23/06/2014, que contrata LAYLA BELTRAME, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Saneamento, conforme requerimento. PORTARIA Nº. 0114 / 2015 DE 23 de MARCO de 2015 AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009 Contratar DENER ARTHUR VERONEZ NANDI, para, no período compreendido entre 24/03/2015 a 31/12/2016, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a disposição da Delegacia de Polícia, vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme Termo de Compromisso de Estágio em anexo.

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO 01.2015 CONTRATOS 23.2015 E 04.2015, 66.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 23/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
Contratada...: AUTO MECÂNICA IVAL LTDA ME  
Valor ..... : 1.996,00 (um mil novecentos e noventa e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 02/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (ROLAMENTOS) PARA  
CONCERTO DO TAMBOR DE COMPACTAÇÃO DA MAQUINA ROLO  
COMPACTADOR MULLER VAP 70 Nº2.

-----  
Aditivo Nº ..... : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 04/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
Contratada...: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba  
Valor ..... : 27.453,25 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e três  
reais e vinte e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/04/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 133/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 275 HORAS DE TRATOR DE PNEUS  
EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE  
SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DA  
AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE  
SILAGEM, QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO A GRANDE DEMANDA  
POR ESTE TIPO DE SERVIÇO, PARA O ANO DE 2015.

-----  
Aditivo Nº ..... : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 66/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA.  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 02/04/2015 Término: 05/08/2015  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ALTERAÇÃO DE PRAZO PARA EXECUTAR A  
INFRAESTRUTURA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM MATERAL  
BETUMINOSO A QUENTE, CONTENDO MOVIMENTAÇÃO DE TERRA,  
PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, TOTALIZANDO  
ÁREA DE 26.960,82M², CONFORME PROJETO BÁSICO, ORÇAMENTO  
E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2015 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2015 - PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2015- PMG

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Guaramirim/SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 012/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS ME., inscrita no CNPJ sob o nº 07.270.992/0001-16, estabelecida na Rua Manoel Máximo dos Santos, 42, Bairro Cajuru, Curitiba (PR).

Vigência: Início: 20/03/2015 Término: 19/03/2016.

Fornecedor: 406783 - TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MÉDIA E86 NO PONTO MÍNIMO, COM 3.000 MM DE COMPRIMENTO, CURVO E ESPESSURA DA CHAPA # 3,00MM, DIÂMETRO Ø ERNO TUBO DE 46 A 49,0MM, SEM SAPATA DE FIXAÇÃO POSSUIR FURO PARA DOIS PARAFUSOS 16, MM.	PC	MILANO	30	R\$65,00	R\$1.950,00
11	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø150MM A Ø200MM COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16X070MM AÇO ZINCADO A FOGO.	PC	ROMAGNOLE	20	R\$16,70	R\$334,00
12	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø210MM A Ø300MM COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16X070MM AÇO ZINCADO A FOGO.	PC	ROMAGNOLE	15	R\$19,60	R\$294,00
30	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X250MM AÇO ZINCADO A FOGO.	PC	ROMAGNOLE	50	R\$4,35	R\$217,50
Total do Fornecedor:						R\$2.795,50
Total Geral dos Itens:						R\$2.795,50

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2015 – PMG**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2015 – PMG**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2015- PMG**

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de materiais para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Guaramirim/SC.

**Modalidade de Licitação:** Pregão Presencial n.º 012/2015.

**Órgão Gestor:** Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

**Fornecedor:** **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.226.324/0001-42, estabelecida na Avenida Independência, 6060, Quadra 70-C, Lote 02, Setor Aeroporto, Goiânia (GO).

Vigência: Início: 20/03/2015 Término: 19/03/2016.

Fornecedor: 425311 - ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	SOQUETE BOCAL E-27 PORCELANA VITRIFICADA; CONTATOSEM LATÃO OU COBRE NIQUELADO COM DOIS APERTOS DE FIXAÇÃO PRÓPRIO PARA LUMINÁRIAS TENSÃO MÍNIMA 250 V CORRENTE MÁXIMA 10A; DE ACORDO COM AS NBR5033/NBR5112.	PC	GERMER	50	R\$1,03	R\$51,50
4	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 1METRO - RETO GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE COM CAMADA DE 100 MICRAS DE MÉDIA E 86 NO PONTO MÍNIMO COM SAPATA ESTAMPADA DIÂMETRO TUBO Ø 25,4MM ESPESSURA DA CHAPA # ,90MM.	PC	ROMAGNOLE	50	R\$11,20	R\$560,00
6	CABO DE COBRE FLÉXIVEL, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 5, BITOLA (1,50MM²). COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V.	MT	LUZZANO	1.000	R\$0,38	R\$380,00
9	CABO DE COBRE FLÉXIVEL, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSES 5, BITOLA (6,00MM²). COBERTURA PVC, ISOLAMENTO 750V.	MT	LUZZANO	100	R\$1,60	R\$160,00
25	LUMINÁRIA PÚBLICA EM ALUMÍNIO ANODIZADO INTERIOR E EXTERIOR, PARA USO EXTERNO, POTENCIA 070/150W FECHADA COM POLICARBONATO, COM SOQUETE E-27, FECHO EMAÇO INOXIDÁVEL QUE PERMITE O FECHAMENTO DA PARTE SUPERIOR E INFERIOR COM ALTA PRESSÃO PARA BRAÇO 1000MM X Ø25,4MM.	PC	STAMPO	50	R\$43,20	R\$2.160,00
27	PARAFUSO CABEÇA FRANCESA 16X045MM AÇO ZINCADO A FOGO.	PC	KONESUL	50	R\$2,05	R\$102,50



28	PARAFUSO CABEÇA FRANCESA 16X070MM AÇO ZINCADO A FOGO.	PC	KONESUL	50	R\$2,46	R\$123,00
29	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X200MM AÇO ZINCADO A FOGO.	PC	KONESUL	50	R\$3,90	R\$195,00
Total do Fornecedor:						R\$3.732,00
Total Geral dos Itens:						R\$3.732,00

**LAURO FRÖHLICH**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº34/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital: Pregão Presencial 34/2015

Processo Licitatório: 34/2015

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA EM TI (SISTI).

Entrega dos Envelopes: 17/04/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 17/04/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 2 de abril de 2015.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECISÃO ANULAÇÃO PROCESSO 10/2015**

DECISÃO ANULAÇÃO PROCESSO 10/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2015 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial no Sistema Registro de Preços  
Tipo: Menor preço por item  
OBJETO: Contratação de serviço de arbitragem esportiva.

De acordo com o parágrafo 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93 e acolhendo o parecer exarado pela procuradoria, nego provimento ao Recurso Administrativo apresentado, devendo permanecer NULO o processo licitatório em epígrafe.

Guaramirim (SC), 02 de abril de 2015.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATO 40/2012- PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATO 40/2012- PMG  
Processo de Licitação: 79/2012 - FMS

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia para a construção de uma creche no bairro Amizade, no Município de Guaramirim, em parceria com o convênio do Ministério da Educação.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: Rocha Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60, com sede na Rod. BR 280, nº 4.517, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência de execução e do contrato até 14/06/2015;
- b) reajustar o valor do contrato.

O valor do reajuste do contrato, previsto na cláusula quinta que corresponde aos últimos 12 meses é de R\$ 85.202,67 (oitenta e cinco mil duzentos e dois reais e sessenta e sete centavos), resultante da aplicação do índice de reajustamento de obra do DNIT de fls. 581 e 582, reajuste adotado pelos contratantes e especificado na cláusula quinta do contrato nº 40/2012 - PMG.

Data da Assinatura: 13/03/2015 Vigência 14/06/2015.

GUARAMIRIM (SC), 13/03/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 85/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 85/2015

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 16/2007.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o número de vagas do cargo abaixo relacionado, presente no artigo 9º da Lei Complementar 16/2007, de 30 de outubro de 2007:

Nome do Cargo	Vagas
Enfermeiro - PSF	16

Art. 2º. As demais disposições da Lei Complementar nº. 007/2001 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretaria de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4197/2015**

LEI Nº. 4197/2015

Revoga a Lei nº. 4188/2015, que altera dispositivos da Lei nº. 2029/1997, que reorganiza o COMDEC - Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei nº. 4188/2015, que altera dispositivos da Lei nº. 2029/1997, que reorganiza o COMDEC - Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Frohlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 231/2015**

PORTARIA Nº. 231/2015

APROVA Thiago Borba no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Thiago Borba, na função de Auxiliar de Setor, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir

de 19 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 233/2015**

PORTARIA Nº. 233/2015

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 39/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e art. 58 da Lei Complementar nº. 07/2001;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº. 39/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 39/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 234/2015**

PORTARIA Nº. 234/2015

APROVA Denise Langer no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Denise Langer, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 235/2015**

PORTARIA Nº. 235/2015

APROVA Elaine Cristina Beber no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Elaine Cristina Beber, na função de Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 236/2015**

PORTARIA Nº. 236/2015

APROVA Herdman Petter Kopke no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Herdman Petter Kopke, na função de Professor III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 237/2015**

PORTARIA Nº. 237/2015

APROVA Solange Dare da Silva Cantelli no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Solange Dare da Silva Cantelli, na função de Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 02 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 238/2015**

PORTARIA Nº. 238/2015

APROVA Ilisiane de Fatima Habeck no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Ilisiane de Fatima Habeck, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 239/2015**

PORTARIA Nº. 239/2015

APROVA Alexandra Alvarenga Martins dos Santos no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Alexandra Alvarenga Martins dos Santos, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 240/2015**

PORTARIA Nº. 240/2015

APROVA Almir Rogério Duarte no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Almir Rogério Duarte, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 241/2015**

PORTARIA Nº. 241/2015

APROVA Lidia Fogaça Osowski no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Lidia Fogaça Osowski, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 242/2015**

PORTARIA Nº. 242/2015

APROVA Carmen Lucia Da Silva no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Carmen Lucia Da Silva, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 243/2015**

PORTARIA Nº. 243/2015

APROVA Clarice Delfis Lemos no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Clarice Delfis Lemos, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09

de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 244/2015**

PORTARIA Nº. 244/2015

APROVA Débora Regina Lietz no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Débora Regina Lietz, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 245/2015**

PORTARIA Nº. 245/2015

APROVA Gisele Cristina de Souza Alves no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Gisele Cristina de Souza Alves, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 246/2015**

PORTARIA Nº. 246/2015

APROVA Ivoneia Colaço no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Ivoneia Colaço, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 247/2015**

PORTARIA Nº. 247/2015

APROVA Lucélia Mees Gorges no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Lucélia Mees Gorges, na função de Professora III, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 248/2015**

PORTARIA Nº. 248/2015

APROVA Valquiria Kuhn no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Valquiria Kuhn, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 09 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 249/2015**

PORTARIA Nº. 249/2015

APROVA Aline Fernanda Da Silva no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Aline Fernanda Da Silva, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 250/2015**

PORTARIA Nº. 250/2015

APROVA Bianca Bolgenhagen Bergmann no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Bianca Bolgenhagen Bergmann, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 251/2015**

PORTARIA Nº. 251/2015

APROVA Dina Conceição dos Santos do Nascimento no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Dina Conceição dos Santos do Nascimento, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.



Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 252/2015**

PORTARIA Nº. 252/2015

APROVA Gilmara Aparecida Duarte no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Gilmara Aparecida Duarte, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 253/2015**

PORTARIA Nº. 253/2015

APROVA Josimara Ferreira Ojeda Wiese no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Josimara Ferreira Ojeda Wiese, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 254/2015**

PORTARIA Nº. 254/2015

APROVA Nadia Caroline Orzenkowski no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Nadia Caroline Orzenkowski, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a

partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 255/2015**

PORTARIA Nº. 255/2015

APROVA Ruth Soares da Silva Silveira Neto no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Ruth Soares da Silva Silveira Neto, na função de Auxiliar de Creche III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 256/2015**

PORTARIA Nº. 256/2015

APROVA Vanderleia Pereira no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Vanderleia Pereira, na função de Auxiliar de Creche III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 257/2015**

PORTARIA Nº. 257/2015

APROVA Tapiana Alves da Cruz Gonçalves no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Tapiana Alves da Cruz Gonçalves, na função de Auxiliar de Creche III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 258/2015**

PORTARIA Nº. 258/2015

APROVA Tania Maria Carvalho no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Tania Maria Carvalho, na função de Merendeira, 20 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 259/2015**

PORTARIA Nº. 259/2015

APROVA Taisi Morsch no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Taisi Morsch, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 260/2015**

PORTARIA Nº. 260/2015

APROVA Sandra Crestani de Oliveira no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Sandra Crestani de Oliveira, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 261/2015**

PORTARIA Nº. 261/2015

APROVA Magali Donizete Goulart no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Magali Donizete Goulart, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 262/2015**

PORTARIA Nº. 262/2015

APROVA Eliane Ananias de Souza no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Eliane Ananias de Souza, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 11 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 263/2015**

PORTARIA Nº. 263/2015

APROVA Sonia Maria Felix Soares no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Sonia Maria Felix Soares, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 11 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 264/2015**

PORTARIA Nº. 264/2015

APROVA Elisangela Cristina dos Santos Micheluzzi no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Elisangela Cristina dos Santos Micheluzzi, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 265/2015**

PORTARIA Nº. 265/2015

APROVA Gelci Alves no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Gelci Alves, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 266/2015**

PORTARIA Nº. 266/2015

APROVA Gessica Vieira no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Gessica Vieira, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 267/2015**

PORTARIA Nº. 267/2015

APROVA Giselle Aline Schlottag Otaviano no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Giselle Aline Schlottag Otaviano, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 268/2015**

PORTARIA Nº. 268/2015

APROVA Grasiela Daiane Lada Souza no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Grasiela Daiane Lada Souza, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16

de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 269/2015**

PORTARIA Nº. 269/2015

APROVA Jorge Luiz Rosa no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Jorge Luiz Rosa, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 270/2015**

PORTARIA Nº. 270/2015

APROVA Josiele Vonz no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Josiele Vonz, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 271/2015**

PORTARIA Nº. 271/2015

APROVA Vanilsa Stein Fernandes no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Vanilsa Stein Fernandes, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 272/2015**

PORTARIA Nº. 272/2015

APROVA Keli Cristina Sommer no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Keli Cristina Sommer, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 273/2015**

PORTARIA Nº. 273/2015

APROVA Kenia Moraes Domingues no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Kenia Moraes Domingues, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 274/2015**

PORTARIA Nº. 274/2015

APROVA Lorisita Riegel Wilbert no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Lorisita Riegel Wilbert, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 275/2015**

PORTARIA Nº. 275/2015

APROVA Lucia Regina Baruffi Rubinihc no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Lucia Regina Baruffi Rubinihc, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 276/2015**

PORTARIA Nº. 276/2015

APROVA Marcela Dalcastagne Marchi no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Marcela Dalcastagne Marchi, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 277/2015**

PORTARIA Nº. 277/2015

APROVA Marilene de Borba da Cunha no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Marilene de Borba da Cunha, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 278/2015**

PORTARIA Nº. 278/2015

APROVA Marines Aparecida Belleganti Ribeiro no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Marines Aparecida Belleganti Ribeiro, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 279/2015**

PORTARIA Nº. 279/2015

APROVA Marise Sasse Borgonha no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Marise Sasse Borgonha, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.



Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 280/2015**

PORTARIA Nº. 280/2015

APROVA Mavi Vitória Marlos no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Mavi Vitória Marlos, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 281/2015**

PORTARIA Nº. 281/2015

APROVA Priscila Daiane Casas no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Priscila Daiane Casas, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 282/2015**

PORTARIA Nº. 282/2015

APROVA Rosimeri Alves no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Rosimeri Alves, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 16 de abril

de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 283/2015**

PORTARIA Nº. 283/2015

APROVA Janaína Cristiane Ferrari no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Janaína Cristiane Ferrari, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 17 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 284/2015**

PORTARIA Nº. 284/2015

APROVA Ivanilde Aparecida Leite no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Ivanilde Aparecida Leite, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 18 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 285/2015**

PORTARIA Nº. 285/2015

APROVA Meridiane Santos de Souza Bruhmuller no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Meridiane Santos de Souza Bruhmuller, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 19 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 286/2015**

PORTARIA Nº. 286/2015

APROVA Andressa Santana Machado Bittencourt no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Andressa Santana Machado Bittencourt, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 20 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 287/2015**

PORTARIA Nº. 287/2015

APROVA Carolina de Oliveira de Souza no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Carolina de Oliveira de Souza, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 20 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 288/2015**

PORTARIA Nº. 288/2015

APROVA Yasmin Quirino do Prado no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Yasmin Quirino do Prado, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 23 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 289/2015**

PORTARIA Nº. 289/2015

APROVA Valquiria Fidélis no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Valquiria Fidélis, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 24 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 290/2015**

PORTARIA Nº. 290/2015

EXONERA Erick Willian Bandeira Thibes.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Erick Willian Bandeira Thibes, da função de Gerente de Licitações e Contratos, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 291/2015**

PORTARIA Nº. 291/2015  
EXONERA Neuzoni Brizola da Silveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Neuzoni Brizola da Silveira, da função de Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 292/2015**

PORTARIA Nº. 292/2015  
EXONERA Raiana Alves de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Raiana Alves de Oliveira, na função de Assessora Jurídica, vinculada à Procuradoria-Geral do Município, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Ibiam

**PREFEITURA****DECRETO Nº 2774/2015**

DECRETO Nº 2.774, DE 23 DE MARÇO DE 2015.  
NOMEIA CONSELHO DE BOLSA DE ESTUDO A ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE IBIAM

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as disposições da Lei nº 0015/97 com nova redação pela Lei nº 401/2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Bolsa de Estudo a Estudantes do município de Ibiam, de acordo com a Lei Municipal nº 0015/97, composto pelas seguintes pessoas:

TAMARA ELIZE BITARELLO PIOVESAN - Presidente;  
RODRIGO FELICETTI PEROSA - Secretário;  
TATIANA SOUZA DO AMARAL - Membro.

Art. 2º- O Conselho Municipal de Estudantes de Ibiam, terá a incumbência de analisar a documentação apresentada pelos estudantes de acordo com a legislação em vigor, e encaminhar à Secretária da Educação os relatórios e documentos previstos nos regulamentos vigentes.

Art. 3º- O mandato dos membros do Conselho de Bolsa de Estudos a Estudantes do Município de Ibiam será de dois anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 209/2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM/SC, 23 DE MARÇO DE 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:  
LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SEC. MUNICIPALDA ADM. E FAZENDA

**RESOLUÇÃO Nº 011/2015 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

**CONSIDERANDO,**

- A deliberação da reunião ordinária do dia 31 de março de 2015 e Ata de nº 79/2015.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

**RESOLVE:**

Art.1º Aprovação do edital do processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do município de Ibiam, SC.

Art. 2º Aprovação do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para fins da prestação de contas do ano de 2014.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.  
IBIAM-SC 31 de março de 2015.

Marcelo Rinaldi  
Presidente Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente

Homologada em: \_\_01\_\_/\_04\_\_/\_2015\_\_

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
Prefeito Municipal de Ibiã

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DE IBIAM - SC  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PLANOS DE 2014  
(PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

#### Introdução:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é o órgão colegiado que atua, em caráter permanente e deliberativo, no controle da execução da política do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no que tange ao programa do e executado.

Entre outras finalidades servem para garantir a participação regular do cidadão na:

- elaboração das diretrizes gerais da política da infância e do adolescente, com definição das metas visando o alcance dos objetivos traçados para a política voltada a infância e adolescência (acompanhar a execução do Plano de Metas);
- formulação das estratégias de implementação das políticas da infância e adolescência; e
- no apoio ao controle da execução das políticas e ações da infância e adolescência.

A previsão legal da exigência de parecer pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente está no inciso II do art. 88 da Lei Federal n. 8.069, de 13 de junho de 1990.

Os conselheiros, conforme disposto no art. 89 da Lei Federal n. 8.069, de 13 de junho de 1990, não são remunerados, devendo por razões de interesse público relevante, sempre que solicitados, intervir junto ao Poder Público para correção e/ou atuação de interesse do Fundo da Infância e Adolescência.

Feitas estas considerações introdutórias, passamos ao nosso parecer:

1. O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã - SC, em atendimento às exigências legais, é de parecer pela Aprovação das contas da gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relativas ao exercício financeiro de 2014, para todos os fins legais.

2. A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento contínuo, na apreciação dos Relatórios Trimestrais de Gestão e no Relatório de Gestão Anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relativamente ao exercício financeiro de 2014, conduzidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:

- I) Organização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
- III) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- IV) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no

PPA, LDO e LOA;

V) Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Aplicação;

VI) Acompanhamento da execução da Programação Anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através das audiências Públicas;

VII) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos Planos de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII) Análise do Relatório Anual dos recursos orçados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX) Análise de resumo contábil/financeiro Anual em anexo, elaborado pelo setor contábil do município.

3. Este parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar, tanto pelo conselho municipal quanto pelos demais órgãos superiores de fiscalização. Ibiã, 31 de março de 2015.

Marcelo L. Rinaldi  
Presidente do CMDCA  
Representantes Governamentais  
Secretaria de Assistência Social  
Giseli Seffer Alves de Anhaia - Titular  
Lucimar Centofante Romanatto - Suplente  
Secretaria de Saúde  
Sandra Splendor Rodrigues-Titular  
Secretaria de Educação  
Lucila Dalmolin Siarnoschi - Suplente  
Secretaria de Administração e Fazenda  
Carmelita Schieza Tragancin - Titular

Representantes Não Governamentais

APP da Escola Heriberto Hulse  
Marcelo L. Rinaldi - Titular  
Wilmar Filipe- Suplente

#### ANEXO

Demonstração da situação orçamentária por fonte de recursos em 2014

Fonte de Recursos	Superávit Exercício 2013	Arrecadação em 2014	Despesas empenhadas em 2014
01.00	3.036,46	10.000,00	4.580,00
TOTAL	3.036,46	10.000,00	4.580,00

Demonstração da execução orçamentária do exercício de 2014

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
Receita	15.000,00	10.000,00	66,66%
Despesa (com alterações orçamentárias)	15.000,00	4.580,00	30,53%

Demonstração financeira do final de 2014

BANCOS	FONTES DE RECURSOS	SALDOS EM 31/12/2014
B.Brasil S/A Cta/ 1.128-2	01.00	0,00
B. Brasil S/A FIA Cta/18.037-8	01.00	10.473,33
B. Brasil S/A FIA-Doações do IR Cta/18.324-5		0,00
T O T A L.....R\$		10.473,33

Obs. A Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, foi incorporada na contabilidade da Prefeitura como uma Unidade Orçamentária desde 2010, foi considerada uma Receita de R\$ 10.000,00 a transferência de recursos financeiros para a conta bancária específica nº 1.128-2.

Em 09/12/2014 foi aberta conta específica com o CNPJ do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente e foi transferido o saldo financeiro no valor de R\$ 13.577,33 que havia na conta 1.128-2do Banco do Brasil, para a nova conta nº 18.037-8 do B. do Brasil. Todas as despesas realizadas estão de acordo com o Plano de Aplicação, referente o Exercício de 2014.

IBIAM(SC), em 31 de março de 2015.

ELZA RINALDI COSER

Contador - CRC/SC n. 020276/O-4

## Ilhota

### PREFEITURA

#### AVISO LICITAÇÃO TP 002 - 2015 FME - REFORMA E AMPLIAÇÃO (CRECHE, ANTIGO NAES)

PROCESSO Nº. 106/2015

TOMADA DE PREÇO Nº. 2/2015

Fundo Municipal de Educação

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA REFORMA DE PRÉDIO E AMPLIAÇÃO PARA ATENDER A CRECHE MUNICIPAL, conforme Edital e seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Ilhota, 06 de abril de 2015.

#### EDITAL CMDCA 001-2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Ilhota.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 12 de março de 2015, em sua sede localizada na Rua Izidoro Maes, nº 257, Centro, Ilhota/SC e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 76 da Lei Municipal 50/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ilhota, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

## 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 50/2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.060,80 (Hum mil, sessenta reais e oitenta centavos) referente à carga horária de 40 horas semanais, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - vale alimentação;

III - cobertura previdenciária;

IV - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

V - licença-maternidade;

VI - licença-paternidade;

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.4 O Conselho Tutelar estará aberto ao público nos moldes estabelecidos pela Lei Municipal nº 50/201, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

2.4.1 Plantão noturno.

2.4.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.4.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

2.4.4 Todos os membros do Conselho Tutelas serão submetidos a mesma carga horária semanal, sendo esta 40 horas semanais, bem como os mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

## 3. Do Processo de Escolha

### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Izidoro Maes, nº257, Centro, Ilhota/SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município por, no mínimo 02 anos, demonstrada por comprovante de residência;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente

3.1.3 Não poderão submeter-se à eleição, os seguintes candidatos:

I - Aqueles que não preencham as exigências previstas na Lei Federal nº 8.069 de 1990 e na Lei Municipal de criação do Conselho Tutelar.

II - Conselheiros e Conselheiras Tutelares que estão no segundo mandato consecutivo, exceto àqueles que foram empossados em 2013, cuja duração do mandato tenha ficado prejudicada, conforme previsto na Resolução nº 152 de 2012, publicada pelo CONANDA.

III - Conselheiros e Conselheiras Tutelares que exerceram a função por dois mandatos consecutivos e que tiveram o mandato estendido/prorrogado.

IV - Conselheiros e Conselheiras Tutelares que já tinham exercido o primeiro mandato e que foram empossados para exercer um segundo mandato, nos anos de 2011 e 2012, conforme previsto na Resolução nº 152, de 2012, publicada pelo CONANDA.

V - Para fim de candidatura os mandatos dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares anteriores ao Processo de Escolha em Data Unificada serão considerados com base na norma que orientou o seu processo de escolha.

3.1.3.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3.2 Aos candidatos que cumprirem os requisitos exigidos aplicar-se-á uma capacitação nos dias 21/07/2015 e 22/07/2015 com carga horária total de 16 horas e uma prova escrita no dia 26/07/2015 no período das 9:00 às 12:00. A prova será elaborada pela empresa CEK8 Formações, instituição contratada pelo CMDCA, com base nos conteúdos descritos no ANEXO I do presente edital, e aplicada pelo CMDCA.

3.1.3.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.1.6 O cronograma com a data de todas as etapas está disponível no ANEXO II.

### 3.2 Do Processo Eleitoral e da Prova

3.2.1 O Processo Eleitoral, objeto deste edital, será procedido de 1 (uma) prova teórica, que abrangerá os conteúdos descritos no ANEXO I do presente edital.

3.2.2 A prova de caráter eliminatório terá 20 questões de múltipla escolha sobre os conteúdos programático listados no edital de convocação (ANEXO I). Os candidatos deverão ter um aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento) das questões da prova.

3.2.3 A prova escrita citada neste edital será realizada no dia 26 e julho de 2015, em local a ser definido e divulgado posteriormente para o conhecimento de todos, com duração máxima de 3h (três horas), no horário das 9:00 às 12:00.

### 3.3 Das Normas Para a Realização da Prova



3.3.1 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento oficial com foto.

3.3.2 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) não assume qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

3.3.3 O candidato deverá transcrever suas respostas para o cartão resposta, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

3.3.4 O candidato é responsável pela conferência dos dados do seu cartão resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão resposta e pela transcrição correta da letra correspondente a cada resposta correta.

3.3.5 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questões objetivas que contenha(m):

3.3.5.1 Emenda(s) e ou rasura(s), ainda que legível(eis);

3.3.5.2 Espaço(s) não assinalado(s) no cartão resposta.

3.3.5.3 Resposta preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta;

3.3.5.4 Resposta marcada com caneta esferográfica de tinta, cuja cor difere de azul ou preta.

#### 3.4 Da Documentação Exigida Para a Realização da Prova

3.4.1 Para realização da prova os candidatos com inscrições homologadas deverão apresentar documento oficial com foto.

3.4.2 A não apresentação de documento oficial com foto, nos termos deste Edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

3.4.3 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como documento oficial: Documento de Identidade, expedido pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe; Passaporte; Carteira de Trabalho; todos originais.

3.4.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento oficial com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial.

3.4.5 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

#### 3.5 Do Acesso ao Local de Prova

3.5.1 Os portões do prédio do local de realização da prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 09:00 (nove horas), de acordo com o momento exato do início de realização das provas. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

3.5.2 O candidato que chegar à sala de realização da prova escrita após o fechamento dos portões terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado.

3.5.3 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

#### 3.6 Normas de Segurança Durante a Realização da Prova Escrita

3.6.1 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais: canetas esferográficas com tinta das cores azul ou preta; documento de identificação; caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

3.6.2 É vedada, durante a realização de qualquer uma das provas, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou

ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

3.6.3 Também é proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés.

3.6.4 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

3.6.5 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato, sendo atribuída nota zero à prova já realizada.

3.6.6 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem acompanhamento de um fiscal.

3.6.7 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas escritas, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.

3.6.8 O candidato ao encerrar a prova, entregará ao fiscal de sua sala o cartão resposta com seu nome, número de inscrição e número de RG, devidamente registrados.

#### 3.7 Da Saída da Sala

3.7.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

3.7.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

3.7.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

3.7.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

3.7.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão resposta devidamente preenchido com o número de inscrição e número de RG com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

3.7.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

#### 3.8 Da Publicação das Candidaturas

3.8.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Diário Oficial do Município, Câmara de Vereadores, Fórum da Comarca de Gaspar e meios de informação da prefeitura, para ciência pública.

3.8.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 22/06/2015, no horário de atendimento ao público (8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.8.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 à 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.8.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.8.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Diário Oficial do Município, Câmara de Vereadores, Fórum da Comarca de Gaspar e meios de informação da prefeitura, para ciência pública.

3.8.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito



unificado (04/10/2015).

### 3.9 Da Propaganda Eleitoral

3.9.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.9.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.9.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.9.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.9.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.9.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.9.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.9.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.9.3 É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.9.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.9.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.9.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.9.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.9.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.9.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.10 Da Eleição

3.10.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no

horário de 9:00 às 17:00, nos seguintes locais:

- Escola Municipal Domingos José Machado, localizada na Rua: Inês Eufrazia de Jesus, s/n, Ilhotinha.

- Escola Municipal Alberto Schmitt, localizada na Rua: Estrada Geral Baú Central, s/n, Baú Central.

- Escola de Educação Básica Marcos Konder, localizada na Rua: Almirante Tamandaré, nº134, Centro.

- Escola de Educação Básica Valério Gomes, localizada na Rua: José Geraldino Bittencourt, s/n, Pedra de Amolar.

3.10.2 A eleição será fiscalizada pelo CMDCA e pelo Ministério Público.

3.10.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.10.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.10.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.10.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.10.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.10.6 O candidato poderá colocar um fiscal, por conta própria, em cada local de votação.

3.10.7 O eleitor votará uma única vez na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.11 Do Voto

3.11.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.11.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.11.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.11.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

### 3.12 Da Cédula Oficial

3.12.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.12.1.1 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.12.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.13 Das Mesas Receptoras

3.13.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.13.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.13.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.13.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.13.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.13.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.13.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.13.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.13.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

#### 3.14 Da Apuração

3.14.1 A apuração dar-se-á na Câmara dos Vereadores de Ilhota, situada na Rua: Bertoldo Simon, nº98, Centro, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.14.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.14.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.14.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.14.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.14.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.14.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.14.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

#### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado em até cinco dias úteis, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Diário Oficial do Município, Câmara de Vereadores, Fórum da Comarca de Gaspar e meios de informação da prefeitura, contendo os nomes dos eleitos, suplentes e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos e suplentes deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 50/2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Gaspar para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 24 de março de 2015.  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ILHOTA

#### ANEXO I

CONTEÚDOS CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DA PROVA ESCRITA

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Direito da Criança e do Adolescente (ECA)

#### ANEXO II

CALENDÁRIO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Mandato - 2016/2020

02/04/2015	Publicação do edital
06/04/2015 a 03/06/2015	Prazo de inscrições dos candidatos
05/06/2015 a 11/06/2015	Período de análise das inscrições dos candidatos
12/06/2015	Publicação da relação dos candidatos
15/06/2015 a 22/06/2015	Prazo para impugnação de candidatura
22/06/2015 a 26/06/2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
29/06/2015 a 03/07/2015	Prazo de apresentação da defesa pelo candidato impugnado
06/07/2015 a 10/07/2015	Período de análise e decisão das impugnações
13/07/2015 a 17/07/2015	Interposição de recurso
21/07/2015 e 22/07/2015	Período de capacitação dos candidatos habilitados para a prova
26/07/2015	Aplicação da prova
27/07/2015 a 31/07/2015	Período para correção das provas
03/08/2015	Publicação do resultado da prova
03/08/2015 a 06/08/2015	Prazo de interposição de recurso do resultado da prova
06/08/2015 a 11/08/2015	Período de análise dos recursos
12/08/2015	Publicação do resultado dos recursos e relação final dos candidatos habilitados ao pleito e início do período eleitoral
04/10/2015	ELEIÇÃO: das 9:00 às 17:00
14/10/2015	Publicação da homologação da Eleição, contendo a relação dos Conselheiros Tutelares eleitos.
04/11/2015 a 06/11/2015	Período de capacitação dos Conselheiros Tutelares eleitos.
10/01/2016	Posse dos Novos Conselheiros Tutelares

### RESOLUÇÃO 08-2015

RESOLUÇÃO N. 08/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO: promover a Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibera, normatiza, controla e articula a POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE para a efetiva garantia de sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente.

CONSIDERANDO: que o primeiro processo de Eleição Unificada, com mandato de quatro anos, ocorrerá na data de 04/10/2015, sendo que a posse dos conselheiros eleitos dar-se-á no dia 10/01/2016.

CONSIDERANDO: que a COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR deverá ser composta por no mínimo 04 (quatro) Conselheiros Titulares, com representação paritária e com a definição de um Coordenador e um Secretário, as quais serão responsáveis pela sistematização de todos os atos do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares sua apresentação à Coordenação do CMDCA e à Sessão Plenária, inclusive para deliberação de casos omissos ou que a ela remeta a necessidade.

CONSIDERANDO: que todas as ações da Comissão Eleitoral do Conselho Tutelar se embasarão na Resolução 170/2014 do CONANDA, na Lei Federal Nº8.069 de 13 de julho de 1990 e na Lei Municipal Nº050 de 05 de maio de 2014, as quais orientam detalhadamente sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

RESOLVE: criar a Comissão Organizadora do processo de Eleição do Conselho Tutelar, na qual os membros compõem de forma paritária, sendo eles:

- Alesson Cunha (Coordenador), representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, (Setor Governamental);

- Ana Tereza Americano, representante da Secretaria Municipal de Saúde, (Setor Governamental);

- José Teixeira (Secretário), representante da Pastoral da Criança, (Setor Não Governamental);

- Marcos da Conceição, representante da Associação de Moradores Bairro Missões, (Setor Não Governamental).

Ilhota, 02 de abril de 2015.

Alesson Cunha

Presidente do CMDCA

# Imarui

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 027/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de retroescavadeira, para uso do Município de Imaruí.

Tipo: Pregão Eletrônico, menor preço unitário, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 23 de abril de 2015, às 14:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, no setor de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 01 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 025/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de pneus, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, Secretaria de Promoção Social, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário e Poder Executivo Municipal.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço unitário, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 17 de abril de 2015, às 14:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, no setor de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 01 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 026/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de tubos de concreto, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço unitário, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 16 de abril de 2015, às 14:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, no setor de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 01 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 028/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de peças, para uso da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Tipo: Pregão Presencial, menor preço por lote, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 27 de abril de 2015, às 14:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, no setor de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 01 de Abril de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 055, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 055, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Altera a representação de Conselheiro Titular do Poder Público do Decreto PMI nº 058, de 27 de maio de 2013, que nomeou os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a solicitação no Processo nº 16667, de 30 de outubro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Em substituição a Conselheira Titular Sra. Katiane Mello Soares representante do Poder Público, Art. 1º, inciso I, alínea "e", do Decreto PMI nº 058, de 27 de maio de 2013, no Conselho Municipal de Política Cultural, fica nomeada a Sra. Andreza Corrêa Pacheco.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

### DECRETO PMI Nº 056, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 056, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.078 9 (0036)	Aplicações Diretas	29.759,20	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.078 9 (0037)	Aplicações Diretas	30.240,80	
Total		60.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo primeiro correrão por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 29.759,20 (vinte e nove mil e setecentos e

cinquenta e nove reais e vinte centavos) e do superávit financeiro no valor de R\$30.240,80 (trinta mil e duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), referentes aos recursos do Piso de Alta Complexidade I - Criança/Adolescente do FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

### DECRETO PMI Nº 057, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 057, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - saúde pública e medicina preventiva;
- II - atividades médicas e odontológicas;
- III - educação para a saúde;
- IV - administração ambulatorial;
- V - vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII - controle, regulação, avaliação e auditoria.
- IX - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde
  1. Gerência de Controle Administrativo
  2. Gerência de Compras
  3. Gerência de Logística de Suprimentos



- 3.1. Coordenadoria da Policlínica  
 4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde  
 b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria  
 1. Auditoria Técnica

- 1.1. Supervisão de Controle da Auditoria  
 1.2. Coordenadoria de Atenção Básica  
 1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica - PMAQ  
 1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar  
 2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família  
 2.1 Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas  
 3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher  
 3.1 Gerência dos Programas do Centro de Referência de Saúde da Mulher  
 4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde  
 5. Gerência de Apoio à Saúde da Família  
 5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola  
 5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF  
 6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde  
 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica  
 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas  
 6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO  
 7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas  
 c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica  
 1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica  
 1.1 Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti  
 2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

### III - órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

#### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00

Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

#### II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

#### III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	8	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	6	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	3	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 32, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.  
 Elísio Sgrott  
 Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.  
 Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar  
 Secretária Executiva



**DECRETO PMI Nº 058, DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 058, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- b) preservação e conservação do solo e da água no meio rural;
- c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
  - b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
  - c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
  - d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
  - e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
  - f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.
- III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Superintendência de Agricultura e Pesca
  1. Departamento de Agricultura
  2. Departamento de Pecuária
    - 2.1. Supervisão de Inspeção Municipal
- b) Gerência de Serviços Públicos
  1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas
    - 1.1. Supervisão de Execução de Edificações
    - 1.2. Supervisão de Execução de Vias
  2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética
  3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba
    - 3.1. Supervisão do Cemitério de Vila Nova
    - 3.2. Supervisão do Cemitério do Mirim
  4. Departamento de Praças, Parques e Jardins
  5. Diretoria de Mobiliade Urbana
    - 5.1. Coordenação Executiva de Trânsito
  6. Diretoria de Controle de Frota
    - 6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores
- c) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte - SDR/Norte
  1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte
- d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul - SDR/Sul
  1. Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul
    - 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul
- e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste - SDR/Oeste
  1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste
    - 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste
    - 1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste
  2. Gerência de Infraestrutura Regional Oeste - SDR/Oeste

III - órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

**CAPÍTULO III****DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	4	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00

Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	8	Remuneração	800,00

## II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

## III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 35, de 27 de Fevereiro de 2015, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Abril de 2015.

Imbituba, 27 de março de 2015.

Elísio Sgrott  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar  
Secretária Executiva

**DECRETO PMI Nº 059, DE 30 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 059, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre nomeação da comissão permanente de avaliação imobiliária dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I e art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária;

## DECRETA:

Art. 1º Fica constituída de acordo com o § 1º do art. 2º da lei nº 4.519, de 05 de março de 2015, Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária, com mandato de 2(dois) anos e será composta pelos seguintes membros:

1. Titular: Cleber de Melo (presidente);  
Suplente: Cristiano Abilio João;
2. Titular: Jailson Maria;  
Suplente: Adécio Duarte de Oliveira;
3. Titular: Ricardo Luiz da Silva;  
Suplente: Flavio da Rosa;
4. Titular: Osmarina Teixeira Machado do Carmo;  
Suplente: Dalvanio Feliciano Correa;
5. Titular: Albertina da Silveira Domingos Gonçalves;  
Suplente: Luciane Falleiro Muradás;
6. Titular: Cristiane Lima;  
Suplente: Ezequiel de Souza;
7. Titular: Valmeci Manoel Flores;  
Suplente: Volnei Abreu de Araujo;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 30 de março de 2015.

Elísio Sgrott  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 060, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 060, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.537, de 1º de abril de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novos itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.1.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	10.000,00
3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	15.000,00
4.4.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	3.000,00
Subtotal		28.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.1.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	4.500,00
3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	5.000,00
4.4.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	1.000,00
Subtotal		10.500,00
Total		38.500,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.1.71.00.00.00.00.0.1.000 (0006)	Transferência a Consórcios Públicos	10.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0.1.000 (0008)	Transferência a Consórcios Públicos	15.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.1.000 (0011)	Transferência a Consórcios Públicos	3.000,00
Subtotal		28.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.1.71.00.00.00.00.0.1.000 (0014)	Transferência a Consórcios Públicos	4.500,00
3.3.71.00.00.00.00.0.1.000 (0017)	Transferência a Consórcios Públicos	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.1.000 (0020)	Transferência a Consórcios Públicos	1.000,00
Subtotal		10.500,00
Total		38.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 061, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 061, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual Quadriênio 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2015, e abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.539, de 1º de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.811.182,50 (cinco milhões e oitocentos e onze mil e cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) no Orçamento de 2015 para novos itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
08.01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI		
Implantação Sistema Inseminação Artificial		
20.608.0006-1.100		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	4.625,00
Centro de Comercialização – Mercado Público		
20.608.0006-1.101		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	800.000,00
Patrulha Mecanizada		
20.608.0006-1.102		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	400.000,00
Construção de Trapiches		
20.608.0006-1.103		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	300.000,00
Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações		
20.608.0006-1.104		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	150.000,00
Parceria com Outras Entidades		
20.606.0006-2.160		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
Horto Florestal		
20.608.0006-2.161		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.700,00
Correção do Solo para Agricultura		
20.608.0006-2.162		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	3.250,00
SOMA		1.703.575,00
24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC		
24.01 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC		
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.105		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	13.375,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	120.000,00
Espaço Esportivo nas Praças		
27.813.0010-1.106		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	32.000,00

Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	1.070.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	1.070.000,00
Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas		
27.813.0007-1.108		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	21.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.163		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	6.420,00
Esporte Cidadão		
27.812.0010-2.164		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	33.812,00
Participa Imbituba		
27.812.0010-2.165		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	13.677,50
Festivais e Campeonatos Esportivos		
27.812.0010-2.166		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	23.162,50
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.167		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	22.898,00
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	1.200.000,00
Resgate da Cultura Imbitubense		
13.392.0011-2.168		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.169		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.244,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.170		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.644,50
Eventos Culturais		
13.392.0011-2.171		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
SOMA		3.894.807,50
19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
19.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba		
Vivendo a Melhor Idade		
13.392.0007-2.172		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	72.800,00
SOMA		72.800,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
05.01 – Secretaria Municipal de Educação – SEDUC		
Apoio ao CEITEC		
12.363.0007-2.173		

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	140.000,00
SOMA		140.000,00
TOTAL		5.811.182,50

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
09.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca		
Implantação Sistema Inseminação Artificial		
20.608.0006-1.015		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0102)	Aplicações Diretas	4.625,00
Centro de Comercialização – Mercado Público		
20.608.0006-1.057		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0103)	Aplicações Diretas	800.000,00
Patrulha Mecanizada Agrícola		
20.608.0006-1.058		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0104)	Aplicações Diretas	400.000,00
Construção de Trapiches		
20.608.0006-1.059		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0105)	Aplicações Diretas	300.000,00
Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações		
20.608.0006-1.060		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0106)	Aplicações Diretas	150.000,00
Parceria com Outras Entidades		
20.606.0006-2.020		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0101)	Aplicações Diretas	35.000,00
Horto Florestal		
20.608.0006-2.019		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0107)	Aplicações Diretas	10.700,00
Correção do Solo para Agricultura		
20.608.0006-2.022		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0108)	Aplicações Diretas	3.250,00
SOMA		1.703.575,00
40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
40.01 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SESPORTE		
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.052		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0171)	Aplicações Diretas	13.375,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0172)	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0173)	Aplicações Diretas	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355 (0174)	Aplicações Diretas	120.000,00
Espaço Esportivo nas Praças		
27.813.0010-1.047		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0175)	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355 (0176)	Aplicações Diretas	32.000,00
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.011		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0177)	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0178)	Aplicações Diretas	1.070.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355 (0179)	Aplicações Diretas	1.070.000,00
Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas		



27.813.0007-1.050		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0180)	Aplicações Diretas	21.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0181)	Aplicações Diretas	50.000,00
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.135		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0167)	Aplicações Diretas	6.420,00
Esporte Cidadão		
27.812.0010-2.136		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0168)	Aplicações Diretas	33.812,00
Participa Imbituba		
27.812.0010-2.137		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0169)	Aplicações Diretas	13.677,50
Festivais e Campeonatos Esportivos		
27.812.0010-2.138		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0170)	Aplicações Diretas	23.162,50
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.033		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0182)	Aplicações Diretas	22.898,00
SOMA		2.746.745,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
41.01 - Secretaria Municipal de Cultura – SECULT		
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.051		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0183)	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0184)	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0185)	Aplicações Diretas	1.200.000,00
Resgate da Cultura Imbitubense		
13.392.0011-2.140		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0189)	Aplicações Diretas	5.724,50
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.141		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0190)	Aplicações Diretas	5.244,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0191)	Aplicações Diretas	5.724,50
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.142		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0192)	Aplicações Diretas	5.644,50
Eventos Culturais		
13.392.0011-2.143		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0193)	Aplicações Diretas	5.724,50
Vivendo a Melhor Idade		
13.392.0011-2.144		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0194)	Aplicações Diretas	72.800,00
SOMA		1.360.862,50
TOTAL		5.811.182,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 062, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 062, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.544, de 1º de abril de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.613.500,32 (quatro milhões e seiscentos e treze mil e quinhentos reais e trinta e dois centavos) no Orçamento de 2015 para reforço de itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
08.01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0086)	Aplicações Diretas	2.116.794,59
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0087)	Aplicações Diretas	838.251,01
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0088)	Aplicações Diretas	7.420,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0089)	Aplicações Diretas	75.159,00
Manutenção das Estradas		
15.451.0007-2.018		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0090)	Aplicações Diretas	375.228,80
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0091)	Aplicações Diretas	164.490,00
SOMA		3.577.343,40
24 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
08.01 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0114)	Aplicações Diretas	845.373,15
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0115)	Aplicações Diretas	172.919,27
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0116)	Aplicações Diretas	2.140,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0117)	Aplicações Diretas	15.724,50
SOMA		1.036.156,92
TOTAL		4.613.500,32

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
09.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca		
Manutenção da Secretaria de Agricultura		
20.122.0006-2.021		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0098)	Aplicações Diretas	424.152,56
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0099)	Aplicações Diretas	239.071,69
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0100)	Aplicações Diretas	23.710,00
SOMA		686.934,25
36 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE – SDR NORTE		
36.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Norte – SDR NORTE		
Manutenção da SDR/NORTE		
04.122.0007-2.041		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0138)	Aplicações Diretas	820.139,63
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0139)	Aplicações Diretas	297.162,61
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0140)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0141)	Aplicações Diretas	20.000,00

SOMA		1.138.302,24
Manutenção das Estradas – SDR NORTE		
15.451.0007-2.107		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0142)	Aplicações Diretas	100.595,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0143)	Aplicações Diretas	57.245,00
SOMA		157.840,00
37 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR SUL		
37.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul – SDR SUL		
Manutenção da SDR/SUL		
04.122.0007-2.042		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0144)	Aplicações Diretas	649.883,34
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0145)	Aplicações Diretas	174.107,84
3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000 (0146)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	1.070,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0147)	Aplicações Diretas	11.449,00
Manutenção das Estradas – SDR SUL		
15.451.0007-2.108		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0148)	Aplicações Diretas	157.808,80
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0149)	Aplicações Diretas	50.000,00
SOMA		1.044.318,98
38 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OESTE – SDR OESTE		
38.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Oeste – SDR OESTE		
Manutenção da SDR/OESTE		
04.122.0007-2.131		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0150)	Aplicações Diretas	222.619,06
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0151)	Aplicações Diretas	127.908,87
3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000 (0152)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	5.350,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0153)	Aplicações Diretas	20.000,00
Manutenção das Estradas – SDR OESTE		
15.451.0007-2.108		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0154)	Aplicações Diretas	116.825,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0155)	Aplicações Diretas	57.245,00
SOMA		549.947,93
40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
40.01 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-1.134		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0163)	Aplicações Diretas	437.503,17
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0164)	Aplicações Diretas	124.765,74
3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000 (0165)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	2.140,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0166)	Aplicações Diretas	5.724,50
SOMA		570.133,41
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
41.01 - Secretaria Municipal de Cultura – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0186)	Aplicações Diretas	407.869,98
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0187)	Aplicações Diretas	48.153,53
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0188)	Aplicações Diretas	10.000,00
SOMA		466.023,51
TOTAL		4.613.500,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 4.540, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.540, DE 1º DE ABRIL DE 2015.  
Cria a nominata Função de Representação para o cargo de Controlador Interno na Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa e funcional da Câmara de Vereadores de Imbituba definida pela Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a nominata Função de Representação para o cargo de Controlador Interno.

Art. 2º A Função de Representação (FR), conforme definido no Art. 22. Inciso II da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, é conferida ao servidor de carreira do Poder Público Municipal investido em Cargo em Comissão, que optar pela remuneração do seu emprego público de carreira, abdicando obrigatoriamente da remuneração conferida ao Cargo em Comissão.  
Parágrafo único. É facultado ao servidor investido em cargo de provimento em comissão optar pela remuneração do seu emprego público, acrescido da Função de Representação.

Art. 3º Para atender ao disposto no Art. 1º desta Lei Complementar, fica acrescido no Anexo VI "Nominata de Funções de Representação - FR" da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a Função de Representação para o cargo de Controlador Interno, com a quantidade de vagas, forma remuneratória e valor da Gratificação, conforme dados abaixo especificados:

#### **ANEXO VI**

Art. 22 da Lei Complementar nº 1.145/91

#### **NOMINATA DE FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO - FR**

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
Controlador(a) Interno	1	Gratificação	1.900,00

Art. 4º A atribuições para o Cargo de Controlador Interno estão descritas no ANEXO I - Atribuições dos cargos em Comissão da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.535, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.535, DE 1º DE ABRIL DE 2015.  
Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Contrato de Cooperação Técnico Financeira com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. para a execução de trabalhos de pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Contrato de Cooperação Técnico Financeira com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI.

Art. 2º O objeto do Contrato é a prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI S.A. para o MUNICÍPIO DE IMBITUBA-SC, parte integrante do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).  
Parágrafo único. O valor total do Contrato de que trata o "caput" poderá ser de até R\$ 31.317,00(trinta e um, trezentos e dezessete reais), divididos em 11(onze) parcelas no valor de R\$ 2.847,00(dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais), repassados no período de vigência desse contrato.

Art. 3º Fica autorizado, por acordo e interesse das partes, a prorrogação do contrato, mediante a assinatura de termos aditivos.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 0095, da Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca - SEAP.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.537, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.537, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão das modalidades abaixo discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, Lei 4.450/2014 de 02/10/2014.

A)		
ORGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP
UNIDADE	3.01	Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – SEAGP
PROGRAMA	03	Administração Geral
AÇÃO	2.003	Apoio Administrativo da SEAGP
MODALIDADE		3.1.93.00.00.00.00.0.1.0000 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0000 4.4.93.00.00.00.00.0.1.0000

B)		
ORGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ
UNIDADE	04.01	Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ
PROGRAMA	04	Administração Financeira
AÇÃO	.004	Manutenção da Secretaria da Fazenda
MODALIDADE		3.1.93.00.00.00.00.0.1.0000 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0000 4.4.93.00.00.00.00.0.1.0000

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novos itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.1.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	10.000,00

3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	15.000,00
4.4.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	3.000,00
Subtotal		28.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.1.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	4.500,00
3.3.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	5.000,00
4.4.93.00.00.00.00.0.1.000 (0...)	Aplic. Dir. Decorr. de Oper. de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público.	1.000,00
Subtotal		10.500,00

Total	38.500,00
-------	-----------

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA – SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0006)	Transferência a Consórcios Públicos	10.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0008)	Transferência a Consórcios Públicos	15.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0011)	Transferência a Consórcios Públicos	3.000,00
Subtotal		28.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ		
Manutenção da Secretaria da Fazenda		
04.123.0004-2.004		
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0014)	Transferência a Consórcios Públicos	4.500,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0017)	Transferência a Consórcios Públicos	5.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.000 (0020)	Transferência a Consórcios Públicos	1.000,00
Subtotal		10.500,00
Total		38.500,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 4.539, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.539, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual Quadriênio 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2015, e abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder executivo Municipal a proceder à alteração para inclusão das ações abaixo discriminadas na Lei 4.233/2013, de 13/07/2013 do Plano Plurianual Quadriênio 2014-2017, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, Lei nº 4.450, de 02/10/2014, como segue:

Órgão	8	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI
Unidade	08.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI
Programa	0006	Incentivo a Agricultura e Pesca
Projeto/Atividade (Ação)	1.100	Implantação Sistema Inseminação Artificial
Projeto/Atividade (Ação)	1.101	Centro de Comercialização - Mercado Público
Projeto/Atividade (Ação)	1.102	Patrulha Mecanizada Agrícola
Projeto/Atividade (Ação)	1.103	Construção de Trapiches
Projeto/Atividade (Ação)	1.104	Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações
Projeto/Atividade (Ação)	2.160	Parceria com Outras Entidades



Projeto/Atividade (Ação)	2.161	Horto Florestal
Projeto/Atividade (Ação)	2.162	Correção do Solo para Agricultura
Órgão	24	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC
Unidade	24.01	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC
Programa	0007	Desenvolvimento e Sustentabilidade para o Cidadão
Projeto/Atividade (Ação)	1.105	Centro Municipal de Atletismo
Projeto/Atividade (Ação)	1.106	Espaço Esportivo nas Praças
Projeto/Atividade (Ação)	1.107	Construção do Centro de Multiuso
Projeto/Atividade (Ação)	1.108	Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas
Projeto/Atividade (Ação)	1.109	Centro Multimeios Usina do Saber
Projeto/Atividade (Ação)	2.163	Destaques no Esporte
Projeto/Atividade (Ação)	2.164	Esporte Cidadão
Projeto/Atividade (Ação)	2.165	Participa Imbituba
Projeto/Atividade (Ação)	2.166	Festivais e Campeonatos Esportivos
Projeto/Atividade (Ação)	2.167	Lazer, Direito de Todos
Projeto/Atividade (Ação)	2.168	Resgate da Cultura Imbitubense
Projeto/Atividade (Ação)	2.169	Reequipamento da Biblioteca Municipal
Projeto/Atividade (Ação)	2.170	Cultura Itinerante
Projeto/Atividade (Ação)	2.171	Eventos Culturais
Órgão	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
Unidade	19.01	Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba
Programa	0007	Desenvolvimento e Sustentabilidade para o Cidadão
Projeto/Atividade (Ação)	2.172	Vivendo a Melhor Idade
Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Unidade	05.01	Secretaria Municipal de Educação - SEDUC
Programa	0009	Educação de Qualidade
Projeto/Atividade (Ação)	2.173	Apoio ao CEITEC

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.811.182,50 (cinco milhões e oitocentos e onze mil e cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) no Orçamento de 2015 para novos itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
08.01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI		
Implantação Sistema Inseminação Artificial		
20.608.0006-1.100		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	4.625,00
Centro de Comercialização – Mercado Público		
20.608.0006-1.101		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	800.000,00
Patrulha Mecanizada		
20.608.0006-1.102		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	400.000,00
Construção de Trapiches		
20.608.0006-1.103		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	300.000,00
Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações		
20.608.0006-1.104		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	150.000,00
Parceria com Outras Entidades		
20.606.0006-2.160		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	35.000,00
Horto Florestal		

20.608.0006-2.161		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.700,00
Correção do Solo para Agricultura		
20.608.0006-2.162		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	3.250,00
SOMA		1.703.575,00
24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC		
24.01 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC		
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.105		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	13.375,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	120.000,00
Espaço Esportivo nas Praças		
27.813.0010-1.106		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	32.000,00
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	1.070.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355	Aplicações Diretas	1.070.000,00
Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas		
27.813.0007-1.108		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	21.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.163		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	6.420,00
Esporte Cidadão		
27.812.0010-2.164		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	33.812,00
Participa Imbituba		
27.812.0010-2.165		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	13.677,50
Festivais e Campeonatos Esportivos		
27.812.0010-2.166		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	23.162,50
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.167		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	22.898,00
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.109		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354	Aplicações Diretas	1.200.000,00
Resgate da Cultura Imbitubense		
13.392.0011-2.168		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.169		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.244,50

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.170		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.644,50
Eventos Culturais		
13.392.0011-2.171		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	5.724,50
SOMA		3.894.807,50
19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
19.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba		
Vivendo a Melhor Idade		
13.392.0007-2.172		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	72.800,00
SOMA		72.800,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
05.01 – Secretaria Municipal de Educação – SEDUC		
Apoio ao CEITEC		
12.363.0007-2.173		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	Aplicações Diretas	140.000,00
SOMA		140.000,00
TOTAL		5.811.182,50

Art. 3º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
09.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca		
Implantação Sistema Inseminação Artificial		
20.608.0006-1.015		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0102)	Aplicações Diretas	4.625,00
Centro de Comercialização – Mercado Público		
20.608.0006-1.057		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0103)	Aplicações Diretas	800.000,00
Patrulha Mecanizada Agrícola		
20.608.0006-1.058		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0104)	Aplicações Diretas	400.000,00
Construção de Trapiches		
20.608.0006-1.059		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0105)	Aplicações Diretas	300.000,00
Construção, Reequip. p/ Reforma de Embarcações		
20.608.0006-1.060		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0354 (0106)	Aplicações Diretas	150.000,00
Parceria com Outras Entidades		
20.606.0006-2.020		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0101)	Aplicações Diretas	35.000,00
Horto Florestal		
20.608.0006-2.019		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0107)	Aplicações Diretas	10.700,00
Correção do Solo para Agricultura		
20.608.0006-2.022		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0108)	Aplicações Diretas	3.250,00
SOMA		1.703.575,00

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
40.01 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SESPORTE		
Centro Municipal de Atletismo		
27.812.0007-1.052		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0171)	Aplicações Diretas	13.375,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0172)	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0173)	Aplicações Diretas	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355 (0174)	Aplicações Diretas	120.000,00
Espaço Esportivo nas Praças		
27.813.0010-1.047		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0175)	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355 (0176)	Aplicações Diretas	32.000,00
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.011		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0177)	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0178)	Aplicações Diretas	1.070.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0355 (0179)	Aplicações Diretas	1.070.000,00
Implantação de Ciclovias/Ciclofaixas		
27.813.0007-1.050		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0180)	Aplicações Diretas	21.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0181)	Aplicações Diretas	50.000,00
Destaques no Esporte		
27.812.0010-2.135		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0167)	Aplicações Diretas	6.420,00
Esporte Cidadão		
27.812.0010-2.136		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0168)	Aplicações Diretas	33.812,00
Participa Imbituba		
27.812.0010-2.137		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0169)	Aplicações Diretas	13.677,50
Festivais e Campeonatos Esportivos		
27.812.0010-2.138		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0170)	Aplicações Diretas	23.162,50
Lazer, Direito de Todos		
27.813.0007-2.033		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0182)	Aplicações Diretas	22.898,00
SOMA		2.746.745,00
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
41.01 - Secretaria Municipal de Cultura – SECULT		
Centro Multimeios Usina do Saber		
13.392.0011-1.051		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0183)	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0184)	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0354 (0185)	Aplicações Diretas	1.200.000,00
Resgate da Cultura Imbitubense		
13.392.0011-2.140		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0189)	Aplicações Diretas	5.724,50
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.141		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0190)	Aplicações Diretas	5.244,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0191)	Aplicações Diretas	5.724,50
Cultura Itinerante		
13.392.0011-2.142		

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0192)	Aplicações Diretas	5.644,50
Eventos Culturais		
13.392.0011-2.143		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0193)	Aplicações Diretas	5.724,50
Vivendo a Melhor Idade		
13.392.0011-2.144		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0194)	Aplicações Diretas	72.800,00
SOMA		1.360.862,50
TOTAL		5.811.182,50

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

#### **LEI Nº 4.541, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.541, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar convênio, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Imbituba - APAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.291.807/0001-58, no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referente à manutenção das atividades da respectiva Associação.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do item orçamentário 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.542, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.542, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a auxílio financeiro à Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar auxílio financeiro à Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL, inscrita no CNPJ sob o nº 83.816.439/0001-14, no valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), em parcela única, no exercício de 2015. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Artigo 1º destina-se a cobertura de parte das despesas com a realização do evento "Sábado Especial", que acontecerá em 10 edições, entre os meses de abril a dezembro de 2015.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo. Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.543, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.543, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 4.513, de 4 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.513, de 4 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Colônia de Pescadores Z-13, objetivando a manutenção material e pedagógica, inclusive ao pagamento de profissionais da "Creche Ângela Amin".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.544, DE 1º DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.544, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício de 2015 para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.613.500,32 (quatro milhões e seiscentos e treze mil e quinhentos reais e trinta e dois centavos) no Orçamento de 2015 para reforço de itens orçamentários, como segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
08.01 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0086)	Aplicações Diretas	2.116.794,59
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0087)	Aplicações Diretas	838.251,01
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0088)	Aplicações Diretas	7.420,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0089)	Aplicações Diretas	75.159,00
Manutenção das Estradas		
15.451.0007-2.018		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0090)	Aplicações Diretas	375.228,80
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0091)	Aplicações Diretas	164.490,00
SOMA		3.577.343,40
24 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
08.01 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETEC		
Manutenção da SEDTUR		
23.122.0008-2.026		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0114)	Aplicações Diretas	845.373,15
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0115)	Aplicações Diretas	172.919,27
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0116)	Aplicações Diretas	2.140,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0117)	Aplicações Diretas	15.724,50
SOMA		1.036.156,92
TOTAL		4.613.500,32

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial dos seguintes itens orçamentários:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E PESCA		
09.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca		
Manutenção da Secretaria de Agricultura		
20.122.0006-2.021		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0098)	Aplicações Diretas	424.152,56
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0099)	Aplicações Diretas	239.071,69
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0100)	Aplicações Diretas	23.710,00
SOMA		686.934,25
36 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE – SDR NORTE		
36.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Norte – SDR NORTE		
Manutenção da SDR/NORTE		
04.122.0007-2.041		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0138)	Aplicações Diretas	820.139,63
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0139)	Aplicações Diretas	297.162,61
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0140)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0141)	Aplicações Diretas	20.000,00
SOMA		1.138.302,24
Manutenção das Estradas – SDR NORTE		
15.451.0007-2.107		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0142)	Aplicações Diretas	100.595,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0143)	Aplicações Diretas	57.245,00
SOMA		157.840,00
37 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL – SDR SUL		

37.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Sul – SDR SUL		
Manutenção da SDR/SUL		
04.122.0007-2.042		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0144)	Aplicações Diretas	649.883,34
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0145)	Aplicações Diretas	174.107,84
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0146)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	1.070,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0147)	Aplicações Diretas	11.449,00
Manutenção das Estradas – SDR SUL		
15.451.0007-2.108		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0148)	Aplicações Diretas	157.808,80
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0149)	Aplicações Diretas	50.000,00
SOMA		1.044.318,98
38 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OESTE – SDR OESTE		
38.01 - Secretaria de Desenvolvimento Regional Oeste – SDR OESTE		
Manutenção da SDR/OESTE		
04.122.0007-2.131		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0150)	Aplicações Diretas	222.619,06
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0151)	Aplicações Diretas	127.908,87
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0152)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	5.350,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0153)	Aplicações Diretas	20.000,00
Manutenção das Estradas – SDR OESTE		
15.451.0007-2.108		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0154)	Aplicações Diretas	116.825,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0155)	Aplicações Diretas	57.245,00
SOMA		549.947,93
40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
40.01 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-1.134		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0163)	Aplicações Diretas	437.503,17
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0164)	Aplicações Diretas	124.765,74
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0165)	Aplicações Diretas – Op. Intra. Orç.	2.140,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0166)	Aplicações Diretas	5.724,50
SOMA		570.133,41
41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
41.01 - Secretaria Municipal de Cultura – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0186)	Aplicações Diretas	407.869,98
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0187)	Aplicações Diretas	48.153,53
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0188)	Aplicações Diretas	10.000,00
SOMA		466.023,51
TOTAL		4.613.500,32

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**PORTARIA PMI/GGP Nº 212/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 212, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Suellen Ávila Mello da Cruz	Professora II - 20h	058.730.779-08	01/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 02 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 213/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 213, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Odete Mendonça Martins	Professora I - 20h	023.890.819-40	01/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 02 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 214/215**

PORTARIA PMI/GGP Nº 214, de 02 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 01 de julho de 1994, através do Concurso Público Edital - 01/1994, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Valdéa Florisbela Vieira Abraham	Servente Merendeira 40h	375.931.029-04	02/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 02 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 17 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de mobiliários para o funcionamento da "casa lar" do município de Imbituba/SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de abril de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária SEAST

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013/15**

Ato da Presidência nº 013/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, RESOLVE:

I - informar que fica considerado ponto facultativo na Câmara Municipal de Imbituba, no dia 02 de abril (quinta-feira), em virtude do início das festividades da Semana Santa, e no dia 20 de abril (segunda-feira) devido ao interregno intervalar do feriado de Tiradentes; e

II - informar que não haverá expediente no dia 03 de abril, sexta-feira da Paixão, feriado religioso estabelecido pela Lei Federal nº 9.093/1995, dentro da celebração da Semana Santa, e na segunda-feira, dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, feriado nacional na forma da Lei Federal nº 10.607/2002.

Gabinete da Presidência, 31 de março de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 014/15**

Ato da Presidência nº 014/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 9ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 06 de Abril de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
043	PLC nº 339/2015	30/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Cria vaga de emprego público de Fiscal Ambiental no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
038	PL nº 4.690/2015	26/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para a Liga Imbitubense de Futebol, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
039	PL nº 4.691/2015	26/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
042	PL nº 4.694/2015	26/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Indústria da Solidariedade - ISO.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 02 de abril de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	Zeli Pires Vice-Presidente
--	-------------------------------

Rosália Maria de Souza Sgrott

Primeira-Secretária

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1350/15

. DECRETO Nº 1350/15

. De 31 de março de 2015

Normatiza a concessão de Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação para os Profissionais Médicos do projeto mais Médicos para o Brasil.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 12871/2013, Portaria Interministerial 1369/MS/MEC/2013, Portaria MS 30/2014, Lei Municipal nº 5130 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º. Normatizar a concessão de auxílio moradia e auxílio alimentação para os profissionais médicos aderentes ao "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", de acordo com a Lei Municipal 5130, de 19/03/2015.

Art. 2º. A concessão da ajuda de custo de que trata esse Decreto será em pecúnia, no valor de até R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais), sendo:

- até R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais) mensais para o custeio de moradia;

- R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o custeio de alimentação.

§ 1º. Os valores mensais tratados no parágrafo anterior serão depositados pela Secretaria Municipal de Saúde na conta individual de cada profissional médico.

§ 2º. O médico participante deverá comprovar que os recursos pecuniários tratado está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesa com moradia, através de contrato de aluguel ou recibo do profissional médico, sob pena de devolução dos valores acrescido de correção monetária.

Art. 3º. A ajuda de custo tratada no presente Decreto será paga, mensalmente, aos profissionais médicos vinculados ao "Programa Mais Médicos Para o Brasil", em efetivo exercício de suas atribuições na rede pública de saúde do Município de Indaial.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de março de 2015.

Município de Indaial em 31 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 31 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1347/15

. DECRETO Nº 1347/15

. De 30 de março de 2015

Dispõe Sobre Processo Administrativo instaurado pelo Decreto 1335/15/Sandra Kurth Velter .

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Processo Administrativo Instaurado pelo Decreto 1335/15 e a solicitação da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA,

Art. 1º - Como medida cautelar fica a servidora Sandra Kurth Velter, afastada do cargo, até a conclusão do inquérito de que trata o Decreto 1335/15, sem prejuízo da remuneração, de acordo com o disposto no artigo 111 da Lei Complementar 105/10.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 30 de março de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 30 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1348/15

. DECRETO Nº 1348/15

. De 30 de março de 2015

Dispõe Sobre Processo Administrativo instaurado pelo Decreto 1336/15/Suleise da Cruz.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Processo Administrativo Instaurado pelo Decreto 1335/15 e a solicitação da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA,

Art. 1º - Como medida cautelar fica a servidora Suleise da Cruz, afastada do cargo, até a conclusão do inquérito de que trata o Decreto 1336/15, sem prejuízo da remuneração, de acordo com o disposto no artigo 111 da Lei Complementar 105/10.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 30 de março de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 30 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1349/15

. DECRETO Nº 1349/15

. De 31 de março de 2015

Nomeia Auxiliar de Direção/

Joanita Candido da Silva

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 2º, inciso III da Lei Municipal nº 1.969, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), JOANITA CANDIDO DA SILVA, a partir

de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 31 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 31 de março de 2015)

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1351/15

. DECRETO Nº 1351/15

. De 01 de abril de 2015

EXONERA DIRETOR DE CONTROLE E AVALIAÇÃO / FABIO KAMMER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/08 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 01 de abril de 2015, do Cargo em Comissão de Diretor de Controle e Avaliação, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 e alterações (símbolo CC-2), FABIO KAMMER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 01 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 01 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1352/15

. DECRETO Nº 1352/15

. De 01 de abril de 2015

Nomeia Auxiliar de Direção/

Regiane de Fátima Cremm Silva Pereira

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, artigo 2º, inciso III da Lei Municipal nº 1.969, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Direção (DAE-2), REGIANE DE FÁTIMA CREMM SILVA

PEREIRA, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 01 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 01 de abril de 2015)

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1353/15

. DECRETO Nº 1353/15

. De 02 de abril de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do Município  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5135/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
02.009.0022.0661.0002.1802.3339000000000000	01000000	84.000,00
05.001.0012.0361.0005.2106.3339000000000000	01000000	66.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, será suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDALIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2100.3339000000000000	01000000	150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 1354/15**

. DECRETO Nº 1354/15

. De 02 de abril de 2015

Dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar/  
Sílvia Maria Alves de Lima

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92 da Lei Orgânica do Município Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme artigo 127, §2º e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Designar o servidor RICARDO RUIZ ALEGRIA como Defensor Dativo da indiciada Sílvia Maria Alves de Lima, em razão da declaração de revelia, conforme disposto no artigo 127 da Lei Complementar 105/2010.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1355/15**

. DECRETO Nº 1355/15

. De 02 de abril de 2015

Homologa Inscrições Processo Seletivo 001/2015/ Secretaria de Obras/SESAM e Agricultura.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam homologadas as Inscrições do Processo Seletivo 001/2015 da Secretaria Municipal Obras, Saneamento e Meio Ambiente e Agricultura para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme abaixo:

INSCRIÇÃO Nº NOME

0001 Amauri Machado  
0002 Valdecir Kryzanowski  
0003 Pedrinha Steffen Ridieri  
0004 Gilberto Vicente Machado  
0005 Simone Alberton Garbari  
0006 Jose Gonçalves de Oliveira  
0007 Lauro Arcanjo  
0008 Julio Alves de Oliveira Sobrinho  
0009 Maicon Marcelino Muller Machado  
0010 Maria De Lourdes Da Silva Cruz  
0011 Luiz Sergio Garbari  
0012 Vera Lucia Florência Arcanjo  
0013 Sandro Engel  
0014 Roberto Gieland  
0015 Peterson Aparecido Alves de Souza  
0016 Vanderlete De Andrade  
0017 Marcionei Da Rosa  
0018 Mauricio Franzen  
0019 Cleia Schmit  
0020 Ivonei Luiz Pereira  
0021 Josmar Das Neves  
0022 Ermeson da Siva  
0023 Sílvia Muller

0024 Juarez do Amaral  
0025 Kelli Azevedo  
0026 Maria da Conceição Nunes  
0027 Ulysses Bispo Pereira  
0028 Alcione Muller  
0029 Mara Suelen Camargo  
0030 Jair Mafra  
0031 Mario Jose Mazzolli  
0032 Antonio Edmilson Martins Da Silva  
0033 Josimeri Bauner  
0034 Ana Paula Simão Wolff  
0035 Adelar Alves De Campos  
0036 Stephany Louise De Jesus Reis  
0037 Jose Denival De Jesus  
0038 Airton Ferreira  
0039 Nielson Ferreira  
0040 Elias Soares Machado  
0041 Geisson Do Amaral Soares  
0042 Adir Dos Santos Carvalho  
0043 Francisco Augusto Da Silva  
0044 Arvelino Pedro Correa  
0045 Adailton Kanis  
0046 Sidnei Frare  
0047 Raul Thales De Freitas  
0048 Luiz Lamim  
0049 Vilson Glacomozzi  
0050 Ronaldo Miranda Da Silveira  
0051 Sidnei Gonzaga  
0052 Marlene Ribeiro Muniz  
0053 Lucinara Amaral Chagas  
0054 Alcides Valente  
0055 Ines Rodrigues dos Santos  
0056 Maria Vintrich  
0057 Jadson Barbosa Dos Anjos  
0058 Roselia Fortes  
0059 Izeltino Frigo  
0060 Marli Bueno De Oliveira  
0061 Francisco Cristiano Roberto De Oliveira  
0062 Onimia Valci Sirlene Raddatz  
0063 Gian Jonathan Barbosa  
0064 Isabel Aparecida da Cunha  
0065 Juvencio Pereira  
0066 Patricia Aparecida Sardinha Cardoso  
0067 Marco Antonio Lima Da Silva  
0068 Valmir Nunes  
0069 Fernando Amaro  
0070 Josuel Ferreira  
0071 Antonio Carlos Markus  
0072 Iraci Do Nascimento Taborda  
0073 Valcir Schwatz  
0074 Ema Dos Santos Alves  
0075 Crizellen Florencio Cavalcante  
0076 Nilso Brassiani  
0077 Edvaldo Vieira  
0078 Sergio Luis Stuepp  
0079 Maria Aparecida Ramos Bornhofen  
0080 Luciano da Silva  
0081 Felipe Pereira  
0082 Joelson Vanderlei Goncalves  
0083 Maycon Douglas Wesley Saturnino  
0084 Tatíege Pereira ferreira  
0085 Jucemara Grondek  
0086 Eduardo Ariel Da Silva

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 02 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1356/15

. DECRETO Nº 1356/15

. De 02 de abril de 2015

Homologa Resolução nº 012/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor, e as recomendação do Ministério Público de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 12/2015 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual dispõe sobre a aprovação do Edital de Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselho Tutelar - Edital 02/2015.

Art. 2º - A Resolução e o Edital CMDCA nº 02/2015, fazem parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 02 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Portaria em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### RESOLUÇÃO Nº 12/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1144/14 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, na reunião extraordinária do dia 01 de Abril de 2015.

#### CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado

"Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2015.

As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;

A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.

#### Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Edital nº 02/2015 que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada dos membros dos conselhos

tutelares, conforme segue em anexo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 02 de Abril de 2015.

Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg

Coordenador do CMDCA

EDITAL DE PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 02/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Indaial.

(O Edital deve ser publicado até 04/04/2015, segundo dispõe o art. 7º, caput, da Resolução CONANDA n. 170/2014)

#### DO OBJETO:

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de Abril de 2015, na Sala de Reuniões da Secretaria de Assistência Social de Indaial e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014 e na Lei Municipal 4321/2011 e suas alterações, abre as inscrições, torna público o processo para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Indaial, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

##### 1 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 □ Estatuto da Criança e do Adolescente.

A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular um suplente.

2 - Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### DO CONSELHO TUTELAR

##### DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

##### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 4321/2011, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 2.918,04 (Dois mil novecentos e dezoito reais e quatro centavos) valor bruto, com desconto INSS, IRRF, referente a 40 (quarenta) horas semanais, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - bonificação natalina no valor equivalente a uma remuneração mensal.

Licença matrimônio;

Licença para tratamento de saúde da mesma forma conferido ao servidor ACT em caráter temporário.

Seguro de vida e acidentes pessoais;

vale-alimentação;

2.2.Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo

de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento na sede do Conselho Tutelar será realizado nos dias úteis, das 8h às 18h.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### DA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

##### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06 de Abril de 2015 até 03 de Junho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08 até 14 horas), na Secretaria de Assistência Social de Indaial, setor de Assessoria ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Leoberto Leal, nº 191, Bairro Tapajós.

#### DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR:

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os requisitos, comprovados no ato da inscrição, mediante requerimento endereçado ao Coordenador do CMDCA, apresentando cópias autenticadas em cartório dos seguintes documentos:

- a) - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
- b) - idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento de identidade oficial com foto;
- c) - comprovante de residência no município de Indaial há, no mínimo, 03 (três) anos (residir na cidade desde 03 de Junho de 2012), caso não esteja em seu nome apresentar uma declaração assinada por três testemunhas, registrado em cartório; podendo a comissão verificar a veracidade das informações;
- d) - comprovante de residência atual;
- e) - Certificado de conclusão de Ensino Superior;
- f) - CPF;
- g) - título de eleitor;
- h) - certificado de reservista ou documento comprovando estar em dia com o serviço militar;
- i) - certidão negativa do Tribunal Regional Eleitoral;
- j) - certidão negativa da Justiça Federal, sediada no município de Blumenau.
- k) será admitida assinatura por procuração (ver item 3.1.2.)
- l) as candidaturas serão registradas individualmente;
- m) Os/as candidatos/as poderão registrar-se com o nome e apelido. Na hipótese de apelidos idênticos, terá preferência o/a candidato/a que efetuou primeiramente o registro.
- n) O membro do CMDCA que pretender concorrer ao cargo de Conselheiro/a Tutelar, deverá se desincompatibilizar do CMDCA até o dia 01 de Abril de 2015, para a reunião extraordinária, que discutirá o edital de escolha dos membros do conselho tutelar - eleições unificadas 2015.

#### EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO:

- 1) Ser aprovado em prova escrita de conhecimento sobre as Leis 8.069 e 12.010.
- 2) tempo de aplicação da prova: Conforme Lei Municipal 4321/2011 § 2º - terá duração máxima de 05 (cinco) horas e realizar-se-á na

data e horário fixados por resolução expedida pelo CMDCA.

§ 3º - O não comparecimento ao exame de aferição exclui o candidato do processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Indaial.

§ 4º - Considerar-se-á aprovado na prova de aferição de conhecimentos específicos o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acerto nas questões da prova.

3) aprovação na prova prática de informática básica.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

#### DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS:

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade conforme Comissão de Ética prevista nesta Lei no Capítulo V.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO:

##### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12 de Junho de 2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e nos sites: [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br) e [www.cmdcaindaial.com.br](http://www.cmdcaindaial.com.br), Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

#### DA IMPUGNAÇÃO:

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 13 de Junho de 2015 até 23 de Junho de 2015, no horário de atendimento ao público (8h até 14h), na Secretaria de Assistência Social, setor de Assessoria ao CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 24 de Junho de 2015 até 26 de Junho de 2015, no horário de atendimento ao público (8h até 14h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar a resposta quanto às impugnações até o dia 16 de Julho de 2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito

unificado (04/10/2015).

#### DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico (Lei 8.069 e 12.010), prova prática de informática básica e homologação e aprovação das candidaturas

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Formação inicial;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse

#### DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA :

##### 3.4 Da Propaganda Eleitoral

3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.2 A propaganda eleitoral, somente poderá ser feita com santinhos, constando apenas o número, nome/apelido do candidato e ou curriculum vitae.

3.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como

fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA:

Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

##### 3.5 Da Eleição

3.5.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 até 17 horas, em local público que deverá ser divulgado por meios e instrumentos de comunicação.

3.5.2 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.3 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor e a carteira de identidade, ou outro documento oficial equivalente a esta, com foto.

3.5.4 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.4.1 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.6 O eleitor votará uma única vez em até um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

##### 3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, pessoas maiores de 16 anos com título de eleitor, em eleição presidida pelo Coordenador do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.6.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

##### 3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

##### 3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.



3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.9 Da Apuração

3.9.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

### DO EMPATE:

3.9.6 Em caso de empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

#### 4. Da Proclamação e Nomeação

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 06 de Outubro de 2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### DIPLOMAÇÃO E POSSE:

4.3 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

### DA FORMAÇÃO:

Esta etapa consiste na formação (capacitação) dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos (titulares e suplentes)

4.3.3 As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 4321/2011, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos Conselheiros e Conselheiras tutelares.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 02 de Abril de 2015.

Luiz Cláudio S T M Altenburg

COORDENADOR DO CMDCA -

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIAL

### Anexo I - CRONOGRAMA

Calendário Oficial do Processo de processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Indaial.	
DATA	ATIVIDADE
Em 27 de Fevereiro de 2015	Criação e composição da Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha dos candidatos a conselheiros tutelares em Indaial
Até 04 de Abril de 2015	Publicação do Edital do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Indaial – Gestão 2015/2018 no site <a href="http://www.indaial.sc.gov.br">www.indaial.sc.gov.br</a> e <a href="http://www.cmdcaindaial.com.br/">http://www.cmdcaindaial.com.br/</a>
06 de Abril até 03 de Junho	Inscrição dos/as Candidatos/as ao Conselho Tutelar de Indaial (não é admitida a composição de chapas)
Do dia 05 de Junho de 2015 até dia 11 de Junho de 2015	Análise das inscrições
12 de Junho de 2015	Publicação da relação dos candidatos inscritos para participarem do processo de Escolha unificado e dos candidatos impugnados
13 de Junho de 2015 até 23 de Junho de 2015	Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação

19 de Junho de 2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa
24 de Junho de 2015 até 26 de Junho de 2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado recorrer da decisão junto ao CMDCA
02 de Julho de 2015	Análise e decisão das impugnações
13 de Julho de 2015 até 15 de Julho de 2015	Interposição de recursos
16 de Julho de 2015	Decisão da interposição de recursos
19 de Julho de 2015	Aplicação das Provas: escrita e prática aos Candidatos/as ao Conselho Tutelar.
31 de Julho de 2015	Publicação do resultado das provas e relação dos/as candidatos/as habilitados/as a participarem do Processo de Escolha do Conselho Tutelar – Gestão 2015/2018.
Ver a lei municipal para interposição de recursos	Interposição e decisão de recursos referentes a prova aplicada
07 de Agosto de 2015	Publicação da relação final dos/as candidatos/as habilitados/as ao Processo de Escolha unificado ao Conselho Tutelar, divulgada nos sites: <a href="http://www.indaial.sc.gov.br">www.indaial.sc.gov.br</a> e <a href="http://www.cmdcaindaial.com.br">http://www.cmdcaindaial.com.br</a> (deve ser encaminhado lista ao Ministério Público)
Agosto e Setembro	para os candidatos buscarem votos e mobilizar os votantes
10 de Setembro de 2015	Reunião da Comissão Organizadora para providências
18 de Setembro de 2015	Divulgação dos locais de votação
04 de Outubro de 2015	Votação e apuração do resultado do Processo de Escolha dos/as Conselheiros/as Tutelares.
04 de Outubro de 2015	Registro da ata com a apuração oficial
06 de Outubro de 2015	Publicação oficial da apuração e homologação do resultado do Processo de Escolha unificado ao Conselho Tutelar.
10 de Janeiro de 2015	Ato de Posse dos Conselheiros Tutelares

**ANEXO 2 - REQUERIMENTO**

Indaial, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

A/C Senhor  
 Luiz Cláudio S T M Altenburg  
 Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 CMDCA/Indaial

Assunto: Inscrição como candidato/a ao Edital nº 02/2015  
 Por meio deste, venho entregar as cópias autenticadas em cartório dos documentos especificados abaixo e efetuar a inscrição de:  
 apelido: \_\_\_\_\_

nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ situada na cidade de Indaial/S.C.,

Para tanto encaminho os seguintes documentos solicitados:  
 ( ) Cópia da Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;  
 ( ) Cópia do documento oficial com foto (RG);  
 ( ) Cópia do CPF;  
 ( ) Cópia do título de eleitor;  
 ( ) Cópia do comprovante de residência que comprove o tempo de moradia (03 anos na cidade);  
 ( ) Cópia do comprovante de residência atualizado;  
 ( ) Cópia do certificado do Ensino Superior;  
 ( ) Cópia do certificado de reservista ou documento comprovando estar em dia com o serviço militar;  
 ( ) Cópia da certidão negativa do Tribunal Regional Eleitoral;  
 ( ) Cópia da certidão negativa da Justiça Federal, sediada no município de Blumenau  
 ( ) Cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador, também o número do telefone de contato.  
 Neste ato, declaramos estar ciente e de acordo com as condições expressas no Edital nº 02/2015.

Assinatura do Requerente  
 Nome:

**LEI Nº 5129**

. LEI Nº 5129

. de 19 de março de 2015

Dispõe sobre o prolongamento da Rua Ricardo Kramer e dá outras providências. (Autoria: vereadores Antônio Carlos Fink e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
 Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. - Fica autorizado e oficializado o prolongamento da Rua Ricardo Kramer, localizada no Bairro Encano Baixo, iniciando-se o prolongamento ao término atual da citada rua conforme dispõe a Lei 4082/2010.

Parágrafo Único - Com o presente prolongamento a Rua Ricardo Kramer terá início na Rua Dr. Blumenau e término na Tifa Pausch, e passa a apresentar as seguintes dimensões:

Comprimento: 1.230,00 metros;  
 Gabarito Total: 12,00 metros;  
 Pista: 8,00 metros;  
 Passeios: 2,00 metros cada lado.

Art. 2º - Para fins de legalização dos imóveis existentes nessa rua, perante a municipalidade e registro de imóveis, deverão ser respeitados todos os requisitos do plano diretor, bem como as interdições da defesa civil.

Parágrafo Único - Eventuais adequações de infraestrutura, ficarão ao encargo dos proprietários dos imóveis.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
 Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
 Chefe de Gabinete



**LEI Nº 5130**

. LEI Nº 5130

. de 19 de março de 2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO MORADIA E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA PROFISSIONAIS MÉDICOS DO "PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação aos profissionais médicos em atuação no Município de Indaial, participantes do "Projeto Mais Médicos para o Brasil", instituído pela Lei Federal nº 12.871/2013, de acordo com as diretrizes de implementação estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC/2013, de 8 de julho de 2013, Portaria MS nº 30/2014, e demais atos regulatórios, e nos termos da presente lei.

Art. 2º - Os auxílios de que trata o artigo 1º se darão, a critério da administração municipal, por meio de custeio direto ou indireto, mediante auxílio moradia e auxílio alimentação do profissional médico quando necessário para realização de sua atividade.

Art. 3º - Fica autorizado o município a instituir por decreto os valores necessários para tais finalidades, considerando os valores mínimos e máximos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 4º - Fica compreendido no valor indenizado a título de auxílio moradia o custeio não só do valor do aluguel do imóvel, como também todas as demais despesas indiretas com sua manutenção, tais como água, luz, condomínio, IPTU, gás e etc., devendo o profissional médico respeitar o aludido valor.

Art. 5º - Na hipótese de custeio indireto, os recursos de que trata o art. 3º serão repassados, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de atividade, mediante depósito em conta bancária do profissional médico, de forma proporcional aos dias de efetivo trabalho.

Art. 6º - A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será regulamentada por decreto.

Art. 7º - Os auxílios previstos nesta lei, de ordem financeira, possui caráter indenizatório e não se incorporam à remuneração dos profissionais médicos participantes custeada pelo Governo Federal, sobre ele não incidindo qualquer contribuição trabalhista, previdenciária ou fiscal, bem como não caracterizam vínculo empregatício de qualquer natureza ou contraprestação de serviços prestados.

Art. 8º - Os repasses dos valores dos auxílios previstos nesta lei terão vigência enquanto o profissional médico estiver atuando no Município, através do "Projeto Mais Médicos para o Brasil".

Art. 9º - Em caso de afastamento do Projeto, por qualquer motivação, o médico participante deverá comunicar ao Fundo Municipal de Saúde, que suspenderá de imediato os repasses dos recursos concedidos nos termos da presente lei.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, ficando autorizado o Poder Executivo, caso necessário, a proceder à suplementação orçamentária até o limite necessário para a execução da presente lei.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 de março de 2015.

Município de Indaial, em 19 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5131**

. LEI Nº 5131

. de 25 de março de 2015

Altera Lei 4.267, que cria cargos da Lei 2.317/94.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado na Lei 2.317 o número de vagas do cargo de Agente de Trânsito, criado pela Lei 4.267/10, alterada pela Lei 4.427, conforme tabela abaixo:

**QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ESPECIALIZADAS**

Denominação	Nº vagas	Carga/horária	Símbolo	Vencimento	Habilitação
Agente de Trânsito	16	40 h/s	AGE	R\$ 1.109,95	Ensino Médio e Habilitação Mínima "A" e "B"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5132**

. LEI Nº 5132

. de 01 de abril de 2015

Altera dispositivos da Lei nº 4321 - eleição do Conselho Tutelar.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 27 da Lei 4321, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 27 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada através de certidão de antecedentes criminais;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no Município de Indaial, por, no mínimo, 03 (três) anos;

IV - ensino superior completo;

V - estar no gozo dos direitos políticos;

VI - ter conhecimento em informática básica;"

Art. 2º - Fica alterado o artigo 29 da Lei 4321, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 29 - Os Conselheiros Tutelares de Indaial serão eleitos pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos-eleitores

do município, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o apoio do Cartório Eleitoral e a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - Cada eleitor poderá votar em um candidato à Conselheiro Tutelar.

§ 2º - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definir a forma de escolha e de registro das candidaturas, o prazo para impugnações, proclamar os resultados e dar posse aos escolhidos, tudo com ampla publicidade."

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Município de Indaial, em 01 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 01 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## LEI Nº 5134

. LEI Nº 5134

. de 02 de abril de 2015

Cria Orquestra de Câmara de Indaial e dá outras providências.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a "Orquestra de Câmara de Indaial", na forma de unidade administrativa de natureza cultural, vinculada à Fundação Indaialense de Cultura "Victor Petters" - FIC, com a finalidade de promover o ensino e a prática de música em grupo e a difusão cultural da arte musical, a qual será composta de:

- I - até 30 (trinta) alunos músicos bolsista;
- II - 01 (um) Regente da Orquestra;

§ 1º - A Orquestra poderá contar com um grupo de acesso, composto por alunos músicos voluntários, não remunerados, em número de até 50% (cinquenta por cento) do total de alunos músicos bolsistas.

§ 2º - Os alunos músicos bolsistas deverão comprovar, no ato de inscrição do processo de seleção, estar cursando aulas de seu instrumento e/ou aulas de teoria musical com professor próprio da área na Fundação Indaialense de Cultura ou escola de Música e/ou graduação (licenciatura ou bacharelado) ou pós-graduação em música.

§ 3º - Os alunos músicos voluntários, serão escolhidos dentre aqueles que, independente de estarem cursando aulas regulares de música, apresentarem aptidões artísticas para fazerem parte da Orquestra de Câmara de Indaial.

Art. 2º Os alunos músicos bolsistas e os alunos músicos voluntários ingressarão na Orquestra mediante aprovação em processo de seleção, pelo qual serão submetidos regularmente a testes técnicos coordenados por uma comissão formada pelo Professor e Regente da Orquestra e mais dois professores de música dos quadros da FIC indicados pela direção da FIC, de caráter classificatório e eliminatório, com as regras da seleção dispostas em edital próprio e específico publicado em Diário Oficial do Município.

§ 1º Anualmente ou de acordo com critérios regulamentados em regime próprio os alunos serão reavaliados pelo professor regente de orquestra e demais professores indicados (comissão).

§ 2º Independente da avaliação ou não o aluno deverá apresentar anualmente comprovante declarando estar estudando ou se aperfeiçoando em música assinado pelo professor ou entidade/instituição de ensino.

Art. 3º Aos alunos executantes e integrantes da Orquestra de Câmara de Indaial serão concedidas bolsas de estudo, de acordo com as seguintes atividades de aprendizado musical:

Nº de Vagas	Atividade	Valor Mensal da Bolsa (R\$)
11	Violinos	220,00
04	Violas	220,00
04	Violoncelos	220,00
01	Contrabaixo Acústico	220,00
02	Flautas Transversais	220,00
02	Oboé	220,00
02	Clarinete	220,00
02	Trompa	220,00
01	Trombone	220,00
01	Percussão	220,00
04	Músicos convidados	220,00

§ 1º A bolsa de estudo será paga integralmente ao aluno/músico que, durante o mês, não tiver nenhuma falta em apresentação, ou até, no máximo, 02 (duas) faltas justificadas em ensaios, sendo consideradas faltas justificadas, apenas por motivo de doença, devidamente atestadas.

§ 2º O aluno músico bolsista que tiver 4 (quatro) faltas em ensaios, ou 2 (duas) faltas em concerto durante o ano, que não seja por motivo relatado no parágrafo anterior, será automaticamente excluído do quadro de integrantes da Orquestra.

§ 3º Os Chefes de Naípe e spalla da Orquestra, serão escolhidos pela banca examinadora durante o teste seletivo para a Orquestra de Câmara de Indaial dentre os alunos e receberão o Adicional de R\$ 80,00 (oitenta reais) para chefe de naípe e R\$120,00 (cento e vinte reais) para o spalla, durante o período em que estiverem exercendo essas atividades.

§ 4º As bolsas de estudo e adicional serão reajustadas nas mesmas épocas e nos mesmos percentuais atribuídos aos servidores públicos municipais integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

§ 5º Poderão ser concedidos até 04 (quatro) bolsas, no valor individual atribuído a aluno executante/ integrante efetivo, a músicos convidados, solistas, para apresentações especiais em determinada categoria de instrumento com repertório específico que, pela notória qualificação, justifique a dispensa do processo seletivo.

Art. 4º A Orquestra de Câmara de Indaial poderá apresentar-se em eventos públicos ou privados, observado o pagamento de preço público compatível com os custos da apresentação, nos termos do regulamento.

Parágrafo Único - Os bolsistas quando requisitados pelo Poder Público Municipal, deverão realizar apresentações, de no mínimo 12(doze) por ano.

Art. 5º A Orquestra de Câmara de Indaial terá um Regimento Interno que definirá as regras e normas, elaborado pela Fundação Indaialense de Cultura - FIC e será disciplinado por Ato da própria fundação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5135**

. LEI Nº 5135

. de 02 de abril de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDIAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
02.009.0022.0661.0002.1802.3339000000000	01000000	84.000,00
05.001.0012.0361.0005.2106.3339000000000	01000000	66.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2100.3339000000000000	01000000	150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO N] 057/2015**

MUNICIPIO DE INDIAIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial

Licitatório nº 057/2015.

Pregão Presencial nº 006/2015-19208

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de dietas especiais para pacientes.

Entrega dos envelopes: 17/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 17/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**Iomerê****PREFEITURA****PORTARIA 2542/2015**

PORTARIA Nº 2542 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Nomeia Membros para o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear membros para comporem a Comissão do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iomerê.

**MEMBROS: SUPLENTES**

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

JOSNEI BAVARESCO

ADILSON SARTOREL

ADRIANO LUIZ BASEGGIO

MAURICIO BRIDI

MARIA F. S.COLISSI

IRIBERTO VOLPATTO

KAROLINE R. FACHINI

ANDERSON BORG

RENATO LAZZARI

DARCI BALBINOT

MAURI CENDRON

MARCIO BORG

JORDANA PERETTI

LEORIANE KARINA ZAGO

LEONILDE FACCIN

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 01 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### MINUTA PL 25, DL 14

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de serviço ( material + mão de obra) para entrada de energia da rede publica até o novo ginasio municipal de esportes, com fornecimento de ART.. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 02/04/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PL 20 PP-07-2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 20/2015 <b>Data do Processo:</b> 16/03/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 20/2015  
b) Licitação Nr.: 7/2015-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 02/04/2015  
e) Objeto da Licitação: registro de preço de madeira de primeira qualidade serrada em bruto para construção e recuperação de pontes, pinguelas, abrigos de passageiros e aquisição de pregos e material de construção destinados a Secretaria Municipal de Transportes e Obras e Urbanismo.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**LOTE: 1****ELPIDIO NEREU VON FRUHAUF-SERRARIA (6684)**

1	Barrotes de eucalipto de 5 X 0.15 X 0.08 metros	UN	500,00	0,0000	38,00	19.000,00
2	Pranchas de eucalipto para trilhos de 0.70 X 0.05 de espessu	M	400,00	0,0000	24,00	9.600,00
3	Tábuas de pinheiro de 3metros X 0,30 X 1'	UN	500,00	0,0000	30,00	15.000,00
4	Barrote de pinheiro de 6x10 com 2 metro de comprimento	UN	30,00	0,0000	11,00	330,00
5	Caibro de pinheiro de 6x8 com 2,5 metros de comprimento	UN	80,00	0,0000	13,00	1.040,00
6	Ripão de pinheiro de 4x6 por 3 metros de comprimento	UN	100,00	0,0000	10,00	1.000,00
7	Barrotes de madeira de eucalipto de 1 metro X 0,06 X 0,06	UN	100,00	0,0000	7,00	700,00
8	Barrotes de madeira de Eucalipto de 1,30 metros X 0,06 X 0,08	UN	100,00	0,0000	7,00	700,00
9	Esteio de madeira de eucalipto de 12x12 com 03 metros de comprimento	UN	100,00	0,0000	25,00	2.500,00

**Total do Fornecedor: 49.870,00**

**LOTE: 2****TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)**

10	PREGOS 23 X 54 - Marca: GERDAU	KG	80,00	0,0000	12,00	960,00
11	PREGOS 25 X 72 - Marca: GERDAU	KG	100,00	0,0000	12,00	1.200,00
12	PREGOS 17 X 27 - Marca: GERDAU	KG	40,00	0,0000	9,00	360,00
13	PREGO 18 X 30 - Marca: GERDAU	KG	40,00	0,0000	9,00	360,00

Ipumirim, 2 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 7/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 20/2015  
 Data do Processo: 16/03/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**
**LOTE: 2**
**TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)**

14	PREGOS 19 X 39 - Marca: GERDAU	KG	40,00	0,0000	9,00	360,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>3.240,00</b>

**LOTE: 3**
**TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (6042)**

15	Cimento - saco de 50kg - Marca: VOTORANTIN	Sc	500,00	0,0000	33,00	16.500,00
16	AREIA - Marca: HOBBI	M	100,00	0,0000	130,00	13.000,00
17	TIJOLOS 6 FURROS - Marca: LORENZETTI	UN	30.000,00	0,0000	0,65	19.500,00
18	Chapa cimento de amianto 2,44 x 1,10cm-6mm - Marca: ISDRALIT	UN	200,00	0,0000	43,00	8.600,00
19	Chapa cimento de amianto 2,13 x 1,10cm-6mm - Marca: ISDRALIT	UN	200,00	0,0000	36,00	7.200,00
20	Chapa cimento de amianto 1,83 x 1,10cm-6mm - Marca: ISDRALIT	UN	200,00	0,0000	31,00	6.200,00
21	Ferro 3/8 - Marca: GERDAU	br	100,00	0,0000	35,00	3.500,00
22	Ferro 1/2 - Marca: GERDAU	br	100,00	0,0000	46,00	4.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>79.100,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>132.210,00</b>

Ipumirim, 2 de Abril de 2015.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015 - 1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

1.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 67/2014, de fornecimento que entre si celebram o Município de Irineópolis e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida 22 de Julho nº 767 - sala, centro, cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 85.605.061/0001-35, neste ato representado pelo Sr. Gilmar José Cândido Buzzi, sob nº de CPF 558.125.119-34 e RG 1.459.609, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório nº 80/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 67/2014, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 67/2014.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 14.751,60 (Quatorze mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos) conforme abaixo discriminado:

Item 01: Gasolina Comum – 47.894,785 litros – valor anterior R\$ 3,12 Total R\$ 149.431,72 – valor reajustado R\$ 3,428 – valor total: R\$ 164.183,32, sendo o valor aditivado de R\$ 14.751,60

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de março de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Contratante	Anesio Buzzi & Cia Ltda. Gilmar José Cândido Buzzi Contratada
--	---

Testemunhas:	
Nome: João Paulo Andreievski	Nome: Robson Roberto Binder
CPF: 066.283.679-08	CPF: 780.541.689-34

# Itá

## PREFEITURA

### ADITIVOS MARÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 03 - Contrato Nº: 127/2014  
Contratante...: MUNICÍPIO DE ITÁ  
Contratada...: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 26/06/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014  
Objeto ..... : Aditivo no prazo de execução da obra.  
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 04 - Contrato Nº: 24/2014  
Contratante...: MUNICÍPIO DE ITÁ  
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA  
Valor ..... : 2.366,40 (dois mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014  
Objeto ..... : Aditivo de 04 Km, na linha 06, trajeto 19 e 20, sendo 2Km em cada trajeto.  
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 04 - Contrato Nº: 128/2014  
Contratante...: MUNICÍPIO DE ITÁ  
Contratada...: ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 28/05/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014  
Objeto ..... : Aditivo de prazo e execução da obra.  
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 01 - Contrato Nº: 203/2014  
Contratante...: MUNICÍPIO DE ITÁ  
Contratada...: TERRAMAX - CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 04/03/2015 Término: 18/06/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2014  
Objeto ..... : Aditivo de prazo devido atraso na execução da obra.

LEIDE MARA BENDER  
PREFEITA MUNICIPAL

### EDITAL 033 - PROCESSO SELETIVO 017/2014

EDITAL 033 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014 - 23º CHAMADA 06/04/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 06 de ABRIL 2015, às 8h ENSINO MÉDIO na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

História (12h) - 1 vaga

Não Habilitada

Nome	Assinatura
Ivonete Dennis Burnier	

Pedagogia (20h) - 1 vaga

Pós Graduação

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
73º	021	Ieda Maria Simon	

Graduada

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
74º	087	Elisa Sartoretto	
75º	042	Diana Britto Oliveira	
76º	064	Rejane Steffens	
77º	085	Aduci Berticelli	

Itá - 02 de abril de 2015

Leide Mara Bender  
Prefeita Municipal

### EDITAL CMDCA 01/2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de ITÁ SC

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 23.03.2015 de 2015 às 7 h e 30, ata número 126 e considerando o disposto nos art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e art. 20, da Lei Municipal 2250/2012 e 2377 de 2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Itá, estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

## 1. Do Cargo e das Vagas:

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar (atribuições contidas neste edital como anexo V), estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para as demais vagas de suplentes.

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4. O mandato dos membros do Conselho Tutelar é de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

1.4.1. O candidato que já tenha exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

## 2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato:

2.1. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 2250/12 e 2377/13 são assegurados o direito a:

I - remuneração de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais, quantia essa que será revisada anualmente, na mesma data e proporção, em relação aos vencimentos dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - férias anuais de 30 (trinta) dias, acrescidas do terço constitucional de férias, as quais obedecerão escala elaborada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a manutenção de pelo menos quatro conselheiros tutelares titulares em atividade;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina, caracterizada como sendo o 13º salário, correspondente a 100 % (cem por cento) do valor estabelecido no artigo 41 da presente lei.

2.2. Para as licenças paternidade e maternidade estabelecidas nos incisos II e IV do presente artigo adotar-se-á a legislação aplicada para os servidores públicos do Município de Itá.

2.3. Não haverá pagamento de plantões ou de horas de sobreaviso, haja vista que a dedicação do Conselheiro Tutelar é exclusiva e em tempo integral, conforme escala de trabalho a ser definida pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.4. Em horários diversos ao de funcionamento do Conselho Tutelar, o conselheiro poderá permanecer em seu domicílio ou, em local por ele escolhido e, previamente comunicado a fim de prestar atendimento tão logo seja solicitado.

2.5. O servidor público que vier a exercer o mandato de conselheiro tutelar se licenciará do cargo efetivo, na forma da Lei.

2.6. A nomeação para membro do Conselho Tutelar não caracteriza qualquer forma de vínculo de emprego ou de cargo, não adquirindo, ao término de seu mandato direito a efetivação ou estabilidade.

2.7. O Conselho Tutelar estará aberto ao público, de segunda a sexta-feira, das 07 h 45 às 11 h e 45 e das 13 h as 17 h, e nos outros dias e horários em forma de sobreaviso:

2.7.1. Sobreaviso noturno das 17 h às 7 h e 45 do dia seguinte;

2.7.2. Sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados 24 horas;

2.7.3. Para os sobreavisos noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala interna, também nos termos do respectivo regimento interno do conselho tutelar.

2.8. Os horários delineados no inciso anterior poderão ser revistos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## 3. Do Processo de Escolha:

### 3.1. Das Inscrições

3.1.1. O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 06.04.2015 a 03.06.2015, em dias úteis, no horário das 8 h as 11 h e 30 e das 13 h e 30 as 17 h, na Prefeitura Municipal, Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro.

3.1.2. Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no Município de Itá, Estado de Santa Catarina, há pelo menos 1 (um) ano antes do pleito, mediante comprovante;

IV - ter concluído o ensino médio;

V - reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 1 (um) ano no trato direto com crianças e adolescentes, atestado por órgãos ou entidades em que atuaram nos últimos 5 (cinco) anos;

VI - ser aprovado em prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente;

VII- ser aprovado em avaliação psicológica.

3.1.3. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - carteira de identidade e do respectivo CPF, bem como certidão de nascimento ou casamento (original e cópia);

II - certidões emitidas pela Polícia Civil, Cartório Cível e Criminal da Comarca de Itá;

III - comprovante de residência em nome próprio (conta de luz, água ou telefone fixo), ou em caso de não possuir, declaração de moradia no município de Itá, assinada pelo candidato e reconhecida em cartório;

IV - diploma ou comprovante oficial de conclusão do ensino médio (original e cópia);

V- certidão de quitação eleitoral;

VI - requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

3.1.4. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.5. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

## 4. Dos Impedimentos:

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

4.1.1. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma disposta, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

4.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o caput.

## 5. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

### 5.1. Da Avaliação Psicológica:

5.1.1. Será realizada a avaliação psicológica com os candidatos que tiverem realizado inscrição, de caráter eliminatório, no dia 08.07.2015, das 8 h às 12, na sala do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), sito a Rua Sete, 495, fundos, Centro.

5.1.2. No dia 10.07.2015 será divulgada a lista dos candidatos aprovados na avaliação psicológica, cujos candidatos terão prazo de 02 (dois) dias para recurso, o qual será analisado pela Comissão Especial Eleitoral.

5.1.3. Após análise dos recursos, no dia 15.07.2015 será publicado o resultado final da avaliação psicológica, com a divulgação dos candidatos aprovados.

### 5.2. Da prova:

5.2.1. O candidato deverá prestar prova preliminar de conhecimentos mínimos relativos ao cargo e atribuições, de caráter eliminatório, com 30 questões de múltipla escolha, valendo 0,5 cada questão, sendo que o candidato deverá obter nota igual ou superior a 6 (seis), aplicada pela empresa VIVER Desenvolvimento Profissional Ltda., contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá SC, a realizar-se no dia 21.07.2015, das 8 h às 10 h, tendo como local a escola estadual General Liberato Bittencourt, Avenida Tancredo Neves, 1081.

5.2.2. O candidato deverá estar no local das provas com 30 minutos de antecedência, portando carteira de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica preta ou azul.

5.2.3. O gabarito oficial será divulgado no dia 22.07.2015 no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), mural do CRAS e Câmara de Vereadores.

5.2.4. Os candidatos terão 05 (cinco) dias para apresentar recursos após a divulgação do gabarito.

5.3.5. A Comissão Especial Eleitoral analisará os recursos, divulgando o resultado final da prova escrita no dia 30.07.2015.

### 5.3. Da Publicação das Candidaturas:

5.3.1. A relação de candidatos com as inscrições deferidas será publicada no dia 03.08.2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), mural do CRAS e Câmara de Vereadores.

5.3.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 04 a 06.08.2015, no horário de 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h, no mesmo local das inscrições, sendo a prefeitura Municipal, das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h.

5.3.3. O candidato impugnado deverá apresentar defesa, de forma escrita, no período de 10 a 11.08.2015, das 8 h às 11 h e 30 e das 13 e 30 às 17 h no mesmo local das inscrições, sendo prefeitura Municipal, Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro.

5.3.4. A Comissão Especial Eleitoral analisará os pedidos no prazo de 03 (três) dias.

5.3.5. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas será publicado no dia 14.08.2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e site oficial [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e na imprensa local.

5.3.6. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

5.3.7. Apenas serão homologadas as inscrições dos candidatos que forem aprovados na prova e na avaliação psicológica.

### 5.5. Da Propaganda Eleitoral

5.5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes e será permitida a partir do dia 17.08.2015.

5.5.2. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado:

5.5.2.1. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou

vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

5.5.2.2. a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

5.5.2.3. na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, com ou sem a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor, incluindo jantares, almoços, bailes, churrascos, reuniões e afins;

5.5.2.4. a utilização de carros de som, alto-falantes, e quaisquer mecanismos de sonorização na campanha eleitoral, ficando sujeitos os responsáveis e os proprietários à apreensão dos equipamentos, nos termos do Código de Processo Penal.

5.5.3. É admitida a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do candidato, que fará constar seu CPF em todas as unidades distribuídas, bem como a tiragem.

5.5.4. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral de qualquer forma, sendo inclusive vedada a denominada "boca de urna", bem como o transporte de eleitores.

5.5.5. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.5.6. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

5.5.7. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.5.8. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.5.9. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço.

### 5.6. Da Eleição:

5.6.1. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 8 h às 17 h, sem intervalo para o almoço, tendo como local a escola estadual General Liberato Bittencourt, Avenida Tancredo Neves, 1081.

5.6.2. A eleição será fiscalizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como pelo Ministério Público da Comarca e/ou por outros fiscais por estes indicados.

5.6.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

5.6.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título eleitoral e a carteira de identidade ou outro documento oficial com foto.

5.6.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

5.6.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

5.6.7. O eleitor votará uma única vez em uma única candidatura na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 5.7. Do Voto:



5.7.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

5.7.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município, em listagem disponibilizada pela Justiça Eleitoral da Comarca.

5.7.3. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada antecipadamente pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina inviolável.

5.7.4. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

#### 5.8. Da Cédula Oficial

5.8.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação dos números e nomes dos candidatos, para que o eleitor indique apenas um dentre todos.

5.8.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

5.8.3. É vedado utilizar apelidos que façam alusão a órgãos públicos.

5.8.4. O número do candidato e a ordem de colocação na cédula eleitoral serão feitos por sorteio, em reunião própria entre a Comissão Especial Eleitoral e os candidatos e constará de ata, a realizar-se no dia 17.08.2015, às 13h30m, na Escola Estadual General Liberato Bittencourt, Avenida Tancredo Neves, n. 1081.

5.8.5. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 5.9. Das Mesas Receptoras

5.9.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.9.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.9.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

5.9.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

5.9.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

5.9.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Eleitoral.

5.9.7. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

5.9.8. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

5.9.9. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

#### 5.10. Da Apuração

5.10.1. A apuração dar-se-á na escola estadual General Liberato Bittencourt, Avenida Tancredo Neves, 1081, com a presença do

representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral, logo após o término da eleição.

5.10.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 horas.

5.10.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

5.10.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

5.10.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares e os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

5.8.6. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

#### 5.11. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

5.11.1. O resultado da eleição será publicado no dia 05.10.2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), mural do CRAS e Câmara de Vereadores, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

5.11.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.11.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

5.11.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

5.11.5. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

#### 6. Da Capacitação:

6.1. Os candidatos eleitos, titulares ou suplentes, serão convocados para a formação, com carga horária de 40 (quarenta) horas, em data a ser definida posteriormente, no período que antecede a posse.

#### 7. Disposições Finais

7.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2.250/12 atualizada, sem prejuízo das demais leis afetas.

7.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

7.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

7.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

7.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.7. É responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo

eleitoral.

7.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

7.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

7.10. Todo o processo de eleição obedecerá à legislação eleitoral vigente.

7.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itá, SC, 02 de abril de 2015  
Romeu de Oliveira  
Presidente CMDCA

#### ANEXO I Do calendário:

Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para realização do processo de escolha, sendo:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL	HORÁRIO
02.04.2015	Publicação do edital 001/2015	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	16 h
06.04.2015 a 03.06.2015	Inscrições e entrega de documentos dos candidatos e candidatas	Prefeitura Municipal, sita a Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100	Das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h
08.06.2015	Análise das inscrições pela Comissão Especial	CRAS – Rua Sete de Setembro, 495, fundos, Centro	9 h
08.06.2015	Divulgação das inscrições pré-deferidas	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	16 h
15 a 19.06.2015	Prazo para impugnação de candidaturas	Prefeitura Municipal, sita a Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100	Das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h
22 a 26.06.2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	Endereços fornecidos pelos candidatos	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
29 e 30.06.2015 a 03.07.2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	Prefeitura Municipal, sita a Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
06.07.2015	Análise dos pedidos de impugnação e defesas pela comissão especial	CRAS – Rua Sete, 495, fundos, Centro	9 h
06.07.2015	Divulgação das inscrições deferidas, aptas a participar da capacitação prévia, da prova de conhecimento e avaliação psicológica	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h
08.07.2015	Avaliação Psicológica	CRAS – Rua Sete, 495, fundos, Centro	8 h às 12
10.07.2015	Divulgação Aprovados na Avaliação Psicológica	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h
13 e 14.07.2015	Recurso do Resultado da Avaliação Psicológica	Prefeitura Municipal, sita a Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100	Das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h
15.07.2015	Divulgação Final da Avaliação Psicológica após recursos	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h
21.07.2015	Prova Escrita	Escola Estadual General Liberato Bittencourt, Avenida Tancredo Neves, 1081.	8 h às 10 h
22.07.2015	Divulgação Gabarito	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h
23 à 27.07.2015	Prazo Para Recurso das Questões e Gabarito	Prefeitura Municipal, sita a Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100	Das 8 h às 11 h e 30 e das 13 h e 30 às 17 h
30.07.2015	Divulgando o resultado final da prova escrita	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h
03.08.2015	Publicação da Relação das Inscrições Deferidas	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial <a href="http://www.ita.sc.gov.br">www.ita.sc.gov.br</a> , mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h



17.08.2015	Reunião da Comissão Especial Eleitoral, com candidatos e representante da VI-VER Desenvolvimento Profissional Ltda., para repasse de orientações a fim de dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos e sorteio dos números e ordem na cédula de votação.	Escola Estadual General Liberato Bittencourt, Avenida Tancredo Neves, 1081.	13 h e 30
04.10.2015	Processo de escolha (votação)	Escola Estadual General Liberato Bittencourt, sita a Av. Tancredo Neves nº1081	8 h às 17 h sem intervalo para almoço
05.10.2015	Divulgação dos resultados	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial www.ita.sc.gov.br, mural do CRAS e Câmara de Vereadores	9 h
De 06 a 08.10.2015	Denúncias de irregularidades durante o processo de escolha	No local da votação ou no local das inscrições, Prefeitura Municipal, sita a Pça Dr Aldo Ivo Stumpf, 100	8 h às 11 h e 30 e 13 h e 30 às 16 h e 30
09.10.2015	Análise das denúncias pela Comissão Especial	CRAS – Rua Sete, 495, fundos, Centro	9 h
09.10.2015	Divulgação definitiva dos resultados	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, site oficial www.ita.sc.gov.br, mural do CRAS e Câmara de Vereadores	14 h
De Outubro a dezembro de 2015	Capacitação obrigatória com carga horária mínima de 40 horas para os titulares e suplentes eleitos, facultativa para os conselheiros de direitos e outros profissionais interessados.	A definir	A definir
10.01.2016	Posse dos conselheiros tutelares	Gabinete do Executivo	8 h

## ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO E DE INFORMÁTICA

### Conhecimentos Específicos:

Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Título I, IV, V

Livro II, título I e II, IV, V

## ANEXO III (FICHA/REQUERIMENTO)

### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu \_\_\_\_\_ brasileiro (a), estado civil \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_ Portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_  
 Residente e domiciliado (a) na rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Telefone . \_\_\_\_\_  
 e-mail \_\_\_\_\_  
 em Itá, SC, venho através de o presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar, conforme Edital 001/2015 do CMDCA.

Juntamente com este requerimento, declaro e entrego toda documentação solicitada no edital.

Itá, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do requerente

## ANEXO IV

### FICHA DE INSCRIÇÃO/REQUERIMENTO

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Profissão:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	
Sexo:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	

Endereço: rua, n.º e bairro	
Telefone(s):	
Escolaridade:	
Data:	
Assinatura	

Declaro sob as penas da lei que as informações acima são verdadeiras. Declaro, ainda, aceitar as condições do presente Edital .

**PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2016/2020**  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Carteira de Identidade:	
Local, data e hora do curso prévio e avaliação psicológica	Avaliação Psicológica Data: 08.07.2015 – das 8 h às 12 h Local: CRAS – Rua Sete, 495, fundos, Centro
Local, data e hora das provas:	Prova de conhecimento Data: 21.07.2015 das 8 h às 10 h Local: Escola Estadual General Liberato Bittencourt, Av. Tancredo Neves, 1081.

Este comprovante deverá ser apresentado no dia das provas juntamente com a Carteira de Identidade

Responsável pela Inscrição

**ANEXO V - ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - Fiscalizar serviços, programas ou entidades de atendimento a criança e ao adolescente.

**Itaiópolis****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****RESULTADO DE LICITAÇÃO**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-POLIS/SC

Pregão Presencial nº 05/2015. Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresas vencedoras: Otavio varvenczack - ME, Valor R\$ 476,26; Máxima Papelaria Eireli, Valor R\$ 4.979,90; Papelaria São Bento Ltda - EPP, Valor R\$ 16.054,50; Solo Comercial Ltda, Valor R\$ 550,71; Luiz Minioli Netto - EPP, Valor 25.919,40; Enia do Rocio Mendes de Moura - ME, Valor R\$ 2.210,85 e Blunac Distribuidora Eireli - ME, Valor R\$ 125,00. Vigência: 31 de março de 2016. Itaiópolis, 02 de abril de 2015, Liandra Teresinha Koppe - Administradora Hospitalar.

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

Resultado de Licitação Nº 11/2015. Objeto: Registro de Preços para aquisição de troca de filtro de óleo, filtro de ar, óleo do motor e filtro de combustível para os carros que compõem a frota da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Auto Posto Irmão Linzmeier Ltda - EPP. Valor: R\$ 27.852,80. Vigência: 01 de abril de 2016. Itaiópolis, 02/04/2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

**Itapiranga****PREFEITURA****DISPENSA Nº 75/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 75/2015

Dispensa de Licitação nº 75/2015

Partes: Município de Itapiranga e Shark Máquinas para Construção Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças, do Rolo Compactador Muller VAP 70, a disposição da Secretaria da Agricultura, desta municipalidade.

Valor Contratado: R\$ 3.365,20

Fundamento: Inciso XVII artigo 24, da Lei nº8.666/93.

Vigência: 180 dias

Itapiranga - SC., 01 de abril de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### **CMDCA: COMISSÃO DE ELEIÇÃO - EDITAL Nº 022/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPOÁ - SC

COMISSÃO DE ELEIÇÃO

Edital nº 22/2015

Faz-se público que este Conselho determinou na forma deste edital, que fosse realizado processo para Eleição do Conselho Tutelar, de acordo com as seguintes regulamentações:

1º O processo para Eleição do Conselho Tutelar será regido na forma apresentada pelo presente edital, Pela Lei Federal nº 12.696, pela Lei Federal nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170 do CONANDA e no artigo 25º a Lei Municipal nº 182 de 2008;

2º O presente processo eletivo será realizado por este Conselho e dirigido por uma Comissão Eleitoral, constituída por 04 (quatro) integrantes, nomeados por este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA em fiscalizado pelo Ministério Público, conforme os termos do artigo 139 na Lei Federal nº 8069/90.

3º Este processo definirá 05 (cinco) conselheiros titulares que assumirão o cargo em 10 de janeiro de 2016. Além destes, todos os outros eleitos serão considerados suplentes, com mandato até as próximas eleições em 2019. Considerar-se-ão eleitos os candidatos que cumprirem todas as etapas de que trata o item 5º deste edital.

4º Os conselheiros tutelares cumprirão carga horária de quarenta horas semanais de trabalho, incluído expediente normal e plantão.

5º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante, e estabelecerá presunção de idoneidade moral. O exercício da função do Conselheiro Tutelar será de dedicação exclusiva na forma da lei, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada. Os membros do Conselho Tutelar receberão subsídio mensal, conforme caput que corresponderá ao nível VI - A do anexo V da Lei Municipal nº 155/2003. Os subsídios atribuídos aos conselheiros não geram direitos trabalhistas com a Prefeitura Municipal de Itapoá (SC), com o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente ou com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente sendo devidas, unicamente, as vantagens de ordem remuneratória estabelecidas em lei. Fica concedido aos conselheiros tutelares de Itapoá, titulares e em efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

I - cobertura previdenciária, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, salvo em se tratando de servidor do quadro permanente do Município, o qual ficará licenciado, conforme estatuto dos servidores de Itapoá e vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social - IPESI;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um meio do subsídio mensal, podendo ser convertida um terço em abono pecuniário, desde que requeira com trinta dias de antecedência de seu início;

III - licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - gratificação natalina, podendo requerer 50% do valor por ocasião das férias anuais, conforme estatuto dos servidores públicos municipais;

VI - vale alimentação no mesmo valor e condições concedidos aos servidores públicos municipais;

VII - vale transporte, conforme estatuto dos servidores públicos municipais;

VIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário, exceto o horário cumprido no regime de plantão;

X - diárias no mesmo valor e condições concedidas aos servidores públicos municipais;

XI - adicional de sobreaviso, conforme estatuto dos servidores públicos municipais;

XII - Adicional noturno conforme estatuto dos servidores públicos municipais;

XIII - licença para tratamento de saúde, conforme estatuto dos servidores públicos municipais.

Nas ausências do titular do cargo, previstas na lei, será convocado o suplente, que receberá subsídio proporcional aos dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo na remuneração do titular.

6º O processo de eleição dar-se-á em 03 (três) etapas, a saber: registro de candidatura, onde somente serão validadas as candidaturas que apresentarem os documentos exigidos nos itens 8º e 9º, realização de provas, onde, serão aprovados os candidatos que obtiverem média mínima de 6,0 pontos, e eleição propriamente dita. O processo eleitoral finalizado, considerará como devidamente eleito, os 05 (cinco) primeiros candidatos que obtiverem as maiores votações, sendo os demais, pela ordem de classificação, suplentes.

7º Quanto ao registro de candidatura:

O prazo de inscrição será de 06 de abril de 2015 a 22 de maio de 2015. Das 08:00 às 12:00 horas em dias úteis, na sede do CMDCA, na Rua do Príncipe, nº2169, Jardim Pérola do Atlântico.

8º O interessado deverá ser de reconhecida idoneidade moral, ter idade superior a 21 (vinte e um) anos de idade e residir no Município;

9º O interessado deverá entregar à secretária do CMDCA, na Rua do Príncipe, nº2169, Jardim Pérola do Atlântico, para inscrição as cópias e apresentar os originais dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade;

b. CPF;

c. Título de Eleitor;

d. Comprovante de residência no município de Itapoá;

e. Comprovante de efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão, de mínimo 02 (dois) anos, atestado pelo Ministério Público, pelo Juizado da Infância e da Juventude ou por entidade cadastrada no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, ou Conselho Municipal dos Direitos da Cidadania contra às Discriminações e Violência, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher ou ainda outro conselho que se equipare aos elencados;

f. Comprovante de conclusão do Ensino Médio ou Técnico correspondente;

g. Comprovante de não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos termos do que dispõe a lei própria, adquirido no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapoá;

h. Preenchimento da ficha de inscrição disponível na sede do CMDCA nos dias e horários estabelecidos neste edital.

i. Atestado de possuir condições psicológicas e capacidade de lidar com conflitos sócio-familiares atinentes ao cargo, emitido por psicólogo habilitado, à escolha do candidato.

10º A Comissão Eleitoral irá indeferir as inscrições, que não apresentarem todos os documentos solicitados, bem como sua veracidade e atendidos todos os demais requisitos constantes neste edital.

11º A Comissão Eleitoral indeferirá o registro de candidatura que deixar de preencher todos os requisitos constantes neste edital.

12º O período para análise do registro das candidaturas será do dia 25 de maio a 27 de maio de 2015.

13º Indeferido o registro, o candidato será notificado até o dia 27 de maio de 2015 para, querendo, no período de 28 de maio a 03 de junho de 2015 das 8:00 às 12:00 horas, apresentar recurso à Comissão na sede da secretaria do CMDCA situada na Rua do Príncipe, nº2169, Jardim Pérola do Atlântico.

14º A comissão eleitoral terá do dia 05 de junho a 11 de junho para responder o recurso do candidato através de ofício;

15º Indeferido o recurso, o candidato poderá interpor novo recurso ao CMDCA no prazo de 12 de junho a 18 de junho de 2015.

16º O candidato poderá registrar um apelido.

17º Após o deferimento do registro das candidaturas, a Comissão Eleitoral fará publicar a lista dos candidatos em data de 27 de maio de 2015 em ordem alfabética que irá gerar uma numeração e comprovante de inscrição que estará disponível com a secretária na sede do CMDCA até o dia 31 de julho de 2015.

18º O candidato poderá ser impugnado por qualquer cidadão, através de manifestação escrita com a devida comprovação e encaminhada à comissão eleitoral.

19º Constitui-se caso de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício de conselheiro tutelar prevista na legislação em vigor - ECA art. 140.

20º Os pedidos de impugnações de candidaturas deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação da relação dos candidatos que tiveram as inscrições deferidas. Período compreendido entre os dias 26 de junho a 02 de julho de 2015, das 8:00 às 12:00 horas, na sede do CMDCA. Os candidatos impugnados tomarão conhecimento da impugnação em 03 de julho, por meio de edital afixado na sede do CMDCA e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Itapoá.

21º Aos candidatos impugnados dar-se-á o direito de defesa, que deverá ser apresentada em 05 (cinco) dias úteis, no período compreendido entre 06 de julho a 10 de julho de 2015, das 8:00 às 12:00 horas, na sede do CMDCA.

22º A Comissão Eleitoral avaliará a impugnação, no período de 13 de julho a 17 de julho de 2015, e notificará o impugnante e o candidato da sua decisão, em 17 de julho de 2015, por meio de edital afixado na sede do CMDCA e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Itapoá.

23º Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao CMDCA, que deverá ser apresentado em 05 (cinco) dias úteis contados da notificação da decisão. Período de 20 de julho a 24 de julho de 2015, das 8:00 às 12:00 horas, na sede do CMDCA.

24º O CMDCA analisará os recursos em 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão (período entre 27 de julho a 31 de julho de 2015) e, fará publicar os resultados em 31 de julho de 2015, por meio de edital a ser afixado na sede do CMDCA e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Itapoá.

25º Quanto à realização das provas:

A. Para elaboração, realização, aferição da nota e correção da prova, o CMDCA constituirá Banca Examinadora composta por 03 (três) examinadores, com comprovado conhecimento e vivência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

B. A prova ocorrerá no dia 09 de agosto de 2015 - domingo, pontualmente às 8:00 horas com término às 12:00 horas, local a ser divulgado.

C. O candidato deverá apresentar-se com, no mínimo, 10 minutos de antecedência, aos locais de prova, para evitar atraso e perda da prova, munido de documentos com foto e caneta esferográfica azul, RG e comprovante de inscrição. Fica vetado o uso de canetas de outra cor que não azul, sob pena de anulação da prova.

D. As provas serão compostas por 08 (oito) questões de múltipla escolha valendo 0,5 (meio ponto), por 03 (três) questões discursivas valendo 1,5 (um ponto e meio), e 01 (um) estudo de caso valendo 1,5 (um ponto e meio). Abordarão todo o conteúdo dos dispositivos legais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

E. Os examinadores atribuirão notas de 0,5 (meio ponto) a 10 (dez) aos candidatos, avaliando conhecimento e discernimento para realização das questões apresentadas. Bem como nas provas descritivas, avaliação na coerência das respostas e interpretação da questão formulada.

F. A prova será constituída de questões de conhecimento do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, referentes à análise de casos envolvendo medidas de proteção relativas ao exercício da função de Conselheiro Tutelar. Além de outras questões teóricas envolvendo os interesses da criança e do adolescente e notório conhecimento sobre o exercício da função de conselheiro tutelar.

G. Considerar-se-á apto o candidato que atingir a média mínima de 06 (seis) pontos, obtida pela média aritmética da soma das notas atribuídas pela Banca Examinadora, as provas serão identificadas pelo nº de inscrição do candidato. Os candidatos que não obtiverem a média mínima serão considerados reprovados para a etapa seguinte. Em caso de não se atingir número necessário para provimento das vagas, após as provas, haverá novo processo eletivo com mesmas etapas aqui descritas.

H. O resultado será publicado na data de 17 de agosto de 2015.

I. Da decisão dos examinadores (resultado da prova) cabe recurso devidamente fundamentado ao CMDCA, a ser apresentado em 03 (três) dias úteis, da homologação dos resultados. Período de 18 de agosto a 24 de agosto de 2015, das 8:00 às 12:00 horas, na sede do CMDCA).

J. O CMDCA analisará os recursos no período de 25 de agosto a 31 de agosto de 2015 e fará publicar o resultado e a lista final dos candidatos aprovados em 31 de agosto de 2015.

K. Os recursos avaliarão apenas questões relativas ao conteúdo das provas, não sendo aceito qualquer outro tipo de manifestação que venham a extrapolar o âmbito legal do que prevê este edital.

26º Quanto da eleição:



1. Para a realização da campanha eleitoral os candidatos deverão ater-se às regras estabelecidas pelo CMDCA, que serão publicadas em 01 de setembro de 2015, quando ficará aberto o prazo para a realização da campanha eleitoral. Período de 02 de setembro a 02 de outubro de 2015.

2. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 (domingo), em todas as sessões eleitorais de Itapoá: Escola Municipal Euclides Emídio da Silva - Barra do Saí; Escola Municipal Frei Valentim - Itapoá; Escola Municipal João Monteiro Cabral - Pontal; Escola Municipal Alberto Speck - Sai Mirim; Escola Municipal Monteiro Lobato - Samambaia e Colégio Estadual Nereu Ramos - Itapema do Norte, no horário das 08h30m às 12h00h.

3. O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato entre aqueles que concorrerão ao pleito.

- a. Será considerado nulo o voto que indicar mais de 01(um) candidato;
- b. Será considerado em branco o voto que não indicar qualquer dos candidatos;

4. Cada candidato poderá credenciar 01(um) fiscal para atuar mesa receptora de votos e 01(um) fiscal na apuração do sufrágio, podendo ser a mesma pessoa, sendo vedada a presença do candidato juntamente com o fiscal.

a. O prazo de credenciamento dos fiscais será de 03(três) dias a contar da publicação dos candidatos, período de 12, 13, e 14 de Agosto de 2013;

b. O fiscal representará o candidato em toda a apuração sendo vedada a presença de pessoa não credenciada, inclusive candidatos, no recinto destinado a apuração.

c. Os fiscais deverão portar crachá de identificação com foto. Os fiscais que não estiverem identificados serão retirados do recinto.

5. Nas mesas receptoras dos votos, será permitida a fiscalização da votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto a identidade do eleitor, devendo tudo ser registrado em ata.

6. A apuração dar-se-á a partir das 14h00 do dia da eleição (04 de outubro de 2015), ou seja, 02(duas) horas após do término da eleição, nas dependências do Fórum da cidade de Itapoá.

7. Toda a apuração terá fiscalização da Junta Eleitoral ou Comissão Eleitoral, quando for o caso, para decisão quanto a impugnação de votos ou urnas:

a. As urnas deverão permanecer lacradas pela Junta Eleitoral e os fiscais indicados para apuração, se assim estes o desejarem.

b. Antes do início da contagem dos votos, a Junta Eleitoral resolverá as impugnações constantes nas atas, apresentadas junto à mesa receptora dos votos.

c. Cabe impugnação da urna somente no caso de indício e comprovação da sua violação.

8. A Junta Eleitoral expedirá boletim correspondente a cada urna apurada em sua escola, contendo o número de votantes as sessões eleitorais correspondentes o local que funcionou a mesa receptora de votos, bem como o número de votos brancos, nulos e válidos.

a. O resultado será afixado nas escolas, Postos de Saúde e no site da PMI.

9. Encerrada a apuração de cada escola, as Juntas Eleitorais entregarão o resultado e o material respectivo à Comissão Eleitoral:

a. Após as urnas serem apuradas e devidamente lacradas não poderão, em hipótese alguma serem novamente abertas.

10. A Comissão Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração, publicará edital dando conhecimento do resultado do pleito, conforme item 07 letra a, em 04 de outubro de 2015 (domingo).

11. O resultado oficial da eleição será divulgado no dia 05 de outubro de 2015, sendo publicado nas escolas, postos de saúde, sede do CMDCA, sede do Conselho Tutelar;

12. Do resultado final, cabe recurso ao Ministério Público, o qual deverá ser apresentado em 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação oficial (período de 06 de outubro a 08 de outubro de 2015).

a. O recurso deverá ser feito por escrito e devidamente fundamentado.

b. O Ministério Público decidirá sobre os recursos apresentados no período de 09 de outubro a 16 de outubro de 2015.

13. Na hipótese de empate no número de votos entre candidatos será considerado melhor classificado aquele que tiver respectivamente, a melhor nota na prova de conhecimentos e a maior idade.

14. Os funcionários públicos municipais que atuarem como mesários e/ou escrutinadores terão um dia de folga, que deverá ser utilizado até o mês subsequente, observado o interesse do serviço.

15. Considerando que o escrutínio será realizado na presença dos candidatos ou de seu representante credenciado (fiscal), da Comissão Eleitoral, do CMDCA, e do Promotor Público, caberá recurso ou solicitação de recontagem de votos somente ao Ministério Público em até 03(três) dias úteis.

16. Decorrido o prazo previsto, será publicado pelo CMDCA a relação oficial dos candidatos eleitos na data 19 de outubro de 2015.

17. As despesas decorrentes da execução deste processo eleitoral, correrão por conta de dotação orçamentária própria, da chefia do Gabinete do Prefeito. (Lei nº 182 de 2008).

#### 27º Da Propaganda Eleitoral:

1. A propaganda eleitoral somente será permitida após a homologação do registro das candidaturas aptas nas provas seletivas. Período de 02 de setembro a 02 de outubro de 2015.

2. Todas as questões de propaganda eleitoral devem ser feitas de acordo com as informações expostas na reunião do dia 01 de setembro de 2015.

#### 28º Da Posse:

1. A posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016 na sede do CMDCA de Itapoá, às 08h30.

#### 29º Das Disposições finais:

1. As dúvidas ao presente edital serão dirimidas de acordo com a legislação vigente e se necessário julgadas pelo CMDCA e ou Ministério Público.

2. Este edital será amplamente divulgado pelos meios de



comunicação disponíveis no município, na Prefeitura Municipal, nas Escolas Públicas, Postos de Saúde, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal da Assistência Social, Câmara de Vereadores, Fórum da Comarca de Itapoá, Cartórios Extrajudiciais além de outros locais de grande fluxo de pessoas.

Itapoá, 02 de abril de 2015.  
Margarida Aparecida Gonçalves Haas  
Presidente CDMCA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015  
PROCESSO Nº 36/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 17 de abril de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria de Saúde, Unidades básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs, Centro de Reabilitação, Centro de Bem Estar Animal e o Conselho Municipal de Saúde, conforme especificações Constantes no Anexo V e VI do Edital, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 01 de abril de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ANGELO GRASSI  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

### **ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2015**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2015

PREGÃO Nº 13/2015 - PROCESSO Nº 25/2015

OBJETO: Aquisição de telas alambrado revestido com PVC para manutenção e reforma do campo municipal, onde esta localizada a sede da Secretaria de Esporte e Lazer, conforme especificações constantes no anexo V do edital.

O Município de Itapoá faz as seguintes considerações ao Processo em Epígrafe:

AONDE LÊ-SE

- Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2015 - PROCESSO Nº16/2015.

PASSA A VIGORAR:

- Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N º13/2015 - PROCESSO Nº 25/2015.

Itapoá, 02 de abril de 2015.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015  
PROCESSO Nº 37/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 11h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:30min do dia 16 de abril de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 01 de abril de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO Nº 21/2015  
PROCESSO Nº 37/2015

OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - PROCESSO Nº 37/2015 - Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2015.

**PREÂMBULO**

Modalidade: PRESENCIAL
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Data Abertura: 16/04/2015.
Horas: 11h:00min entrega de envelopes
Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SALA LICITAÇÕES E CONTRATOS.

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA, designada pelo Decreto nº 2388/2015 de 26/02/2015, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, destinada ao recebimento de propostas para Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que regulamentam o art. 37, inc. XXXI da Constituição Federal de 1988.

**1. DO OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1. Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

1.2. Informações sobre especificações técnicas do objeto disponíveis para averiguação: Secretaria de Saúde, telefone (47) 3443-8800, das 08h às 14h.

1.3. É de responsabilidade da licitante interessada o acompanhamento do processo pelo site: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), até a data de divulgação do resultado da sessão pública, não se aceitando desconhecimento de publicações pertinentes.

1.4. As sessões públicas deste Pregão ocorrerão na sala da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, em Itapoá (SC), nas seguintes datas e horários:

1.4.1. Impreterivelmente até às 11h00min do dia 16/04/2015, para recebimento e protocolo no órgão tributário da Prefeitura de Itapoá dos envelopes nº 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), nº 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4.2. Às 11h:30min do dia 16/04/2015, exclusivamente para o credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

1.5. Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo no que importará em desclassificação para o certame.

1.6. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), link "pregão", e o extrato do edital na imprensa Oficial do Município site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

**2. PEDIDO E ENTREGA DO OBJETO**

2.1. A empresa vencedora deverá fornecer o objeto licitado pelo município não podendo estipular em sua proposta de preço, cotas mínimas ou máximas, para remessa do objeto, respeitadas as quantidades mínimas de transporte inerentes ao objeto do presente processo licitatório.

2.2. A entrega do objeto dar-se-á após a assinatura do contrato

e da ordem de entrega emitida pela Secretaria de Saúde em 30 (trinta) dias corridos.

2.3. O Contratante poderá determinar a substituição do objeto devido a danos causados pelo transporte, defeitos de fabricação, má fé do fornecedor, qualquer fato que comprometa a integridade do produto, ou desatendimento às especificações técnicas contratuais, desde que devidamente comprovados, devendo ser substituído em até 36 (trinta e seis) horas, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

2.4. Todas as despesas inerentes ao cumprimento do disposto neste Edital são de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, tais como: instalação, montagem, transporte, taxas e impostos, encargos e benefícios trabalhistas, eventuais danos e/ou prejuízos que venha a causar à Contratada ou a terceiros.

2.5. A Prefeitura Municipal de Itapoá não tem responsabilidade direta, indireta ou solidária em qualquer ônus que a licitante venha a incorrer no cumprimento do contrato decorrente deste processo licitatório.

**3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Saúde	282	14	001	010	301	013	2113	10201	44905206

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto, e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e empresas especificamente enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

4.2. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;

4.4.2. Aquelas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública;

4.5. Nos termos do art. 47, e art. 48, I, da Lei complementar nº 147/2014, fica este edital condicionado unicamente a participação de Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

**5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, as empresas participantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira com apenas um representante legal, o qual deverá estar munido da sua carteira de identidade (RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional) e dos documentos abaixo relacionados.

5.1.1. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos documentos abaixo, no seu prazo de validade e na abrangência de seu objeto:

a) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa (todos os documentos relacionados abaixo deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada):

a.1) Pela Empresa Comercial: o contrato social vigente, com a alteração anterior, se houver; ou

a.2) Pela Sociedade Civil: a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado; ou

a.3) Pela Sociedade Anônima: a Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal; ou

a.4) As Firmas Individuais: o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

b) Se representante legal:

b.1) Procuração (pública ou particular) da licitante, com poderes para que o procurador possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, COM FIRMA RECONHECIDA, anexando o original ou cópia autenticada de um dos documentos citados na alínea "a" ("a.1" a "a.4"), que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa; ou,

b.2) documento equivalente (Termo de Credenciamento - Anexo I) da licitante, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, COM FIRMA RECONHECIDA, anexando o original ou cópia autenticada de um dos documentos citados na alínea "a" ("a.1" a "a.4"), que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa.

5.1.2. Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II.

5.1.3. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, na forma do Anexo III.

5.1.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal limitado a 02 (dois) dias úteis e ter preferência no critério de desempate no julgamento das propostas, nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, DECLARAÇÃO que estão enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte (conforme o caso) juntamente com a Certidão da Junta Comercial que comprove a situação, para que exerçam a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços, conforme modelo ANEXO VII.

5.1.4.1. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e uma vez declarada vencedora do certame (Art. 43 § 1º), terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.4.1.1. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação (Art.42 § 2º), sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

5.2. Disposições gerais sobre o Credenciamento:

5.2.1. NÃO SERÃO AUTÊNTICADOS DOCUMENTOS NO ATO DA SESSÃO.

5.2.2. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e última alteração, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

5.2.3. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.2.4. Será desconsiderado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação".

5.2.5. A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar na forma estabelecida, sob pena de não aceitação da proposta, um 3º (terceiro) envelope, intitulado "CREDENCIAMENTO" contendo os documentos descritos nos itens 3.1.1, alíneas "a.1" a "a.4" e as Declarações que tratam os itens 3.1.2. e 3.1.3 (Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II e Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, na forma do Anexo III) contendo a mesma apresentação descrita na cláusula 6.1. deste edital.

5.2.6. Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a procuração (Pública ou Particular) ou o documento de credenciamento (Anexo I), a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste Pregão, sendo a empresa desclassificada na fase de "Credenciamento".

5.2.7. Somente as licitantes que atenderem aos requisitos dos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar, após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata da sessão pública, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da licitante.

5.2.8. O representante legal da licitante que não se credenciar perante a Pregoeira ficará impedido de participar da fase de lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos e de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativa a este Pregão.

5.2.8.1. Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração da maior oferta.

5.2.9. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerará-se que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro, ficando tácita sua concordância com os registros lançados na Ata.

5.2.10. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras licitantes mesmo com envelopes protocolados no prazo.

5.3. Somente em razão de interesse público poderá ocorrer à hipótese de aceitabilidade de recebimento de credenciamento de propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

5.4. Não será permitido o uso do telefone celular ou qualquer outro meio de comunicação no momento da sessão de lances, haja vista que se exige do representante da empresa poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame; desta forma deverão vir os representantes munidos com seus Lances Mínimos. Para maior agilidade da sessão de Lances.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. As licitantes deverão entregar os dois envelopes, devidamente fechados e identificados, até às 11h00min do dia 16/04/2015 diretamente no Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura M. de Itapoá, ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1: PREGÃO Presencial nº 21/2015 - Processo nº 37/2015 - OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

Prefeitura Municipal de Itapoá/SC

"PROPOSTA DE PREÇO"

(Razão Social da licitante)

CNPJ/MF:

ENVELOPE 1: PREGÃO Presencial nº 21/2015 - Processo nº 37/2015 - OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

Prefeitura Municipal de Itapoá/SC

"HABILITAÇÃO"

(Razão Social da licitante)

CNPJ/MF:

6.2. NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a licitante apresentará os documentos, conforme solicitado abaixo:

6.3. ANEXO V "TERMO DE REFERÊNCIA/PROPOSTA DE PREÇO" deverá:

a) Contemplar o valor unitário inicial do item em que a licitante



participe, utilizando o modelo do anexo ou reproduzindo-o com fidelidade e com preenchimento dos dados por datilografia, impresso via microcomputador, ou manuscrito redigido com clareza, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datado, assinado e rubricado em todas as folhas pelo representante legal da licitante, contendo, em obediência à Lei Federal nº 9.069/95, os preços em moeda corrente nacional utilizando duas casas decimais, sendo permitido até quatro casas decimais quando o valor do lance inicial for inferior a R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

b) No preço ofertado deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas que, diretas ou indiretas, incidam ou venham a incidir à empresa para o competente cumprimento do estabelecido neste Edital e contrato decorrente, sejam quais forem, constituindo assim o valor proposto, e sua eventual alteração através do processo licitatório, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

c) Quaisquer custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicional.

#### 6.4 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - DETALHAMENTO DE MÓVEIS deverá:

a) Contemplar o valor unitário e total para cada item, devidamente datado, assinado e rubricado em todas as folhas pelo representante legal da licitante.

6.5 NO ENVELOPE 2, "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

6.6 A habilitação da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados para verificação de sua regularidade, com validade vigente se for o caso, e que passarão a compor o processo licitatório, devendo ser apresentados no documento original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada via Cartório ou na Prefeitura Municipal de Itapoá (por funcionário credenciado), ou ainda, quando publicados em órgão da imprensa oficial (NÃO SERÃO AUTÊNTICADOS DOCUMENTOS NO ATO DA SESSÃO):

6.6.1 Documentação relativa à Habilitação Jurídica:

6.6.1.1. Pela empresa comercial o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores, ou a consolidação se houver;

6.6.1.2. Pela sociedade civil a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

6.6.1.3. Pela sociedade anônima a ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

6.6.1.4. As firmas individuais o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

6.6.1.5. Observação: As empresas que apresentarem o Contrato social, Estatuto, Ata de Assembleia, Registro ou Declaração de Firma individual, cédula de identidade e CPF, no ato do credenciamento ficam dispensados nesta fase.

6.6.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal:

6.6.2.1. Comprovação de inscrição no CNPJ

6.6.2.2. Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

6.6.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

6.6.2.4. Certidão Negativa Municipal de Tributos, da sede da empresa licitante;

6.6.2.5. Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeitos de Negativa, da Seguridade Social (INSS);

6.6.2.6. Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.6.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho);

6.6.3. Documentação relativa à Qualificação Técnica:

6.6.3.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido o material compatível com o objeto desta licitação;

6.6.4. Documentação relativa à qualificação Econômico-Financeira:

6.6.4.1. Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, da sede da licitante;

6.6.5. Documentação relativa à Regularidade Jurídica:

6.6.5.1. Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal em atendimento ao Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

6.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.8 Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, e as certidões emitidas sem prazo de validade expresse, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anterior à data de abertura do Pregão.

6.9 O documento extraído via Internet, deverá ser apresentado no original, e será conferido junto ao site correspondente, ficando inabilitada a empresa licitante se comprovado informação incorreta.

6.10 Se a documentação de habilitação, da licitante vencedora do item, não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro a considerará inabilitada, podendo a mesma ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e poderá ser descredenciado no Sifcaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, considerando que através da Declaração de Habilitação (Anexo II) ela declarou estar devidamente habilitada para o certame.

#### 7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponde ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

7.1.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. É assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

7.3. Na modalidade "Pregão" entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada realizada por empresa de grande porte.

7.3.1. Para efeito do disposto no item 7.2., caracterizado o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentando proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, terá a adjudicação daquele objeto em seu favor;

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no item 7.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 7.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.3.3. O disposto neste item 7.3 será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## 7. DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1. Na data e horário designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira declarará aberta a sessão, anunciará as empresas que apresentaram os envelopes nº 1 (Proposta de Preços/Termo de Referência), e nº 2 (Documentos de Habilitação) e dará início à fase de verificação dos documentos, inabilitando as empresas que as apresentarem divergente do solicitado.

7.2. A proposta de preço (Anexo V - Termo de Referência/Proposta de Preços), após abertura do certame, é considerada imutável não sendo possível qualquer tipo de correção e/ou alteração em suas informações. Será feita a devida conferência e análise da sua conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos, sendo estas, na sequência, rubricadas pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes credenciadas.

7.3. Na análise das propostas de preços, será desclassificada a empresa que:

7.3.1. A tiver elaborado em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

7.3.2. Apresentar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

7.3.3. Apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem, baseada na proposta das demais licitantes.

7.4. A desclassificação da proposta da licitante importa sua preclusão na fase de lances verbais.

7.5. Definido a relação das licitantes credenciadas a Pregoeira fará divulgação verbal destas, lançando em ata.

7.6. Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço global.

7.7. A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço global, e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

7.8. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.7, serão classificadas as propostas subsequentes

que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos. (Inc. IX, art. 4º, da Lei 10.520/2002).

7.9. Na ocorrência de empate no valor ofertado, a ordem de lances será definida através de sorteio.

7.10. Às licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

7.11. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

7.12. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço, podendo a Pregoeira, quando a seu critério julgar necessário, determinar o valor mínimo aceitável de redução dos lances, de forma a evitar lances de valores ínfimos que implicariam em demasiado tempo para definição do licitante vencedor.

7.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do seu último preço para efeito de ordenação das propostas.

7.14. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.15. Encerrada a etapa de lances a Pregoeira aplicará as disposições legais previstas às microempresas e empresas de pequeno porte, verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os praticados no mercado, estimando-se este por meio do custo médio obtido com os orçamentos previamente realizados para compor o preço médio.

7.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com as licitantes vencedoras objetivando melhor preço.

7.17. Se, na negociação não for obtido preço compatível com o praticado no mercado, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada vencedora e, após encerramento do certame a Pregoeira consultará o titular da Secretaria responsável pela licitação, para que se manifeste formal e motivadamente sobre a adjudicação do item, pela Pregoeira que, juntamente com a Equipe de Apoio registrará a aceitação do item em nova ata.

7.18. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas inclusive na fase de amostras, a Pregoeira poderá fixar prazo de até oito dias úteis para a apresentação de novos documentos, eliminando-se as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

7.19. Não poderá haver desistência ou alteração de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções cabíveis.

7.20. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

7.21. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado a "posteriori" o objeto, em documento próprio, condicionada a adjudicação à apreciação dos recursos sobre a sessão pública que porventura sejam impetrados, e cumprimento das condições habilitatórias.

7.22. A Pregoeira, sempre que julgar necessário negociará diretamente com a licitante para obtenção de melhor preço.

7.23. Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, por razões fundamentadas, a Pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato as empresas licitantes presentes e credenciadas no certame, e será lavrada ata, a ser assinada por todos os presentes, relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

7.24. Encerrada a fase de lances e de habilitação lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, licitantes

credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo documentos das licitantes inabilitadas ficarão de posse da licitadora, que os devolverá após consecução do processo licitatório ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

7.25. O resultado final do certame será disponibilizado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e afixado no mural da Prefeitura Municipal de Itapoa, para intimação e conhecimento dos interessados.

#### 8. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

8.2. O recurso contra a decisão da Pregoeira deverá ser apresentado em original, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou que possua poderes para tal, sob protocolo no Setor de protocolo do Município, e importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos.

8.3. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, comunicando a empresa que recorreu, ou, se procedente o recurso a Pregoeira e a Equipe de Apoio providenciarão as correções necessárias através de nova ata, comunicando as empresas envolvidas na solução.

8.4. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de publicação na imprensa oficial do Município através do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ficará a cargo da licitante o seu acompanhamento. Quando for o caso também será publicada no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e para que nenhuma licitante ainda alegue desconhecimento poderá também a pedido do licitante ser enviada via e-mail.

8.5. A homologação da presente licitação compete ao Prefeito Municipal ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

#### 9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de abertura do Pregão, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição nos prazos previstos em lei.

9.2. Pedido de impugnação ao Edital deverá ser em original e formal, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou pessoa que comprove poderes para tal, e protocolado no Setor de protocolo do Município e endereçado ao Pregoeiro em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Se remetido via postal, com AR, deverá obedecer ao mesmo prazo. Será ignorado pedido de impugnação que não atenda ao prazo legal, ou que se fizer via fax, e-mail.

9.3. Acolhida à petição será cancelado o processo licitatório, com publicação de novo Edital com as correções necessárias, reiniciando o prazo legal, ou publicado "errata" do Edital com as adequações desde que o erro não afete a formulação das propostas através do Anexo V.

9.4. A solução do pedido de impugnação será comunicada ao requerente através de publicação na imprensa oficial do Município através da imprensa oficial do Município, site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ficará a cargo da licitante o seu acompanhamento. Quando for o caso também será publicada no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e mural da Prefeitura, e para que nenhuma licitante ainda alegue desconhecimento poderá também a pedido do licitante ser enviada via e-mail.

#### 10. DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

10.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do Contrato Administrativo decorrente deste processo

licitatório.

10.2. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

10.3. Homologada a licitação e assinado o Contrato Administrativo, a Adjudicatária fará entrega do produto conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com Nota fiscal eletrônica correspondente ao objeto.

10.4. O prazo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação e aceitação da nota fiscal eletrônica pelo fiscal do contrato.

10.5. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.6. Para efeito de emissão da nota fiscal eletrônica, esta deverá ser emitida em nome da "Prefeitura Municipal de Itapoa", Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Itapema do Norte, Itapoa (SC), C.N.P.J. nº 81.140.303/0001-01, constando no corpo da nota a expressão "Pregão 21/2015 - Processo nº 37/2015 - OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

#### 11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Se a Adjudicatária não celebrar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inconveniente na sessão pública, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, poderá sofrer sanção de advertência, suspensão temporária de participar em licitação ficando impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapoa, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. Além das penalidades citadas, a licitante/contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 e na minuta contratual em anexo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

11.3. O atraso injustificado na prestação dos serviços contratados sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor contratado.

11.4. Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

11.5. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital e seus Anexos, sujeitará a licitante às sanções legais cabíveis.

11.6. Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos ampla defesa e o contraditório à licitante, por período a ser estabelecido, antes que haja decisão definitiva da Prefeitura Municipal de Itapoa.

11.7. Acerca das multas a serem aplicadas à contratada, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo, posteriormente liberado em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento em caso de condenação na esfera administrativa.

#### 12. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 03 (três) dias a partir da notificação,



assinar o contrato, na forma do Anexo VI, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

12.2. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro a desclassificará, registrando na Ata pertinente, e convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação". Respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a(s) nova(s) adjudicatária(s) dos itens homologados à licitante desclassificada.

12.2.1. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

12.3. Fará parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

### 13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015. Sem correções neste período, e terá a CONTRATADA após a ordem de entrega o prazo de 30 (trinta) dias corridos para entrega do objeto.

13.2. A licitante vencedora deverá manter, na vigência do Contrato Administrativo, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem regularidade da Adjudicatária.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Empresas licitantes que retirarem o Edital através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), deverão, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte da Pregoeira, informar pelo fax (47) 3443-8828, os dados na forma do Anexo IV.

14.2. Antes de aberta a sessão pública da licitação, o presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela licitadora, no interesse público por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para início do certame aqui regulamentado.

14.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4. É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

14.5. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Itapóá, nos casos previstos em Lei e motivadamente, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte, bem como a sua homologação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

14.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

14.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte da execução do contrato, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Itapóá e, em sendo autorizado não existirá qualquer vínculo contratual ou de responsabilidade entre eventuais empresas subcontratadas e a Prefeitura, perante a qual a

única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Adjudicatária vencedora deste certame licitatório.

14.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local retro estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.11. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itapóá.

14.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.12.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

14.13. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos estabelecidos no § 1º do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.14. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar a licitante sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

14.15. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado a Pregoeira, por escrito e através do Protocolo Oficial do Município, no endereço: Rua Mariana Michels Borges, nº 187, em Itapóá (SC), ou pelo telefone (47) 3443-8800, ramal 203 e 215.

14.16. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Itapóá (SC), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

### 15. DOS ANEXOS

São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

15.1. Anexo I - Credenciamento;

15.2. Anexo II - Declaração de Habilitação;

15.3. Anexo III - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

15.4. Anexo IV - Recibo de Retirada do Edital (via Internet);

15.5. Anexo V - Termo de Referência/ Proposta de Preços;

15.6. Anexo VI - Minuta Contratual;

15.7. Anexo VII - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

15.8. Anexo VIII - Declaração de Vistoria ou Atestado de Visita Técnica.

Itapóá, 01 de abril de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ANGELO GRASSI  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

### ANEXO I - CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Itapóá

Rua Mariana Michels Borges, nº 201

Itapóá (SC)

**C R E D E N C I A M E N T O**

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

Na qualidade de responsável legal pela empresa acima qualificada credenciamos o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade com RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº \_\_\_\_\_ a nos representar no PREGÃO Nº 21/2015 - PROCESSO Nº 37/2015 destinado à Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer de decisões do Pregoeiro, renunciar a recurso, assinar o contrato decorrente do certame, e praticar demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal  
(com firma reconhecida em cartório)

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

A empresa acima qualificada DECLARA, sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no presente Edital, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do Pregão nº 21/2015 DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará exclusão do certame e aplicação de penalidades.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

Ref. Pregão nº 21/2015 - PROCESSO nº 37/2015 - OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

**DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS não haver superveniência impeditiva, e que não estamos impedidos de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da administração pública direta Federal, Estadual ou Municipal, e de que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, assinada pelo Responsável Técnico Administrador e pelo Representante legal da licitante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

#### ANEXO IV - RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

Informamos haver interesse em participar do Pregão nº 21/2015 e para tanto registramos os dados de nossa empresa para eventuais contatos pela Pregoeira:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
CNPJ/MF:	Telefone: (    )	
Fax: (    )	E-mail:	
Pessoa para contato:		

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

(remeter fax através do telefone (47) 3443-8828 - das 08h às 14h)

#### ANEXO V - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO 21/2015 - PROCESSO Nº 37/2015 - OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
PREGÃO Nº 21/2015	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2015	
MODALIDADE: PRESENCIAL	ABERTURA: 16/04/2015.	
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL	HORA: 11H:30MIN	
Proponente:		
CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	E-mail:	
Cidade/UF:		
Fone:	Fax:	
Banco para receber crédito:	Conta Corrente:	Agencia:
Representante Legal/ Procurador:	CNPJ/MF nº:	CI.RG. nº:

1. DO OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos:

Item	Descrição	Valor Máximo Total
1	Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.	R\$ 17.833,00
Valor Máximo por extenso: Dezesete mil oitocentos e trinta e três reais		

## 2. DO PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO OBJETO:

O objeto deverá ser entregue em 30 (trinta) dias a partir da emissão da ordem de entrega, correndo por conta da contratada as despesas com seguros, tributos, demais encargos decorrentes, montagem, instalação e transporte até o Município de Itapoá (Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí) Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nº 430, Centro, Itapoá/SC.

## 3. DAS ESPECIFICAÇÕES QUE DEVERÃO SER ATENDIDAS

Os produtos deverão atender rigorosamente a todas as especificações descritas no Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, e Planilha Orçamentária.

## 4. DA GARANTIA

Garantia nos termos da Lei Federal nº 8.078/90.

Declaro que cumpro e concordo com todos os itens estabelecidos em edital e especificações constantes no Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e Minuta Contratual.

Declaro que em anexo á este Modelo de Proposta de Preço - Anexo V, está a Planilha Orçamentária - Detalhamento de Móveis contemplando os valores unitários e totais para cada item, inclusive com a especificação da marca do produto ofertado em conformidade com o item 6.3 do Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - PROCESSO Nº 37/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2015

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPJ/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07 e pelo Prefeito Municipal, SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, e, de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, com sede á Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ - sala nº \_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. \_\_\_\_\_, portador do CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ e do CI.RG nº \_\_\_\_\_, aqui denominada CONTRATADA, ajustam Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - PROCESSO Nº 37/2015 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR. TOTAL

## CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015. O objeto deverá ser entregue conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Saúde, em até 30 (trinta) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

3.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**  
Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS**

A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Saúde	282	14	001	010	301	013	2113	10201	44905242

**CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES**

6.1. A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros até o término da prestação dos serviços.

6.2. A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na efetivação do serviço, inclusive no ato da entrega.

6.3. Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4. Os serviços a serem prestados deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

6.5. Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito - CND, em vigor.

**CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1. A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a

CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3. A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO**

9.1. O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pela Secretaria de Saúde, através da Enfermeira, a Sra. MARCIANE RECH, portadora do CNPF/MF: 017.357.509-99, ou servidor técnico do município no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratado serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços nos termos da letra "b" inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

9.3. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

9.4. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna - C.I., a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO**

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, \_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:



**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201

Itapoá (SC)

REF. PREGÃO Nº 21/2015 – PROCESSO Nº 37/2015 – OBJETO: Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde da Barra do Saí, conforme Memorial Descritivo, Projeto Detalhado, Planilha Orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2015.

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Declaramos, para efeito de participação no Pregão nº 21/2015, que nossa empresa tem enquadramento como ( ) microempresa ( ) empresa de pequeno porte e, que em cumprimento ao § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

I. Em nosso capital não participa outra pessoa jurídica;

II. Não somos filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III. Não temos no capital pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar 123/2006, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

IV. Não temos titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

V. Não possuímos sócio ou titular que seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

VI. A empresa não é constituída sob a forma de cooperativa, (exceto às de consumo);

VII. Não temos participação em capital de outra pessoa jurídica;

VIII. Não exercemos atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX. A empresa não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X. Não somos constituídos sob a forma de sociedade por ações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015 AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015  
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata NOELI SOUZA DA SILVA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 02 de Abril de 2015.

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015 AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015  
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata TEREZINHA DO CARMO ALVES CZARNECKI para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.



10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 02 de Abril de 2015.

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015 EDITAL DE CREDENCIAMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº 030/2014 LOCALIDADE ITAPEMA DO NORTE**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº 030/2014  
LOCALIDADE ITAPEMA DO NORTE

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata BARBARA MARIA SANTOS DA SILVA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 02 de Abril de 2015.

**TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL PREGÃO Nº 17-2015-PROCESSO Nº 31-2015 - AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO E BOBINAS TÉRMICAS DE PAPEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS  
DATA: 06 de abril de 2015. HORÁRIO: 09h:30min (Abertura)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO Nº 17/2015 - PROCESSO Nº 31/2015 - Aquisição de relógios de ponto eletrônico biométrico e bobinas térmicas de papel, conforme especificações constantes no edital.

**AVISO DE SUSPENSÃO**

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, para análise e deliberação da impugnação sob Protocolo nº 2430/2015 - Requerente impugnante a Empresa DIMEP COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, acostada aos autos do processo licitatório fls. 85 a 104.

Itapoá, 02 de abril de 2015.  
Fernanda Cristina Rosa  
Pregoeira Oficial do Município

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO Nº. 102/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 102/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 03 DE ABRIL DE 2015 NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 261 do Regimento Interno,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, no dia 03 de abril de 2015 (sexta-feira).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 02 de abril de 2015.  
DANIEL SILVANO WEBER  
Presidente

# Ituporanga

## PREFEITURA

### EDITAL 01-2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA  
Secretaria Municipal de Saúde  
Equipe de Controle e Avaliação - ECA

EDITAL nº. 0001/2015

Edital de Chamada Pública para Cirurgiões Dentistas interessados em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde em Ituporanga SC

A SMS - Secretaria Municipal de Saúde,

- Considerando o a Lei nº 8.080/90 em seu artigo 24 que trata da necessidade de contratar, de forma complementar, serviços na área de odontologia básica e odontologia especializada;
- Considerando o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla na área de odontologia;
- Considerando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Considerando a necessidade de conhecer a real oferta desses serviços no Município de Ituporanga que serão colocados à disposição do SUS, para eventual contratação;

#### DECIDE:

1. Tornar público o Edital de Chamada Pública n.º 0001/2015 visando à seleção e possível contratação de Profissionais da área de Odontologia, para atender a demanda SUS no Município de Ituporanga, nos procedimentos dos grupos:

- a) 01.01.02- Ações de Promoção e Prevenção;
- b) 03.07.01/02/03 - Procedimentos Clínicos Básicos em Dentística, Endodontia e Periodontia
- c) 04.01.01/02 - Procedimentos Básicos em Cirurgia Oral;
- d) 02.01.01 e 03.07.01 - Procedimentos de Médica Complexidade em Diagnóstico/Dentística;
- e) 03.07.02 - Procedimentos de Média Complexidade em Endodontia;
- f) 03.07.03 - Procedimentos de Média Complexidade em Periodontia;
- g) 04.04.01/02 e 04.14.01 - Procedimentos de Média Complexidade ambulatorial e hospitalar em buco maxilo faciais, cirurgia oral, face e vias aéreas;

2. O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais deverá ser o constante do anexo I, da presente Chamada Pública, enquanto que os serviços realizados em ambiente hospitalar, seguirão os valores constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, devendo ser remunerados de acordo com o fluxo de pagamentos das AIH's, realizados pela Secretaria de Estado de Saúde e Unidade Hospitalar.

3. Para tanto, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação deste edital no mural oficial do Município e da Secretaria Municipal de Saúde, para participar da presente Chamada Pública. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, por opção exclusiva desta Secretaria Municipal de Saúde.

4. As pessoas Jurídicas ou Físicas interessadas em prestar os serviços constantes do presente Edital, deverão apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em

tabelionato, ou pelo servidor encarregado da recepção dos mesmos na Secretaria Municipal de Saúde, observando o prazo estipulado no item anterior:

Especificação	(Pessoa Física)	(Pessoa Jurídica)
a) Solicitação de credenciamento, por ofício e/ou requerimento endereçado ao Gestor Municipal;	x	x
b) Despacho do Secretário Municipal de Saúde, no corpo do requerimento, com parecer sobre o assunto;	x	x
c) Alvará de Licença, localização e funcionamento,	x	x
d) Alvará Sanitário, expedido pela VISA Municipal ou Estadual, de acordo com o nível de complexidade;	x	x
e) Cópia da Cédula de Identidade (pessoa física),	x	-
f) Registro Comercial (Declaração de Firma Individual), Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado em Cartório;	-	x
g) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);	x	-
h) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	-	x
i) Currículo vitae profissional que esta se habilitando ao Edital (cópia da CI, diploma e certificado de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe)	x	-
j) Currículo vitae resumido do responsável técnico pela empresa que está solicitando habilitação (cópia da CI, diploma e certificado de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);	-	x
k) Equipamentos – especificar e quantificar (somente para atendimentos em estabelecimentos privados)	x	x
l) Recursos Humanos – discriminar e quantificar por categoria funcional; os profissionais de nível superior deverão apresentar certificado de habilitação reconhecido pelo respectivo conselho de classe (somente para atendimentos em estabelecimentos privados);	x	x
m) Certificado de regularidade funcional do estabelecimento privado, junto ao respectivo Conselho.	x	x
n) Declaração de horário de Atendimento aos usuários do SUS;	x	x
o) Certidões Negativas de Débito com a Fazenda Pública Federal e Estadual	-	x
p) Certidão Negativa Municipal	x	x
q) . Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo INSS;	-	x
r) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Ministério do Trabalho	-	x

s) Relacionar, todos os procedimentos aos quais solicita credenciamento, utilizando a descrição das tabelas constantes nos anexos III e IV deste Edital ;	x	x
t) Declaração do solicitante do credenciamento que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pela Prefeitura, através do Edital nº 001/2015, de 26 de fevereiro de 2015, bem como, realizará todos os procedimentos a que se propõe, e que qualquer alteração deverá ter a anuência expressa do Gestor Municipal;	x	x

5. A Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde, analisará e avaliará a documentação, emitindo parecer com as respectivas conclusões, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do encerramento deste edital.

6. A SMS publicará no Mural Oficial do Município e nos murais da Secretaria de Saúde a relação dos profissionais habilitados, para eventual celebração de Contrato. Os profissionais que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão considerados inhabilitados e não poderão ser contratualizados pelo Município.

7. A SMS poderá celebrar Contrato de Prestação de Serviços, visando à complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, mediante inexigibilidade de licitação, conforme prevê o caput do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, considerada a inviabilidade de competição de preço.

8. A inexigibilidade de licitação será obrigatoriamente comunicada à autoridade superior, para ratificação, nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93.

9. A SMS não se obriga a contratar todos os profissionais habilitados, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender à demanda SUS no município, em com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12 de junho de 2002.

10. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a esta Chamada Pública deverão ser obtidos junto à Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo V, no qual consta o nome e dados do responsável pelo recebimento dos documentos.

11. Fica reservada a SMS a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses, sem direito, aos profissionais a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação;

#### 12. CONDIÇÕES PARA A CONTRATUALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

a) A documentação para habilitação dos interessados, deverá ocorrer através da Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA da Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga, podendo ser apresentados em forma de cópia, exceto os diplomas e carteiras de registro no órgão de classe, os quais deverão ser autenticados por funcionário efetivo, constando nos mesmos o termo "Confere com o original apresentado" e assinado pelo responsável, ou autenticados em cartório;

b) Será contratualizado o pleiteante cuja habilitação possuir parecer favorável da Comissão de Contratualização, com análise e aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Ituporanga e a homologação do Secretário de Saúde.

c) Só será permitido a contratualização de profissionais possuidores de diplomas de conclusão de curso superior nas respectivas

áreas, devidamente registrados nos conselhos de classe regionais e possuidores de títulos de especialistas, devidamente reconhecidos.

d) É vedado a contratualização de profissionais pertencentes ao quadro de servidores do Município, sejam eles efetivos, estáveis, comissionados ou temporários, ou ainda, estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos.

e) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços contratualizado, podendo proceder suspensão do mesmo em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

f) A contratualização configurará uma relação de prestação de serviços;

g) A contratualização que venha se enquadrar nas situações previstas no item "d" terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

h) O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciamento será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados na tabela constante do anexo I, levando-se em conta a quantidade de procedimentos efetivamente realizados ou ainda, por número de pacientes atendidos, todos com encaminhamentos por escrito das Unidades de Saúde do Município, em requisições próprias, devidamente autorizadas, acompanhadas da respectiva fatura emitida pelo credenciado, em documento fiscal idôneo.

i) De acordo com a contratualização, todo profissional deverá realizar o conjunto de procedimentos relativos à sua área de atuação, ou atender o quantitativo de pacientes, constante da tabela citada anteriormente.

j) A porta de entrada para o SUS configura-se pelo atendimento prestado nas Unidades Públicas de Saúde do Município, Clínicas e/ou Consultórios médicos/odontológicos credenciados pela rede pública, unidade hospitalar contratualizada pela Secretaria de Estado da Saúde, incluindo o pronto atendimento (urgência/emergência).

#### 13. DOS RECURSOS HUMANOS

a) - Quando o atendimento for realizado em consultórios ou clínicas particulares é de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO, a utilização de pessoal (auxiliares de consultório odontológico, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativos, outros), para a realização dos procedimentos ambulatoriais constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município ou ao Ministério da Saúde, exceto quando referidos procedimentos ou exames forem realizados em Unidades de Saúde da Prefeitura, com recursos humanos da própria.

b) Não é de responsabilidade da Prefeitura os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da prestação de serviços a ser realizada pelo profissional habilitado por este instrumento, dentro da Unidade de Saúde da Prefeitura ou em consultório e ou clínica particular.

#### 14. DOS ENCAMINHAMENTOS DOS SERVIÇOS

a) - Todos os exames e procedimentos contratualizados deverão ser feitos através de requisição do SUS, devidamente autorizadas e assinadas por profissional vinculado ao Sistema.

b) - Todos os procedimentos odontológicos contratualizados, realizados nas Unidades de Saúde da Prefeitura, devem ter registro em Boletins de Produção Ambulatorial Consolidado ou Individualizado (BPA - C ou BPA - I) vide anexos III e IV, além da cópia do Boletim Diário de Atendimento Odontológico e da respectiva requisição de encaminhamento, com todos os campos preenchidos, contendo a

assinatura do usuário, para a inclusão da produção no sistema de informação SIA/SUS e pagamento.

c) No caso de haver mais de um prestador contratualizado para o mesmo serviço de saúde, o Município não poderá indicar nominalmente às clínicas ou profissionais, devendo dispor de relação constando o nome, endereço e telefone de todos os serviços contratualizados, sendo a escolha do prestador dos serviços exclusiva do usuário.

d) Os procedimentos odontológicos realizados em consultório particular ou em Unidades de Saúde Públicas devem, obrigatoriamente, possuir ENCAMINHAMENTO DE PROFISSIONAL HABILITADO, autorizado pela Central de Marcação de Consultas, contendo: nome do paciente, idade, dados clínicos, especialidade para a qual o paciente está sendo encaminhado, data e assinatura do requisitante, além de outras informações necessárias, de acordo com a necessidade do município.

15. Os retornos para a ODONTOLOGIA serão agendados de acordo com programação realizada pelo profissional em sua primeira consulta, os quais devem ser solicitados em formulário próprio e agendados com antecedência, na central de marcação, obedecendo às quotas específicas e critérios pré-estabelecidos.

16. Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

Ituporanga/SC, 26 de fevereiro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito

CLAUDINEI EYNG  
Secretário de Saúde

#### ANEXO I - TABELAS DE PREÇOS

Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

Tabela I

Nº.	Especialidade	Quantidade	Teto Financeiro
01	Cirurgia Oral	Até 40 pacientes atendidos/mês	6.000,00
02	Endodontia	35 dentes obturados/mês	4.200,00
03	Periodontia	Até 40 pacientes atendidos/mês	6.000,00
04	Portadores de Necessidades Especiais - PNE	Até 110 procedimentos/mês	6.000,00
TOTAL			22.200,00

#### ANEXO II

##### TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

O Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo (a) Secretário(a) Municipal de Saúde ..... , com sede na Rua Vereador Joaquim Boeing, 40 - Centro - , CNPJ nº. 83.102.640/0001-30, nos termos do Edital de Chamada Publicanº.001/2015, CONTRATUALIZA, através do presente Termo, o Sr.(a), ou empresa ..... (nome, qualificação, endereço, identificação, CPF ou CNPJ), para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE na área de .... , de acordo com as seguintes condições:

#### I - DO OBJETO

Art. 1º. - O CREDENCIADO prestará ao Município de Ituporanga os seguintes serviços de saúde: \_\_\_\_\_

conforme normas previstas no Edital nº. 001/2015 e demais orientações constantes da Solicitação de Habilitação nº. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, através do parecer da Comissão especialmente criada para este fim, do Conselho Municipal de Saúde e homologação da Secretário(a) Municipal de Saúde.

#### II - DA REMUNERAÇÃO

Art. 2º. - O preço ajustado entre as partes será o constante da tabela I, anexo I do Edital nº. 001/2015, aceito pelo CONTRATUALIZADO no momento da apresentação da documentação e pedido, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, manutenção, impostos, taxas e outros dispêndios necessários à realização do objeto contratado.

#### III - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Art. 3º. - O Município de Ituporanga tem a obrigação de:

1. - Efetuar o pagamento dos procedimentos executados ao CONTRATUALIZADO, nos valores constantes da tabela I, anexo I do Edital nº. 001/2015 -Preços Públicos - até o dia 10 do mês subsequente da realização dos serviços, mediante a apresentação das requisições ou Boletins de Atendimento Diários, assinados pelo usuário, bem como, a competente fatura emitida pelo CONTRATUALIZADO, em documento fiscal idôneo.
2. - O Município reserva-se o direito de fiscalizar de forma permanente, a prestação dos serviços prestados pelo CONTRATUALIZADO, podendo proceder a suspensão do contrato, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
3. - Efetuar a conferência técnica e administrativa das faturas e requisições apresentadas.
4. - Fornecer formulários de receituários, requisições e atestados para o CONTRATUALIZADO utilizar em seu consultório ou clínica particular, quando em atendimento a usuários do SUS, e exclusivamente a estes.
5. - Quando os serviços de saúde contratualizados forem realizados dentro das Unidades de Saúde da Prefeitura, é de responsabilidade exclusiva do Município, a utilização de pessoal de apoio (enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativo, outros) e dos materiais necessários para o respectivo procedimento.
7. - Fica vedado ao Município o pagamento de procedimentos que não tiverem devidamente descritos nas requisições próprias e não constarem a assinatura do usuário.

#### IV - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

Artigo 4º. - São obrigações do CONTRATUALIZADO:

1. - Atender todos os encaminhamentos habilitados pelo instrumento do Edital de Chamada Pública 001/2015, feitos por profissionais de saúde da rede pública SUS de Ituporanga, devidamente autorizadas por funcionário do Município.
2. - Preencher com clareza e exatidão todos os campos das requisições, atestados, receituários e demais formulários e documentos fornecidos pelo Município.
3. - Utilizar os documentos referidos no item 2 somente para usuários do SUS.
4. - É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATUALIZADO, a utilização de pessoal (enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativos, outros), para a realização dos procedimentos ambulatoriais e exames constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus



e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município ou ao Ministério da Saúde, exceto quando referidos procedimentos ou exames forem realizados na Unidade de Saúde da Prefeitura pelo CONTRATUALIZADO, com suporte técnico e recursos humanos da própria.

5. - É de responsabilidade do CONTRATUALIZADO todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da prestação de serviços a ser realizada por este, dentro da Unidade de Saúde da Prefeitura ou em consultório e/ou clínica particular.

6. - O pagamento pelos serviços prestados habilitados através do Edital 001/2015, será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados na tabela constante do mesmo, com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o quinto dia útil do mês subsequente, tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados, por encaminhamento das Unidades de Saúde do Município, em requisições próprias, devidamente autorizadas, acompanhadas da respectiva fatura emitida pelo credenciado, em documento fiscal idôneo, anexando relação dos usuários atendidos, com o nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado.

7. - O CREDENCIADO deverá realizar o conjunto de procedimentos relativos à sua área de atuação, conforme relação constante na tabela I, anexo I do Edital nº. 001/2015.

8. A porta de entrada para o SUS configura-se pelo atendimento prestado nas Unidades Públicas de Saúde do Município, Clínicas e/ou Consultórios médicos/odontológicos credenciados pela rede pública, unidade hospitalar contratualizada pela Secretaria de Estado da Saúde, incluindo o pronto atendimento (urgência/emergência). Portanto, todo profissional credenciado, fazendo parte ou não do corpo clínico da unidade hospitalar, deverá ofertar atendimento integral aos pacientes SUS, quando estes necessitarem de atendimento em ambiente hospitalar, sendo encaminhados através das portas acima citadas, conforme previsto no Convênio nº. 0011/2013, bem como, seus aditivos, firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação das Irmãs Franciscanas de São José - Hospital Bom Jesus de Ituporanga.

9. - Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços de saúde por motivos particulares, definindo o período do não atendimento.

10. - Os atendimentos ora contratualizados devem possuir a mesma qualidade oferecida a outros convênios ou credenciamentos.

## V - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Artigo 5º. - Em caso de atraso na entrega dos documentos pelo CONTRATUALIZADO, o pagamento feito pelo Município será retardado proporcionalmente.

Art. 6º. - Em nenhuma hipótese o CONTRATUALIZADO poderá cobrar do usuário qualquer importância, referente aos serviços constantes de requisição ou ordem de serviço emitida pelo Município, implicando em SUSPENSÃO CONTRATUAL OBRIGATÓRIA, com as demais cominações legais.

Art. 7º. - O Município reserva-se o direito de após a conferência técnica e administrativa dos documentos apresentados, efetuada pela Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, ou por profissional habilitado indicado para tal função, solicitar perícias e informações adicionais, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 8º. - A remuneração recebida pelo CONTRATUALIZADO não gerará direito adquirido e, portanto, não caracteriza vínculo de natureza trabalhista e previdenciária para o Município.

Art. 9º. - A CONTRATUALIZAÇÃO terá vigência de 06(seis) meses, a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, indefinidamente, enquanto houver interesse da Secretaria

Municipal de Saúde.

Art. 10º. - O presente CONTRATO poderá ser revogado a qualquer momento, a bem do interesse público, por parte do Município sem que haja direito a indenização por parte do CONTRATUALIZADO.

Art. 11º. - O CONTRATUALIZADO poderá suspender o atendimento, devendo comunicar ao Município com 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 12º. - O CONTRATUALIZADO não poderá delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constantes deste termo.

Art. 13º. - Fica o CONTRATUALIZADO responsável civil e criminalmente, por todo e qualquer dano decorrente da execução do objeto contratado e, especialmente, por eventuais acidentes pessoais, devendo, para tanto, estar assegurado por apólice.

Art. 14º. - Fica eleito o FORUM DA COMARCA DE ITUPORANGA, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Termo de Contrato, o qual será emitido em 03 (três) vias de igual teor, sendo devidamente assinado pelas partes interessadas, na presença de duas testemunhas.

Ituporanga SC ..... de ..... de .....

Secretário (a) de Saúde

Contratualizado

Testemunhas:

Id. Ou CPF

Id. Ou CPF

Anexo III

Procedimentos com Registro em BPA - Consolidado

Código	Descrição do procedimento
0101020058	Aplicação de cariostático (por dente)
0101020066	Aplicação de selante (por dente)
0101020074	Aplicação tópica de flúor (individual por sessão)
0101020082	Evidenciação de placa bacteriana
0101020090	Selamento provisório de cavidade dentária
0201010348	Biópsia do osso do crânio e da face
0307010015	Capeamento pulpar
0307010023	Restauração de dente decíduo
0307010031	Restauração de dente permanente anterior
0307010040	Restauração de dente permanente posterior
0307010058	Tratamento de nevralgias faciais
0307020037	Obturação de dente decíduo
0307020045	Obturação de dente permanente birradicular
0307020053	Obturação em dente permanente c/ três ou + raízes
0307020061	Obturação em dente permanente unirradicular
0307020070	Pulpotomia dentária
0307020088	Retratamento endodôntico em dente permanente birradicular

0307020096	Retratamento endodôntico em dente permanente com três ou mais raízes
0307020100	Retratamento endodôntico em dente permanente unirradicular
0307020118	Selamento de perfuração radicular
0307030016	Raspagem, alisamento, polimento supragengivais (por sextante)
0307030024	Raspagem e alisamento subgengivais (por sextante)
0307030032	Raspagem corono-radicular (por sextante)
0401010082	Frenectomia
0404020445	Contenção de dentes por splitagem
0404020488	Osteotomia das fraturas alveolodentárias
0404020577	Redução de fratura alveolodentárias sem osteossíntese
0404020615	Redução de luxação temporomandibular
0404020623	Retirada de material de síntese óssea dentária
0404020631	Retirada de meios de fixação maxilo mandibular
0404020674	Reconstrução parcial do lábio traumatizado
0414010345	Excisão de cálculo de glândula salivar
0414010361	Excisão de cisto odontogênico e não odontogênico
0414010388	Tratamento cirúrgico de fístula intra/oral
0414020022	Apicectomia c/ ou s/ obturação retrógrada
0414020030	Aprofundamento de vestibulo oral (por sextante)
0414020049	Correção de bridas musculares
0414020057	Correção de irregularidade de rebordo alveolar
0414120065	Correção de tuberosidade do maxilar
0414020073	Curetagem periapical
0414020081	Enxerto Gengival
0414020090	Enxerto ósseo de área doadora intrabucal
0414020120	Exodontia de dente decíduo
0414020138	Exodontia de dente permanente
0414020146	Exodontia múltipla c/ alveoloplastia por sextante
0414020154	Gingivectomia (por sextante)
0414020162	Gingivoplastia (por sextante)
0414020170	Glossorrafia
0414020200	Marsupialização de cistos pseudocistos
0414020219	Odontoseção/radiclectomia/tunelização
0414020243	Reimplante e transplante dental (por elemento)
0414020278	Remoção de dente retido (incluso/impactado)
0414020294	Remoção de torus e exostoses
0414020359	Tratamento cirúrgico de hemorragia buco-dental
0414020367	Tratamento cirúrgico p/ tracionamento dental
0414020375	Tratamento cirúrgico periodontal (por sextante)
0414020383	Tratamento de alveolite
0414020405	Ulotomia/Ulectomia

## Anexo IV

## Procedimentos com Registro em BPA - Individualizado

Código	Descrição do procedimento
0201020232	Biópsia de glândula salivar
0201010526	Biópsia de tecidos moles da boca
0404010512	Sinusotomia transmaxilar
0404020038	Correção cirúrgica de fístula oronasal/oro-sinusal

0404020054	Drenagem de abscesso da boca e anexos
0404020089	Excisão de rânula ou fenômeno de retenção salivar
0404020097	Excisão e sutura de lesão de boca
0404020100	Excisão em cunha de lábio
0404020313	Retirada de corpo estranho dos ossos da face
0414010256	Tratamento cirúrgico de fístula

## ANEXO V

Fluxo de Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga, pela Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA, para Contratualização dos Prestadores de Serviço do SUS.

SMS ITUPORANGA	ECAA de atendimento para entrega da documentação
<p>LUIS CARLOS SUZZENA</p> <p>2ª. a 6ª. feira, das 8:00 às 12:00 horas 14:00 às 17:00 horas</p> <p>Fone: (047) 3533-1878</p> <p>e-mail: saude@ituporanga.sc.gov.br</p>	

### EDITAL DE PREGÃO 14/2015 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL) PELO PERÍODO DE 12 MESES.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº14/2015

Processo: 20/2015

Objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL (EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL) PELO PERÍODO DE 12 MESES. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 17 de Abril de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 17 de abril de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.0 Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br).

Ituporanga, 06 de abril de 2015  
ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO  
Prefeito do Município



# **EDITAL DE PREGÃO Nº 13/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº13/2015

Processo: 18/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de Abril de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 16 de abril de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br).

Ituporanga, 06 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

## **EDITAL Nº 02-2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Controle e Avaliação - ECA

EDITAL nº. 0002/2015

Edital de Chamada Pública para Médicos interessados em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde em Ituporanga SC

A SMS - Secretaria Municipal de Saúde,

- Considerando o a Lei nº 8.080/90 em seu artigo 24 que trata da necessidade de contratar, de forma complementar, serviços na área de medicina especializada;

- Considerando o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla na área de consultas médicas e exames especializados;

- Considerando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

- Considerando a necessidade de conhecer a real oferta desses serviços no Município de Ituporanga que serão colocados à disposição do SUS, para eventual contratação;

DECIDE:

1. Tornar público o Edital de Chamada Pública n.º 0002/2015 visando à seleção e possível contratação de Profissionais da área médica, para atender a demanda SUS no Município de Ituporanga, nos procedimentos dos grupos:

a) 02.01.01 - Procedimentos com finalidade diagnóstica, através de coleta de materiais

b) 02.09.01 - Procedimentos com finalidade diagnóstica, por endoscopia

c) 02.11.01/02/04/06 - Métodos diagnósticos em especialidades

d) 03.01.01/06 - Procedimentos clínicos, através de consultas, atendimentos ou acompanhamentos eletivos/urgência-emergência;

e) 04.01.01/01/02 - Procedimentos cirúrgicos em pequenas cirurgias, cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa;

2. O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais deverá ser o constante do anexo I, da presente Chamada Pública, enquanto que os serviços realizados em ambiente hospitalar, seguirão os valores constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, devendo ser remunerados de acordo com o fluxo de pagamentos das AIH's, realizados pela Secretaria de Estado de Saúde e Unidade Hospitalar.

3. Para tanto, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação deste edital no mural oficial do Município e da Secretaria Municipal de Saúde, para participar da presente Chamada Pública. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, por opção exclusiva desta Secretaria Municipal de Saúde.

4. As pessoas Jurídicas ou Físicas interessadas em prestar os serviços constantes do presente Edital, deverão apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato, ou pelo servidor encarregado da recepção dos mesmos na Secretaria Municipal de Saúde, observando o prazo estipulado no item anterior:

Especificação	(Pessoa Física)	(Pessoa Jurídica)
a) Solicitação de credenciamento, por ofício e/ou requerimento endereçado ao Gestor Municipal;	x	x
b) Despacho do Secretário Municipal de Saúde, no corpo do requerimento, com parecer sobre o assunto;	x	x
c) Alvará de Licença, localização e funcionamento, para consultórios e estabelecimentos privados.	x	x
d) Alvará Sanitário, expedido pela VISA Municipal ou Estadual, de acordo com o nível de complexidade;	x	x
e) Cópia da Cédula de Identidade (pessoa física),	x	-
f) Registro Comercial (Declaração de Firma Individual), Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado em Cartório;	-	x
g) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);	x	-
h) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	-	x
i) Currículo vitae profissional que esta se habilitando ao Edital (cópia da CI, diploma e certificado de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe)	x	-
j) Currículo vitae resumido do responsável técnico pela empresa que está solicitando habilitação (cópia da CI, diploma e certificado de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);	-	x
k) Equipamentos – especificar e quantificar (somente para atendimentos em estabelecimentos privados)	x	x
l) Recursos Humanos – discriminar e quantificar por categoria funcional; os profissionais de nível superior deverão apresentar certificado de habilitação reconhecido pelo respectivo conselho de classe (somente para atendimentos em estabelecimentos privados);	x	x

m) Certificado de regularidade funcional do estabelecimento privado, junto ao respectivo Conselho.	x	x
n) Declaração de horário de Atendimento aos usuários do SUS;	x	x
o) Certidões Negativas de Débito com a Fazenda Pública Federal e Estadual	-	x
p) Certidão Negativa Municipal	x	x
q) . Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo INSS;	-	x
r) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Ministério do Trabalho	-	x
s) Relacionar, todos os procedimentos aos quais solicita credenciamento, utilizando a descrição das tabelas constantes no anexo Idopresente Edital ;	x	x
t) Declaração do solicitante do credenciamento que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pela Prefeitura, através do Edital nº 002/2015, de 02 de março de 2015, bem como, realizará todos os procedimentos a que se propõe, e que qualquer alteração deverá ter a anuência expressa do Gestor Municipal;	x	x

5. A Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde, analisará e avaliará a documentação, emitindo parecer com as respectivas conclusões, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do encerramento deste edital.

6. A SMS publicará no Mural Oficial do Município e nos murais da Secretaria de Saúde a relação dos profissionais habilitados, para eventual celebração de Contrato. Os profissionais que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão considerados inabilitados e não poderão ser contratualizados pelo Município.

7. A SMS poderá celebrar Contrato de Prestação de Serviços, visando à complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, mediante inexigibilidade de licitação, conforme prevê o caput do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, considerada a inviabilidade de competição de preço.

8. A inexigibilidade de licitação será obrigatoriamente comunicada à autoridade superior, para ratificação, nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93.

9. A SMS não se obriga a contratar todos os profissionais habilitados, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender à demanda SUS no município, em com os parâmetros da Portaria GM/MS n.º 1.101, de 12 de junho de 2002.

10. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a esta Chamada Pública deverão ser obtidos junto à Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo III, no qual consta o nome e dados do responsável pelo recebimento dos documentos.

11. Fica reservada a SMS a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses, sem direito, aos profissionais a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação;

#### 12. CONDIÇÕES PARA A CONTRATUALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

a) A documentação para habilitação dos interessados, deverá

ocorrer através da Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA da Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga, podendo ser apresentados em forma de cópia, exceto os diplomas e carteiras de registro no órgão de classe, os quais deverão ser autenticados por funcionário efetivo, constando nos mesmos o termo "Confere com o original apresentado" e assinado pelo responsável, ou autenticados em cartório;

b) Será contratualizado o pleiteante cuja habilitação possuir parecer favorável da Comissão de Contratualização, com análise e aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Ituporanga e a homologação do Secretário de Saúde.

c) Só será permitido a contratualização de profissionais possuidores de diplomas de conclusão de curso superior nas respectivas áreas, devidamente registrados nos conselhos de classe regionais e possuidores de títulos de especialistas, devidamente reconhecidos.

d) É vedado a contratualização de profissionais pertencentes ao quadro de servidores do Município, sejam eles efetivos, estáveis, comissionados ou temporários, ou ainda, estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos.

e) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços contratualizado, podendo proceder suspensão do mesmo em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

f) A contratualização configurará uma relação de prestação de serviços;

g) A contratualização que venha se enquadrar nas situações previstas no item "d" terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento.

h) O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciamento será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados na tabela constante do anexo I, levando-se em conta a quantidade de procedimentos efetivamente realizados ou ainda, por número de pacientes atendidos, todos com encaminhamentos por escrito das Unidades de Saúde do Município, em requisições próprias, devidamente autorizadas, acompanhadas da respectiva fatura emitida pelo credenciado, em documento fiscal idôneo.

i) De acordo com a contratualização, todo profissional deverá realizar o conjunto de procedimentos relativos à sua área de atuação, ou atender o quantitativo de pacientes, constante da tabela citada anteriormente.

j) A porta de entrada para o SUS configura-se pelo atendimento prestado nas Unidades Públicas de Saúde do Município, Clínicas e/ou Consultórios médicos/odontológicos credenciados pela rede pública, unidade hospitalar contratualizada pela Secretaria de Estado da Saúde, incluindo o pronto atendimento (urgência/emergência).

#### 13. DOS RECURSOS HUMANOS

a) - Quando o atendimento for realizado em consultórios ou clínicas particulares, é de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO, a utilização de pessoal (enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativos, outros), para a realização dos procedimentos ambulatoriais constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município ou ao Ministério da Saúde, exceto quando referidos procedimentos ou exames forem realizados em Unidades de Saúde da Prefeitura, com recursos humanos da própria.

b) Não é de responsabilidade da Prefeitura os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da prestação de serviços a ser realizada pelo profissional habilitado por este instrumento, dentro da Unidade de Saúde da Prefeitura ou em consultório e ou clínica particular.

## 14. DOS ENCAMINHAMENTOS DOS SERVIÇOS

a) - Todos os exames e procedimentos contratualizados deverão ser feitos através de requisição do SUS, devidamente autorizadas e assinadas por profissional vinculado ao Sistema.

b) - Todos os procedimentos contratualizados, realizados nas Unidades de Saúde da Prefeitura, devem ter registro em Boletins de Produção Ambulatorial Consolidado ou Individualizado (BPA - C ou BPA - I), conforme orientação a ser repassada pela ECAA, além da cópia do Boletim Diário de Atendimento Médico e da respectiva requisição de encaminhamento, com todos os campos preenchidos, contendo a assinatura do usuário, para a inclusão da produção no sistema de informação SIA/SUS e pagamento.

c) No caso de haver mais de um prestador contratualizado para o mesmo serviço de saúde, o Município não poderá indicar nominalmente às clínicas ou profissionais, devendo dispor de relação constando o nome, endereço e telefone de todos os serviços contratualizados, sendo a escolha do prestador dos serviços exclusiva do usuário.

d) Os procedimentos realizados em consultório particular ou em Unidades de Saúde Públicas devem, obrigatoriamente, possuir ENCAMINHAMENTO DE PROFISSIONAL HABILITADO, autorizado pela Central de Marcação de Consultas, contendo: nome do paciente, idade, dados clínicos, especialidade para a qual o paciente está sendo encaminhado, data e assinatura do requisitante, além de outras informações necessárias, de acordo com a necessidade do município.

15. Os retornos serão agendados de acordo com programação realizada pelo profissional em sua primeira consulta, os quais devem ser solicitados em formulário próprio e agendados com antecedência, na central de marcação, obedecendo às quotas específicas e critérios pré-estabelecidos.

16. Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

Ituporanga/SC, 05 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito

CLAUDINEI EING  
Secretário de Saúde

Anexo I

## TABELA I

## CLINICAS BÁSICAS

Nº.	Especialidade/Procedimento	Consultas	Valor Unitário	Total
01	Clinica Geral	200	15,00	3.000,00
02	Gineco/Obstetrícia	700	42,00	29.400,00
03	Pediatria	600	42,00	25.200,00
-	Total	1.500	-	57.600,00

## TABELA II

## CLINICAS ESPECIALIZADAS (Consultas Médicas)

Nº.	Especialidade/Procedimento	Consultas	Valor Unitário	Total
01	Cardiologia	200	42,00	8.400,00
02	Cirurgia Geral	100	42,00	4.200,00
03	Endocrinologia	54	42,00	2.268,00
04	Gastroenterologia	20	42,00	840,00
05	Geriatria	20	42,00	840,00
06	Oftalmologia	60	42,00	2.520,00
07	Ortopedia	400	42,00	16.800,00
08	Otorrinolaringologia	10	42,00	420,00
09	Pneumologia	10	42,00	420,00
10	Psiquiatria	100	42,00	4.200,00
11	Urologia	100	42,00	4.200,00
-	Total	2.360	-	45.108,00

## TABELA III

## CLINICAS ESPECIALIZADAS (Procedimentos)

Nº.	Especialidade/Procedimento	Procedimento	Valor Unitário	Total
01	Audiometria Tonale Vocal	04	40,00	160,00
02	Avaliações Psiquiátricas	100	25,00	2.500,00
03	Biometrias Ultrassônicas (Monocular)	10	50,00	500,00
04	Biomicroscopias (anterior)	60	10,00	600,00
05	Biópsias	40	100,00	4.000,00
06	Campimetrias computadorizadas	10	90,00	900,00
07	Crio cauterizações	20	100,00	2.000,00
08	Colposcopias	20	100,00	2.000,00
09	Colonoscopias	05	300,00	1.500,00
10	Eletrocardiograma	200	22,00	4.400,00
11	Esofagogastroduodenoscopia	20	150,00	3.000,00
12	Espirometria	04	80,00	320,00
13	Fundoscopia (fundo de olho)	60	10,00	600,00
14	Gonioscopia	04	50,00	200,00
15	Imitanciommetria	04	80,00	320,00
16	Mapeamento de Retina	10	80,00	800,00
17	Pequenas Cirurgias Ambulatoriais MC	80	100,00	8.000,00
18	Potencial de Acuidade Visual	20	20,00	400,00
19	Retossigmóscopia	03	150,00	450,00
20	Revisão com troca de gesso	50	80,00	4.000,00
21	Teste de Esforço/Teste Ergométrico	10	80,00	800,00
22	Tonometria (pressão do olho)	20	10,00	200,00
23	Ultrassonografia c/ laudo	150	50,00	7.500,00

24	Vasectomia – Profissional	02	300,00	600,00
	Vasectomia - Hospitalar	02	150,00	300,00
	Total	-	-	900,00
-	TOTAL	-	-	46.050,00

Total Geral: R\$ 148.758,00 (Cento e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e oitoreais).

## ANEXO II

TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

O Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vereador Joaquim Boeing, 40 - Centro - , CNPJ nº. 83.102.640/0001-30, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal de Saúde .....  
....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e CPF ....., nos termos do Edital de Chamada Publica nº.002/2015, CONTRATUALIZA, através do presente Termo, o Sr.(a), ou empresa .....  
..... (nome, qualificação, endereço, identificação, CPF ou CNPJ), para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE na área de ....  
....., de acordo com as seguintes condições:

## I - DO OBJETO

Art. 1º. - O CREDENCIADO prestará ao Município de Ituporanga os seguintes serviços de saúde: \_\_\_\_\_

conforme normas previstas no Edital nº. 002/2015 e demais orientações constantes da Solicitação de Habilitação nº. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, através do parecer da Comissão especialmente criada para este fim, do Conselho Municipal de Saúde e homologação da Secretário(a) Municipal de Saúde.

## II - DA REMUNERAÇÃO

Art. 2º. - O preço ajustado entre as partes será o constantes das tabelas I, II e III, anexo I do Edital nº. 002/2015, aceito pelo CONTRATUALIZADO no momento da apresentação da documentação e pedido, estando incluso as taxas de administração, gastos com materiais, manutenção, impostos, taxas e outros dispêndios necessários à realização do objeto contratado.

### III - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Art. 3º. - O Município de Ituporanga tem a obrigação de:

1. - Efetuar o pagamento dos procedimentos executados ao CONTRATUALIZADO, nos valores constantes das tabelas I, II e III, anexo I do Edital nº. 002/2015 -Preços Públicos - até o dia 10 do mês subsequente da realização dos serviços, mediante a apresentação das requisições ou Boletins de Atendimento Diários, assinados pelo usuário, bem como, a competente fatura emitida pelo CONTRATUALIZADO, em documento fiscal idôneo.

2. - O Município reserva-se o direito de fiscalizar de forma permanente, a prestação dos serviços prestados pelo CONTRATUALIZADO, podendo proceder a suspensão do contrato, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

3. - Efetuar a conferência técnica e administrativa das faturas e requisições apresentadas.

4. - Fornecer formulários de receituários, requisições e atestados para o CONTRATUALIZADO utilizar em seu consultório ou clínica particular, quando em atendimento a usuários do SUS, e exclusivamente a estes.

5. - Quando os serviços de saúde contratualizados forem realizados dentro das Unidades de Saúde da Prefeitura, é de responsabilidade exclusiva do Município, a utilização de pessoal de apoio (enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativos, outros) e dos materiais necessários para o respectivo procedimento.

7. - Fica vedado ao Município o pagamento de procedimentos que não tiverem devidamente descritos nas requisições próprias e não constarem a assinatura do usuário.

#### IV - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

Artigo 4º. - São obrigações do CONTRATUALIZADO:

1. - Atender todos os encaminhamentos habilitados pelo instrumento do Edital de Chamada Pública 002/2015, feitos por profissionais de saúde da rede pública SUS de Ituporanga, devidamente autorizadas por funcionário do Município.

2. - Preencher com clareza e exatidão todos os campos das requisições, atestados, receiptuários e demais formulários e documentos fornecidos pelo Município.

3. - Utilizar os documentos referidos no item 2 somente para usuários do SUS.

4. - É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATUALIZADO, a utilização de pessoal (enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, administrativos, outros), para a realização dos procedimentos ambulatoriais e exames constantes deste instrumento, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos ao Município ou ao Ministério da Saúde, exceto quando referidos procedimentos ou exames forem realizados na Unidade de Saúde da Prefeitura pelo CONTRATUALIZADO, com suporte técnico e recursos humanos da própria.

5. - É de responsabilidade do CONTRATUALIZADO todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da prestação de serviços a ser realizada por este, dentro da Unidade de Saúde da Prefeitura ou em consultório e/ou clínica particular.

6. - O pagamento pelos serviços prestados habilitados através do Edital 002/2015, será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados na tabela constante do mesmo, com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o quinto dia útil do mês subsequente, tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados, por encaminhamento das Unidades de Saúde do Município, em requisições próprias, devidamente autorizadas, acompanhadas da respectiva fatura emitida pelo credenciado, em documento fiscal idôneo, anexando relação dos usuários atendidos, com o nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado.

7. - O CREDENCIADO deverá realizar o conjunto de procedimentos relativos à sua área de atuação, conforme relação constante na tabela I, II e III, anexo I, do Edital nº. 002/2015.

8. A porta de entrada para o SUS configura-se pelo atendimento prestado nas Unidades Públicas de Saúde do Município, Clínicas e/ou Consultórios médicos/odontológicos credenciados pela rede pública, unidade hospitalar contratualizada pela Secretaria de Estado da Saúde, incluindo o pronto atendimento (urgência/emergência). Portanto, todo profissional credenciado, fazendo parte ou não do corpo clínico da unidade hospitalar, deverá ofertar atendimento integral aos pacientes SUS, quando estes necessitarem de atendimento em ambiente hospitalar, sendo encaminhados através das portas acima citadas, conforme previsto no Convênio nº.



0011/2013, bem como, seus aditivos, firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação das Irmãs Franciscanas de São José - Hospital Bom Jesus de Ituporanga.

9. - Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços de saúde por motivos particulares, definindo o período do não atendimento.

10. - Os atendimentos ora contratualizados devem possuir a mesma qualidade oferecida a outros convênios ou credenciamentos.

#### V - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Artigo 5º. - Em caso de atraso na entrega dos documentos pelo CONTRATUALIZADO, o pagamento feito pelo Município será retardado proporcionalmente.

Art. 6º. - Em nenhuma hipótese o CONTRATUALIZADO poderá cobrar do usuário qualquer importância, referente aos serviços constantes de requisição ou ordem de serviço emitida pelo Município, implicando em SUSPENSÃO CONTRATUAL OBRIGATÓRIA, com as demais cominações legais.

Art. 7º. - O Município reserva-se o direito de após a conferência técnica e administrativa dos documentos apresentados, efetuada pela Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde, ou por profissional habilitado indicado para tal função, solicitar perícias e informações adicionais, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 8º. - A remuneração recebida pelo CONTRATUALIZADO não gerará direito adquirido e, portanto, não caracteriza vínculo de natureza trabalhista e previdenciária para o Município.

Art. 9º. - A CONTRATUALIZAÇÃO terá vigência de 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, indefinidamente, enquanto houver interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10º. - O presente CONTRATO poderá ser revogado a qualquer momento, a bem do interesse público, por parte do Município sem que haja direito a indenização por parte do CONTRATUALIZADO.

Art. 11º. - O CONTRATUALIZADO poderá suspender o atendimento, devendo comunicar ao Município com 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 12º. - O CONTRATUALIZADO não poderá delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constantes deste termo.

Art. 13º. - Fica o CONTRATUALIZADO responsável civil e criminalmente, por todo e qualquer dano decorrente da execução do objeto contratado e, especialmente, por eventuais acidentes pessoais, devendo, para tanto, estar assegurado por apólice.

Art. 14º. - Fica eleito o FORUM DA COMARCA DE ITUPORANGA, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Termo de Contrato, o qual será emitido em 03 (três) vias de igual teor, sendo devidamente assinado pelas partes interessadas, na presença de duas testemunhas.

Ituporanga SC ..... de ..... de .....

Secretário (a) de Saúde

Contratualizado

Testemunhas:

Id. Ou CPF

Id. Ou CPF

#### ANEXO III

Fluxo de Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga, pela Equipe de Controle, Avaliação e Auditoria - ECAA, para Contratualização dos Prestadores de Serviço do SUS.

SMS ITUPORANGA	ECCA de atendimento para entrega da documentação
<p>LUIS CARLOS SUZZENA</p> <p>2ª. a 6ª. feira, das 8:00 às 12:00 horas 14:00 às 17:00 horas</p> <p>Fone: (047) 3533-1878</p> <p>e- mail: saude@ituporanga.sc.gov.br</p>	

#### OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- Entregar documentos em envelope fechado, no endereço supracitado, dirigido à Comissão de Avaliação das Solicitações.
- Caso o interessado encontre dificuldades em juntar a documentação, procurar estabelecimento contábil.

#### LEI Nº 2.604, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 2.604, de 02 de abril de 2015.

Altera disposições da Lei nº 2.416, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente - CTDCA e Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 1º do artigo 35 passa a ter a seguinte redação:

Art. 35. (...)

§ 1º O Conselho Tutelar, como órgão público administrativo especial, está vinculado administrativamente à Secretaria da Assistência Social, que lhe assegura tutela administrativa de apoio institucional - dotação orçamentária, recursos humanos de apoio, material, equipamento e instalação.

Art. 2º. O § 6º do artigo 41 passa a ter a seguinte redação:

Art. 41. (...)

§ 6º O servidor público municipal investido no mandato de Conselheiro Tutelar será afastado do cargo, empregado ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração de carreira, devendo, todavia, cumprir a carga horária do cargo originário efetivo.

(...)

§ 8º O candidato servidor público referido no § 6º deverá apresentar, no ato da inscrição para o mandato de Conselheiro Tutelar, a autorização expressa do Chefe do Poder Executivo para o seu afastamento do cargo, emprego ou função.



Art. 3º. O inciso V do artigo 43 passa a ter a seguinte redação:

Art. 43. (...)

V - em razão de falecimento de parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, pelo período de 03 (três) dias, a contar da data do óbito, incluindo esta;

Art. 4º. Os incisos III e VI do artigo 61 passam a ter a seguinte redação, acrescentando-se o inciso IX:

Art. 61 (...)

III - residir no Município há mais de 01 (um) ano;

(...)

VI - possuir experiência mínima comprovada de 06 (seis) meses na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira de trabalho comprovando a experiência na área com criança e adolescente;

d) nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Direito, apresentando o diploma de conclusão de curso, ficando dispensada a apresentação da experiência com crianças e adolescentes;

(...)

IX - se servidor público municipal, anuência expressa do Chefe do Poder Executivo;

Art. 5º. O inciso I do artigo 68 passa a ter a seguinte redação:

Art. 68. (...)

I - dar, fornecer, prometer ou entregar bens ou vantagens de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 6º O §4º do artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. (...)

§ 4º - O exercício efetivo como conselheiro tutelar de período, consecutivo ou não, superior a 1 (um) mandato e meio, é impedimento à recondução.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições anteriores.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 02 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA - FME

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA PARA ESCOLHA DE REPRESENTANTES E SUPLENTE VISANDO A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

O Fundo Municipal de Esportes (FME) convoca por meio do presente Edital todas as Associações, Clubes e Ligas Desportivas que representam o Município de Joaçaba em competições esportivas para participarem da Assembleia para a escolha de representantes junto ao Conselho Municipal de Esportes - CME, na data e local abaixo especificados, conforme determina a Lei Municipal nº 4568/26 DE DEZEMBRO DE 2014 e suas alterações:

#### DO OBJETO

Trata o presente Edital de convocação para Assembleia para escolha dos representantes e suplentes que comporão o Conselho Municipal de Esporte (CME), por parte das Entidades representativas descritas no artigo 2º (Representantes da Sociedade Civil) da Lei Municipal nº 3940/2009 Lei nº 4568/2014, para o mandato de 2015/2017.

#### DO LOCAL E DAS DATAS

As Entidades interessadas em indicar membros para composição do CME deverão participar da Assembleia, que será realizada no dia 10 de Abril de 2015, às 17h na FME, situada a Rua Tiradentes, nº 170, Casa da Cidadania, Joaçaba, SC.

#### DA PARTICIPAÇÃO

Poderão indicar membros para o CME, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 3940/2009 e alterações da Lei nº 4568/2014, representantes das Associações, Clubes e Ligas Desportivas que representam o Município de Joaçaba nas competições esportivas em que participam.

#### DOS DOCUMENTOS

As entidades interessadas deverão apresentar no momento da Assembleia os seguintes documentos:

- Cópia da ata de eleição da Diretoria, em caso de participação do Presidente, ou carta de preposição conforme o caso;
- Cópia do Estatuto da entidade atualizado;
- Documento de identidade.

#### DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

Após o credenciamento das Entidades participantes que terão direito a voto, as mesmas poderão fazer a indicação dos nomes dos interessados em fazerem parte do CME.

Indicados os nomes serão os mesmos postos em votação, sendo que os 03 (três) que obtiverem o maior número de votos serão os representantes titulares junto ao CME, e os 03 subsequentes serão os suplentes.

Havendo empate, haverá realização de sorteio entre os inscritos.

Os membros indicados tomarão posse e terão mandato de 02 (dois) anos, conforme determina o artigo 4º da Lei Municipal nº 4568/26 DE DEZEMBRO DE 2014.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor de Esportes - FME. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba, 27 de Março de 2015.

Rony Edson Lenz

Diretor de Esportes - FME

### **EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2015 - FMS**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2015 - FMS  
COOPERAÇÃO TÉCNICA, FINANCEIRA E INSTITUCIONAL  
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),  
CONVENIADO: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST

COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 4.561/2014 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64

OBJETO: BASES PARA A COOPERAÇÃO TÉCNICA, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS PARA O CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS), PAGÁVEL EM PARCELA ÚNICA DO EXERCÍCIO EM CURSO, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO. AS DESPESAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO DESTE CONVÊNIO SERÃO CUSTEADAS POR CONTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 24(VINTE E QUATRO) MESES A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA-SC, 02 DE ABRIL DE 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITO

ADEMIR LUIZ RIGHI  
FUNDO MUN. DE SAÚDE

ADGAR Z. BITTENCOURT  
DIRETOR GERAL HUST

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **RESOLUÇÃO 021/2015 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO - ALTERADA**

RESOLUÇÃO Nº 021/2015 DE 1º DE ABRIL DE 2015  
"DESIGNAR OS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o servidor MÁRCIO ROBERTO PICCOLI para o cargo de Pregoeiro Oficial e Presidente da Comissão de Licitações da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em substituição do servidor JEAN CARLOS DA SILVA, bem como nomear o servidor LEANDRO SARTORI para compor a Comissão de Licitações da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Art. 2º A Comissão designada fica composta da seguinte forma:

Presidente/Pregoeiro: Márcio Roberto Piccoli  
Membros: Cristiane Maria Denardi e Leandro Sartori

Membros Suplentes: Janaina Ferrandin

Parágrafo Único - A Comissão de Licitações de que trata o caput deste artigo fica designada para funcionar também como equipe de apoio para atuar nos Processos Licitatórios na modalidade Pregão.

Art. 3º - A Comissão designada é caracterizada por *múnus publico*.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2015.

Joaçaba, 1º de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

### **RESOLUÇÃO 022/2015 - NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR - MAURÍCIO BROLLO**

RESOLUÇÃO Nº 022/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor MAURÍCIO BROLLO para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, nível CC-2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 209 de 24 de outubro de 2011.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir 06 de abril de 2015.

Joaçaba, 06 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PLASS****RESOLUÇÃO Nº 02/2015/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS  
Av. XV de Novembro, 378 – Centro  
89600-000 - Joaçaba – SC  
Fone/Fax: 49 – 35278804  
E-mail – plassjba@gmail.com

**RESOLUÇÃO N.º 02/2015**

A Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 24 de março de 2015, conforme ATA nº 320/2015 e em conformidade com o Artigo nº 58, inciso VII da Lei Complementar nº. 90/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fixar a Função Gratificada para o cargo de Tesoureiro do PLASS previsto no Art. 59 "b" da Lei Complementar nº 90/2004, no valor de R\$ 747,89 (setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Joaçaba - SC, 24 de março de 2015.

JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

**BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO/2015****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>300.285,92</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>241.832,45</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	143.302,49	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>241.832,45</b>
RECEITA PATRIMONIAL	94.016,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.200,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	237.631,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	62.964,63		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>262.360,36</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>210.656,42</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	20.527,91	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	18.218,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	241.832,45	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	192.438,42
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>11.420.315,42</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>11.530.472,83</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.420.265,42	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.530.422,83
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.982.961,70</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.982.961,70</b>

Joacaba, 02/04/2015

\_\_\_\_\_  
 JULIANA DARTORA BESBATI  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
 JULIO CESAR BISSANI  
 Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
 ADONES MARCIANO  
 Contador

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### ATA DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 FMS

Ata Deserta Pregão Presencial 10/2015 FMS

No dia 09 de Abril de 2015 as 9h o Pregoeiro e sua equipe de apoio reuniram-se com o escopo de receber propostas para o objeto do certame. Tendo em vista a ausência de interessados restou o mesmo DESERTO. Desta feita, determinou-se a republicação do presente processo licitatório. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente sessão.

LEANDRO STANGHERLIN  
PREGOEIRO.

### DECRETO Nº 035/2015

DECRETO Nº 035/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE INDENIZAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NA JUNÇÃO DA RUA 20 DE JANEIRO COM A RUA TUBARÃO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ALCIMAR BENEDET, OU A QUEM DE DIREITO FOR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Lauro Muller e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, o imóvel de propriedade de Alcirar Benedit ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência. Objetivando o interesse social, a área de terra com 63,13m<sup>2</sup> (sessenta e três metros e treze centímetros quadrados), destinada à construção da Estação Elevatória - EE-02 do SES do Município de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no ponto P-1 (coordenadas UTM - N:6858374.195m e E:657765.068m); deste segue por linha seca com distância de 4,85m até o ponto P-2 (coordenadas UTM - N:6858376.791m e E:657760.963m), formando o lado Sudoeste que extrema com a Rua 20 de Janeiro; deste segue por linha seca com distância de 5,46m até o ponto P-3 (coordenadas UTM - N:6858379.519m e E:657765.695m), formando o lado Oeste que extrema com terras de ALCIMAR BENEDET; deste segue por linha seca com distância de 4,43m até o ponto P-4 (coordenadas UTM - N:6858383.285m e E:657763.365m), formando o lado Oeste que extrema com terras de ALCIMAR BENEDET; deste segue por linha seca com distância de 4,79m até o ponto P-5 (coordenadas UTM - N: 6858385.665m e E:657767.525m), formando o lado que extrema com terras de ALCIMAR BENEDET; deste segue por linha seca com distância de 8,83m até o ponto P-08 (coordenadas UTM - N:6858378.416m e E:657772.569m), formando o lado Nordeste que extrema com o terreno de ANTÔNIO BENEDET FILHO; deste segue por uma linha seca com distância de 8,61m até o ponto P-01 ( coordenadas UTM N.6858374.195m e E:657765.068m); formando o lado Sudeste que extrema com as margens do RIO TUBARÃO, fechando poligonal da área com 63,13m<sup>2</sup>.

Art. 2º - A área referida no artigo anterior destina-se a construção

da Estação Elevatória - EE-02, do SES do Município de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, podendo o Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, requerer judicialmente a imissão provisória para indenização do referido terreno, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei no. 3.365/41.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a indenização da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 038/2012 de 13/09/2012.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 036/215

DECRETO Nº 036/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE INDENIZAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NA JUNÇÃO DA RUA 20 DE JANEIRO COM A RUA TUBARÃO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ANTÔNIO BENEDET FILHO, OU A QUEM DE DIREITO FOR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Lauro Muller e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, o imóvel de propriedade de Antônio Benedit Filho ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência. Objetivando o interesse social, a área de terra com 58,72m<sup>2</sup> (cinquenta e oito metros e setenta e dois centímetros quadrados), destinada à construção da Estação Elevatória - EE-02 do SES do Município de Lauro Muller, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no ponto P-5 (coordenadas UTM - N:6858385.665m e E:657767.525m); deste segue por linha seca com distância de 6,75m até o ponto P-6 (coordenadas UTM - N:6858389.018m e E:657773.385m), formando o lado Noroeste que extrema com terras de ANTÔNIO BENEDET FILHO; deste segue por linha seca com distância de 8,74m até o ponto P-7 (coordenadas UTM - N:6858381.797m e E:657778.306m), formando o lado Nordeste que extrema com terras de ANTÔNIO BENEDET FILHO; deste segue por linha seca com distância de 6,66m até o ponto P-8 (coordenadas UTM - N:6858378.416m e E:657772.569m), formando o lado Sudeste que extrema com as margens do RIO TUBARÃO; deste segue por linha seca com distância de 8,83m até o ponto P-5 (coordenadas UTM - N:



6858385.665m e E:657767.525m), formando o lado Sudoeste que extrema com terras de ALCIMAR BENEDET, fechando a poligonal da área com 58,72m2.

Art. 2º - A área referida no artigo anterior destina-se a construção da Estação Elevatória - EE-02, do SES do Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, podendo o Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, requerer judicialmente a imissão provisória para indenização do referido terreno, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei no. 3.365/41.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a indenização da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 036/2012 de 13/09/2012.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

## DECRETO Nº 037/2015

DECRETO Nº 037/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 08

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 120.000,00

Total: R\$ 120.000,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

2.003 - Manutenção da Administração Geral

DOTAÇÃO 06

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 120.000,00

Total: R\$ 120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

## LEI Nº 1.848/2015

LEI Nº 1.848/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA O CORAL INFANTO JUVENIL MENINO JESUS DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a celebração de convenio com o Coral Infante Juvenil Menino Jesus de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 05.768.352/0001-05, com sede na Rua Itagiba, s/n, Centro - Lauro Müller/SC, com o objetivo de custear despesas com aquisição de novos uniformes, equipamentos de som e manutenção do coral.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e a Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.838/2014, de 12 de Dezembro de 2014; 06.02 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico; Projeto de Atividades: 2.026 - Manutenção de Atividades Culturais; Rubrica 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de aprovação da presente Lei.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

## CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E O CORAL INFANTO JUVENIL MENINO JESUS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado o Coral Infanto Juvenil Menino Jesus de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 05.768.352/0001-05, com sede na Rua Itagiba, s/nº, Bairro Centro - Lauro Müller/SC, representada neste ato por sua Presidente Maria Lúcia Gonçalves Mariot, com CPF nº 452.599.689-72, acordam o que segue:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira para custear despesas decorrentes de aquisição de novos uniformes, equipamentos de som e manutenção do coral.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá ao Coral Infanto Juvenil de Lauro Müller o valor total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), sendo efetuado o repasse em até 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO  
O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

## CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

## CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de sua publicação.

## CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 19 de Março de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

MARIA LÚCIA GONÇALVES MARIOT

Presidente do Coral Infanto Juvenil Menino Jesus

## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

**LEI Nº 1.849/2015**

LEI Nº 1.849/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BARBARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), mediante a celebração de convênio com a Associação Musical Santa Bárbara, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.818.248/0001-58, para auxiliar na contratação de Professor de Música, custeio e investimentos da entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.838/2014, de 12 de Dezembro de 2014; Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal do Turismo; Unidade: 06.02 - Departamento da Cultura; Proj./Ativ.: 2.026 - Manutenção de Atividades Culturais; 3.3.50.00.00.00.00.0116 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE MARÇO De 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

CONVÊNIO Nº 003/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E A ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BARBARA/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BÁRBARA de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 83.818.248/0001-58, com sede na Rua Dr. Edgar Coelho de Sá, nº s/n, Bairro Centro - Lauro Müller/SC, representada neste ato por sua Presidente Cleusa Maria Coan, com CPF nº 523.039.189-87, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na contratação de Professor de Música, custeio e investimentos da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação Musical Santa Bárbara o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo efetuado o repasse em até 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderá ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

V - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da

estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de sua publicação.

#### CLAUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 19 de março de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

CLEUSA MARIA COAN  
Presidente da Associação  
Musical Santa Barbara

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

#### LEI Nº 1.850/2015

LEI Nº 1.850/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A AFAS - ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a AFAS - ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do município de Lauro Müller, registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 18.833.771/0001-25, de 03/09/2013.

Art. 2º - Em decorrência dos efeitos produzidos por esta Lei, a entidade aludida no artigo anterior gozará de todos os benefícios e prerrogativas previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE MARÇO De 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

#### LEI Nº 1.851/2015

LEI Nº 1.851/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015  
DENOMINA DE GREGÓRIO KAMINSKI A RUA S/D 203, EM MINA NOVA, MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fabício Kusmin Alves, Prefeito Municipal de Lauro Müller - SC faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a seguinte rua na localidade de Mina Nova, neste município conforme mapa em anexo, parte integrante desta Lei.

I - A Rua S/D 203 passa a denominar-se: RUA GREGÓRIO KAMINSKI.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos providenciará a confecção e colocação de placa indicadora na referida rua, indicando a denominação dada por esta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE MARÇO De 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

#### LEI Nº 1.852/2015

LEI Nº 1.852/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 24.750,00 (Vinte e quatro mil e setecentos e cinquenta reais), mediante a celebração de



convenio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 85.079.218/0001-36, com sede na Rua Henrique Lage, nº 219, Bairro Centro- Lauro Müller/SC, com o objetivo de custear despesas decorrentes de serviços médicos, odontológicos e de manutenção daquela entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e a Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.838/2014, de 12 de Dezembro de 2014; 07.01 - Fundo Municipal de Saúde; Projeto de Atividades: 2.015 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; rubrica 3.3.50.00.00.00.00.0003 - Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de aprovação da presente Lei.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE MARÇO De 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planejamento

CONVÊNIO Nº 004/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 85.079.218/0001-36, com sede na Rua Henrique Lage, nº 219, Bairro Centro- Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Agostinho Crocetta, com CPF nº 039.376.719-19, acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira para custear despesas decorrentes de serviços médicos, odontológicos e de manutenção daquela entidade.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller valor total de R\$ 24.750,00 (Vinte e quatro mil e setecentos e cinquenta reais), sendo efetuado o repasse em até 9 (nove) parcelas no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de sua publicação.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com



renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 30 de Março de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES                      AGOSTINHO CROSETTA  
Prefeito Municipal                      Presidente do Sindicato dos  
Trabalhadores Rurais de Lauro Müller

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_

### **LEI Nº 1.853/2015**

LEI Nº 1.853/2015 DE 30 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e estabelecido no Plano Nacional de Educação - PNE através da Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, será exercida na forma desta, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I - Autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão pedagógica;

II - Livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

III - Participação dos segmentos da comunidade escolar aos processos decisórios em órgãos colegiados;

IV - Transparência dos mecanismos administrativos e pedagógicos;

V - Garantia da descentralização do processo educacional; e

VI - Valorização e aplicação dos profissionais da educação.

Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino serão instituídos como órgãos relativamente autônomos, dotados de autonomia na gestão pedagógica em consonância com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Todo estabelecimento de ensino da rede pública municipal está sujeito à supervisão, na forma prevista para as entidades da Administração Indireta.

Art. 4º - Fica criado o Conselho Escolar nas escolas da rede municipal de ensino do município de Lauro Müller/SC.

Art. 5º - Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, terão funções consultivas, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, garantindo o acompanhamento da aprendizagem de todos os alunos, auxiliando nos casos que

interferem diretamente esse processo, como infrequência, indisciplina e abandono de escola.

Art. 6º - São atribuições do Conselho Escolar, dentre outras:

I - Elaborar seu próprio regimento;

II - Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar;

III - Participar e aprovar alterações na proposta pedagógica;

IV - Coordenar, em conjunto com a direção da escola o processo de discussão, elaboração ou alteração do Conselho Escolar.

V - Convocar assembleias gerais dos segmentos da comunidade escolar;

VI - Recorrer a instâncias superiores sobre questões que não se julgar apto a decidir e não previstas no regimento do conselho escolar; e

VII - Analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho.

Art. 7º - O Conselho Escolar será composto por número ímpar de conselheiros, não podendo ser inferior a 5 (cinco), nem exceder a 11 (onze).

Art. 8º - A direção da escola integrará o Conselho Escolar, representada pelo diretor, como membro nato.

Art. 9º - Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para pais e alunos e 50% (cinquenta por cento) para membros do Magistério servidores.

§ 1º - No impedimento legal do segmento/aluno ou do segmento/pais, o percentual de 50% (cinquenta por cento) será completado, respectivamente por representantes de pais e alunos.

§ 2º - Na inexistência do segmento de servidores, o percentual de 50% (cinquenta) será completado por representantes de membros do Magistério.

Art. 10 - Da eleição será lavrada ata, que assinada pelos membros da comissão eleitoral, fica arquivada na escola.

Art. 11 - O Conselho Escolar tomará posse no prazo de 15 (quinze) dias após sua eleição.

§ 1º - A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela direção da escola e dos seguintes, pelo próprio Conselho Escolar.

§ 2º - O Conselho Escolar elegerá seu presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos;

Art. 12 - O mandato de cada membro do Conselho Escolar terá a duração de 2 (dois) anos, não permitidas reconduções.

Art. 13 - O Conselho Escolar deverá reunir-se 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando for necessário, por convocação:

I - De seu presidente;

II- Do diretor da escola; e

III- Da metade mais um de seus membros.

Parágrafo Único: Não haverá remuneração em quaisquer dos

cargos do Conselho Escolar.

Art. 14 - O Conselho Escolar funcionará somente com quorum mínimo de metade mais 1 (um) de seus membros.

Parágrafo Único: Serão válidas as deliberações do Conselho Escolar tomadas por metade mais 1 (um) dos votos dos presentes à reunião.

Art. 15 - Ocorrerá à vacância de membro do Conselho Escolar por conclusão do mandato, renúncia, desligamento da escola ou destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º - O não comparecimento injustificado do Membro do Conselho Escolar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também implicará vacância da função de Conselheiro.

§ 2º - O pedido de destituição de qualquer membro só poderá ser aceito pelo Conselho se aprovado em assembleia geral do segmento, cujo pedido de convocação venha acompanhado de assinatura de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seus pares e de justificativa.

Art. 16 - Cabe ao suplente:

I - Substituir o titular em caso de vacância.

II - Completar o mandato do titular em caso de vacância.

Parágrafo Único: Caso algum segmento da comunidade escolar tenha a sua representação diminuída, o Conselho providenciará a eleição de novo membro com seu respectivo suplente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância.

Art. 17 - Os estabelecimentos de ensino que forem criados a partir da data da publicação desta lei, deverão possuir um Conselho Escolar em funcionamento no prazo máximo de 1 (um) ano, contada a data de publicação do ato de autorização de seu funcionamento.

Art. 18- A autonomia da Gestão Pedagógica dos estabelecimentos de ensino será assegurada:

I - Pelo Projeto Político Pedagógico da EU em consonância com o PME;

II - Pela formação inicial e continuada do profissional da educação;

III - Pela valorização do profissional da educação;

IV - Pela participação da comunidade escolar; e

V - Pelo reconhecimento da função educativa dos trabalhadores do quadro auxiliar do magistério e por contínua formação.

Art. 19 - O Conselho Escolar terá seu Regimento Interno criado em trinta dias, a partir da vigência desta lei.

Art. 20 - O Regimento do Conselho Escolar definirá detalhes de seu funcionamento.

Art. 21 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE MARÇO De 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planejamento

### **LEI Nº 1.854/2015**

LEI Nº 1.854/2015 DE 02 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À CO-OPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 53.410,00 (Cinquenta e três mil e quatrocentos e dez reais), mediante a celebração de convênio com a Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro do Município de Lauro Müller/SC, que tem como objetivo prestar serviços aos associados, congregando agricultores e pecuaristas de sua área de ação, realizando o interesse econômico dos mesmos mediante as seguintes atividades: receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus associados, registrando suas marcas se for o caso; adquirir e repassar aos associados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; prestar assistência tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos públicos atuantes no setor; fazer quando possível adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos associados; obter recursos para financiamento do custeio de lavouras e investimentos dos associados; promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e direito da cooperativa; prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa e/ou seus associados; trabalhar para o desenvolvimento sustentado da sua comunidade, mediante políticas aprovadas pelos membros.

Parágrafo Único - O convenio de que se trata o "caput" deste artigo, tem por objetivo auxiliar na cooperação financeira do custeio para elaboração dos Projetos de Engenharia Estrutural, Elétrico e Telecomunicação, Hidráulico, Preventivo de Incêndios e Licenciamento Ambiental, do conjunto de edificações da Indústria de Laticínios da Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro (CO-OPERAGROSERRA), que será firmado nas condições estabelecidas no Convênio em anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.838/2014, de 12 de Dezembro de 2014; Órgão: 08 - Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente; Unidade: 01 - Fundo Municipal da Agricultura; Proj./Ativ.: 2.033 - Apoio ao Produtor Rural: 3.3.50.00.00.00.00.0116 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE ABRIL De 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
SECRETÁRIA DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

CONVÊNIO Nº 005/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E À COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 08.313.419/0001-05, com sede na Rua Walter Vetterli, nº s/n, Bairro Centro - Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Anderson da Rosa, com CPF nº 049.153.349-70, acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos para auxiliar na cooperação financeira do custeio para elaboração dos Projetos de Engenharia Estrutural, Elétrico e Telecomunicações, Hidráulico, Preventivo de Incêndios e Licenciamento Ambiental do conjunto de edificações da Indústria de Laticínios da Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro (COOPERAGRO-SERRA) para posterior aprovação no Serviço de Inspeção Federal no Ministério da Agricultura em Brasília, Brasil.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à COOPERATIVA AGROPECUÁRIA SERRA DO RIO DO RASTRO o valor total de R\$ 53.410,00 (Cinquenta e três mil e quatrocentos e dez reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2015, a partir da data de sua publicação.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 02 de abril de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

ANDERSON DA ROSA

Presidente da Cooperagroserra

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

**RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº39/2015 PMLM**

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº39/2015 PMLM

PROCESSO Nº39/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alterações descritivas no termo de referencia do edital que tem como objeto, contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de lixeiras para as demandas do Município de Lauro Muller/SC, assim sendo mantem-se a data de abertura, 14 de abril de 2015 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES), o edital retificado está disponível no site do municipio, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 2 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº35/2015 PMLM**

SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº35/2015 PMLM

PROCESSO Nº35/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alterações referentes ao descritivo do item 2 do referido edital com objeto, contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de ROÇADEIRA HIDRAULICA ARTICULADA e TRATOR AGRÍCOLA NOVO, para entrega IMEDIATA, para o exercício de 2015, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, o edital retificado está disponível no site do municipio, assim sendo fica mantida a data para dia 13 de abril de 2015 as 09:00hs maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 2 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**Lebon Régis****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição de materiais de construção para melhorias na Ponte da divisa entre Lebon Régis e Fraiburgo, entre as Comunidades de Taboão (LR) e Butiá Verde (FB), com área a ser construída de 25,76 m², que servirá como passeio para eventuais trânsitos de máquinas agrícolas de dimensões especiais e passeio de pedestres melhorando o acesso na região. Conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do 17/04/2015. Obtenção do Edital e maiores informações: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis 02 de abril de 2015. Ludovino Labas - Prefeito.

**Leoberto Leal****PREFEITURA****DECRETO N.º 033/2015**

DECRETO Nº 033, DE 02 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	52.309,65
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	52.309,65
Função	10	Saúde	52.309,65
Sub-função	301	Atenção Básica	52.309,65
Programa	06	Saúde com Excelência	52.309,65
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	27.485,20
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	27.485,20
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.855,84
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.855,84
Fonte de Recursos	0.3.0038.10	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Saúde da Família	1.140,61
Fonte de Recursos	0.3.0038.11	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Saúde Bucal	516,24
Fonte de Recursos	0.3.0038.12	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde - ACS	10.198,99
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.629,36
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.629,36
Fonte de Recursos/Detalhamento	0.3.0038.13	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Programa de melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	10.541,06
Fonte de Recursos/Detalhamento	0.3.0038.14	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Vigilância Alimentar e Nutricional	3.000,00
Fonte de Recursos/Detalhamento	0.3.0038.16	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Incentivo Adicional ao PACS	100,00
Fonte de Recursos/Detalhamento	0.3.0038.17	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Programa Saúde na Escola - PSE	1.988,30

Atividade	2.047	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Fixo – PABF	24.824,45
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.824,45
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.824,45
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.824,45
Fonte de Recursos	0.3.0038.8	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	12.824,45
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	12.000,00



Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0038.8	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	12.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			52.309,65

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte de Recurso	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	0.1.0064/8	24.824,45
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Saúde da Família	0.1.0064/10	1.140,61
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Saúde Bucal	0.1.0064/11	516,24
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde	0.1.0064/12	10.198,99
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Programa melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0.1.0064/13	10.541,06
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Vigilância Alimentar e Nutricional	0.1.0064/14	3.000,00
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Incentivo Adicional ao PACS	0.1.0064/16	100,00
Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Programa Saúde na Escola - PSE	0.1.0064/17	1.988,30
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO.....		52.309,65

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de abril de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 031/2015

DECRETO Nº 031 DE 1º DE ABRIL DE 2015.

“ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV - RESIDENCIAL JARDIM DAS COLINAS”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 966, de 03 de maio de 2013, e no Art. 3º da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Os critérios para o processo de seleção das famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Residencial Jardim das Colinas - ficam estabelecidos na forma deste Decreto.

§ 1º O Município não se responsabiliza pelo indeferimento de inscrição da família selecionada que, por motivo de distorção cadastral ou exigência especial, não preencher integralmente os requisitos exigidos pelo Programa Habitacional específico.

§ 2º A inclusão da família habitacional fica condicionada à aprovação do cadastro e à disponibilidade de unidades habitacionais.

Art. 2º Podem participar do Programa Minha Casa Minha Vida as famílias que obedecem aos seguintes critérios e apresentem os referidos documentos:

- I - Renda familiar até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) - (Apresentar comprovante de renda familiar);
- II - Famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco (Apresentar Declaração da Defesa Civil);
- III - Famílias de que façam parte pessoas com deficiência; e
- IV - Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 3º Para fins de seleção e classificação serão observados:

V - Composição Familiar:

- a) Casados (apresentar Certidão de Casamento) ou união estável (apresentar declaração registrada em cartório) com filhos - 4 pontos
- b) Casados (apresentar Certidão de Casamento) ou união estável (apresentar declaração registrada em cartório) sem filhos - 2 pontos
- c) Pessoas separadas ou divorciadas (apresentar Certidão de Casamento com averbação de separação) com a guarda dos filhos - 4 pontos
- d) Solteiros ou separados ou divorciados (apresentar Certidão de Casamento com averbação de separação) sem filhos - 1 ponto

VI - Quantidade de filhos:

- a) 4 filhos ou mais (apresentar Certidões de Nascimento) - 1 ponto
  - b) 3 filhos (apresentar Certidões de Nascimento) - 0,7 pontos
  - c) 2 filhos (apresentar Certidões de Nascimento) - 0,5 pontos
  - d) 1 filho (apresentar Certidão de Nascimento) - 0,2 pontos
- VII - Faixa etária:

- a) 51 a 60 anos (apresentar Identidade e CPF) - 1 ponto
- b) 41 a 50 anos (apresentar Identidade e CPF) - 0,7 pontos
- c) 31 a 40 anos (apresentar Identidade e CPF) - 0,5 pontos
- d) 18 a 30 anos (apresentar Identidade e CPF) - 0,2 pontos

VIII - Situação residencial:

- a) Casa alugada (apresentar contrato de aluguel) - 2 pontos
- b) Casa cedida (apresentar declaração registrada em Cartório) - 1 ponto
- c) Mora com os pais (apresentar fatura da conta de energia elétrica ou de água) - 0,5 pontos

IX - Tempo de residência no Município:

- a) Residentes à mais de 5 anos (apresentar documentos comprobatórios de residência - ex.: contrato de aluguel, ou fatura da conta de energia elétrica ou de água da época, ou declaração registrada em Cartório) - 4 pontos
- b) Residentes há 4 anos (apresentar documentos comprobatórios de residência - ex.: contrato de aluguel, ou fatura da conta de energia elétrica ou de água da época, ou declaração registrada em Cartório) - 3 pontos
- c) Residentes há 3 anos (apresentar documentos comprobatórios de residência - ex.: contrato de aluguel, ou fatura da conta de energia elétrica ou de água da época, ou declaração registrada em Cartório) - 2 pontos
- d) Residentes de 6 meses à 2 anos e 11 meses (apresentar documentos comprobatórios de residência - ex.: contrato de aluguel, ou fatura da conta de energia elétrica ou de água da época, ou declaração registrada em Cartório) - 1 ponto

§ 1º São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico tais como, erosão, solapamento, queda ou rolamento de blocos de rocha, eventos de inundações, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil (apresentar laudo da Defesa Civil).

§ 2º Para a classificação será considerada a pontuação.

§ 3º As pessoas com deficiência necessitam apresentar atestado médico com indicação da CID.

Art. 4º O processo de seleção e classificação das famílias será executado e coordenado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município.

§ 1º Ato do titular do Poder Executivo designará a equipe técnica responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos, que será constituída por servidores com formação profissional, coordenados por um servidor efetivo na área do Serviço Social.

§ 2º As dúvidas oriundas durante o processo de seleção e classificação das famílias, que não puderem ser solucionadas pela equipe técnica designada, serão remetidos ao Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS para análise.

Art. 5º Somente poderá participar do processo de seleção a família:

- I - cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - não seja proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário, arrendatário do PAR (Programa de Arrendamento Residencial) ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do país;
- II - cuja renda mensal familiar seja de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais);
- III - cujo titular seja brasileiro nato ou naturalizado ou tenha visto permanente no país, no caso de estrangeiro;
- IV - cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - seja inscrito no CADÚNICO do Governo Federal;
- V - que não tenha acessado residência oriunda de programas habitacionais Federais, Estaduais e Municipais nos últimos cinco anos,

exceto se a residência objeto do programa tiver sido atingida por catástrofes, com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel.

Art. 6º O Município indicará as pessoas com deficiência de acordo com a quantidade de unidades habitacionais adaptadas ou adaptáveis do empreendimento e os candidatos idosos de acordo com os percentuais mínimos previstos nos normativos específicos dos programas integrantes do PMCMV, referidos no item 1 do Anexo da Portaria nº 140, de 05/03/2010, do Ministério das Cidades e no artigo 38, inciso I do Estatuto do Idoso (3% das unidades habitacionais), que deverão atender os critérios definidos neste Decreto.

Art. 7º Os analfabetos, as pessoas que não podem assinar ou que não poderão estar presentes no evento de assinatura deverão apresentar Procuração (modelo disponibilizado pela CAIXA) que é documento obrigatório para aqueles que precisam ser representados.

Art. 8º Os candidatos que não forem contemplados no preenchimento dos percentuais mínimos, deverão concorrer no processo geral de seleção.

Art. 9º O titular da família que trabalhar como autônomo, sem vínculo empregatício, poderá comprovar sua renda mediante declaração (registrada em cartório) formalizada ao Município.

Art. 10. O resultado da seleção e classificação será enviado à Caixa Econômica Federal para análise técnica e homologação do resultado.

Art. 11. O resultado final da seleção das famílias será publicado no DOM (Diário Oficial dos Municípios), no Mural da Prefeitura, no Site Eletrônico do Município e em jornal de circulação.

Art. 12. É assegurado às famílias o direito de recorrer do resultado da seleção no prazo de até quinze dias, contado da data da publicação do resultado final.

Parágrafo único. O julgamento do recurso de que trata o caput dar-se-á no prazo de até quinze dias, contado da data de sua protocolização.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS em 1º de abril de 2015.

Leoberto Leal, 1º de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 032/2015**

DECRETO Nº 032, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

“ESTABELECE DATA DE ABERTURA DAS ATUALIZAÇÕES DOS CADASTROS E FORMALIZAÇÃO DE NOVAS INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 966, de 03 de maio de 2013, no Decreto Municipal nº 031 de 1º de abril de 2015 e no Art. 3º da Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, com redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o período para atualização de cadastro e formalização de novas inscrições do processo de seleção das famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Residencial Jardim das Colinas.

Parágrafo único. As famílias interessadas deverão se dirigir ao Setor da Assistência Social de Leoberto Leal, situado na Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, durante o período de 06 a 17 de abril de 2015, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Lindóia do Sul****PREFEITURA****LEI COMPLEMENTAR N.º 249/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR N.º 249/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 35/99 E ESTABELECE CONDIÇÕES PARA ELEIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 91, V da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 14 da Lei Complementar n. 35, de 16 de março de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Os cinco candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal como membros titulares do CTDCA e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§ 1º Ocorrendo à vacância ou afastamentos de quaisquer dos membros titulares imediatamente será convocado o suplente.

§ 2º Inexistindo suplentes deverá ser realizado processo de escolha suplementar.

§ 3º A homologação da candidatura de membro do CTDCA a cargo eletivo implica no afastamento do mandato, por incompatibilidade com o exercício da função.

Art. 2º O art. 16 da Lei Complementar n. 35, de 16 de março de 1999 passa a vigorar com o acréscimo de mais um inciso e de um parágrafo único e o seu inciso V, acrescido pela Lei Complementar n. 81, de 13 de junho de 2.005, fica alterado, ficando com a seguinte redação:

Art. 16. ....  
.....

V - comprovar, como escolaridade mínima o ensino médio;

VI - obter a aprovação em prova de conhecimento sobre direitos da criança e adolescente.

Parágrafo único. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), poderá ser reaberto o prazo para novas candidaturas.

Art. 3º O art. 17 da Lei Complementar n. 35, de 16 de março de 1999, passa a vigorar com o acréscimo de mais um § com a seguinte redação:

Art. 17. ....  
.....

§ 5º O CMDCA aprovará resolução regulamentadora do processo de escolha de que trata o caput e, até o final do mês de março de cada ano subsequente ao das eleições para Presidente da República, publicará edital desse processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, dando ampla publicidade ao mesmo.

Art. 4º O art. 19 da Lei Complementar n. 35, de 16 de março de 1999, passa a vigorar com o acréscimo de § § e o parágrafo único fica alterado, passando, todos, com a seguinte redação:

Art. 19. ....  
.....

§ 1º A função de membro titular do CTDCA exige dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§ 2º O servidor público no exercício do mandato de titular do CTDCA ficará automaticamente em licença do cargo, recebendo

apenas a remuneração de conselheiro, sendo o tempo de exercício do mandato considerado para todos os fins de progressão e tempo de serviço na carreira; o servidor suplente do CTDCA terá suas ausências do cargo justificadas, quando estas não forem superiores a 03 dias por mês, aplicando-se a regra anterior se superior.

§ 3º O CTDCA funcionará, aberto ao público, em sua sede, nos mesmos horários de expediente da Prefeitura Municipal e de forma permanente através de plantão, sendo que os seus cinco membros titulares serão submetidos a mesma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, mais os períodos de plantão ou sobreaviso, que serão iguais a todos.

§ 4º As funções e atribuições descritas no § 3º serão desempenhadas sem qualquer outro acréscimo à remuneração que prevê o art. 21.

Art. 5º O art. 23 da Lei Complementar n. 35, de 16 de março de 1999, passa a vigorar com o acréscimo dos § § com a seguinte redação:

Art. 23. ....  
.....

§ 1º Ao conselheiro tutelar, aplica-se de forma subsidiária o regime disciplinar, com os mesmos deveres e condutas dispostas no Estatuto do Servidor Público, assim como, nos regulamentos e recomendações expedidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

§ 2º As penalidades administrativas imputadas aos membros do CTDCA serão apuradas e aplicadas, no que for compatível, segundo o estabelecido no Estatuto do Servidor Público Municipal, dentre as quais:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função; e

III - destituição do mandato.

§ 3º Depois de autorizada a sua instauração, na forma estabelecida no caput, a condução do processo administrativo para a apuração de infrações será efetuada por servidores efetivos do Município, com decisão final proferida pelo CMDCA.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 02 de Abril de 2015  
Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

## Luzerna

### PREFEITURA

#### CONTRATO PML Nº 071.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 071/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

MERCADO RZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, 357, Centro, no Município de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.373.157/0001-15, neste ato representada por sua sócia administradora SALETE VARISA PARIZOTTO, brasileira, maior, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 11-R-1.701.003 e inscrita no CPF/MF sob o nº 518.025.209-10, residente e domiciliada na Rua Joaquim Moreira dos Santos, 22, Bairro Centro, na cidade de Videira/SC, doravante denominado FORNECEDOR.

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 002/2015, Pregão Presencial nº 001/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2015, constantes do Edital e de sua proposta comercial. Justifica-se a contratação devido ao fato da empresa vencedora do certame SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTES EIREILI -ME não ter assinado a Ata de Registro de Preço antes do Município iniciar a aquisição dos produtos, desistindo do ajuste, assim em observância aos preceitos do edital, chamou-se a segunda colocada a empresa licitante FABRICA DE CONSERVAS SURUVI LTDA -ME, sendo que a mesma não demonstrou interesse na demanda, sucessivamente intimou-se a terceira colocada, a empresa licitante MERCADO RZ LTDA, que assumiu a contratação nas mesmas condições da primeira, deste modo redige-se esta nova Ata de Registro de Preço possuindo igual prazo e contenha as mesmas condições propostas pela primeira empresa licitante classificada.



Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	50,00	KG	Açúcar mascavo composição: caldo de cana de açúcar. Rico em sais minerais e vitaminas, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estanhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	7,48	374,00
11	300,00	UN	Amido de milho acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	4,88	1.464,00
13	300,00	KG	Arroz de moinho isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	1,80	540,00

1.2. O FORNECEDOR MERCADO RZ LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 2.378,00 (dois mil trezentos e setenta e oito reais).

1.3. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano de 2015;

1.3.1.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital;

1.3.2.O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna;

1.3.3.Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade;

1.3.4.Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura;

1.3.5. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas;

1.3.6.O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto;

1.3.7.As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg;

1.3.8. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente;

1.3.9. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar;

1.3.10. A farinha de trigo deverá ser especial;

1.3.11. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas";

1.3.12.O FORNECEDOR deverá trocar o produto fornecido quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sem custos adicionais;

1.3.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias;

1.3.14.O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no Edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

1.3.15. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do Edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

1.3.16. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente;

1.3.17. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2.As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3.Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços



registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos produtos, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade Requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700);

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções

previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da

comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso

fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Modalidade de Aplicação – 3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 2.036.3390.00- PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR ED.BASICA - FUNDAMENTAL

Atividade: 2.029.3390.00- MANUT. PROGRAMA MERENDA ESCOLAR DA ED.BASICA - INF

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até de 12 meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	SALETE VARISA PARIZOTTO MERCADO RZ LTDA FORNECEDOR
TESTEMUNHAS:	2.
1. _____	_____

**Macieira****PREFEITURA****DECRETO 1**

DECRETO Nº1485, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, considerando a Semana Santa,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 02 de abril (Quinta Feira), período da tarde.

Parágrafo Único - Não será facultativo o Ponto nas Repartições cujos Serviços são considerados essenciais e não podem, pela sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente, tanto que a Secretaria da Saúde ficara com plantão para encaminhamento de emergência para atendimento fora do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 02 de abril de 2015.

Emerson Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 1478**

DECRETO Nº1478, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 764/14 de 25/11/2014 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2015. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 780 de 17/03/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementarespecial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.07 Secretaria Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 250.000,00

03.08 Sec. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico  
20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.07 Secretaria Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
10.13 Aquisição de Maquinas e Veículos  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 310.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO 1479**

DECRETO Nº1479, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 783 de 24/03/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014.

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.05 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
10.16 Ampliação da Área Esportiva  
44.90.3.1 Aplicações Direta.  
R\$ 100.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO 1480**

DECRETO Nº1480, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2014, Alienação de Bens do Município.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 782 de 24/03/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014.

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
10.03 Aquisição de Veículos Saúde  
44.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO 1481**

DECRETO Nº1481, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 7648/14 de 25/11/2014 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2015.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 784 de 24/03/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementarespecial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. De Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
33.72.30 Execução Orç. Delegada a Consórcios Públicos MC  
R\$ 9.000,00

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. De Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
33.72.39 Execução Orç. Delegada a Consórcios Públicos PJ  
R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. De Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos Serviços de Utilidade Publica  
33.71 Transferências a consórcios públicos  
R\$ 18.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 24 de Março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **DECRETO 1484**

DECRETO Nº 1484, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Cria e Nomeia o Comitê de coordenação e Comitê Executivo, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Cria o Comitê de coordenação, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico, como instancia consultiva e deliberativa, responsável pela condução da elaboração do plano Municipal de Saneamento Básico:

Art. 2 º - Nomeia os membros do Comitê de coordenação, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico:

Emerson Zanella  
PREFEITO Municipal  
Silvana G Maffioletti - Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento  
Pedro Sergio dos Santos - Presidente da Câmara Municipal de vereadores  
Almir Jose Arconti Rossi - Presidente da APP da Escola Estadual  
Anadir Rampinelli - Presidente da APP da Escola Municipal

Art. 3º - Cria o Comitê Executivo, como instancia responsável pela



operacionalização do processo de elaboração do plano:

Art. 4º - Nomeia os membros do Comitê Executivo, para operacionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico:

Ronivon Luiz Bridi - engenheiro Agrônomo  
Mariza Ap Perego Schimitz - Secretária da Saúde  
Pedro Felix Zuqui - Secretário de Infraestrutura e desenvolvimento Urbano  
Noilir Manenti - Assistente Social  
Lídio Campagnin - Secretário de Agricultura e Meio Ambiente  
Samir Corrent - CASAN  
Toni Clei Mazurkiewski - EPAGRI

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 02 de abril de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### LC 74

LEI COMPLEMENTAR Nº74, DE 17 DE MARÇO DE 2015.  
"AUTORIZA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A SEREM COBRADOS PELOS TRIBUTOS MUNICIPAIS A TÍTULO DE REVISÃO GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica autorizado o chefe do poder executivo a atualizar os valores a serem cobrados pelos tributos municipais, através do indexador oficial IPCA, acumulado no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, em conformidade com a Lei Complementar Nº 007/96, no percentual de 6,41% (seis virgula quarenta e um por cento), correspondente as perdas inflacionárias ocorridas no período acumulado, E também fica autorizado a praticar atualizações monetárias anualmente, nos próximos exercícios financeiros, baseando-se sempre no IPCA, relativo aos meses de janeiro a dezembro do ano anterior a data base.

Art. 2º. . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Macieira, 17 de março de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### LC 75

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 24 DE MARÇO DE 2015  
CRIA CARGOS,  
ALTERANDO A LEI COMPLEMENTAR Nº 55/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Cria o cargo de Assessor Jurídico e Médico Pediatra, conforme tabela abaixo:

Cria cargo na LC 55/2013	Carga horária	Nível	Vagas	Salário
Assessor Jurídico	20 horas	Superior	01	R\$ 3000,00
Médico Pediatra	04 horas	Superior	01	R\$ 1.200,00

Art. 2º. - As Atribuições e habilitação necessária encontram-se no Anexo I desta Lei.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### LC 76

LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 24 DE MARÇO DE 2015  
AUMENTA NUMERO DE VAGAS,  
ALTERANDO A LEI COMPLEMENTAR Nº 55/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. -Aumenta numero de vagas no cargo de Enfermeira e Nutricionista, conforme tabela abaixo:

Nome do Cargo	Carga horária	Vagas da LC 55	Vagas pretendidas
Enfermeira	40 horas	02	03
Nutricionista	40 horas	01	02

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Complementar nº64, de 29/04/2014.

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### LEI 776

LEI Nº776, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.  
Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Macieira.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS - de Macieira, com fundamentos nas Leis Federais nº. 11.445/07 e nº 12.305/10 e seus respectivos decretos regulamentadores, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento



sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

Art. 2º Não constitui serviço público de saneamento, a ação executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 3º Faz parte integrante desta lei, o texto completo da construção técnica do PMGIRS, constante do Anexo Único, cujo diagnóstico, diretrizes e metas deverão ser observadas para o seu cumprimento, nos termos do regulamento;

Art. 4º O Município de Macieira poderá adotar medidas e ações conjuntas com municípios vizinhos, para a gestão de resíduos sólidos mediante a criação de consórcios intermunicipais, na forma da lei;

#### Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 5º Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305/10 e seu decreto regulamentador, os geradores elencados no artigo 20 da referida lei federal;

§ 1º O conteúdo mínimo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é aquele definido no artigo 21 da Lei nº 12.305/10 e seu regulamento;

§ 2º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto nesta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Federal Complementar nº 123/06, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 6º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 7º Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis, ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas, pelos

órgãos públicos, ao Sinir, na forma do regulamento.

#### Dos Resíduos Industriais

Art. 8º O gerenciamento dos resíduos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender aos requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata esta lei.

Art. 9º Compete aos geradores de resíduos industriais, a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a geração até a sua disposição final, incluindo:

I - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com suas classes e características;

II - o acondicionamento, identificação e transporte interno, quando for o caso;

III - a manutenção de áreas para a sua operação e armazenagem;

IV - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

V - o transporte, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela legislação pertinente.

Art. 10º O emprego de resíduos industriais perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no "caput" deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º É vedada a incorporação de resíduos industriais perigosos em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Art. 11º As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Art. 12º O resíduo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

#### Dos Resíduos da Construção Civil

Art. 13º O Município elaborará seu Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da legislação federal e em consonância às disposições da presente lei;

#### Das Diretrizes e Ações para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 14º A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente centralizará, nos termos do regulamento, todos os contratos relativos à gestão de resíduos sólidos do município;

Art. 15º Sem prejuízo das demais disposições constantes nas Leis Federais nº 12.305/10 e nº 11.445/07, o Poder Público local deverá, nos prazos previstos no Anexo Único, adotar as diretrizes e implementar as ações seguintes:

I- Desenvolver ações e programas de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em parceria com municípios, inclusive na forma de Consórcios Públicos;

II- Estabelecer critérios de diferenciação entre pequeno e grande gerador de resíduos sólidos para o fim de definição da

responsabilidade pela gestão e/ou de tarifas diferenciadas, na forma do regulamento;

III-Adquirir, nos termos do Anexo Único e conforme a disponibilidade de recursos, bens e equipamentos para a melhoria no setor de coleta convencional e seletiva em todo o território do município;

IV-Adequar Sistema de Coleta Seletiva, com criação de unidades de triagem e padrões técnicos de segregação de materiais recicláveis na origem;

V-Coordenar campanhas periódicas de conscientização, informação e educação ambiental com foco da gestão integrada de resíduos sólidos;

VI-Elaborar e implantar projeto de Sistema de Compostagem de Resíduos Domésticos Orgânicos;

VII-Adequar o quadro técnico municipal com vistas a suprir a demanda de gestão integrada de resíduos sólidos, especialmente nos setores de organização, fiscalização e educação ambiental;

VIII-Capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos na gestão de resíduos sólidos por meio de treinamentos e cursos periódicos;

IX-Criar mecanismos de fomento e estímulo a fontes de negócios, emprego e renda para a atividade de coleta e comercialização de materiais recicláveis, especialmente o apoio às associações e cooperativas de catadores;

X- Criar Pontos de Entrega Voluntária - PEVs para o recebimento de materiais sujeitos à Logística Reversa;

XI-Criar Sistema de Informação e Monitoramento de Cadastro de Geradores e Manejo de Resíduos Sólidos;

XII-Implementar Sistema de Logística Reversa de resíduos especiais;

XIII-Elaborar e Implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD para recuperação dos pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos desativados;

XIV-Rever o mecanismo de sustentação financeira dos serviços de Limpeza Pública e Gestão de resíduos Sólidos, adequando o sistema de taxação ou tarifação.

Art. 16º O PMGIRS deverá ser revisto e atualizado a cada 4 (quatro) anos;

Art. 17º Ficam mantidas as disposições legais, normas, programas e ações estabelecidas para a Gestão de Resíduos Sólidos que não conflitem com o disposto na presente lei.

Art. 18º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macieira, 23 de fevereiro de 2015.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

## LEI 780

LEI Nº780, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar alterando Lei nº. 764/14 de 25/11/2014 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2015. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.07 Secretaria Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 250.000,00

03.08 Sec. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico  
20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.07 Secretaria Mun. De Infraestrutura e Desenv. Urbano  
10.13 Aquisição de Maquinas e Veículos  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 310.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

## LEI 781

LEI Nº781, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a proibição da comercialização e do consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos e dá outras providências.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

### LEI

Art. 1º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em Logradouros Públicos do Município de Macieira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são considerados Logradouros Públicos:

- I - as avenidas;
- II - a rodovia (perímetro urbano);
- III - as ruas;
- IV - as alamedas, servidões, caminhos e passagens;
- V - as calçadas;
- VI - as praças;
- VII - as ciclovias;
- VIII - as pontes e viadutos;
- IX - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

X - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;  
XI - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;  
XII - as repartições públicas e adjacências.

Art. 3º Nos logradouros enquadrados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI e XII, poderá haver o consumo de bebidas alcoólicas, nas seguintes hipóteses:

I - quando houver evento, e na sua circunscrição, realizado:  
a) pelo Poder Público; ou  
b) por particulares, desde que previamente autorizado pelo Poder Público;  
II - na área interna de propriedades particulares adjacentes a logradouros públicos, independentemente de autorização;  
III - entorno de bares, quiosques, lanchonetes e restaurantes, nos limites determinados pelo Poder Público sem sua autorização e desde que a bebida seja proveniente do respectivo estabelecimento.

Parágrafo Único: Fica autorizado a comercialização e consumo em frente aos estabelecimentos comerciais de gênero (bares, mercados, mercearias, padarias, restaurantes e afins) até as 22:00 horas, desde que possuam autorização do órgão responsável.

Parágrafo Segundo: A autorização para vendas e consumo de bebidas alcoólicas deverá conter:

I - identificação do órgão ou entidade autorizador;  
II - identificação do autorizado;  
III - objeto da autorização, com a descrição dos motivos de fato;  
IV - especificação do local e limites da abrangência;  
V - prazo de vigência;  
VI - local, data e hora de emissão;  
VII - assinatura do órgão autorizador.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá firmar Convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme artigo 144, §5º, da Constituição Federal, para a fiscalização do cumprimento da presente Lei.

Art. 5º A autoridade policial que flagrar o descumprimento da Lei, determinará ao infrator que cesse a conduta, lavrando termo, tomando as medidas penais cabíveis em caso de descumprimento.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

## LEI 782

LEI Nº782, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2014, Alienação de Bens do Município.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014.

11.00 Fundo Municipal de Saúde  
11.01 Fundo Municipal de Saúde  
10.03 Aquisição de Veículos Saúde  
44.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

## LEI 783

LEI Nº783, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014.

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.05 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
10.16 Ampliação da Área Esportiva  
44.90.3.1 Aplicações Direta.  
R\$ 100.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de março de 2015.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**LEI 784**

LEI Nº784, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 7648/14 de 25/11/2014 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2015.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

**LEI**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementarespecial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. De Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública  
33.72.30 Execução Orç. Delegada a Consórcios Públicos MC  
R\$ 9.000,00

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. De Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública  
33.72.39 Execução Orç. Delegada a Consórcios Públicos PJ  
R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito  
03.06 Secretaria Mun. De Desenvolvimento Social  
20.43 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública  
33.71 Transferências a consórcios públicos  
R\$ 18.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 3318**

PORTARIA N.º 3318/2015

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013, que dispõe sobre o plano de cargos e salários,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	CONTRATO ATE	SECRETARIA
Débora de Mello	Serviços gerais II	04/03/2015	31/12/2015	Educação
Rosângela de Oliveira	Meren-deira	02/03/2015	31/12/2015	Educação
Patricia S Kaster	Professora	02/03/2015	18/12/2015	Educação

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 3319**

PORTARIA Nº 3319/2015

"Conceder Avanço de uma referencia."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 27, da Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal,

Considerando a avaliação de desempenho realizada em 20/11/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Avanço de Uma Referência, para a Servidora Pública Municipal, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Neiva Terezinha Boscari Maffessoni, ascendendo uma Referência, a partir deste mês.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 16 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 3320**

PORTARIA N.º 3320/2015

"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº36, de 18/06/2009.

**RESOLVE:**

NOMEAR a Senhora, Suelin Castanheiro, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora da Secretaria de Saúde, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Saúde, com efeitos a contar de 02/03/2015.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 16 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal



**PORTARIA 3321**

PORTARIA N.º 3321/2015

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 71, de 24/12/2014;

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pela Vigilância Sanitária no Município de Macieira; já que se trata de setor essencial.

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora Simone L Gomes, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria da Saúde, para exercer as funções de responsável pela Vigilância Sanitária do Município de Macieira, até a realização de concurso público, e pelo controle de notas da Secretaria de Saúde e entrega das mesmas para o setor administrativo responsável.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 71, de 24 de dezembro de 2014, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente de Ensino Superior FG-2, e valor fixado na Lei, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Esta portaria entra em vigor a partir deste mês, cessando os efeitos da portaria nº3281/2015.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 16 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 3322**

PORTARIA N.º 3322/2015

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado médico em anexo.

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
Mirian W de Oliveira	Aux. Adm Um. Cadast.	11/03/2015	01
Mirian W de Oliveira	Aux. Adm Um. Cadast.	12/03/2015	01
Rudinei Citadin	Motorista I	12/03/2015	01
Beatriz Pereira Santos	Odontologa	24/02/2015	01
Mirian Ap Mondini	Enfermeira	20/02/2015	01
Mirian Ap Mondini	Enfermeira	26/02/2015	01
Ivete R de Freitas	Odontologa	23/02/2015	02
Ivete R de Freitas	Odontologa	26/02/2015	02
Severino de Oliveira	Tesoureiro	06/02/2015	01

Alissandra Arconti	Vigia	18/02/2015	02
Edina de Oliveira Pinto	Serv Gerais II	18/02/2015	15
Edina de Oliveira Pinto	Serv Gerais II	05/03/2015	15
Cezar Pedrozo	Diretor	25/02/2015	02
Eduardo Miguel Zilio	Analista de Sistemas	25/02/2015	01
Bruna Cesca	Odontologa	27/02/2015	01
Bruna Cesca	Odontologa	24/02/2015	01
Anadir Rampinelli	Tec Enfermagem	02/03/2015	01
Mirian C Baptistella	Ag de Saúde	05/03/2015	01
Marília Civiero	Ag de Saúde	03/03/2015	01
Rafael Balbisan	Médico	03/03/2015	01
Pablo C Pedroso	Recepcionista	11/03/2015	01
Marina M Seba	Fisioterapeuta	09/03/2015	01
Marina M Seba	Fisioterapeuta	13/03/2015	01
Isolde Schaitel	Serv Gerais II	09/03/2015	01
Evani D Cardoso	Diretora	04/03/2015	08
Francieli M Colaço	Professora	24/02/2015	01
Janete B Pereira	Professora	04/03/2015	08
Janete B Pereira	Professora	24/02/2015	01
Claudia p A Tonello	Professora	09/03/2015	01
Viviana Lamonato	Professora	10/03/2015	01
Juliana Bertotto	Professora	12/03/2015	01
Jenifer T Begnini	Professora	27/02/2015	01
Jenifer T Begnini	Professora	26/02/2015	01
Daiane G Cousseau	Aux odontologa	12/03/2015	02
NOME	CARGO	A PARTIR DE: DIAS	
Larine Grahl	Recepcionista	12/03/2015	01
Mara R Szalyga	Professora	16/03/2015	01
Fernada Zilio	Serv Gerais II	16/03/2015	01
Elaine Vicentin	Professora	06/03/2015	01
Cleide M C Serighelli	Serv Gerais II	09/03/2015	01
Jossemara Camuzato	Serv Gerais II	23/02/2015	05
Cleciane R Dos Santos	Professora	20/02/2015	01
Cristina Lazzarotti	Professora	26/02/2015	01

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal



**PORTARIA 3323**

PORTARIA N.º 3323/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Ivete R de Freitas	Odontologa	01/03/15 a 30/04/15
Jose de J Antunes	Motorista I	01/03/15 a 30/04/15

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de abril de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Maracajá****PREFEITURA****DECRETO 17/2015**

DECRETO Nº 17 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR VALMIR GONÇALVES PEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Valmir Gonçalves Pedro;  
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 003/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Valmir Gonçalves Pedro;  
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

**DECRETA:**

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 11 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez do servidor VALMIR GONÇALVES PEDRO, brasileiro, nascido em 20 de agosto de 1972, portador do CPF nº 983.448.629-49, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0525.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 003/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor VALMIR GONÇALVES PEDRO, brasileiro, nascido em 20 de agosto de 1972, portador do CPF nº 983.448.629-49, ocupante do cargo de Operador de Tratores Agrícolas, matrícula nº 0525, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Março de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 26 de Março de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 01/2015 ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Maravilha, SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 05 de março de 2015, em sua sede localizada na Avenida Presidente Kennedy e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 24 e seguintes da Lei Municipal 3.755/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Maravilha, SC, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.2 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 3.755/2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - gratificação natalina, correspondente a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano;

III - adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do vencimento mensal;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - quando necessária a realização de cursos, os Conselheiros Tutelares, mediante a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, poderão solicitar adiantamento de custos, obrigando-se a posterior prestação de contas.

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.4 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.4.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.4.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.4.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 14/04/2015 a 14/05/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13:00 às 17:00), na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Presidente Kennedy, n. 323, Centro, Maravilha, SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos, comprovado com certidão de nascimento/casamento;

III - residir no Município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

V - reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 2 (dois) anos, no trato direto com criança e adolescente, atestado por entidade cadastrada junto a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - ensino superior completo.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

##### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 18/05/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 18/05/2015 a 22/05/2015, no horário de atendimento ao público (13:00 às 17:00), na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 25/05/2015 a 29/05/2015, no horário de

atendimento ao público (13:00 às 17:00), na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 12/06/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 16/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou

indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 16:00, no seguinte local: Centro Sociocultural, na Avenida 7 de setembro, n. 687, Centro, Maravilha, SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - as pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05 de outubro de 2015, em edital afixado na Mural do Átrio e no site da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca,

contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 3.755/2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5.11 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha-SC, 2 de abril de 2015.

BEATRIZ M. BEDUSCHI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Município de Maravilha-SC.



## ANEXO I

## Cronograma das Etapas

	ETAPA	DATA
1	Divulgação do Edital	04/04/15
2	Inscrições	14/04/15 à 14/05/2015
3	Divulgação Preliminar dos Candidatos Inscritos	18/05/15
4	Período de Impugnação	18/05/2015 a 22/05/2015
5	Período Defesa as Impugnações	25/05/2015 a 29/05/2015
6	Divulgação do Resultado das Impugnações	12/06/15
7	Resultado Definitivo das Inscrições Homologadas	16/06/15
8	Período de Campanha	17/06/2015 a 30/09/2015
9	Eleição e Apuração dos Votos	04/10/15
10	Divulgação do Resultado Final	04/10/15
11	Posse dos Conselheiros Eleitos	10/01/16

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.432/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 1.432/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 012/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, com migração e treinamento e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 17 de abril de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 01 de abril de 2015.  
ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

**Massaranduba****PREFEITURA****CO 22.2015 - DR. GUSTAVO VINICIUS GHELLIONI**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 22 / 2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 41/2014

INEXIGIBILIDADE nº. 1/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: DR. GUSTAVO VINICIUS GHELLIONI

OBJETO: Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

VIGENCIA: 20.03.2015 a 31.12.2015

VALOR: R\$ 85,36 (oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) por hora

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

**LICITAÇÃO 4.2015 - PRP 2.201 - AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015 - FASS

PREGÃO PRESENCIAL REG. PREÇOS - Nº. 2.2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, torna público conforme Decreto Municipal nº. 2.051, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, adjudicando o menor preço por lote, inerente a aquisição de Cestas Básicas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 16/04/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 16/04/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 02 de Abril de 2015.

ANNA K. R. FRANZ

Gestora



# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 149/2015

PORTARIA n.º 149/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora GREICE KELLI MANOEL SERAFIM, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Margarida Zeferino Gomes, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 148/2015

PORTARIA nº 148/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MARGARIDA ZEFERINO GOMES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 20/03/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PORTARIAS 232-269/2015

Portaria	Data	Ementa
232/2015	02/03/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 332/2011 DE 28/05/2011 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, JUCELIA LIMAS INÊS ABEL, OCUPANTE DO CARGO DE INSTRUTORA DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
233/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELVIS KLEBER GOLFETTO PARA O CARGO DE MEDICO CLINICO GERAL – ESF
234/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GLÓRIA MARIA ALVES GABRIEL PARA O CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
235/2015	02/03/2015	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA DANIELA MACCARI, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGA.
236/2015	02/03/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 306/2014 DE 05/05/2014 QUE REDUZIU PEDIDO A CARGA HORARIA DA PROFESSORA CRISTHIE SALVAN.
237/2015	02/03/2015	ALTERA A PORTARIA Nº 128/2015 DE 11/02/2015 QUE CONTRATOU DENISE DE FREITAS CARDOSO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
238/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINE DA SILVA PONCIANO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
239/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE MACIEL DE ALMEIDA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
240/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUCELI CARMEN GABRIEL PARA O CARGO DE PROFESSORA.
241/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELAINE SALVAN BAESSO SALVAN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
242/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIMONI CORDOVA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
243/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GRAZIELI SARTOR DA SILVA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
244/2015	02/03/2015	ALTERA A PORTARIA Nº 056/2015 DE 21/01/2015 QUE CONTRATOU PRISCILA CARLOS RICARDO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
245/2015	02/03/2015	ALTERA A PORTARIA Nº 056/2015 DE 21/01/2015 QUE CONTRATOU DANIELA CENI BURATO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
246/2015	02/03/2015	ALTERA A PORTARIA Nº 126/2015 DE 11/02/2015 QUE CONTRATOU DIANDRA BERTAN PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
247/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA FREITAS LEOPOLDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
248/2015	02/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ZELINDA PIROLA CASAGRANDE PARA O CARGO DE INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
249/2015	03/03/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 062/2013 DE 23/01/2013 QUE NOMEOU MICHEL ANTONIO MACCARI PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.
250/2015	03/03/2015	NOMEIA FERNANDO DILTON TEIXEIRA PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.
251/2015	03/03/2015	NOMEIA FERNANDO DILTON TEIXEIRA PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS.
252/2015	03/03/2015	DESIGNA A PROFESSORA FABIANA ZANIN CASAGRANDE ROSSO A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
253/2015	03/03/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE SANDRA POLICARPO SARTOR OCUPANTE DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA.
254/2015	04/03/2015	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE GIANE ALVIM DE SOUZA MADALENA OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
255/2015	05/03/2015	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ROSE MERY TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
256/2015	06/03/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 326/2010 DE 24/03/2010 QUE REDUZIU PEDIDO A CARGA HORARIA DA NUTRICIONISTA CARLA ESPINDOLA.
257/2015	09/03/2015	CEDE O SERVIDOR DÊNIS DOUGLAS PÉRICO OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINSITRATIVO PARA A SDR 21ª – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIÚMA POR TEMPO INDETERMINADO.
258/2015	11/03/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR DJALMA GABRIEL, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
259/2015	18/03/2015	CEDE A SERVIDORA JANAINA BERTAN OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA, PARA A 21ª GERENCIA REGIONAL DE SAÚDE POR TEMPO INDETERMINADO.
260/2015	18/03/2015	DESIGNA A PROFESSORA ALINE RICARDO DE SOUZA PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM VICENTE GUOLLO.
261/2015	18/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA DE FATIMA DE SOUZA DORNELLES PARA O CARGO DE INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
262/2015	18/03/2015	NOMEIA ADEMIR VARGAS FILHO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
263/2015	18/03/2015	NOMEIA RENAN GONÇALVES SEBASTIÃO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.

264/2015	18/03/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA N° 305/2013 DE 18/03/2013 QUE NOMEOU FERNANDO DILTON TEIXEIRA PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO.
265/2015	18/03/2015	NOMEIA ANTONIO ARY DELUCA PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO.
266/2015	23/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIZIANE MARCOS DOS SANTOS DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
267/2015	23/03/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIEGO FELIPE SAVI MONDO NASPOLINI PARA O CARGO DE PROFESSOR.
268/2015	23/03/2015	ALTERA A PORTARIA 577/09 DE 14/09/2009 QUE NOMEOU DEIZINELE ZACCARON DAROLT PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
269/2015	23/03/2015	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE MABEL MAGAGNIN POSSAMAI OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.

**REGISTRO DE PREÇOS FMS 018/2015**

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 018/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE AMBULATORIO, conforme anexo. Data: 23/04/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças Interino.

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 033/2015**

Município de Morro da Fumaça. AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 033/2015 Objeto para: AQUISIÇÃO DE OLEO E FILTROS LUBRIFICANTES conforme anexo. Data: 09/04/2015 às 08:30. FICA REVOGADA A LICITAÇÃO. Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA AVALIAÇÃO DE AMOSTRA PREGÃO PRESENCIAL 01/2015 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CNPJ /MF 83.102.855/0001-50  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Avenida João Sacavém, 975, Centro - Navegantes - SC - 88.375-000  
Navegantes, 31 de Março de 2015.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL DE NÚMERO 1/2015

#### PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

LOTE: 1 Participante: Irene Lourenço Blázios  
Item: 1 - Alfaca tipo cressa, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 3 Participante: Valério Moser  
Item: 3 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 4 Participante: Cleber Moser  
Item: 4 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 6 Participante: Valecio Delaudino Dias  
Item: 6 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 9 Participante: Daniel Hironido de Andrade  
Item: 9 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 10 Participante: Eldevan Daniel de Andrade  
Item: 10 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 11 Participante: Kennedy José Sipriani  
Item: 11 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 12 Participante: Ricardo Sipriano  
Item: 12 - Arroz Branco, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 13 Participante: Jucelei Theiss  
Item: 13 - Arroz Integral, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 14 Participante: Zelia Moser Theiss  
Item: 14 - Arroz Integral, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 15 Participante: Jurandir Theiss  
Item: 15 - Arroz Integral, o produto está de acordo com o edital.

LOTE: 18 Participante: Sueli Lourenço Ferreira  
Item: 19 - Espinafre, o produto está de acordo com o edital.

PARECER TÉCNICO: SUZANA TIEMI MORAIS  
NUTRICIONISTA - CRN-8: 5738

### ATA II DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

VIMOS POR MEIO DESTES, INFORMAR QUE A EMPRESA SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA - ME INSCRITO NO CNPJ sob nº 0918203/0001-16 não apresentou as mostras dos itens, 3, 4, 5, 6, 7, 12 conforme no respectivo edital.

NAVEGANTES 31 DE MARÇO  
JONAS DE SOUZA SECRETARIO DE OBRAS

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 43/2015. PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 43/2015. PMN

AO(S) 31 DE MARÇO DE 2015, ÀS 9:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES CCME, CONTESINI, KRAUS, ELÉTRICA RADIANTE, GRAND COMERCE, AVINEX, GOMES IND., SUL MINAS, MERCOLUX, ALESSANDRA HELKER. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

QUANDO DO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO O LICITANTE REPRESENTANTE DA MERCOLUX APRESENTOU UM IMPRESSO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NO QUAL MENCIONAVA QUE O LICITANTE ELÉTRICA RADIANTE ESTAVA IMPEDIDA DE LICITAR, FOI ABERTO DILIGENCIA PARA VERIFICAÇÃO - E CONSTATOU-SE QUE HAVIA EMBARGOS DA DECISÃO NA QUAL MENCIONAVA QUE O IMPEDIMENTO DE LICITAR ERA QUANDO EM CONJUNTO - DESTA FORMA O LICITANTE FOI ACEITO NO CERTAME, CONSTA AINDA QUE OS LICITANTES FORAM INFORMADOS QUE TODOS ERAM ME/EPP COM EXCEÇÃO DOS LICITANTES MERCOLUX E SULMINAS, E TAMBÉM QUE O LICITANTE ALESSANDRA HELKER OJEDA NÃO POSSUÍA REPRESENTANTE PRESENTE E QUE NÃO DEIXOU O 3º ENVELOPE SENDO DESTA FORMA DESCLASSIFICADO CONFORME O ITEM ( 3.8 OBS) EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. NESTA ETAPA FOI VERIFICADO QUE O LICITANTE CONTESINI FOI DESCLASSIFICADO EM TODA SUA PROPOSTA POR NÃO APRESENTAR VALIDADE DA MESMA, E O LICITANTE AVINEX FOI DESCLASSIFICADO APENAS NO ITEM 56 POR NÃO APRESENTAR MARCA. EM SEGUIDA FOI FORNECIDO AOS LICITANTES AS PROPOSTAS PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, O PREGOEIRO INFORMOU QUE A SESSÃO IRIA SER SUSPensa PARA RETORNAR AS 13:30 H DO MESMO DIA NO MESMO LOCAL, DANDO INICIO A SESSÃO DE LANCES..

REABERTO O CERTAME AS 13:30 CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, DEU-SE INICIO A ABERTURA DA ETAPA DE LANCES, E APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DO LICITANTES VENCEDORES, CONSTATANDO QUE TODOS ATENDERAM COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, HOUVE MENÇÃO DE RECURSO POR PARTE DO LICITANTE SULMINAS GABRIEL DE O. MACHADO QUANTO AOS ITENS VENCIDOS PELO LICITANTE CCME POR ENTENDER QUE O FABRICANTE DO ITEM COTADO NÃO FABRICA OS MESMOS, - O PREGOEIRO EXPLICOU QUE IRIA MENCIONAR EM ATA, ENTRETANTO IRIA MANter A HABILITAÇÃO DA CCME POR ENTENDER QUE TAL ALEGAÇÃO DEVERÁ SER COMPROVADA ATRAVÉS DE RECURSO A SER PROTOCOLADO DETALHANDO OS ITENS RECORRIDOS, COM DISPONIBILIDADE DE DEFESA DA PARTE CONTRARIA, NÃO HAVENDO MAIS APONTAMENTOS ENCERRA-SE PRESENTE E ENCAMINHAM OS AUTOS À AUTORIDADE

COMPETENTE.

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGO-EIRA SUBSTITUTA  
DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO  
CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 31 DE MARÇO DE 2015.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 61/2015 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECARGA DE FILTRO CENTRAL DE AGUA NAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 16/04/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 16/04/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 2 de abril de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 63/2015 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS NO PP 11/2015. Data da entrega dos envelopes: 16/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 16/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 2 de abril de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 064/2015.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 064/2015.

PROCESSO Nº 064/2015.

Data: 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS EM CARÁTER EMERGENCIAL COM FORNECIMENTO DE PRODUTOS (URNAS MORTUÁRIAS, VELAS, FLORES, CASTIÇAS) E SERVIÇOS (PREPARAÇÃO DE CORPO E TRANSLADO) NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa/Fornecedor: SC Funerária Ltda. Me.

CNPJ: 74.183.575/0006-38.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 043/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 043/2015 - FMS.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada...: CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA EPP.

CNPJ: 10.786.502/0001-43.

Valor Total: R\$ 249.972,10 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e dez centavos).

Vigência.: Início:.04/03/2015 Término: 30/10/2015.

Licitação: Concorrência 054/2014.

Recursos: Dotação:.1.098 4.4.90.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PROGRAMA DO MS, COM PROPOSTA Nº 11474080000111001, TOMADA DE PREÇO Nº 54/2014.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 364/2015

PORTARIA Nº 364/ 2015  
Exonerar a Pedido

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal APARECIDA GILLI TOMIO, matrícula nº 529, concursada no cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a partir de 01 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 366/2015

PORTARIA Nº 366/ 2015  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 271/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, atuante no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 25 de março de 2015 a 13 de abril de 2015, conforme resultado pericial datado de 30/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de abril de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 367/2015

PORTARIA Nº 367/ 2015  
Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal AMANDA ELISA DELL'ANTONIA, matrícula nº 6676, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Artes), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 368/2015

PORTARIA Nº 368/ 2015  
Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal JUCELINO MARINO CHINI, matrícula nº 6657, ocupante do cargo de Coordenador Escolar Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir do dia 31 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 271

DECRETO Nº 271, DE 02 DE ABRIL DE 2015

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.407, de 02 de abril de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Ouro:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Titular: Lainir Durigon  
Suplente: Vilmar Rebelatto

b) Titular: Juliana Stckilin  
Suplente: Celia Maria Molinetti

c) Titular: Marilena Lazarotto Baretta  
Suplente: Mônica Esganzela

d) Titular: Hermes Felis Pissolo  
Suplente: Diana da Silva

e) Titular: Daniela Esganzela Ficagna  
Suplente: Jaison Brandini

II - Representantes de Entidades Não Governamentais:

a) Representantes da APP da Escola de Educação Básica Prefeito Silvio Santos  
Titular: Lucia de Giacometti  
Suplente: Marcos Lazarotto

b) Representantes da APP da Escola de Educação Básica Frei Crispim  
Titular: Fábio Coronetti  
Suplente: Honório Cesca

c) Representantes da APP da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti  
Titular: Mavis Teresinha Rech Borsoi  
Suplente: Rosane Laves de Moura Gomes

d) Representantes da Pastoral da Juventude  
Titular: Felipe da Silva  
Suplente: Tiago Reck

e) Representantes da Pastoral Familiar  
Titular: Celso Faccin  
Suplente: Maria Inês Toigo

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste Decreto, sendo o mandato de três anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se os Decretos nº 118 de 21 de junho de 2013 e nº 236, de 13 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
02 de abril de 2015.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araújo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### EDITAL CMDCA Nº 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Ouro - SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 26 de março de 2015, em sua sede localizada Rua Governador Jorge Lacerda, 1209 e considerando o disposto nos Arts. Nº 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e Lei Municipal 2.407/2015, de 02 de abril de 2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ouro, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 2.407/2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens

incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.

2.5.1 Plantão noturno das 17h00 às 7h30 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

### 3 Do Processo de Escolha

#### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 05/05/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público 09h00 às 11h00, e das 14h00 às 16h00 no Setor de Departamento de Recursos Humano da Prefeitura Municipal de Ouro, localizada na Rua Governador Jorge Lacerda, nº. 1209, Centro.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos;

III - cópia de RG, CPF, CNH "habilitação B" e Título de Eleitor;

IV - residir no município e Ouro por mais de dois anos ininterruptos, (conforme declaração em anexo);

V - Comprovante de residência atual, luz, água, telefone ou contrato de aluguel;

VI - estar cursando ou ter concluído ensino superior nas áreas afins, comprovado através de Diploma ou atestado de frequência e regularidade acadêmica; (Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Direito)

VII- experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

b) registro em carteira profissional de trabalho ou portaria comprovando experiência na área com criança e adolescente;

IX - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

3.1.3 Não será permitida inscrição por procuração.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 11/05/2015, no Mural Público da Prefeitura Municipal e no endereço [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/05/2015 a 14/05/2015, no horário de atendimento ao público, no mesmo local das inscrições;

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 15/05/2015 a 19/05/2015, no horário de atendimento ao público, no mesmo local das inscrições;

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 22/05/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 27/05/2015, no Mural Público da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e no endereço [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) para ciência pública.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 3.3 Da Prova

3.3.1 A prova para todos os candidatos que tiverem sua inscrição aprovada será realizada no dia 26/07/2015, no horário das 8h30m às 10h30m, na Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra, Parque e Jardim Ouro.

3.3.2 A prova escrita, de caráter eliminatório, se constituirá de questões objetivas sobre o estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3.3 A publicação do gabarito provisório será no dia 27/07/2015, no endereço eletrônico [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br).

3.3.4 fica estabelecido o prazo de 28/07/2015 à 30/07/2015, para os candidatos apresentarem recurso contras às questões e ao gabarito preliminar.

3.3.5 A divulgação do gabarito definitivo acontecerá no dia 04/08/2015, e a relação dos aprovados no dia 07/08/2015 no endereço eletrônico [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br).

#### 3.4 Da Propaganda Eleitoral

3.4.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.4.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.4.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com número e nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.4.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.4.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.4.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.4.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.4.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.4.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.4.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.4.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.4.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e

julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.4.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.4.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.5 Da Eleição

3.5.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 17h00, nos locais a serem definidos pela Comissão Organizadora.

3.5.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.5.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.5.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.6 O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.6.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

### 3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros

escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.9 Da Apuração

3.9.1 A apuração dar-se-á na Prefeitura Municipal de Ouro, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os cinco candidatos mais votados, após capacitação, assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir maior nota na prova;

3.9.6.1 Ter participado da formação preparatória oferecida pelo CMDCA, que antecede a prova em local e data a ser definidos;

3.9.6.2 Persistindo o empate será considerado eleito o candidato com maior tempo de experiência no trabalho com criança e adolescentes;

3.9.6.3 Se ainda persistir empate será considerado eleito o candidato com maior idade.

### 4 Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em de edital afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e no endereço [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) para ciência pública, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

4.3.4 Passará a condição de CONSELHEIRO TUTELAR, o inscrito aprovado na 1ª fase (prova escrita) e que cumpridos os requisitos elencados no item 3.1. habilitando-se a participar das fases II (eleição) e fase III (capacitação).

## 5 Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2.407/2015, de 02 de abril de 2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.1.1 Os prazos de desincompatibilização para os interessados em concorrer ao pleito de Conselheiro Tutelar são equiparados por analogia aos prazos previstos na Lei Eleitoral e legislação correlata.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 04 de abril de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE OURO.

Edital CMDCA nº 01/2015

## ANEXO I - REQUERIMENTO

Ilustríssimo Senhor Coordenador da Comissão Especial Eleitoral Nome \_\_\_\_\_

Apelido \_\_\_\_\_

Residência \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

Ouro/SC. Telefone \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ Civil \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

e Título de Eleitor nº \_\_\_\_\_

, vem requerer sua inscrição para participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Ouro/SC, gestão 2016/2020. Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo CMDCA e cópia dos documentos exigidos pelo Edital CMDCA 01/2015. Pede Deferimento.

Ouro/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito

Edital CMDCA nº 01/2015

## ANEXO II - DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG: \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_.

DECLARO, para fins de inscrição no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares do Município de Ouro/SC que:

1. Sou pessoa considerada idônea e de boa reputação;
2. Resido no Município de Ouro/SC, há mais de dois anos;
3. Estou no gozo de meus direitos políticos;
4. Concluí ou estou cursando o ensino superior nas áreas afins;
5. Possuo comprovada experiência em atividades de atendimento ou defesa de direitos da criança ou do adolescente;
6. Possuo conhecimentos de informática.

Ouro/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito  
(com firma reconhecida)

Falsidade ideológica - Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento particular.

Edital CMDCA nº 01/2015

## ANEXO III - COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA EM ENTIDADE:

NOME DA ENTIDADE:

NATUREZA - GOVERNAMENTAL ( ) NÃO GOVERNAMENTAL ( )

ENDEREÇO:

TELEFONE:



[illegible]

VOLUNTÁRIA ( ) REMUNERADA ( )

DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE:

DATA DE DESLIGAMENTO:

Ouro/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do responsável legal  
(com firma reconhecida)  
Edital CMDCA nº 01/2015

## ANEXO IV - CRONOGRAMA

PROCEDIMENTOS	PRAZOS
Publicação do Edital	04/04/2015
Inscrições	07/04 a 06/05/2015
Publicação da relação de candidatos inscritos	11/05/2015
Impugnação das candidaturas	12 a 14/05/2015
Apresentação de defesa pelo candidato	15 a 19/05/2015
Resposta da comissão as impugnações	Até 22/05/2015
Publicação das inscrições aprovadas	27/05/2015
Aplicação da Prova	26/07/2015
Publicação gabarito provisório	27/07/2015
Recursos referentes à prova	28 a 30/07/2015
Publicação do gabarito definitivo	04/08/2015
Publicação dos aprovados	07/08/2015
Divulgação dos locais de votação	Até 18/09/2015
Eleição Unificada	04/10/2015
Divulgação do resultado	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

**LEI N° 2.407**

LEI Nº 2.407, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e do Conselho Tutelar (CT) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), do Conselho Tutelar (CT) e dá outras providências.

Art. 2º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - Serviços, programas e projetos de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - Serviços especiais, na forma a seguir e nos termos da lei federal:

a) Prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) Proteção Jurídica - Social.

**Parágrafo único.** O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas à infância e adolescência.

Art. 3º São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Ouro:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - Conselho Tutelar (CT);

III - Todas as Secretarias Municipais, que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle e efetivação e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º O Município de Ouro deverá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei ou estabelecer, quando necessário, consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituídos e mantidos por entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Parágrafo único. Os programas serão classificados como de

proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão a:

- a) Orientação e apoio sóciofamiliar;
- b) Apoio sócio educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Acolhimento institucional;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semiliberdade;
- g) Internação.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)

#### Seção I

##### Da Natureza e Composição

Art. 5º Fica mantido o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Ouro, já criado e instalado, como órgão autônomo, normativo, deliberativo e controlador da Política de Atendimento à infância e à adolescência, vinculado ao Gabinete do Prefeito e de composição paritária.

Art.6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) representantes de órgãos do Poder Executivo Municipal e 05 (cinco) representantes de entidades não governamentais, que exerçam atividades e desenvolvam ações com crianças e adolescentes no Município de Ouro, devidamente constituídas e organizadas civilmente.

§ 1º Para cada membro titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno.

§ 2º O conselheiro indicado cumprirá mandato de 03 (três) anos, com possibilidade de ser substituído a qualquer tempo, a critério da sua representação, sendo permitida 01 (uma) recondução.

§ 3º Após a nomeação e posse, o Conselho deverá reunir-se, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar daquela data, para eleger dentre os seus membros, pelo voto da maioria, assegurado o quórum de, no mínimo, dois terços de seus membros, uma Diretoria composta por 01(um) Presidente, 01(um) Vice-Presidente e 01(um) Secretário, com atribuições disciplinadas no regimento interno.

§ 4º A representação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida por seu Presidente nos atos inerentes ao seu exercício, o qual poderá indicar outro conselheiro para lhe representar sempre que necessário.

§ 5º As entidades não governamentais e organizações populares de atendimento, promoção, defesa, estudos, pesquisa e garantia dos direitos da criança e do adolescente deverão se reunir a cada 03 (três) anos, em Fórum apropriado, com vistas a escolher os representantes do CMDCA.

§ 6º Enquanto não instalado o Fórum, a atribuição de convocar o processo de escolha das entidades governamentais e não governamentais, será de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente atualmente em exercício, o qual designará uma comissão especial dentre os seus membros para conduzir o referido processo.

§ 7º Após a realização do processo de escolha, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, encaminhará ao Prefeito Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a relação das entidades governamentais e não governamentais que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação e posse serem efetuadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da lista indicativa.

§ 8º Será dada ciência ao representante do Ministério Público em exercício na Comarca, do processo de escolha dos membros representantes das entidades governamentais e não governamentais, o qual poderá ser responsável pela fiscalização.

§ 9º Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro, na condição de representantes das entidades governamentais e não governamentais:

a) representantes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo Municipal, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

b) representantes de outros Conselhos integrantes de qualquer esfera de governo e conselheiros tutelares em exercício;

c) representantes de órgãos de outras esferas governamentais, que exerçam simultaneamente função comissionada ou detenha vínculo efetivo com a municipalidade.

§ 10º Os 05 (cinco) conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, serão indicados e nomeados pelo Prefeito Municipal, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

#### Seção II

##### Do Desempenho da Função de Conselheiros e da Perda do Mandato

Art.7º O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente do Município de Ouro, será considerado como serviço público relevante prestado ao Município e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço.

Parágrafo único. O conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da função, aplicando-se ao mesmo, naquilo que couber, o disposto na legislação do servidor municipal.

Art. 8º Qualquer membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente do Município de Ouro, poderá ter seu mandato suspenso ou cassado quando:

I - For constatada a reiteração de faltas a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas, sem justificativa, no período de doze meses, conforme disciplinado no regimento interno;

II - For constatada a prática de ato ou conduta incompatível com a natureza da função ou com os princípios que regem a administração pública, conforme disposto no regimento interno;

III - Deixar de exercer, em caráter efetivo, suas funções no órgão/entidade governamental e não governamental que representa.

§ 1º A participação do conselheiro suplente, abona a falta do conselheiro titular.

§ 2º A cassação do mandato, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, previsto no regimento interno, no qual se garanta o contraditório e a ampla

defesa, sendo a decisão tomada pelo voto da maioria, assegurado o quórum de, no mínimo, dois terços de seus membros.

Art. 9º Na cassação do mandato de conselheiro, titular ou suplente, o chefe do Poder Executivo ou a entidade governamental ou não governamental representada, conforme o caso indicará imediatamente o seu substituto.

Parágrafo único. O conselheiro cassado e substituído, durante o prazo de 10 (dez) anos, não pode ser novamente indicado pelo chefe do Poder Executivo ou pela entidade governamental e não governamental que representa.

### Seção III

#### Da Estrutura Administrativa

Art. 10 Cabe à administração municipal, fornecer os recursos humanos e a estrutura técnica, administrativa e institucional necessárias ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no disposto no artigo 4º, alínea "d", da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. A dotação a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros que nele atuam ou irão atuar.

### Seção IV

#### Das Atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 11 São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro:

I - Deliberar, controlar e avaliar a efetivação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e todo o conjunto de regras da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e legislação correlata vigente;

II - Acompanhar, sugerir as prioridades e avaliar a elaboração da proposta orçamentária do Município, utilizando quando necessário apoio técnico nas áreas contábil e jurídica do Município;

III - Representar ao Ministério Público, bem como aos demais órgãos legitimados no art. 210, da Lei Federal Nº 8.069/90, visando à adoção de providências cabíveis em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;

IV - Propor e acompanhar mudanças nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da criança e do adolescente;

V - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes à garantia dos direitos das crianças e adolescentes, preconizados na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - Deliberar sobre a implementação dos programas e serviços a que se referem o Art. 2º desta Lei, bem como sobre a criação de serviços, programas e projetos governamentais e não governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;

VII - Proceder a inscrição de programas de proteção e sócio educativos governamentais na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal

nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

VIII - Proceder o registro de entidades e inscrição dos programas não governamentais, que atuam nas áreas da formação técnico profissional metódica, atendimento, promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, na forma dos Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e legislação correlata vigente;

IX - Fazer a comunicação dos registros realizados referentes aos incisos VII, VIII deste artigo, ao Conselho Tutelar e a autoridade Judiciária da Infância e da Juventude;

X - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, pesquisas e formação continuada, no campo da promoção, proteção e defesa da infância e da adolescência;

XI - Apoiar e promover campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;

XII - Promover e articular intercâmbio com entidades e órgãos públicos e privados, organismos nacionais e internacionais;

XIII - Pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

XIV - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas, por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

XV - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente;

XVI - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e fixar critérios para sua utilização, nos termos do Art. 260 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e executar as demais atribuições previstas no Art. 16 desta Lei e legislação correlata em vigência;

XVII - Realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, designando Comissão Especial responsável pela realização do referido pleito, em conformidade com a legislação correlata vigente;

XVIII - Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o regimento interno;

XIV - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação pela maioria dos seus membros.

XV - Regulamentar, no Regimento Interno, a estrutura funcional mínima composta por plenário, mesa diretora do conselho, comissões, grupos de trabalho e comitês, definindo suas atribuições.

XVI - Regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas pela maioria dos seus membros dos seus membros, inclusive o Fundo Municipal da Infância e do Adolescente.

XVII - Publicar os atos deliberativos do Conselho.

XVIII - Manifestar-se em relação a escolha dos membros da secretaria executiva que dará suporte técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do Conselho.

### CAPÍTULO III

#### Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## Seção I Da Criação e Constituição

Art. 12 Fica mantido o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do Município de Ouro, como órgão captador e aplicador de recursos destinados, segundo o Plano de Aplicação, a consolidar a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. Para efeitos de publicidade, o Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) será identificado com o nome fantasia de Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA).

Art. 13 O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, será regulamentado e gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando ao encargo da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Ouro a realização da escrituração contábil.

Art. 14 Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro serão assim constituídos:

I - Recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, do Estado e do Município, inclusive mediante transferências "fundo a fundo", entre essas esferas de governo;

II - Destinações de Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, nos termos do Art. 260, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), legislação e normas correlatas;

III - Doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, móveis e imóveis ou recursos financeiros e demais doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Valores provenientes de multas previstas no Art. 214, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), oriundas das infrações descritas nos artigos 245 a 258 do referido diploma legal;

V - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VI - Recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o Município de Ouro e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VII - Produto de vendas de materiais doados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro e de publicações e eventos a realizar;

VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

## Seção II Da Regulamentação e Gestão dos Recursos do Fundo FIA

Art. 15 A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Ouro, dar-se-á através de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, que ordenará as despesas respectivas.

Art. 16 A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, ao qual compete:

I - Estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos.

II - Elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III - Elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

IV - Deliberar e homologar a concessão de recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente às entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em conformidade com critérios e normativas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro;

V - Solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação acerca dos recursos homologados e, quando entender necessário, auditoria pelo Poder Executivo;

VI - Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - Avaliar e aprovar os balancetes trimestralmente e o balancete anual do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - Fiscalizar e publicizar os projetos desenvolvidos com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

X - Monitorar a atualização anual do cadastro nacional dos fundos municipais dos direitos da criança e do adolescente junto a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República

XI - Monitorar as destinações e doações realizadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de prestação de contas aos doadores e destinadores, assim como, a emissão dos recibos pelo órgão responsável pela administração e operacionalização do fundo.

## Seção III Da Operacionalização e Administração do FIA

Art. 17 A operacionalização e administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada pela Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando ao encargo da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Ouro a realização da escrituração contábil.

§1º A operacionalização e administração a que se alude o caput, refere-se a execução das atividades orçamentárias e contábil dos recursos do Fundo, a saber:

I - Registrar os recursos orçamentários do Fundo;

II - Responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e normas correlatas;



IV - Elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como, aos órgãos de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente.

V - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e adolescentes, nos termos das Resoluções, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VI - Executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo, conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VII - Encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria;

§2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público municipal.

§3º Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

#### Seção VI Da Aplicação dos Recursos

Art. 18 Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento à criança e ao adolescente, através do financiamento de ações relativas a:

I - Realização de estudos, pesquisas e diagnósticos municipais sobre a situação das crianças e adolescentes;

II - Financiamento de projetos apresentados por entidades não governamentais e programas governamentais, registrados e inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação ao repasse de recursos;

III - Apoio a programa de incentivo à guarda e adoção, em conformidade com o Art. 34, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - Realização de eventos, campanhas educativas e publicações, visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente;

V - Realização de pagamento para a consecução de serviços técnicos, de comunicação, divulgação e publicação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Apoio aos serviços de localização de desaparecidos que afetam diretamente crianças e adolescentes;

VII - Financiamento de ações de proteção à criança e adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;

VIII - Apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada a promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Pagamento de inscrição em eventos voltados a política de atendimento à criança e adolescente, assim como, concessão de

diárias e adiantamentos para:

a) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) colaboradores eventuais;

c) e, excepcionalmente, para crianças e adolescentes e respectivo responsável, conselheiros tutelares e profissionais na condição de representação do Município de Ouro ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

X - Pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, para garantir o pleno funcionamento do Conselho;

XI - Financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 19 Fica vedada qualquer movimentação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sem prévia deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de responsabilização cível, criminal e administrativa, conforme a legislação vigente.

#### CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR

##### Seção I Da Criação do Conselho Tutelar (CT)

Art. 20 Fica mantido o Conselho Tutelar de Ouro (CT), órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei nº 8.069/90 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária ao Gabinete do Prefeito.

Art. 21 Fica instituída a função pública de conselheiro tutelar do Município de Ouro, que será exercida por 05 (cinco) membros com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo único. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar de Ouro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

##### Seção II Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 22 A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos conselheiros tutelares;

II - O custeio com remuneração e formação continuada;

III - O custeio das atividades inerentes as atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;

IV - A manutenção geral da sede e as demais necessárias ao



funcionamento do órgão.

Art. 23 O Conselho Tutelar deverá ser sediado em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I - Placa indicativa da sede;

II - Salas mobiliadas para atendimento individual pelos conselheiros tutelares, equipadas com computador com acesso à internet, sendo no mínimo 01(um) com impressora;

III - Sala para recepção e atendimento ao público;

IV - Sala para os serviços administrativos com computador com acesso à internet com impressora;

V - cozinha e área de serviço;

VI - 01 (uma) unidade ou central telefônica e no mínimo telefone 01 (um) telefone móvel;

VII - veículos exclusivos para desempenho das atribuições dos conselheiros tutelares;

VIII - mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão;

IX - banheiros com acessibilidade e fraldário.

Art. 24 Cabe ao Poder Executivo Municipal garantir quadro de equipe permanente ou não, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar, além de fornecer os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município de Ouro, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### Seção III

#### Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 25 A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único. Poderá o Poder Executivo municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de Decreto Municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horária prevista no Art. 26, desta Lei.

Art. 26 O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão e, em regime de plantão e sobreaviso, para os casos emergenciais.

§ 1º A jornada do conselheiro tutelar quando for superior a 40 (quarenta) horas semanais deverá ser compensada ou remunerada com o pagamento de horas extraordinárias, conforme dispõe a

legislação pertinente ao servidor público municipal.

§ 2º Caberá aos conselheiros tutelares registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao servidor público municipal.

§ 3º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

§ 4º Os plantões e sobreavisos deverão ser realizados por no mínimo 02 (dois) conselheiros tutelares, em escala e cronograma rotativos, elaborados pelo colegiado, com a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 5º Considera-se plantão e/ou sobreaviso a atribuição dada ao conselheiro tutelar para que permaneça em seu domicílio ou em local por si escolhido e previamente comunicado, no Município, a fim de prestar atendimento, emergencial ou imprevisto, referente a função de conselheiro quando solicitado.

Art. 27 O exercício da função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, considerando o atendimento em sala nos períodos matutinos e vespertinos, mais plantões e sobreavisos noturnos, feriados e finais de semana.

Art. 28 O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, de reuniões de trabalho, e sua eventual presença em atos públicos.

Art. 29 As decisões em relação às atribuições do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o regimento interno.

Parágrafo único. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

### Seção IV

#### Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 30 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, conforme o disposto no Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 31 Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município de Ouro, em procedimento estabelecido nesta Lei e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária entre os mesmos.

I - Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho;

II - A constituição e atribuições da Comissão Especial Eleitoral

deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º A candidatura será individual e cada eleitor apto a participar do processo citado poderá votar em apenas 01 (um) dos candidatos.

§ 3º Podem votar os cidadãos maiores de dezesseis anos, que possuam título de eleitor, no município, até 03 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 4º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 32 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante Edital de Convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei sem prejuízo no disposto na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nas demais legislações correlatas.

§ 1º O Edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 06 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 33 O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

#### Seção V Dos Requisitos à Candidatura

Art. 34 Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no Município de Ouro há pelo menos 02 (dois) anos ininterruptos;

IV - Estar no pleno gozo dos direitos políticos;

V - Possuir ou estar cursando ensino superior nas áreas afins, comprovados através de certificado ou atestado de frequência e conclusão;

VI - Comprovar experiência nas áreas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII - Possuir Carteira Nacional de Habilitação de categoria "B".

§ 1º No ato da inscrição, o candidato não poderá estar vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O candidato deverá proceder à entrega da documentação prevista, para fins de registro da candidatura, na forma e nos prazos estabelecidos no edital de convocação.

Art. 35 O conselheiro tutelar titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

#### Seção VI Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 36 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias úteis, publicará Edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela Comissão Especial Eleitoral, o direito a recurso, no prazo de 02 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Passado o período de recurso, no prazo de 02 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o Art. 39 desta Lei.

Art. 37 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do Art. 36.

Art. 38 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

#### Seção VII Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 39 Os candidatos habilitados ao pleito, passarão por prova de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 40 Será facultado aos candidatos, interposição de recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Art. 41 Passado o prazo de recurso de que trata o artigo antecedente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará edital no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

#### Seção VIII Da Campanha Eleitoral

Art. 42 É vedado aos candidatos:

I - Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, nos termos do disposto na Constituição Federal e na legislação eleitoral;

II - Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto, nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia.

Art. 43 A violação do disposto no Art. 42 desta Lei, acarretará a cassação do registro da candidatura.

Art. 44 Admite-se a realização de debates e entrevistas.

#### Seção IX Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 45 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 46 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como providenciar a elaboração de software, observada as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º A Comissão Especial Eleitoral, poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente;

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar os locais das urnas para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 47 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral, ouvido o Ministério Público.

§ 1º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 2º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

#### Seção X Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 48 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva,

sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrastrô ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

#### Seção XI Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 49 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§ 2º Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que:

a) Obtiver maior nota nas questões específicas da prova (Estatuto da criança e adolescente);

b) Possuir maior tempo de experiência no trabalho com crianças e adolescentes, comprovado mediante documentação;

c) Possuir maior idade.

§ 5º Os escolhidos serão nomeados e empossados pelo chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem necessariamente seus deveres e direitos, assim como, a descrição da função de Conselheiro Tutelar na forma do disposto no Art. 136 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 7º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha complementar através de eleição para o preenchimento das vagas.

§ 8º Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar titulares e suplentes eleitos, antes da respectiva posse.

#### Seção XII Das Atribuições do Conselheiro Tutelar

Art. 50 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da administração pública conforme o disposto no Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 51 Além das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) incumbe também ao Conselho Tutelar:

I - Receber petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Elaborar seu regimento interno, em prazo não superior a 6 (seis) meses após a posse, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão e encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a aprovação ou a sugestão de propostas de alterações no regimento interno apresentado;

III - Encaminhar seu regimento interno para publicação no site da Prefeitura Municipal de Ouro, assim como, afixá-lo em local visível na sede do órgão;

IV - Encaminhar relatório mensal ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como, as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

V - Articular ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

VI - Observar as normas e princípios contidos na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA e demais legislações pertinentes e correlatas;

VII - Participar de eventos relacionados a política de atendimento a criança e ao adolescente e, em especial, naqueles relacionados a formação continuada;

Art. 52 No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes tradicionais, o Conselho Tutelar deverá:

I - Submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como aos representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - Considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 53 No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Nas salas e dependências das delegacias de polícia e demais órgãos de segurança pública;

III - Nas entidades de atendimento nas quais se encontrem

crianças e adolescentes; e

IV - Em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

§ 1º Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 2º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

#### Seção XIII Da Vacância

Art. 58 A vacância da função decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Falecimento;

III - Destituição;

IV - Posse em cargo, emprego ou função públicas remuneradas, conforme preconiza o Art. 37 da Constituição Federal;

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 59 Os conselheiros tutelares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - Vacância de função;

II - Férias do titular;

III - Licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Parágrafo único. O suplente, no efetivo exercício da função de conselheiro tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

#### Seção XIV Dos Direitos

Art. 60 O conselheiro tutelar no efetivo exercício da sua função perceberá a título de remuneração o valor de R\$ 1.600,00 (Um Mil e Seiscentos Reais), que será revisado anualmente conforme o índice e data aplicado ao servidor público municipal.

§ 1º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devido junto ao sistema previdenciário do INSS.

§ 2º Sendo o Conselheiro funcionário público, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo ou função de origem, vedada a acumulação de vencimentos nos termos da legislação pertinente.

§ 3º O conselheiro tutelar perderá a remuneração do dia, nos casos de:

a) deixar de comparecer ao serviço sem justificativa;

b) ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 30 (trinta) minutos.



## Seção IX Das Vantagens

Art. 61 Aos conselheiros tutelares serão pagas, no efetivo exercício da função, as seguintes vantagens:

- I - Gratificação natalina;
- II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - Licença-maternidade;
- IV - Licença-paternidade.
- V - Ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas quando, acompanharem criança ou adolescente para fora do Município, bem como para as despesas da criança ou adolescente;
- VI - Auxílio-alimentação, nos termos da Lei nº 2.111, de 10 de maio de 2007.

Art. 62 Ficam garantidas as demais bonificações aplicáveis aos servidores públicos do município, respeitada a característica da natureza do Conselho Tutelar

## Seção X Das Férias

Art. 63 O Conselheiro fará jus a 30 (trinta) dias de férias a cada período de 12 (doze) meses de efetivo exercício da função.

§ 1º As Férias deverão ser programadas com o setor responsável, sendo vedado que mais de um conselheiro usufrua do benefício simultaneamente.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

## Seção XI Das Licenças

Art. 64 Conceder-se-á ao Conselheiro licença:

- I - Para concorrer a cargo eletivo;
- II - Para gestação;
- III - Em razão de paternidade;
- IV - Para tratamento de saúde;
- V - Por acidente em serviço.

Parágrafo único. É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período de licença prevista nos incisos I, IV, e V, do caput do artigo, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 65 Poderá ser concedida licença ao conselheiro por motivo de doença de filho, pais, cônjuge ou companheiro, mediante comprovação da sua necessidade por junta médica e pelo serviço social do município.

Parágrafo único. As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas sem o pagamento da remuneração.

Art. 66 A conselheira tutelar gestante terá direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença remunerada, a partir do oitavo mês de gestação.

§ 1º Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§ 2º No caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados trinta dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

§ 3º A licença maternidade também será concedida na forma da lei municipal a conselheira e ao conselheiro solteiro que adotar.

§ 4º As licenças previstas no caput deste artigo serão concedidas com o pagamento da remuneração.

Art. 67 A licença paternidade será concedida de forma remunerada ao conselheiro pelo nascimento de filho, pelo prazo de cinco dias, contados do nascimento.

Art. 68 Será concedida ao Conselheiro licença remunerada para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica, conforme o Regime Geral da Previdência Social.

§ 1º Para a concessão de licença, considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo Conselheiro e que se relacione com o exercício das suas atribuições.

§ 2º Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

- I - decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício das suas atribuições;
- II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;
- III - sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo do trabalho.

## Seção XII Das Concessões

Art. 69 O Conselheiro poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por 05 (cinco) dias consecutivos, em razão de:

- I - casamento;
- II - falecimento do cônjuge, companheiro, pais ou filhos.

## Seção XIII Do Tempo de Serviço

Art. 70 O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

§ 2º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 dias.

## Seção XIV Dos Deveres

Art. 71 São deveres do conselheiro tutelar:

- I - Exercer com zelo e dedicação as suas atribuições;
- II - Ser leal às instituições;



III - Observar as normas legais e regulamentares;

IV - Atender com presteza ao público em geral e aos demais órgãos do Poder Público;

V - Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

VI - Manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VII - Revelar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações que demandar tratem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade.

VIII - Ser assíduo e pontual;

IX - Tratar com urbanidade as pessoas.

#### Seção XV Das Proibições e Condutas

Art. 72 Ao conselheiro tutelar é proibido:

I - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante expediente, salvo no exercício das suas atribuições;

II - Recusar fé a documento público;

III - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - Acometer a pessoa que não seja membro de Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - Proceder de forma desidiosa;

VIII - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - Exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - Aplicar medidas previstas em Lei sem a prévia discussão e decisão colegiada, como determina o Art. 137 da Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

XII - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

XIII - Deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - Descumprir os deveres funcionais mencionados no Art. 71 desta Lei e na Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 73 O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de

analisar o caso quando:

I - A situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - For amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

#### Seção XVI Das Penalidades

Art. 74 São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - Advertência;

II - Suspensão;

III - Destituição da função.

Art. 75 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 76 A advertência será aplicada por escrito pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos casos de violação constante nos incisos do Art. 71 e incisos I e II do Art. 72, dada a inobservância do dever funcional previsto nesta lei.

Art. 77 A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência ou faltas graves, mediante processo administrativo disciplinar, não podendo exceder 30 (trinta) dias, implicando o não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 78 O conselheiro tutelar será destituído da função nos seguintes casos:

I - Prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;

II - Incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;

III - Ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

IV - Posse em cargo, emprego ou outra função pública remunerados;

V - Transgressão dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Art. 72.

Art. 79 O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

#### Seção XVIII

##### Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 80 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como, a qualquer cidadão é facultado a realização de denúncias.

Art. 81 Constatado o provável cometimento de falta funcional ou a prática de atos considerados ilícitos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá instaurar processo administrativo disciplinar, a fim de apurar os fatos e identificar os responsáveis, observando os seguintes trâmites:

I - Nomear Comissão Especial de Apuração, composta por 3 (três) membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Solicitar o apoio e orientação da Assessoria Jurídica do Município;

III - O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir os mesmos ritos estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

IV - Assegurar o direito ao contraditório e a ampla defesa;

V - Imputar as penalidades estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Gabinete do Prefeito, coordenar as atividades relativas à apuração disciplinar dos conselheiros tutelares do Município de Ouro.

Art. 82 Como medida cautelar e a fim de que o conselheiro tutelar não venha interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

#### Seção XIX

##### Da Regra de Competência

Art. 83 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, quando da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

#### Seção XX

##### Disposições Finais

Art. 84 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a viabilização dos serviços de que tratam o Art. 4º

desta Lei, bem como, para a estruturação dos Conselhos Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Art. 85 Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo de sindicância e administrativo disciplinar.

Art. 86 Ficam resguardados os atuais mandatos dos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e conselheiros tutelares escolhidos e empossados anterior a vigência desta lei, validando todos os atos anteriormente emanados.

Parágrafo Único: Os conselheiros tutelares empossados anteriormente a esta lei terão mandato prorrogado até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo de escolha unificado, que ocorrerá em 2015.

Art. 87 As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, deverá aprovar as alterações do seu regimento interno, em conformidade com esta Lei, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro, como órgão público, na consecução de suas atividades adotará os princípios da administração pública, constantes do artigo 37 da Constituição Federal e, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel de ambos os Conselhos.

Art. 89 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 90 Ficam revogadas a Lei nº 2.287, de 23 de maio de 2011 e as demais disposições municipais em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
02 de abril de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Derci de Araújo  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

**RESOLUÇÃO 001/2015 CMDCA**

Resolução Nº 001/2015 DO CMDCA

Nomeia a Comissão Especial Eleitoral Organizadora do Processo de escolha do Conselho Tutelar

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Federal 8069/90, Lei Municipal nº 2.407/2015, resolve:

Art. 1º. Constituir a Comissão Especial Eleitoral Organizadora do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, nomeando, para tanto, os seguintes membros:

- I- Luiz Gonzaga Bonissoni Neto
- II- Hermes Felis Pissolo
- III- Fábio Coronetti
- IV- Juliana Steckling
- V- Lúcia de Giacometti

Art. 2º. A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pelo Presidente do CMDCA e suas atribuições são as definidas na Lei Municipal nº 2.407/2015, cujos prazos deverão ser rigorosamente observados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA STECKLING  
Presidente CMDCA

OURO/SC 02 de abril de 2015.

**Paial****PREFEITURA****PREGÃO 006/2015 FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

**1 - PREÂMBULO**

1.1 - ELIZETE ESPOSITO VORTMANN, gestora municipal de Paial, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO GLOBAL no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações aplicáveis.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08hs30min do dia 17 de abril de 2015, no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás, 400, Centro.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08hs45min do dia 17 de abril de 2015, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, situada no endereço citado no item 1.2.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecer licença de uso de solução de tecnologia da informação para gestão de saúde pública, compreendendo licenças de uso de software temporárias e não exclusivas, prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do software, migração de dados oriundos de software legado, treinamento, suporte técnico especializado, manutenção corretiva e evolutiva do software para o Fundo Municipal de Saúde de Paial conforme especificações constantes do Anexo "E" deste Edital.

**3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

**4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes a Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação desde que protocolizadas de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte

identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015  
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Paial e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora dos envelopes

no momento do credenciamento.

## 5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- Número deste Pregão;
- Número do item, descrição dos itens nos termos do anexo "E" deste Edital, quantidade, unidade, preço unitário e preço total, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unitário	Preço Total

- Preço Global proposto grafado em algarismos numéricos e por extenso;
- Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, transporte do veículo até o local onde o serviço será realizado, deslocamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

## 6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de



Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;  
b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;  
c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;  
d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);  
e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;  
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);  
g) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B".  
h) Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante;  
i) Apresentação de Atestado de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou e que mantém em funcionamento software similar aos solicitado no presente edital.  
j) Declaração expressa pela proponente atestando que a empresa licitante recebeu este edital, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Observação: A declaração solicitada na alínea "d)" somente será exigida caso a respectiva regularidade ainda não esteja incluída na Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.  
6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "f" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Paial.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes através do Cadastro de Licitantes do Município de Paial, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "f", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "C", deverá vir anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.



7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço global do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes serão registrados eletronicamente com formulário que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado

em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão, inclusive a consulta da regularidade, de documentos emitidos pela internet que foram apresentados vencidos e/ou não apresentados.

7.12.2 - Quando apresentado documento previsto para habilitação do licitante, e este estiver vencido, a critério do pregoeiro, poderá o mesmo ser sanado através de consulta ao site do órgão emissor, devendo para tanto tal procedimento ocorrer durante a sessão pública.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas

(antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los em 10 (dez) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, PELO MENOR PREÇO GLOBAL, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## 9 - DOS VALORES MÁXIMOS

9.1 - O valor global previamente orçado pelo Fundo Municipal de Saúde corresponde a importância constante no Anexo "E", pelo período de 12 meses.

9.2 - O valor mencionado no subitem 9.1 figura ainda como preço máximo a ser respeitado pelas proponentes participantes deste certame licitatório, sob pena de desclassificação.

## 10 - DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

10.1 - A licitante vencedora obriga-se a executar todos os serviços em conformidade com as especificações constantes no Anexo "E" do presente Edital.

10.2 - A licitante vencedora obriga-se a executar os serviços de implantação do sistema/módulos no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de assinatura do futuro contrato (Anexo "D"), sob pena de notificação e aplicação das penalidades previstas no referido instrumento.

10.3 - Entende-se como implantação, todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento da Unidade Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, dentre as quais: instalação, configuração, treinamento, customização, migração e conversão de informações existentes e necessárias à operação dos softwares.

10.4 - O prazo de locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas é até 31/12/2015, contados a partir da data de assinatura do futuro contrato.

## 11 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

11.1 - Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual constante no subitem 14.3 deste Edital, será concedido reajuste dos valores propostos pela licitante vencedora com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

12.2 - O primeiro reajuste só poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses da data limite para protocolo das propostas, e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

## 12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

12.2 - Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário em até 15 (quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal.

12.3 - O pagamento dos serviços eventuais de suporte técnico ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

12.4 - Os valores contratados serão automaticamente reajustados, através de apostilamento depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGPM.

12.5 - Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em

relação ao atraso verificado.

12.6 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à seguinte dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2015:

Órgão: 07 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.043 PMAQ  
Elemento (17): 3.3.39.11.00.00.00 - Aplicações Diretas

#### 13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

13.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

13.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

13.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.6 - Decididos os recursos, caberá a autoridade competente efetuar a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) bem como homologar o processo.

#### 14 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

14.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar(em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo "D"), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16, deste Edital.

14.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

14.3 - A vigência do contrato será até 31/12/2015, contados a partir de sua assinatura. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme previsão expressa no inciso IV, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

14.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

#### 15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstre a conveniência para a Administração.

#### 16 - DAS PENALIDADES

16.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 14.1 do presente instrumento convocatório.

16.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.2 - A penalidade de multa, prevista no item 16.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

16.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

16.4 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Paial, no endereço citado no subitem 1.2 deste Edital, ou através do telefone (49) 3451-0045, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

17.3 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da

lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87, do referido diploma legal.

17.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Paial não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.6 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.7 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá, SC, excluído qualquer outro.

#### 18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo "A" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- b) Anexo "B" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- c) Anexo "C" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- d) Anexo "D" - MINUTA DO CONTRATO;
- e) Anexo "E" - RELAÇÃO DE ÍTENS.
- f) Anexo "F" - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Paial - SC, em 30 de março de 2015.

Elizete Esposito Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Paial, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Paial, SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

#### ANEXO "B"

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)  
PRESENCIAL Nº 006/2015

#### ANEXO "C"

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (\*)

(\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paial, SC.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

#### ANEXO "D"

#### MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

#### TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE Nº .....

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAIAL - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.376.0001-59, com sede na Rua Goiás 400 centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE,



neste ato representado por sua titular a senhora ....., Prefeita municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF/CIC sob o nº ....., e a empresa ....., pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na rua ....., cidade e Município de ....., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor ....., portador da carteira de identidade nº ....., CPF sob o nº ..... e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 007/2015, Pregão Presencial de nº 006/2015, homologado e adjudicado no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015, e que se regerá nos termos da lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento de Uso de Software de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE bem como farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos: serviços de migração dos dados existentes para funcionamento do software, quando solicitado; serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE; treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos softwares; suporte Técnico, após implantação do software, quando solicitado; serviços de manutenção legal e corretiva do software implantado; treinamento reforço para software implantado, quando solicitado. Conforme especificações abaixo: (descrever conforme a relação de itens com os respectivos valores)

1.2. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. Integram e completam o presente termo de contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos e condições do certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

2.1. O pagamento do objeto do presente contrato será com recursos próprios do orçamento vigente na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.043 PMAQ

Elemento (17): 3.3.39.11.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2.2. Pelo Licenciamento de uso do software, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2.3. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

2.3.1. Os valores referentes a diária somente serão pagos quando solicitados.

2.4. Os valores do presente contrato são fixos e irrevogáveis. Todavia, em caso de quebra do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser realizada a recomposição dos preços contratados.

2.5. Os serviços de locação serão pagos até o 5º dia útil ao mês subsequente ao da prestação dos serviços e os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 15 (quinze) dias úteis

e os serviços de suporte técnicos e eventuais serviços em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

2.6. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

2.7. A vigência do contrato será até 31/12/2015, contados a partir de sua assinatura. O prazo de vigência poderá ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme previsão expressa no inciso IV, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.8. Na ocorrência de prorrogação contratual, os valores contratados serão corrigidos através de apostilamento, de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LICENÇA DE USO DOS SOFTWARES, DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO, DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO, E DO SUPORTE TÉCNICO

3.1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora do software licenciado, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

3.2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

3.3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software licenciado, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido softwares.

3.4. O software deverá permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

3.5. O treinamento na operacionalização do software, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

3.6. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

3.7. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

3.8. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

3.9. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização do software em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

3.10. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

3.11. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento do software.

3.12. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação do software à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.



3.13. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas no software durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos softwares.

3.14. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

3.15. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos softwares originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

3.16. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

3.17. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

3.18. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

a) Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do software.

b) Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

c) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

d) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos softwares.

e) Desenvolver relatórios específicos.

3.19. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

3.20. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula quarta subitem 4.10 do presente contrato.

3.21. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação do software realizada por pessoas não credenciadas.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda.

4.2. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

4.3. Manter, na operacionalização do software, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

4.4. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

4.5. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.

4.6. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação do software, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

4.7. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados no software.

4.8. Parametrizar o software, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos softwares quando necessário.

4.9. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

4.10. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

##### 5.1. Caberá a CONTRATADA:

a. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelo software, instalar o software objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso do software que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula quarta subitem 4.10 do presente contrato.

b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.

c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

6.1. Pelo atraso injustificado na entrega do(s) objeto (s) deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades de:

6.1.1. multa de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

6.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no Art. 7º, da Lei 10.520/02, e, multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

6.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos

enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO:

8.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

#### CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

9.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na lei federal nº 10.520/2002 e a lei federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. Este contrato esta vinculado ao certame licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Fica designado como Fiscal de Contrato a Sra. ...., ocupante do cargo de .....

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Itá, Estado de SC, como competente para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 3 vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Paial - SC, ..... de ..... de 2015.

Elizete Esposito Vortmann Contratada  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

#### TESTEMUNHAS

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Visto:

Assessor Jurídico

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015  
ANEXO "E"  
TERMO DE REFERÊNCIA

#### I - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS/MÓDULOS

Neste instrumento estão descritos os requisitos técnicos do sistema a ser contratado, bem como serão abordados os aspectos inerentes ao processo de sua implantação junto ao Fundo Municipal de Saúde de Paial.

#### A) OBJETO.

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para fornecer licença de uso de solução de tecnologia da informação para gestão de saúde pública, compreendendo licenças de uso de software temporárias e não exclusivas, prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do software, migração de dados oriundos de software legado, treinamento, suporte técnico especializado, manutenção corretiva e evolutiva do software para o Fundo Municipal de Saúde de Paial conforme especificações constantes do Anexo "E" deste Edital.

Os preços abaixo foram os previamente orçados pelo Fundo Municipal de saúde e devem prevalecer como preço máximo, sob pena de desclassificação:

Item	Qtidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	12,00	Mês		Software para gestão de saúde pública para 25 usuários	1.500,00	18000,00
2	1,00	UN		Serviços de implantação, conversão dos dados, implantação e treinamento para os usuários	3.734,00	3734,00
3	50,00	Horas		Assistência técnica após a implantação do software, quando solicitado	65,00	3250,00
4	500,00	Km		Deslocamento nos serviços de suporte quando exigida a presença in loco	0,65	325,00
5	10,00	Diaria		Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença in loco	125,00	1250,00
Preço global máximo:						26.559,00

#### 1. ESPECIFICAÇÕES DA SOLUÇÃO GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA: A solução deverá:

1.1. Manter, durante toda a execução contratual, plena adequabilidade às normas legais e regulamentares de ordem federal e estadual.

1.2. Ser multitarefa, permitindo ao usuário, com um único login, acesso a diversas rotinas simultaneamente, podendo minimizá-las e maximizá-las, executando várias consultas ou operações

simultaneamente.

1.3. Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações incluindo controle de acesso através de uso de hierarquia de senhas; controle de acesso ao banco de dados com ferramentas de terceiro; controle de alteração de dados por outro meio de terceiros que não seja o software lícitado.

1.4. Possuir controle de permissões de acesso de cada usuário, considerando que as autorizações ou desautorizações (por usuário ou tarefa) deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário.

1.5. Possuir consulta rápida aos dados cadastrais do software, generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do software aos cadastros.

1.6. Possuir relatórios em formato gráfico, para serem impressos em impressoras laser ou jato de tinta, possibilitando salvar os dados dos relatórios em formato texto, csv, html, ou xls, para utilização em planilha.

1.6.1. Os arquivos exportados nestes formatos citado no item anterior deverão ser plenamente editáveis, e não apenas visualizáveis;

1.6.2. Os relatórios de operações realizadas pelos usuários deverão conter as informações do usuário, da data/hora de entrada e saída da operação e da descrição da operação (cadastro, processo, relatório);

1.6.3. O cadastro e o processamento de relatórios deverá ter opção para gerar por lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF.

1.6.4. Possibilitar o agrupamento dos relatórios em um único arquivo e numeração contínua de suas páginas.

1.7. Permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab");

1.8. Possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas.

1.8.1. Deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto.

1.8.2. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação.

1.9. Operar por transações (ou formulários 'online') que executam ou registram as atividades administrativas básicas.

1.9.1. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis no banco de dados.

1.9.2. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas.

1.9.3. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas.

1.9.4. Os dados transcritos pelos usuários deverão ser imediatamente validados.

1.10. Possuir auditoria automática nas tabelas, possibilitando o registro de todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas, a data, hora e usuário responsável pela alteração; como também o registro das informações anteriores resguardando o histórico, antes da alteração efetuada.

1.11. Possibilitar o controle através de parâmetros sem que seja necessária a interferência de técnico e ter ajuda on-line, permitindo consultar todas as opções existentes no software, bem como ajuda específica para o campo onde se está no momento.

1.12. Possuir níveis de segurança para navegação web utilizando os protocolos HTTPS e SSL.

1.13. Permitir acesso via diferentes Softwares Operacionais e Navegadores.

1.14. Ser totalmente desenvolvido em linguagem web, sendo acessível através do uso de navegador de internet, possibilitando o uso de recursos como Ajax e Javascript, acelerando a navegação no software.

1.15. Rodar a partir de base de dados única, não sendo aceitos softwares modulares, que fracionem as informações em bases de dados distintas.

1.16. Permitir acesso utilizando certificados digitais.

1.17. Possuir software de login que informe ao usuário, através do e-mail cadastrado, quando ocorrerem tentativas de realizar o login com o usuário, mas a senha digitada estava incorreta.

1.18. Permitir vincular usuários do Google e Yahoo a um usuário do software, permitindo usar o usuário e senha destes softwares para acessar o software.

1.19. Permitir a consulta parametrizável dos dados cadastrais em todas as telas do software.

1.20. Permitir acesso para usuários em diferentes níveis: estabelecimentos (hospitais, consultórios, laboratórios), secretaria e externos (municípios pactuantes).

1.21. Permitir a parametrização de acesso para cada tela separadamente para cada usuário.

1.22. Permitir visualizar e alterar dados da Entidade (Secretaria de Saúde).

1.23. Permitir acesso externo a municípios que tenham PPI cadastrada. Através deste acesso deve ser possível cadastrar Pacientes, Solicitações de Agendamento e verificar o Saldo de cotas de Agendamentos.

1.24. Permitir realizar o Cadastro completo de Pacientes, realizando validações quanto à duplicidade de registros.

1.25. Permitir realizar a Visualização do Mapa de Residência dos Pacientes através do Google Maps.

1.26. Permitir cadastrar os contatos realizados com os Pacientes.

1.27. Permitir realizar o Cadastro de Fornecedores de Materiais e Laboratórios de Fabricação de Medicamentos.

1.28. Permitir a visualização dos dados de Estabelecimentos, bem como dados de Equipamentos, Serviços Especializados, Instalações Físicas para assistência, Atendimentos prestados e Níveis de Atenção dos Estabelecimentos, além dos dados Cadastrais.

1.29. Permitir a visualização dos dados de Profissionais, bem como seus vínculos profissionais com cada Estabelecimento, ou seja, CBO, Tipo, Carga Horária Ambulatorial entre outros.

1.30. Permitir realizar o cadastro de Estados, tendo todos os Estados previamente cadastrados.

1.31. Permitir realizar o cadastro de Municípios, tendo todos os municípios previamente cadastrados.

1.32. Permitir realizar o cadastro de Bairros, loteamentos, logradouros e condomínios.

1.33. Permitir realizar a alteração do Fuso-Horário conforme Região da entidade.

1.34. Permitir realizar a criação de usuários para cada Estabelecimento (hospitais, consultórios, 24hs, laboratórios, entre outros), com diferentes níveis de permissão ao usuário.

1.35. Permitir realizar a criação de usuários para Secretaria, com diferentes níveis de permissão ao usuário.

1.36. Permitir realizar a criação de usuários para Municípios com pactuação Externa, assim realizando Solicitações, Cadastros de Pacientes e Consulta de Cotas através de seu próprio município.

1.37. Permitir realizar a parametrização do faturamento ambulatorial e dispensação de medicamentos.

1.38. Permitir visualizar a competência em todas as telas do software.

1.39. Permitir realizar o cadastro de Especialidades, vinculando a mesma a um CBO.

1.40. Possuir todos os CBOs importados e cadastrados no software.

1.41. Permitir cadastrar uma faixa de BPA-I, para que seja possível controlar os procedimentos que necessitem de autorização.

1.42. Realizar a importação da Tabela Unificada sem a interação do usuário final, mantendo o registro das alterações da Tabela Unificada ao longo das competências.

1.43. Permitir selecionar e informar quais procedimentos que necessitam de autorização para serem realizados.

1.44. Permitir cadastrar a Pactuação Integrada de procedimentos e consultas para os municípios que demandam pacientes para o município de referência (entidade).

1.45. Permitir realizar o cadastro de Feriados da Entidade.

1.46. Permitir validar no momento em que são realizados os

Agendamentos, a quantidade de cotas Pactuadas para municípios externos.

1.47. Permitir realizar a importação do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) do Município entidade. Essa, alimentando o cadastro de Profissionais e Estabelecimentos.

1.48. Permitir realizar consulta de importações do CNES.

1.49. Permitir realizar a importação do CADSUS, realizando a importação dos Bairros e Logradouros do município.

1.50. Permitir realizar a importação do CADSUS, realizando a importação dos Pacientes do município e realizando as validações, para que não ocorram duplicidade de Pacientes (Homônimos).

1.51. Permitir consultar a importação do CADSUS, verificando as validações realizadas quando a não importação de Pacientes duplicados.

1.52. Permitir realizar o faturamento da produção ambulatorial.

1.53. Realizar a validação prévia da produção ambulatorial, apresentando através de um relatório os problemas que podem ser encontrados.

1.54. Realizar a importação dos Códigos de Prontuários, para que seja possível verificar os Códigos de Prontuários de Pacientes por estabelecimentos quando estes existem no papel ainda.

1.55. Permitir cadastrar as agendas de profissionais e procedimentos.

1.56. Controlar os horários de agendas de profissionais para que não ultrapassem sua carga horária máxima por estabelecimento.

1.57. Permitir realizar agendamentos para as agendas cadastradas, seguindo exatamente os horários pré-definidos pela agenda.

1.58. Realizar a validação quanto à idade e sexo do pacientes para realizar agendamentos.

1.59. Realizar a validação quanto a agendamentos cadastrados para um mesmo horário para um mesmo paciente.

1.60. Permitir pesquisar a próxima data com possibilidade agendamento para um Procedimento e/ou Especialidade qualquer.

1.61. Realizar a impressão do comprovante de agendamento para que seja entregue ao paciente, informando o local do agendamento e horário.

1.62. Permitir realizar a transferência de agendamentos para estabelecimentos e datas diferentes.

1.63. Permitir realizar a verificação de todas as datas em que houve a transferência para um agendamento.

1.64. Permitir realizar a transferência automática de um lote de agendamentos para as próximas datas possíveis. E ainda assim, validando quanto a PPI e Cotas Diárias.

1.65. Permitir realizar o cancelamento dos agendamentos em lotes ou separadamente.

1.66. Permitir visualizar os pacientes que tiveram agendamentos alterados, de forma que seja possível verificar se foi realizado o contato com os pacientes após a transferência e cancelamento.

1.67. Permitir o cadastro de solicitações de agendamento.

1.68. Permitir o cadastro de solicitações de agendamento externas através do módulo para municípios com pactuação com o município da entidade, assim, evitando ligações.

1.69. Permitir consultar as solicitações de agendamentos e realizar o deferimento ou não da solicitações. As consultas podem ser tanto de estabelecimentos de saúde como de usuários externos.

1.70. Permitir verificar na solicitação de agendamento quando a mesma foi agendada, verificando o horário e estabelecimento da mesma.

1.71. Permitir cadastrar Ausências para as Agendas dos profissionais e procedimentos.

1.72. Permitir cadastrar Cotas de agendamentos para a secretaria de saúde, assim, usuários de estabelecimentos não podem ocupar toda uma agenda.

1.73. Apresentar uma lista dos pacientes que tiveram seus agendamentos transferidos e cancelados, para que possam ser contatados posteriormente.

1.74. Apresentar uma Fila de Atendimento para que seja possível controlar os pacientes que estão sendo atendimentos naquele momento.

1.75. Apresentar Pronto Atendimento, Agendamentos e Retornos em uma mesma fila de Atendimento.

1.76. Permitir abrir o atendimento através da Fila de Atendimento, com dados preenchidos, agilizando o trabalho na unidade de saúde.

1.77. Permitir cadastrar Pronto Atendimento, integrando-o à fila de atendimento.

1.78. Permitir o cadastro de atendimentos.

1.79. Permitir, em um Atendimento, a solicitação de procedimentos, para que posteriormente seja possível realiza-los.

1.80. Permitir realizar Procedimentos no Atendimento, para que posteriormente seja realizado o Faturamento Ambulatorial.

1.81. Permitir cadastrar diversas triagens do paciente em um mesmo atendimento.

1.82. Permitir realizar Prescrições de Medicamentos dentro de um atendimento, informando sobre uma falta do Medicamento prescrito no estoque.

1.83. Permitir realizar Tratamentos com Medicamentos dentro de um atendimento (Dispensa)

1.84. Permitir o cadastro de Retornos dos Atendimentos.

1.85. Permitir consultar todas as movimentações de Atendimento e Agendamento de um paciente em uma tela.

1.86. Permitir a autorização de procedimentos que necessitam de autorização e foram solicitados no atendimento.

1.87. Permitir cadastrar as entradas de materiais nos estabelecimentos de saúde.

1.88. Permitir transferências de materiais entre os estabelecimentos de saúde.

1.89. Permitir cadastrar perdas e sinistros de materiais. Podem ser cadastrados sinistros para entradas, transferências e também sinistros simples.

1.90. Permitir ao usuário de secretaria cadastrar uma Programação de medicamentos por estabelecimentos, assim prevendo e evitando uma possível falta de medicamentos durante as competências.

1.91. Permitir que seja realizada uma solicitação de materiais entre os estabelecimentos. Essa solicitação pode virar automaticamente uma transferência de materiais caso aprovado.

1.92. Permitir que sejam consultas as solicitações de materiais entre os estabelecimentos.

1.93. Permitir cadastrar os Medicamentos e Materiais.

1.94. Permitir cadastrar o Grupo de Materiais.

1.95. Permitir cadastrar um Subgrupo de Materiais.

1.96. Permitir cadastrar Unidade de Medidas.

1.97. Permitir que os relatórios emitidos por cada usuário sejam salvos, e possam ser conferidos em um segundo momento em até 4 dias posteriormente a sua emissão, sem a necessidade de serem salvos no próprio computador do usuário.

1.98. Permitir a emissão do Relatório de Pacientes.

1.99. Permitir a emissão do Relatório de Agendas.

1.100. Permitir a emissão do Relatório de Profissionais.

1.101. Permitir a emissão do Relatório de Solicitações de Agendamentos.

1.102. Permitir a emissão do Relatório de Transferências de materiais.

1.103. Permitir a emissão do Relatório de Especialidades.

1.104. Permitir a emissão do Relatório de PPI.

1.105. Permitir a emissão do Relatório de Acompanhamento de Pacientes Analítico.

1.106. Permitir a emissão do Relatório de Acompanhamento de Pacientes Sintético.

1.107. Permitir a emissão do Relatório de Incidência de doenças.

1.108. Permitir a emissão do Relatório de Disponibilidade de vagas.

1.109. Permitir a emissão do Relatório de Agendamentos.

1.110. Permitir a emissão do Relatório de Materiais Dispensados por Paciente.

1.111. Permitir a emissão do Relatório de Materiais Dispensados.

1.112. Permitir a emissão do Relatório de Requisição Materiais.



1.113. Permitir a emissão do Relatório de Materiais.

1.114. Permitir a emissão do Relatório de Programação Física de Materiais.

1.115. Permitir a emissão do Relatório de Saldo em estoque de Materiais.

1.116. Permitir a emissão do Comprovante de Dispensa de Material.

1.117. Permitir a emissão do Comprovante de Transferência de Material.

1.118. Permitir a emissão do Comprovante de Solicitação de Material.

1.119. Permitir a emissão do Comprovante de Perdas e Sinistros.

1.120. Permitir a emissão do Comprovante de Requisição de Materiais.

1.121. Permitir cadastrar Valores de Referência para cadastro de exames SADT.

1.122. Permitir cadastrar Valores Permitidos para cadastro de exames SADT.

1.123. Permitir cadastrar Exames SADT utilizando Valores de Referência e Valores Permitidos, vinculando com um Procedimento.

1.124. Permitir cadastrar Solicitações de Exames Complementares através do Atendimento do Paciente.

1.125. Permitir cadastrar Solicitações de Exames sem a necessidade do Atendimento do Paciente.

1.126. Permitir a consulta de Solicitações de Exames advindas de todas as telas.

1.127. Permitir o controle de Coletas já realizadas através de consulta de Solicitações de Exames.

1.128. Permitir o cadastro de Resultados dos Exames complementares por paciente.

1.129. Permitir realizar a emissão dos Resultados de Exames.

1.130. Permitir Faturar os procedimentos solicitados nos exames SADTS finalizados, bem como possibilitar a execução das fórmulas de cálculo para itens de exames SADTS.

1.131. Permitir emitir relatório de procedimentos/atendimentos realizados por paciente com base em grupos de faixas etárias.

1.132. Permitir realizar a priorização da Fila de Atendimento para Idosos, Gestantes e Deficientes Físicos, bem como possibilitar informar o horário de chegada dos pacientes na Fila de Atendimento.

1.133. Permitir emitir relatório com os CIDs dos atendimentos realizados.

1.134. Permitir a exibição de alertas ao realizar agendamentos e solicitações de agendamento, demonstrando outros agendamentos e solicitações que o paciente possua, assim distribuindo melhor as vagas de agendamentos.

1.135. Permitir definir no cadastro de Especialidades Procedimentos Realizados padrões para os Atendimentos.

1.136. Permitir que sejam cadastradas reservas para agendamentos conforme as agendas cadastradas segundo diferentes perfis de usuários do software.

1.137. Permitir que sejam consultada a lista de medicamentos do RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) por meio do software, permitindo prescrever materiais desta lista aos pacientes.

1.138. Permitir emissão de comprovante de prescrição de medicamentos no formato 12X19.

1.139. Permitir a vinculação de usuários do software com profissionais de saúde do SUS, preenchendo automaticamente os campos da tela.

1.140. Permitir a separação por cores dos períodos de agendamentos para facilitar o trabalho dos agendadores.

1.141. Permitir a criação de solicitações de exames para laboratórios particulares não necessariamente vinculados ao CNES do município.

1.142. Possibilitar a criação de Solicitações de Exames vindas de outros municípios e entidades não existentes no CNES do município.

1.143. Permite realizar a solicitação de TFD no atendimento ao

paciente.

1.144. Permite realizar a solicitação de TFD sem a necessidade de atendimento ao paciente.

1.145. Permite que possa ser deferido ou não o pedido de TFD.

1.146. Possibilita que municípios externos e pactuantes solicitem o laudo de TFD.

1.147. Permitir que no atendimento do paciente possa ser gravado no prontuário eletrônico do mesmo, as seguintes informações: Procedimentos solicitados e realizados, Triagem, Anamnese, Exame físico, Prescrição, Tratamento/terapia, Diagnóstico, exames complementares e evolução diária.

1.148. Permitir emitir relatório dos agendamentos por profissional.

## 2. SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

### 2.1. MIGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM USO

2.1.1. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações do software em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pelo Município.

2.1.2. Ao final dos serviços de conversão, comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções.

2.1.3. O recebimento dos serviços, tratado no item anterior, se dará após conclusão da base convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento do Secretário ou chefe de setor interessado, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

### 3.1. IMPLANTAÇÃO (CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO).

3.3.1. Para o software licitado, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

3.3.2. Acompanhamento dos usuários no prédio sede da Prefeitura do Município, em tempo integral na fase de implantação do objeto e pelo período de 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços de implantação e treinamento.

3.3.3. Na implantação do software deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

- Entrega, instalação e configuração do software licitado;
- Customização do software;
- Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- Parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
- Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo Município;
- Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

3.3.4. O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individual do software licitado devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo secretário ou chefe de setor onde o software foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

3.3.5. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades



pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes.

3.3.6. A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

3.3.7. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

3.3.8. O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

#### 4.1. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO.

4.1.1. A empresa contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do software pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento.

4.1.2. Os Planos de Treinamento - a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato - ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;
- Processo de avaliação de aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).

4.1.3. O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos Softwares ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da Prefeitura possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do proponente.

4.1.4. As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 25 (vinte e cinco) participantes.

4.1.5. A contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá a contratada, sem ônus para o contratante, ministrar o devido reforço.

4.1.6. O recebimento dos serviços de treinamento se dará mediante aceite formal e individual do software licitado, devendo contemplar obrigatoriamente a ata dos treinamentos, assinadas pelos participantes, amostragem dos certificados emitidos e relatório de serviços emitido pela empresa contratada.

#### 1.1. SUPORTE TÉCNICO.

5.1.2. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na sede da Prefeitura, por técnico apto a prover o devido suporte ao software, com o objetivo de:

5.1.2. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do software;

5.1.3. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

5.1.3.1. Treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do software em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,

5.1.3.2. Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do software após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

5.1.3.3. Será aceito suporte ao software licitado via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte no horário das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 18h00min, de segunda a sexta-feira.

5.1.3.4. O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

#### ANEXO "F"

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

e-mail:

Fone:

Prezados senhores,

Abaixo apresentamos nossa proposta de preços detalhada para execução do objeto contratual licitado:

ITEM	QTD. MESES	SOFTWARE(S)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	12	Software para Gestão de Saúde de Pública com 25 usuários	.....	.....
VALOR TOTAL R\$			.....	.....

ITEM	QTD.	SERVIÇO(S)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	Serviços de Implantação, conversão dos dados, implantação e treinamento para os usuários.	.....	.....
2	50 horas	Assistência Técnica, após implantação do software, quando solicitado.	.....	.....
3	500 Quilômetros	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	.....	.....
4	10 Diárias	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	.....	.....
VALOR TOTAL R\$			.....	.....

Valor total global da proposta por extenso:

Validade da proposta:

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número do CPF/MF)

### **PREGÃO 012/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 018/2015

Objeto: aquisição de material didático-escolar destinado a Secretaria de Educação do Município de Paial, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 17/04/2015

Abertura: 17/04/2015 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 01 de abril de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

## **Palmitos**

### **PREFEITURA**

### **PROCESSO 16/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 16/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 09/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE PALMITOS. Data da entrega dos envelopes: 23/04/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 23/04/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 1 de Abril de 2015. Tânia de Fátima Henchen - Gestora do Fundo.

### **PROCESSO 48/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 48/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 22/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS. Data da entrega dos envelopes: 24/04/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/04/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 01 de Abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti  
PREFEITO Municipal.

### **PROCESSO 49/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 49/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 10/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE MELHORIAS JUNTO A C.E.I. BEM-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MELHORIAS EXTERNAS DA C.E.I. BEM-ME-QUER (PROJETO MEC/FNDE TIPO - B). Data da entrega dos envelopes: 24/04/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura: 24/04/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 02 de abril de 2015. Norberto Paulo Gonzatti  
PREFEITO Municipal.

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATO N. 0042/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0042/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0023/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0016/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: MACROMAQ

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para realizar o conserto parcial da Escavadeira JS 130 JCB, incluindo mão-de-obra e fornecimento de peças.

Valor: Pelos serviços a serem prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 02 de abril de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

#### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0004/2015 AO CONTRATO N. 0015/2013

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO ABAIXO MENCIONADO:

TERMO ADITIVO nº 0004/2015 AO CONTRATO nº 0015/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: PASSOSMAIENSE TUR LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA DO OBJETO: Considerando as alterações no trajeto percorrido, conforme requerimento e mapa anexos, considerando, ainda, a previsão legal de supressão conforme disposto no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a quilometragem determinada no item 2 do Edital de Pregão Presencial nº 005/2013 passará a ser de 77 Km diários.

DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0015/2013, passará a ser de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos), por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

#### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0005/2015 AO CONTRATO N. 0014/2013

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO ABAIXO MENCIONADO:

TERMO ADITIVO 0005/2015 AO CONTRATO 0014/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: JAIR PERTILE ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA DO OBJETO: Considerando as alterações no trajeto percorrido, conforme requerimento e mapa anexos, considerando, ainda, a previsão legal de supressão conforme disposto no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a quilometragem determinada no item 4 do Edital de Pregão Presencial nº 0005/2013 passará a ser de 138 Km diários. DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0014/2013, passará a ser de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

#### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0005/2015 AO CONTRATO N. 0016/2013

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO ABAIXO MENCIONADO:

TERMO ADITIVO nº 0005/2015 AO CONTRATO nº 0016/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS PASSOS MAIA LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte escolar para alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede municipal e estadual de ensino, no Município de Passos Maia/SC.

DA SUPRESSÃO QUANTITATIVA DO OBJETO: Considerando as alterações no trajeto percorrido, conforme requerimento e mapa anexos, considerando, ainda, a previsão legal de supressão conforme disposto no art. 65, I, "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a quilometragem determinada no item 3 do Edital de Pregão Presencial nº 005/2013 passará a ser de 103 Km diários.

DO VALOR CONTRATUAL: Considerando o reajuste contratual, o preço fixado na cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0016/2013, passará a ser de R\$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos) por quilômetro de transporte realizado.

Passos Maia - SC, 05 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 581, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 581, de 02 de março de 2015.

**"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a solicitação de redução da carga horária da servidora Gecieli Fernandes, celebrada pela Portaria nº 577, de 27 de fevereiro de 2015;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora ROSANGELA DE FATIMA RODRIGUES, para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando suas atividades na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, pelo período de 02/03/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo único, da Lei n. 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 583, DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 583, de 03 de março de 2015.

**"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratação de Técnico de Enfermagem para suprir a demanda da Secretaria Municipal da Saúde; Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando que se encontra em andamento a realização de concurso público para preenchimento da vaga em questão, com conclusão prevista para o final do mês de abril do corrente ano;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR a senhora SIRLENE MARIA DA LUZ, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem, símbolo TC-6, Grupo ocupacional Técnico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 05 de março de 2015 a 30 de abril de 2015.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido no anexo IV, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 03 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 585, DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 585, de 06 de março de 2015.

**"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o aumento na demanda dos serviços de Professor da Educação Infantil, da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida haja vista o desdobramento de turmas da educação infantil;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014,



homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora ELIS MAIARA BASI, para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando suas atividades na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, pelo período de 09/03/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo único, da Lei n. 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 589, DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 589, de 13 de março de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário, servidor para desempenhar as atividades do cargo de Motorista (Ônibus), na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, haja vista a concessão de Licença para tratar de assuntos particulares do servidor Antonio Cavalheiro Sobrinho, celebrada pela Portaria n. 586, de 09 de março de 2015;

Considerando que se encontra em andamento a realização de concurso público para preenchimento da vaga em questão, com conclusão prevista para o final do mês de abril do corrente ano;

Considerando que se trata de função pública essencial para a continuidade do transporte coletivo da Rede Municipal de Ensino;

Considerando a necessidade e urgência da contratação, em razão da aposentadoria de vários servidores e a inexistência de servidor para atendimento da necessidade;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autorizam a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, o senhor VALDIR DE SANTI, para ocupar o cargo de Motorista, Grupo Ocupacional serviços gerais, símbolo SG-3, cumprindo carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 16/03/2015 a 30/04/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 590, DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 590, de 13 de março de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais desta municipalidade na Secretaria Municipal da Educação e Esportes;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora NEIVA RIBEIRO para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional serviços gerais, símbolo SG-13, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando suas atividades na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, pelo período de 16/03/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.



DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 591, DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 591, de 13 de março de 2015.

“NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, a senhora SABRINA RITA PEROZZA para ocupar o cargo comissionado de Assessor de Secretaria, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento a partir do dia 13 de março de 2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 595, DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 595, de 16 de março de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a exoneração a pedido da servidora Andréia Aparecida Cavalheiro, conforme Portaria n. 584, de 04 de março de 2015, até então ocupante da vaga em questão;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora MARIJANE FRANCIELLI PERTILE, para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando suas atividades no CEI Branca de Neve, pelo período de 17/03/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo único, da Lei n. 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 16 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 596, DE 17 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 596, de 17 de março de 2015.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de manter Instrutor de Informática na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental para atenção básica aos alunos daquela instituição;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital n.º 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Instrutores de Informática aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR, a senhora SUELEN CRISTINA FERREIRA DE LIMA, para ocupar o cargo de Instrutor de Informática, símbolo TC-20, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando suas atividades na EEIEF Duque de Caxias, pelo período de 18/03/2015 a 22/12/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar n. 024, de 29 de junho de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

#### **PORTARIA Nº 597, DE 20 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 597, de 20 de março de 2015.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a exoneração a pedido do servidor Francisco Saad Junior, conforme a Portaria n. 592, de 13 de março de 2015;

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário, servidor para desempenhar as atividades do cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias (Trator de Esteiras), na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico;

Considerando que se encontra em andamento a realização de concurso público para preenchimento da vaga em questão, com conclusão prevista para o final do mês de abril do corrente ano;

Considerando que se trata de função pública essencial para a manutenção da malha viária municipal, serviço imprescindível para a mobilidade rural, com vistas ao escoamento da produção, transporte escolar, serviços de saúde entre outros serviços públicos essenciais;

Considerando a necessidade e urgência da contratação, em razão da aposentadoria de vários servidores e a inexistência de servidor para atendimento da necessidade;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autorizam a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, o senhor ANTONIO JOEL GOLOGURSKI, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, símbolo SG-4, cumprindo carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 20/03/2015 a 30/04/2015.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

#### **PORTARIA Nº 580, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 580, de 02 de março de 2015.

"CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABO-NO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias e a solicitação do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor EDSON SALVADEGO, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Administração, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 28/01/2014 a 27/01/2015, para serem convertidas de 02/03/2015 a 16/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

#### **PORTARIA Nº 582, DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 582, de 03 de março de 2015.

"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares, formulada pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, a servidora municipal CHARLI REGINA DALL AQUA NUNES, ocupante do cargo de Professora, símbolo PD/C-III, exercendo a função de Diretora da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Raio de Luz, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 05 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 03 de março de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 584, DE 04 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 584, de 04 de março de 2015.  
"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares, formulada pela servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, a servidora municipal ANDREIA APARECIDA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Professor, símbolo PD/C-III, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 04 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de março de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 586, DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 586, de 09 de março de 2015.  
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pelo servidor através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração);  
Considerando o direito do solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar n. 004 de 31 de agosto de 1999, para o servidor ANTONIO CAVALHEIRO SOBRINHO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, símbolo SG-3, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, matrícula n. 29, lotado na Secretaria

Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 13/03/2015 a 12/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de março de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 587, DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 587, de 12 de março de 2015.  
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pela servidora através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração);  
Considerando o direito da solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar n. 004 de 31 de agosto de 1999, para a servidora MARIJANE FRANCIELI PERTILE, ocupante do cargo de Recepcionista, Grupo Ocupacional Administrativo, símbolo AD-6, carga horária semanal 40 (quarenta) horas, matrícula n. 363, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 16/03/2015 a 15/03/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de março de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 588, DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 588, de 12 de março de 2015.

**"AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de ampliação de carga horária da servidora, efetuada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes, Geni Mantovani, haja vista o aumento da demanda das atividades do Centro de Educação Infantil Branca de Neve;

Considerando a inexistência de profissional no quadro permanente de servidores deste Município para suprir a referida necessidade;

Considerando, por fim, a necessidade de formalizar a ampliação de carga horária realizada;

**RESOLVE:**

Art. 1º. AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora MILIRIA ARCARI KRAUSS, ocupante do cargo de Atendente de Creche, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-10, Lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais a partir do dia 16/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 592, DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 592, de 13 de março de 2015.

**"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a solicitação de exoneração por motivos particulares, formulada pelo servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor municipal FRANCISCO SAAD JUNIOR, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, símbolo SG-4, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, a partir do dia 13 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 593, DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 593, de 16 de março de 2015.

**"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pelo servidor através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração);

Considerando o direito do solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

Considerando que o servidor encontrava-se em gozo de férias até o dia 07 de fevereiro de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar n. 004 de 31 de agosto de 1999, ao servidor IVAN ANTONIO SUTIL, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, Grupo Ocupacional Técnico, símbolo TC-5, carga horária semanal 40 (quarenta) horas, matrícula n. 85, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 08/02/2015 a 06/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de fevereiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 16 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**PORTARIA Nº 598, DE 20 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 598, de 20 de março de 2015.

**"CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias e a solicitação do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS E CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS ao servidor CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de



Planejamento, Símbolo DIP-10, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, conforme art. 72, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999, referentes ao período aquisitivo de 05/03/2014 a 04/03/2015, para serem convertidas de 20/03/2015 a 03/04/2015 e gozadas de 06/04/2015 a 20/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

### **PORTARIA Nº 599, DE 27 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 599, de 27 de março de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora LEONIR GIOMBELLI ZANCHET, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 22/02/2014 a 21/02/2015, para serem gozadas do dia 24/03/2015 a 23/04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

### **PORTARIA Nº 600, DE 27 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 600, de 27 de março de 2015.

“REDUZ JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de redução de carga horária por motivos particulares formulado pela servidora;

Considerando o disposto no § 2, do art. 19, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999, que prevê a possibilidade de redução da carga horária com redução proporcional dos vencimentos do servidor público efetivo, a pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO da servidora SUELI DE FATIMA FERNANDES BARBOSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 1º de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.



**Paulo Lopes****PREFEITURA****LEILÃO Nº 02/2015**

LEILÃO Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Leilão, do tipo maior lance ou oferta por item, para alienação de bens móveis declarados inservíveis para a administração, com abertura das propostas às 09:00 horas do dia 22 de abril de 2015. O edital encontra-se à disposição no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br)

Paulo Lopes, 01 de abril de 2015.

EVANDRO JOAO DOS SANTOS

**Penha****PREFEITURA****CONTRATO Nº 43/2015- PMP -43 - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2015 - PMP

LICITAÇÃO: Processo administrativo nº14/2015, Chamada publica nº 01/2015.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGRICOLA FAMILIAR DO VALE DO ITAPOCU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

VALOR TOTAL: R\$ 71.880,00 ((SETENTA E UM MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS).

VIGÊNCIA: até 31.12.2015

Penha, 02 de Abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

**CV01/2015 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 - FMS

CARTA CONVITE Nº 01/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de fraldas geriátricas para atendimento aos usuários cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Abertura do Processo: 13/04/2015 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite - Presidente da Comissão Permanente Licitação

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 02 de Abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO Municipal

**EDITAL 01/2015 COMCAD PENHA**

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

EDITAL Nº 001/2015 - COMCAD PENHA

ABRE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PENHA (SC) PARA GESTÃO DE 2016/2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Penha, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 (ECA), na Resolução nº 170/2014 do CONANDA e na Lei Municipal nº 2.547 de 20 de abril de 2012 torna público que estão abertas as inscrições de candidatos ao Processo de Escolha de Conselheiro Tutelar.

## 1. DA COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL

1.1 Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha - COMCAD, por meio de Comissão Especial de caráter temporário, estabelecida exclusivamente para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, publicada por meio da Resolução 001/2015 de 16 de março de 2015.

1.2 A Comissão será paritária e formada por dois conselheiros governamentais e dois conselheiros não-governamentais:

- Antonio Bertoldi - Rotary Club - Presidente do COMCAD; - Iana Carla Pinto - Secretaria Municipal de Saúde;  
- Almir Rogério dos Santos - Secretaria de Fazenda e Tributação;  
- Rosiane do Carmo Souza de Souza - Coordenadora do Instituto Beto Carrero.

1.3 A comissão especial eleitoral terá as seguintes atribuições:

I - analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

II - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

III - estimular e facilitar o encaminhamento de notícia de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

IV - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

V - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado, se for o caso;

VI - escolher e divulgar os locais de votação;

VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos público municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VIII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

IX - resolver os casos omissos.

## 2. DAS VAGAS E REMUNERAÇÃO

2.1 O presente Processo de Escolha destina-se ao preenchimento de 05 (cinco) vagas titulares para Conselheiro Tutelar no Município de Penha, SC.

2.2 Conforme resolução 139/2010 do CONANDA, os demais candidatos, a partir da 6ª posição no resultado final, em ordem crescente ficarão como suplentes, tendo em vista que o Conselho Tutelar deverá atuar sempre com 05 (cinco) membros.

2.3 Os suplentes ficarão dispostos para suprir possíveis vagas por mais de 15 (quinze) dias de afastamento do Conselheiro Tutelar titular por qualquer motivo, conforme disposto na resolução 139/2010 do CONANDA.

2.4 Caso o Conselheiro Tutelar Suplente convocado não aceitar, deverá oficializar por escrito, em 48 horas sua desistência ao COMCAD e seu silêncio será entendido como desistência dentro desse

prazo;

2.5 Todos os Suplentes deverão manter seus números de telefone e endereços sempre atualizados junto ao COMCAD para caso haja necessidade de ser chamado para suprir alguma vaga por afastamento do Conselheiro Tutelar titular.

2.6 A atuação do Conselheiro Suplente acontecerá apenas pelo tempo de afastamento do Conselheiro titular com direito a remuneração pertinente ao período de atuação.

2.7 A remuneração do Conselheiro Tutelar é de R\$ 1.476,20 (hum mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte centavos - valor referente de abril de 2012) mensal, em regime de dedicação exclusiva. A remuneração dos Conselheiros Tutelares, referente à carga horária de 40 horas semanais e seus respectivos plantões, será equivalente ao cargo de um Assistente Social com carga horária de trabalho de 20 horas semanais, assegurada a Revisão Geral Anual na mesma data e com o mesmo índice aplicado aos demais servidores públicos municipais.

## 3. DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 As atribuições serão em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente inseridos no Título V, Capítulo II, artigo 136, da Lei Federal nº 8.069 de 1990 e Resoluções do CONANDA, com destaque à Resolução do CONANDA Nº139 de 17 de março de 2010.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 Será responsável pela operacionalização do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha - COMCAD, por meio de Comissão Especial de caráter temporário estabelecida exclusivamente para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, publicada por meio da Resolução 002/2012 de 25 de janeiro de 2012.

4.2 A escolha dos Conselheiros Tutelares será realizada em 04 (quatro) etapas:

PRIMEIRA ETAPA - inscrição dos candidatos;

SEGUNDA ETAPA - participação obrigatória com presença de 100% na capacitação de 16 (dezesesseis) horas, com caráter eliminatório para o candidato que não obtiver 100% de presença;

TERCEIRA ETAPA - prova de aferição de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, com caráter classificatório;

QUARTA ETAPA - eleição dos candidatos, por meio de voto direto, secreto e facultativo.

4.3 A participação no Processo de Escolha está condicionada à comprovação, pelo candidato, dos requisitos constantes neste edital.

4.4 Este edital estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Penha - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br), nos jornais de circulação local e será afixado no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal de Penha e no mural do Fórum de Balneário Piçarras.

## 5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1 O Requerimento de Inscrição poderá ser retirado na Secretaria Municipal de Assistência Social, na recepção, situada na Avenida Eugênio Krause, nº 152, Bairro Centro, Penha, SC, ou impresso através de acesso ao site em que o edital estará disponível.

5.2 O Requerimento de inscrição junto aos documentos exigidos neste edital deverão ser entregues na recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social de Penha entre os dias 06 de abril à 06 de maio de 2015, no horário das 08 às 12h e das 13:30 às 17:00h.

5.3 O Requerimento de Inscrição constará do preenchimento de formulário próprio fornecido aos interessados, anexo I, constante neste edital.

5.4 Conforme a Lei Federal nº 8.069/90, ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária, representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou distrital, Vereadores, Prefeito e Vice Prefeito, Secretários, Presidente ou membros do COMCAD, conforme Lei Municipal nº. 2547/2012.

5.5 Conforme Resolução 139/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

#### 6. DAS VAGAS E DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

6.1 Os interessados em preencher as 05 (cinco) vagas para titulares e vagas para suplentes deverão comparecer à recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social e retirar o Requerimento de Inscrição, preenchendo-o de punho próprio.

6.2 Na falta de qualquer dos documentos exigidos por este Edital, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá recusar a inscrição.

6.3 As candidaturas são individuais podendo os candidatos registrar um apelido, por ocasião da inscrição.

6.4 Não será permitida inscrição condicional, por correspondência postal ou eletrônica ou por qualquer outro meio senão o indicado acima.

6.5 Não será aceita inscrição por Procuração.

6.6 Os documentos necessários para a inscrição do candidato são os seguintes:

I - Fotocópia do RG (autenticada);

II - Fotocópia de comprovante de residência em Penha - recibo de água, luz ou telefone (caso não tenha tais comprovantes em seu nome, tais recibos deverão estar acompanhados por declaração do proprietário com firma reconhecida em cartório e contrato de locação caso exista também com registro em Cartório);

III - Comprovante de conclusão de ensino médio (autenticado);

IV - Certidão negativa de antecedentes criminais;

V - Certidão negativa de quitação eleitoral ou fotocópia (autenticada) do comprovante de votação nas últimas eleições (1º e 2º Turnos de 2014);

VI - Fotocópia do Título de Eleitor comprovando o registro na Zona Eleitoral de Penha (autenticada);

VII - Documento que comprove experiência na área da defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente (mínimo de 40 horas de cursos ou de atuação), dos últimos 10 (dez) anos até a data de publicação deste edital;

VIII - Foto 3x4 recente;

6.7 Na entrega dos documentos no ato da inscrição, os mesmos poderão ser autenticados pelo responsável indicado pelo COMCAD para o recebimento das inscrições, caso o candidato tiver em mãos os documentos originais solicitados.

6.8 Na falta de qualquer documento acima não será aceita a inscrição do candidato não sendo permitido que o receptor designado para Inscrição mantenha em seu poder Inscrição com documentos faltantes.

#### 7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

7.1 A homologação das inscrições será no dia 07 de maio de 2015 (quinta-feira), em edital afixado no Quadro de Editais da Prefeitura e no Mural do Fórum de Balneário Piçarras, publicado nos jornais de circulação local e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

7.2 Da data de publicação do edital de homologação das inscrições, qualquer pessoa da comunidade com idade superior a 21 (vinte e um) anos e no gozo de seus direitos políticos, bem como o Ministério Público, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar impugnação às candidaturas.

7.3 A homologação definitiva será no dia 11 de junho de 2015 (quinta-feira), em edital afixado no Quadro de Editais da Prefeitura e no Mural do Fórum de Balneário Piçarras, publicado nos jornais de circulação local e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

7.4 No dia 16 de junho de 2015 (terça-feira) ocorrerá uma reunião prévia com os candidatos na Secretaria Municipal de Assistência Social, às 14 horas, a fim de combinar com os candidatos as datas para realização da capacitação e prova de aferição de conhecimentos.

#### 8. DA CAPACITAÇÃO

8.1 O candidato que tiver sua Inscrição Homologada, para continuar no Processo de Escolha deverá participar, com 100% (cem por cento) de frequência da Capacitação com carga horária de 16 (dezesesseis) horas a ser realizada em datas e locais a definir.

8.2 Não será concedida refeição aos participantes ficando ao encargo de cada um sua alimentação, transporte e quaisquer outras despesas pessoais.

8.3 A temática da Capacitação abrangerá assuntos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) buscando fazer esclarecimentos sobre o Conselho Tutelar com ênfase no seu artigo 136.

#### 9. DA PROVA ESCRITA

9.1 Participarão das provas os candidatos cujas inscrições foram homologadas e sua participação na Capacitação foi de 100% (cem por cento) de frequência. Se o candidato deixar de cumprir uma ou outra dessas exigências estará automaticamente excluído para continuar no Processo de Escolha.

9.2 A prova escrita, de caráter classificatório, será realizada em data e local a definir junto aos candidatos em reunião específica, conforme descrito no item 7.4 deste Edital.

9.3 Os candidatos que não se submeterem à prova escrita estarão automaticamente excluídos do Processo de Escolha de que trata este Edital.

9.4 A prova mencionada será elaborada pela empresa GC Formações Ltda ME, inscrita no CNPJ 15203493/0001-34, com sede na Rua Hilda Breittenbauch, nº 130, Itajaí/SC, contratada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para assessorar o processo de escolha do Conselho Tutelar, com acompanhamento do Ministério Público.

9.5 O candidato deverá comparecer ao local determinado para a prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o início, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta) e cédula oficial de identidade (RG). Caso o candidato não possua, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial ou o protocolo de solicitação da segunda via, juntamente com outro documento oficial, com foto, que o identifique.

9.6 Na prova escrita avaliar-se-ão conhecimentos relacionados à área da criança, do adolescente e da família, tais como legislação relativa à área, à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, bem como atribuições do Conselho Tutelar.

9.7 As questões eventualmente anuladas serão consideradas corretas para todos os candidatos.

9.8 Será considerada nula a prova do candidato que se retirar do recinto, durante a sua realização, sem a devida autorização do Fiscal de Sala.

9.9 Não haverá segunda chamada para as provas, nem a realização das mesmas fora da data, do horário e do espaço físico predeterminados.

9.10 Não será permitida a utilização de aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, calculadoras ou similares), livros, códigos, ou qualquer outro material de consulta, bem como a utilização de boné, chapéu ou similar.

9.11 Será excluído do recinto de realização da prova e eliminado do Processo de Escolha, por ato da Comissão Eleitoral, o candidato que:

I - Tiver atitude de desacato e desrespeito com qualquer dos integrantes da Comissão Eleitoral, do COMCAD, fiscais ou autoridades presentes;

II - For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por gestos, verbalmente ou por escrito, bem como se utilizando de qualquer material proibido por este Edital.

9.12 O gabarito da Prova Escrita será divulgado após o término da prova no local de realização da mesma. A prova para consulta dos candidatos será disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Penha - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br), no próximo dia útil após a data de realização da prova.

9.13 Os candidatos poderão impetrar recurso das questões da prova no período de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito. O pedido de recurso deverá ser entregue na recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social, aos cuidados de pessoa designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha - COMCAD.

9.14 O pedido de recurso deverá ser preenchido em formulário padronizado e disponibilizado pelo COMCAD na recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

9.15 Os recursos serão todos analisados.

9.16 A publicação do resultado dos recursos impetrados para mudança de gabarito e/ou anulação de questões dar-se-á junto à publicação do gabarito definitivo e resultado final da prova escrita com a ordem de classificação dos candidatos e suas respectivas notas obtidas na prova, por meio de Edital afixado nos locais anteriormente descritos, publicado nos jornais de circulação local e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

## 10. DA CAMPANHA ELEITORAL

10.1 O COMCAD, por intermédio da Comissão Eleitoral, promoverá a divulgação do Processo de Escolha e dos nomes dos (as) candidatos (as) considerados(as) habilitados(as) por intermédio da imprensa escrita e falada, zelando para que seja respeitada a igualdade de espaço e inserção para todos.

10.2 A Comissão Eleitoral poderá promover, ainda, debates, reuniões, entrevistas ou palestras junto às escolas, associações ou comunidade em geral, através de audiências públicas coordenadas pela Comissão Eleitoral, proporcionando igualdade de participação a todos os candidatos presentes nos eventos e previamente cadastrados para participação. As audiências públicas, se ocorrerem, terão suas normas estabelecidas pela Comissão Eleitoral.

10.3 Somente será permitida a veiculação de propaganda eleitoral dos candidatos a partir da publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se o seguinte:

I - É vedada a propaganda eleitoral nos bens públicos ou de uso comum, admitindo-se a propaganda em veículos de comunicação social, consoante regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAD, a ser divulgada nos mesmos locais oficiais, e desde que observada a igualdade de condições entre os candidatos.

10.4 São vedados, no dia da eleição:

I. O uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas;

II. A arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, inclusive a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

III. A divulgação de qualquer espécie de propaganda de candidatos, mediante publicações, cartazes, outdoors, camisetas, bonés, broches ou dísticos em vestuário.

10.5 É facultada a manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou que se expresse no porte de bandeira ou de flâmula ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha posse.

10.6 Caberá à Comissão Eleitoral exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a propaganda irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ao final, considerados os motivos, as circunstâncias, consequências e reiterações da conduta ilícita:



I. Aplicar multa ao candidato infrator, a qual será estabelecida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMCAD) mediante resolução, sendo que a mesma será revertida ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo não pagamento ocasionará a cassação da habilitação da candidatura ou da nomeação;

II. Cassar a habilitação da candidatura ou a nomeação do infrator.

10.7 O Ministério Público, quando não for o autor da representação, fiscalizará todo o procedimento instaurado e:

I. Terá vista dos autos depois do candidato, sendo cientificado de todos os atos do procedimento;

II. Poderá juntar documentos e certidões, produzir prova oral e requerer as medidas ou diligências necessárias a apuração da verdade.

10.8 Contra a decisão referida nos incisos I e II do item 10.6 caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.9 São vedados, durante o processo eleitoral:

I. A confecção, utilização e distribuição por candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

II. A doação, o oferecimento, a promessa ou a entrega ao eleitor, pelo candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com o fim de obtenção de voto;

III. O transporte de eleitores no dia da eleição, ressalvados o serviço em veículos coletivos de linhas regulares e não fretados, o uso exclusivo de veículo por seu proprietário e seus familiares, o serviço normal, sem finalidade eleitoral, de veículos de aluguel e a disponibilização à Comissão Eleitoral de veículos públicos ou particulares, que não poderão ostentar propaganda de qualquer candidato e deverão ser por aquela identificados com a indicação "à disposição do COMCAD".

10.10 Em caso de inobservância do disposto no item 10.9 caberá à Comissão Eleitoral exercer, de ofício ou a partir de iniciativa de qualquer cidadão ou do Ministério Público, o poder de polícia sobre a conduta irregular e instaurar, a requerimento de qualquer daqueles, procedimento administrativo para apuração, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, e, ao final, cassar a habilitação da candidatura ou a nomeação do infrator, cabível recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.11 É vedada a vinculação política, inclusive partidária, das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

10.12 Os candidatos habilitados a concorrer à eleição ficam convocados para uma reunião, a ser realizada pela Comissão Eleitoral e o Ministério Público em data e local a ser divulgado posteriormente nos mesmos locais oficiais, onde a Comissão Eleitoral comunicará formalmente as regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso, perante o Ministério Público, de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação da nomeação do respectivo, além de eventual multa ou cominação

constante do Termo de Ajustamento de Conduta.

## 11. DAS ELEIÇÕES

11.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 (domingo), no horário compreendido entre 8 h e 17 h, na Sede da Sociedade Amigos de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, bairro Centro, Penha, SC.

11.2 Os conselheiros serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município que estiverem no gozo dos seus direitos políticos e eleitorais, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAD de Penha (SC).

11.3 Os eleitores poderão votar em até 05 (cinco) candidatos ao Conselho Tutelar, conforme seu entendimento e escolha.

11.4 As cédulas que não contiverem votos ou as que contiverem mais de 05 (cinco) votos serão automaticamente anuladas. As cédulas que apresentarem rasuras também serão anuladas, conforme análise na apuração dos votos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha, fiscalizado pelo Ministério Público.

11.5 Poderão votar os maiores de dezoito anos, inscritos como eleitores no Município, apresentando documento de identificação pessoal oficial com foto (carteira de identidade pessoal, carteira profissional emitida por ordens e conselhos, carteira nacional de habilitação modelo novo, carteira de trabalho e previdência social) e título de eleitor ou somente apresentando documento de identificação pessoal oficial com foto.

11.6 A votação será em urna manual, concedida pelo Cartório Eleitoral da Comarca, com o uso da Cédula Impressa. A cédula de votação será única e os nomes e fotos dos candidatos nela figurarão na ordem das datas de ingresso dos requerimentos de inscrição onde também estará impresso o respectivo número de inscrição.

11.6.1 Os votos que não estiverem bem identificados no local identificado para votação na cédula eleitoral serão considerados nulos.

11.6.2 O recebimento e a apuração dos votos serão feitos por uma comissão composta pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e por mais de seus pares, escolhidos pelo mesmo Conselho e fiscalizados pelo Ministério Público. Durante a apuração, os candidatos poderão apresentar impugnações de votos, que será decidido pela Comissão, em caráter definitivo.

## 12. DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

12.1 Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgará o resultado das eleições, publicando-o em Edital no dia 05 de outubro de 2015 (segunda-feira), afixado no Quadro de Editais da Prefeitura e no Mural do Fórum de Balneário Piçarras, publicado nos jornais de circulação local e no site da Prefeitura - [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br).

12.2 Havendo empate no número de votos, será considerado eleito o candidato que tiver obtido maior número de pontos na prova de aferição de conhecimentos; prevalecendo empate, será considerado eleito o candidato de maior idade; se ainda assim prevalecer empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

12.3 Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão os titulares do



Conselho Tutelar e os seguintes serão os suplentes.

12.4 Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia 10 de janeiro de 2016 às 8:00 horas na Sede do Conselho Tutelar de Penha, localizado na Rua Felício João Adriano, nº 53, Centro.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Processo de Escolha, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, Comunicados e demais publicações referentes a este Processo de Escolha por meio do site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br), jornais locais, Quadro de Editais da Prefeitura Municipal e Mural do Fórum de Balneário Piçarras.

13.3 Poderão haver pedidos de impugnação até às 21 horas do dia 04 de outubro de 2015, dia da eleição, os quais serão registrados em ata e analisados pela Comissão Eleitoral até 48 (quarenta e oito) horas após o término do pleito sendo que o denunciado será notificado do pedido de impugnação após a apuração dos votos.

13.3.1 O denunciado terá o prazo de até às 12 (doze) horas do dia seguinte à apuração para apresentar sua defesa junto à Comissão Eleitoral na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Eugênio Krause, nº 152, Bairro Centro, Penha, SC.

13.4 O presente processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com número mínimo de 10 (dez) candidatos devidamente habilitados, sendo que, caso esse número seja inferior, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

### 14. DO CRONOGRAMA

14.1 O processo de seleção seguirá o seguinte cronograma:

Atividade	Datas
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	02/04/2015
INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS	06/04/2015 à 06/05/2015
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES/DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS	07/05/2015
ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATOS	11/05/2015 à 15/05/2015
PRAZO PARA INFORMAR O CANDIDATO IMPUGNADO	12/05/15 à 15/05/15
PRAZO PARA DEFESA DO CANDIDATO IMPUGNADO	18/05/15 à 22/05/15
PRAZO PARA ANÁLISE E DECISÃO DAS IMPUGNAÇÕES	25/05/15 à 29/05/15
PRAZO PARA RECURSO CASO O CANDIDATO NÃO ACEITE A DECISÃO DA COMISSÃO	01/06/15 à 05/06/15
PRAZO PARA DECISÃO FINAL DO COMCAD	08/06/15 à 10/06/15
RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS APTOS PARA A PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS	11/06/2015
REUNIÃO COM OS CANDIDATOS PARA DEFINIR A DATA DA CAPACITAÇÃO	16/06/2015

CAPACITAÇÃO	A definir em reunião específica com os candidatos
REALIZAÇÃO DA PROVA	A definir em reunião específica com os candidatos
GABARITO	A definir
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA	A definir
ELEIÇÕES	04/10/2015
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO	05/10/2015
POSSE DOS ELEITOS	10/01/2016

Penha (SC), 02 de abril de 2015.

Antônio Bertoldi  
Presidente do COMCAD

C O M C A D  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

EDITAL Nº 001/2015 - COMCAD/PENHA  
PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIRO TUTELAR

### ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

#### DADOS DO CANDIDATO

Nome: \_\_\_\_\_

Apelido para Urna (opcional): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Endereço

Rua: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Telefone Residencial: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Telefone

Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Naturalidade/UF: \_\_\_\_\_

Filiação - Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Separado ( ) Divorciado ( ) União Estável

Documentação - CPF: \_\_\_\_\_

RG Nº: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_

Data Emissão: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Título de Eleitor Nº: \_\_\_\_\_ Zona Eleitoral Nº: \_\_\_\_\_ Seção Nº: \_\_\_\_\_

DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER ANEXADA PARA A VALIDADE DA INSCRIÇÃO (para uso do Receptor da Inscrição)

( ) I - Fotocópia do RG (autenticada);

( ) II - Fotocópia de comprovante de residência em Penha - recibo de água, luz ou telefone (caso não tenha tais comprovantes em seu nome, tais recibos deverão estar acompanhados por declaração do proprietário com firma reconhecida em cartório e contrato de locação caso exista também com registro em Cartório);

( ) III - Fotocópia do Comprovante de certificado de conclusão de

Ensino Médio (autenticado);

( ) IV - Certidão negativa de antecedentes criminais;

( ) V - Certidão negativa de quitação eleitoral ou fotocópia (autenticada) do comprovante de votação nas últimas eleições (1º e 2º Turnos de 2014);

( ) VI - Fotocópia do Título de Eleitor comprovando o registro na Zona Eleitoral de Penha (autenticada);

( ) VII - Documento que comprove experiência na área da defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente (40 horas de cursos ou de atuação), dos últimos 10 (dez) anos até a data de publicação deste edital;

( ) VIII - Foto 3x4 recente;

Penha, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Declaro conhecer na íntegra o Edital Nº001/2015 - COMCAD de Penha que rege esse Processo de Escolha e aceitar suas condições.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

EDITAL Nº001/2015 - COMCAD de Penha

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Declaramos que \_\_\_\_\_

Endereço

Rua: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ Com-

plemento: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cida-

de: \_\_\_\_\_

Telefone Residencial:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Telefone Celu-

lar:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Documentação

RG Nº: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_

Data Emissão: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Preencheu todos os requisitos e entregou todos os documentos exigidos para sua inscrição no Processo de Escolha de Conselheiro Tutelar conforme consta no Edital Nº001/2015 - COMCAD de Penha.

Penha, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Nome Legível do(a) Receptor(a) da Inscrição: \_\_\_\_\_

Número do Documento de Identidade do(a) Receptor(a) da Inscrição: \_\_\_\_\_

Assinatura do Receptor da Inscrição: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 2ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e seis de fevereiro de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 16, 17 e 19/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 18 e 23/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 20/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 21, 22/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 24/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 25, 26/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. MOÇÃO Nº1/2015 DOS VEREADORES FELIPE REBELLO SCHMIDT E ISAC HAMILTON DA COSTA: Moção de Congratulações ao Senhor Jaime Schmidt da Luz, pelo recente lançamento de seu 3º livro intitulado "MAR AMIGO- Raízes, Memórias e Singularidades da Prainha de São Miguel". GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. - Leitura do Parecer das Comissões permanentes aos projetos abaixo elencados: Projeto de Lei Ordinária nº 2/2015 de autoria da Mesa Diretora: MODIFICA REDAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 1071/90. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENHA, REDUZINDO O PERÍODO DE RECESSO LEGISLATIVO. Projeto de Resolução nº 3/2015 de autoria da Mesa Diretora: ALTERA O ARTIGO 5º DO REGIMENTO INTERNO REDUZINDO O PERÍODO DE RECESSO LEGISLATIVO. Projeto de Lei Ordinária nº04/2015 do Executivo - Regime de Urgência : AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REQUERIMENTOS: Nº 11/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: aprovado por unanimidade. Nº 12/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO aprovado por unanimidade . Nº 13/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: aprovado por unanimidade . Nº 14/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: aprovado por unanimidade .Nº 15/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: aprovado por unanimidade Nº 16/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: aprovado por unanimidade. Nº 17/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO: aprovado por unanimidade. Passando a ORDEM DO DIA ART.131 R.I. tramitou em 1ª discussão e votação Projeto de Lei Ordinária nº 2/2015 de autoria da Mesa Diretora: MODIFICA REDAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 1071/90 - LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENHA, REDUZINDO O PERÍODO DE RECESSO LEGISLATIVO. Em discussão e votação única Regime de Urgência - Projeto de Lei Ordinária nº04/2015 do Executivo. aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei Ordinária nº04/2015 do Executivo: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. aprovado por unanimidade. CONSIDERAÇÕES FINAIS ART.132 R.I. Fez uso da palavra pelo tempo regimental a Vereadora Maria Juraci Alexandrino cumprimentou a todos e agradeceu a Deus. Convidou os vereadores a visitarem as escolas para fazerem levantamento sobre manutenções na rede municipal de ensino. Falou que, juntamente com os Vereadores Sérgio e Antônio, esteve em visita na Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, onde a diretora os acompanhou prontamente dando-lhes total atenção. Em seguida fez crítica sobre a política da educação no município e falou que as visitas são importantes para verificarmos realmente o que está acontecendo, o que está precisando com maior urgência

sugerindo a criação de cronograma para atender o que realmente precisa nas escolas, pois esta luta é de todos os vereadores. Falou sobre a licitação da merenda escolar e relatou que atualmente as crianças estão comendo macarrão com carne moída e nescau, suco com bolacha, mas precisam de frutas e verduras que virá só em março ou abril. Em aparte o Vereador Sérgio concordou ser importante apurarmos as necessidades para poder trabalhar de forma correta e ajudar a solucionar a questão. Já havia questionado a merenda no ano anterior e afirmou que esta precisa estar na escola do primeiro ao último dia de aula. Falou que a vinda do Secretário deve acontecer em questão de dias, pois precisamos de esclarecimentos. O Vereador Adriano perguntou sobre a situação da Escola de São Nicolau perguntando o número de alunos, e a Vereadora relatou que são aproximadamente 14 crianças no ensino fundamental, citando problema com transporte coletivo para educação infantil, pedindo bom senso à Secretaria de Educação. O Vereador Antonio em aparte falou que visitou a escola juntamente com a Vereadora, e informou que as crianças serão atendidas na Escola do Bairro São Cristóvão, em havendo consenso das mães. Considera incompetência o fato de ser efetuado matrícula na escola, sem a existência de vaga. Encerrou seu pronunciamento registrando que realizará visita na Escola Horacina Soares Francisco na "C.O.H.A.B", convidando aos Vereadores que desejarem acompanhá-la na visita. Fazendo uso da tribuna o Vereador Clóvis Bergamaschi cumprimentou à imprensa, vereadores, funcionários, e à todos os demais presentes. Teceu agradecimentos ao ex-presidente "Jesuel" pela tenção e oportunidades que deu a todos os vereadores durante sua presidência, assim como o atendimento e carinho dos funcionários. Em tempo, solicita que o vereador "líder do Governo deve acompanhar a sessão até o final para que acompanhe todos os assuntos que surgirem com responsabilidade de ouvir e transmitir ao governo o que é falado. O vereador Clóvis comunica que recebeu um convite para ser conselheiro do conselho municipal de agricultura e pesca, reestruturado recentemente, inclusive já ocorreram reuniões em que foram apontadas algumas questões pertinentes, citando que em Penha temos cerca de 50 famílias de agricultores e seria bom se uma das máquinas retro escavadeiras que vieram do governo federal, fossem disponibilizadas à secretaria da agricultura e pesca para ficar à disposição destas famílias de agricultores, assim como também o trator com esteira, sendo que, inclusive, os agricultores se dispõem a pagar taxa/hora pelos serviços. A Vereadora Maria Juraci parabenizou o Vereador Clóvis representando os agricultores, dizendo que eles tem direito ao uso destas máquinas destinadas pelo governo federal. Clóvis prosseguiu informando que sugeriu ao Conselho que enviasse ofício ao prefeito com cópia à Câmara com as reivindicações, para que possamos interceder em favor destes junto ao Governo Estadual e Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura, e encerrou seu pronunciamento agradecendo á todos os presentes. Nada mais havendo o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia 03 de março, terça-feira às dezenove horas. Em tempo, o Vereador Claudinei expôs que é favorável a redução do recesso e que se evite as sessões extraordinárias, seguido do Vereador Jesuel que teceu considerações sobre a realidade do recesso legislativo, e em seguida a Vereadora Juraci que parabenizou ao Presidente da Mesa e parabenizou o Vereador Sérgio que já no ano passado entrou com requerimento solicitando essa redução e reforçou a fala do Vereador Claudinei sobre evitar sessões extraordinárias. E para constar, eu, IVANA DA COSTA, Secretária, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

## ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 3ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos três de março de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno: Leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 27, 28 e 29/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 30/2015 do Vereador ADRIANO DE SOUZA. Nº 31, 32 e 33/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 34 e 38/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 35, 36, e 37/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: Nº 39, 40 e 41/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 42/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 43, 44 e 45/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. MOÇÃO: Nº 2/2015 dos Vereadores FELIPE REBELLO SCHMIDT e CLÓVIS BERGAMASCHI, externando Moção de Congratulações ao Rotary Internacional pelos 110 anos de fundação Mundial, trabalhando na prestação de serviços voluntários as comunidades que atuam. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 3/2015 de autoria do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: "DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO". - Leitura Do Projeto De Lei Nº 4/2015 de autoria da Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro: CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA REUSO DA ÁGUA PROVENIENTE DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 05/2015 de autoria da Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro: DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A SERVIDÃO NO MUNICÍPIO. Leitura do Projeto de Resolução nº 4/2015 de autoria da Mesa Diretora: CRIA A COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE OBTER DIAGNÓSTICO E ENCAMINHAR PROPOSTAS PARA REFORMULAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENHA. LEITURA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5/2015 DE AUTORIA DA MESA DIRETORA: MODIFICA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 129 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA. LEITURA DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 05/2015 DO EXECUTIVO: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. Tramitaram os REQUERIMENTOS: Nº 11/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO aprovado por unanimidade. Nº 18/2015 dos Vereadores SÉRGIO DE MELLO ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI e MARIA JURACI ALEXANDRINO: aprovado por unanimidade. Nº 19/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: aprovado por unanimidade. Nº 21/2015 do Vereador ADRIANO DE SOUZA, aprovado por unanimidade. Nº 22/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, aprovado por unanimidade. Nº 23/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, aprovado por unanimidade. Nº 24/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO, aprovado por unanimidade. Na ORDEM DO DIA - ART. 131 R.I. tramitou em 2ª discussão e votação Projeto de Lei Ordinária Nº 02/2015 do Legislativo: MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 16 DA LEI 1071/90 - LOM aprovado por unanimidade Em única discussão e votação Projeto de Resolução Nº 03/2015 do Legislativo: ALTERA O ART. 5º DO REGIMENTO INTERNO REDUZINDO O PERÍODO DE RECESSO LEGISLATIVO. aprovado por unanimidade Em única discussão e votação o Regime de urgência ao Projeto de lei Ordinária nº 05/2015 do Executivo: aprovado por unanimidade. CONSIDERAÇÕES FINAIS - ART. 132 R.I. Fazendo uso da palavra pelo tempo regimental o Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA teceu considerações sobre o requerimento ao Ministério da Pesca e SINDIPI, apoiando os pescadores fechando a barra do Rio Itajaí, em um movimento contra a tramitação da Portaria 445/2014 do



Governo Federal que proíbe a pesca de diversos tipos de pesca-do. Defendeu o direito do pescador em buscar o sustento para suas famílias citando que tanto sua família como inúmeros amigos são pescadores e por este motivo fala com propriedade sobre as necessidades do pescador. A Vereadora Maria Juraci Alexandrino pronunciando-se em tribuna saudou aos presentes e usou como tema em seu discurso o salário dos professores recém aprovado nesta Casa, citando reposição salarial lamentando sobre regência de classe e assiduidade, diminuindo de certa forma, em um projeto maquiado, enganando os professores. Teceu críticas sobre as salas de aulas, ginásio de esportes, creches e laboratórios de informática do município que estão desativados. Citou que os professores são excelentes e dinâmicos e os alunos querem aprender de uma forma diferenciada, mas precisam dos recursos do Executivo. O Vereador SÉRGIO DE MELLO cumprimentou aos presentes e usou como tema de seu pronunciamento os avanços que a Câmara obteve, parabenizando pelo projeto Câmara on line, que está acontecendo hoje em caráter experimental com o intuito de transmitir ao vivo as sessões legislativas. Reforçou o convite do Presidente para audiência pública que acontecerá no dia doze de março para reativação do Conselho Municipal de Segurança, falando sobre segurança pública no município. Quanto a educação, falou que o Secretário está se omitindo sobre os descasos com as escolas, e encerrou seu pronunciamento questionando como poderemos ter bons profissionais futuramente, se nossas crianças hoje não tem uma boa escola. Passando a Presidência ao Vice Presidente Clóvis Bergamaschi, o Vereador Felipe Rebello Schmidt manifestou sua satisfação com a concretização da Câmara on line/ TV Câmara, uma idéia pela qual vem lutando desde o início de seu mandato e agora pode compartilhar com todos, pois a comunidade que não pode se fazer presente na sessão poderá acompanhar os trabalhos dos vereadores, que continuamente lutam para obter melhorias na qualidade de vida do povo de Penha. Retornando a Presidência, encerrou a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia cinco de março do corrente, quinta-feira as nove horas da manhã. E para constar, Eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata que após aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente e 1º Secretário. Sala das Sessões, 03 de março de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

#### **ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 4ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos cinco de março de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno, determinando a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 46,47 e 48/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 49 e 50/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Convite da Presidência para audiência pública para reativação do Conselho municipal de Segurança - COMSEG, no dia 12 de março, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo. No GRANDE EXPEDIENTE - ART 130 R.I. foi determinada a leitura do Parecer das Comissões Permanentes ao Projeto de Resolução nº 4/2015 de autoria da Mesa Diretora: CRIA A COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE OBTER DIAGNÓSTICO E ENCAMINHAR PROPOSTAS PARA REFORMULAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENHA . Leitura do Projeto de Resolução nº 5/2015 de autoria da Mesa Diretora: MODIFICA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 129 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA.

Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 05/2015, em Regime de Urgência: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Tramitou o REQUERIMENTOS: Nº 25/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: aprovado por unanimidade dos presentes com ausência do vereador Adriano de Souza. Na ORDEM DO DIA de acordo com o ART. 131 R.I. tramitou em discussão e votação única o Projeto de Resolução nº 4/2015 de autoria da Mesa Diretora: CRIA A COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE OBTER DIAGNÓSTICO E ENCAMINHAR PROPOSTAS PARA REFORMULAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENHA , aprovado por unanimidade dos presentes. - Em discussão e votação única o Projeto de Resolução nº 5/2015 de autoria da Mesa Diretora: MODIFICA DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 129 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, aprovado por unanimidade. Em discussão e votação única o Projeto de Lei Ordinária nº 05/2015, do Executivo: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. aprovado por unanimidade dos presentes. CONSIDERAÇÕES FINAIS - ART. 132 R.I., o Exmo. Sr. Presidente Felipe Rebello Schmidt iniciou as considerações finais e justificou a presença do Prefeito em atendimento a convocação dos Secretários de Administração e Secretário de Turismo acerca de esclarecimentos referentes a licitação da 20ª Festa do Marisco, e define democraticamente os procedimentos seguintes. O Exmo. Sr. Prefeito Evandro colocou-se na Tribuna à disposição dos Vereadores. Neste momento a Vereadora Maria Juraci como proponente da convocação, iniciou os questionamentos diversos, desde licitação, cancelamento e a nova data para realização da festa. Os Senhores Vereadores, cada um a seu tempo, fizeram seus questionamentos pertinentes ao tema, e o Exmo. Sr. Prefeito respondeu cada um dos questionamentos, explicando as ações em conformidade com a lei 8666, e ao final expôs que nova data para realização da festa ainda não foi definida. A vereadora Maria Juraci registrou que as explicações foram insuficientes, e ao final, o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a disposição do Prefeito em elucidar os questionamentos dos Vereadores e em seguida, agradeceu a presença de todos encerrando a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia dez do corrente, terça-feira, às 19:00horas. E para constar, eu, Ivana da Costa, lavrei a presente Ata que após aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 05 de março de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

#### **ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 5ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos dez dias do mês de março de 2015. Ausentes o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi devido a reunião do Conselho das Cidades e Vereador Presidente Felipe Rebello Schmidt, presentes os demais Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente e.e., Clóvis Bergamaschi cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 51,52 e 53/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 54/2015 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 55/2015 do Vereador ADRIANO DE SOUZA. Nº 56 e 57/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 58/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 59/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. MOÇÕES: Nº 3/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, Moção de Congratulações a todas as mulheres penhenses, pelo Dia Internacional da

Mulher.” GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. Leitura do Projeto de lei Ordinária nº 08/2015 do Legislativo: PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PENHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REQUERIMENTOS: Nº 20/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 29/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 30/2015 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO e SÉRGIO DE MELLO: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 31/2015 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 32/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Não havendo matéria para Ordem do Dia, passou-se às Considerações Finais. Fez uso da palavra pelo tempo regimental, o Vereador Adriano de Souza cumprimentou aos presentes, e em seguida abordou três assuntos, iniciando sobre a luta dos vereadores quanto a iluminação da Transbeto, relatando a verdadeira romaria em gabinetes dos Deputados na Assembléia pedindo que intercedam junto ao Governo Federal em favor do povo de Penha que anseia por essa iluminação, proporcionando maior segurança naquele trecho, onde corre número significativo de assaltos. Em aparte a Vereadora Márcia contribuiu citando que na Transbeto falta também roçagem e limpeza das laterais, sendo que o mato está bastante alto. O Vereador Adriano prosseguiu abordando a luta por benfeitorias na Rua Nereu de Assis, conhecida por Rua da Vala, informando que nesta quinta-feira começarão os trabalhos de desobstrução daquela vala, citando que solicitou apoio ao Deputado para viabilizar verba para infra estrutura daquela rua. Encerrou seu pronunciamento parabenizando os Vereadores, empresários e imprensa que receberam recentemente, prêmio destaque no município. Em seguida, o Vereador Sérgio de Mello cumprimentou aos presentes nominando-os registrando a presença do escritor Jaime Schmidt da Luz, elogiando-o pela desenvoltura do livro Mar Amigo, parabenizando-o pela belíssima obra. Em seguida, fez linda homenagem às mulheres, encerrando seu pronunciamento. Ato contínuo, fez uso da palavra pelo tempo regimental a Vereadora Maria Juraci Alexandrino que cumprimentou a todos agradecendo os elogios e homenagens dos vereadores que a antecederam. Em seguida, expôs que a seu ver, o Prefeito Municipal está tentando transferir a responsabilidade quanto a segurança pública para o Estado, relatando caso recente de assassinato em que os assassinos fugiram pelo Bairro Gravatá, dizendo que se o prefeito tivesse contribuído para instalação das Câmeras de segurança, que talvez tivesse possibilitado a prisão desses assassinos. Em aparte, o Vereador Sérgio registrou a proximidade da audiência pública para reativação do COMSEG, que acontecerá no dia doze do corrente, neste plenário às dezenove horas, convidando a todos para se fazerem presentes e contribuir com o debate. A Vereadora Maria Juraci prosseguiu citando que o Governo federal contemplou Penha com quatro quadras poliesportivas, citando que na época o município perdeu a quadra que seria construída na Escola João Antônio Pinto na Olaria, e esta escola ainda precisa de uma quadra, indagando se o município já cadastrou projeto este ano, evitando perder novamente esta quadra. Em seguida, defendeu sua indicação sobre o projeto click para o futuro, defendendo a necessidade de grades de proteção na Escola da Olaria, que devido ao projeto, tem muitos computadores. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Isac Hamilton da Costa, fazendo homenagem ao Sr. Jaime Schmidt da Luz agradecendo a sua presença nesta Casa. Teceu comentários defendendo seu requerimento pedindo entrada livre para os maricultores na Festa do Marisco, e em seguida fez homenagem às mulheres, citando que ele e o Presidente Felipe já solicitaram a criação da Galeria das Ex-Vereadoras neste plenário. O Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho usou a tribuna para homenagear as mulheres e em seguida teceu elogios ao Vereador Clóvis, Presidente em exercício, pela condução dos trabalhos nesta noite. Encerrou falando sobre a necessidade de valorizarmos os

professores e serventes/merendeiras. Em aparte, a Vereadora Maria Juraci aproveitou para lembrar que juntamente com Vereador Sérgio, Márcia e Toninho entraram com requerimento questionando o Prefeito sobre a revisão geral anual. Fazendo uso da palavra, a Vereadora Márcia parabenizou todas as mulheres agradecendo a presença de todos e dirigindo-se aos representantes da Associação do Mariscal, expôs que já solicitou ao Prefeito a colocação de brita para a festa da Igreja da localidade, e comprometeu-se a fazer essa doação caso o Prefeito não atenda esta necessidade. Em seguida, o Vereador Clóvis Bergamaschi, Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião no dia dezessete de março do corrente, terça-feira em seu horário habitual. E, para constar, eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata, que após discutida e aprovada em plenário, segue assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente e.e.

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

### ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 6ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos dezessete dias do mês de março de 2015. Ausentes a Vereadora Maria Juraci Alexandrino e Vereador Sérgio de Mello, devido viagem à Brasília, presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a discussão e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 60 e 74/2015 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 61,62 e 63/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 64 e 65/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 66,67 e 71/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 68, 69 e 70/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 72,73/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. MOÇÕES: Nº 4/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: Moção por Ato de Bravura, ao Cb.PM Everaldo Antônio Custódio, exaltando sua coragem e profissionalismo, em reconhecimento a sua atuação em favor da segurança das pessoas de bem do nosso Município. Nº 6/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: Moção de congratulação aos vencedores do prêmio de qualidade profissional e empresário oferecido pela empresa Max Líder Pesquisas e Eventos. GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei ordinária nº 06/2015 do Vereador Sérgio de Mello: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAPTADORES DE ÁGUA DA CHUVA E A UTILIZAÇÃO DOS MESMOS, NAS EMPRESAS COM SISTEMA DE CALDEIRA, NOS POSTOS DE COMBUSTÍVEL, BEM COMO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL QUE POSSUA SERVIÇO DE LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS OU SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 9/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ROTARACT CLUB NA FORMA QUE ESPECIFICA. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 10/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER (COMDIM) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei ordinária nº 06/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE ASSISTENCIAL ESPORTIVA SANTA LIDIA. Leitura do Projeto de Lei ordinária nº 07/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE



SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO. Leitura do Projeto de Lei ordinária nº 09/2015 do Executivo:DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ - APEG. Leitura de Pareceres das Comissões Permanentes: favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 8/2015 da Mesa Diretora - (Reg. Urg. Especial): CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PENHA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Parecer Favorável Ao Projeto De Lei Nº 4/2015 Vereador Áurea Márcia Dos Santos Pinheiro: CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA REUSO DA ÁGUA PROVENIENTE DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOS ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REQUERIMENTOS: Nº 26/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO:APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 28/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 33/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 34/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 35/2015 do Vereador ADRIANO DE SOUZA: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 36/2015 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Nº 37/2015 dos Vereadores JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO E ADRIANO DE SOUZA: APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. ORDEM DO DIA - Art. 131 R.I. -Tramitou em Única Discussão e Votação Parecer propondo Regime de Urgência Especial ao Projeto de Lei Ordinária nº 8/2015 da Mesa Diretora. APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Única Discussão e Votação Projeto de Lei Ordinária nº 8/2015 da Mesa Diretora APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Em 1ª discussão e votação Projeto De Lei Nº 4/2015 Vereadora Áurea Márcia Dos Santos Pinheiro:, APROVADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. CONSIDERAÇÕES FINAIS - Art. 132 R.I., fez uso da palavra pelo tempo regimental nos minutos iniciais o Sr. Carlos Henrique Régis, representante da Associação Pró Judô, fazendo explanação sobre a Associação e pedindo aos Vereadores que se manifestem no abaixo assinado da Associação apoiando a ação do prefeito Municipal quanto a doação de um terreno para a Associação. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Antonio Alfredo Cordeiro Filho, reportando-se a discussão em plenário sobre problemas em cemitérios, convidou o Vereador Jefferson para acompanhá-lo em visita a toso os cemitérios da cidade. Citou que sente-se entristecido pelos problemas que a comunidade enfrenta, e procura os vereadores para que sejam repassados ao Executivo, mas que continuam sem receber a devida atenção que traga uma solução efetiva. Falou a comunidade que então manifeste-se sobre os problemas, pedindo atenção do poder publico através da TV e redes sociais, quanto as necessidades existentes em sua rua, em sua comunidade, pois a administração não está fazendo a sua parte. Em seguida, passando a Presidência ao Vice Presidente Clóvis Bergamaschi, o Vereador Felipe Rebello Schmidt pronunciou-se em tribuna quanto a demandas que surgem e são muito significativas, como a educação, em todas as suas vertentes, citando que espera que o prefeito leve em consideração seu requerimento intercedendo em favor dos professores da rede municipal. Sugeriu que as professoras se reúnam para conversar com o Secretário da Pasta e poderem discutir o assunto. Teceu comentários sobre administração, citando que o Prefeito é um dos que mais investiu na educação no município. Penha precisa de muitos investimentos, mas esse investimento tem que vir de algum lugar, e é necessário conversar mais sobre o assunto. Retornando a presidência, repassou a todos o convite do Italiano para o Bingo beneficente da APAE na próxima quinta-feira as quatorze horas .Em seguida fez uso da palavra o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi cumprimentou a todos e dirigindo-se ao Representante da Associação Pró judô,

tecendo elogios ao seu excelente trabalho no município à frente da Associação, dizendo que não seria necessário um abaixo assinado para obter apoio, pois esta Casa reconhece os trabalhos da Associação Pró judô, que inclusive, sempre faz a devida prestação de contas. Em seguida, referindo-se aos professores, disse que o Governo Federal criou um problema quando elevou para 13% e efetuou apenas 5% de repasse do FUNDEB, causando um sério problema para a administração com esse déficit de 8%, posicionado-se a favor dos professores que acabaram por ser prejudicados. O Presidente convidou a todos em nome do PSD para reunião do PSDMulher, dia 18 na Pedra da Ilha. Em seguida o Vereador Isac cumprimentou aos presentes parabenizando o trabalho da Associação Pró judô no município, e em seguida fez comentários sobre a Praia de São Miguel, citando que há tempos atrás, as ruas do morro tinham meio tubos dos dois lados das ruas, e hoje na tem mais, e a comunidade sofre com os alagamentos constantes devido a pouca vazão da água. Relatou que esteve em Barra Velha para conhecer um novo sistema de saneamento de baixo custo, com intenção de futuramente, implantar na Praia de São Miguel. Pediu a Comissão de Meio ambiente do Poder legislativo tome providências nesse sentido, para tentar solucionar este problema da Praia de São Miguel. O Vereador Jefferson Ademir Custódio pronunciando-se em tribuna discorreu sobre as discussões feitas neste plenário, citando que acredita que os vereadores estão aqui para lutar pelas necessidades da população, desprendidos de bandeiras partidárias., lembrando que as discussões devem ser feitas com bastante responsabilidade, citando que o problema do município é recurso. Observa que existem problemas mas não é em todas as secretarias, há avanço em muitas secretarias, com educação, esporte e outros. Acredita na seriedade do trabalho desta administração, e acredita que exista falta de comprometimento de alguns funcionários, e não é justo colocar culpa de problemas de infra estrutura da cidade só no Prefeito, temos que ter reunião séria com a Secretaria de obras. Encerrou seu pronunciamento tecendo comentários elogiando a Associação Pró-judô. Ato contínuo, o Vereador Clóvis Bergamaschi cumprimentou aos presentes nominando-os, em seguida falou sobre o reconhecimento do trabalho do professor sugerindo que busquem seus direitos e manifestou apoio a Associação Pró-judô. Falou sobre projetos aprovados que não são colocados em prática, citando o seu projeto de lei que determinava que cada secretaria a cada dois meses deveria fazer audiência pública pra explanar sobre os trabalhos realizados, integrando o Legislativo, Executivo e o povo, mas até agora não foi aplicado. Informou que entrará em breve com projeto que determina a resistência dos tubos de cimento ainda na fase de licitação e encerrou seu pronunciamento agradecendo a presença de todos. Nada mais a tratar, o Exmo. Sr. Presidente convocou os Vereadores para a próxima reunião ordinária no dia 24 de março, terça-feira em seu horário habitual. E para constar, eu, Ivana da Costa, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário. Sala das Sessões, 17 de março de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

## ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 7ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e quatro de março de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com discussão e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 75/2015 dos Vereadores FELIPE REBELLO SCHMIDT e JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 76 e 77/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 78, 79 e 80/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 81/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 82/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 83 e 84/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 85, 86 e 87/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 88/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. MOÇÕES: Nº 7/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: Moção de Congratulações a Senhora Ilária Soares Galm e Senhor Ivan Galm, pelos 9 anos de fé e dedicação à frente da coordenação dos trabalhos da Capela São Pedro, na Praia de São Miguel. Nº 8/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO MOÇÃO DE APLAUSO à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE EM ALUSÃO AO DIA INTERNACIONAL DA SÍNDROME DE DOWN. Neste momento, o Exmo. Sr. Presidente efetuou a entrega da Moção de Bravura ao Cb. PM Everaldo Antônio Custódio em reconhecimento a sua dedicação em proteger a vida dos cidadãos de Penha. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do Parecer da Comissão de Legislação, Justiça E Redação Final, Finanças E Orçamento, propondo Regime de Urgência ao Projeto De Lei Ordinária Nº 6/2015: Dispõe Sobre Autorização De Subvenção Social A sociedade Cultural beneficente Assistencial esportiva Santa Lúcia. Parecer da Comissão de Legislação, Justiça E Redação Final, Finanças e Orçamento, propondo Regime de Urgência ao Projeto De Lei Ordinária Nº 6/2015: Dispõe Sobre Autorização para Subvenção Social a Associação Cultural e Assistencial Divino Espírito Santo - ACADIES. Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças e Orçamento, propondo Regime de Urgência ao Projeto De Lei Ordinária Nº 9/2015: Dispõe Sobre Autorização De Subvenção Social A Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do gravatá - APEG. Tramitaram os REQUERIMENTOS: Nº 27/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, aprovado por unanimidade. Nº 38/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: aprovado por unanimidade. Nº 39/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, aprovado por unanimidade. Nº 40/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, aprovado por unanimidade. Nº 41/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO, aprovado por unanimidade. Nº 42/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: "aprovado por unanimidade. Nº 43/2015 do Vereador ADRIANO DE SOUZA: aprovado por unanimidade. Nº 44/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO: aprovado por unanimidade. ORDEM DO DIA - ART. 131 R.I. - Tramitou em única discussão e votação o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça E Redação Final, Finanças E Orçamento, propondo Regime de Urgência ao Projeto De Lei Ordinária Nº 6/2015: Dispõe Sobre Autorização De Subvenção Social A sociedade Cultural beneficente Assistencial esportiva Santa Lúcia. aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação o Projeto de lei ordinária nº06/2015 do Executivo: aprovado por unanimidade. Parecer da Comissão de Legislação, Justiça E Redação Final, Finanças e Orçamento, propondo Regime de Urgência ao Projeto De Lei Ordinária Nº 7/2015: do Executivo: Dispõe Sobre Autorização para Subvenção Social a Associação Cultural e Assistencial Divino Espírito Santo - ACADIES. Em única discussão e votação o Projeto de lei ordinária nº07/2015 do Executivo: aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças e Orçamento, propondo Regime de Urgência ao

Projeto De Lei Ordinária Nº 9/2015: Dispõe Sobre Autorização De Subvenção Social A Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores Evangélicos do gravatá - APEG. aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação o Projeto de lei ordinária nº09/2015 do Executivo: aprovado por unanimidade. Nas Considerações finais, de acordo com o ART. 132 R.I. não havendo inscritos para uso da tribuna, o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia trinta e um de março do corrente, as dezenove horas. E para constar, Eu, IVANA DA COSTA, Secretária, lavrei a presente ata que após aprovada segue assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 24 de março de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

## ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 8ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos trinta e um de março de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 89/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 90/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 93/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 94/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Não havendo matéria para Ordem do Dia, passou-se às CONSIDERAÇÕES FINAIS - ART. 132 R.I. Fez uso da palavra pelo tempo regimental a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, informando que desde 2013 o Ministério Público de Santa Catarina, está apurando possíveis irregularidades quanto a fornecimento de vagas em creches e escolas municipais. Houveram audiências, propostas de construção de novas creches, mas ao fim, o ministério público verificou grande déficit de vagas, e que o município demonstrou descaso e conformismo com a situação. Registrou ainda que não foi devido a projeto enviado pelo Município que Penha foi contemplada com uma creche com recursos do Governo Federal, e sim através de sorteio aleatório feito pelo FNDE. Este ano novamente não houve projeto ou manifestação do município quanto a essa creche de metodologia inovadora, justificando que por esse motivo, protocolo juntamente com o Vereador Sérgio no FNDE um ofício solicitando a inclusão do município. Encerrou seu pronunciamento registrando repúdio ao ato da administração e Secretaria de Educação. Pronunciando-se em tribuna o Vereador Jefferson Ademir Custódio pronunciou-se quanto a matéria divulgada em jornal de circulação regional e no site da Câmara de Vereadores de Penha, sobre a construção de trevo em desnível no Bairro São Nicolau uma grande luta travada desde maio de 2009 junto a concessionária Auto pista, com muito trabalho e ética, para trazer este benefício para a comunidade. A notícia divulgada não foi completa. Em aparte o Vereador Jesuel expôs que por várias vezes dizendo que ele próprio esteve travando essa batalha em Joinville na Auto Pista, em Brasília com Deputado, sempre tratando sobre a liberação deste trevo em desnível. Parabenizou todos os vereadores que trabalharam por este objetivo. O Vereador Adriano de Souza em aparte, teceu considerações, citando que nesta casa deve existir somente o interesse da população, assim como no caso de iluminação da Transbeto e o reforço na segurança da rodovia. O Problema é a forma que foi feita a matéria, pois já em janeiro se sabia desta informação, e o mérito da

liberação junto a ANTT foi colocado como sendo do Deputado Mauro Mariani, mas na verdade, esta liberação já existe desde 2013. O Vereador Claudinei Ruduitte Pressi manifestou em aparte, parabéns ao Vereador Jefferson pelo trabalho e dedicação a esta luta pelo trevo em desnível, e fica feliz pelo resultado, pois este é o que realmente importa. Neste plenário o trabalho iniciou com o Vereador Jefferson. As lutas travadas não acontecem da noite para o dia, inicia-se um trabalho árduo, e trava-se uma verdadeira batalha que se alonga por muito tempo, que conta com a participação de todos em favor do povo, para resolver os problemas que afligem a população. O Vereador Jefferson agradeceu as contribuições, mas acha que há pessoas que querem levar o mérito sem ao menos ter conhecimento do problema. Repassará a D. Regina, Presidente da Associação de moradores do Bairro um dossiê de todo trabalho realizado até o momento, para que este sonho saia do papel. O Vereador Sérgio de Mello em tribuna, falou sobre as obras que estão paralisadas no município, relatando que na recente viagem a Brasília, estiveram em busca de informações, sobre essas obras. Abordou ainda a falta de manutenção nas ruas do município, informando que propôs indicação para que seja feita força tarefa para melhorar as ruas do município, principalmente as mais precárias, que causam transtornos aos moradores. O Vereador Sérgio concordou com Vereador Jesuel sobre a reunião com a comunidade e com Autopista em que estiveram juntos já em 2009. Ressaltou que o "pai ou mãe" da criança não importa. O importante é o resultado para o município. Defendeu que o Deputado Mauro Mariani é um homem de responsabilidade e os acompanhou à ANTT na busca por solução, com o intuito de auxiliar o Município. Juraci em aparte, citou que já em 2009 todos se reuniram com a comunidade e viram a necessidade de ir a ANTT em Brasília, para liberação desta obra. Esta é uma luta de todos e devem continuar lutando, pois esta obra foi autorizada mas vai acontecer toda a desapropriação que ainda levará tempo. Pedimos aos Deputados que ajudem na viabilização da mesma para que não se demore tanto essas desapropriações. O Vereador Clóvis expôs que fica feliz porque todos estão trabalhando, ressaltando o trabalho do Ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis, que quando da instalação do escritório do DNER da duplicação da BR 101, já naquela ocasião, foi solicitado que pelo menos uma passagem de gado fosse prevista para o Bairro São Nicolau, e depois procuraram o ministro que na época prometeu que ficaria previsto para a licitação quando houvesse a terceirização. Em aparte a Vereadora Márcia contribuiu defendendo que é uma luta de todos os vereadores e da comunidade. Felipe expôs que já em 2014 também manifestaram-se junto a ANTT com o mesmo pleito. O Vereador Sérgio de Mello encerrou citando que não desistiram de trabalhar por desejo de poucos, e esta causa ganhará ainda mais apoio de todos os vereadores. Claudinei pronunciando-se em tribuna, expôs que todos ingressam em uma luta por um objetivo, e no decorrer do tempo, envolve-se outras pessoas, pois uma luta sozinha dificilmente chega ao resultado final. Citou lutas que iniciou nesta Casa desde o mandato anterior, a qual agradece a participação de todos, pois um planta, outros ajudam a regar e todos colhem. Verbas de deputados para o município são sempre bem vinda, independente de siglas partidárias. Adriano em aparte, reforçou que a luta é de todos quando a causa é comum, citando como exemplo a visita em comitiva sobre iluminação da Transbeto. Mas entende que a situação não exposta corretamente na imprensa e na mídia. O Vereador Antônio em aparte, expôs que as aprovações de proposições e projetos aprovados nesta Casa, não acontecem com o mérito de apenas um Vereador, e sim dos onze vereadores. É errado falarmos, "eu aprovei" mas sim, nós todos como um a equipe que trabalha por um objetivo único que é trazer benfeitorias para o povo. E até hoje, não vi nenhum vereador votar contra as necessidades do povo, e sendo assim, todos tem participação. Expôs que o dinheiro viabilizado pelos deputados é um dinheiro do povo, que está retornando para o município, com interesse no próximo pleito. Sérgio em aparte, falou sobre a participação nos assuntos que temos o dever de fazer, como bem disse o Vereador Claudinei

"Uma andorinha sozinha não faz verão", assim como está certo o Vereador Antônio sobre o dinheiro viabilizado pelos deputados. quanto matéria publicada, acha que foi correta, e erro está no entendimento pessoal de cada leitor. O Vereador Jefferson em Aparte, disse que foi bastante ético em suas palavras, mas não vê transparência no discurso de alguns vereadores. Não está tirando mérito da luta de outros, mas não permite que outros tirem a credibilidade do trabalho iniciado já em 2009 junto a comunidade, a ANTT e a Auto Pista. Claudinei disse que tem-se que observar aqueles que realmente não se manifestam, e claro, é justo lembrar dos que iniciaram a luta tem que ser lembrado como quem plantou a semente, assim como quem rega, para que todos colham. Pronunciando-se em Tribuna, o Vereador Isac Hamilton da Costa, cumprimentou aos presentes, e reportou-se ao requerimento aprovado na sessão anterior sobre o subsídio para os pescadores artesanais de Penha, citando que o Ministério não aceita pagar o subsídio do óleo que não é marítimo, por isso solicitou a Prefeitura, no sentido de auxiliar com o tanque de combustível e uma funcionária, possibilitando aos pescadores de Penha usufruir do subsídio a exemplo de outras cidades. Clóvis em aparte concordou com a dificuldade, relatando que o Conselho Municipal, de Agricultura e pesca, discutiu ainda hoje este assunto, citando que há muita burocracia, e que só existe o posto São João em Armação. O Vereador Isac encerrou seu pronunciamento expondo que qualquer desconto que chegue ao bolso do pescador vale pena o esforço. Nada mais havendo o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia dois de abril, quinta-feira sem eu horário habitual. E para constar, eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata, que após aprovada, segue assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 31 de março de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário



**Pomerode****SAMAE - POMERODE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2015**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO SIMPLIFICADO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº: 5/2015

Licitação nº: 5/2015

Modalidade: 6 - Pregão

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL

Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, HOMOLOGAÇÃO o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores

Nome

Itens

HIDRO VALVULAS

98,99,101,102

R\$26.583,00 (vinte e seis mil e quinhentos e oitenta e três reais)

C.E. MACEDO E CIA LTDA

52,69,70,73,74,75,76,77,81,82,83,84,85,86,87,89,90,96

R\$22.582,90 (vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa centavos)

FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

2,88

R\$3.928,00 (três mil e novecentos e vinte e oito reais)

TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES

59,93,95,97,100

R\$28.100,00 (vinte e oito mil e cem reais)

BUGATTI BRASIL VALVULAS LTDA

79

R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS COMERCIAL HIDRÁULICA ME

4,10,36,38,49

R\$4.801,40 (quatro mil, oitocentos e um reais e quarenta centavos)

CONEXA TUBOS E CONEXÕES LTDA ME

1,3,5,6,7,8,9,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,37,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,50,51,53,54,55,56,57,58,60,61,62,63,64,65,66,67,68,71,72,78,80,91,92,94,103,104,105,106

R\$37.812,36 (trinta e sete mil, oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos)

Pomerode, SC, 1 de abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**Porto Belo****PREFEITURA****DECRETO Nº 1.327, DE 31 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.327, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 1,16% (um virgula dezesseis por cento), considerando o IPCA do mês de fevereiro de 2015, que passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,3734

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 31 dias do mês de março de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

PREFEITO DE PORTO BELO

**EDITAL CMDCA Nº 001/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Porto Belo/SC

A COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 31 de março de 2015, em sua sede que funciona junto a sala da Coordenação de Conselhos no Centro de Cidadania, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57, Bairro Vila Nova e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014; nos arts. 53 a 56, da Lei Municipal 1481/2006 e no art. 3º, §§ 1º ao 4º da Lei Municipal nº 2.075/2013, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Porto Belo/SC e dá outras providências.

**1. Do Cargo e das Vagas**

1.1A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

**2. Atribuições dos Conselheiros**

2.1 A todos os conselheiros titulares, no exercício de suas funções, compete:

I - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, todas as resoluções e normas emanadas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto

Belo e legislação afim;

II - atender as crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

- a por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- c por razão de sua conduta.

III - Aplicar medida de proteção à criança autora de ato infracional:

- a encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- g abrigo em entidade.

IV - Atender e aconselhar os pais ou responsável, podendo aplicar as seguintes medidas:

- a encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- d encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- e obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.

V - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

- a requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

VI - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

VII - Encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VIII - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, para o adolescente autor de ato infracional, dentre as seguintes:

- a encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças ou adolescente quando necessário;
- f inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

IX - Expedir notificações.

X - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

XI - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem aos seguintes princípios:

- a preferência e finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- b promoção de cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- c regionalização da produção cultural, artística e jornalística,

conforme percentuais estabelecidos em lei;

drespeito aos valores éticos e sociais de pessoa e da família. Bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder de família.

XIII - No início de cada mês enviar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relatório detalhando as atividades do Conselho Tutelar referente ao mês anterior, assinado por todos os conselheiros tutelares.

XIV - Manter sigilo profissional, em todas as questões pertinentes.

XV - Elaborar Plano de Ação Semestral, encaminhando ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente.

XVI - Fazer visitas as entidades governamentais e não-governamentais, que prestam atendimento à criança e ao adolescente, trimestralmente e sempre que houver solicitação e ou necessidade, elaborando relatório da visita.

XVII - Informar aos pais, responsáveis e a qualquer cidadão os direitos da criança e do adolescente.

XVIII - Contatar com as autoridades locais para otimizar um trabalho integrado, na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

XIX - Elaborar propostas para divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas, nas entidades e na comunidade, encaminhando-as ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo.

XX - Requerer serviços de diagnóstico e de avaliação para o atendimento adequado à criança e ao adolescente.

XXI - Fazer visitas domiciliares com o objetivo de identificar problemas de crianças e adolescentes, bem como de orientar e estimular o fortalecimento da unidade da família, solicitando serviços especializados.

XXII - Propor encontros com entidades para intercâmbio de experiências.

XXIII - Fazer e solicitar palestras sobre temas específicos, envolvendo os direitos da criança e do adolescente.

XXIV - Manter contatos com entidades, associações comunitárias e outros, objetivando recursos, assistência médica, assistência psicológica e documentos hábeis pra crianças e para os adolescentes, bem como estágios e cursos de iniciação profissional, de acordo com as normas vigentes e sempre com vista a posterior engajamento profissional.

XXV - Proporcionar oportunidades de treinamentos de entidades e comunidades sobre alimentação, saúde, higiene e cidadania.

XXVI - Realizar reuniões de estudo e debates com equipes especializadas e com entidades sobre problemas de adaptação, permanência ou desligamento da criança ou do adolescente de entidades de atendimento, priorizando sempre seus direitos.

XXVII - Orientar e acompanhar o plano de atividades de cada entidade, verificando-se os objetivos pedagógicos, quanto à formação e a aprendizagem, estão sendo alcançados.

XXVIII - Sistematizar os dados informativos sobre a situação da criança e do adolescente no município.

XXIX - Assessorar e orientar projetos/programas de prevenção de álcool, de drogas e de outras necessidades detectadas na comunidade, podendo requisitar serviços de órgãos governamentais e não-governamentais.

XXX - Comparecer as reuniões semanais do Conselho Tutelar, para análise e decisões dos casos atendidos durante a semana. As sessões deverão ter ata assinado pelos presentes.

XXXI - Realizar visitas a hospitais e postos de saúde, zelando pelo cumprimento da garantia de prioridade absoluta no tocante a saúde.

XXXII - Proceder à orientação e acompanhamento familiar em higiene, asseio e primeiros socorros.

XXXIII - Fazer articulação com estabelecimento de ensino para garantia dos cuidados básicos de saúde da criança e do adolescente.

XXXIV - Desempenhar outras atribuições previstas em lei.



### 3. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

3.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1481/2006, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.219,16 (um mil, duzentos e dezenove reais e dezesseis centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - gratificação natalina.

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença gestante;

V - licença paternidade;

VI - inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público municipal;

VII - inclusão no regime geral de Previdência.

VIII - ao vencimento referente ao item I será observado: as horas de sobreaviso serão pagas a razão de 1/3 (um terço); as horas realizadas em regime de plantão serão pagas na proporção de 100% (cem por cento) do valor normal.

3.2 Os servidores públicos municipais efetivos, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

3.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

3.2.2 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

3.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

3.5 O Conselho Tutelar funcionará diariamente, inclusive sábados e domingos e feriados, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

3.5.1 Ordinariamente o atendimento será realizado nos dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

3.5.2 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

3.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

### 4. Do Processo de Escolha

#### 4.1 Das Inscrições

4.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 6 (seis) de abril de 2015 a 22 (vinte e dois) de maio de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que funciona junto a sala de Coordenação de Conselhos, no Centro de Cidadania, localizado na Avenida Governador Celso Ramos nº 57, Bairro Vila Nova.

4.1.2 Poderão submeter-se à eleição do Conselho Tutelar, conforme art. 52 da Lei Municipal 1481/2006, Resolução nº 170 do CONANDA e do Estatuto da Criança e do Adolescente, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I- Encaminhar Requerimento ao Presidente da CEO solicitando o deferimento da referida candidatura (conforme modelo Anexo I), incluindo o nome, e/ou apelido que deverá constar na urna eletrônica;

II- reconhecida idoneidade moral atestada por 3 (três) autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, ou judiciário;

III - idade superior a vinte e um anos, comprovada por Identidade,

certidão de nascimento/casamento;

IV - residir no município há mais de 2 (dois) anos, podendo servir de comprovação cópia do contrato de locação, contas de água, luz, telefone, entre outras que atestem residência em nome do interessado;

V - apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de ensino médio ou superior;

VI - estar em gozo de seus direitos políticos provados por meio de: fotocópia do Título Eleitoral, e do comprovante da última eleição (2012) ou da justificativa do último pleito eleitoral, comprovando estar em gozo dos direitos políticos;

VII - estar em pleno gozo de aptidão física e mental para o exercício de conselheiro tutelar, atestado por médico;

VIII - não ter sido penalizado com a destituição de função de conselheiro tutelar nos 5 (cinco) anos antecedentes à eleição;

IX - participação em curso ou outro evento formativo, cujo objeto seja a legislação de proteção integral a crianças e adolescentes, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente ou a política de proteção dos direitos da criança e o adolescente ou experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente.

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

X - Caso o candidato não possua os requisitos exigidos no item oito, fica obrigado a participar da capacitação promovida pelo CMDCA com 100% de frequência;

XI - Certidão criminal da Comarca de Porto Belo e da última residência retroativo a 5 (cinco) anos.

XII- Curriculum vitae acompanhado de documentos comprobatórios;

XIII- Uma foto 3x4 recente.

4.1.2.1 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

4.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 4.2 Da Publicação das Candidaturas

4.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 01 de junho de 2015 no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

4.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 02 a 05 de junho de 2015, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que funciona junto a sala de Coordenação de Conselhos, junto ao Centro de Cidadania, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57, Bairro Vila Nova.

4.2.2.1 Os candidatos com solicitação de impugnação serão notificados no período de 08 a 09 de junho para apresentarem defesa.

4.2.2.2 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 10 a 12 de junho de 2015, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.2.2.3 A Comissão Especial Organizadora (CEO) publicará resposta quanto às impugnações até o dia 17 de junho de 2015 no

Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

4.2.2.4 O candidato poderá requerer pedido de reconsideração de deferimento da candidatura impugnada no período de 18 a 22 de junho, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.2.2.5 A Comissão Especial Organizadora (CEO) publicará resposta quanto aos pedidos de reconsideração de deferimento até o dia 01 de julho de 2015 no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

4.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 01 de julho, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

4.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 4.3 Da Propaganda Eleitoral

4.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

4.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

4.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com material gráfico com tamanho não superior ao de uma folha A4, constando a foto, o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

4.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

4.3.1.4 A campanha eleitoral terá início na data da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados.

4.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

4.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

4.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

4.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

4.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, e cartazes. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo a igualdade de condições a todos os candidatos.

4.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

4.3.5 Compete à CEO processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

4.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da CEO, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

4.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

4.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### 4.4 Da Eleição

4.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8h às 17h, nos seguintes locais:

a Centro Educacional Alda Furtado dos Santos - Bairro Santa Luzia, seções nº 143;

b Núcleo de Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha - Centro, seções 144; 145, 146; 147, 148, 149, 150 e 176;

c Centro Comunitário - Bairro Araçá, seção 151 e 152;

d Escola Municipal Professora Catarina Benedita Guerreiro - Bairro Perequê, seções 153, 154, 155, 156, 167 e 180 ;

e Escola Municipal Fidélis Antonio Garcia - Bairro Sertão de Santa Luzia, seção 157 e 158;

f Escola Municipal "Pedro Alemão" AntonioRichartz - Bairro Alto Perequê, seção 159 e 160;

gEscola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos - Bairro Vila Nova, seção 161, 162, 163, 164, 165.

hEscola Básica Municipal Olinda Peixoto - Bairro Perequê, seção 187,197 e 206.

4.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

4.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

4.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

4.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

4.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

4.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

4.4.6 O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

#### 4.5 Do Voto

4.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

4.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

4.5.2 O voto é sigiloso, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

4.5.2.1 O eleitor deverá indicar na urna eletrônica de votação o nome e o número do candidato escolhido.

#### 4.6 Da Cédula Oficial

4.6.1 O programa eletrônico de votação será elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante aprovação do CMDCA.

4.6.1.1 O candidato poderá registrar-se com o nome ou cognome/apelido, o qual aparecerá na tela da urna eletrônica, depois de digitado o número correspondente pelo eleitor.

4.6.1.2 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

4.6.1.3 O candidato será identificado por um número de quatro dígitos, sorteado pela CEO.

4.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 4.7 Das Mesas Receptoras

4.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela CEO.

4.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela CEO.

4.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

4.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

4.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela CEO.

4.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à CEO.

4.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela CEO; II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

4.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

4.7.5.1 Cada candidato ou entidade inscrita no CMDCA poderá inscrever um fiscal por local de votação.

4.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

#### 4.8 Da Apuração

4.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

4.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela CEO, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

4.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

4.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

4.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

4.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação;

4.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso, persistindo o empate será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição; mantendo-se o empate o que tenha realizado o curso de capacitação com 100% (cem por cento) de

frequência.

#### 5. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

5.1 O resultado da eleição será publicado no dia 09 de novembro, em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

5.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

5.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

5.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

#### 6. Disposições Finais

6.1 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

6.2 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

6.3 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

6.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

6.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.6 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

6.7 O CMDCA promoverá capacitação prevista no item 4.1, subitem 4.1.2, inciso e será agendada pela CEO, com publicação 15 dias antes de seu início, terá a carga horária de 20 (vinte) horas e se constituirá em critério de desempate.

6.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

6.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 02 de abril de 2015.

Presidente do CMDCA

ANEXO I  
MODELO DE REQUERIMENTO DE CANDIDATURA

Ilma. Sra.

Nome da Presidente da CEO

DD. Presidente da Comissão Especial Organizadora – CEO  
Nesta

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Resolução 006/2015 do CMDCA,



requerer minha inscrição como candidato a Conselheiro Tutelar, na eleição que se realizará no dia 4 de outubro de 2015.

Para tanto, estou protocolando os documentos constantes dos incisos II a VII do referido artigo e indicando o nome que deve constar na urna eletrônica:

Nome:.....

Apelido (se for o caso).....

Nestes termos,

Peço Deferimento

Porto Belo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Nome do candidato/assinatura

#### ANEXO I I CRONOGRAMA ELEITORAL

AÇÕES	PRAZOS
Publicação do edital de convocação	02 de abril
Registro de candidaturas	06 de abril a 22 de maio
Análise de registro de requerimentos de candidaturas	25 a 29 de maio
Publicação da relação dos candidatos inscritos	01 de junho
Pedidos de impugnação de candidaturas	02 a 05 de junho
Notificação e prazo para interessados apresentarem defesa	08 a 09 de junho
Prazo para defesa	10 a 12 de junho
Análise das impugnações e outros requisitos dos registros de candidaturas	15 a 16 de junho
Publicação da decisão das impugnações e notificação dos interessados	17 de junho
Recursos com pedido de reconsideração de deferimento de candidatura impugnada ao Plenário do CMDCA	18 a 22 de junho
Análise dos recursos e decisão pelo Plenário do CMDCA	23 a 30 de junho
Publicação definitiva das candidaturas deferidas	01 de julho
Comunicação da homologação oficial das candidaturas ao MP e Juizado da infância e adolescência	03 de julho
Reunião com os candidatos habilitados para conhecimento formal das regras e compromisso	06 de julho
Capacitação para os candidatos homologados	13 a 20 de julho
Período da Campanha Eleitoral	03 de agosto a 02 de outubro
Encaminhamento de nome de representantes para a fiscalização	18 de setembro
Eleição	04 de outubro
Divulgação dos resultados da escolha	05 de outubro
Impugnações	07 de outubro
Período para análise das impugnações	08 a 12 de outubro
Notificação dos impugnados	13 a 15 de outubro
Apresentação de defesa escrita	15 a 20 de outubro
Análise da defesa de impugnação com imediata notificação dos cassados	21 a 26 de outubro
Interposição de recursos	27 a 30 de outubro

Análise e decisão dos recursos e imediata notificação dos interessados	3 e 4 de novembro
Publicação do resultado final da Eleição	9 de novembro
Posse dos novos conselheiros	10 de janeiro de 2016

#### LEI MUNICIPAL Nº 2.258, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.258, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a Concessão de Uso de Bem Imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal e dá outras providências".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Concessão de Uso de bem imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal para a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.598.937/0001-24, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3160, sala 01, Centro, neste Município. Parágrafo Único. A Concessão de Uso de que trata este artigo, será formalizado através de termo próprio.

Art. 2º O bem imóvel público, objeto de concessão, refere-se ao lote 01, matrícula 14.878, com área total de 360,00m².

Art. 3º A presente Concessão de Uso destina-se exclusivamente à construção da sede própria da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL, não podendo ter outra destinação, sob pena de revogação da presente concessão.

§ 1º A Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL, após a construção de sua sede, poderá utilizar o imóvel em conjunto com outras associações ou órgãos governamentais que tragam benefícios aos moradores das cidades, desde que obtenha autorização municipal e comprovado o interesse público.

§ 2º Fica vedado qualquer tipo de cessão, aluguel ou qualquer transferência total ou parcial da posse do imóvel, não autorizado pela presente Lei.

Art. 4º O prazo para início das obras de construção da sede da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL é de 04 (quatro) anos e, para sua conclusão, 05 (cinco) anos, ambos contados da data da publicação da presente lei, sendo que, o não cumprimento dos prazos, acarretará na imediata rescisão da concessão, retornando, o imóvel, ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 5º O prazo de vigência da Concessão de Uso será pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. Durante o prazo de vigência da concessão, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL, arcará com as despesas decorrentes da manutenção e conservação do referido imóvel.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.884/2010 e suas alterações posteriores.

Porto Belo - SC, aos 31 dias do mês de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

**RESOLUÇÃO Nº 06/2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº. 06/2015

Cria edital que regulamenta o processo de escolha e posse para o Conselho Tutelar do Município de Porto Belo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo, criado pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 616 de 17 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº. 727 de 23 de junho de 1993, 798 de 24 de maio de 1994, 907 de 08 de maio de 1996, 998 de 02/12/1997, 1.090 de 25 de maio de 1999, 1.267 de 30 de dezembro de 2002, 1.290 de 26 de novembro de 2003 e 1.482 de 15 de dezembro de 2006, e conforme deliberações da reunião ordinária de 31 de março de 2015, no uso de sua competência.

Considerando:

- Considerando o disposto nos arts. 132. e 139., do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.041/91 e do art. 7º da Resolução nº 170/ 2014 do CONANDA;
- Considerando o disposto entre os arts. 53. e 56. da Lei municipal nº 1481/2006 , no que se refere à atribuição de regulamentar a eleição dos Conselhos Tutelares;
- Considerando o disposto nos art. 9º e art. 3º., parágrafos 1º ao 4º da Lei 2075/2013, no que corresponde a Comissão, ao mandato, posse e as vedações de propaganda;

Resolve:

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Porto Belo/SC

A COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 31 de março de 2015, em sua sede que funciona junto a sala da Coordenação de Conselhos no Centro de Cidadania, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57, Bairro Vila Nova e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014; nos arts. 53 a 56, da Lei Municipal 1481/2006 e no art. 3º, §§ 1º ao 4º da Lei Municipal nº 2.075/2013, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Porto Belo/SC e dá outras providências.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A presente Resolução regulamenta o processo de escolha e posse dos Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 5 (cinco) membros, eleitos, para um mandato de 4 (quatro) anos (Resolução 170, art. 6º § 1º do CONANDA,) permitida uma recondução para igual período.

Art. 2º. A escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, composto de 5 (cinco) conselheiros titulares e 5 (cinco) suplentes realizar-se-á no dia 4 de outubro de 2015, pelo sufrágio universal indireto, facultativo e secreto dos cidadãos do Município, maiores de 16 (dezesesseis) anos, comprovada sua identificação, em local e horário a ser divulgado até 18 de setembro de 2015.

Art. 3º. O processo eleitoral para escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será realizado sob a responsabilidade do CMDCA

e fiscalização do Ministério Público.

Art. 4º. O CMDCA elegerá, na forma de seu Regimento interno, 04 (quatro) conselheiros, para juntamente com o Presidente do mesmo Conselho, formarem a Comissão Especial Organizadora encarregada da condução de todo o processo de Escolha dos Conselhos Tutelares, atuando também na função de Junta apuradora, na contagem e apuração de votos, e denominada simplesmente CEO. § 1º. A CEO será integrada e presidida pelo Presidente do Conselho de Direitos.

§ 2º. Para auxiliar a CEO, no exame e aprovação dos currículos dos candidatos, serão formadas Subcomissões de conselheiros, tantas quantas necessárias.

§ 3. Para recebimento de votos, a CEO, formará uma Mesa Receptora, composta de cidadãos de ilibada conduta, 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes.

§ 4º. A Mesa Receptora será presidida por um de seus integrantes, escolhida pelos mesmos, no momento de sua formação.

**2. Do Cargo e das Vagas**

Art. 5º. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

§ 1º. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

§ 2º. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§ 3º. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

**3. Atribuições dos Conselheiros**

Art. 6º. A todos os conselheiros titulares, no exercício de suas funções, compete:

I - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, todas as resoluções e normas emanadas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo e legislação afim;

II - atender as crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

- a por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- c por razão de sua conduta.

III - Aplicar medida de proteção à criança autora de ato infracional:

- a encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- b orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- abrigo em entidade.

IV - Atender e aconselhar os pais ou responsável, podendo aplicar as seguintes medidas:

- a encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- d encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- e obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- f obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento



especializado.

V - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:  
a requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

VI - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

VII - Encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VIII - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, para o adolescente autor de ato infracional, dentre as seguintes:

a encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

b orientação, apoio e acompanhamento temporário;

c matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio a família, à criança e ao adolescente;

e requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças ou adolescente quando necessário;

f inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

IX - Expedir notificações.

X - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

XI - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem aos seguintes princípios:

a preferência e finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

b promoção de cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação;

c regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

d respeito aos valores éticos e sociais de pessoa e da família. Bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder de família.

XIII - No início de cada mês enviar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relatório detalhando as atividades do Conselho Tutelar referente ao mês anterior, assinado por todos os conselheiros tutelares.

XIV - Manter sigilo profissional, em todas as questões pertinentes.

XV - Elaborar Plano de Ação Semestral, encaminhando ao Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente.

XVI - Fazer visitas as entidades governamentais e não-governamentais, que prestam atendimento à criança e ao adolescente, trimestralmente e sempre que houver solicitação e ou necessidade, elaborando relatório da visita.

XVII - Informar aos pais, responsáveis e a qualquer cidadão os direitos da criança e do adolescente.

XVIII - Contatar com as autoridades locais para otimizar um trabalho integrado, na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

XIX - Elaborar propostas para divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas, nas entidades e na comunidade, encaminhando-as ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo.

XX - Requerer serviços de diagnóstico e de avaliação para o atendimento adequado à criança e ao adolescente.

XXI - Fazer visitas domiciliares com o objetivo de identificar problemas de crianças e adolescentes, bem como de orientar e estimular o fortalecimento da unidade da família, solicitando serviços especializados.

XXII - Propor encontros com entidades para intercâmbio de experiências.

XXIII - Fazer e solicitar palestras sobre temas específicos, envolvendo os direitos da criança e do adolescente.

XXIV - Manter contatos com entidades, associações comunitárias e outros, objetivando recursos, assistência médica, assistência psicológica e documentos hábeis pra crianças e para os adolescentes, bem como estágios e cursos de iniciação profissional, de acordo com as normas vigentes e sempre com vista a posterior engajamento profissional.

XXV - Proporcionar oportunidades de treinamentos de entidades e comunidades sobre alimentação, saúde, higiene e cidadania.

XXVI - Realizar reuniões de estudo e debates com equipes especializadas e com entidades sobre problemas de adaptação, permanência ou desligamento da criança ou do adolescente de entidades de atendimento, priorizando sempre seus direitos.

XXVII - Orientar e acompanhar o plano de atividades de cada entidade, verificando-se os objetivos pedagógicos, quanto à formação e a aprendizagem, estão sendo alcançados.

XXVIII - Sistematizar os dados informativos sobre a situação da criança e do adolescente no município.

XXIX - Assessorar e orientar projetos/programas de prevenção de álcool, de drogas e de outras necessidades detectadas na comunidade, podendo requisitar serviços de órgãos governamentais e não-governamentais.

XXX - Comparecer as reuniões semanais do Conselho Tutelar, para análise e decisões dos casos atendidos durante a semana. As sessões deverão ter ata assinado pelos presentes.

XXXI - Realizar visitas a hospitais e postos de saúde, zelando pelo cumprimento da garantia de prioridade absoluta no tocante a saúde.

XXXII - Proceder à orientação e acompanhamento familiar em higiene, asseio e primeiros socorros.

XXXIII - Fazer articulação com estabelecimento de ensino para garantia dos cuidados básicos de saúde da criança e do adolescente.

XXXIV - Desempenhar outras atribuições previstas em lei.

#### 4. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

Art. 7º. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1481/2006, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.219,16 (um mil, duzentos e dezenove reais e dezesseis centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - gratificação natalina.

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença gestante;

V - licença-paternidade;

VI - inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público municipal;

VII - inclusão no regime geral de Previdência.

VIII - ao vencimento referente ao item I será observado: as horas de sobreaviso serão pagas a razão de 1/3 (um terço); as horas realizadas em regime de plantão serão pagas na proporção de 100% (cem por cento) do valor normal.

§ 1º. Os servidores públicos municipais efetivos, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

§ 2º. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

§ 3º. O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

§ 4º. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da

remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

§ 5º. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

#### 5. Do funcionamento

Art. 8º. O Conselho Tutelar funcionará diariamente, inclusive sábados e domingos e feriados, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, sendo que:

I - Ordinariamente o atendimento será realizado nos dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

II - O plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

III - Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### 6. Das Inscrições

Art. 9º. O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 6 (seis) de abril de 2015 a 22 (vinte e dois) de maio de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que funciona junto a sala de Coordenação de Conselhos, no Centro de Cidadania, localizado na Avenida Governador Celso Ramos nº 57, Bairro Vila Nova.

§ 1º. Para fazer sua inscrição o candidato (a) Requerimento ao Presidente da CEO solicitando o deferimento da referida candidatura (conforme modelo Anexo I), incluindo o nome, e/ou apelido que deverá constar na urna eletrônica;

§ 2º. Poderão submeter-se à eleição do Conselho Tutelar, conforme art. 52 da Lei Municipal 1481/2006, Resolução nº 170 do CONANDA e do Estatuto da Criança e do Adolescente, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I- reconhecida idoneidade moral atestada por 3 (três) autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, ou judiciário;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por identidade, certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município há mais de 2 (dois) anos, podendo servir de comprovação cópia do contrato de locação, contas de água, luz, telefone, entre outras que atestem residência em nome do interessado;

IV - apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de ensino médio ou superior;

V - estar em gozo de seus direitos políticos provados por meio de: fotocópia do Título Eleitoral, e do comprovante da última eleição (2012) ou da justificativa do último pleito eleitoral, comprovando estar em gozo dos direitos políticos;

VI - estar em pleno gozo de aptidão física e mental para o exercício de conselheiro tutelar, atestado por médico;

VII - não ter sido penalizado com a destituição de função de conselheiro tutelar nos 5 (cinco) anos antecedentes à eleição;

VIII - participação em curso ou outro evento formativo, cujo objeto seja a legislação de proteção integral a crianças e adolescentes, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente ou a política de proteção dos direitos da criança e o adolescente ou experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente.

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

IX - Caso o candidato não possua os requisitos exigidos no item oito, fica obrigado a participar da capacitação promovida pelo CMDCA com 100% de frequência;

X - Certidão criminal da Comarca de Porto Belo e da última residência retroativo a 5 (cinco) anos.

XI - Curriculum vitae acompanhado de documentos comprobatórios;

XII - Uma foto 3x4 recente.

§ 3º Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

§ 4º São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§ 5º O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 7. Da Publicação das Candidaturas

Art. 10º. A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 01 de junho de 2015: no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

§ 1º. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 02 a 05 de junho de 2015, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que funciona junto à sala de Coordenação de Conselhos, junto ao Centro de Cidadania, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 57, Bairro Vila Nova.

§ 2º. Os candidatos com solicitação de impugnação serão notificados no período de 08 a 09 de junho para apresentarem defesa.

§ 3º. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 10 a 12 de junho de 2015, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º. A Comissão Especial Organizadora (CEO) publicará resposta quanto às impugnações até o dia 17 de junho de 2015 no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

§ 5º. O candidato poderá requerer pedido de reconsideração de deferimento da candidatura impugnada no período de 18 a 22 de junho, no horário de atendimento ao público das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 6º. A Comissão Especial Organizadora (CEO) publicará resposta quanto aos pedidos de reconsideração de deferimento até o dia 01 de julho de 2015 no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

§ 7º. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 01 de julho, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, no Fórum da Comarca e na sede do Conselho de Direitos para ciência pública.

§ 8º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 8. Da Propaganda Eleitoral

At. 11. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

§ 1º. No dia do processo de escolha:

I - Não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

II - A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com material gráfico com tamanho não superior ao de uma folha A4, constando a foto, o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

III - Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro

tipo de divulgação em vestuário.

IV - A campanha eleitoral terá início na data da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados.

V - Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

VI - Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

VII - Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

VIII - Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

IX - É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, e cartazes. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo a igualdade de condições a todos os candidatos.

X - É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

§ 2º. Compete à CEO processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, sendo que:

I - Os recursos impetrados contra decisões da CEO, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

II - O candidato envolvido e os denunciante serão notificados das decisões da CEO e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

§ 4º. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### 9. Da Eleição

Art. 12. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8h às 17h, nos seguintes locais:

a Centro Educacional Alda Furtado dos Santos - Bairro Santa Luzia, seções nº 143;

b Núcleo de Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha - Centro, seções 144; 145, 146; 147, 148, 149, 150 e 176;

c Centro Comunitário - Bairro Araçá, seção 151 e 152;

d Escola Municipal Professora Catarina Benedita Guerreiro - Bairro Perequê, seções 153, 154, 155, 156, 167 e 180 ;

e Escola Municipal Fidélis Antonio Garcia - Bairro Sertão de Santa Luzia, seção 157 e 158;

f Escola Municipal "Pedro Alemão" Antonio Richartz - Bairro Alto Perequê, seção 159 e 160;

g Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos - Bairro Vila Nova, seção 161, 162, 163, 164, 165;

h Escola Básica Municipal Olinda Peixoto - Bairro Perequê, seção 187,197 e 206.

Parágrafo Único. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

Art. 13. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos,

a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

§ 1º Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

§ 2º A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

§ 3º A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

§ 4º O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

#### 10. Do Voto

Art. 14. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

§ 1º. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

§ 2º. O voto é sigiloso, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

§ 3. O eleitor deverá indicar na urna eletrônica de votação o nome e o número do candidato escolhido.

#### 11 Da Cédula Oficial

Art. 15. O programa eletrônico de votação será elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral, mediante aprovação do CMDCA.

Art. 16. O candidato poderá registrar-se com o nome ou cognome/apelido, o qual aparecerá na tela da urna eletrônica, depois de digitado o número correspondente pelo eleitor.

§ 1º. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

§ 2º. O candidato será identificado por um número de quatro dígitos, sorteado pela CEO.

§ 3º. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 12. Das Mesas Receptoras

Art. 17. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela CEO.

§ 1º. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela CEO.

§ 2º. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

§ 3º. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

§ 4º. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela CEO.

§ 5º. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à CEO.

Art. 18. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela CEO;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

Art. 19. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

Art. 20. Cada candidato ou entidade inscrita no CMDCA poderá inscrever um fiscal por local de votação.



Art. 21. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:  
I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

13. Da Apuração

Art. 22. A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

Art. 23. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela CEO, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

Art. 24. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

Art. 25. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

§ 1º. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

§ 2º. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação;

Art. 26. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso, persistindo o empate será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição; mantendo-se o empate o que tenha realizado o curso de capacitação com 100% (cem por cento) de frequência.

14. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

Art. 27. O resultado da eleição será publicado no dia 09 de novembro, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

Art. 28. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 29. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

§ 1º. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

§ 2º. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

§ 3º. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

15. Disposições Finais

Art. 30. - A capacitação, a que se refere o Art. 9º, § 2º, inciso IX, será promovida em data a ser agendada pela CEO, com publicação 15 dias antes de seu início, terá a carga horária de 20 (vinte) horas e se constituirá em critério de desempate.

Art. 31. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

Art. 32. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

Art. 33. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

Art. 34. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 35. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

Art. 36. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a

residir em outro Município.

Art. 37. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 02 de abril de 2015.

Presidente do CMDCA

Lilian Mazurek Meyer

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE CANDIDATURA

Ilma. Sra.

Nome da Presidente da CEO

DD. Presidente da Comissão Especial Organizadora – CEO

Nesta

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste, com fundamento no art. 9º, Parágrafo Único, § 1º, da Resolução 006/2015 do CMDCA, requerer minha inscrição como candidato a Conselheiro Tutelar, na eleição que se realizará no dia 4 de outubro de 2015. Para tanto, estou protocolando os documentos constantes dos incisos I a XII do referido artigo e indicando o nome que deve constar na urna eletrônica:

Nome:.....

Apelido (se for o caso).....

Nestes termos,

Peço Deferimento

Porto Belo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Nome do candidato/assinatura

ANEXO I I

CRONOGRAMA ELEITORAL

AÇÕES	PRAZOS
Publicação do edital de convocação	02 de abril
Registro de candidaturas	06 de abril a 22 de maio
Análise de registro de requerimentos de candidaturas	25 a 29 de maio
Publicação da relação dos candidatos inscritos	01 de junho
Pedidos de impugnação de candidaturas	02 a 05 de junho
Notificação e prazo para interessados apresentarem defesa	08 a 09 de junho
Prazo para defesa	10 a 12 de junho
Análise das impugnações e outros requisitos dos registros de candidaturas	15 a 16 de junho
Publicação da decisão das impugnações e notificação dos interessados	17 de junho
Recursos com pedido de reconsideração de deferimento de candidatura impugnada ao Plenário do CMDCA	18 a 22 de junho
Análise dos recursos e decisão pelo Plenário do CMDCA	23 a 30 de junho
Publicação definitiva das candidaturas deferidas	01 de julho
Comunicação da homologação oficial das candidaturas ao MP e Juizado da infância e adolescência	03 de julho

Reunião com os candidatos habilitados para conhecimento formal das regras e compromisso	06 de julho
Capacitação para os candidatos homologados	13 a 20 de julho
Período da Campanha Eleitoral	03 de agosto a 02 de outubro
Encaminhamento de nome de representantes para a fiscalização	18 de setembro
Eleição	04 de outubro
Divulgação dos resultados da escolha	05 de outubro
Impugnações	07 de outubro
Período para análise das impugnações	08 a 12 de outubro
Notificação dos impugnados	13 a 15 de outubro
Apresentação de defesa escrita	15 a 20 de outubro
Análise da defesa de impugnação com imediata notificação dos cassados	21 a 26 de outubro
Interposição de recursos	27 a 30 de outubro
Análise e decisão dos recursos e imediata notificação dos interessados	3 e 4 de novembro
Publicação do resultado final da Eleição	9 de novembro
Posse dos novos conselheiros	10 de janeiro de 2016

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 31 de março de 2015.

Lilian Mazurek Meyer  
Coordenadora Geral do CMDCA-PB

#### **RESOLUÇÃO Nº 4/2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
RESOLUÇÃO Nº. 004/2015

Nomeia os membros da Coordenadoria do CMDCA de Porto Belo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo, criado pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 616 de 17 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº. 727 de 23 de junho de 1993, 798 de 24 de maio de 1994, 907 de 08 de maio de 1996, 998 de 02/12/1997, 1.090 de 25 de maio de 1999, 1.267 de 30 de dezembro de 2002, 1.290 de 26 de novembro de 2003 e 1.482 de 15 de dezembro de 2006, e conforme deliberações da reunião ordinária de 31 de março de 2015, no uso de sua competência.

Considerando:

- Os Artigos 45, 47, 52 e 53 da Lei n. 1482/2006 que dispõem sobre a coordenadoria do CMDCA.

- Resolve:

Art. 1º. Nomear os membros que constituem a Coordenadoria do CMDCA:

- Coordenadora Geral: Lilian Mazurek Meyer (Conselheira

governamental);

- Coordenadora Adjunta: Laudicéia A. C. Poluceno (Conselheira não-governamental);

- Primeira Secretária: Simone M. Gennari (Conselheira governamental);

- Segunda Secretária: Soraia J. Depin (Conselheiro não-governamental);

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 31 de março de 2015.

Lilian Mazurek Meyer  
Coordenadora Geral do CMDCA-PB

#### **RESOLUÇÃO Nº05/2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
RESOLUÇÃO Nº. 05/2015

Dispõe sobre a Comissão para organização do processo de eleição unificada dos Conselheiros Tutelares do Município de Porto Belo-SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo, criado pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 616 de 17 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº. 727 de 23 de junho de 1993, 798 de 24 de maio de 1994, 907 de 08 de maio de 1996, 998 de 02/12/1997, 1.090 de 25 de maio de 1999, 1.267 de 30 de dezembro de 2002, 1.290 de 26 de novembro de 2003 e 1.482 de 15 de dezembro de 2006, e conforme deliberações da reunião ordinária de 31 de março de 2015, no uso de sua competência.

Considerando:

- Considerando o disposto nos arts. 132. e 139., do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), com as modificações introduzidas pela Lei nº 8.041/91 e do art. 7º da Resolução nº 170/ 2014 do CONANDA;

- Considerando o disposto entre os arts. 53. e 56. da Lei municipal nº 1481/2006 , no que se refere à atribuição de regulamentar a eleição dos Conselhos Tutelares;

- Considerando o disposto nos art. 9º e art. 3º., parágrafos 1º ao 4º da Lei 2075/2013, no que corresponde a Comissão de organização do processo eleitoral;

Resolve:

Art. 1º. Instituir a Comissão para organização do processo unificado da eleição do Conselho Tutelar do Município de Porto Belo-SC na representação dos conselheiros:

Ana Maria Spessato

Lilian M. Meyer

Jihane Rehbein Didjurgeit

Soraia J. Depin

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 31 de março de 2015.

Lilian Mazurek Meyer  
Coordenadora Geral do CMDCA-PB



# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2015 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 006/2015- FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 006/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene para manutenção do Programa ACESSUAS/PRONATEC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 23 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 037/2015- PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 020/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de serviço de recarga de toner e cartuchos de impressoras. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 22 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 021/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 038/2015- PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 021/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de chapas de aluzinco que serão destinadas a reforma da cobertura da Secretaria Municipal de Transporte, Obra e Serviços Públicos. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 23 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4627, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4627, de 01 de abril de 2015.

"FIXA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Será facultativo o ponto nas Repartições Públicas do Município, nas seguintes datas:

- 20 de abril, segunda-feira, ponto facultativo referente ao dia 21 de abril, terça-feira, feriado de Tiradentes;

- 05 de junho, sexta-feira, ponto facultativo referente ao dia 04 de junho, quinta-feira, Corpus Christi;

- 24 de dezembro, quinta-feira, ponto facultativo referente ao dia 25 de dezembro, sexta-feira, Natal;

- 28 a 31 de dezembro, pontos facultativos;

- 04 de janeiro de 2016, retorno às atividades normais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4629, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4629, de 01 de abril de 2015.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município nas Leis Complementares nº 110/2003,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Contribuintes representando sua respectiva entidade, os membros abaixo relacionados:

PRESIDENTE:

Aldo Nestor Sibert - Titular

Osvino Miliorini - Suplente

REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL:

Ronaldo da Rocha -Titular

Jackson Osmar Nunes da Silva - Suplente

Patricia Raquel Mayr - Titular

Claudia Simara Beber -Suplente

Khellen Kuhl Della Santos -Titular

Keli Monteiro Vargas - Suplente

REPRESENTANTES DOS CONTRIBUÍNTES:

OAB Santa Catarina - Subseção de Rio do Sul

Titular: Dr. Rodrigo de Souza

Suplente: Dr. Diogo José de Souza

ACIRS - Associação Empresarial de Rio do Sul

Titular: Fabio José Soar

Suplente: Elói Venturi

SINDICONT - Sindicato dos Contabilistas do Alto do Itajaí

Titular: Marco Aurélio Kuhn Schulle

Suplente: João Batista Martins

Parágrafo único: Os membros deste conselho cumprirão mandato de 2 (dois) anos a partir 29 de abril de 2015, podendo ser reconduzidos.

Art.4º - A remuneração pelo exercício da função será de acordo com o estabelecido no Art. 171 da Lei Complementar 110/2003 e efetiva participação nas sessões do Conselho Municipal de Contribuintes, valor este atualizado anualmente pela UFM.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### PORTARIA Nº 0212/RH

PORTARIA N. 0212/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar a CESSÃO do servidor CLAUDECIR JOSÉ MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para atuar no município de Ituporanga, em conformidade com a Lei nº 5556/2014 e Termo de Cessão de uso nº 001/2015 e Memorando nº 020/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo Único: A cessão se deu no período de 14/01/2015 a 31/01/2015 e caberá ao Município de Ituporanga o ônus da remuneração devida ao servidor.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**PREGÃO PRESENCIAL 037/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

OBJETO: Registro de preço para aquisição de macadame para manutenção e conservação de vias públicas municipais - Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/04/2015, às 11:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 17/04/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br), Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 01 de abril de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE LICITAÇÃO PR Nº 02/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 05/2.015

PREGÃO PRESENCIAL 02/2.015

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 816/2.015, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 24/04/2015, às 11:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Higienização e Material de Copa e Cozinha, para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <[www.camarariosul.sc.gov.br](http://www.camarariosul.sc.gov.br)> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 02 de abril de 2.015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente

FERNANDO GUEDES

Pregoeiro

## Rio dos Cedros

---

**PREFEITURA**

---

**CT. Nº051/ 2015**

CT. Nº051/ 2015

DATA: 30/03/2015

CONTRATO: SAL MARKETING E WEB LTDA ME

OBJETO: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS E PROJETOS DE INTERESSE DO RIO DOS CEDROS.

INÍCIO: 30/03/2015

TÉRMINO: 31/12/2015

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 19/2015

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CMDCA 001/2015 AVISO DE ELEIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CMDCA - MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

#### ELEIÇÃO – CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul, informa a todos interessados que estará realizando a eleição de membros para compor o Conselho Tutelar de Santiago do Sul.

Inscrições: no período de 06 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015, junto ao CRAS de Santiago do Sul.

Edital completo pode ser obtido junto ao site: [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br)

Santiago do Sul, 02 de Abril de 2015  
JOLICE MARIA FIORELLI CAMILLO  
Presidente do CMDCA

### EDITAL CMDCA Nº 001/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

EDITAL CMDCA Nº 001/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Santiago do Sul - SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 24 de março de 2015, junto ao Centro de Múltiplo Uso do Município de Santiago do Sul e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 44 e seguintes, da Lei Municipal nº 725/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Santiago do Sul, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 725/2014, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 746,14 (setecentos e quarenta e seis e quatorze centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - 13º vencimento\*; e

VII - abono assiduidade - 14º salário\*.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

2.5.1 Plantão noturno das 19h00min às 7h30min do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, na sede do CRAS, localizada na Rua Jacob Corso, nº 599, Centro, na cidade de Santiago do Sul, SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos



envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio e site na Internet da Prefeitura Municipal, Mural da Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público, na sede do CRAS, localizada na Rua Jacob Corso, nº 599, Centro, na cidade de Santiago do Sul, SC.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público na sede do CRAS.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio e site na Internet da Prefeitura Municipal, Mural da Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e

julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00min às 16h00min, em local único junto a Escola Municipal Pequeno Cidadão, situada na Rua Honorino Comachio nº 210, Centro, na cidade de Santiago do Sul, SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em em um único candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.4.7 O Município disponibilizará transporte para os eleitores residentes nas Comunidades do Interior.

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.



3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no local de votação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado imediatamente após a apuração, em edital afixado na Mural do Átrio e site na Internet da Prefeitura Municipal, Mural da Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito

Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 725/2014 de 02 de junho de 2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Quilombo, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Santiago do Sul, SC, 02 de abril de 2015.

JOLICE MARIA FIORELLI CAMILLO

Presidente do CMDCA de Santiago do Sul

Anexo I  
Cronograma

Providência	Prazo
Publicação do edital	Prazo legal: 02 de abril de 2015
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação de candidatura	12/06/2015 a 17/06/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e decisão das impugnações	até 10/07/2015
Interposição de recurso	13/07/2015 a 17/07/2015
Divulgação dos locais de votação	até 18/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	imediatamente após a apuração
Posse dos eleitos	Prazo legal: 10/01/2016

## São Bento do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 910/2015**

DECRETO Nº 0910, DE 01 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-  
GENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atri-  
buições legais e de conformidade com a Lei nº 3492, 01 de abril  
de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplemen-  
tar no valor de R\$ 3.434,53 (três mil, quatrocentos e trinta e qua-  
tro reais e cinquenta e três centavos) no orçamento vigente do  
município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por  
Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação  
orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 6.041 - Gestão do FMAS - Port. Deficiência

3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.434,53

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utili-  
zado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação  
orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(118) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 3.434,53

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 911/2015**

DECRETO Nº 0911, DE 01 DE ABRIL DE 2015

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas  
atribuições legais,

## DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o  
valor equivalente a R\$ 3,4023, a partir de 01 de abril de 2015, nos  
termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de  
dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**DECRETO Nº 912/2015**

DECRETO Nº 0912, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.700,00 (quarenta e dois mil e setecentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 - Encargos Especiais

Operação Especial: 0.086 - Pagamentos Pensões

(251) 3.1.90.03.00.00.00 100 - Pensões R\$ 2.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (163) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo R\$ 39.000,00

Atividade: 6.041 - Gestão do FMS - Port. Deficiência

(187) 3.3.90.30.00.00.00 024 - Material de Consumo R\$ 1.700,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 - Encargos Especiais

Operação Especial: 0.086 - Pagamentos Pensões

(250) 3.1.90.01.00.00.00 100 - Aposentadorias e Pensões R\$ 2.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (164) 3.3.90.32.00.00.00 152 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 29.000,00

(168) 4.4.90.51.00.00.00 152 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

Atividade: 6.041 - Gestão do FMS - Port. Deficiência

(188) 3.3.90.39.00.00.00 024 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 1.700,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 105/2015**

Extrato de Processo Licitatório

Dispensa de Licitação Nº 105/2015

OBJETO: Dispensa de Licitação para contratação emergencial de empresa/entidade para operação e manutenção dos serviços de Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo Municipal, para atendimento de crianças e adolescentes, pelo prazo de até 180 dias ou homologação de novo processo licitatório, conforme art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: Instituto De Desenvolvimento Integral - IDI.

Valor: R\$ 405.000,00

São Bento Do Sul, 12 de abril de 2015.

Edemilson Benedito de Assis

Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Rita Maria Dums

Secretária Municipal de Assistência Social

**JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 105/2015**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA/ENTIDADE PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - MODALIDADE ABRIGO - MUNICIPAL PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELO PRAZO DE ATÉ 180 DIAS OU HOMOLOGAÇÃO DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO.

II - Contratado: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação:

A Dispensa de Licitação se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

A Dispensa de Licitação se exige devido a esta Administração Municipal em janeiro de 2014 implantou o Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo, por exigência de um TAC nº 09.2011.000188-4 do MP/SC, desde lá a empresa contratada que vinha prestando o serviço, Instituto de Pesquisa, Atendimento, Defesa e Assessoria Estrela de Isabel, por ter sagrado vencedora de um processo licitatório.

Ocorre que em dezembro de 2014, a empresa comunicou sua intenção pela não continuidade do referido serviço, dando-nos o prazo de 90 dias, prazo esse que vence em 05/04/15, para o Município providenciar outra empresa e dar continuidade na execução do serviço.

A partir de então foi elaborado um novo processo licitatório, prego nº 39/2015, que contou com a participação de duas empresas, as quais uma foi inabilitada e a outra desclassificada, conforme Parecer nº 01/15 anexo ao processo.

Diante dos fatos e da necessidade do serviço, a Administração, iniciou o processo de contratação emergencial, que conta com as seguintes empresas participantes:

a) ABAM - Associação Blumenauense de Acolhimento de Menores - proposta de R\$ 3.600,00 por criança/adolescente, mas para atender na cede hoje que fica em Blumenau, atualmente teria apenas 02 vagas disponíveis;

b) Associação Ecos de Esperança - Joinville - proposta de R\$ 68.090,00 para 20 crianças/adolescentes;

c) Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI - São Bento do Sul, proposta de R\$ 67.500,00 para 20 crianças/adolescentes;

d) Centro Cultural Escrava Anastácia - Florianópolis - não tem interesse de executar o serviço no momento.

e) Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA - Gaspar - proposta no valor de R\$ 53.638,80, mas não tem como atender dentro do prazo estipulado, ou seja, 05/04/15.  
f) Clube das Mães - Lar da Menina - Rio do Sul - recusa em participar devido não ter possibilidades de remoção de equipe técnica para executar os serviços no Município;  
g) Lar Abdom Batista - Joinville - não tem interesse no momento, falta de vagas;  
h) Lar Emanuel -Joinville- por questões burocráticas de registro de documentos não tem interesse no momento;  
i) Lar Beneficente João - Braço do Trombudo - não tem interesse em participar do processo de contratação no momento.  
Diante da impossibilidade apresentada pela primeira colocada, GAIAA, com R\$ 53.638,00, e tendo o IDI ficado em segundo, com R\$ 67.500,00, a qual segue a documentação conforme solicitação no Pregão nº 39/2015. Sendo assim, fica o IDI sendo o vencedor neste processo de contratação emergencial.  
A contratação emergencial terá o prazo máximo de 180 dias ou até a homologação do novo processo licitatório, que está sendo elaborado.

São Bento do Sul/SC, 02 de abril de 2015.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Rita Maria Dums  
Secretária Municipal de Assistência Social

## LEI Nº 3485/2015

LEI Nº 3485, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO

### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO, CNPJ/MF 04.946.594/0001-89 no valor total de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), objetivando custear despesas referentes à taxa de inscrição, alimentação, transporte, hospedagem para participação em competições esportivas e prestação de serviços de contabilidade, da modalidade de natacão, no ano de 2015.

Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelecem os Decretos Municipais nº 0034/2013 e nº 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do São Bento Clube de Natacão.

Art. 6º A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na

Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do São Bento Clube de Natacão. Art. 7º Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado o SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.946.594/0001-89, estabelecida à Rua Wigando Koch, 251, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Marco Rodrigo Redlich, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.017.568, CPF/MF nº 005.692.819-03, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bollmann, 178, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades do São Bento Clube de Natacão com custeio das despesas referentes a competições esportivas, tais como: taxas de inscrições, alimentação, hospedagem, transporte em competições fora do município e prestação de serviços de contabilidade, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1175/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS



Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 03 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido ao CONVENIENTE no mês de abril de 2015.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 00002946-6 a favor do São Bento Clube de Natação.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

MARCO RODRIGO REDLICH

Presidente do São Bento Clube de Natação

#### TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_



**LEI Nº 3486/2015**

LEI Nº 3486, DE 01 DE ABRIL DE 2015

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3423, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014, QUE CRIA E DENOMINA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BERÇÁRIO MAGIA DO BEBÊ

## O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3423, de 25 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criado e denominado de "CEIM Berçário Magia do Bebê" o Centro de Educação Infantil Municipal localizado na Rua Wenzel Kahlhofer, nº 71, Centro, CEP 89280-157, no município de São Bento do Sul - SC." (NR)

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3487/2015**

LEI Nº 3487, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3424, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014, QUE CRIA E DENOMINA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ANNE-LIZE BECKHAUSER MALLON

## O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3424, de 25 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criada e denominada de "EBM Annelize Beckhauser Mallon" a Escola Básica Municipal localizada na Rua Dr. Hans Dieter Schmidt, nº 115, Bairro Centenário, CEP 89283-105, no município de São Bento do Sul - SC."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3488/2015**

LEI Nº 3488, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE, CNPJ/MF 07.196.469/0001-97 no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), objetivando custear despesas referentes a manutenção na Federação Catarinense de Basquetebol, burocráticas, competições esportivas, uniformes, materiais esportivos, entre outras, da modalidade de basquete masculino e feminino, no ano de 2015, conforme Plano de Trabalho - Processo nº 1027/2015.

Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelecem os Decretos Municipais nº 0034/2013 e nº 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Basquete.

Art. 6º A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Basquete.

Art. 7º Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE, associação de

Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.196.469/0001-97, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, 374, sala 33, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente João Roberto Friedrich, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 778.048, CPF/MF nº 311.288.589-91, residente e domiciliado à Rua Dr Cominese, 56, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Basquete com custeio de anuidade e demais despesas burocráticas junto a Federação Catarinense de Basquete; manutenção da associação, taxas de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, arbitragem, uniformes e materiais esportivos, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1027/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 9 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do termo de convênio autorizado pela respectiva lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 3.201-7 a favor da Associação São Bentense de Basquete.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação

financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO**

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

JOÃO ROBERTO FRIEDRICH

Presidente da Associação São Bentense de Basquete

**TESTEMUNHAS**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

**LEI Nº 3489/2015**

LEI Nº 3489, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL, CNPJ/MF 05.441.487/0001-61 no valor total de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de voleibol durante o ano de 2015.

Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Voleibol.

Art. 6º A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Voleibol.

Art. 7º Os documentos fiscais, para fins de comprovação das

despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**TERMO DE CONVÊNIO Nº**

**TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL**

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.441.487-0001-61, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, nº 723, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por sua Presidente ADRIANE CHRISTOFF MACHADO, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora da Carteira de Identidade nº 2.373.670, CPF/MF nº 729.860.429-53, residente e domiciliada à Rua Julia Ruckl, 180, Bairro Progresso, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Voleibol com custeio de despesas do centro de treinamento, taxas de inscrição, alimentação, transporte, uniformes, materiais esportivos e vale transporte, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1112/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS**

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 9 parcelas, conforme Plano de Trabalho



apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco HSBC, Agência 1051, Conta Corrente nº 00560-05 a favor da Associação São Bentense de Voleibol.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de

Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ADRIANE CHRISTOFF MACHADO

Presidente da Associação São Bentense de Voleibol

#### TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

**LEI Nº 3490/2015**

LEI Nº 3490, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os benefícios mantidos pelo IPRESBS, concedidos com base no art. 40, § 1º, incisos I e II, inciso III, alíneas "a" e "b", e § 7º, inciso I e II da Constituição Federal; e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2015, em 6,23% (seis inteiros e vinte e três décimos por cento).

Parágrafo único - Para os benefícios concedidos pelo IPRESBS a partir de fevereiro de 2014, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único da presente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até janeiro de 2014	6,23
em fevereiro de 2014	5,56
em março de 2014	4,89
em abril de 2014	4,04
em maio de 2014	3,23
em junho de 2014	2,62
em julho de 2014	2,35
em agosto de 2014	2,22
em setembro de 2014	2,04
em outubro de 2014	1,54
em novembro de 2014	1,15
em dezembro de 2014	0,62

**LEI Nº 3491/2015**

LEI Nº 3491, DE 01 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL, CNPJ/MF 05.412.466/0001-18 no valor total de até R\$ 21.00,00 (vinte e um mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de xadrez durante o ano de 2015.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação de Xadrez de São Bento do Sul.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação de Xadrez de São Bento do Sul.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal



**TERMO DE CONVÊNIO Nº**

**TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL**

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.412.466/0001-18, estabelecida à Rua João Hastreiter, nº 76, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente OSMAR BAIL, brasileiro, aposentado, portador da carteira de identidade nº 1.192.163, CPF/MF nº 419.059.039-87, residente e domiciliado à Rodovia SC 418 - Acesso Oeste, São Bento do Sul, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação de Xadrez de São Bento do Sul com custeio de despesas de aluguel, taxas de limpeza, competições esportivas, materiais de xadrez e gráficos, tarifas bancárias, uniformes e serviços contábeis, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1458/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS**

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 9 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do convênio autorizado pela presente Lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica, Agência 0628, Conta Corrente nº 002115-5 a favor da Associação de Xadrez de São Bento do Sul.

**CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE**

O CONVENENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;  
h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;  
i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;  
j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO**

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

OSMAR BAIL

Presidente da Associação de Xadrez de São Bento do Sul

**TESTEMUNHAS**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

**LEI Nº 3492/2015**

LEI Nº 3492, DE 01 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.434,53 (três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 6.041 - Gestão do FMAS - Port. Deficiência

3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.434,53

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(118) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 3.434,53

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**LISTAGEM PORTARIAS Nº 004/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8644, de 01 de abril de 2015. Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, pelo prazo de 02 anos, a contar de 27 de março de 2015. Florinda Ivete Rosá Rohrbacher. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8646, de 01 de abril de 2015. Retira, a partir de 01 de abril de 2015, a Gratificação de Função FG 2 concedida ao servidor Lucas Cziczek, ocupante do cargo de Mecânico. SEMOB.

Portaria nº 8647, de 01 de abril de 2015. Concede Gratificação de Função FG 2 - Agente de Manutenção do Britador Municipal e solda, a partir de 01 de abril de 2015, ocupante do cargo de Soldador. SEMOB.

Portaria nº 8648, de 01 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de março de 2015. Cizete Lobermeyer. Farmacêutico. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8649, de 01 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 31 de março de 2015. Juliana Kuchler Rosa. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 8650, de 01 de abril de 2015. Revoga Portaria nº 8649/2015 que nomeou servidora pública Juliana Kuchner Rosa, no cargo de Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 31 de março de 2015.

Portaria nº 8651, de 01 de abril de 2015. Concede Gratificação de Função FG 1 - Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao cargo - Atualização de Cadastros, a partir de 01 de abril de 2015. Fabricia Pokrywiecki. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria nº 8652, de 01 de abril de 2015. Prorroga Auxílio Doença INSS, período de 16/02/2015 a 30/08/2015. Anadir Moreira Sperandio. Conselheira Tutelar. SEMAS.

Portaria nº 8653, de 01 de abril de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 17/02/2015 a 05/04/2015. Marta Regina Schutler Hiller. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 8654, de 01 de abril de 2015. Concede Auxílio Doença INSS, período de 13/02/2015 a 11/04/2015. Scheila Aparecida Viçente de Lima. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 8655, de 01 de abril de 2015. Concede Férias, período de 11/03/2015 a 09/04/2015. Barbara Lopes Rapini Santos

Arruda. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 8656, 01 de abril de 2015. Concede Férias, período de 30/03/2015 a 28/04/2015. José Ervino Zimmer. Administrador. SECAD.

Portaria nº 8657, de 01 de abril de 2015. Concede Férias, período de 30/03/2015 a 28/04/2015. Rogerio Weber Kosmala. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 8658, de 01 de abril de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 08/03/2013 a 05/07/2015. Eloisa Maria Doré. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 8659, de 01 de abril de 2015. Prorroga Licença Maternidade, período de 09/07/2015 a 03/09/2015, conforme Processo nº 1619/2015. Eloisa Maria Doré. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 8660, de 01 de abril de 2015. Concede Licença Maternidade, período de 28/02/2015 a 27/06/2015. Itamara Ferreira Stiegler. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8661, de 01 de abril de 2015. Prorroga Licença Maternidade, período de 28/06/2015 a 26/08/2015, conforme Processo nº 1361/2015. Itamara Ferreira Stiegler. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8662, de 01 de abril de 2015. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, período de 21/02/2015 a 26/03/2015, conforme Processo nº 1007/2015. Florinda Ivete Rosá Rohrbacher. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8663, de 01 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2015. Ricardo do Rosario. Auxiliar Administrativo. Grupo Ocupacional 03. Nível I. Classe A. 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 8664, de 01 de abril de 2015. Revoga, a partir de 01 de abril de 2015, a Portaria nº 8383/2015 que nomeou servidor público Everton Kanzler, no cargo de Professor Anos Finais - História, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 06 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK,  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### **PORTARIA Nº 001/2015 - FMD**

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE ABRIL DE 2015.  
ADMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

HÉLCIO CARLOS LIEBL, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2015,

#### **RESOLVE:**

Admitir em caráter temporário, VIVIANE APARECIDA SCHFHAUSER SFAIR, no cargo de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Fundação Municipal de Desportos a partir de 07/04/2015.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.  
Hélcio Carlos Liebl  
Presidente

#### **PORTARIA Nº 8643/2015**

PORTARIA Nº 8643, DE 01 DE ABRIL DE 2015  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ANTONIO CIES-LINSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00096/13-8, de 13 anos, 09 meses e 03 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 1981, de 30 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 8645/2015**

PORTARIA Nº 8645, DE 01 DE ABRIL DE 2015  
Corrige Portaria nº 8248/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

CORRIGIR, a partir de 05 de março de 2015, a Portaria nº 8248/2015, que admitiu a servidora temporária CINTIA DE SOUZA, no tocante ao cargo, passando de "Auxiliar de Serviços" para "Atendente Educativo".

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 8665/2015**

PORTARIA Nº 8665, DE 02 DE ABRIL DE 2015  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de abril de 2015, aposentadoria por invalidez integral à segurada ANISIA

RUDNICK RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, matrícula nº 36898, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6164/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 8666/2015**

PORTARIA Nº 8666, DE 02 DE ABRIL DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de abril de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado ANTONIO CIESLINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe G, matrícula nº 7370, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1863/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 02 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## **IPRESBS**

### **CONTRATO Nº 004/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº 04/2015

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

Contratada: BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Vigência: Início: 05/03/2015 - Término: 04/03/2016

Recursos: Dotação: (22) 19.01.4.062.3.3.90.30.01.00.00.00 - Administração e Funcionamento do IPRESBS.

Valor Total do item Gasolina Comum: R\$ 4.948,50.

OBJETO: Fornecimento parcelado de combustíveis para o veículo Ford/Fiesta - Placas MGD2262 do IPRESBS, conforme Compra Direta n.º 27/2015.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

### **PORTARIA IPRESBS Nº 087/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 087/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/04/2015 a 24/04/2015, a servidora NADIA APARECIDA STURMER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/03/2015 a 10/04/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2015.

São Bento do Sul, 02/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº 088/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 088/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/03/2015 a 12/06/2015, concedido a servidora IVANILDE GROSSKOPF BASSANI ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 067/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/03/2015.

São Bento do Sul, 02/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 089/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 089/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/04/2015 a 28/04/2015, a servidora ADRIANA PIEKARSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/03/2015 a 13/04/2015, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/04/2015.

São Bento do Sul, 02/04/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 103 DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 103 de 26 de março de 2015.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

Art. 1º Constitui comissão especial para acompanhar processo seletivo de contratação temporária nº 001/2015;

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

- Renato José Quost - Representante do setor de Recursos Humanos;

- Marcos Gertler - Representante do setor Contábil/Financeiro;

- Osni Paulo Langa - Representante da área Administrativa;

- Ivana Aparecida Pereira - Representante da área Técnica;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2015.

Osvalcir Peters

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 102 DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 102 de 26 de março de 2015.

"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art.1º- CONCEDER ao servidor WALTER CARLOS BUTTELBRUN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no artigo 98 da lei 228/2001.

Art. 2º-A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2008/2011, com gozo de 19.03.2015 à 31.03.2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente



**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 105, 31 DE MARÇO DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 105, 31 de março de 2015.

“ CONCEDE LICENÇA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art.1º - CONCEDER ao servidor Sandro Mateo Beier, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em pecúnia, conforme Lei 228 de 28/12/2001, Subseção IV - artigo 98.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 14.01.2012 13.01.2015.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 107, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 107, de 02 de abril de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANTONIO ARNALDO SEIDEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 13/04/2015 a 02/05/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 108, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 108, de 02 de abril de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANTONIO VALDEMIR BAIER,

ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE OPERAÇÕES, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 01/04/2015 a 20/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 109, de 02 de abril de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor EDELSON ILG, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO II, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 06/04/2015 a 25/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 110, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 110, de 02 de abril de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOÃO CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO I, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 06/04/2015 a 25/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 111, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 111, de 02 de abril de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085/15, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor RENATO JOSÉ QUOST, ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 06/04/2015 a 25/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 100, DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 100, de 26 de março de 2015.

“REVOGA PORTARIA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 098, de 25 de março de 2015, que constitui comissão especial para acompanhar processo seletivo de contratação temporária nº 001/2015 a qual foi cometido um equívoco no nº de portaria, nesta Autarquia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 25 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 101 DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 101 de 26 de março de 2015.

“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - PROMOVER, a servidora IVONETE TEREZINHA VIERNE GONÇALVES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Analista de Saneamento II, Grupo Ocupacional 04, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para o nível vertical II classe H.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 104 DE 31 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 104 de 31 de março de 2015.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor Márcio Cleiton Braga da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, Licença sem Remuneração, em conformidade com o artigo 94, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º será constituída por 02 (dois) meses.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 23 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 106, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 106, de 01 de abril de 2015.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, na forma do art. 48º da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o servidor WALTER CARLOS BUTTELBRUN, do cargo efetivo de Motorista, grupo ocupacional 03, classe 2-D.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de abril de 2015, revogando-se a portaria nº 020 de 03 de maio de 2002.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO TA - HIDROSERV

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO DE VALOR E PRAZO  
Contrato Nº:17/2014- SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO  
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada:HIDROSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS TECNICOS PROF SS  
Objeto...: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL.  
Valor...: R\$3.479,00(três mil quatrocentos e setenta e nove reais)  
Vigência: 30.04.2015  
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.26/2014

SAO CARLOS,01 de abril de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### RESUMO CONTRATOS -01-02-03-04 -FUND

Estado de Santa Catarina  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLO  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:01 /2015  
Contratante.:FUN DAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.:ANDREIA FERLA  
Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA  
Valor ..... :R\$11.820,06(onze mil oitocentos e vinte reais e seis centavos)  
Vigência ..... :31.12.2015  
Licitação ..... :1/2015  
SAO CARLOS, 01 de abril de 2015.  
SANDRO RUI BENDER/GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

Estado de Santa Catarina  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:02 /2015  
Contratante.:FUN DAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
Contratada. HELIA TERNUS ME  
Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA  
Valor ..... :R\$17.730,09(dezessete mil setecentos e trinta reais e nove centavos)  
Vigência ..... :31.12.2015  
Licitação ..... :1/2015  
SAO CARLOS, 01 de abril de 2015.  
SANDRO RUI BENDER/GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

Estado de Santa Catarina  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 03 /2015  
Contratante.: FUN DAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
Contratada..: HERBER MAJOLO ZART ME  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA  
Valor ..... : R\$5.910,03(cinco mil novecentos e dez reais e tres

centavos)  
Vigência ..... : :31.12.2015  
Licitação ..... : 1/2015  
SAO CARLOS, 01 de abril de 2015.  
SANDRO RUI BENDER/GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

Estado de Santa Catarina  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 04 /2015  
Contratante.: FUN DAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.: JEFERSON DE QUADROS MOREIRA ME  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE DANÇA E MÚSICA  
Valor ..... : R\$11.820,06(onze mil oitocentos e vinte reais e seis centavos)  
Vigência ..... : :31.12.2015  
Licitação ..... : 1/2015

SAO CARLOS, 01 de abril de 2015.  
SANDRO RUI BENDER/GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

# São Domingos

## PREFEITURA

### CONT. PREFE N. 010 ITAU SEGUROS

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE 010 DE 13/02/2015

VALOR: R\$ 64.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/02/2015

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA TODOS OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATANTE: Município de São Domingos - SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A

CNPJ n. 08.816.067/0001-00,

DATA FINAL VIGÊNCIA: 18/02/2016

### CONT. PREFE N. 013 BANDA AMÉRICA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 013 DE 06/03/2015

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 12.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO PARA REALIZAÇÃO DO 3º CANTA SÃO DOMINGOS - FESTIVAL DA CANÇÃO SERTANEJA DE SÃO DOMINGOS - SC, A SER REALIZADO NOS DIAS 10 E 11 ABRIL DE 2015 (SEXTA E SÁBADO).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME

CPF/CNPJ: 11.041.683/0001-41

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/05/2015

### CONT. PREFE N. 014 MARCOS E BELUTTI

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 014 DE 06/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 155.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NACIONAL COM A DUPLA MARCOS & BELUTTI NO DIA 12 DE ABRIL DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: F & S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ n. 11.515.243/0001-89

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

### CONT. PREFE N. 015 GRUPO TRADIÇÃO SERRANA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 015 DE 11/03/2015

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 3.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO, COM O GRUPO TRADIÇÃO SERRANA, NO DIA 12 DE ABRIL DE 2015 (DOMINGO), DAS 15:00 HORAS ÀS 18:00 HORAS, EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: AUGUSTO JORGE LATREILLE

CPF/CNPJ: 11.988.192/0001-02

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/05/2015

### CONT. PREFE N. 017 FAT DUO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 017 DE 13/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA DE DJ'S FAT DUO NO DIA 12 DE ABRIL DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: SANDRO HENRIQUE SANTANA MACHADO ME

NPJ n. 05.282.568/0001-66

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/04/2015

### CONT. PREFE N. 022 LUGPHIL

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 022 DE 24/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 106.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, GERADORES DE ENERGIA, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE PALCOS PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: LGP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

CNPJ n. 02.090.864/0001-77

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015



**CONT. PREFE N. 023 ECOBAN**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 023 DE 24/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 4.999,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS DURANTE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: ECOBAN - BANHEIROS QUÍMICOS LTDA. ME

CPF/CNPJ: 09.158.348/0001-86

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

**CONT. PREFE N. 026 NEIVA FERRARI CARDOSO**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 026 DE 24/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.570,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: NEIVA FERRARI CARDOSO ME

CPF/CNPJ: 03.015.942/0001-31

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

**CONT. PREFE N. 027 JORNAL DO POVO**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 027 DE 24/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VEICULAÇÃO E DIVULGAÇÃO, EM JORNAL LOCAL, DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: JORNAL DO POVO LTDA

CPF/CNPJ: 80.076.326/0001-31

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

**CONT. PREFE N. 028 MELISSA SANTIAGO MARTINS**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 028 DE 24/03/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.240,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO MÓVEL, PARA DIVULGAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: MELISSA SANTIAGO MARTINS

CPF/CNPJ: 16.703.247/0001-04

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

**CONT. PREFE N. 33 PATROCINIO ANIVERSÁRIO**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: ABRIL/2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 033 DE 01/04/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 25.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2015

DESCRIÇÃO: O presente contrato regula os direitos e obrigações pertinentes ao patrocínio para o evento ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - 52 ANOS a realizar-se de 10/04/2015 a 12/04/2015 em São Domingos (SC).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

CNPJ: 83.009.894/0001-08

**DEC 1931 DE 02 04 15 NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CLEUNICE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS**

DECRETO Nº 1931, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Cleunice Aparecida Ribeiro dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.02, Grupo 1 (Serviços Gerais - SEGER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.



Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.  
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **DEC 1932 DE 02 04 15 NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MARLI MELANIA ROVANI**

DECRETO Nº 1932, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Marli Melania Rovani, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.02, Grupo 1 (Serviços Gerais - SEGER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **DEC 1933 DE 02 04 14 NOMEIA DAIANA GOBBI ASSISTENTE SOCIAL**

DECRETO Nº 1933, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro e 2012 atualizada, e;

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando a necessidade da realização e execução de serviços continuados, inadiáveis e indispensáveis para qualificar o atendimento da Secretaria da Assistência Social do município;

- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Daiana Gobbi, para exercer o cargo de Assistente Social, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 51.02, Grupo 5 (Técnico Científico - TECIE), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **EXTRATO CONTRATO 03 2015 JORNAL**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: ABRIL/2015 NÚMERO DO CONTRATO: CONTRATO Nº 003/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 9.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01 de Abril de 2015

DESCRIÇÃO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais e atividades do poder legislativo municipal

RESPONSÁVEL: VEREADOR NEUDI JOSÉ BURATTI - PRESIDENTE TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 80.076.326/0001-31 CONTRATO: JORNAL DO POVO LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

**EXTRATO CONTRATO 04 RÁDIO 2015****DADOS E TEXTO DE CONTRATO**

MÊS/ANO: ABRIL/2015 NÚMERO DO CONTRATO: CONTRATO Nº 004/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 18.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01 de Abril de 2015

DESCRIÇÃO: Divulgação de Atos Oficiais e Atividades do Poder Legislativo, consistindo em cobertura das sessões com entrevistas dos vereadores, para posterior divulgação, três inserções institucionais e quatro convite de participação nas sessões, no dia anterior e no dia da mesma, uma entrevista mensal e em um sábado do mês entre 8:00 hs às 12:00 hs com espaço aberto para prestação de contas à comunidade das atividades desenvolvidas pelo legislativo.

RESPONSÁVEL: VEREADOR NEUDI JOSÉ BURATTI - PRESIDENTE  
TIPO PESSOA (1/2): 2CPF/CNPJ: 83.677.500/0001-90 CONTRATO: RADIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA ME  
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

**EXTRATO CONTRATO 05 INFO DIGITALL****DADOS E TEXTO DE CONTRATO**

MÊS/ANO: ABRIL/2015 NÚMERO DO CONTRATO: Nº 05/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.132,81

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01 de Abril de 2015

DESCRIÇÃO: Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos administrativos.

RESPONSÁVEL: VEREADOR NEUDI JOSE BURATTI - PRESIDENTE  
TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 86.731.494/0001-08 CONTRATO: INFO DIGITALL-Soluções Tecnológicas para Gestão Pública Municipal

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015 CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

**QUINTO CHAMAMENTO PARA MAGISTERIO PARA O CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**

QUINTO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;

De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/2012 atualizada;

Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/12;

Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada;

- Considerando a solicitação apresentada pela Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, dando conta de que no quarto chamamento não houve profissionais com interesse na vaga de 40 horas semanais, para o cargo de Professor na área de Literatura.

- Considerando a justificativa da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, informando a possibilidade de haver candidatos classificados no Processo seletivo Simplificado 001/2014, com interesse nas vagas, em um plano de 20 horas semanais, na área da Literatura, em razão de que os profissionais classificados já atuam como professor com a carga horária de 20 horas semanais.

- Considerando o Edital 008/2015, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014;

- Considerando, a necessidade de suprir temporariamente vaga remanescente e excedente, em face de imperiosa necessidade de continuidade do serviço público, ante a sua imprevisibilidade, inclusive nos casos de substituição de professores designados para direção ou assessoramento de escolas municipais;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;

- Considerando Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município e o Ministério Público da Comarca de São Domingos SC.

**REALIZA CHAMAMENTO:**

De candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2014, de 05 de novembro de 2014, Magistério Público do Município de São Domingos (SC) e o Edital de homologação do resultado de classificação nº 008, de 30/01/2015, sendo:

1. De acordo com o acima mencionado, fica aberta vagas, para a admissão de professor em caráter temporário (ACT) sendo:

02 (duas) vagas no cargo de Professor de Educação Infantil: (20 horas) durante o ano letivo de 2015.

1.1 Do Chamamento e demais disposições:

1.1.1. Chamamento: Conforme ordem de classificação;

1.1.2. Dia da Chamada: 09 de abril de 2015 - quinta- feira;

1.1.3. Horário da Chamada: 08:30 horas;

1.1.4. Local da Chamada: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes de São Domingos;

1.1.5. Vencimento: Conforme lei municipal;

Vagas: 02 (duas) vagas no cargo de Professor de Educação Infantil: (20 horas) durante o ano letivo de 2015.

2. A área de atuação: Professor de Educação Infantil.

2.1.1. Observação: Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará os Setores de Pessoal e de Administração para as providências cabíveis.

1.2 Fica estabelecida até a data de 15 de abril de 2015, quarta-feira até as 17h 30m, para a apresentação no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,
  - Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;
  - Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,
  - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,
  - Título de Eleitor e do voto na última eleição,
  - Cadastro de Pessoa Física (CPF),
  - Numero de Inscrição no PIS/PASEP,
  - Cédula de Identidade,
  - 01 foto 3x4 recente,
  - Número da Conta Bancária,
  - Comprovante de escolaridade e habilitação na área,
  - Endereço Oficial e Dados Pessoais,
  - Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,
  - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
  - Comprovante de Escolaridade e Habilitação;
  - Comprovante de Residência com data atualizada de até 60 dias;
  - Alvará de folha corrida judicial para fins empregatícios, fornecido pelo foro da Cidade;
  - Certidão de Quitação Eleitoral, fornecida pelo Cartório Eleitoral;
  - Certificado Reservista;
  - Declaração de Bens;
  - Demais documentos, que o Setor de Pessoal julgar necessário;
- 1.3 Fica estabelecido que o início das atividades será até o dia 16 de abril de 2015, quinta-feira, no horário e local de trabalho conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
- 1.4 Quanto aos prazos de admissão, estes são os estabelecidos

pela Lei Complementar Municipal nº 043, de 26/07/12, conforme o caso e no artigo 51 da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 02 de abril de 2015  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

## **RESCISÃO CONTRATO CRAS CASSIANA**

DADOS DA RESCISÃO AMIGÁVEL

DATA: 16 DE FEVEREIRO DE 2015

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2014  
VALOR DA RESCISÃO: R\$ 1.350,00 (MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) MENSAIS, TOTALIZANDO R\$ 16.200,00 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS REAIS)

DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

CNPJ n. 83.009.894/0001-08

Contratada: Cassiana Angela Bigolin Squissardi

CPF n. 058.537.819-36

Fundamento Legal da Rescisão: artigo 79 da Lei n. 8.666/93

## **RESOLUÇÃO COMISSÃO ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR 001**

RESOLUÇÃO 001/2015

Dispõe sobre a comissão especial que irá realizar o processo de escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar do município de São Domingos, SC, gestão 2016/2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de São Domingos SC, instituído pela Lei nº 1.594/2009, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90(ECA).

RESOLVE:

Art. 1º. Publicar a nominata da comissão especial que fará e acompanhará o processo de escolha do conselho tutelar, gestão 2016/2020:

Conselheiros membros da Sociedade Civil

1. Rosi Marmentini Scheffer - Representante da APAE;

2. Cristiane Teixeira - Representante do CDL.

Conselheiros membros do Governo Municipal

1. Cristiane Ansolin - Representante da Secretaria de Assistência Social;

2. Edizangela Comachio - Representante da Secretaria de Saúde.

Art. 2º. - São atribuições da comissão especial, de acordo com a resolução 170/2014 do CONANDA:

1º. Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

2º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

3º. Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

4º. Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

5º. Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - Obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como, elaborar o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade.

Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que votação seja feita manualmente.

V - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, caso a eleição ocorra com urnas comuns;

VI - escolher e divulgar os locais do processo de escolha, garantindo que seja realizado em locais públicos de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade;

VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha.

VIII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

IX - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

X - Notificar o Ministério Público com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

XI - resolver os casos omissos.

Art.3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, SC, 02 de abril de 2015.

Rosi Marmentini Scheffer

Presidente do Conselho Municipal dos  
Direitos da Criança e do Adolescente

## São João do Oeste

### PREFEITURA

#### **CREDENCIAMENTO 07.15**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 07.2015. Proc. Licit. 057/2015. Edital de Chamamento Público para Credenciamento. Credenciamento: a partir do dia 08 de abril de 2015 até 08 de maio de 2015.

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

Vigência: até 31.07.2015 - contados a partir do credenciamento. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 02 de abril de 2.015.

SÉRGIO LUIS THEISEN  
PREFEITO MUNICIPAL.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **DECRETO Nº 5.057, DE 02 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 5.057, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a Resolução nº 166, de 05 de junho de 2014, do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que dispõe sobre a convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as alterações trazidas pela Resolução nº 172, de 04 de dezembro de 2014, emitida pelo mesmo órgão colegiado;

CONSIDERANDO a necessidade de mobilizar a sociedade para a discussão do tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes", com a finalidade de fortalecer os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com os seguintes objetivos:

I - sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

III - fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentre outros, destinados à infância e à adolescência;

IV - propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; e

V - articular os atores do sistema de garantia de direitos para participarem da elaboração e implementação do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º O evento terá como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente", discutido em cinco eixos orientadores, a saber:

I - promoção dos direitos;

II - proteção e defesa dos direitos;

III - participação de crianças e adolescentes;

IV - controle social da efetivação dos direitos;

V - gestão da política nos três níveis de governo.

Art. 3º A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 23 de abril de 2015, das 13h30min às 17h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, situada na rua Duque de Caxias, nº 522, centro de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 4º A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá uma Comissão Organizadora, com a seguinte composição:



I - representantes da sociedade civil:

- a) Claita Cristina Malossi Iecker, presidente do CMDCA;
- b) Magda Lorenzon Lazon, secretária do CMDCA.

II - representantes de órgãos públicos municipais:

- a) Josiane Sette, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 1699/04 e tesoureira do CMDCA;
- b) Marlete de Fátima Bandeira, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, matrícula nº 3000/94;
- c) Oneide Fátima Galiuzzi Etges, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Apoio a Programas Sociais, matrícula nº 3149/01.

III - representantes dos adolescentes:

- a) Guilherme de Souza;
- b) Andrei Motta.

§ 1º A Comissão Organizadora será coordenada pela presidente do CMDCA, membro representante da sociedade civil.

§ 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão Organizadora, nomeada na forma do caput deste artigo, não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 5º A Comissão Organizadora poderá contar com colaboradores eventuais, para auxiliar na X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Considera-se como colaboradores eventuais os conselheiros; as instituições e órgãos governamentais e da sociedade civil; bem como consultores e convidados.

Art. 6º A Comissão Organizadora da Conferência de que trata o presente Decreto deverá promover todas as atividades necessárias à sua realização, especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 7º A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será desenvolvida em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente) e pelo CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

### **EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 001, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 1.559, de 16 de dezembro de 2005, suas alterações posteriores, dispositivos concernentes à doação com encargos no Código Civil e Contrato nº 217, de 25 de novembro de 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e Sr. João Felipe Algayer, inscrito no CPF sob o nº 616.842.442-34.

Objeto: Rescisão da doação realizada por intermédio do Contrato nº 217, de 25 de novembro de 2010, com a imediata restituição do bem doado, que se trata do Lote Urbano nº 10, da Quadra "E", com área superficial de quatro mil, duzentos e doze vírgula noventa e três metros quadrados (4.212,93 m²), sem benfeitorias, de matrícula nº 14.027, do Cartório de Registro de Imóveis local, situado no Condomínio Industrial Efaislo, na SC 468, ao patrimônio

do Município de São Lourenço do Oeste/SC.

Data da Assinatura: 25/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Município e João Felipe Algayer - Donatário.

### **EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 005, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 005, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.202, de 06 de março de 2015.

Doador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Donatária: Associação De Desenvolvimento Do Distrito De São Roque, CNPJ nº 03.151.088/0001-30.

Objeto: Doação de 01 (uma) Colhedora Forrageira Pecu, 9004, Geração 4, com registro patrimonial nº 7157, avaliada no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Data da assinatura: 10 de março de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo Doador e Ivalzir Moreto - pela Donatária.

### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 001/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 001/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Clarice de Quadros Nogueira, CPF nº 077.684.989-17.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RPNX, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16958, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Clarice de Quadros Nogueira - servidor(a) público(a) municipal.

### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 002/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 002/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Dorcas Queren Hapunque de Brites, CPF nº 046.543.709-51.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VAVD, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16970, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.



Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Dorcas Queren Hapuque de Brites - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 003/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 003/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Ivanir D'Ávila Tonial, CPF sob nº 899.046.059-04.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RQ0A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16961, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivanir D'Ávila Tonial - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 004/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 004/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Janete Conci Mella, CPF sob nº 001.019.849-01.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QXLV, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16969, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Janete Conci Mella - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 005/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 005/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Marcelo Correa, CPF nº 160.902.728-09.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QLDT,, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16959, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Marcelo Correa - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 006/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 006/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Neuza Cividini, CPF nº 729.875.889-68.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QJCR, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16960, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Neuza Cividini - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 007/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 007/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Renata Muraro, CPF nº 065.087.189-83.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VJYP, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16965, com as configurações descritas na

cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Renata Muraro - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 008/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 008/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Adriana Paiano Furlanetto, CPF nº 057.149.919-82.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RPJP, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16968, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriana Paiano Furlanetto - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 009/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 009/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Elaine Maria Ranzan Lasarotto, CPF nº 015.152.799-79.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VQAM, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16972, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Elaine Maria Ranzan Lasarotto - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 010/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 010/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Marcelo Menegus, CPF nº 066.188.759-60.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800R00Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16967, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Marcelo Menegus - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 011/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 011/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Marení Xavier da Silva, CPF nº 775.824.549-87.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QRGH, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16964, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Marení Xavier da Silva - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 012/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 012/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Nilce Maria Garbin, CPF nº 702.141.829-91.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RLAW, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16971, com as configurações descritas na

cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Nilce Maria Garbin - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 013/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 013/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Rejane Trombeta Cividini, CPF nº 905.269.539-34.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QKTL, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16966, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Rejane Trombeta Cividini - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 014/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 014/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Roberta Buratto Bottega, CPF nº 037.864.899-39.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QMPH, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16962, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Roberta Buratto Bottega - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 015/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 015/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal: Veroni Castanheira, CPF nº 008.133.779-51.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QKBE, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16963, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Veroni Castanheira - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 016/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 016/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Alice Lazaretti dos Santos, CPF nº 734.189.519-53.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800MTGA, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16973, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Alice Lazaretti dos Santos - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 017/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 017/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Cristiane Deon, CPF nº 057.298.289-50.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VBHT, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16974, com as configurações descritas na



cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Cristiane Deon - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 018/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 018/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Elisete Fatima Robetti, CPF nº 026.396.959-24.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VGBL, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16982, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Elisete Fatima Robetti - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 019/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 019/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Ivani Kunzler do Prado, CPF nº 753.855.209-00.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VEQL, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16975, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivani Kunzler do Prado - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 020/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 020/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Jueli Primon Borges, CPF nº 875.550.269-53.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QYCK, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16976, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Jueli Primon Borges - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 021/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 021/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Luciane de Fátima dos Santos Borges, CPF nº 354.322.268-63.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RLVY, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16983, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Luciane de Fátima dos Santos Borges - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 022/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 022/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Maria Emilia Bernardi, CPF nº 589.628.089-00.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RDRM, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16987, com as configurações descritas na

cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Emilia Bernardi - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 023/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 023/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Neiva de Lourdes Gava de Camargo, CPF nº 814.565.819-53.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QQVF, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16977, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Neiva de Lourdes Gava de Camargo - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 024/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 024/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Sandra Bamberg, CPF nº 052.686.339-00.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RJHH, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16986, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Sandra Bamberg - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 025/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 025/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Silvana Cesario Melo, CPF nº 050.269.869-19.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800R7PY, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16981, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Silvana Cesario Melo - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 026/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 026/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Valéria Goulart Barbosa, CPF nº 067.949.799-42.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800RNCJ, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16988, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Valéria Goulart Barbosa - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 027/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 027/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Rosmari dos Santos, CPF nº 051.732.229-30.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QHRB, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16980, com as configurações descritas na



cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosmari dos Santos - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 028/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 028/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Marcia Giroto Maffessoni, CPF nº 022.309.249-58.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800VETT, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16979, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Marcia Giroto Maffessoni - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 029/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 029/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Elizandra da Silva, CPF nº 069.655.629-43.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QS4R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16985, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Elizandra da Silva - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 030/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 030/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Charles Renoverson Bachinski, CPF nº 041.960.269-07.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QNLF, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16984, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Charles Renoverson Bachinski - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 031/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 031/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e o(a) servidor(a) municipal: Rosangela Soares dos Santos, CPF nº 042.254.849-98.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QKWT, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16978, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso

PREFEITO Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosangela Soares dos Santos - servidor(a) público(a) municipal.

#### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 032/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 032, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste - SC, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, e o(a) servidor(a) público(a) municipal, Sr(a). Marta

Maria Carvalho, brasileira, casada, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, com matrícula nº 3030/01, portadora da Cédula de Identidade nº 40945723, inscrita no CPF sob nº 049.343.749-57, residente e domiciliado(a) na rua Valentina Muraro Lazzarotto, nº 60, bairro Cruzeiro, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato denominado USUÁRIO, têm entre si justo e acertado, com base nos artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, o presente Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I.1 - O presente Termo tem como objeto a transferência, pelo MUNICÍPIO de São Lourenço do Oeste ao USUÁRIO, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ-2F800R9GD, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16990, com as seguintes configurações:

I.1.1 - modelo: Galaxy Tab 3 Lite Wi-fi, SM-T110;

I.1.2 - cor: preto;

I.1.3 - memória: RAM com 1GB e ROM com 8GB, com suporte para memória externa Micro SD (até 32GB);

I.1.4 - câmera: resolução de gravação de vídeo de VGA (640 x 480)@24fps, câmera principal com resolução: CMOS, 2.0 MP;

I.1.5 - bateria: capacidade padrão de 3600mAh, tempo de uso de internet (Wi-Fi) de até 09 horas, tempo de reprodução de vídeo de até 08 horas e tempo de reprodução de áudio de até 200 horas;

I.1.6 - áudio e vídeo: formatos de reprodução de vídeo: FLV, M4V, MKV, MP4,

WEBM, WMV, 3G2, 3GP, ASF, AVI, com resolução de reprodução de vídeo: FHD (1920 x 1080), @30fps, e formatos de reprodução de áudio: 3GA, AWB, FLAC, MID, MXMF, OGA, OTA, RTX, RTTTL, XMF, AAC, AMR, IMY, M4A, MIDI, MP3, OGG, WAV, WMA;

I.1.7 - sistema operacional: Android;

I.1.8 - processador: velocidade de 1.2GHz, dual-core;

I.1.9 - tela: tecnologia TFT, tela principal com tamanho de 7.0" (178.0 mm), resolução de 1024 x 600 (WSVGA) e profundidade de cor de 16M;

I.1.10 - serviços e aplicativos: S-Voice;

I.1.11 - sensores: acelerômetro;

I.1.12 - conectividade: Wi-Fi 802.11 b/g/n 2.4GHz, versão do USB: 2.0, tecnologia de localização: GPS, glonass, entrada de fone: 3.5mm, stereo, suporte a DLNA, versão do Bluetooth: v4.0, perfis bluetooth: A2DP, AVRCP, HSP, OPP, SPP, HID, PAN;

I.1.13 - peso: 310 g;

I.1.14 - dimensões (AxLxP): 193.4 x 116.4 x 9.7mm.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

II.1 - O tempo de uso do objeto de que trata o presente termo, contará a partir da data da sua assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO USO

III.1 - O uso do bem, objeto deste termo, será feito de forma gratuita.

III.2 - O bem, objeto do presente termo, será utilizado exclusivamente no exercício das atribuições do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, com o objetivo de otimizar os trabalhos de captação e atualização de dados cadastrais dos munícipes, enviando estas informações para as Unidades Básicas de Saúde locais.

III.3 - A Gerência de Tecnologia da Informação ou empresa contratada por intermédio de processo licitatório ficará responsável pela instalação ou desinstalação de softwares no equipamento, objeto deste termo, de acordo com a relação proposta pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo inteiramente proibido ao Usuário a instalação de outros softwares no mesmo.

Parágrafo único. Caso o Usuário não cumpra com o estabelecido na cláusula acima, e em decorrência disto ocorrer interrupção do bom funcionamento do equipamento, o Usuário será responsabilizado pelos danos causados, ficando, às suas custas, o seu conserto.

III.4 - O Usuário deverá utilizar o bem, objeto deste, como instrumento para incremento na qualidade da sua prestação de serviços à saúde pública municipal, evitando desvirtuar seu uso.

III.5 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar o uso do equipamento cedido ao Usuário a qualquer tempo, a fim de se verificar a regular utilização e conservação do mesmo.

III.6 - O Usuário responsabiliza-se em zelar pela integridade do bem que estará sob sua guarda, sob pena de responder penal, civil e administrativamente, na hipótese de causar lesão ao patrimônio público.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO E GUARDA

IV.1 - O Usuário está obrigado a comunicar a Gerência de Tecnologia da Informação, sempre que necessária a manutenção técnica do bem cedido, bem como os eventuais defeitos encontrados, sendo que o conserto dos mesmos deve ser realizado exclusivamente pela equipe especializada de informática do município de São Lourenço do Oeste - SC.

IV.2 - As despesas com a manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade do Município, desde que, caso os equipamentos contenham lacre de segurança, estes não tenham sido violados, bem como que o Usuário esteja cumprindo com o disposto neste Termo. Os lacres de garantia, caso existentes, jamais deverão ser removidos, caso sejam, qualquer peça necessária para uma correção de problema será cobrada do Usuário.

IV.3 - O Usuário assume total responsabilidade pela conservação e guarda do bem, sendo que, na hipótese de perda, roubo do equipamento, má conservação, deterioração do mesmo, por dolo ou culpa, o Usuário sofrerá as penalidades legais, sendo responsabilizado pelas despesas que serão calculadas com valor de mercado.

IV.3.1 - Em caso de perda ou roubo, o Usuário deverá informar imediatamente a Gerência de Tecnologia da Informação do Município sobre o ocorrido, comprovando o fato através de apresentação de Boletim de Ocorrência - BO.

IV.4 - Somente a Gerência de Tecnologia da Informação ou empresa autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde poderá instalar softwares, sendo que não será permitida a instalação de softwares particulares, independentemente da finalidade.

IV.4.1 - Caso ocorra a instalação, pelo Usuário, de algum software, sem a aprovação da Gerência de Tecnologia da Informação ou da Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo será totalmente responsável pelo licenciamento e os dados contidos neste software.

IV.4.2 - Se ocorrer multa por falta de licença de software instalado, sem a autorização da Gerência de Tecnologia da Informação ou da Secretaria Municipal de Saúde, o Usuário será totalmente responsável pela multa, sendo obrigado ao pagamento.

IV.5 - Qualquer manutenção será de responsabilidade da Gerência de Tecnologia da Informação, sendo proibida a manutenção prestada por empresa, sem prévia aprovação da Gerência.

IV.6 - É de responsabilidade do Usuário manter e salvar os arquivos no servidor que está caracterizado pela unidade de disco "G", sendo que quaisquer dados contidos fora desta unidade serão de responsabilidade do Usuário. A assistência técnica somente gerará backups de arquivos na unidade do servidor "G". É de inteira responsabilidade do Usuário realizar backups, ou seja, cópias, frequentes dos dados armazenados no bem objeto deste, a fim de evitar perdas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO

V.1 - A extinção da responsabilidade do Usuário pelo presente Termo dar-se-á com a devolução do bem, nas seguintes hipóteses:

V.1.1 - afastamentos em virtude de exercício de cargo em comissão ou equivalente, bem como desempenho de mandato eletivo

em qualquer das Unidades da Federação e convocação para o serviço militar;

V.1.2 - licença para tratamento de interesses particulares, desempenho de mandato classista, ou para concorrer a mandato eletivo político;

V.1.3 - demissão ou exoneração;

V.1.4 - cedência para outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta;

V.1.5 - remoção;

V.1.6 - recondução;

V.1.7 - aposentadoria;

V.1.8 - readaptação em outro cargo público;

V.1.9 - falecimento do Usuário;

V.1.10 - sempre que o Poder Público solicitar o encerramento do Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO

VI.1 - O Usuário deverá devolver o bem ao Município, quando for por este solicitado, nas mesmas condições em que estava quando o recebeu, observando o desgaste natural, nos termos do artigo 582 do Código Civil, respondendo por eventuais danos ou prejuízos causados.

Parágrafo único. A devolução do bem dar-se-á no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação para devolução, exceto no caso de exoneração ou demissão, quando o servidor deverá entregar o bem de imediato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA INTRANSFERIBILIDADE

VII.1 - O presente Termo de Responsabilidade de Uso do Bem Público é intransferível.

#### CLAUSULA OITAVA - DO FUNDAMENTO LEGAL

VIII.1 - Este Termo tem amparo legal no inciso VIII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e na Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

#### CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO E DA REVOGAÇÃO ANTECIPADA

IX.1 - A violação de qualquer das condições estipuladas neste Termo ou por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, implicará na extinção ou revogação imediata do presente Termo de Responsabilidade de Uso do Bem Público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

X.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultante do presente Termo de Responsabilidade.

E, por estarem assim justos e acordes, assinam o presente Termo de 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de março de 2015.

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 033/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 033, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste - SC, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, e o(a) servidor(a) público(a) municipal, Sr(a). Ediane Ecker, brasileira, casada, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, com matrícula nº 2007/01, portadora da Cédula de Identidade nº 4.552.888, inscrita no CPF sob nº 050.673.969-46, residente e domiciliado(a) na rua Arthur Francisco Fergutz, nº 420, bairro Santa Catarina, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato denominado USUÁRIO, têm entre si justo e acertado, com base nos artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, o presente Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I.1 - O presente Termo tem como objeto a transferência, pelo MUNICÍPIO de São Lourenço do Oeste ao USUÁRIO, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800V79K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16989, com as seguintes configurações:

I.1.1 - modelo: Galaxy Tab 3 Lite Wi-fi, SM-T110;

I.1.2 - cor: preto;

I.1.3 - memória: RAM com 1GB e ROM com 8GB, com suporte para memória externa Micro SD (até 32GB);

I.1.4 - câmera: resolução de gravação de vídeo de VGA (640 x 480)@24fps, câmera principal com resolução: CMOS, 2.0 MP;

I.1.5 - bateria: capacidade padrão de 3600mAh, tempo de uso de internet (Wi-Fi) de até 09 horas, tempo de reprodução de vídeo de até 08 horas e tempo de reprodução de áudio de até 200 horas;

I.1.6 - áudio e vídeo: formatos de reprodução de vídeo: FLV, M4V, MKV, MP4,

WEBM, WMV, 3G2, 3GP, ASF, AVI, com resolução de reprodução de vídeo: FHD (1920 x 1080), @30fps, e formatos de reprodução de áudio: 3GA, AWB, FLAC, MID, MXMF, OGA, OTA, RTX, RTTTL, XMF, AAC, AMR, IMY, M4A, MIDI, MP3, OGG, WAV, WMA;

I.1.7 - sistema operacional: Android;

I.1.8 - processador: velocidade de 1.2GHz, dual-core;

I.1.9 - tela: tecnologia TFT, tela principal com tamanho de 7.0" (178.0 mm), resolução de 1024 x 600 (WSVGA) e profundidade de cor de 16M;

I.1.10 - serviços e aplicativos: S-Voice;

I.1.11 - sensores: acelerômetro;

I.1.12 - conectividade: Wi-Fi 802.11 b/g/n 2.4GHz, versão do USB: 2.0, tecnologia de localização: GPS, glonass, entrada de fone: 3.5mm, stereo, suporte a DLNA, versão do Bluetooth: v4.0, perfis bluetooth: A2DP, AVRCP, HSP, OPP, SPP, HID, PAN;

I.1.13 - peso: 310 g;

I.1.14 - dimensões (AxLxP): 193.4 x 116.4 x 9.7mm.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

II.1 - O tempo de uso do objeto de que trata o presente termo, contará a partir da data da sua assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DO USO**

III.1 - O uso do bem, objeto deste termo, será feito de forma gratuita.

III.2 - O bem, objeto do presente termo, será utilizado exclusivamente no exercício das atribuições do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, com o objetivo de otimizar os trabalhos de captação e atualização de dados cadastrais dos municípios, enviando estas informações para as Unidades Básicas de Saúde locais.

III.3 - A Gerência de Tecnologia da Informação ou empresa contratada por intermédio de processo licitatório ficará responsável pela instalação ou desinstalação de softwares no equipamento, objeto deste termo, de acordo com a relação proposta pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo inteiramente proibido ao Usuário a instalação de outros softwares no mesmo.

Parágrafo único. Caso o Usuário não cumpra com o estabelecido na cláusula acima, e em decorrência disto ocorrer interrupção do bom funcionamento do equipamento, o Usuário será responsabilizado pelos danos causados, ficando, às suas custas, o seu conserto.

III.4 - O Usuário deverá utilizar o bem, objeto deste, como instrumento para incremento na qualidade da sua prestação de serviços à saúde pública municipal, evitando desvirtuar seu uso.

III.5 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar o uso do equipamento cedido ao Usuário a qualquer tempo, a fim de se verificar a regular utilização e conservação do mesmo.

III.6 - O Usuário responsabiliza-se em zelar pela integridade do bem que estará sob sua guarda, sob pena de responder penal, civil e administrativamente, na hipótese de causar lesão ao patrimônio público.

**CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO E GUARDA**

IV.1 - O Usuário está obrigado a comunicar a Gerência de Tecnologia da Informação, sempre que necessária a manutenção técnica do bem cedido, bem como os eventuais defeitos encontrados, sendo que o conserto dos mesmos deve ser realizado exclusivamente pela equipe especializada de informática do município de São Lourenço do Oeste - SC.

IV.2 - As despesas com a manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade do Município, desde que, caso os equipamentos contenham lacre de segurança, estes não tenham sido violados, bem como que o Usuário esteja cumprindo com o disposto neste Termo. Os lacres de garantia, caso existentes, jamais deverão ser removidos, caso sejam, qualquer peça necessária para uma correção de problema será cobrada do Usuário.

IV.3 - O Usuário assume total responsabilidade pela conservação e guarda do bem, sendo que, na hipótese de perda, roubo do equipamento, má conservação, deterioração do mesmo, por dolo ou culpa, o Usuário sofrerá as penalidades legais, sendo responsabilizado pelas despesas que serão calculadas com valor de mercado.

IV.3.1 - Em caso de perda ou roubo, o Usuário deverá informar imediatamente a Gerência de Tecnologia da Informação do Município sobre o ocorrido, comprovando o fato através de apresentação de Boletim de Ocorrência - BO.

IV.4 - Somente a Gerência de Tecnologia da Informação ou empresa autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde poderá instalar softwares, sendo que não será permitida a instalação de softwares particulares, independentemente da finalidade.

IV.4.1 - Caso ocorra a instalação, pelo Usuário, de algum software, sem a aprovação da Gerência de Tecnologia da Informação ou da Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo será totalmente responsável pelo licenciamento e os dados contidos neste software.

IV.4.2 - Se ocorrer multa por falta de licença de software instalado, sem a autorização da Gerência de Tecnologia da Informação ou da Secretaria Municipal de Saúde, o Usuário será totalmente responsável pela multa, sendo obrigado ao pagamento.

IV.5 - Qualquer manutenção será de responsabilidade da Gerência de Tecnologia da Informação, sendo proibida a manutenção prestada por empresa, sem prévia aprovação da Gerência.

IV.6 - É de responsabilidade do Usuário manter e salvar os arquivos no servidor que está caracterizado pela unidade de disco "G", sendo que quaisquer dados contidos fora desta unidade serão de responsabilidade do Usuário. A assistência técnica somente gerará backups de arquivos na unidade do servidor "G". É de inteira responsabilidade do Usuário realizar backups, ou seja, cópias, frequentes dos dados armazenados no bem objeto deste, a fim de evitar perdas.

**CLÁUSULA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO**

V.1 - A extinção da responsabilidade do Usuário pelo presente Termo dar-se-á com a devolução do bem, nas seguintes hipóteses:

V.1.1 - afastamentos em virtude de exercício de cargo em comissão ou equivalente, bem como desempenho de mandato eletivo em qualquer das Unidades da Federação e convocação para o serviço militar;

V.1.2 - licença para tratamento de interesses particulares, desempenho de mandato classista, ou para concorrer a mandato eletivo político;

V.1.3 - demissão ou exoneração;

V.1.4 - cedência para outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta;

V.1.5 - remoção;

V.1.6 - recondução;

V.1.7 - aposentadoria;

V.1.8 - readaptação em outro cargo público;

V.1.9 - falecimento do Usuário;

V.1.10 - sempre que o Poder Público solicitar o encerramento do Termo.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO**

VI.1 - O Usuário deverá devolver o bem ao Município, quando for por este solicitado, nas mesmas condições em que estava quando o recebeu, observando o desgaste natural, nos termos do artigo 582 do Código Civil, respondendo por eventuais danos ou prejuízos causados.

Parágrafo único. A devolução do bem dar-se-á no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação para devolução, exceto no caso de exoneração ou demissão, quando o servidor deverá entregar o bem de imediato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA INTRANSFERIBILIDADE**

VII.1 - O presente Termo de Responsabilidade de Uso do Bem Público é intransferível.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

VIII.1 - Este Termo tem amparo legal no inciso VIII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e na Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

**CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO E DA REVOGAÇÃO ANTECIPADA**

IX.1 - A violação de qualquer das condições estipuladas neste Termo ou por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, implicará na extinção ou revogação imediata do presente Termo de Responsabilidade de Uso do Bem Público.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

X.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultante do presente Termo de Responsabilidade.

E, por estarem assim justos e acordes, assinam o presente Termo de 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de março de 2015.

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### **EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 034/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 034, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste - SC, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, o Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste - SC, e o(a) servidor(a) público(a) municipal, Sr(a). Daniella Françozi, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, com matrícula nº 1256/01, portadora da Cédula de Identidade nº 2857757, inscrita no CPF sob nº 899.145.899-87, residente e domiciliado(a) na rua Glírio Rezzieri, nº 1198, bairro Perpétuo Socorro, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, neste ato denominado USUÁRIO, têm entre si justo e acertado, com base nos artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, o presente Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I.1 - O presente Termo tem como objeto a transferência, pelo MUNICÍPIO de São Lourenço do Oeste ao USUÁRIO, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ-2F800R0SW, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16991, com as seguintes configurações:

I.1.1 - modelo: Galaxy Tab 3 Lite Wi-fi, SM-T110;

I.1.2 - cor: preto;

I.1.3 - memória: RAM com 1GB e ROM com 8GB, com suporte para memória externa Micro SD (até 32GB);

I.1.4 - câmera: resolução de gravação de vídeo de VGA (640 x 480)@24fps, câmera principal com resolução: CMOS, 2.0 MP;

I.1.5 - bateria: capacidade padrão de 3600mAh, tempo de uso de internet (Wi-Fi) de até 09 horas, tempo de reprodução de vídeo de até 08 horas e tempo de reprodução de áudio de até 200 horas;

I.1.6 - áudio e vídeo: formatos de reprodução de vídeo: FLV, M4V, MKV, MP4,

WEBM, WMV, 3G2, 3GP, ASF, AVI, com resolução de reprodução de vídeo: FHD (1920 x 1080), @30fps, e formatos de reprodução de áudio: 3GA, AWB, FLAC, MID, MXMF, OGA, OTA, RTX, RTTTL, XMF, AAC, AMR, IMY, M4A, MIDI, MP3, OGG, WAV, WMA;

I.1.7 - sistema operacional: Android;

I.1.8 - processador: velocidade de 1.2GHz, dual-core;

I.1.9 - tela: tecnologia TFT, tela principal com tamanho de 7.0" (178.0 mm), resolução de 1024 x 600 (WSVGA) e profundidade de cor de 16M;

I.1.10 - serviços e aplicativos: S-Voice;

I.1.11 - sensores: acelerômetro;

I.1.12 - conectividade: Wi-Fi 802.11 b/g/n 2.4GHz, versão do USB: 2.0, tecnologia de localização: GPS, glonass, entrada de fone: 3.5mm, stereo, suporte a DLNA, versão do Bluetooth: v4.0, perfis bluetooth: A2DP, AVRCP, HSP, OPP, SPP, HID, PAN;

I.1.13 - peso: 310 g;

I.1.14 - dimensões (AxLxP): 193.4 x 116.4 x 9.7mm.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

II.1 - O tempo de uso do objeto de que trata o presente termo, contará a partir da data da sua assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO USO**

III.1 - O uso do bem, objeto deste termo, será feito de forma gratuita.

III.2 - O bem, objeto do presente termo, será utilizado exclusivamente no exercício das atribuições do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias, com o objetivo de otimizar os trabalhos de captação e atualização de dados cadastrais dos munícipes, enviando estas informações para as Unidades Básicas de Saúde locais.

III.3 - A Gerência de Tecnologia da Informação ou empresa contratada por intermédio de processo licitatório ficará responsável pela instalação ou desinstalação de softwares no equipamento, objeto deste termo, de acordo com a relação proposta pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo inteiramente proibido ao Usuário a instalação de outros softwares no mesmo.

Parágrafo único. Caso o Usuário não cumpra com o estabelecido na cláusula acima, e em decorrência disto ocorrer interrupção do bom funcionamento do equipamento, o Usuário será responsabilizado pelos danos causados, ficando, às suas custas, o seu conserto.

III.4 - O Usuário deverá utilizar o bem, objeto deste, como instrumento para incremento na qualidade da sua prestação de serviços à saúde pública municipal, evitando desvirtuar seu uso.

III.5 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar o uso do equipamento cedido ao Usuário a qualquer tempo, a fim de se verificar a regular utilização e conservação do mesmo.

III.6 - O Usuário responsabiliza-se em zelar pela integridade do bem que estará sob sua guarda, sob pena de responder penal, civil e administrativamente, na hipótese de causar lesão ao patrimônio público.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO E GUARDA**

IV.1 - O Usuário está obrigado a comunicar a Gerência de Tecnologia da Informação, sempre que necessária a manutenção técnica do bem cedido, bem como os eventuais defeitos encontrados, sendo que o conserto dos mesmos deve ser realizado exclusivamente pela equipe especializada de informática do município de São Lourenço do Oeste - SC.

IV.2 - As despesas com a manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade do Município, desde que, caso os equipamentos contenham lacre de segurança, estes não tenham sido violados, bem como que o Usuário esteja cumprindo com o disposto neste Termo. Os lacres de garantia, caso existentes, jamais deverão ser removidos, caso sejam, qualquer peça necessária para uma correção de problema será cobrada do Usuário.

IV.3 - O Usuário assume total responsabilidade pela conservação e guarda do bem, sendo que, na hipótese de perda, roubo do equipamento, má conservação, deterioração do mesmo, por dolo ou culpa, o Usuário sofrerá as penalidades legais, sendo responsabilizado pelas despesas que serão calculadas com valor de mercado.

IV.3.1 - Em caso de perda ou roubo, o Usuário deverá informar imediatamente a Gerência de Tecnologia da Informação do Município sobre o ocorrido, comprovando o fato através de apresentação de Boletim de Ocorrência - BO.

IV.4 - Somente a Gerência de Tecnologia da Informação ou empresa autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde poderá instalar softwares, sendo que não será permitida a instalação de softwares particulares, independentemente da finalidade.

IV.4.1 - Caso ocorra a instalação, pelo Usuário, de algum software, sem a aprovação da Gerência de Tecnologia da Informação ou da Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo será totalmente responsável pelo licenciamento e os dados contidos neste software.



IV.4.2 - Se ocorrer multa por falta de licença de software instalado, sem a autorização da Gerência de Tecnologia da Informação ou da Secretaria Municipal de Saúde, o Usuário será totalmente responsável pela multa, sendo obrigado ao pagamento.

IV.5 - Qualquer manutenção será de responsabilidade da Gerência de Tecnologia da Informação, sendo proibida a manutenção prestada por empresa, sem prévia aprovação da Gerência.

IV.6 - É de responsabilidade do Usuário manter e salvar os arquivos no servidor que está caracterizado pela unidade de disco "G", sendo que quaisquer dados contidos fora desta unidade serão de responsabilidade do Usuário. A assistência técnica somente gerará backups de arquivos na unidade do servidor "G". É de inteira responsabilidade do Usuário realizar backups, ou seja, cópias, frequentes dos dados armazenados no bem objeto deste, a fim de evitar perdas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO

V.1 - A extinção da responsabilidade do Usuário pelo presente Termo dar-se-á com a devolução do bem, nas seguintes hipóteses:

V.1.1 - afastamentos em virtude de exercício de cargo em comissão ou equivalente, bem como desempenho de mandato eletivo em qualquer das Unidades da Federação e convocação para o serviço militar;

V.1.2 - licença para tratamento de interesses particulares, desempenho de mandato classista, ou para concorrer a mandato eletivo político;

V.1.3 - demissão ou exoneração;

V.1.4 - cedência para outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta;

V.1.5 - remoção;

V.1.6 - recondução;

V.1.7 - aposentadoria;

V.1.8 - readaptação em outro cargo público;

V.1.9 - falecimento do Usuário;

V.1.10 - sempre que o Poder Público solicitar o encerramento do Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO

VI.1 - O Usuário deverá devolver o bem ao Município, quando for por este solicitado, nas mesmas condições em que estava quando o recebeu, observando o desgaste natural, nos termos do artigo 582 do Código Civil, respondendo por eventuais danos ou prejuízos causados.

Parágrafo único. A devolução do bem dar-se-á no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação para devolução, exceto no caso de exoneração ou demissão, quando o servidor deverá entregar o bem de imediato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA INTRANSFERIBILIDADE

VII.1 - O presente Termo de Responsabilidade de Uso do Bem Público é intransferível.

#### CLAUSULA OITAVA - DO FUNDAMENTO LEGAL

VIII.1 - Este Termo tem amparo legal no inciso VIII, do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e na Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

#### CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO E DA REVOGAÇÃO ANTECIPADA

IX.1 - A violação de qualquer das condições estipuladas neste Termo ou por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, implicará na extinção ou revogação imediata do presente Termo de Responsabilidade de Uso do Bem Público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

X.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou

controvérsias resultante do presente Termo de Responsabilidade. E, por estarem assim justos e acordes, assinam o presente Termo de 03 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de março de 2015.

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 003 de 27 de Março de 2015.

Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste - CMDCA, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações pela Lei nº 2.004, de 23 de maio de 2012; e no Decreto nº 4.891 de junho de 2014 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e pelo seu Regimento Interno, e nos termos da Reunião Ordinária realizada em 10 de março de 2015, registrada em Ata nº 005/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

Considerando as Resoluções n.º 166 e 172/2014 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando as orientações para realização das Conferências - Guia 1 e Guia 2 do CONANDA;

Resolve:

Art. 1º. Convocar ordinariamente a realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem como objetivos:

I - Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

III - Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentre outros, destinados à infância e à adolescência;

IV - Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; e

V - Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estaduais, Distrito Federal e Municipais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º - O evento terá como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente", sendo discutidos em cinco eixos orientadores, a saber: Promoção dos Direitos; Proteção e Defesa dos Direitos; Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da Política nos três níveis de governo.

Art.3º - A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no dia 23 de abril de 2015, das 13h30min às 17h30min na Câmara de Vereadores, situado na Rua Duque de Caxias, nº 522 - Centro, São Lourenço do Oeste - SC.

Art.4º - A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, terá uma Comissão Organizadora com a seguinte composição:

- a) Representante da Sociedade Civil: Claíta Cristina Malossi Iecker - Presidente do CMDCA;
  - b) Representante da Sociedade Civil: Magda Lorenzon Lazon - Secretária do CMDCA;
  - c) Representante de Órgão Público Municipal: Josiane Sette - Tesoureira do CMDCA;
  - d) Representante de Órgão Público Municipal: Marlete de Fátima Bandeira;
  - e) Representante de Órgão Público Municipal: Oneide Fátima Galiazzi Etges;
  - f) Representante dos Adolescentes: .Guilherme de Souza;
  - g) Representante dos Adolescentes: . Andrei Motta;
- Parágrafo único: A Comissão será coordenada pela Presidente do CMDCA

Art. 5º - A Comissão Organizadora poderá contar com colaboradores eventuais, para auxiliar na X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
Parágrafo único. Consideram-se colaboradores eventuais, conselheiros, instituições e órgãos governamentais e da sociedade civil, bem como consultores e convidados.

Art. 6º - A Comissão Organizadora da X Conferência deverá promover todas as atividades necessárias ao cumprimento desta Resolução especialmente nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, além de elaborar a sua programação.

Art. 7º - A X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será desenvolvida em consonância com as diretrizes estabelecidas no Texto Base elaboradas pelo CEDCA e CONANDA.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 27 de março de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker  
Presidente CMDCA/SLO

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 03/2015**

Extrato do Contrato nº 03/2015

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Editora Capital do Noroeste Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa jornalística de abrangência local para divulgação de atos oficiais e demais informações pertinentes a Câmara Municipal de Vereadores, em mídia impressa (jornal impresso) de circulação semanal;

Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais;

Vigência: 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

Data da assinatura: 01 de abril de 2015.

Edu Antonio Borges  
Presidente da Câmara Municipal  
Contratante

Clóvis Vanderlei Consoli  
Editora Capital do Noroeste Ltda - ME  
Contratada

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 04/2015**

Extrato do Contrato nº 04/2015

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Jornal Destaque Regional Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa jornalística de abrangência regional para publicação de atos oficiais, bem como demais informações pertinentes Câmara Municipal de Vereadores, em mídia impressa (jornal impresso) de circulação semanal;

Valor: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais;

Vigência: 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

Data da assinatura: 01 de abril de 2015.

Edu Antonio Borges  
Presidente da Câmara Municipal  
Contratante

Felipe Alípio  
Jornal Destaque Regional Ltda - ME  
Contratada

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 05/2015**

Extrato do Contrato nº 05/2015

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Tivi Portal de Serviços e Informações na Internet Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa com atuação no ramo de portal de notícias e divulgações na rede mundial de computadores - internet, para disponibilização de link de acesso direto ao sítio da Câmara Municipal de Vereadores; publicação de notícias, eventos e demais informações pertinentes às atividades da Câmara Municipal de Vereadores.

Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais;

Vigência: 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

Data da assinatura: 01 de abril de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges  
Presidente da Câmara Municipal  
Contratante

Tivi Portal de Serviços e Informações na Internet Ltda - ME  
Cassio Roberto de Mello  
Contratada

**EXTRATO CONTRATO Nº 06/2015**

Extrato do Contrato nº 06/2015

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Coan e Curioletti Desenvolvimento de Sites Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa com atuação no ramo de portal de notícias e divulgações na rede mundial de computadores - internet, para disponibilização de link de acesso direto ao sítio da Câmara Municipal de Vereadores; publicação de notícias, eventos e demais informações pertinentes às atividades da Câmara Municipal de Vereadores.

Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais;

Vigência: 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015;

Data da assinatura: 01 de abril de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges  
Presidente da Câmara Municipal  
Contratante

Coan e Curioletti Desenvolvimento de Sites Ltda - ME  
Angela Maria Curioletti  
Contratada

**São Miguel do Oeste****PREFEITURA****EXTRATO DO EDITAL Nº 01/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

São Miguel do Oeste/SC

Extrato do Edital Nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificada dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A íntegra do Edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 06 de abril de 2015 na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua John Kennedy, 2136, Bairro São Luiz, São Miguel do Oeste, SC, de segunda à sexta- feira, exceto em feriados, no horário de expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Calendário Oficial:

- 04/04/2015 - publicação do extrato do edital;
- 06/04 a 03/06/2015 - inscrição dos candidatos;
- 12/06/2015 - publicação da relação dos candidatos;
- 15 a 19/06/2015 - prazo para impugnação;
- 29/06 a 03/07/2015 - prazo para manifestação dos candidatos acerca da impugnação;
- 10/07/2015 - apresentação de parecer da Comissão Eleitoral quanto às impugnações;
- 04/10/2015 - eleição - 8h às 17h;
- 04/10/2015 - apuração / divulgação do resultado;
- 10/10/2015 - divulgação oficial na imprensa do resultado das eleições;
- 10/01/2016 - proclamação, nomeação e posse dos eleitos;

São Miguel do Oeste - SC, 02 de abril de 2015.

Daiana Carla Perotto

Presidente CMDCA

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015-FMS**

PROCESSO Nº. 24/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de abril de 2015 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 28 de abril de 2015 às 09h.

Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2015-PMS**

PROCESSO Nº. 63/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de eletromecânica e manutenção em painéis eletroeletrônicos e boosters, para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de abril de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 22 de abril de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2015-PMS**

PROCESSO Nº. 64/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos e motobombas da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de abril de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 23 de abril de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 06 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2015-PMS

PROCESSO Nº. 65/2015-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de abril de 2015 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 27 de abril de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 06 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TERESINHA PEREIRA PACHECO, inscrita no CPF sob nº. 569.542.719-34, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LOHAINE GIULIANE POMMERENING, inscrita no CPF sob nº. 090.646.129-43, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A - ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a SR. ADOLFO HARMEL ALVES, inscrito no CPF sob nº. 079.183.939-70, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - ED. FÍSICA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ENEKELY ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob nº. 080.640.519-83, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,



no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELIANE PEREIRA DE ALMEIDA CAVALHEIRO, inscrita no CPF sob nº. 005.734.299-79, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LILIA KLAUMANN RENKAVESKI, inscrita no CPF sob nº. 005.734.299-79, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MAGALI KUBNIK, inscrita no CPF sob nº. 075.925.279-36, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA APARECIDA DA SILVA FONSECA, inscrita no CPF sob nº. 021.783.509-09, aprovada em 11º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 10 de abril de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 01 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**EDITAL 002/2015 - ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER(SC)**

EDITAL 002/2015 - ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER(SC)

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2.097/2015, torna público o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Schroeder, sendo que dos 05 (cinco) membros previstos em lei, serão neste procedimento eleitos titulares e a partir do 6º (sexto) mais votado serão considerados suplentes. Sendo eleição em caráter unificado em todo o território nacional eleitos pela população.

**ITEM 1 - DAS ATRIBUIÇÕES:****1.1 São Atribuições do Conselho Tutelar:**

a) O Conselho Tutelar é um órgão integrante da Administração Pública local, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 131, Lei Federal 8.069/90), instalado nos termos de resoluções a serem expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e regulamentado por seu regimento interno.

1.2 São atribuições do Conselheiro Tutelar, nos termos do art. 136 da Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente):

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- b) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- c) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
  - i. Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
  - ii. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- d) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- e) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- f) providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto, para o adolescente autor de ato infracional;
- g) expedir notificações;
- h) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- i) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- j) representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- k) representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- l) promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

**ITEM 2 - DA DESCRIÇÃO DO CARGO:****2.1 - Cargo: Conselheiro Tutelar**

2.2 - Carga Horária: 40 horas semanais em exercício da função e em regime de dedicação exclusiva, conforme previsto no regimento

interno do Conselho Tutelar e Lei Municipal nº 2.097/2015, onde será definido escalas com a totalidade dos Conselheiros Tutelares eleitos, com a concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

2.3 - Situação funcional: Lei Municipal nº 2.097/2015.

2.3.1 - Os membros do Conselho Tutelar, no exercício de seus mandatos, não farão parte do quadro de servidores, e serão remunerados pelo Município, através do Gabinete do Executivo.

2.4 A remuneração mensal dos membros titulares eleitos é de R\$ 1.283,36 (hum mil e duzentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), valor ao qual se adiciona R\$ 250,14 (duzentos e cinquenta reais e catorze centavos) a título de auxílio-alimentação;

2.5 Número de Vagas a serem preenchidas: 05 (cinco) titulares.

2.6 Os conselheiros tutelares titulares empossados no dia 10 de janeiro de 2016, terão mandato de 4 (quatro) anos daqueles eleitos em processo unificado, que ocorrerá no dia 4 (quatro) de outubro de 2015, conforme disposições previstas na Lei nº 2.097/2015.

2.7 Prazo do mandato: 09/01/2020 (nove de janeiro de dois mil e vinte).

2.8 Aos conselheiros tutelares titulares é devida a contribuição patronal à Previdência Social, gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescida de um terço do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade, gratificação natalina, não sendo devido, no entanto, o depósito no Fundo de Garantia Sobre o Tempo de Serviço - FGTS.

2.8.1 A gratificação natalina corresponderá ao mesmo valor concedido aos servidores públicos municipais, conforme previsto em Lei Municipal.

2.9 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.10 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.11 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

**ITEM 3 - DA ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR:**

3.1 Da Inscrição Preliminar dos Candidatos às Vagas de Conselheiro Tutelar:

3.1.1 Poderão concorrer às vagas de Conselheiro Tutelar, os candidatos registrados e que preencham os seguintes critérios:

- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade superior a 21 anos;
- c) portar Carteira Nacional de Habilitação, categoria B;
- d) residir no Município de Schroeder;
- e) estar em gozo de seus direitos políticos;
- f) apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao ensino médio;
- g) não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar;
- h) ser aprovado em avaliação escrita de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e das legislações

pertinentes à área da criança e do adolescente;  
i) possuir telefone fixo e ou móvel celular (com cobertura de sinal).

3.1.2 São documentos necessários para a inscrição preliminar às vagas de Conselheiro Tutelar:

- a) carteira de identidade (cópia autenticada);
- b) comprovante de residência (cópia simples);
- c) diploma de nível médio ou superior (cópia autenticada);
- d) apresentação de curriculum vitae e foto 3x4 colorida recente;
- e) carteira nacional de habilitação (CNH) para automóvel (cópia autenticada);
- f) certidão de regularidade com a justiça eleitoral;
- g) título de eleitor (cópia simples);
- h) certidão de antecedentes criminais;

Parágrafo único: caso o candidato não detenha comprovante de residência em seu nome, o mesmo deverá apresentar uma declaração, citando 02 (duas) testemunhas com dados pessoais e endereço. A declaração deverá ter firma reconhecida em cartório. A comissão analisará o caso em que o candidato não tiver qualquer comprovação de residência em seu nome, podendo considerar para tanto a certidão.

3.1.3 Para a inscrição da candidatura, o candidato deverá apresentar um requerimento, conforme modelo anexo, acompanhado da documentação citada no item anterior.

3.1.4 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.5 O recebimento das inscrições será no período de 06 de abril de 2015 a 03 junho de 2015, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 3201 - Centro - Schroeder (SC).

3.1.6 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.1.7 O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

3.1.8 O conselheiro tutelar titular no exercício de sua função poderá se candidatar sem afastamento do cargo durante todo o processo de eleição.

3.2 Da Publicação das Inscrições Preliminares e da Chamada para a Avaliação Escrita de Conhecimentos Gerais, conforme Item 3.1.1, "h":

3.2.1 Encerrado o prazo para as inscrições preliminares, a Comissão Especial publicará a relação das inscrições preliminares homologadas, bem como a convocação para a Avaliação prevista no Item 3.1.1, "h", no endereço e local de inscrição, Câmara de Vereadores, Fórum da Comarca de Guaramirim e no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br), sendo o comunicado de sua liberação publicado por meio de Edital específico no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em data prevista no cronograma existente no Edital e na página do concurso no endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

3.2.2 A partir da publicação, qualquer pessoa física ou jurídica da comunidade terá prazo de 5 (cinco) dias para impugnar a candidatura com base nos critérios do registro de candidatos, oferecendo prova do alegado, no mesmo local da inscrição.

3.2.3 O candidato impugnado terá 5 (cinco) dias para manifestar-se de forma escrita sobre a impugnação, no mesmo local da inscrição, a partir da publicação da lista;

3.2.4 O resultado final da impugnação dos inscritos será publicado no prazo de 7 (sete) dias, em data prevista no cronograma existente no edital, nos moldes do Item 3.2.1 supra.

3.2.5 Caso o número de inscrições habilitadas seja inferior a 10 (dez) a Comissão Especial reabrirá novo período para inscrição de novas candidaturas sem prejuízos às inscrições homologadas.

3.2.6 A avaliação escrita, requisito para a Inscrição Definitiva do Candidato, será composta de 30 (trinta) questões objetivas com cinco alternativas de resposta, sendo somente uma correta, serão avaliados em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos conforme a fórmula:

Pontuação = Número de acertos x 100 (cem)  
Número total de questões

3.2.6.1 O candidato será considerado APTO a inscrever-se definitivamente ao cargo de Conselheiro Tutelar se auferir no mínimo 50 (cinquenta) pontos nesta Avaliação. Caso o candidato não alcance tal pontuação, será considerado INAPTO, sendo indeferida sua inscrição definitiva ao cargo de Conselheiro Tutelar.

3.2.6.2 O conteúdo programático específico da avaliação de conhecimentos supra referida será determinado no Edital de Convocação para tal avaliação, e versará sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069 de 13 de julho de 1990 e conhecimentos básicos de informática.

3.2.7 Caso o número de candidatos APTOS a eleição seja inferior a 10 (dez), a Comissão Especial reabrirá novo período para inscrição de novas candidaturas e nova avaliação escrita sem prejuízos aos candidatos APTOS. Os candidatos considerados INAPTOS na avaliação escrita poderão realizar nova avaliação mediante reinscrição.

3.3 Da Publicação das Inscrições Definitivas e da Convocação para o Escrutínio dos Candidatos:

3.3.1 Após a aplicação da avaliação de conhecimentos, será publicado edital com a relação das inscrições definitivas deferidas, bem como a convocação para o escrutínio dos candidatos aptos à votação, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC) - [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) - para ciência pública.

3.3.2 O CMDCA divulgará a relação de candidatos aptos a votação constando nome completo e foto 3x4, em material gráfico e em endereço eletrônico [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

3.3.3 A comissão especial realizará uma reunião, conforme o cronograma, no auditório do CRAS, sito a Rua Paulo Jahn, 245, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local.

ITEM 4 - DO PROCESSO ELEITORAL:

4.1 Da campanha eleitoral:

4.1.1 A campanha e a propaganda eleitoral se dará a partir da publicação das inscrições definitivas até um dia antes da eleição, observando as normas do Código Eleitoral Brasileiro, atualizado pela Lei Federal nº 12034/09.

4.1.2 A Comissão Especial zelará pela campanha e propaganda eleitoral, recebendo e encaminhando para os órgãos responsáveis as situações que possam embarçar, constranger, fraudar ou corromper o processo de escolha.

4.1.3 Os candidatos terão liberdade para produzirem material de campanha e divulgarem suas candidaturas através dos meios de comunicação.

4.1.4 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

4.1.5 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

4.1.6 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

4.1.7 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

4.1.8 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

4.1.9 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

4.1.10 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

4.1.11 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

4.1.12 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

4.1.13 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

4.1.14 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

4.1.15 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

4.1.16 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente.

4.1.17 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

4.1.18 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

4.2 Da eleição:

4.2.1 Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do município, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

4.2.2 O local de votação, dividido em duas seções, será na Escola Municipal Professor Emilio da Silva, sito a Rua Paulo Jahn, 215, Centro, Schroeder (SC), no dia 4 de outubro de 2015, no horário das 8h00min às 17h00min.

4.2.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números e nomes.

4.2.3.1 O número do candidato corresponderá ao número de inscrição.

4.2.4 O escrutínio será organizado da seguinte maneira:

a) as mesas receptoras serão compostas por um Presidente, um Secretário e um Mesário cada, indicados pela Comissão Especial, sendo estes funcionários públicos;

b) caberá ao Presidente da mesa receptora:

- i. conferir o material que será utilizado na assembleia de eleição;
- ii. colher as assinaturas dos eleitores na listagem de nominata;
- iii. contabilizar o número de votantes na respectiva urna;

c) caberá ao Secretário da mesa receptora:

- i. redigir a ata de eleição;
- ii. pegar as assinaturas na ata de todos os membros da mesa receptora;
- iii. auxiliar aos trabalhos da mesa receptora;

d) caberá aos mesários da mesa receptora:

- i. entregar a cédula dos eleitores;
- ii. conferir a entrega de votos na urna;

4.2.4.1 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

4.2.4.2 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

- I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

4.2.5 Será impedido de votar o eleitor que não apresentar um documento oficial com foto comprovando sua identidade.

4.2.6 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

4.2.7 A escolha será por votação secreta, pelos eleitores do



município de Schroeder conforme lista de eleitores disponibilizada pelo Tribunal Regional Eleitoral, em cédula aprovada e definida pela Comissão Especial, processo coordenado pelos presidentes das mesas receptoras e fiscalizada pelo Ministério Público.

4.2.7.1 A cédula oficial conterá o número e nome do candidato.

4.2.8 Serão considerados eleitos para o cargo, os 5 (cinco) candidatos mais votados individualmente. A partir do 6º (sexto) colocado serão suplentes na ordem de pontuação. Será usado como critério de desempate maior idade.

4.2.9 Os Conselheiros Tutelares que forem considerados suplentes serão convocados a assumirem a vaga de titular, em caso de vacância da mesma.

4.2.10 Caso os Conselheiros Tutelares eleitos, por qualquer impossibilidade não puderem assumir o Conselho Tutelar, o CMDCA/Schroeder, poderá solicitar aos demais candidatos participantes do pleito eleitoral, por ordem de votos recebidos a preencher a vaga em aberto durante o mandato vigente.

4.2.11 Quando o Conselheiro Tutelar não puder assumir a vaga, conforme descrito na Lei Municipal nº 2.097/2015, deverá declarar por carta de renúncia ao CMDCA/Schroeder.

4.2.12 Aquele candidato que não conseguir nenhum voto, não estará apto a assumir qualquer vaga de titular ou suplente no Conselho Tutelar.

#### ITEM 5 - Da Apuração e da Divulgação do Resultado do Escrutínio:

5.1 A apuração dos votos será realizada imediatamente após o término da votação pela Comissão Especial, com a presença do representante do Ministério Público, no mesmo local da votação, devendo ser lavrada ata em que seja consignado, no mínimo, a relação total dos votantes, o número total de votos apurados, o número de votos conferidos a cada um dos candidatos, os votos em branco e os votos nulos.

5.1.1 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos, referentes a votação manualmente.

5.2 Consideram-se válidos, para fins deste escrutínio, os votos conferidos diretamente a um dos candidatos, descontados os votos em branco e os votos nulos.

5.3 Será considerado voto em branco a cédula que não contiver nenhum candidato assinalado, e nulo o voto que contiver qualquer tipo de rasura ou escrita além do "X" que assinala a indicação de um único candidato.

5.4 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

5.5 Ao final da apuração, verificando-se o atendimento aos pressupostos do Item 5.2, será lavrada a finalização da ata e proclamado, pela Comissão Especial, o resultado final da votação, com a respectiva posição de cada candidato.

5.6 O resultado final da eleição será submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para homologação.

#### ITEM 6 - DA FORMAÇÃO INICIAL:

6.1 Todos os candidatos eleitos titulares e suplentes deverão, obrigatoriamente, participar da formação inicial que terá no mínimo

24 horas, oferecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.2 O candidato eleito que não participar ou não atingir 75% (setenta e cinco) de presença na formação inicial será considerado inapto a assumir o cargo de conselheiro tutelar.

item 7 - do resultado final e Da Posse e do exercício:

7.1 O resultado final será homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após a conclusão da formação inicial. Sendo esta homologação submetida ao Prefeito Municipal de Schroeder, para que seja publicado Decreto ratificando os resultados do escrutínio.

7.2 A posse dos candidatos eleitos às vagas de Conselheiro Tutelar será realizada no dia 10 de janeiro de 2016, da Lei Municipal n.º 2.097/2015, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

7.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive. Estende-se este impedimento ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

#### ITEM 8 - Disposições Gerais:

8.1 Os membros do CMDCA/Schroeder, caso queiram concorrer a uma vaga no Conselho Tutelar, deverão licenciar-se através de ofício ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente até um dia antes do início das inscrições, sob pena de indeferimento de suas inscrições. Caso sejam eleitos titulares, deverão renunciar ao mandato nesse Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente.

8.2 Aos servidores públicos municipais que participarão do processo eleitoral na condição de colaboradores com as instâncias responsáveis por este, no dia da votação, será concedido 2 (dois) dias de folga.

8.3 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.4 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

8.5 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

8.6 Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Schroeder, 02 de abril de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla Presidente do CMDCA	Oswaldo Jurck Prefeito Municipal
--	-------------------------------------



**ANEXO**  
**CRONOGRAMA DO EDITAL**

ETAPAS	DATAS
Data do envio do edital para publicação	02/04/15
Data da publicação do edital	06/04/15
Período de inscrições preliminares dos candidatos	06/04/2015 a 03/06/2015
Publicação das inscrições preliminares homologadas dos candidatos	10/06/2015
Prazo de impugnação quanto à homologação das inscrições preliminares dos candidatos	10/06/2015 a 15/06/2015
Publicação das impugnações	17/06/2015
Prazo para candidato manifestar-se quanto à impugnação da inscrição preliminar	17/06/2015 a 22/06/2015
Publicação final das inscrições homologadas e convocação para a avaliação escrita	29/06/2015
Reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha dos candidatos	Às 18h30min do dia 30/06/2015
Prova escrita	12/07/2015
Publicação do gabarito	13/07/2015
Recebimento de recurso contra o gabarito e prova	14/07/2015 a 15/07/2015
Publicação do resultado final da avaliação escrita	17/07/2015
Eleição (escrutínio)	04/10/2015
Apuração dos votos	A partir das 17horas do dia 04/10/2015
Publicação do Resultado da eleição	05/10/2015
Publicação do Resultado Final	10/12/2015
Posse dos conselheiros tutelares titulares	10/01/2016

**Mais informações:**

Comissão Especial - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 cmdca@schroeder.sc.gov.br  
 47 3374-6460

**EXTRATO CONTRATO Nº. 79/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato nº. 79/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 25/2015-PMS - Processo nº. 66/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: UNIFORMES GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.777.319-0001-53, estabelecida na Rua Aderbal Ramos da Silva, nº 110, Centro, na cidade de Ascura, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.138-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de coletes de identificação e padronização do grupo de trabalho da Defesa Civil do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNI-DADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Colete padrão Defesa Civil SC, na cor azul marinho, forrado e bolso interno. Possui duas faixas refletivas, sendo frente altura do ombro e no alto das costas. No peito, no lado esquerdo, bordado o Brasão de Schroeder, e do lado direito logotipo da Defesa Civil. Frente com quatro bolsos e zíper. Costas bordado DEFESA CIVIL e SCHROEDER. O modelo é padrão da Defesa Civil de Santa Catarina.	Unidade	20	125,00	2.500,00
TOTAL R\$					2.500,00

Valor do contrato: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 02/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 78/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 78/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 42/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 24/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ABILIS TECNOLIGA LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº. 04.938.225/0001-44, estabelecida na Rua Ottokar Doerfel, nº. 639, sala 08, Anita Garibaldi, Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-307.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato e conforme Anexo I deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição de 280 Licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits, para o período de 1 (um) ano. Anexo, especificação técnica e serviço de migração da atual solução instalada e treinamento.	280	Unidade	33,00	9.240,00
TOTAL R\$					9.240,00

Valor do contrato: R\$ 9.240,00 (nove mil duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 02/04/2015 - Vigência: 02/04/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 80/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 80/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 48/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 25/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.072.441.0001/97, estabelecida na Rua Jorge Lacerda, nº. 256, Galpão B, Centro Norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE 02					
09	Retroescavadeira	300	Hora	84,61	25.383,00
10	Caminhão tipo toco	300	Hora	58,72	17.616,00
TOTAL R\$					42.999,00

Valor do contrato: R\$ 42.999,00 (quarenta e dois mil novecentos e noventa e nove reais)

Data da Assinatura: 02/04/2015 - Vigência: 02/04/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 81/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 81/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 48/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 25/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JEAN MENIN - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.785.866/0001-60, estabelecida na Rua Timbó nº. 289, Rio Morto, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOTE 03					
11	Miniescavadeira	300	Hora	79,00	23.700,00
TOTAL R\$					23.700,00

Valor do contrato: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 02/04/2015 - Vigência: 02/04/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº. A18/2015–PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A18/2015-PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2015-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., inscrita no CNPJ nº. 92.821.701/0057-64, na Rua Caçador nº. 112, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-610, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelos Senhores Gustavo Vinícius Monteiro de Assis, inscrito no CPF sob o nº. 073.276.976-08; e Bruno Henriques Watté, inscrito no CPF sob o nº. 002.861.206-07.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 71/2014-PMS, celebrado em 14 de abril de 2014, proveniente da Dispensa de Licitação nº. 31/2014-PMS, Processo nº. 64/2014-PMS, tendo por objeto a Contratação de assinatura diária do jornal A Notícia, de circulação estadual para atender as necessidades do gabinete do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de aditivo feito pelo Gabinete do Prefeito no valor de R\$ 694,80 (seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), para o período de 12 meses.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, e c/c contrato Cláusula Décima Primeira "da vigência" no item 11.1, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", no item 01, para o valor total de R\$ 694,80 (seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), a assinatura, na Cláusula Terceira "do valor do contrato" no item 3.1, aditivado o valor de R\$ 694,80 (seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 1.317,60 (um mil, trezentos e dezessete reais e sessenta centavos), conforme segue:

ITEM	LOCAL	UNID.	QTDE.	VALOR R\$ UNI- TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Assinatura diária do jornal A Notícia, de circulação estadual para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, no período de 12 meses, com entrega de segunda a sábado.	01	Assinatura	694,80	694,80

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Primeira "da vigência" no item 11.1 do contrato nº 71/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até 14 de abril de 2016.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 71/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 02 de abril de 2015.

CONTRATADA:

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A

Gustavo Vinícius Monteiro de Assis

CPF nº. 073.276.976-08

Bruno Henriques Watté

CPF sob o nº. 002.861.206-07

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 24/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 02/04/2015		Válido até: 02/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Aquisição de 280 Licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits, para o período de 1 (um) ano. Anexo: especificação técnica e serviço de migração da atual solução instalada e treinamento.	UN	ABILIS TECNOLOGIA LTDA (12407)	
				Descto. (%)
				0
				Preço Unitário
				33,0000
				Classif.
				1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 02/04/2015		Válido até: 02/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de licenças de software de proteção corporativa contra vírus, trojans, worms, spywares, adwares e rootkits Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015  
PROCESSO Nº 42/2015  
(12407) - ABILIS TECNOLOGIA LTDA

Schroeder, 2 de Abril de 2015.



ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 25/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 19/2015		Data do Registro: 02/04/2015		Válido até: 02/04/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Retroscaadeira	H	PASQUAU TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	84,6100	1
			CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	175,0000	2
10	Caminhão tipo lixo	H	PASQUAU TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)		0	58,7200	1
			CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	170,0000	2
11	Miniescavadeira	H	JEAN MENIN - ME (12514)		0	79,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Número do Registro de Preços: 19/2015		Data do Registro: 02/04/2015		Válido até: 02/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME (13048)		0	79,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Número do Registro de Preços: 19/2015		Data do Registro: 02/04/2015		Válido até: 02/04/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de materiais, mão de obra e horas máquina para executar manutenção nas unidades operacionais e ampliação de adutora de água bruta e água tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

PROCESSO Nº 48/2015

(8922) - PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME

(11225) - CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA

(12514) - JEAN MENIN - ME

(13048) - DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME

Schroeder, 2 de Abril de 2015.

**DISPENSA Nº 25/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 25/2015 - DL**

Processo Nr.: 66/2015  
Data: 02/04/2015

Folha: 1/2

**Fornecedor: UNIFORMES GERAIS LTDA**

Código: 12571

Endereço: R ADERBAL RAMOS DA SILVA, 110, SLJ

Cidade: Ascurra - SC

CNPJ: 02.777.319/0001-53

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de coletes de identificação e padronização do grupo de trabalho da Defesa Civil do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	20,00	Colete padrão Defesa Civil SC, na cor azul marinho, forrado e bolso interno. Possui duas faixas refletivas, sendo frente altura do ombro e no alto das costas. No peito, no lado esquerdo, bordado o Brasão de Schroeder, e do lado direito logotipo da Defesa Civil. Frente com quatro bolsos e zíper. Costas bordado DEFESA CIVIL e SCHROEDER. O modelo é padrão da Defesa Civil de Santa Catarina.	UN	125,00	2.500,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando a importância da se ter de forma "organizada e disciplinada" uma equipe de resposta e de ações emergenciais a serem desenvolvidas pela municipalidade, por meio das Comissões Municipais de Defesa Civil, com grupos de direções, como Permanente e de Emergência, a uniformização destes integrantes faz-se necessária para a caracterização da Defesa Civil no Município de Schroeder. Ressaltando que o valor total da aquisição se encontra dentro dos parâmetros legais, sendo a empresa indicada a possuidora dos layouts e bordados e fornecedoras destes uniformes.

Schroeder, 2 de Abril de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 25/2015 - DL**

**Processo Nr.: 66/2015**  
**Data: 02/04/2015**

Folha: 2/2

1/4/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 1 de Abril de 2015

**Valor da Despesa:** 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 051/2015

DECRETO Nº. 051, DE 31 DE MARÇO DE 2015.  
REAJUSTA O VALOR DA TAXA DE EMBARQUE E UTILIZAÇÃO DA  
ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zenio Cardoso,  
no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município  
de Sombrio, combinado com o Decreto nº 041, de 03 de agosto de  
1989, Decreto Estadual nº 568, de 27 de agosto de 2007, Resolu-  
ção DETER nº 003/2003, e Resolução DETER nº 002/2008.

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado o valor da Taxa de Embarque e utilização  
da Estação Rodoviária do Município de Sombrio - SC, conforme  
descrito abaixo:

- a) Taxa de Utilização ..... R\$ 0,50 (Cinquenta  
centavos) até a distancia de 20 KM.  
b) Taxa de Embarque ..... R\$ 1,80 (Hum real e  
oitenta centavos), na distancia acima de 20 KM.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 31 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO Nº. 052/2015

DECRETO Nº 052, DE 31 DE MARÇO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no  
uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de  
Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de  
04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de  
Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 292.500,00 (duzen-  
tos e noventa e dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação  
orçamentária:

04.00 - SEC. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS  
04.02 - Diretoria de Obras  
1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas  
4.4.90.00.00.00.00.00.0506 - Aplicações Diretas ..... R\$  
292.500,00

Art. 2º. A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a  
conta do provável excesso de arrecadação da fonte 506 (Praça  
Nereu Ramos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 31 de março de 2015.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO Nº. 053/2015

DECRETO Nº 053, DE 31 DE MARÇO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no  
uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de  
Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de  
04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de  
Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 28.997,61 (vinte e  
oito mil, novecentos e noventa e sete reais e sessenta e um cen-  
tavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.02 - DIRETORIA DE ESPORTES

2.047 - Manutenção do Esporte Amador e Estudantil

4.4.90.00.00.00.00.00.3091 - Aplicações Diretas .....

R\$ 28.997,61

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta  
do provável excesso de arrecadação da fonte 3091 (Alienação de  
Bens).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 31 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**Tigrinhos****PREFEITURA****DECRETO 032/2015**

DECRETO Nº. 032/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), através do REFORÇO de dotação orçamentária constante no orçamento da Prefeitura Municipal conforme segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJ./ATIV.: 15.451.1014.1.127 - Construção de Ciclovias Tigrinhos / Lageado do Tigre

MODALIDADE: 4.4.90.03.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 8.000,00

FONTE DE RECURSO: 03.0183 - Superávit Financeiro Recurso Ordinário

TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados parte dos recursos do superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0000 - Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

**Timbé do Sul****PREFEITURA****DECRETO 73/2015**

DECRETO Nº. 73, DE 1º de Abril de 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VI-GENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), na dotação que abaixo especifica:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.031 - MAC Ambulatorial e Hospitalar

(27)3.3.90.00.00.00.00.0362 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 95.000,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior é decorrente do Provável Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 362/Fundo Nacional de Saúde.

§ 1º - Os créditos abertos ficam condicionados à efetiva arrecadação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA DECISÃO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 - FUMTUR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015 - FUMTUR

Às dez horas, do segundo dia, do mês de abril de dois mil e quinze (02/04/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento da Habilitação da Tomada de Preço nº 01/2015 - FUMTUR, tendo em vista os pareceres técnico e contábil emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Káthia E. Gumz Howe, sobre o item 7.1.4 (Qualificação Econômico-financeira) do edital, verificou-se que todas as empresas licitantes atenderam aos requisitos estabelecidos no Edital.

Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, sobre o item 7.1.6 (Qualificação técnica) do edital, verificou-se que as empresas CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA e SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA apresentaram acervo compatível com o objeto licitado.

Em relação às manifestações do representante da empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA constantes na Ata de Abertura dos Envelopes de Habilitação, temos o seguinte a considerar:

- Dos documentos de capacidade técnica apresentados pela empresa SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, verificou-se que a mesma atendeu à todas as exigências do Edital, uma vez que todas as informações constantes do Atestado de Capacidade Técnica de obra executada para a Prefeitura Municipal de Gaspar (ARTs, dados do profissional, dados do contratante, dados dos serviços executados e etc.), conferem com as Certidões de Acervo Técnico - CATs do engenheiro civil e do engenheiro eletricista;

- Sobre a Certidão do Poder Judiciário, informando a quantidade de distribuidores existentes no Município sede da proponente, tendo em vista que a sede da empresa SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA é no município de Blumenau, e que naquele município existe apenas um distribuidor, levando em consideração o princípio do formalismo, a Comissão entende que a ausência da referida certidão não é motivo hábil para inabilitar a empresa. Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA e SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai

assinada pelos Membros da Comissão.  
Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

PRISCILA MACEDO  
Membro

### ATA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 05 2015 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015 - FCT

Às nove horas, do segundo dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015) e, representando a empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME, o Sr. Paulo Roberto Volles, participou ainda da sessão a engenheira civil da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio ambiente, Sra. Sandra R. Sardagna, para abertura do envelope com os documentos de Habilitação apresentado pela empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME, referente à Tomada de Preço nº 05/2015 - FCT.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e conferisse a sua inviolabilidade. Em prosseguimento, passou à abertura do envelope de habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos nele contidos, para análise e rubrica.

Em análise aos documentos de qualificação técnica estabelecidos no item nº 7.1.6 do Edital, a engenheira civil, Sra. Sandra R. Sardagna, constatou que os mesmos atenderam a todas as exigências do Instrumento Convocatório.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, bem como análise técnica e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME.

A Comissão lembra que como só houve uma empresa participante nessa fase, dispensa-se o prazo legal que seria de cinco dias úteis, para interposição de recursos, possibilitando a continuidade ao certame.

Deu-se, em sequência, a abertura do envelope contendo a proposta para exame e rubrica de todos os documentos pelos membros da Comissão e representante legal presente, cujo valor global apresentado pela empresa foi de R\$ 170.235,56 (cento e setenta mil e duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos apresentados pela empresa licitante, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Após a suspensão da sessão o representante da empresa PAULO ROBERTO VOLLES ME solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Os envelopes de proposta das empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA - ME e CONSTRUTORA F & F LTDA, as quais não apresentaram novo envelope de habilitação dentro do prazo estabelecido na Ata de 18/03/2015, ficam disponíveis para serem retirados junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

PRISCILA MACEDO  
Membro

SANDRA R. SARDAGNA  
Engenheira Civil  
Secretaria de Planejamento

#### **EXTRATO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 2014.005 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2014/005.

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADA: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY.

OBJETO: prorrogação do prazo e revisão dos valores do Convênio que tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Contrato Social e Regimento Interno, principalmente no que tange ao atendimento/acolhimento de pessoas idosas a partir dos 60 anos de idade, que se encontram em condições inopiosas e necessitam de cuidados, de ambos os sexos, encaminhados pelo CONVENIENTE. VALOR: R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais) por vaga ocupada. PRAZO: prorrogado até 31/03/2016. Data da assinatura: 30/03/15.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

#### **EXTRATO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 2014.006 - FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2014/006.

CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde. CONVENIADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI.

OBJETO: prorrogação do prazo e revisão dos valores do Convênio que tem por finalidade a execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Contrato Social e Regimento Interno, principalmente no que tange ao atendimento/acolhimento de pessoas com deficiência física e/ou mental com idade entre 18 e 59 anos, que se encontram em condições inopiosas e necessitam de cuidados, de ambos os sexos, encaminhados pelo CONVENIENTE. VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil de quinhentos reais) por vaga ocupada. PRAZO:

prorrogado até 31/03/2016. Data da assinatura: 30/03/15.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

#### **EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.14 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/14

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Caixa Econômica Federal.

OBJETO: Equilíbrio Econômico Financeiro passando o valor unitário a ser R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) a partir de 01/03/2015.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2015..

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração



# Três Barras

## PREFEITURA

### LEI Nº 3.172 DE 30 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 3.172 DE 30 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### Capítulo I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre o Conselho Tutelar do Município de Três Barras do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º. O Conselho Tutelar do Município de Três Barras será composto por cinco (05) membros, eleitos pelo voto direto para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução.

#### Capítulo II

##### Das Atribuições do Conselho

Art. 4º. São atribuições da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Três Barras as definidas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e:

I - atender as crianças e os adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII do mesmo Estatuto;

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

Art. 5º. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

#### Capítulo III

##### Da Escolha dos Conselheiros

Art. 6º. O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizada sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 7º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 8º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 9º. São requisitos mínimos indispensáveis para o exercício das funções de Conselheiro Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município;

IV - estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

V - Reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 02 (dois) anos, no trato direto com criança e adolescente, atestado por entidade cadastrada junto a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Escolaridade - Ensino médio completo;

VII - Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria "B".

VIII - aprovação em teste de conhecimentos gerais e específicos.

Art. 10. Caso o candidato seja servidor público, além dos requisitos a que faz referência o art. 9º, deverá ser apresentada autorização de dispensa do órgão a que é subordinado.

Art. 11. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público competente.



§ 1º Podem votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município.

§ 2º A eleição será organizada por meio de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na qual seja estabelecida eleição individual, vedada a inscrição de chapas completas, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Lei.

§ 3º Com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará, através de edital a ser afixado na sede da Prefeitura Municipal de Três Barras, da Câmara de Vereadores e em outros locais públicos, que informará a data de realização das eleições e demais atos para sua realização.

§ 4º Expedido o edital de convocação, ficam automaticamente abertas às inscrições encerrando-se este prazo 45 (quarenta e cinco) dias antes da realização da eleição.

§ 5º O pedido de registro de candidatura será protocolizado na Secretaria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhado de documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos estabelecidos nesta lei e endereçado ao próprio Conselho.

§ 6º Expirado o prazo para o registro da candidatura, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital na imprensa de circulação local, como também o fixará em local público de costume, informando o nome dos candidatos que protocolarem o pedido de registro da candidatura, estabelecendo prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação, para o recebimento de impugnação.

§ 7º Os pedidos de registro das candidaturas receberão numeração de ordem crescente e, impugnados ou não, deverão ser submetidos ao representante do Ministério Público para apreciação e eventual impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo, por voto da maioria simples.

§ 8º Das decisões relativas à impugnação caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo através do voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 9º Vencidas as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados no processo de escolha.

§ 10 É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 11 A votação será realizadas nas escolas municipais perante mesa eleitoral.

§ 12 Encerrada a votação, a mesa eleitoral passará a funcionar como escrutinadora, devendo apurar os votos, lavrar a ata dos trabalhos realizados, nela declarando eleitos aqueles com maior número de votos. O ato será assinado pelo presidente da mesa, pelos mesários e pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo constar a nominata dos candidatos eleitos.

#### Capítulo IV

#### Dos Impedimentos

Art. 12. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado e todo aquele que foi penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar:

§ 1º A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimentos de que trata o caput.

§ 2º Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

#### Capítulo V

##### Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

Art. 13. Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, mandando publicar o nome dos candidatos eleitos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º Os 05 (cinco) primeiros candidatos com o maior número de votos serão considerados escolhidos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º Havendo empate na votação, será considerado eleito o mais idoso.

Art. 14. O início do exercício da função far-se-á mediante ato de nomeação e posse firmado pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na data de 10 de janeiro do ano subsequente a escolha.

Parágrafo único. Ao iniciar o exercício da função, o Conselheiro Tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, seus direitos e deveres, além de comprovar pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 15. O Conselheiro Tutelar fica sujeito à jornada de quarenta horas semanais de trabalho e a realização de plantões ininterruptos, em escala de revezamento.

§ 1º A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva.

§ 2º O regimento interno definirá os critérios para o regime de plantão a que estão sujeitos os Conselheiros.

§ 3º Além do cumprimento do estabelecido no caput, o exercício da função exigirá que o Conselheiro Tutelar se faça presente sempre que solicitado, ainda que fora da jornada normal a que está sujeito.

#### Capítulo VI

##### Dos Direitos

Art. 16. São direitos do Conselheiro Tutelar, no exercício de sua função:

I - remuneração mensal na importância equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Padrão 07 do quadro de Pessoal Efetivo do Município de Três Barras.

II - gratificação natalina;

III - adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do vencimento mensal;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - os Conselheiros Tutelares receberão diárias, fixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, obedecendo aos mesmos critérios e limites estabelecidos pelo Poder Executivo aos servidores municipais.

§ 1º Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

§ 2º A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

Art. 17. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Três Barras.

#### Capítulo VII

##### Das Licenças

Art. 18. Será concedida licença ao Conselheiro Tutelar nas seguintes situações:

I - para concorrer a cargo eletivo;

II - para exercer função pública comissionada;

III - em razão de maternidade pelo prazo de 120 (cento e oitenta) dias, a partir do oitavo (8º) mês de gestação;

a) Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

b) No caso de natimorto, a Conselheira será submetida a exame médico quando completar 30 (trinta) dias do fato e, se considerada a apta, retornará ao exercício da função.

IV - em razão de paternidade pelo prazo de 05 (cinco) dias;

V - em razão de seu casamento, por 05 (cinco) dias consecutivos;

VI - em razão do falecimento de cônjuge, companheiro, pais ou filhos, pelo prazo de 03 (três) dias;

VII - para tratamento de saúde conforme o Regime Geral da Previdência Social;

VIII - por acidente em serviço conforme o Regime Geral da Previdência Social.

§ 1º Serão remuneradas as licenças constantes nos incisos III, IV, V, VI e VII.

§ 2º Para tratamento de saúde, será observado o Regime Geral da Previdência Social, quanto à sua forma de remuneração.

Art. 19. É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, remunerada ou não, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 20. A licença paternidade será concedida ao Conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do nascimento.

#### Capítulo VIII

##### Do Tempo de Serviço

Art. 21. O exercício efetivo da função pública de Conselheiro Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei, sendo obrigado à contribuição para o regime oficial de previdência social.

Parágrafo único - Sendo o Conselheiro Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de serviço na função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

Art. 22. Serão considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias e licença remunerada.

#### Capítulo IX

##### Dos Deveres

Art. 23. São deveres do Conselheiro Tutelar:

I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

IV - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

V - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VI - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

VII - ser assíduo e pontual;

VIII - tratar as pessoas com urbanidade.

#### Capítulo X

##### Das Proibições

Art. 24. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer outras atividades remunerada, ou, atividades que, embora não remuneradas, sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - aplicar medida de proteção sem prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergenciais que serão submetidas em seguida ao Colegiado.

#### Capítulo XI

##### Da Responsabilidade

Art. 25. O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

#### Capítulo XII

##### Das Penalidades

Art. 26. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 27. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 28. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de descumprimentos aos dispostos nos incisos I, II e XI do art. 24 e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique penalidade mais grave.

Art. 29. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder 30 (trinta) dias, implicando no não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 30. O Conselheiro Tutelar será destituído de sua função nos seguintes casos:

I - incorrer na prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;

II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer atividade atribuída a ele, por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - faltar, por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) alternadas, no espaço de 1 (um) ano, as reuniões do Conselho;

IV - incorrer em caso comprovado de inidoneidade moral;

V - praticar ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa

própria ou de outrem;

VI - transgredir aos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 24.

Art. 31. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

#### Capítulo XIII

##### Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 32. O Conselheiro Tutelar está sujeito à fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, tomando ciência de irregularidades supostamente praticadas pelo Conselheiro Tutelar, procederá à sua apuração mediante sindicância ou sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e contraditório.

Art. 33. Da sindicância, que se concluirá no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, poderá resultar:

I - o arquivamento;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - instauração do processo disciplinar

Art. 34. Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro não venha a interferir na apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

#### Capítulo XIV

##### Da Vacância

Art. 35. A vacância da função decorrerá de:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - destituição.

Art. 36. Os Conselheiros Titulares serão substituídos pelos suplentes nas hipóteses de:

I - vacância da função;

II - férias do titular;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 20 (vinte) dias.

§ 1º - O Suplente, no efetivo exercício da sua função de Conselheiro Tutelar, perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

§ 2º - Inexistindo suplentes para a ocupação dos cargos que restarem vagos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocará eleições suplementares para a ocupação dos cargos vagos e das suplências.

#### Capítulo XV

##### Das Disposições Gerais

Art. 37. O Conselheiro Tutelar perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, sem justificativa;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem justificativa.

Art. 38. Poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, até o limite de 30% da remuneração, mediante autorização do Conselheiro Tutelar.

Art. 39. As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo único. O Conselheiro em débito com o erário e que, de qualquer modo, venha a se desvincular do Conselho Tutelar, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitar o débito, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Art. 40. Aplica-se aos Conselheiros Tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenar e executar as atividades relativas à disciplina dos Conselheiros Tutelares.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 30 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### CONTRATO N.18/2015

CONTRATO N.18/2015

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 01.442.024/0001-63, estabelecida na Avenida Brasília, 403, Centro, no Município de Santa Helena-SC, neste ato representado pelo Sr. Arcindo Francescon, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 32/2015 e Pregão 27/2015

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

1.2 Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Pregão Presencial nº 27/2015, bem como a proposta da CONTRATADA.

Item	Quant.	Und.	Especificação	Preço máximo R\$	Valor Total
1	6.400,00	Km	Saindo da unidade escolar do Pe. Balduino Rambo via saída para Linha Raigão seguindo pels Linha Spies, Raigão Alto, Raigão Baixo, Linha Bonita até o ponto de saída da Sede do Município. Perfazendo um total de 32 km diários com previsão anual de 6.400 km. Veículo ano/modelo 1.995 com 16 lugares.	3,15	20.160,00
			Total Geral		20.160,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1. O pagamento será de R\$ 3,15(três reais e quinze centavos) por quilometro (Km) rodado, mensal no dia 20 (vinte) do mês

subseqüente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, e planilha específica emitida pela Secretaria Municipal da Educação, em moeda corrente nacional, salvo se este dia coincidir com sábado, domingo ou feriado, hipóteses em que o pagamento será ultimado para o primeiro dia útil que se seguir, sendo pré-requisito para o recebimento, a apresentação do comprovante de pagamento do seguro, quando o mesmo for contratado com pagamento mensal pela CONTRATADA.

2.2. O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1. O valor do preço unitário do quilômetro rodado, do objeto do presente Edital sofrerá reajuste pelos índices aplicados pelo DETER Rodoviário II.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme o Calendário Escolar do ano letivo de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

4.2. Durante a vigência do contrato poderá, mediante o Parecer da Comissão ser alterado o trajeto e a distância das linhas quando houver necessidades para o atendimento do transporte de alunos da Rede Pública de Ensino.

4.3 Realizar as viagens em horário de forma a permitir que os alunos cheguem com antecedência mínima de 05 (cinco) minutos antes do início das aulas, a ser fixado pela Secretaria de Educação.

4.4 Iniciar as viagens de volta, num prazo não superior a 10 (dez) minutos, após o horário de encerramento das aulas.

4.5 É da CONTRATANTE a obrigação do pagamento de impostos, tributos e demais que incidirem sobre os serviços prestados, em qualquer esfera.

4.6 Manter a Secretaria Municipal de Educação permanentemente informada sobre o andamento dos serviços.

4.7 Qualquer substituição de veículos deverá ser comunicada oficialmente a Secretaria Municipal de Educação.

4.8 Cumprimento do itinerário, comunicando à Secretaria de Educação Municipal sempre que houver qualquer problema com alunos durante o percurso.

4.9 Durante o ano letivo será feito um monitoramento no transporte escolar, sendo que somente será paga a quilometragem de acordo com necessidade verificada.

4.10 Alterar os itinerários e os horários, a pedido da Administração, assim como executar eventual itinerário não descrito no presente Edital, quando se relacionar a atividades extra-curriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA obriga-se prestar o Serviço, objeto deste contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, Processo nº 32/2015 a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer

parte integrante do presente Contrato, ou seja, deverá cumprir o horário, trajeto e itinerário fixado pela CONTRATANTE, buscando os alunos nos locais determinados;

5.2 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

5.3 Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;

5.4 Submeter os veículos à vistoria técnica semestral, em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;

5.5 Manter os veículos de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;

5.6 Manter os veículos sempre limpos;

5.7 Manter os veículos em condições ideais de segurança;

5.8 Arcar com as despesas referentes aos serviços, objeto da presente licitação, inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

5.9 Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso aos veículos destinados à prestação dos serviços;

5.10 Manter atualizada a documentação exigida no Edital bem como neste contrato administrativo, relativa aos veículos, junto à Comissão de Licitação.

5.11 A CONTRATADA responderá pelos Serviços Prestados e por quaisquer danos que venha a causar à CONTRATANTE, aos alunos e terceiros, por dolo ou culpa, ficando a

Prefeitura Municipal isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços de transporte escolar, objeto do presente contrato.

5.12 A CONTRATADA deverá prestar o Serviço, objeto deste Contrato, conforme o Calendário Escolar do ano letivo de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

5.13 É da CONTRATADA a responsabilidade pelos danos pessoais e materiais que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto, bem como o custo para a reparação dos mesmos.

5.14 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir os Serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob



os números: (dotações: 46-47-48 Fundamental 59 e 60 infantil, 64-65-66 Médio) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 A presente contratação terá vigência até 31.12.2015 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

8.2 Em caso de prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato, o reajuste será de acordo variação da Tabela do DETER Rodoviário II.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, na hipótese de assumir diretamente o transporte escolar com veículo próprio, ou na concessão de linhas municipais para terceiros.

9.1.3 Por acordo entre as partes;

9.1.4 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, em 19 de março de 2015.

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNICIPAL

POINT INFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA

Arcindo Francescon

CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AO PROCESSO 31.2015

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

No dia 26 de março de 2015, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho nº111, Centro, na cidade de Tunápolis, SC com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Enoi Scherer, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo elencado, vencedor do Processo Licitatório nº. 31/2015 sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para observadas as disposições contidas nas Leis nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 10.520/2002.

#### 1.DO FORNECEDOR REGISTRADO

1.1 - A partir desta data, fica registrado neste Município, observada a ordem de classificação, o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento dos serviços constantes do Anexo I do edital nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor E.B Instalações Elétricas Ltda, inscrito sob o CNPJ nº. 00.212.337/0001-62, com sede na Rodovia SC 386, KM 26, Área, Industrial no Município de Descanso/SC, telefone: (49)3623-30276, e- neste ato representado Edelar Roque Bussolotto, portadora do RG nº. 2.649.955 e do CPF nº. 0019.222.809-92.

#### b) Descrição do(s) item(s):

Item	Uni	Quant. estimada	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	h	150,00	Hora técnica de serviços de iluminação pública equipada de acordo com os requisitos da nr-10 -segurança e serviços em eletricidade e da nr-12, segurança em máquinas e equipamentos e da nr-35 - segurança em trabalhos em altura devidamente cadastrada na Celesc	205,00	30.750,00
			Total Geral		30.750,00

#### 2.DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

2.1 - O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Tunápolis, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Processo Licitatório de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 05/2015.

2.2 - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão Presencial nº. 31/2015 que se fará de acordo com a necessidade da municipalidade.

2.3 - O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

3.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

3.5 - O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.6 - Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

3.7 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daquele existente no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar a empresa fornecedora registrada para negociar o novo valor.

### 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados ATÉ O QUINTO DIA DO MES SUBSEQUENTE a execução dos serviços. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

4.2 - O contratado deverá apresentar Notas Fiscais no valor dos serviços prestados, acompanhado de relatório das atividades executadas, devidamente vistada pelos responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.3 - O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95.

4.4 - Se o contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo o contratado, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

### 5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

5.1.1 - automaticamente:

5.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

5.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

5.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

5.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

5.2.1 - A pedido, quando:

5.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

5.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

5.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 12 do Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

5.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

5.2.2.1 - o fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

5.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

5.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

5.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

5.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

### 6. DA EXECUÇÃO

6.1 - Todos os materiais para a manutenção da iluminação pública serão fornecidos pelos Município.

6.2 - A iluminação pública do Município de Tunápolis está, em sua maior parte, instalada nas estruturas das redes aéreas de distribuição de energia elétrica da CELESC e adota luminárias abertas ou fechadas, conforme padrão da mesma. Porém, estruturas específicas para iluminação pública, alimentadas por circuitos aéreos ou subterrâneos e com luminárias especiais são encontradas em praças, avenidas e outros logradouros públicos.

6.3 - Os serviços de manutenção da iluminação pública englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo

nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

6.3.1 - Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

6.3.2 - A empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis as solicitações para as providências relativas à manutenção da iluminação pública do Município. Em situações adversas, intempéries e situações emergenciais o atendimento deverá ser imediato.

6.3.4 - Os serviços deverão ser executados em conformidade com as disposições contidas no Termo de Transferência de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública firmado entre o Município de Tunápolis e a CELESC S.A.

6.3.5 - A partir da contratação, a empresa assume integralmente as responsabilidades atribuídas ao Município no Termo de Responsabilidade para Manutenção da Rede de Iluminação Pública, junto a CELESC Distribuição S.A.

6.3.6 - A empresa contratada deverá dar destinação as lâmpadas substituídas, descartando-as ou armazenando-as por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

6.3.7- Todos os serviços executados deverão ter garantia por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

6.3.8 - Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir caixa de ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços e telefone móvel.

6.3.9 - A empresa contratada deverá emitir Relatórios Sintéticos e Analíticos mensais com a relação de serviços realizados.

6.3.10 - Para o início dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar os seguintes documentos:

a) Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto da Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja sediada em outro Estado;

b) ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

c) Carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

6.3.11 - Na execução dos serviços deverá ser observada, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis a espécie.

6.3.12 - O Município reserva-se o direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

6.3.13 - A prestação dos serviços de forma inadequada que não atenderem as exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6.3.14 - A empresa deverá, durante a contratualidade:

a) Fornecer, as suas expensas, os veículos para o transporte do pessoal, as ferramentas, equipamentos, necessários a execução dos serviços;

b) Montar a infraestrutura necessária, adequada e indispensável a integral execução de todos os serviços, compreendendo instalações, veículos com escada giratória e cesta aérea, escadas e demais ferramentas de uso individual e coletivo e pessoal técnico especializado.

6.3.15 - As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;

6.3.15.1 - Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

6.3.15.2 - Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

6.3.16 - A empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

6.3.17 - Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para a perfeita prestação dos serviços, sem ônus adicionais ao Município.

6.3.18 - Prestar os serviços ora contratados, vedada a subcontratação parcial ou total da mesma.

6.3.19 - A contratada deverá dar ampla divulgação dos serviços contratados, bem como do nº do telefone que será utilizado pelo município para realizar suas solicitações, através de diversos meios de comunicação.

## 07 - DO PRAZO E OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR:

7.1 - O licitante vencedor deverá executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e instruções repassadas pelo responsável.

7.2 - A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especial designada, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 - Reembolsar à CELESC quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

7.4 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.5 - Substituir todas as lâmpadas queimadas, bem como, relés, reatores, base para fusíveis e soquetes avariados ou com defeitos,

refratores de luminárias quebrados, a fim de permitir o perfeito funcionamento da rede de iluminação pública.

7.6 - Reparar e/ou substituir os braços de luminárias e as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado de conservação, bem como sua fiação interna.

7.7 - Substituir fiação interna desde o chão até o topo dos postes, quando deficientes.

7.8 - Executar reparos ou substituições de chaves de comando, bem como, a revisão e o reaperto de conexões.

7.9 - Responsabilizar-se pelo seguro de seu pessoal, das suas instalações, edificações e todos os equipamentos e veículos que utilizar na execução de qualquer trabalho.

7.10- Executar os trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, exigindo e fiscalizando o uso por seus empregados.

7.11- Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços.

7.12 - Obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica, conforme orientação da CELESC, visto que o sistema de iluminação pública do Município está instalado em redes de distribuição de energia elétrica daquela Concessionária.

7.13 - Informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

7.14 - Recolher e entregar ao Município, mediante termo de recebimento devidamente especificado, com exceção das lâmpadas, todos os materiais substituídos, tais como reatores, luminárias, conectores, relés fotoelétricos, braços de iluminação pública e outros.

7.15 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.16 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.17 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.18 - Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada.

7.19 - Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

7.20 - Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

7.21 - Facilitar todas as atividades de fiscalização;

7.22 - Fornecer ART dos serviços executados.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município ficará obrigado a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

c) Fornecer todos os materiais destinados para a prestação dos serviços.

8.2- O Município de Tunápolis emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite 12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.3 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

8.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções.

## 9. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A presente Ata terá validade até 12 meses, a contar da data da assinatura.

9.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço o Município de Tunápolis, não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo, das previstas no item n.12 do Edital de Pregão Presencial n. 31/2015.

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta Ata, sujeita-se a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata, o Município de Tunápolis poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa detentora as sanções previstas artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

10.2. O Município de Tunápolis poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela empresa detentora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei Federal nº8.666/1993.

10.3. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a empresa detentora que não cumprir as cláusulas desta Ata, sujeitas ainda:

10.3.1. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.



10.3.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### 11 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços será divulgada na Imprensa Oficial do Município. Os preços registrados serão publicados trimestralmente, conforme o disposto no art. 15, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

#### 12. DO FORO

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº ..... e a proposta da empresa abaixo relacionada.

12.2 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Itapiranga - SC.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, 16 de março de 2015.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal  
Contratante

E.B Instalações Elétricas Ltda  
Contratada  
Edegar Bussolotto  
Diretor

## Urussanga

### PREFEITURA

#### AVISO RETIFICAÇÃO EDITAL PR 20/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL PR 20/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de material elétrico para uso na iluminação pública.

Novo horário de entrega e abertura dos envelopes: 10h30.

Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

#### LEI 2.703

LEI Nº 2.703, de 31 de março de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROJETO CRIATIVIDADE NA DIVERSIDADE: VALORIZANDO POTENCIALIDADES EM PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir o projeto “Criatividade na diversidade: Valorizando potencialidades em práticas de sustentabilidade”.

Art. 2º O Projeto Criatividade na Diversidade tem por objetivo proporcionar condições que estimulem a criatividade e fomentem potenciais produtivos de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Parágrafo Único. O referido projeto prevê a confecção de materiais pedagógicos que valorizem as práticas sustentáveis e envolvam rotina de responsabilidade.

Art. 3º Os materiais pedagógicos produzidos no âmbito deste projeto serão doados para as escolas da rede municipal de ensino com a finalidade didático-pedagógico.

Art. 4º O projeto se realizará por meio de oficinas desenvolvidas no período extracurricular do aluno participante, respeitado o curso do ano letivo.

Art. 5º As atividades previstas no projeto terão como princípios a promoção de inclusão social e práticas ecoformadoras.

Art. 6º O projeto será executado e acompanhado pela Coordenação de Educação Inclusiva da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto em parceria com o Departamento de Cultura.

Art. 7º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 31 de março de 2015.

JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal



Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos trinta e um dias do mês de março de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

### LEI 2.704

LEI Nº 2.704, de 31 de março de 2015.

Institui o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no município de Urussanga.

Paragrafo Único. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV tem como objetivos: assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivência lúdicas; desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; promover a socialização e a convivência.

Art. 2º O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV será coordenado por profissional com formação superior nas áreas de Pedagogia, Psicologia ou Serviço Social, podendo ser de livre nomeação do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o cargo comissionado de Coordenador do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, cujas atribuições, o nível de escolaridade, número de vagas e o enquadramento do cargo estão dispostos no Anexo I, desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a criar os cargos temporários de Monitor/Facilitador de Oficinas e de Agente de Serviços Gerais, para atender a necessidade de excepcional interesse público, cujas atribuições, o nível de escolaridade, número de vagas e o enquadramento dos cargos estão dispostos no Anexo I, desta Lei.

Art. 4º Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social, regulamentar, por Decreto as diretrizes e normas do SCFV.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correm a conta de recursos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social através do Bloco da Proteção Social Básica.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei Nº 2.421, de 16 de setembro de 2009, que institui o PETI.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 31 de março de 2015.

JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos trinta e um dias do mês de março de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

Nº DE VAGAS	CATEGORIA FUNCIONAL	DESCRIÇÃO DE EMPREGO	HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	AMPLITUDE DE REFERENCIA
01	Coordenador SCFV-EC-8	EMPREGO EM COMISSÃO - Atue no Planejamento do SCFV, junto ao Orientador Social e os Facilitadores em atividades envolvendo as famílias e os usuários; realizações de reuniões periódicas com a equipe responsável pela execução do serviço e acompanhamento das famílias dos usuários quando necessário.	Curso Superior Completo	40h	EC-08 R\$ 2.599,68
01	Monitor/Facilitador de Oficina Dança e Expressão Corporal	CARGO TEMPORÁRIO - Planejar e executar oficinas; - avaliar e encaminhar mensalmente ao coordenador/equipe de referência relatório das atividades desenvolvidas; participar de reuniões, capacitações, seminários; - Ministrar aulas de dança e expressão corporal para grupos - Montar coreografias, organizar apresentações; - Liderar e orientar técnica e artisticamente com os grupos, com vistas ao melhor desempenho individual e do grupo.	Ensino superior ou cursando Educação Física ou Educação Artística e registro no Conselho	20h	Nível 01 R\$ 814,87
01	Monitor/Facilitador de Oficina Atividade Física, Lazer e Recreação	CARGO TEMPORÁRIO Planejar e executar oficinas; -Avaliar e encaminhar mensalmente ao coordenador/equipe de referencia relatório das atividades desenvolvidas; participar de reuniões, capacitações, seminários; - Desenvolver coletivamente atividades físicas; - Estimular e desenvolver potencial criativo com os grupos, aplicando técnicas esportivas e recreativas; auxiliando o desenvolvimento coordenação motora; - Planejar, executar e avaliar o acompanhamento físico dos grupos atendidos	Ensino Superior ou cursando Educação Física com habilidades técnicas na área e experiência comprovada e registro no Conselho competente.	20h	Nível 01 R\$ 814,87

01	Monitor/ Facilitador de Oficina	Artesanato	CARGO TEMPORÁRIO -Planejar e executar oficinas - Orientar na estética, composição de cores e texturas e no manuseio e conservação dos materiais; - Orientar os alunos no processo de criação à partir de observações da realidade, desenvolvendo conceitos com a prática artística; - Visar a qualidade do trabalho e desenvolvimento da criatividade e técnicas diversas com materiais recicláveis; - avaliar e encaminhar mensalmente ao coordenador/equipe de referência relatório das atividades desenvolvidas; participar de reuniões, capacitações, seminários;	Ensino Superior ou Médio (preferencialmente em Educação Artística ou Artes Plásticas) com habilidades técnicas na área e experiência comprovada	20h	Nível 01 R\$ 814,87
03	Monitor/ Facilitador de Oficina	Leitura e Brinquedoteca	CARGO TEMPORÁRIO Planejar e executar oficinas; - avaliar e encaminhar mensalmente ao coordenador/equipe de referência relatório das atividades desenvolvidas; participar de reuniões, capacitações, seminários; Ministrar oficinas teóricas e atividades práticas, lúdicas que exercitem e instiguem a experimentação e/ou a reflexão acerca dos conteúdos de literatura, incentivo à leitura, criação literária, cultura popular, música, contos de fadas, cinema, meio ambiente,, quadrinhos, memória, brinquedos e jogos diversos. Organizar, coordenar e executar oficinas de Teatro, desenvolvendo o potencial interpretativo dos grupos. - Interpretar textos teatrais e literários	Ensino superior ou cursando em Pedagogia com habilidades técnicas na área e experiência comprovada	20h	Nível 01 R\$ 814,87
01	Monitor/ Facilitador de Oficina de Capoeira		CARGO TEMPORÁRIO Planejar e executar oficinas; - avaliar e encaminhar mensalmente ao coordenador/equipe de referência relatório das atividades desenvolvidas; participar de reuniões, capacitações, seminários; - Historicizar a capoeira como produto cultural; Apresentar técnicas culturais da dança e do jogo da capoeira.	Ensino Superior ou Médio (preferencialmente em Educação Física) com habilidades técnicas na área e experiência comprovada	20h	Nível 01 R\$ 814,87

01	Monitor/ Facilitador de Oficina	Arte e Cultura	CARGO TEMPORÁRIO Planejar e executar oficinas; - avaliar e encaminhar mensalmente ao coordenador/equipe de referência relatório das atividades desenvolvidas; participar de reuniões, capacitações, seminários; - Organizar e coordenar atividades artísticas e culturais - Estimular a aptidão artística, coordenação motora e a desenvoltura social por meio de oficinas artísticas (desenho, pintura, recorte e colagem, dentre outros).	Ensino superior ou cursando em Artes com habilidades técnicas na área e experiência comprovada	20h	R\$ 814,87
			CARGO TEMPORÁRIO			
03	Agentes serviços gerais		Limpeza das dependências, dos acessos, dos utensílios e móveis; Organizar o estoque da merenda; Observar prazo de validade; Organizar cardápio junto a nutricionista; Preparar a merenda para os grupos; Zelar pela higiene e limpeza do patrimônio público.	Nível Fundamental	40h	R\$ 814,87

**LEI 2.705**

LEI Nº 2.705, de 02 de abril de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O PROJETO ADOTE MINHA ESCOLA: "EMPREENDEDORES DE REFERÊNCIA NO APOIO À EDUCAÇÃO DE URUSSANGA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir o projeto "Adote minha escola: empreendedores de referência no apoio à educação de Urussanga"

Art. 2º O referido projeto tem por objetivo estimular a parceria entre o Município de Urussanga, por meio das escolas da rede municipal de ensino, e empresas privadas, através de doação financeira ou de serviços e/ou materiais destinados à melhorias, reformas ou ampliações dos espaços físicos das unidades escolares que atendem as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Parágrafo único. Tratando-se de doação financeira, esta deverá ser realizada à APP - Associação de Pais e Professores da respectiva unidade escolar, para que então seja aplicada nos objetivos descritos no caput.

Art. 3º Cada unidade escolar organizará seu próprio projeto, definindo as situações mais emergentes a serem contempladas, sendo as possibilidades de atendimento acordadas entre os empresários e os gestores escolares públicos.

Art. 4º Como contrapartida, será destinado espaço físico na unidade escolar para divulgação da marca da empresa parceira do projeto "Adote minha escola".

Parágrafo único. Caberá ao gestor escolar e APP - Associação de Pais e Professores a indicação do local do registro.

Art. 5º As ações previstas nesta lei seguirão os princípios da participação comunitária para o desenvolvimento da educação, promoção de inclusão social e práticas ecoformadoras.

Art. 6º As escolas que forem contempladas com o projeto "Adote minha escola" e as empresas parceiras contarão com o apoio da RIEC (Rede Internacional de Escolas Criativas) para divulgação de suas experiências.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dois dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

## LEI 2.706

LEI Nº 2.706, de 02 de abril de 2015.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E INSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA DE MÚSICA NA GRADE CURRICULAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E CRIAÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR DE MÚSICA."

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Para atender a necessidade de excepcional interesse público, na aplicação da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a composição da jornada de trabalho dos professores de escolas públicas, fica o Poder Executivo autorizado a criar e instituir a Disciplina de Música na grade curricular das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Para a aplicação e desenvolvimento das atividades na modalidade da Disciplina de Música, fica o Poder Executivo autorizado a criar o cargo temporário de Professor de Música.

Parágrafo único. As atribuições, o nível de escolaridade, número de vagas e o enquadramento do cargo descrito no caput estão dispostos no Anexo I, desta Lei.

Art. 3º Às contratações temporárias previstas nesta Lei aplica-se o regime jurídico-administrativo especial previsto na Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014, estando os contratados vinculados ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dois dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

## ANEXO 1

### Categoria Funcional

Cargo: Professor de Música
Área de atuação: Educação
Nº de vagas: 03 vagas Carga Horária: 20 ou 40 horas semanais
Nível de Escolaridade: - Nível médio completo e experiência com instrumentos musicais. MAG ST 1A - R\$ 1.697,39 (40 horas) e R\$ 848,69 (20 horas) - Nível universitário em música ou graduação em Artes com habilitação em música e experiência com instrumentos musicais. MAG LP 1A - R\$ 2.286,27 (40 horas) e R\$1.143,13 (20 horas)
Atribuições: - Exercer a docência na educação básica, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação dos anos iniciais do ensino fundamental, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica e por atividades extraclasse. - Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político-pedagógico e do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. - Participar da elaboração do calendário escolar. - Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. - Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. - Participar de cursos e atividades de formação em serviço ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. - Realizar avaliações periódicas das aulas ministradas e das atividades realizadas. - Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. - Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. - Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político-pedagógico da escola, e da política educacional da Secretaria de Educação. - Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos, de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. - Formar e reger coral infantil. - Acompanhar e grupo em apresentações internas e externas da Unidade Escolar. - Ministrar aulas com instrumentos musicais para crianças e adolescentes.

## LEI 2.707

LEI Nº 2.707, de 02 de abril de 2015.

CONCEDE REAJUSTE ANUAL AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E FIXA O NOVO VALOR DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, Prefeito Municipal de Urussanga, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fixar em R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) como sendo o valor do salário do mês de janeiro/2015, dos profissionais do magistério que em 1º de janeiro de 2015, percebem valor inferior ao novo piso salarial profissional reajustado para o ano de 2015, conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Parágrafo Único. O salário acima é para os profissionais do magistério público que tem jornada de 40h (quarenta horas) semanais, e se houver empregado público do magistério com jornada menor, o salário será proporcional a jornada trabalhada.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar os níveis da carreira dos profissionais do magistério Público Municipal, constante do anexo X, XI e XIV, excetuando-se os "Especialistas em Assuntos Educacionais", da Lei nº 1763, de 12 de dezembro de 2000, em 13,01% (treze vírgula zero um por cento), sendo que este reajuste não se aplica ao profissional que ganha o piso fixado no artigo 1º desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão por conta de dotação vigente no Orçamento do Município e suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2015 em relação aos professores efetivos; e à 02 de fevereiro de 2015 em relação aos professores ACT.

Parágrafo único - A forma de pagamento das diferenças salariais referente ao período anterior à publicação desta Lei será objeto de negociação coletiva no mês de Maio de 2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio de Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dois dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

## LEI 2.708

LEI Nº 2.708, de 02 de abril de 2015.  
DENOMINA COM MESMO NOME DE RUA "DOLOVICO SAVI MONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, Prefeito Municipal de Urussanga, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Passa a denominar-se Rua "DOLOVICO SAVI MONDO, a via pública localizada no bairro de Brida, neste Município.

Art. 2º A Rua "DOLOVICO SAVI MONDO" tem seu início na Pietro de Brida, seguindo em direção noroeste, cruzando a ponte sobre o Rio Urussanga, até encontrar a Rodovia Estadual SC-108.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a dar cumprimento à Lei nº 2.567, de 26 de dezembro de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1.747, de 21 de agosto de 2000.

Paço Municipal Lydio de Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dois dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo

## LEI 2.709

LEI Nº 2.709, de 02 de abril de 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA "FRANCISCO FERRAREZI", NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOHNNY FELIPPE, Prefeito Municipal de Urussanga, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Passa denominar-se Rua "FRANCISCO FERRAREZI", a via pública localizada no bairro De Brida - Loteamento/ Desmembramento Rossetti, neste município.

Art. 2º A Rua "Francisco Ferrarezi", tem seu início na Rua Dolovico Savi Mondo e término com terras de Hugolino Rossetti, com as seguintes confrontações:

Norte: c/ área verde da P.M.U.;

Sul: c/ lotes 15 a 22 da Quadra 'C';

Leste: c/ terras de Hugolino Rossetti;

Oeste: c/ a Rua Dolovico Savi Mondo.

Art. 3º Fica o Município autorizado a providenciar a colocação de placas indicativas em conformidade com a Lei nº 2.567, de 26 de dezembro de

2012, a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correio e Telégrafo

(EBCT), ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), às

Empresas de Tele-Comunicação, às Empresas fornecedoras de energia

elétrica, bem como, ao Cadastro de Registro Imobiliário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio de Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2015.  
JOHNNY FELIPPE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dois dias do mês de abril de 2015.

JOANINHA COPETTI  
Assistente Administrativo



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.021/2015

DECRETO Nº 021/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam pelo presente Decreto designados os membros abaixo nomeados para comporem o Comitê de Coordenação para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Vargem Bonita - SC:

Coordenação do Comitê: Suélen Favretto

#### Membros do Comitê:

- Vigilância Sanitária: Jussara Aparecida da Cruz Semioni
- Assistência Social: Fernanda Cristina Fávero
- Engenheiro Agrônomo: Adair Spader
- Secretaria de Saúde e Bem Estar Social: Lenir Radavelli
- Secretaria de Obras, Serv. Públicos e Urbanismo: Volnei Antonio da Silva Pereira
- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes: Nádia de Lurdes Roseghini Lazarato
- Técnico da CASAN: Ricardo José Filipini
- Representante do Conselho Municipal de Saúde: Simara Inês Gazzoni Bittencourt e Lolita Mafra Alves
- Representante de Associações: Tiago Ribeiro e Leone Passarin
- Representante da Indústria e Comércio: Cristian Marquezi, Marcio Silva e Flavio Roberto Lazaroto

Artigo 2º - A FUNASA através do NICT, participará exclusivamente de forma orientativa no presente Comitê.

Artigo 3º- Os membros desse Comitê terão as seguintes funções:  
- Discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vargem Bonita - SC;

- Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista da viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 02 de Abril de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.022/2015

DECRETO Nº 022/2015, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam pelo presente Decreto designados os membros abaixo nomeados para comporem o Comitê Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vargem Bonita - SC:

#### Coordenação do Comitê:

- Jussara Aparecida da Cruz Semioni

#### Membros do Comitê:

- Engº Civil e Agrimensor Vilson Paganini Bellettini
- Engº Agrimensor Tales Garcia Antunes
- Engº Civil Tiago Rosso Urbano
- Engº Agrimensor João Paulo Casagrande da Rosa
- Arquiteta Raquel Stoltz Back
- Assistente Social Lutiele da Silva Ghelere
- Economista MSc. Amauri de Souza Porto Junior
- Assistente Ambiental Bruna Borsatto Lima
- Assistente Ambiental Mariane Martins
- Assistente Ambiental Luciana Correa Heck
- Vigilância Sanitária: Jussara Aparecida da Cruz Semioni
- Engenheiro Agrônomo: Adair Spader
- Secretaria de Obras, Serv. Públicos e Urbanismo: Volnei da Silva Pereira
- Assistência Social: Fernanda Cristina Fávero

Art. 2º. Os membros desse comitê terão as funções de executar todas as atividades previstas no Termo de Referência apreciando as atividades de cada fase da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e de cada produto a ser entregue à FUNASA, submetendo-os à avaliação do comitê de coordenação.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 02 de abril de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 03/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças



**DECRETO N.023/2015**

DECRETO N.º 023/2015, de 02 de abril de 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.037/2015 de 24 de março de 2015:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 335000.00.00.000.0 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos ..... R\$ 4.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 - Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 33900.00.00.000.0 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 02 de abril de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 02/04/2015

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

**EDITAL Nº 001/2015 - ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

EDITAL Nº 001/2015 - ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

Rosemari Pereira Dias, Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Vargem Bonita, conforme determina a Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e Lei Complementar Municipal nº 099/2014 de 10 de junho de 2014, no uso de suas atribuições legais e regimentais após aprovação do CMDCA conforme consta na Ata nº 09 da Assembleia Ordinária realizada no dia 27/03/2015.

RESOLVE: Expedir o presente Edital, destinado a orientar e estabelecer normas para a realização da eleição de 5 (cinco) conselheiros tutelares e suplentes, para o próximo mandato conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 099/2014 de 10 de junho de 2014, tendo como início do mandato a data de 09 de janeiro de 2016.

**DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DE CANDIDATOS**

Art. 1º - A inscrição do candidato a Conselheiro Tutelar é considerado de caráter individual, sem vinculação político partidária, crença religiosa ou qualquer outra organização.

Art. 2º - Poderão concorrer à eleição os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município há mais de 01 (um) ano;

IV - ensino médio completo.

V - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar nos últimos 8 (oito) anos;

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - não exercer mandato político;

VIII - não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;

IX - não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

X - estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, a ser aferido por exame próprio precedente a posse.

XI - Obter no mínimo a nota 6 (seis) no teste escrito com questões discursivas de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90 de 13/07/90).

X - Ter certificado de participação da Capacitação para Conselheiros Tutelares a qual será providenciada pela Prefeitura Municipal.

Art. 3º - O registro dos candidatos será feito do dia 06 ao dia 30 de abril de 2015 das 8h às 12h e das 13:30h às 17h nas dependências do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sito à Rua Ernesto Salvador, SN.

Art. 4º - Para registro das candidaturas serão exigidos os seguintes documentos:

a) Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF;

b) Cópia autenticada de comprovante de conclusão 2º grau;

c) Comprovante de residência no município (cópia da conta de água, energia ou telefone e declaração da própria pessoa de que a mesma reside no município;

d) Negativa de antecedentes criminais, fornecido pela Vara Criminal da Comarca de Catanduvas;

e) Declaração do candidato de disponibilidade de horário integral para cumprir em nome da comunidade, as atribuições que a função de Conselheiro Tutelar exige, na forma da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta declaração estará disponível para assinatura no ato da inscrição;

f) 1 foto 3X4.

**DO CALENDÁRIO DA ELEIÇÃO**

Art. 5º - O calendário para eleição de 5 (cinco) membros e suplentes ao Conselho Tutelar do Município de Vargem Bonita, seguirá o seguinte cronograma:

a) De 06 a 30/04/2015 - Inscrições de Candidatos das 8h às 12h e das 13:30h às 17h no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sito à Rua Ernesto Salvador, S/N;

b) 04/05/2015 - Análise de documentos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA;

c) 05/05/2015 - Publicação das inscrições impugnadas;

d) 06/05/2015 - Prazo dos recursos das inscrições impugnadas;

e) 07/05/2015 - Julgamento dos recursos dos processos de impugnação;

f) 08/05/2015 - Publicação definitiva dos candidatos aptos a participarem do teste seletivo;

g) Capacitação para inscritos - data ainda em análise pelo CMDCA de Vargem Bonita.

h) 29/05/2015 - Aplicação do teste seletivo às 14 horas, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sito à Rua Ernesto Salvador, SN;

i) 08/06/2015 - Publicação dos aprovados no teste seletivo no mural da Prefeitura Municipal;

j) 09/06/2015 - Prazo de recurso do resultado do teste seletivo na

sede do CRAS;

k) 10/06/2015 - Publicação dos resultados dos recursos no mural da Prefeitura Municipal;

l) 16/06/2015 - Homologação e publicação dos candidatos aptos a serem votados;

m) 04/10/2015 - ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS.

n) 05/10/2015 - Publicação dos eleitos no mural da Prefeitura Municipal.

Art. 6º - Durante o processo de impugnação será assegurado ao candidato o direito de ampla defesa.

Art. 7º - O processo de impugnação de candidatura deverá ser instituído com elementos comprobatórios que justifiquem o procedimento devendo o mesmo ser dirigido ao presidente da comissão eleitoral.

Art. 8º - Havendo processo de impugnação de candidatura, a comissão eleitoral julgará o processo, dando ciência ao acusado do resultado do julgamento, cuja decisão no caso de confirmada impugnação, será irrecurável.

#### Locais de Votação e horários

a) Assentamento Nove de Novembro - Centro Comunitário ao lado da Igreja, das 12 às 17 horas;

b) Campina da Alegria - Escola Galeazzo Paganelli das 12 às 17 horas;

c) Linha Coração - Centro Comunitário, das 12 às 17 horas;

d) Linha São José - Centro Comunitário, das 12 às 17 horas;

e) CRAS- R.

f) Ernesto Salvador, Centro, das 12 as 17 horas.

#### DO TESTE SELETIVO

Art. 9º - O teste seletivo será feito com questões de múltipla escolha baseadas na Lei 8.069/90 e suas atribuições. Leis número: 12.010/09, 12.696/12 e 12.955/14.

#### DA ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 10 - Considerada a elevada responsabilidade dos Conselheiros Tutelares Suplentes a serem eleitos para o preenchimento das vagas do atual mandato do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e a Comissão Eleitoral deverão examinar a idoneidade moral dos candidatos, podendo, realizar diligências, ouvir testemunhas, efetuar perícias e colher informações para o esclarecimento e possíveis dúvidas e questionamentos sobre qualquer candidato.

Art. 11 - No presente processo eleitoral deverão ser eleitos 5 (cinco) Conselheiros e Suplentes, obedecendo a ordem decrescente de votos.

Art. 12 - Terminada a eleição será imediatamente providenciada a apuração do resultado do pleito, sendo considerados eleitos, pela ordem do número de votos válidos obtidos, os 5 (cinco) Conselheiros pela ordem de votação.

§ 1º - Apurado o resultado da eleição será em seguida publicado por ordem de votação os 5 (cinco) Suplentes eleitos, abrindo-se prazo para impugnação do resultado, conforme calendário eleitoral, cabendo ao impugnante o ônus da prova material para justificar o recurso a ser interposto por escrito, junto à comissão eleitoral.

§ 2º - Em caso de empate entre os candidatos, será considerado eleito em posição precedente aquele que tiver idade superior ao outro candidato, ficando este classificado na sequência, como

titular ou suplente conforme a ordem de classificação.

#### DO EXPEDIENTE E REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 13 - O expediente dos Conselheiros Tutelares são de 40 horas semanais como previstos na Lei Federal 8.069/90 ECA e na Lei Complementar Municipal nº 099/2014 de 10 de junho de 2014.

Art. 14 - A remuneração do Conselheiro Tutelar Municipal será de acordo com o que consta na Lei Complementar Municipal nº 099/2014 de 10 de junho de 2014. Tendo como vencimento inicial o valor de R\$ 862,41.

Art. 15 - São atribuições e competências dos Conselheiros Tutelares aquelas elencadas nos artigos 98 e 136 do ECA - Lei Federal 8.069/90.

#### DOS IMPEDIMENTOS

Art. 16 - Conforme o art. 140 da Lei Federal 8.069/90, ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, tios, sobrinhos, padrasto e madrastra e enteados. Parágrafo Único - Entende-se o impedimento do conselheiro na forma desse artigo em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca de Catanduvas.

Art. 17 - Os impedimentos contidos no artigo 16, não impedem a candidatura dos interessados, sendo que, em sendo eleitos, apenas será empossado o mais votado, salvo se este desistir previamente.

Art. 18 - No caso do candidato ser funcionário municipal efetivo, fica-lhe facultado, em caso de remuneração optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos, retornando a seu cargo efetivo de servidor público, logo ao término da conclusão do atual mandato do Conselho Tutelar.

Art. 19 - O cargo de conselheiro tutelar, como agente público de serviço relevante, é para todos os efeitos legais considerado como cargo eletivo de duração fixa, NÃO GERANDO VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 20 - Nos termos do artigo 135 do ECA, o exercício efetivo do cargo de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá prevenção de idoneidade moral, em caso de crime comum, até o julgamento.

Art. 21 - A realização do processo eleitoral será fiscalizado pelos membros do Ministério Público da Comarca de Catanduvas.

Art. 22 - Os casos omissos nesse regulamento, bem como os demais atos normativos necessários à complementação e o bom andamento eleitoral, será objeto de apreciação e decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA mediante aprovação e publicação de resolução do Conselho.

Art. 23 - O presente regulamento entrará em vigor na data da respectiva Resolução do CMDCA, que aprovou em Assembleia Geral Ordinária do dia 27/03/2015.

Vargem Bonita, 02 de abril de 2015.

Rosemari Pereira Dias

Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Bonita

# Videira

## PREFEITURA

### CERTIDÃO

#### CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins e a quem possa interessar que por equívoco na numeração dos Decretos Municipais, a sequência numeral de 11.720/15 a 11.779/15, deixou de ser utilizada, inexistindo, dessa forma, os decretos municipais correspondentes a referida numeração.

Igualmente, certificamos que o erro na sequência da numeração dos decretos municipais não gerou prejuízo ao erário público municipal, somente causará reflexos ao arquivo público municipal, quanto à numeração dos Decretos Municipais.

O referido é verdade e dou fé.

Videira, 26 de março de 2015.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO Departamento de Expediente	KAROLINA BORSATTI Departamento de Expediente
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL Secretário de Administração	WILMAR CARELLI Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0018/15

Extrato do Contrato n. 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DRIELI FINGER MORESCO

CPF: 049.580.919-55

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VIVIANE DE FÁTIMA SILVA SPOOR CEDIDA PARA O DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0020/15

Extrato do Contrato n. 0020/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSE SCHOFFEN PERGHER

CPF: 017.532.819-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA KATIA DENARDI GHELLER AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0026/15

Extrato do Contrato n. 0026/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: REGINA MARIA ZANON LARA

CPF: 054.970.619-40

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARINÊS CONSOLADORA DE OLIVEIRA ZARPELON EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 26 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0027/15

Extrato do Contrato n. 0027/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELE PONTES BOEIRA

CPF: 063.504.339-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BERNARDETE TOMASI PADILHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 15 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0035/15

Extrato do Contrato n. 0035/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: WAGNER FERNANDO BOGONI

CPF: 085.210.869-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR CLODOMIR CORDEIRO CEDIDO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0036/15

Extrato do Contrato n. 0036/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA LEDA FURLIN ZARDO

CPF: 731.394.839-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0045/15**

Extrato do Contrato n. 0045/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANA REGINA BELLINCANTA

CPF: 016.183.809-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVA DORINA CERBATO EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0068/15**

Extrato do Contrato n. 0068/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE

CPF: 066.260.919-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDINÉIA LUDKE MANNES AFASTADA DE SUA FUNÇÃO EFETIVA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.971,09 (dois mil, novecentos e setenta e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0076/15**

Extrato do Contrato n. 0076/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: REJEANE ARIOTTI

CPF: 068.619.029-77

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILDES SALETE BIAVA AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0079/15**

Extrato do Contrato n. 0079/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANA APARECIDA TESTA DE OLIVEIRA

CPF: 026.442.269-45

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GEOVANA GEMELLI EGER AFASTADA DE SUA FUNÇÃO EFETIVA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0085/15**

Extrato do Contrato n. 0085/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA RIEDI

CPF: 017.816.259-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BEATRIZ SCAPINELLO PERIN AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETORA DE ESCOLA I

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0086/15**

Extrato do Contrato n. 0086/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOICE FATIMA BORLIN GRIGOLO

CPF: 652.260.209-10

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.395,54 (um mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0091/15**

Extrato do Contrato n. 0091/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BERENICE PERETTI

CPF: 020.092.689-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LUCIA DELUQUE ALTENHOFEN TRANSITORIAMENTE AFASTADA PARA exercer as atividades de DIRETORA DE ESCOLA I

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0092/15**

Extrato do Contrato n. 0092/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANIR SALETE WARTHA BALBINOT

CPF: 020.536.799-21

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)



**EXTRATO DO CONTRATO N. 0111/15**

Extrato do Contrato n. 0111/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CESAR DACOL

CPF: 154.109.199-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0137/15**

Extrato do Contrato n. 0137/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADILES NATALIA SCHONS

CPF: 468.865.759-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA Nanci Te Rezinha Bresciani em licença para tratamento de saúde

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 25 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0150/15**

Extrato do Contrato n. 0150/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA MARIA SOARES DOS SANTOS

CPF: 941.917.949-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DIRLEI Invitti Defiltra em licença para tratamento de saúde

VIGÊNCIA: de 23 de fevereiro de 2015 a 10 de junho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.093,32 (dois mil e noventa e três reais e trinta e dois centavos)

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0037/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0037/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0640/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE

CPF: 026.315.609-57

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 27 de fevereiro de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0045/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0045/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0583/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER

CPF: 558.053.459-00

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de março de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0054/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0054/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0446/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JAIR ARAÚJO DOS SANTOS

CPF: 045.812.199-14

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 16 de março de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0055/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0055/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0667/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FLÁVIO ROSA DOS SANTOS

CPF: 005.261.419-05

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 17 de março de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0057/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0057/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0487/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JAISSON SOARES

CPF: 009.985.389-22

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 18 de março de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0059/15**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0059/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0611/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLENE APARECIDA THIBES ALVES LAIDNES

CPF: 007.398.499-05

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de março de 2015.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 13/2015-FMS. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE PROCESSADORA AUTOMÁTICA PARA REVELAÇÃO DE FILMES DE RAO X E MAMOGRAFIA PARA SER INSTALADA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 22/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de Abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 42/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INSPEÇÃO PERIÓDICA EM AUTOCLAVES E VASOS DE PRESSÃO DE ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS APROVADAS PELA PORTARIA Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, NR 13, PORTARIA 23 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (SECRETARIA DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 16/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 43/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO GM/ CORSA HATCH JOY PLACA MDP 0713, FROTA 142, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 17/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 02 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 06/2015 – PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA TEREZINHA SCOPEL E PARTE DA RUA JOÃO N. ANTUNES, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE Nº 1007994-91-0/0, restando INABILITADA a empresa Rodrigues e da Silva Ltda - ME. Tendo em vista ser a única empresa participante, nos termos do art. 48, §3º da Lei de Licitações, a Comissão Permanente de Licitações fixa à licitante o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação

escoimada das causas que ensejaram sua inabilitação.

Videira, 01 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 08/2015 – PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICOS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE, restando INABILITADA a empresa Construir Concursos e Assessorias Ltda - ME e HABILITADAS as empresas Instituto Educacional Terra das Águas Ltda - ME, EPL Empresa Paranaense de Licitações Ltda - EPP, ASSCON-PP Assessoria Pública e Privada EIRELI - EPP, Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda - EPP e Instituto O Barriga Verde. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 01 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 014/2015

Processo de Licitação 014/2015

Modalidade: Pregão 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISICAO DE SERVIÇOS DE ELETRECISTA PARA MANUTENÇÃO DE PREDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 16 de Abril de 2015 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 06 de Abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 012/2015

DECRETO N.º 012/2015

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 049, de 23 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores PAULO ROBERTO DE FREITAS, JOSIANE BERKENBROCK MASOTE, DARIO MONTAGNA, MICHELI SCOTTINI e ROSANE VIEIRA, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas na área da saúde da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 003/2015, e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE ABRIL DE 2015.

Publicado e Registrado na data LOURIVAL LUNELLI

Vitor Meireles/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Prefeito Municipal

### EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu, LOURIVAL LUNELLI, Prefeito de Vitor Meireles, ordeno ao setor Administrativo que proceda a abertura de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 003/2015 para recrutamento de Auxiliar de Enfermagem e designo a Comissão Municipal Coordenadora do Processo, nomeada através do Decreto Municipal número 012/2015 de 02/04/2015 para realizar os procedimentos referentes ao processo.

VITOR MEIRELES, 02 de Abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

PREFEITO DE VITOR MEIRELES

### EDITAL PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, no uso de suas atribuições, faz saber, por este Edital, que realizará o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e torna público que estão abertas as inscrições ao Processo para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 003/2015, destinado a selecionar Auxiliar de Enfermagem para atuação nos programas de saúde, emprego temporário enquanto a realização do próximo concurso público, o qual se regerá pelas normas deste edital e de acordo com o art. 37, IX da Constituição Federal e da lei complementar nº 049, de 23 de dezembro de 2009.

A responsabilidade pela execução do referido processo será da Empresa: ADELAR JOSE TOLFO 38109530087 MEI, com CNPJ nº 17.362.821/0001-70, situada na Rua José Bonifácio - 440, Ibirama/SC.

#### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido por este edital.

1.2 - Este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO far-se-á através de provas escritas contendo questões objetivas.

#### 2 - DAS PROFISSÕES

EMPREGOS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	SALÁRIO MENSAL	Nº DE VAGAS
Auxiliar de enfermagem	20 horas semanal	Ensino Fundamental e Registro no Coren	R\$ 639,01 + adicional de insalubridade + auxílio alimentação	01

2.1. - O candidato portador de necessidades especiais, participará do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da prova; à avaliação e aos critérios de aprovação e ao horário e local de aplicação da prova para todos os candidatos.

#### 3 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será feita através de publicação nos seguintes locais:

3.1 - No mural de publicações da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Rua Santa Catarina, 2266 - Centro;

3.2 - No site <http://www.vitormeireles.sc.gov.br>;

3.3 - No Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

#### 4 - DA INSCRIÇÃO

##### 4.1 - Período, Horário e Local

As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Rua Santa Catarina, 2266 - Centro, VITOR MEIRELES - SC, pessoalmente ou por meio de procuração, no período de 08/04/2015 a 14/04/2015, em dias úteis, das 8h as 12h e das 13h30min às 17h.

4.2 - Procedimentos para realizar a inscrição pessoalmente ou por meio de procuração

4.2.1 - Para inscrever-se o candidato deverá:

a) preencher todos os campos da Ficha de Inscrição, assinando a declaração de que conhece as exigências contidas neste edital e de que com elas concorda;

b) anexar ao requerimento de inscrição a fotocópia (frente e verso) de documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

c) entregar, no local da inscrição, a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada;

4.2.2 - No caso de inscrição por procuração, deverá, ainda, ser anexado o instrumento de mandado (instrumento particular de procuração, com a qualificação do candidato e do procurador e a indicação dos endereços e fotocópias dos documentos de identidade de ambos), com fim específico para inscrição no presente Concurso Público. A procuração não necessita ser passada em cartório.

4.3 - Procedimentos para inscrição de portadores de deficiência:

4.3.1 - O candidato portador de deficiência deverá além de apresentar os documentos constantes no item 4.2.1, entregar ou remeter durante o período de inscrição ao Governo do Município de VITOR MEIRELES atestado médico (original ou fotocópia autenticada) que comprove a espécie e o grau ou o nível da deficiência de que é portador, indicando, obrigatoriamente, a sua classificação pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que será juntado a Ficha de Inscrição.

4.4 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela Comissão Organizadora e Julgadora, e publicação feita no Mural Público Municipal e via internet.

4.5 - Das condições para inscrição:

a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal nº 70.436;

b) Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, na data da contratação;

c) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital;

d) Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital;

e) O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

f) O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Processo para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 003/2015.

4.6 - Homologação das inscrições:

A homologação das inscrições será divulgada no dia 15 de Março de 2015, através de Mural Público Municipal e via internet após avaliação feita pela Comissão Organizadora e Julgadora. Da não homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no item 9 deste Edital.

#### 5 - DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 - Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de que trata este Edital, podendo concorrer às vagas a elas reservadas, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do emprego e a deficiência de que é portador, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999.

5.2 - As pessoas portadoras de necessidades especiais participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e ao número mínimo de acertos exigidos para todos os candidatos e especificados neste Edital.

5.3 - Os candidatos portadores de necessidades especiais que necessitarem de algum atendimento especial para a realização da prova, deverão fazer a solicitação POR ESCRITO, ao Governo do Município de VITOR MEIRELES, pessoalmente ou por meio de procurador, na Prefeitura Municipal, Rua Santa Catarina - 2266, VITOR MEIRELES - SC, no ato de inscrição, para que sejam tomadas as providências necessárias.

5.4 - O candidato portador de necessidades especiais deverá declarar no Requerimento de Inscrição que a deficiência é compatível com o exercício das atribuições do Emprego, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, e remeter ao Governo do Município de VITOR MEIRELES, conforme item 4.3 deste Edital, Atestado Médico (original), contendo parecer descritivo do médico assistente do candidato, em receituário próprio, comprovando a deficiência, nos termos da CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da Organização Mundial de Saúde - 10ª revisão.

5.5 - Se aprovado e classificado para o provimento das vagas, o candidato portador de necessidades especiais será submetido à avaliação a ser realizada por Junta Médica Oficial designada especialmente para exames com fins adicionais, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador.

5.6 - Na hipótese de não compatibilidade do exercício das atribuições do emprego com a deficiência de que é portador, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, abrindo vaga para o chamamento do próximo classificado na lista de aprovados para o respectivo emprego.

**6 - DO EMPREGO**

6.1 - O pessoal contratado nos termos deste edital vincula-se como segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social.

**7 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

7.1 - O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será constituído de prova, composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, de caráter classificatório.

7.2 - A prova terá duração de duas (02) horas, contada a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.3 - Os programas da prova encontram-se no Anexo I deste Edital.

**8 - DA PROVA**

8.1 - A prova objetiva será realizada no município de VITOR MEIRELES, no Auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, sito à Rua Santa Catarina - 2266, VITOR MEIRELES - SC, na data de 17 de Abril de 2015, a iniciar às 19 horas.

8.2 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

8.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que além do Cartão de Inscrição apresentar documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei nº 9.503/97, com fotografia). O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

8.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

8.5 - Não será permitida a entrada na sala de realização da prova de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início, salvo se acompanhado por Fiscal do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8.6 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

8.7 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Organizadora e Julgadora do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO do Governo do Município de VITOR MEIRELES.

8.8 - Durante a realização da prova, não será permitida consultas de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

8.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na folha de respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

8.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na folha de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 8.9

deste Edital.

8.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da folha de respostas.

8.12 - Será excluído do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:

8.12.1 - comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8.12.2 - consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.

8.12.3 - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8.12.4 - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

8.12.5 - o candidato que não comparecer para realização da prova.

8.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

8.14 - O candidato, ao término da prova, entregará ao Fiscal da sala, o Caderno de Prova e a Grade de Respostas.

8.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nas dependências dos locais de aplicação da prova.

8.16 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

8.17 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

8.18 - A Prova será composta de 20 (vinte) questões de conhecimentos específicos de múltipla escolha (A, B, C e D).

**9 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS**

9.1 - Os procedimentos para a interposição de recursos, o resultado decorrente da análise dos recursos e a homologação dos resultados finais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão divulgados de acordo com o disposto no item 3 deste Edital.

9.2 - O candidato poderá interpor recurso, mediante exposição fundamentada e documentada, referente:

9.2.1 - à inscrição não homologada, no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do dia da publicação do Edital de homologação das inscrições.

9.2. - aos resultados do Processo Seletivo, no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do dia da divulgação do respectivo resultado.

9.3 - O recurso deverá ser apresentado por escrito, entregue e protocolado na sede do Governo do Município de VITOR MEIRELES, sito a Rua Santa Catarina, nº 2266, VITOR MEIRELES/SC.



9.4 - Os recursos relativos ao gabarito das questões deverão ser apresentados por escrito no mesmo local supra referido. Esses recursos deverão ser apresentados em duas vias de igual teor e forma. O candidato deverá indicar, na folha de rosto, a questão objeto do recurso e os seus demais dados de identificação, apresentando, em separado, as razões de recurso da questão contestada (sem identificação do recorrente nas razões). O candidato que recorrer de mais de uma questão deverá apresentar um formulário para cada questão. Não se conhecerá os recursos que não forem formulados por escrito e os que forem desprovidos de fundamentação.

9.5 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e os que não contiverem todos os elementos necessários de acordo com o item 9.4, ou que tiverem sido interpostos de forma diferente da prevista neste Edital.

9.6 - Se da análise dos recursos resultarem anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar alteração de gabarito, a prova de todos os candidatos será corrigida conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

9.7 - Serão de caráter irrecorrível, na esfera administrativa, os resultados do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015, após apreciação dos recursos e publicação das decisões finais.

#### 10 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

10.1 - A prova será avaliada de zero (0) a dez (10) pontos, de caráter classificatório. Serão divididos os 10 (dez) pontos pelo número de questões que compõe a prova escrita, sendo que cada questão correta terá o mesmo peso na prova.

10.2 - A classificação dos candidatos aprovados será realizada depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na prova.

10.3 - A classificação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015 gera para o candidato apenas expectativas de direito à contratação mediante contrato de trabalho em caráter transitório.

10.4 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

10.5 - O Governo do Município de VITOR MEIRELES publicará no Mural Público Municipal e via internet, a lista de classificação final, bem como afixará a listagem no local de inscrição.

#### 11 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- 11.1.1 - o mais idoso;
- 11.1.2 - sorteio público.

#### 12 - DO INGRESSO

12.1 - O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 10 deste Edital.

12.2 - Requisitos para o ingresso: o candidato deverá entregar, na data do ingresso:

- 12.2.1 - Cédula de Identidade - RG (cópia);
- 12.2.2 - Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia);

- 12.2.3 - CPF (cópia);
- 12.2.4 - Título de Eleitor (cópia);
- 12.2.5 - Comprovante da última votação (cópia);
- 12.2.6 - PIS ou PASEP (cópia);
- 12.2.7 - Comprovante de nível de escolaridade (Ensino Fundamental), Registro no COREN e Certificado de Treinamento em Sala de Vacina;
- 12.2.8 - Carteira de trabalho "página da fotografia e verso" (cópia);
- 12.2.9 - Comprovante de quitação militar - Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia);
- 12.2.10 - Certidão de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Poder Judiciário (original);
- 12.2.11 - Exame médico adicional de boa saúde física e mental, expedido por Junta Médica Oficial;
- 12.2.12 - Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e Declaração de confirmação de endereço conforme comprovante de residência ou atestado de residência, apresentado no ato da inscrição;
- 12.2.13 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia)\*;
- 12.2.14 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia)\*;

\* Estes documentos são necessários somente para o cadastramento do salário-família, não são obrigatórios para ingresso no emprego.

12.3 - Os candidatos aprovados serão convocados através de divulgação no Mural Público Municipal e via internet, terão 05 (cinco) dias para se apresentarem junto ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade situados na Rua Santa Catarina nº 2266, VITOR MEIRELES/SC, bem como, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas, para assinarem seus respectivos contratos.

#### 13 - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ao qual se refere este Edital será de um ano, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

#### 14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Será eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

14.2 - Caso o candidato convocado para assumir a vaga não preencha os requisitos para o ingresso ou, por qualquer motivo, venha a desistir da vaga, o Governo do Município de VITOR MEIRELES convocará o próximo candidato classificado, seguindo, rigorosamente, a ordem final de classificação para o respectivo emprego.

14.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2015 do Governo do Município de VITOR MEIRELES, de acordo com a legislação vigente.

14.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Ficha de Inscrição ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
- b) Anexo II - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha.
- e) Anexo V - Descrição Sumária e Detalhada das Atividades Específicas e Habilitação Mínima.



VITOR MEIRELES/SC, 02 de Abril de 2015.

Lourival Lunelli  
Prefeito Municipal

## ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES		N.º DE INSCRIÇÃO:
FICHA DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015		
Nome do Candidato:		
Emprego Pretendido: AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
DADOS CADASTRAIS		
Pai:		
Mãe:		
Data do Nascimento:		
Naturalidade:	Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:
Endereço Residencial:		N.º:
Cidade:	Estado:	
CPF:	Fone:	
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:	
Deficiente: Sim ( ) Não ( )	Tipo:	
E-mail:		

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta Ficha de Inscrição, bem como, pela veracidade da cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015 e todas as disposições nele contidas. VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do recebedor/responsável
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES	N.º DE INSCRIÇÃO:
FICHA DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015	
Nome do Candidato:	
Emprego:	
Assinatura do(a) Candidato(a) Assinatura do(a) Recebedor/Responsável	
O Candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.	

## VIA DO CANDIDATO

## ANEXO II

## REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015 da Prefeitura Municipal de VITOR MEIRELES, Estado de Santa Catarina, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Item 4 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova

4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

Nome do Candidato(a)	
N.º de inscrição:	

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

( ) CONTRA o indeferimento da inscrição.

( ) CONTRA a formulação das questões e quesitos.

( ) CONTRA o resultado do gabarito provisório.

( ) CONTRA a pontuação atribuída na classificação provisória.

## REFERENTE PROVA:

N.º da Questão:		Gabarito Provisório:		Resposta do Candidato:	
-----------------	--	----------------------	--	------------------------	--

## Fundamentação do Recurso:

Obs.: Preencher a máquina ou digitar. Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do Recebedor/Responsável
---------------------------------	-------------------------------------

## ANEXO IV

## CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA PARA AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- Procedimentos básicos da enfermagem. Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais).

- Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis.

- Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio).

- Esterilização: conceito, método de esterilização.

- Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das

patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos.

- Primeiros Socorros.

- A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional.

- Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos.

- Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância.

- Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde.

- Doenças de notificação compulsória.

- Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos.

- Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção.

#### ANEXO V

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA E DETALHADA DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

#### E HABILITAÇÃO MÍNIMA

DESCRIÇÃO DE EMPREGO
EMPREGO: Auxiliar de Enfermagem
ATIVIDADES ESPECÍFICAS: Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família, a comunidade, visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas
QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Fundamental e Registro no Coren.

#### PORTARIA Nº 072/2015

PORTARIANº 072/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2014, homologado no dia 04 de setembro de 2014,

Nome: TATIANE VELHO MOREIRA

Cargo: MÉDICO DA ESF

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 32 (trinta e duas) horas da carga horária para atividades na ESF e até 08 (oito) horas do total da carga horária para prestação de serviços na rede de urgência do município ou para atividades de especialização em saúde da família, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Xavantina

### PREFEITURA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – PMGIRS/AMAUC/001/2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS/AMAUC/001/2015.

O Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, juntamente com o Consórcio Lambari, para atender ao dispositivo na Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, Convoca toda população xavantinese, para participar da Audiência Pública referente à Meta 04 a qual se refere ao Planejamento das Ações do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, para validação do PI-GIRS/AMAUC, com base nos levantamentos realizados até o presente momento através de oficinas e visitas in loco dos municípios que compõe a região da AMAUC, a realizar-se no dia 22 de abril de 2015, às 14h00min, na Casa da Cultura, situada na Praça Rio Branco, nº 410, centro, no Município de Xavantina, SC.

Xavantina, SC, em 02 de abril de 2015.

Mauro Poletto

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO SEGUNDO COLOCADO PREGÃO 029/2015

CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO

PROCESSO LICITATÓRIO 052/2015

PREGÃO PRESENCIAL 029/2015

Objeto: Aquisição de 02 (dois) caminhões novos com caçamba para serem utilizados junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme contrato de repasse n. 814237/2014 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa.

Em virtude da desistência da empresa vencedora (LF CAMINHÕES LTDA) conforme e-mail anexado ao processo licitatório, consoante dispõe o art. 4º, XVI da Lei 10.520/2002, c/c art. 64, § 2º, da Lei 8.666/93, convoca-se a segunda classificada, qual seja, BIGGER CAMINHÕES LTDA, eis que a proposta e documentação de habilitação atenderam aos requisitos do edital, para que a mesma, no prazo legal, manifeste-se expressamente quanto à aceitação em fornecer os itens descritos na proposta, pelo valor ofertado na sessão pública, qual seja com o valor unitário de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) totalizando R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).

Xaxim - SC, 02 de abril de 2015.

Marinilse de Freitas Fin

Pregoeira

### DECRETO 01

DECRETO Nº 143/2015.

Contrata Médico em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e:

a) Considerando a demissão/exoneração de médicos que até então prestavam serviços à Municipalidade;

b) Considerando que, compete ao Município, conforme inciso II, do art. 23, inciso VII, do art. 30 e art. 196, todos da Constituição Federal, prestar atendimento à saúde da população;

c) Considerando que, seria um retrocesso e violaria o princípio da eficiência deixar unidade de saúde sem tal tipo de profissional;

d) Considerando o disposto na Constituição Federal quanto à contratação em vista do excepcional caráter de interesse público, regra prevista no inciso IX do art. 37;

e) Considerando a urgência e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde deste profissional para atuar junto ao Programa de Estratégia de Saúde da Família;

f) Considerando que, como direito básico do cidadão, a ausência de tal profissional, seria extremamente prejudicial à população, violando princípios como o da moralidade e da eficiência;

g) Considerando que está sendo lançado edital de concurso público para preenchimento desta vaga através do Processo Licitatório Nº.058/2015;

### DECRETA:

Art. 1º Fica contratado em caráter emergencial o SR. OMAR MUSTAFA ATYEH, CPF: 639.670.900-78, para exercer a função de MÉDICO, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de abril de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º O servidor ora contratado será pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do Município

### Decreto 137

DECRETO Nº 137/2015

ESTABELECE O PREÇO PÚBLICO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS PARTICULARES (TÁXI) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a Lei 3.993/2014;

### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a seguinte tarifa para o serviço público de transporte de passageiros em veículos automóveis de aluguel (TÁXI):

I - Bandeira 1 (um) terá valor inicial de R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos), e deverá ser aplicada no horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas;

II - O quilômetro rodado na Bandeira 1 (um) terá o valor de R\$ 1,90 (um real e noventa centavos);

III - Em deslocamentos a serem realizados nas rodovias, o valor do quilômetro rodado será de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos), acrescido da respectiva bandeirada.

IV - Bandeira 2 (dois) terá valor inicial de R\$ 6,30 (seis reais e trinta centavos), e deverá ser aplicada nos seguintes casos:

a) período noturno de Segunda a Sexta-feira, das 20:00 às 06:00 horas;

b) Sábado, após as 12:00 horas;

c) Domingos e Feriados durante às 24 horas do dia;

d) Em dias de Eventos e Festividades mediante autorização expressa do Poder Público.

V - O quilômetro rodado na Bandeira 2 (dois) terá o valor de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos);

VII - Em deslocamentos a serem realizados nas rodovias, o valor do quilômetro rodado será de R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos), acrescido da respectiva bandeirada.

VIII - Hora parada/em espera terá o valor de R\$ 20,00 (vinte reais);

Art. 2º. O reajuste de preços dar-se-á anualmente, através do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 27 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo VeriatoMorás  
Secretário de Administração

### Decreto 149

DECRETO Nº 149/2015

PERMITE O USO DE BEM IMÓVEL A TÍTULO PRECÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando que, o Município é o legítimo proprietário da QUADRA ESPORTIVA construída sob o imóvel situado na Rua João Vicente Furlanetto, bairro Bela Vista, nesta cidade de Xaxim/SC, sendo denominada PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM/QUADRA ESPORTIVA, compreendendo área construída de 600 m<sup>2</sup> (seiscientos metros quadrados) - 20m X 30m;

Considerando o início da construção de 50 unidades habitações sociais nas adjacências;

Considerando a necessidade de utilização de abrigo e depósito de materiais, especialmente relacionados à segurança, por parte da Empresa contratada;

Considerando que a quadra não foi entregue à comunidade pela inconclusão do projeto total, e já vem sendo alvo de depredação;

Considerando que, por hora, ficará bem devidamente conservado pela sua utilização provisória, restando o patrimônio público incólume à ação de terceiros mal intencionados;

Considerando que a legislação de regência autoriza a autorização de uso de forma unilateral e a título precário, por se tratar de ato discricionário.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada o uso a título precário, em favor da EMPRESA PALMAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.250.948/0001-12, representada por seu procurador Sr. José Ferreira Pacheco Netto, brasileiro, casado, CREA PR/027960-D e inscrito no CPF sob o nº 846.931.429-72, conforme condições a serem previstas em termo próprio.

Parágrafo único: Poderá ocorrer a prorrogação da presente autorização, ficando tal a critério da Administração, como também, a revogação do presente.

Art. 2º. Não será devida contraprestação pecuniária por qualquer das partes acordantes em virtude da autorização, exceto em caso de danos.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 1º de abril de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador-Geral do Município

## Consórcios

### ARIS

#### DECISÃO Nº 031/2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 047/2015 (Procedimentos Administrativos nºs 120/2014 e 260/2014)

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO Nºs 84/2014 E 199/2014

AUTOS DE INFRAÇÃO Nºs 005/2014 E 017/2014

INTERESSADO: CASAN - SAA do Município de Porto Belo

OBJETO: NÃO CONFORMIDADES NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Decisão nº 31/2015

#### I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS emitiu os Autos de Infração nºs 005/2014 e 17/2014, bem como os Termos de Notificação nºs 84/2014 e 199/2014, referente ao Sistema de Abastecimento de Água do Município de Porto Belo.

A CASAN, apresentou manifestação, no entanto, as medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Cia. Estadual, não justificando os motivos pelos quais deixou de corrigir as não conformidades.

Assim, as não conformidades elencadas, como: a) falta de comunicação imediata à ARIS e aos órgãos competentes quanto ao sério problema de tratamento, causando desta forma transtornos à população; b) falta de plano de emergência e contingência; c) falta de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e devidamente capacitado, para a operação das instalações de abastecimento de água e d) descarga de rede junto ao cavalete de uma residência, e não por meio de válvulas de descarga, demonstrando que a prestadora está utilizando equipamentos e métodos operativos inadequados, conforme comprova o Parecer Técnico/ARIS nº 29/2015

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 18/20) favorável à instauração de processo administrativo punitivo.

#### II - Mérito

Tem-se, de maneira inconteste, conduta reprovável da Cia. Estadual, ao deixar de realizar a prestação do serviço de abastecimento de água de forma adequada, satisfazendo as condições de eficiência, segurança, atualidade e transparência nas informações. Portanto, não há outro caminho senão pela instauração de processo punitivo em face da CASAN, com fundamento no inciso IV, do parágrafo único, do artigo 11 da Resolução Normativa/ARIS nº 002/2011.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei municipal n. 1.928/2011, que autorizou o ingresso do Município de Porto Belo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.



A ARIS, através de processo de consulta e audiência pública, disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução/ARIS n. 003, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitam o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra ou serviço;

IV - intervenção administrativa; e

V - declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º - Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º - Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade a ser aplicada é a de advertência e multa. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

Desta forma, é caso de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA e MULTA, com fundamento nos artigos 4º, I e II; 11, IX, XI; 12, III; 13, XVI e artigo 16 da Resolução/ARIS n. 003/2011.

### III - Decisão

Diante do exposto, julga-se pela lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA e MULTA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo n. 047/2015.

Florianópolis, 31 de março de 2015.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

## DELIBERAÇÃO Nº 007/2015

DELIBERAÇÃO n. 007/2015

Dispõe sobre a solicitação de revisão tarifária do contrato de concessão nº 97/04, referente aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Itapema.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30 e 38, I da Lei federal nº 11.445/2007; considerando a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no acórdão nº 1230/2013, item 6.3.3.2; considerando o ofício nº 033\_141015 ARIS Sup, datado de 15 de outubro de 2014, na qual a concessionária CONASA - Águas de Itapema requer a revisão tarifária; considerando os estudos e parecer técnico elaborado pela Fundação Getulio Vargas - FGV Projetos; considerando a Resolução Normativa/ARIS nº 006/2015 e com base no parecer técnico DR nº 17/2015 e o que consta do Procedimento Administrativo nº 33/2014, DECIDE indeferir o pedido de revisão tarifária do contrato de concessão nº 97/04 à concessionária CONASA - Águas de Itapema.

Florianópolis, 01 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

## CIGA

### EXTRATO CONTRATO 236 - DOM - MELEIRO

Extrato de Contrato nº 236/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Meleiro

CONTRATANTE: Município de Meleiro

CNPJ: 82.837.741/0001-96

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 017/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Meleiro no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 ( Duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 06 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA



**CIMCATARINA****AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0003\_2015 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS  
EDITAL Nº 0003/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0030/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais Odontológicos e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 17/04/2015 e serão recebidas até 16/07/2015 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 02 de abril de 2015

Elói Rönna - Diretor Executivo

**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0004\_2015 - MATERIAIS DE EXPEDIENTE**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS  
EDITAL Nº 0004/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0031/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais de Expediente e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 17/04/2015 e serão recebidas até 16/07/2015 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 02 de abril de 2015

Elói Rönna - Diretor Executivo

**RESOLUÇÃO Nº 0009\_2015**

Resolução n. 0009/2015

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0031/2015, Edital nº 0004/2015-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0031/2015, Edital nº 0004/2015 - CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos

à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

- I - Idiane Caetano Gonçalves - Presidente;
- II - Claudinei Marcio Morsoletto - CIMCATARINA - Membro;
- III - Roalves Jorge Polese - Município de Fraiburgo - Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de abril de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI****CONTRATO DE RATEIO 005/2013 DE MANUTENÇÃO PARA 2014**

CONTRATO RATEIO Nº005/2013

Contrato que entre si celebram os Municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, objetivando o Rateio de Recursos Para Manutenção do Consórcio no exercício de 2014.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si o Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.749/0001-77, com sede administrativa na Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rubens Blaszkowski, Município Corupá, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.467/0001-70, com sede administrativa na Avenida Getulio Vargas, nº 443, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Luiz Carlos Tamanini, Município de Rio Negrinho, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.756/001-79, com sede administrativa na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Alcides Grohskopf, Município São Bento do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Fernando Tureck, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS e o Consórcio Intermunicipal Quiriri, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público inscrito no CNPJ nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01 - Centro - São Bento do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Alcides Grohskopf.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do CONSÓRCIO no exercício de 2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (Doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2014 o valor total de R\$ 330.659,00 (Trezentos e trinta mil e seiscentos e cinquenta e nove reais), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Nº habitantes	% da participação	Valor Ano (R\$)	Valor Mensal (R\$)
Campo Alegre	11.748	8,38%	27.709,22	2.309,10
Corupá	13.852	9,88%	32.669,11	2.722,43
Rio Negrinho	39.846	28,41%	93.940,22	7.828,35
São Bento do Sul	74.801	53,33%	176.340,45	14.695,03
Total	140.247	100%	330.659,00	27.554,92

**CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA NO CONSÓRCIO:**

01.01.04	ADMINISTRAÇÃO
01.01.04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
01.01.04.122.0001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO
01.01.04.122.0001.2000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO

MODALIDADE APLICAÇÃO	RECURSO	DESCRIÇÃO	VALOR ORÇADO	TOTAL
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES		321.419,00
3.1.90.00.00	0.1.00.000000	Pessoal e encargos sociais	254.819,04	
3.3.90.00.00	0.1.00.000000	Outras despesas correntes	66.599,96	
4.4.90.00.00		DESPESAS DE CAPITAL		9.240,00
4.4.90.00.00	0.1.00.000000	Investimento	9.240,00	
		TOTAL	330.659,00	330.659,00

§1º Do valor estipulado para Rio Negrinho será deduzido mensalmente o salário/encargos referente ao cargo de diretora executiva exercido pela Sra. Leoni Fuerst, funcionária cedida por este Município no valor de R\$ 5.908,35.

§2º Do valor estipulado para São Bento do Sul será deduzido mensalmente o salário/encargos do Sr. Mauro Fernandes Bácsfalusi e do repasse à Contadora Alice Droszczaka no valor de R\$ 6.081,20.

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2014.

Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS**

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2014 e término em 31 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2014.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIQ, conforme Orçamento - Programa Anual 2014.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIQ e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIQ.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de

movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 04 de Dezembro de 2013.

Rubens Blaszkowski                      Luiz Carlos Tamanini  
Prefeito de Campo Alegre              Prefeito de Corupá

Alcides Grohskopf                      Fernando Tureck  
Prefeito de Rio Negrinho              Prefeito de São Bento do Sul

Alcides Grohskopf  
Presidente - Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:

Nome: Mauro Fernandes Bácsfalusi      Nome: Alice Drosczaka  
CPF nº 293.034.279-04                      CPF nº 590.736.169-72

VALORES À REPASSAR PARA O CONSÓRCIO POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO POR MUNICÍPIO:

#### CAMPO ALEGRE CORUPÁ

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	428,10
3.3.71.70.00	1.816,47
4.4.71.70.00	64,53
TOTAL	2.309,10

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	504,73
3.3.71.70.00	2.141,62
4.4.71.70.00	76,08
TOTAL	2.722,43

RIO NEGRINHO      SÃO BENTO DO SUL

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
----------------------	-------

3.1.71.70.00	1.451,35
3.3.71.70.00	249,89
4.4.71.70.00	218,76
TOTAL	7.828,35 – 5.908,35 = 1.920,00

MODALIDADE APLICAÇÃO	VALOR
3.1.71.70.00	2.724,42
3.3.71.70.00	5.478,77
4.4.71.70.00	410,64
TOTAL	14.695,03 – 6.081,20 = 8.613,83

3.1.71.70.00	0.100	Pessoal e encargos sociais		
3.3.71.70.00	0.100	Outras despesas correntes		
4.4.71.70.00	0.100	Investimento		

#### CONTRATO DE RATEIO Nº006/2013

CONTRATO Nº006/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, E OS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DO CONTRATO Nº 008/2013 DE TERCEIRIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO CIRCUITO DE CICLOTURISMO CAMINHO DAS ARAUCÁRIAS.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 02.375.463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 331 sala 01, centro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente Alcides Grohskopf, CPF 293.012.549-72, Prefeito do Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede na Rua Coronel Bueno Franco, 292, na cidade de Campo Alegre, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, portador do CPF nº CPF: 379.515.489-87, Campo Alegre/SC, domiciliado e residente na Rua Professor Rufino Blaszkowsky, 233, Bateias de Baixo, Cep: 89.294-000 cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 83102467/0001-70, com sede à Avenida Getúlio Vargas 443, na cidade de Corupá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LUIZ CARLOS TAMANINI, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do CPF 381110559-00, domiciliado e residente na Rua Ano Bom 2145, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina; RIO NEGRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83102756/0001-79, com sede na Avenida Richard S. de Albuquerque, nº 200, na cidade de Rio Negrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ALCIDES GROHSKOPF, CPF 293.012.549-72, domiciliado e residente à rua São Rafael nº 700 ap. 01, bairro São Rafael, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, e SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-001, com sede na Rua, Rua Jorge Lacerda 89280-175, nº 75, Centro, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, FERNANDO TURECK, brasileiro, casado, Médico, portador do CPF nº 033.667.519-40, domiciliado e residente na Rua, Augusto Klimmek 264, bairro centro na cidade de São



Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, considerando o resultado da sessão realizada no dia 03/12/2013 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013, tem justo e contratado o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos necessários à manutenção do contrato nº 008/2013 com a empresa ASBICICLO - Associação São Bentense de Ciclomotanhismo, para os serviços de GERENCIAMENTO, CAPACITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ROTEIRO DE CICLOTURISMO "CIRCUITO DAS ARAUCÁRIAS" NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, ratificado pela Resolução nº 020/2013 de 11 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a Contagem da População 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será pago de forma integral e em parcelas mensais sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á o valor total de R\$ 54.907,45 (cinquenta e quatro mil novecentos e sete reais, quarenta e cinco centavos)).

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional (IBGE - 2010), resulta nos seguintes valores, em reais:

MUNICÍPIO	Nº HABITANTES	% PARTICIPAÇÃO	VALOR ANUAL EM R\$	VALOR MENSAL EM R\$
CAMPO ALEGRE	11.748	8,38	4.601,20	383,40
CORUPÁ	13.852	9,88	5.424,85	452,00
RIO NEGRINHO	39.846	28,41	15.599,25	1.299,90
SÃO BENTO DO SUL	74.801	53,33	29.282,15	2.440,18
TOTAL	140.247	100	54.907,45	4.575,48

A dotação orçamentaria será pela modalidade de aplicação para os municípios na 3.3.71.70 e a modalidade no consórcio se dará através da 3.3.90.39.00.

Os depósitos em conta corrente das cotas correspondentes deverão ocorrer até o dia 01 de janeiro de 2014 na Caixa Econômica Federal Agência 0628 c.c. 06000184-1.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2011.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONSÓRCIO.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2013.

Alcides Grohskopf

Consórcio Intermunicipal Quiriri

Fernando Tureck Município de São Bento do Sul	Rubens blaszkowski Município de Campo Alegre
--	---

Luiz Carlos Tamanini Município de Corupá	Alcides Grohskopf Município de Rio Negrinho
---	--

Alcides Grohskopf

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Testemunhas:

Leoni Fuerst 651664509-49	Mauro Fernandes Bácsfalusi 293034279-04
------------------------------	--

## CVC

### DECRETO/PRESIDENTE Nº 001/2015

DECRETO/PRESIDENTE nº 001/2015

De 01/04/2015

"DIPOEM SOBRE A NOMEAÇÃO DO OUVIDOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS."

O Presidente Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, no uso da atribuição e na forma do artigo 25, e parágrafos do Protocolo de Intenções do CVC,

DECRETA:

Art. 1º) fica nomeado para o cargo de Ouvidor do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, o Sr. EDIR ANTONIO BAGIO, inscrito no CPF sob n. 914.934.559-15 e no RG sob n. 8.994.896, que exercerá as funções do cargo definidas no Protocolo de Intenções do consórcio CVC.

Art. 2º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 01 de abril de 2015.

MAURI JOSE ZUCCO

Presidente da CVC

### RESOLUÇÃO N. 05/2015

Resolução n. 005/2015

Dispõe sobre o Regulamento da modalidade de licitação denominada pregão, em sua forma presencial, instituída pela Lei Federal Nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do Consórcio, CONSIDERANDO as disposições do art. 11 da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para a modalidade de licitação denominado pregão, em sua forma presencial, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, através de licitação compartilhada com órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, obedecerão ao disposto nesta Resolução para qualquer que seja o valor estimado.

#### CAPÍTULO I

#### DA REGULAMENTAÇÃO DO PREGÃO EM SUA FORMA PRESENCIAL

Art. 2º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

Art. 3º Os contratos celebrados pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Parágrafo Único. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente



condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo Único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 6º Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I- determinar a abertura de licitação;
- II- designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
- III- decidir os recursos contra atos do pregoeiro;
- IV- homologar o resultado da licitação;
- V- promover a celebração do contrato;
- VI- adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso.

Parágrafo Único. Somente poderá exercer a função de pregoeiro o servidor nomeado pelo presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, podendo ser servidor do Consórcio ou dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

Art. 8º A fase preparatória do pregão, na forma presencial, observará as seguintes regras:

- I. elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização
- II. aprovação do termo de referência pela autoridade competente;
- III. apresentação de justificativa da necessidade da contratação;
- IV. elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;
- V. definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e
- VI. designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração do Consórcio.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres

do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 9º As atribuições do pregoeiro incluem:

- I- o credenciamento dos interessados;
- II- o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III- a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
- IV- a verificação e julgamento das condições de habilitação;
- V- a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- VI- o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos, encaminhando a autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII- a adjudicação da proposta de menor preço, quando não houver recurso;
- VIII- a elaboração de ata;
- IX- a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- X- o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 10 A equipe de apoio, no número mínimo de 02 (duas) pessoas, deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo, do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, ou dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados.

Art. 11 A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM), veiculado através do endereço eletrônico ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), ou em outro meio nomeado como imprensa oficial do Consórcio, e observará as seguintes regras:

- I- o aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;
- II- o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;
- III- no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, onde deverá ser apresentada a comprovação de ME ou EPP para obtenção dos benefícios da Lei Complementar 123;
- IV- todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal;
- V- aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais realizarão análise de todos os entregáveis, rubricando-os, momento em que será dada a oportunidade de manifestação quanto aos mesmos;
- VI- o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará aquela de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, proporcionando aos presentes a conferência e assinatura das mesmas, momento em que será dada a oportunidade de manifestação quanto as mesmas;
- VII- quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas

escritas;

VIII- em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

IX- o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

X- a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

XI- ao finalizar todas as propostas, o pregoeiro analisará se houve empate, definido na Lei Complementar 123, entre a proposta vencedora e a da ME ou EPP, caso positivo, será proporcionalizado a ME ou EPP a oportunidade de novo lance.

XII- caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIII- declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XIV- sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, quando houver, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

XV- constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

XVI- se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, onde poderá o pregoeiro abrir nova negociação com o licitante habilitado, com posterior declaração de vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

XVII- nas situações previstas nos incisos XII e XIII, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII- a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

XIX- o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XX- o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXI- decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XXII- como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXIII- quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XV e XVI deste artigo;

XXIV- se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso XXIII;

XXV- o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

Parágrafo Único. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a (8) oito dias úteis.

Art. 12 Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 13 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa à:

I- habilitação jurídica;

II- qualificação técnica;

III- qualificação econômico-financeira;

IV- regularidade fiscal; e

V- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art.7º da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo, será discriminada em cada edital e poderá ser substituída pelo certificado do Cadastro Geral de Fornecedor do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, ou outro previsto no Edital. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos II deste artigo, será discriminada em cada edital.

Art. 14 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Registro Cadastral, onde houver, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 15 É vedada a exigência de:

I- garantia de proposta;

II- aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III- pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 16 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo Único. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 17 Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:

I- deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o

Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC;  
II- cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;  
III- a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;  
IV- para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;  
V- as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;  
VI- as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;  
VII- no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 19 Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 20 O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, publicará em seu endereço eletrônico [www.consorciovcv.sc.gov.br](http://www.consorciovcv.sc.gov.br) e ou no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou em outro meio nomeado como impressa oficial do Consórcio o extrato dos contratos celebrados, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Parágrafo Único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o servidor responsável a sanção administrativa.

Art. 21 Os atos essenciais do pregão serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

- I- justificativa da contratação;
- II- intenção de registro de preço - IRP dos Municípios;
- III- termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
- IV- planilhas de custo, quando for o caso;
- V- garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
- VI- autorização de abertura da licitação;
- VII- designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VIII- edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- IX- minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou

- minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- X- parecer jurídico;
- XI- comprovante de publicação do edital
- XII- originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
- XIII- eventuais recursos, respectivas análises e decisões;
- XIV- ata contendo os seguintes registros:
  - a. licitantes participantes;
  - b. propostas apresentadas;
  - c. lances ofertados na ordem de classificação;
  - d. aceitabilidade da proposta de preço;
  - e. habilitação; e
  - f. recursos interpostos, respectivas análises e decisões.
- XV- Publicações;
  - a. do resultado da licitação;
  - b. do extrato do contrato ou ata de registro de preços; e
  - c. dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 22 As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, poderão ser licitadas pela modalidade pregão.

Art. 23 Aplicam-se, subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações.

Art. 24 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Freitas - SC, 02 de abril de 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Prefeito de Coronel Freitas - SC

**CIGAMERIOS****RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

**RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público o RESULTADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 001/2015, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e parceladas aquisições de medicamentos Éticos ou Genéricos, pelos seguintes MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelandia, Saltinhos, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, para o exercício financeiro de 2015. AMPARO LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3555 de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Ata de Registro de Preços nº 04/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa A G KIENEN & CIA LTDA  
Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

**PREÇOS REGISTRADOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
21	AMIODARONA - DOSE 200MG	COMPRIMIDO	BIOSINTETIC	210.000	0,36
45	FENITOÍNA SÓDICA - DOSE 50MG/ML	AMPOLA 5 ML	HIPOLABOR	1.500	0,990
49	HIDROCORTISONA - DOSE 500 MG/ML	AMPOLA	TEUTO	10.000	6,300
59	NIFEDIPINA - DOSE 10MG	COMPRIMIDO	BAYER	10.000	0,380
68	PROPATILNITRATO - DOSE 10MG	COMPRIMIDO	FQM	500.000	0,344
71	SULFADIAZINA - DOSE 500MG	COMPRIMIDO	CATARINENSE	10.000	0,246
73	TIORIDAZINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50MG	COMPRIMIDO	VALEANT	150.000	0,700

Ata de Registro de Preços nº 05/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

**PREÇOS REGISTRADOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
26	CARBAMAZEPINA - DOSE 400MG	COMPRIMIDO	TEUTO	30.000	0,12
27	CARBAMIDA, PEROXIDO DE - DOSE 100MG/ML	FRASCO 10 ML	DELTA	1000	4,863
28	CARVEDILOL - DOSE 12,5MG	COMPRIMIDO	TORRENT	300.000	0,10
29	CARVEDILOL - DOSE 25MG	COMPRIMIDO	TORRENT	150.000	0,12
30	CARVEDILOL - DOSE 3,125 MG	COMPRIMIDO	TORRENT	500.000	0,070
31	CARVEDILOL - DOSE 6,25MG	COMPRIMIDO	TORRENT	400.000	0,080
34	CETOCONAZOL - DOSE 20MG/ML	SHAMPOO 100ML	PRATI DO-NADUZZI	1.000	1,6740
36	CITALOPRAM - DOSE 20MG	COMPRIMIDO	TORRENT	1.000.000	0,13
41	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA - DOSE 50 MG +50 MG/ML	AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	10.000	1,51
50	IODETO DE POTASSIO - DOSE 100MG	FRASCO 100ML	SOBRAL	1.000	1,7050
65	PERMETRINA LOÇÃO - DOSE 5%	FRASCO 60 ML	SANTA TEREZINHA	10.000	3,50

Ata de Registro de Preços nº 06/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME  
Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
32	CEFALEXINA - DOSE 250MG/5ML	FRASCO DE 60ML	TEUTO GENÉ-RICO	100.000	2,7599
33	CEFALEXINA – DOSE 500MG	COMPRIMIDO	TEUTO GENÉ-RICO	400.000	0,1688
35	CIMETIDINA - DOSE 200MG	COMPRIMIDO	PRATI GENÉ-RICO	20.000	0,0613

Ata de Registro de Preços nº 07/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
40	CLORTALIDONA - DOSE 25MG	COMPRIMIDO	EMS	1.000.000	0,1150
47	HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 25MG	COMPRIMIDO	MEDQUIMIC	3.000.000	0,0230
52	LISINOPRIL - DOSE 10MG	COMPRIMIDO	MEDLEY	750.000	0,20
79	VITAMINA D3+COLECALCIFEROL - DOSE 25000UNI	COMPRIMIDO	NEOLIFE	10.000	0,45

Ata de Registro de Preços nº 08/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
23	AZITROMICINA - DOSE 500MG	COMPRIMIDO	PRATI DANA-DUZZI	135.000	0,3250
43	DIMETICONA GOTAS - DOSE 75MG/ML	FRASCO 15 ML	PRATI DANA-DUZZI	10.000	0,88
46	FLUCONAZOL - DOSE 150MG	COMPRIMIDO	PRATI DANA-DUZZI	130.000	0,1650

Ata de Registro de Preços nº 09/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
8	PIMOZIDA - DOSE 1MG	COMPRIMIDO	JANSSEN	9.000	0,52
12	RENALVIT PLUS - DOSE (POLIVITAMINICO E MINERAL PARA QUEM FAZ HEMODIALISE)	COMPRIMIDO	NUTRIVIT	10.000	1,45
17	VITAMINA D3+COLECALCIFEROL - DOSE 25000UNI	COMPRIMIDO	GROSS	10.000	1,63
18	VITIS VINIFERA - DOSE 150MG	COMPRIMIDO	NIKKO	3.000	2,08
19	ACIDO ACETILSALICILICO - DOSE 100MG	COMPRIMIDO	BALMLABOR	1.400.000	0,0947
22	AMISSULPRIDA 50MG	COMPRIMIDO	SANOFI	10.000	3,2990
39	CLORIDRATO DE BENAZEPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA - DOSE 10MG + 12,5MG	COMPRIMIDO	NOVARTIS	20.000	1,8240
61	NIFEDIPINA - DOSE 20MG	COMPRIMIDO	BAYER	150.000	3,2990
67	PERMETRINA LOÇÃO CAPILAR - DOSE 1%	FRASCO 60 ML	PRATI	10.000	2,6280
75	VALSARTANA + ANLODIPINO - DOSE 320MG+5MG	COMPRIMIDO	NOVARIS	30.000	3,39

Ata de Registro de Preços nº 10/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015



## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
63	OMEPRAZOL - DOSE 40MG	COMPRIMIDO	PRATI	200.000	0,65
74	VALPROATO DE SÓDIO - DOSE 250MG – SUSP. ORAL	FRASCO 5ML	HIPOLABOR	10.000	2,33

Ata de Registro de Preços nº 11/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa GRAMS &amp; GRAMS LTDA

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.		
4	HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS (GARRA DO DIABO) - DOSE 500MG	CAPSULAS	HERBA-RIUM	10.000	1,00		
11	RAMIPRIL - DOSE 5MG	COMPRIMIDO	MEDLEY	10.000	0,6995		
20	ÁCIDO VALPRÓICO - DOSE 250MG	COMPRIMIDO	ABBOOTT	146.000	0,5692		
53	LORAZEPAM - DOSE 2MG	COMPRIMIDO	EMS	7.000	0,1499		
60	NIFEDIPINA - DOSE 20MG	COMPRIMIDO RETARD	BAYER	10.000	0,8016		

Ata de Registro de Preços nº 12/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
5	HIDROCLOTIAZIDA + VALSARTANA – DOSE 160/25MG	COMPRIMIDO	EMS	10.000	0,66

Ata de Registro de Preços nº 13/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
24	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - DOSE 50MCG	SPRAY NASAL	CHIESI/CLENIL	2.000	16,00

Ata de Registro de Preços nº 14/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
62	NISTATINA - DOSE 25.000 UI/G	CREME VAGINAL - 60G	TEUTO	10.000	2,29
69	PROPRANOLOL - DOSE 40MG	COMPRIMIDO	PHARLAB	600.000	0,0250

Ata de Registro de Preços nº 15/2015.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa S &amp; R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ)

Vigência: 10/03/2015 a 31/12/2015

## PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT. EST.	VALOR UNIT.
25	BICARBONATO DE SÓDIO - DOSE 500MG	COMPRIMIDO	MANIPULADO	16.000	0,79
42	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA, CLORIDRATO DE - DOSE 50 MG +10 MG	FRASCO 20 ML	EUROFARMA	20.000	8,4560
44	DOXICICLINA - DOSE 100MG	COMPRIMIDO	LEGRAND	5.000	0,6210
48	HIDROCLOTIAZIDA + VALSARTANA – DOSE 160/25MG	COMPRIMIDO	EMS	10.000	0,6190

51	LEVODOPA + BENSERAZIDA - DOSE 200 MG+50 MG	COMPRIMIDO	ACHÉ	50.000	1,3990
54	MEBENDAZOL - DOSE 100MG	COMPRIMIDO	HIPERMARCAS	20.000	1,8370
56	METILDOPA - DOSE 500MG	COMPRIMIDO	BIOSINTÉTICA	300.000	0,3690
57	MICONAZOL - DOSE 2%	FRASCO	HIPERMARCAS	2.000	1,8460
58	MICONAZOL - DOSE 2%	PÓ	UNIÃO QUÍMICA	2.000	23,03
78	VITAMINA C - DOSE 200MG/ML	SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML	HIPERMARCAS	1.000	1,6950
80	VITIS VINIFERA - DOSE 150MG	COMPRIMIDO	ZYDUS	3.000	1,9558

Maravilha/SC 09 de março de 2015  
DILAIR MENIN  
PRESIDENTE DA AMERIOS

